

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RODRIGO FARIAS DE SOUSA

**WILLIAM F. BUCKLEY JR., *NATIONAL REVIEW* E A
CRÍTICA CONSERVADORA AO LIBERALISMO E OS
DIREITOS CIVIS NOS EUA, 1955-1968.**

NITERÓI
2013

RODRIGO FARIAS DE SOUSA

WILLIAM F. BUCKLEY JR., *NATIONAL REVIEW* E A
CRÍTICA CONSERVADORA AO LIBERALISMO E OS DIREITOS
CIVIS NOS EUA, 1955-1968.

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
História Social da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para o exame
de qualificação para a obtenção do Grau de
Doutor. Área de concentração: Poder e Sociedade.

Orientador: Prof.^a Dra. CECÍLIA AZEVEDO

Niterói
2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S725 SOUSA, RODRIGO FARIAS DE.

William F. Buckley Jr., *National Review* e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955-1968 / Rodrigo Farias de Sousa. – 2013.

371 f.

Orientador: Cecília da Silva Azevedo.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 343-371.

RODRIGO FARIAS DE SOUSA

WILLIAM F. BUCKLEY JR., *NATIONAL REVIEW* E A CRÍTICA
CONSERVADORA AO LIBERALISMO E OS DIREITOS CIVIS
NOS EUA, 1955-1968

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do título de Doutor.
Área de concentração: História social.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Cecília Azevedo – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Thaddeus Gregory Blanchette
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Pedro Tota
Pontifícia Universidade Católica - SP

Prof. Dr. Modesto Florenzano
Universidade de São Paulo
Niterói
2013

RESUMO

O conservadorismo é hoje a mais importante família ideológica no cenário político norte-americano. Seu significado, no entanto, comporta muitas ambiguidades e suas manifestações ao longo da história americana têm sido as mais variadas. Sua expressão mais recente, uma coalizão de movimentos de oposição ao moderno liberalismo americano, toma forma logo depois da Segunda Guerra Mundial e deve muito de seus temas e posicionamentos ao trabalho de um dos seus "pais fundadores", o jornalista William F. Buckley Jr., e sua revista *National Review*, criada em 1955. A fim de entender esse conservadorismo do pós-guerra, procede-se a uma breve discussão teórica sobre o conservadorismo como um conceito e, em seguida, a um panorama de algumas das suas principais manifestações na história do pensamento político americano. Depois, usa-se uma seleção de escritos de Buckley e de seus colegas na *National Review* para uma caracterização da crítica geral que formularam ao "Establishment" liberal dos anos 1950 e 60, a partir do tratamento dado a vários episódios da época. Finalmente, como um caso especial, analisa-se a abordagem de *National Review* a respeito do movimentos dos direitos civis, com ênfase na luta pela dessegregação escolar nos anos 50 e as campanhas de Martin Luther King na década seguinte.

Palavras-chave: Conservadorismo. Estados Unidos. Ideologia. Direita. Liberalismo. *National Review*. Guerra Fria. Raça. Direitos civis.

ABSTRACT

Conservatism is the most important ideological family in the American political scene today. Its meaning, however, raises many ambiguities and its manifestations throughout American history have been very diverse. Its more recent incarnation, a coalition of movements opposed to modern American liberalism, appears right after World War II and many of its subjects and positions come from the works of one of its "founding fathers", the journalist William F. Buckley Jr., and his magazine, *National Review*, created in 1955. In order to understand this postwar conservatism, there is a brief theoretical discussion of conservatism as a concept, followed by an overview of its main manifestations in American political thought. Then a selection of Buckley's and his *National Review* colleague's articles are analyzed to illustrate the main traits of their criticism of the liberal "Establishment" of the 1950's and 60's. Finally, as a special case, we investigate *National Review*'s position on the civil rights movement, emphasizing school desegregation in the 1950's and Martin Luther King's campaigns of the next decade.

Keywords: Conservatism. United States. Ideology. Right. Liberalism. *National Review*. Cold War. Race. Civil rights.

AGRADECIMENTOS

Para quem apenas lê um trabalho acadêmico, a seção *Agradecimentos* é um daqueles componentes rituais prontamente ignorados. Mas, para quem escreve, os agradecimentos são um acerto de contas tardio por uma série de pequenas e grandes contribuições sem as quais o texto ora apresentado não existiria ou teria sido *ainda* mais difícil. Não é diferente com esta tese, e que fique registrado que, embora seja meu o nome que encima o seu título, ela foi, como quase tudo o mais, o resultado de uma convergência de mentes e corações, alguns dos quais, os mais próximos e constantes, desejo mencionar aqui, por ordem cronológica:

Em primeiro lugar, minha família, a base de tudo. Pela educação, o amor, os muitos livros, a paciência. Vocês sempre fora o pressuposto, o *sine qua non* da minha vida, e se estou recebendo mais um título, considerem-se os coautores dele. As razões são numerosas demais para listar, mas vocês as conhecem tão bem quanto eu. Obrigado, pois.

Em segundo lugar, algumas pessoas que jamais encontrei pessoalmente, mas que foram parte da minha vida em alguns anos cruciais. Em listas de discussão e fóruns virtuais, gente como Alexander Gieg, Fábio Lins e Ricardo Dirani — com quem tive e tenho uma infinidade de discordâncias — me estimulou a pensar e argumentar, às vezes mesmo sobre o que eu julgava ser “óbvio” demais para merecer uma defesa. Perdi a conta de quantas vezes vocês me fizeram “pensar fora da caixa”, além de terem sido meus primeiros interlocutores em questões sobre o pensamento político em geral, e o conservador em particular. Sou-lhes, portanto, eternamente devedor.

A George H. Nash, autor de uma das histórias intelectuais mais empolgantes já escritas e inspiração direta desta pesquisa.

Os professores e colegas da UFF, que me deram seu suporte na aventura da pós-graduação. Em particular, minha orientadora, Cecília Azevedo, sempre gentil e a postos na missão de multiplicar e qualificar nossa pequena tribo de americanistas; o meu ex-professor Thaddeus Blanchette, pelas conversas animadas sobre o Brasil, os EUA e outras “nerdices” menos acadêmicas; e, claro, o Prof. Daniel Aarão Reis, meu orientador no mestrado, que não só me apresentou Cecília, como também me permitiu minhas primeiras incursões no campo da pesquisa sobre a sociedade norte-americana.

Os amigos “presenciais”, como Gabriel Romero Trigueiro e Maurício Santoro, pelos muitos cafés e conversas deliciosas sobre livros, o mundo e a vida. Tê-los como amigos é praticamente uma universidade paralela.

A Priscila Azeredo, pelo amor, o companheirismo e a paciência. Ter um noivo doutorando com intercâmbio à vista pode ser uma prova de fogo e você sobreviveu com honras.

A Annette Y. Kirk, do Russell Kirk Center for Cultural Renewal, de Mecosta, Michigan, que foi quem primeiro me falou a respeito das bolsas de pesquisa na instituição e me pôs em contato com Alex Catharino e Márcia Xavier de Brito, responsáveis pelas edições brasileiras de Russell Kirk, muito superiores às disponíveis nos EUA. Graças a vocês, pude não apenas ir aos EUA pesquisar na maravilhosa biblioteca do Kirk Center, mas também ampliar minha visão do que o conservadorismo americano é e pode ainda ser. *Thanks very, very much!*

Como não poderia deixar de ser, a todos os propagadores das ideias conservadoras americanas no Brasil. Como em todo movimento, há os sérios, honestos e profundos, como também os que pensam mais por *slogans* que por análises, os manipuladores e “líderes de torcida”... Mas, em seu conjunto, é graças a vocês que cheguei ao tema.

Finalmente, a Deus. Ele sabe por quê.

“Tout commence en mystique et finit en politique.”

- Charles Péguy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 – O CONSERVADORISMO E SUAS MUITAS DEFINIÇÕES	24
1.1 – O CONSERVADORISMO COMO CONCEITO: ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS.....	26
1.1.1 O CONSERVADORISMO SEGUNDO KARL MANNHEIM.....	28
1.1.2 O CONSERVADORISMO COMO SISTEMA AUTÔNOMO: M. MORTON AUERBACH...36	
1.1.3 O CONSERVADORISMO COMO IDEOLOGIA POSICIONAL.....	42
1.1.4 O CONSERVADORISMO COMO IDEOLOGIA MULTIDIMENSIONAL.....	53
1.1.5 O CONSERVADORISMO COMO INSTRUMENTO DE SUBORDINAÇÃO	56
1.2 O CONSERVADORISMO AMERICANO COMO FENÔMENO ESPECÍFICO	60
2 – AS VARIEDADES DA EXPERIÊNCIA CONSERVADORA: DE BURKE A NOCK	63
2.1 – O LEGADO DE BURKE	64
2.2 - O CONSERVADORISMO NA AMÉRICA: ALGUNS CASOS EXEMPLARES	76
2.2.1 DE JOHN ADAMS À GUERRA CIVIL	77
2.2.2 INDIVIDUALISMO E <i>Laissez-faire</i>	95
3 – WILLIAM F. BUCKLEY, <i>NATIONAL REVIEW</i> E O NASCIMENTO DO CONSERVADORISMO AMERICANO	109
3.1 – O (NOVO) LIBERALISMO	110
3.2 – DA “VELHA DIREITA” AO “NOVO CONSERVADORISMO”	125
3.2.1 UMA FILOSOFIA CONSERVADORA PARA A AMÉRICA: PRIMEIRAS DISTINÇÕES.....	134
3.2.2 – RUSSELL KIRK E <i>THE CONSERVATIVE MIND</i>	144
3.3 – WILLIAM F. BUCKLEY JR. E A <i>NATIONAL REVIEW</i>	152
3.3.1 – WILLIAM F. BUCKLEY JR.: O <i>ENFANT TERRIBLE</i> DO CONSERVADORISMO	158
3.3.2 - O CREDO Da <i>NATIONAL REVIEW</i>	167
4 – O LIBERALISMO SEGUNDO A <i>NATIONAL REVIEW</i>	178
4.1 – INTOLERÂNCIA E CONFORMISMO.....	182
4.2 – PRÓ-COMUNISMO E PADRÕES DÚPLICES	199
4.3 – SECULARISMO E RELATIVISMO MORAL.....	217
4.4 – CENTRALIZAÇÃO DO PODER E BEM-ESTAR SOCIAL	229

4.5 – INTERNACIONALISMO UTÓPICO.....	242
5 – UM PROBLEMA PECULIAR: RAÇA E DIREITOS CIVIS EM <i>NATIONAL REVIEW</i>	254
5.1 – O <i>STATUS QUO</i> : DE <i>JIM CROW</i> AOS GUETOS.....	254
5.2 – OS DIREITOS CIVIS COMO <i>FIAT JUDICIAL</i> : <i>BROWN V. BOARD OF EDUCATION OF EDUCATION</i> E A SEGREGAÇÃO NO SUL.....	262
5.2.1 – <i>BROWN</i> SEGUNDO <i>NATIONAL REVIEW</i>	266
5.3 – OS DIREITOS CIVIS COMO ATIVISMO	295
5.3.1 – DIREITOS CIVIS E RACISMO BIOLÓGICO EM <i>NATIONAL REVIEW</i>	301
5.3.2 – REFORMA OU REVOLUÇÃO?	309
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	327
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	343

INTRODUÇÃO

A crise de 1929 e a Grande Depressão foram causadas por excesso de intervenção do Estado na economia, e não por ausência dela. O Estado de bem-estar social é uma armadilha financeira e um passo rumo ao totalitarismo. O homem moderno, com toda a sua tecnologia e suposta liberdade, se beneficiaria da volta a uma sociedade aristocrática, religiosa e tradicional. A campanha dos direitos civis comandada por Martin Luther King atropelou os direitos legítimos dos segregacionistas e, como tal, foi equivocada. A Guerra do Vietnã só resultou em derrota para os americanos por covardia de seus líderes e as badernas dos seus opositores domésticos. Os problemas da política devem ser pensados em termos morais e religiosos. O secularismo moderno é em grande parte responsável pela decadência e a corrupção da sociedade. A Revolução Francesa foi uma catástrofe sangüinária que merece repúdio. A Guerra Fria não foi uma mera disputa político-ideológica entre duas potências, mas o choque entre dois modelos de civilização, e qualquer “coexistência” com os comunistas era um sinal de fraqueza. O macartismo, no fundo, tinha razão de ser. A antiguidade das tradições é um grande argumento a favor de sua manutenção. Reformas da ordem estabelecida devem ser sempre graduais. E tanto quanto possível, o Estado contemporâneo deve recuar às suas funções de “gendarme” prescritas no século XIX...

Se ao ler essas afirmações, você ergueu uma sobrancelha com estranhamento, saiba que não está só. Estas não são ideias que se achem facilmente na nossa grande imprensa. Também passam longe da “sabedoria convencional” da maioria dos livros de história e áreas correlatas. E com quase toda a certeza, no Brasil, dificilmente elas entrarão na retórica de políticos que queiram ser levados a sério. No máximo, seriam tratadas como exotismos.

Entretanto, para muitos naquela que ainda é a nação mais poderosa do mundo, elas são levadas a sério e a mais pura expressão da verdade. No momento em que estas linhas são escritas, no início de 2012, um dos dois grandes partidos americanos, o Republicano,

encontra-se dominado por grupos entre os quais a grande maioria desses pontos de vista são bem aceitos. Movimentos populares como a rede dos *Tea Parties* denunciam o governo dos EUA, nunca conhecido pela generosidade de seus programas de bem-estar social, como excessivamente gastador e dado a benefícios ilegítimos para grupos que não os merecem. Em redes de TV como a Fox News, denúncias contra o “esquerdismo” supostamente entranhado na imprensa *mainstream* e no Partido Democrata, para não citar os estúdios de Hollywood, o sistema educacional do país e a maioria dos chamados intelectuais, são o pão de cada dia da programação. Nas livrarias, títulos como *48 liberal lies about American history* e *A patriot’s history of the United States*, de acadêmicos como Michael Allen e Larry Schweikart, fazem companhia a outros de cunho mais popular como *Treason: liberal treachery from the Cold War to the War on Terrorism*, de Ann Coulter. E, segundo o *New York Times*, dos cinco livros políticos mais vendidos em 2010, nada menos que quatro são de autores de direita altamente críticos do presidente Barack Obama,¹ considerado de centro-esquerda (“liberal”, na terminologia americana²), quando não como um radical socialista.

A quem quer se interesse pela política dos Estados Unidos nas últimas décadas, é impossível entender o país sem usar pelo menos uma vez as palavras “conservador” ou “conservadorismo”. Eles, os conservadores, estão por toda parte: não apenas nos lugares óbvios, como o púlpito e o palanque, mas também nas escolas, nas rádios, no noticiário da TV, nos jornais e revistas, em blogs e redes sociais e, o que talvez seja mais notável, nas ruas. Há quem diga que, nos Estados Unidos de hoje, parte da população esteja vivenciando um “cercamento epistêmico”, recebendo informações sobre a realidade mundial apenas através do filtro enviesado da abundante mídia conservadora³ (para não falar de estudos “científicos” conduzidos por *think tanks*). Então, pode-se dizer com segurança que o conservadorismo responde hoje por grande parte da mobilização política americana e, por extensão, tem peso considerável na formação de opiniões do americano médio. Segundo o Instituto Gallup, em pesquisa divulgada em 2012, nada menos que 40% dos americanos identificam seus pontos de vista como “conservadores”, contra 35% de “moderados” e 21% de “liberais”. Isso faz do conservadorismo, hoje, o maior grupo ideológico do cenário político dos Estados Unidos.⁴

¹ BUDDO, Orville. Political books best-sellers list. *The New York Times*. 6 de novembro de 2010. Disponível em: <http://thecaucus.blogs.nytimes.com/2010/11/06/political-books-best-seller-list>. [Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.]

² Sobre os usos da palavra, cf. o capítulo 3.

³ COHEN, Patricia. ‘Epistemic Closure’? Those Are Fighting Words. *The New York Times*. 27 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/04/28/books/28conserv.html>. [Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.]

⁴ SAAD, Lydia. Conservatives remain the largest ideological group in U.S. *Gallup Politics*. 12 de janeiro de 2012. Disponível em:

Mas nem sempre foi assim. Houve um tempo não tão remoto em que “conservador” soava como o equivalente de “plutocrata” ou “reacionário”; quando pouquíssimos veículos de comunicação se atreviam a reivindicar o termo e, nos círculos acadêmicos e intelectuais, a moda era falar no “consenso liberal” norte-americano. Não por acaso, o crítico literário Lionel Trilling escreveu em 1950 uma passagem que se tornou célebre:

Nos Estados Unidos de hoje em dia o liberalismo não somente constitui a tradição dominante, mas chega mesmo a ser a única tradição intelectual atuante. Pois é perfeitamente comprovável que, no momento presente, idéias conservadoras ou reacionárias não têm circulação genérica em nosso país. Isto não significa, por certo, que não exista um impulso no sentido do conservadorismo ou da reação. Tais impulsos são, sem dúvida alguma, bastante fortes, talvez mais fortes do que a maioria de nós imagina. Mas tanto o impulso conservador quanto o impulso reacionário, com algumas exceções isoladas e eclesiásticas, não se expressam em idéias, mas apenas por intermédio da ação ou de gestos mentais irritadiços que buscam parecer idéias⁵.

Trilling expressava o que provavelmente era o senso comum das pessoas educadas (pelo menos das que se preocupassem com o assunto). Com as reformas do New Deal aparentemente bem incorporadas à textura do Estado americano, uma economia próspera garantindo a rede de proteção social existente (e mesmo assim, bem mais tênue que a que se formava na Europa ocidental), o predomínio democrata e uma oposição forçada a aceitar pelo menos parte do receituário keynesiano, ser um conservador ideológico parecia uma excentricidade. Mesmo um político renomado e considerado linha-dura, como o senador Robert “Sr. Republicano” Taft, fazia concessões pontuais e pragmáticas ao *status quo* liberal.⁶

Mas o conservadorismo nunca desapareceu realmente. Nem poderia. Como veremos nos próximos capítulos, ele era pelo menos tão antigo quanto o próprio país, esteve presente mesmo quando os norte-americanos pareciam no auge do seu entusiasmo pela liberdade, e adaptou-se de muitas formas às necessidades de cada época. Trata-se, portanto, de uma subcorrente, uma cultura política flexível e persistente que acompanha os americanos de longa data e, ao que tudo indica neste início da década de 2010, parece ter vigor para durar, de uma forma ou de outra, por muito tempo ainda.

Por conta disso, o assunto é amplo e desafiador. Muito já se escreveu a respeito — bem pouco no Brasil, infelizmente —, mas a historiografia do conservadorismo americano

<http://www.gallup.com/poll/152021/Conservatives-Remain-Largest-Ideological-Group.aspx>. [Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.]

⁵ TRILLING, Lionel. *Literatura e sociedade: ensaios sobre a significação da arte e da ideia literária*. Rio de Janeiro: Lido, 1965, p. 9. No original, o livro foi intitulado *The liberal imagination*.

⁶ HAMBY, Alonzo L. *Liberalism and its challengers: from F.D.R. to Bush*. 2nd. ed. New York, Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 103-115.

parece sofrer de um curioso viés: durante muito tempo, ela foi escrita principalmente pelos próprios conservadores, o que só tem começado a mudar de aproximadamente uma década e meia para cá.⁷ Dessa produção “interna” sobre o conservadorismo, possuidora de algumas obras excelentes que ganharam o *status* de referência ao lado de outras de cunho meramente laudatório, boa parte tem a forma de sinopses biográficas das principais figuras do “panteão” do movimento⁸ ou de narrativas “heroicas” que descrevem sua evolução geral no pós-Segunda Guerra.⁹ Embora existam trabalhos dedicados individualmente a esses grandes nomes, normalmente elas focam na carreira como um todo, sem uma análise mais detalhada da evolução do biografado num determinado período ou sobre um tema específico.¹⁰ Não raro, os embates internos ao movimento, sejam as brigas entre facções (libertários vs. tradicionalistas, por exemplo) ou instituições (*National Review* vs. a John Birch Society), recebem capítulos ou livros inteiros, enquanto o exame de como as ideias conservadoras foram usadas na *prática* — digamos, num momento de crise nacional, como durante certas batalhas da campanha dos direitos civis — não recebem mais que comentários *en passant*. A natureza dos argumentos, as nuances de tom, as discordâncias, os subtextos e as ausências, mais uma série de detalhes que nem sempre são tratados a contento. A necessidade de tratar de um grande número de questões acaba impossibilitando maiores minúcias.

Esse é o diferencial desta pesquisa. Não nos preocupamos em redigir mais uma história panorâmica do conservadorismo americano do pós-guerra, ainda que reconheçamos a considerável carência de estudos brasileiros a esse respeito e façamos largo uso de obras (estrangeiras) do gênero. O objetivo geral desta tese é investigar como, nos anos 50 e 60 do século XX — época em que o conservadorismo começava a emergir, primeiro como uma força intelectual, e depois também política —, suas ideias e princípios foram usados para

⁷ Cf. a mesa redonda sobre o “estado da arte” na pesquisa Americana sobre o conservadorismo em *The Journal of American History*. V. 98, no. 3. December 2011. Disponível em: <http://www.journalofamericanhistory.org/issues/983/#roundtable>. [Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.]

⁸ Um bom exemplo é EAST, John P. *The American conservative movement: the philosophical fathers*. Chicago & Washington, DC: Regnery, 1986.

⁹ O melhor exemplo deste último tipo se tornou, com justiça, um clássico: NASH, George H. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. New York: Basic Books, 1979 (publicado originalmente em 1976). Mas existem várias do mesmo tipo, como REGNERY, Alfred S. *Upstream: the ascendance of American Conservatism*. Threshold Editions, 2008, e, numa das raras obras escritas por um crítico, MATTSON, Kevin. *Rebels all!: a short history of the conservative mind in postwar America*. Rutgers University Press, 2008.

¹⁰ Vide, por exemplo, dois dos últimos estudos sobre Russell Kirk: McDONALD, W. Wesley. *Russell Kirk and the Age of Ideology*. University of Missouri Press, 2004, e RUSSELLO, Gerald J. *The postmodern imagination of Russell Kirk*. University of Missouri Press, 2007. Uma exceção bem-vinda é BOGUS, Carl T. *Buckley: William F. Buckley, Jr., and the rise of American conservatism*. Bloomsbury Press, 2011, que trata apenas dos anos 1950 e 60.

interpretar e indicar um posicionamento diante de alguns fatos significativos do dia. Para isso, escolheu-se uma fonte das mais representativas das tendências conservadoras do período: o jornalista William F. Buckley Jr. (1925-2008), e sua revista *National Review*, da qual foi fundador, colunista e editor-chefe. Considerada como um dos mais importantes órgãos de fermentação, discussão e divulgação das ideias que acabariam por definir muito do que se tornaria o *mainstream* intelectual do movimento conservador da época, a *National Review* de Buckley, assim como ele próprio —, são um indicador relevante das preocupações de boa parte da direita mais intelectualizada dos Estados Unidos de meados do século XX.

Quanto aos objetivos *específicos* da pesquisa, eles são três. Em primeiro lugar, temos um exercício de definição: o que é ser conservador? De onde vem o conceito? O que, afinal, se quer conservar? Aqui o foco é conceitual: trata-se de investigar, por exemplo, se há uma entidade que possamos chamar de “Conservadorismo” (com maiúscula), da qual o conservadorismo americano seria uma mera aplicação regional, ou se o termo é simplesmente arbitrário (“Os conservadores são aqueles que assim se consideram, e ponto final.”). Também examinaremos como alguns dos principais teóricos do assunto explicaram o porquê do conservadorismo e a que problemas ele procura responder. Disso trataremos no capítulo 1.

Os capítulos 2 e 3 correspondem ao segundo objetivo: situar o moderno conservadorismo dos Estados Unidos — isto é, o movimento conservador nascido no pós-1945 — na longa duração da história intelectual americana. Isso significa identificar algumas das formas assumidas pelas ideias conservadoras desde o período da independência do país, a começar pelo seu primeiro grande teórico, que não foi americano, mas irlandês: o parlamentar Edmund Burke. A partir dele, apresentaremos uma pequena seleção de figuras históricas recorrentes na historiografia do conservadorismo, a fim de mostrar como ele adaptou suas formas e temas conforme as exigências de cada período. Obviamente, não se tem a pretensão de uma lista “completa”, e sim de dar ao leitor alguns bons exemplos do discurso conservador e mostrar como certos temas constituintes do conservadorismo da *National Review* não surgiram num vácuo puro e simples, mas tinham antecedentes. Isso requer uma contextualização caso a caso, com ênfase no período que foi crucial para moldar os conservadores pós-1945: as primeiras quatro décadas do século XX, quando uma onda reformista se espalhou pelas mais diversas partes do mundo, chocando algumas sensibilidades e engendrando, no caso dos EUA, uma “contraideologia”: um conservadorismo que, assim como o liberalismo de sua época, também se fez chamar por “moderno”. Suas primeiras manifestações como corrente intelectual correspondem à segunda metade do capítulo 3, onde o leitor também será apresentado à figura central desta pesquisa, aquele que pode ser

considerado o mais importante e conhecido líder intelectual do conservadorismo dessa época, William Frank Buckley Jr.

A escolha de Buckley como “âncora” desta obra merece uma justificativa numa obra destinada ao leitor brasileiro. Da mesma forma que *scholars* como Russell Kirk e Peter Viereck, Buckley teve destaque numa geração que conseguiu dar ao conservadorismo uma respeitabilidade intelectual.¹¹ Mas, num segmento ainda dominado por trabalhos acadêmicos e pequenos jornais, Buckley foi além ao criar *National Review*, um veículo de opinião suficientemente popular para promover uma *identidade coletiva*. Fundada com o objetivo de ser para os conservadores o que *The New Republic* ou *The Nation* eram para os liberais — uma sofisticada revista de opinião —, *National Review* tornou-se o principal periódico do conservadorismo americano, pautando discussões, lançando autores e teóricos, e sobretudo oferecendo ao grande público uma visão alternativa àquela do chamado *Establishment* liberal e à do pragmatismo político do Partido Republicano de então. Fosse por meio de comentários breves sobre os fatos do dia ou ensaios mais eruditos, a revista era eclética o bastante para interessar a vários tipos de leitores. Além disso, graças em particular à influência de Buckley como editor-chefe, a *National Review* se desincumbia de sua tarefa com certa graciosidade, combinando análises sérias com um senso de humor afiado. Como se não bastasse, poucos anos depois, Buckley se tornaria um dos fundadores do mais importante movimento juvenil conservador, o *Young Americans for Freedom*, em 1960, sairia como candidato a prefeito de Nova York pelo recém-criado Partido Conservador (1965), teria uma coluna publicada em centenas de jornais — e que lhe valeria um prêmio — e levaria a mesma mordacidade e eloquência de seus escritos para a TV, no longo e admirado programa de entrevistas *Firing Line* (1966-1999).¹² Sua filosofia acabaria por demarcar um conservadorismo *respeitável*, expurgado de outras correntes tidas como extremas e indesejáveis (antissemitas, membros da John Birch Society, KKK, etc.), e que mais tarde acabaria por chegar ao poder com a eleição de Ronald Reagan em 1980. Não por acaso, no aniversário de 30 anos da revista, em 1985,

¹¹ Como se verá, o que chamamos de “respeitabilidade intelectual” se refere ao fato de terem chamado a atenção para o movimento como algo mais que “gestos mentais irritadiços”, tornando-o objeto de discussões tanto na grande imprensa americana quanto na academia. Isso também significava uma capacidade de demarcação identitária, pela qual Buckley e seu círculo procuravam definir quem era e quem não era conservador: antissemitas, por exemplo, coisa ainda não muito difícil de encontrar em setores da direita americana, eram excluídos. Dessa forma, o conservadorismo, expurgado de “extremistas”, foi ganhando aceitação e tendo espaço para se afirmar como parte importante e reconhecida do discurso político *mainstream* do EUA.

¹² Em 1967, a coluna *On the Right* era publicada em 350 jornais pelo país, além da *National Review*, e por ela Buckley recebeu o Best Columnist of the Year Award. Também seria capa da *Time*. Dois anos depois, ganharia um Emmy por *Firing Line*. Cf. BRIDGES, Linda; COYNE JR., John R. *Strictly right: William F. Buckley Jr. and the American conservative movement*. Wiley, 2007, p. 139.

Reagan, até hoje um ícone dos conservadores americanos, admitiria que a revista tinha sido a principal responsável por sua conversão de democrata liberal para republicano conservador.¹³

Para entender a visão alternativa representada pelo conservadorismo, ir além das súmulas panorâmicas e também dissecar os argumentos apresentados na época, elegemos dois grandes temas e procuramos examinar os artigos de Buckley e de alguns de seus colaboradores a respeito. O primeiro deles, que corresponde ao capítulo 4, é um tema que pode não ser tão familiar ao leitor brasileiro não especializado: o chamado “moderno liberalismo” — já introduzido no capítulo 3, mas abordado aqui por uma série de casos concretos, segundo as características que Buckley e a *National Review* lhe atribuíam. A ideia é dar ao leitor uma apreensão não apenas do liberalismo como uma doutrina política ou um conjunto de ideias e práticas, mas dar-lhe um retrato tão vívido quanto possível da sua percepção pelos conservadores como uma força viva, tangível, representada por pessoas identificadas, políticas públicas específicas, pelo comportamento dos meios de comunicação, entre outras instâncias — enfim, como uma visão de mundo poderosa e institucionalizada que ameaçava os Estados Unidos *por dentro* e precisava ser combatida com energia. Para tanto, focamos na maneira como os conservadores da *National Review* entendiam ser os efeitos perniciosos da postura liberal no plano doméstico, até do dia-a-dia, de modo a formar uma caracterização inteligível de *a que*, afinal, eles se referiam quando tratavam do *Establishment* liberal — e como isso, por contraste, ajudava na definição do próprio conservadorismo, tal como a revista o entendia.

O segundo tema, no capítulo 5, é um corolário do primeiro: o posicionamento a respeito das lutas por direitos civis que, especialmente a partir de meados da década de 1950, agitaram os EUA ao desafiar o reformismo gradualista proposto pelos liberais e também as tradições tão caras ao conservadorismo. Em outras palavras, como a visão do liberalismo descrita no capítulo 4 foi aplicada na prática, se o foi, numa das grandes questões sociais do período. Dada a extensão do assunto e da cobertura feita (embora a questão racial não fosse uma constante, em 13 anos uma quantidade considerável de textos tratava dela), foi necessário um recorte. Optou-se, então, por focar em dois aspectos: as repercussões da decisão da Suprema Corte de considerar inconstitucional a segregação racial nas escolas públicas do Sul do país, no caso *Brown v. Board of Education*, em 1954, e a reação da *National Review* às campanhas não violentas comandadas por Martin Luther King. Quase como um interlúdio

¹³ O episódio é narrado, entre outras referências, em BOGUS, op. cit., p. 339. Por sua vez, ainda nessa mesma ocasião, Buckley fez a sugestiva piada de que, com Reagan na Casa Branca, sua própria ocupação podia ser listada como a de “ventríloquo”.

entre uma questão e outra, trataremos, ainda que brevemente, de uma questão delicada: o flerte esporádico, mas significativo, da revista com o racismo *biológico* subjacente aos debates da segregação. Frequentemente negado pelos livros escritos por conservadores, mesmo quando contritos,¹⁴ e tratado de forma breve atenção por autores de fora do movimento, esse é um assunto que merece atenção.

Estabelecidos esses objetivos, algumas palavras sobre o método. Dada o número considerável de autores e textos, procura-se aí uma construção *representativa* da maneira como os líderes intelectuais do conservadorismo diagnosticavam a sociedade do seu tempo, e que soluções ofereciam (se é que o faziam) aos problemas identificados. Naturalmente, isso não significa o levantamento de *todas* as opiniões expressas por Buckley ou a *National Review*, mas sim daquelas mais recorrentes, que podiam ser consideradas a tradução mais consistente da sua linha editorial no período de que tratamos. Considerando as limitações de um trabalho acadêmico e a pouca familiaridade com Buckley e seu círculo na historiografia brasileira, considerou-se que essa abordagem seria mais adequada do que uma catalogação exaustiva de cada excentricidade que, por vezes, era defendida por um ou outro colunista isoladamente. Em vez disso, tomou-se como guia aquilo que o leitor habitual da revista tinha maior probabilidade de encontrar a cada semana como “a opinião conservadora”, especialmente em se tratando de uma crítica ampla ao que se considerava a ideologia dominante.

Para realizar essa análise e selecionar fontes adequadas, usamos dois critérios. Para Buckley, os artigos foram escolhidos com base em um catálogo dos seus escritos públicos: *William F. Buckley Jr.: a bibliography*, de William Meeham III,¹⁵ que distingue livros, artigos da *National Review* e de outras publicações. Essa obra tem ainda a vantagem de atribuir palavras-chave a cada registro, de maneira que é possível selecionar os textos de acordo com o tema. No nosso caso, privilegiamos todos aqueles que tivessem como palavras-chave (exatamente ou por correlação) “liberalismo”, “raça” e “direitos civis”, mais alguns ligados a questões que abordaremos secundariamente. Em sua maioria, o *corpus* documental analisado é de textos publicados na *National Review*, portanto voltados principalmente para o público conservador ou simpatizante. No entanto, uma parte expressiva também apareceu em vários outros veículos a partir de 1962, na forma de “syndicated column”, sob a rubrica “On the Right”, que era republicada apenas parcialmente pela *National Review* por ter uma frequência

¹⁴ Cf., por exemplo, o ex-editor Jeffrey Hart diz sobre os “dias ruins” da revista ao tratar do tema, no capítulo sobre raça em seu *The making of the American conservative mind: National Review and its times*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2006. 425 p.

¹⁵ ISI Books, 2002.

maior e só passou a aparecer integralmente na revista a partir de 1968.¹⁶ Como balizas temporais, optou-se pelo ano da fundação da revista, 1955, e o da primeira vitória de um candidato à presidência explicitamente apoiado por ela, 1968, quando Richard Nixon se elegeu com um discurso de “ordem” e Martin Luther King foi assassinado. Essa foi a fase em que o conservadorismo da *National Review* estava fora do *mainstream* político-eleitoral americano, e o Partido Republicano ainda contava com uma expressiva ala “moderna” avessa aos compromissos ideológicos que os conservadores exigiam (e que, na eleição de 1964, tinham levado a candidatura de Barry Goldwater a uma derrota devastadora). É, portanto, uma fase de demarcação de território, particularmente combativa, ao mesmo tempo que o país, dominado ainda pelos democratas liberais, se via às voltas com movimentos de contestação tanto no plano interno (nacionalismo negro, a Nova Esquerda, entre outros de maior ou menor radicalismo) quanto no externo (vide a oposição à Guerra do Vietnã). É nessa época de crise, cujos sinais já despontavam desde os anos 50, que conservadores como Buckley vão articular sua defesa dos princípios americanos que julgavam ameaçados, lutando para deixar a periferia dos debates intelectuais rumo a uma posição de maior influência na sociedade americana. E embora essa luta não tenha terminado num passe de mágica com a eleição de Nixon, a partir de então ela se deu num outro nível.

Também recorreremos em menor escala a outros materiais, sejam os livros publicados por Buckley nesse período (a maioria deles, um apanhado de artigos previamente publicados), bem como textos feitos para outros veículos de maior porte e projeção na imprensa americana, como a revista *Esquire*, o *New York Times*, entre outros. Dada a profusão dos escritos públicos buckleyanos — o banco de dados do Hillsdale College, instituição responsável por sua publicação integral online e o principal arquivo utilizado para este trabalho, registra cerca de 8.600 textos — tivemos de fazer uma seleção tão severa quanto dolorosa, de pouco mais de 400. Acreditamos, porém, que ela é representativa do pensamento do fundador da *National Review*.

Finalmente, como complemento e eventual contraponto, usamos artigos variados de outros autores da *National Review*, selecionados a partir da consulta à base de dados digital da EBSCO Host¹⁷ ou diretamente aos volumes encadernados disponíveis na biblioteca do

¹⁶ Em inglês, diz-se que um material qualquer é *syndicated* quando é vendido por uma agência a vários jornais e revistas simultaneamente. No caso de Buckley, a projeção de sua coluna para além do segmento propriamente conservador da imprensa americana acabaria lhe dando maior renome e influência que qualquer outro de seus colegas.

¹⁷ Cf. <http://www.ebscohost.com/archives/magazine-archives/national-review> [Acesso em: 7 de dezembro de 2012.]

Russell Kirk Center for Cultural Renewal.¹⁸ Alguns de seus livros, usualmente anunciados e endossados pela revista, também serão utilizados. Dessa forma, pode-se ter uma visão mais ampla da diversidade do conservadorismo americano no geral e da própria *National Review* em particular. Mesmo dentro dos limites da própria revista, divergências e diferenças de ênfase existiam — ainda que coubesse a Buckley, como editor-chefe, a decisão final de publicar ou não o que seus auxiliares produziam. Na ausência de contestação, que podia se dar por debate público sob a rubrica “The Open Question” ou uma coluna isolada replicando a algo que foi dito anteriormente, parte-se do princípio de que aquilo que foi publicado pela NR foi considerado pelo menos como oficialmente aceitável por parte de sua equipe editorial e, portanto, da concepção de conservadorismo que ela procurava apresentar ao grande público.

Naturalmente, dada a enorme quantidade de material disponível, tanto do próprio Buckley quanto dos demais colaboradores da sua revista,¹⁹ e as interações complexas entre seus escritos e a conjuntura dos Estados Unidos da época, seria irrealista pretender uma visão “definitiva” do seu pensamento. Em História, esse adjetivo não cabe. Além disso, as limitações de espaço e tempo que envolvem a redação de uma tese desaconselhariam um projeto tão grandioso, mesmo que ele fosse possível. Entretanto, um levantamento de temas e argumentos recorrentes, bem como sua relação com os problemas do momento — a *National Review* era essencialmente um comentário sobre atualidades — é uma tarefa perfeitamente viável, e o objetivo maior desta pesquisa. E como nenhum trabalho histórico é isolado do tempo em que é produzido, a nossa não é uma curiosidade inteiramente gratuita e desinteressada. Partiu-se, aqui, da premissa de que mais trabalhos sobre o pensamento de direita, seja a dos EUA ou de outras partes, são necessários no Brasil deste início do século XXI. Apesar do destaque que os diferentes movimentos conservadores têm obtido nas últimas décadas, e particularmente nos anos 2000, ainda há uma escassez notória de estudos brasileiros sobre essa parte do espectro político (exceção feita, talvez, aos chamados “neoconservadores”, que receberam atenção principalmente da imprensa após o 11 de Setembro). Se, por um lado, essa relutância é *compreensível* — considerando a associação entre “direita” e “autoritarismo” no contexto brasileiro, especialmente à luz do governo militar —, por outro ela é inaceitável num país em que há uma profusão de trabalhos sobre

¹⁸ <http://www.kirkcenter.org>. [Acesso em: 7 de dezembro de 2012.]

¹⁹ Cabe aqui uma advertência. O acesso à *National Review* por parte do leitor brasileiro apresenta sérias dificuldades, uma vez que o melhor acervo digital da revista só é acessível mediante assinatura institucional, de forma que é preciso estar ligado a uma universidade ou instituição de pesquisa que pague por isso. Em 2011, o Portal de Periódicos da CAPES ofereceu acesso a essa base, limitado ao período pós-1975, mas apenas em caráter temporário. A própria NR não mais disponibiliza seus arquivos mediante assinatura, como fazia até 2008, quando esta pesquisa se iniciou. Resta, pois, ao pesquisador interessado obter algum vínculo junto a instituições americanas que ofereçam essa possibilidade, ou até tenham versões impressas da revista.

organizações, movimentos sociais, figuras históricas e disputas ideológicas associadas com a esquerda. Rivalidades ou simpatias ideológicas à parte, no mundo complexo em que vivemos, como continuar ignorando — ou tratando com superficialidade — todo um campo do espectro político? Aliás, um campo cujas ideias têm informado processos relevantes e ainda em curso, tais como a desregulamentação dos mercados financeiros que teria aberto caminho para a atual crise financeira²⁰, a enorme resistência enfrentada pelo projeto de um sistema de saúde público nos EUA por parte do presidente Barack Obama,²¹ para citar apenas dois exemplos relacionados à história norte-americana. E, mais próximo de nós, um campo que gradualmente tem voltado a ganhar espaço no discurso político, social e cultural brasileiro, também sob visível influência da matriz intelectual dos EUA.²²

²⁰ “Financial Crisis Was Avoidable, Inquiry Finds”. *The New York Times*, 26/01/2011. Disponível em: http://www.nytimes.com/2011/01/26/business/economy/26inquiry.html?_r=0&adxnnl=1&adxnnlx=1354943726-Kx8auCqUkcIz+aPdKgsC/A. [Acesso em: 8 de dezembro de 2012.]

²¹ A controvérsia sobre o Affordable Care Act de 2010 (vulgo “Obamacare”) tem gastado uma enorme quantidade de tinta e pixels desde que a administração Obama começou a tocar no assunto. Mas é notável como alguns dos argumentos da oposição lembram a do bem-sucedido ataque a tentativas anteriores de criar um sistema de “medicina socializada” nos Estados Unidos, algo comum em países industrializados e mesmo nos menos prósperos, como o Brasil. Alguns exemplos que ajudam a entender a questão: GOLDBERG, Jonah. “The Reality of Obamacare”. *National Review Online*, 24/3/2010. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/229382/reality-obamacare/jonah-goldberg>. MURDOCK, Deroy. “Seventeen Trillion Reasons to Repeal Obamacare”. *National Review Online*, 19/4/2012. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/296490/seventeen-trillion-reasons-repeal-obamacare-deroy-murdock>. KLEIN, Ezra. “11 facts about the Affordable Care Act”. *The Washington Post* (edição online), 24/6/2012. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/blogs/wonkblog/wp/2012/06/24/11-facts-about-the-affordable-care-act>. KLIFF, Sarah. “Everything you need to know about Obamacare and SCOTUS in one post”. *The Washington Post* (edição online), 25/6/2012. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/blogs/wonkblog/wp/2012/06/25/everything-you-need-to-know-about-obamacare-and-scotus-in-one-post>. [Acesso em: 8 de dezembro de 2012.]

²² Dizer isso em 2013 não há de surpreender ninguém que esteja habituado a acompanhar debates políticos na Internet brasileira desde a virada do milênio. Porém, o que podia parecer uma excentricidade de alguns poucos grupos já começa a chamar uma maior atenção. Citem-se, por exemplo, a revista *Dicta & Contradicta* (<http://www.dicta.com.br>), um think tank como o Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (<http://www.cieep.org.br>) e a Editora É Realizações, conhecida por lançar obras de intelectuais de viés conservador (cf. <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1031115-com-ousadia-editora-e-movimenta-filao-de-livros-cabeca.shtml>). Na grande imprensa, em 2012, o ex-deputado e jornalista João Mellão publicou no *Estado de S. Paulo* dois artigos expondo uma linha de pensamento explicitamente informada pelo conservadorismo de Russell Kirk e Edmund Burke (“Uma nova direita: por que não?”, de 24/02, em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,uma-nova-direita--por-que-nao-,839845,0.htm>, e “Eu sou um conservador”, de 16/11, <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,eu-sou-um--conservador-,960957,0.htm>). [Acesso em: 14 de julho de 2013.] Isso para citar só quatro exemplos de maior sofisticação, todos com notória influência do conservadorismo americano. Numa linha mais sensacionalista, o filósofo Olavo de Carvalho, que já teve coluna em grandes jornais como *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*, tem sido uma referência minoritária, mas persistente, na conversão principalmente de jovens estudantes a uma curiosa combinação de tradicionalismo, anticomunismo alarmista e crítica cultural, em grande parte derivada de intelectuais conservadores americanos. Seus discípulos, jocosamente apelidados de “olavetes” pelos seus críticos, já formam um segmento notório do que alguns jornalistas têm chamado de “nova direita” brasileira. Um exemplo dessas visões pode ser encontrado num dos sites fundados por Carvalho, o *Mídia sem Máscara*: <http://www.midiasesmascara.org>. O fenômeno tem atraído até mesmo certa hostilidade à esquerda, como se vê pela matéria de capa da revista *Carta Capital* de 07/12/2012, intitulada “A velha cara da nova direita” — e que reforça o estereótipo da direita autoritária ao estilo de 1964.

Desta forma, o estudo do conservadorismo não se limita a um mero interesse de diletante. Trata-se de uma força ainda viva e atuante que, não obstante as inevitáveis transformações que sofreu desde a época de que trataremos aqui, tem se projetado para fora das fronteiras dos EUA. Ao oferecer uma análise a seu respeito, ainda que parcial, esperamos não apenas dar uma contribuição à historiografia do tema, mas também atizar a curiosidade dos nossos eventuais leitores, dentro e fora de academia, e quem sabe encorajar mais explorações dentro desse assunto. A história dos EUA, e particularmente do seu pensamento político e social, é rica e diversificada o bastante para fazer jus a uma maior atenção por parte de pesquisadores e mesmo os leigos curiosos do nosso país. Numa era que se pretende “da informação”, com acervos inteiros a um clique de distância e o conhecimento da língua inglesa se tornando cada vez mais comum, nada justifica a ausência de um número maior de trabalhos sobre o assunto. Foi com isso em mente que demos início a esta tese. Se, ao terminar de lê-la, os leitores tiverem encontrado pelo menos um tópico que lhes desperte o desejo de saber mais, já nos daremos por satisfeitos.

Boa leitura.

1 – O CONSERVADORISMO E SUAS MUITAS DEFINIÇÕES

*Mentes demais têm tentado “conservar”
coisas demais por razões demais.*

J.G.A. Pocock.²³

Conservador. Nos dias atuais, a palavra tem sido associada a uma profusão de movimentos e personagens. Uma rápida olhada nos jornais e revistas dá uma ideia da variedade de seu uso. Conservadora é Sarah Palin, ex-governadora do estado norte-americano do Alasca e recente ícone popular do Partido Republicano;²⁴ conservador é o partido do primeiro-ministro britânico David Cameron, herdeiro da tradição de Margareth Thatcher.²⁵ Mas conservadores também são Benjamin Netanyahu, o primeiro-ministro linha-dura de Israel,²⁶ o seu extravagante ex-colega italiano Silvio Berlusconi,²⁷ o partido brasileiro “sem ideologia” PSD²⁸ e, saindo do campo da política *strictu sensu*, a organização católica brasileira Tradição, Família e Propriedade,²⁹ o papa Bento XVI³⁰ e o aiatolá iraniano Ali

²³ POCOCK, J.G.A. Introduction. In: BURKE, Edmund. *Reflections on the revolution in France*. Indianapolis: Hackett, 1987, p. vii. Apud: MULLER, Jerry Z. *Conservatism: an anthology of social and political thought from David Hume to the present*. Princeton: Princeton University Press, 1997, p. 22-3.

²⁴ COULTER, Ann. Sarah Palin: conservative of the year. *Human Events*. 22 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.humanevents.com/article.php?id=29995>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

²⁵ HOUGH, Andrew. David Cameron becomes youngest prime-minister in almost 200 years. *The Daily Telegraph*. 11 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/politics/david-cameron/7712545/David-Cameron-becomes-youngest-Prime-Minister-in-almost-200-years.html>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

²⁶ BENN, Aluf. Obama and Netanyahu: the revolutionary vs. the conservative. *Haaretz*. 22 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.haaretz.com/print-edition/news/obama-and-netanyahu-the-revolutionary-vs-the-conservative-1.363198>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

²⁷ ZAMPANO, Giada; MEICHTRY, Stacy. Berlusconi party trails in Milan’s race. *The Wall Street Journal*. 17 de maio de 2011. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748704281504576327520963214018.html>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

²⁸ PSD: sem ideologia e conservador. *A Gazeta*. 15 de outubro de 2011. Disponível em: http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2011/10/noticias/a_gazeta/politica/993253-psd-sem-ideologia-e-conservador.html. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

²⁹ LIMA, João Gabriel de. A TFP do B: Dissidentes tomam o poder na mais tradicional organização conservadora do Brasil. *VEJA*. Ed. 1851. 22 de abril de 2004. Disponível em: http://veja.abril.com.br/280404/p_094.html. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

³⁰ Conservative Ratzinger to lead Catholic Church. *Der Spiegel*. 19 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/0.1518.352310.00.html>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

Khamenei.³¹ Da mesma forma, no dia a dia se fala em investidores conservadores, educação conservadora... Os usos da palavra parecem não ter fim.

Segundo o dicionário *Houaiss*, o adjetivo “conservador” tem três significados principais: “que ou o que conserva; conservante”; “que ou o que, em princípio, é contrário a mudanças ou adaptações de caráter moral, social, político, religioso etc.” e, finalmente, “que ou quem é membro de um partido conservador”.³² Dessas concepções, deduz-se que conservador seria, portanto, simplesmente aquele que se opõe à mudança, sem maiores nuances. Seu objetivo seria manter o *status quo*. Sobre esse ponto, trata-se da propensão humana de “manter as coisas como elas são” ou o afeto por aquilo que é familiar — do que se infere certo temor ou apreensão diante do novo e desconhecido. Nesse sentido elementar, todos os seres humanos são conservadores em alguns momentos ou em determinados campos: no amor à terra natal, às histórias ouvidas na infância, aos hábitos e tradições de sua cultura, entre muitos outros exemplos possíveis. O familiar evoca segurança e previsibilidade, não raro mobilizando poderosas energias emocionais que parecem desafiar a fria lógica da razão.³³

Mas se nos limitarmos a essa definição básica do conservador, não iremos longe. Afinal, se todos somos um pouco conservadores, como a palavra poderia servir de rótulo para figuras e ações políticas tão diversas? O que ela diz de específico a seu respeito?

Quando o dicionário não é suficiente, talvez uma enciclopédia ajude. A edição acadêmica da *Britannica*, por exemplo, em seu verbete sobre o assunto, matiza um pouco mais o conceito ao definir o conservadorismo como “doutrina política que enfatiza o valor de doutrinas e práticas tradicionais”, ao que logo acrescenta: “O conservadorismo é uma preferência pelo que é historicamente herdado em vez de pelo que é abstrato e ideal”. E complementa:

Esta preferência tem tradicionalmente se apoiado em uma concepção orgânica da sociedade — isto é, na crença de que a sociedade não é meramente uma coleção frouxa de indivíduos, mas um organismo vivo consistindo de membros intimamente conectados e interdependentes. Os conservadores favorecem, portanto, instituições e práticas que evoluíram gradualmente e que são

³¹ Profile: Ayatollah Ali Khamenei. *BBC News*. 17 de junho de 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/3018932.stm>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

³² *Houaiss eletrônico*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

³³ O historiador inglês Patrick N. Allitt conta uma anedota que ilustra bem o poder desse afeto pelo familiar. Diz ele que, ao visitar Derby, sua cidade natal, depois de alguns anos vivendo nos EUA, a irmã de um amigo de infância lhe perguntou quando ele voltaria a viver ali. Allitt respondeu que estava levando uma vida bem interessante na América e não estava certo de que pretendia retornar. Sua interlocutora insistiu, perguntando se ele tinha certeza disso, já que “o povo de Derby era o melhor povo do mundo”. Allitt, por sua vez, indagou como ela podia saber disso se nunca tinha viajado para nenhum outro lugar, ao que ela retrucou que “não precisa ir a nenhum outro lugar, já que sabia que Derby tinha o melhor povo do mundo”. Cf. ALLITT, Patrick. What is Conservatism? In: *The Conservative Tradition*. Curso em áudio. The Teaching Company, 2009.

manifestações de continuidade e estabilidade. A responsabilidade do governo é ser o servo, não o mestre, das formas existentes de vida, e os políticos devem, portanto, resistir à tentação de transformar a sociedade e a política. Esta desconfiança do ativismo governamental distingue o conservadorismo não apenas das formas radicais do pensamento político, mas também do liberalismo, o qual é um movimento antitradicionalista dedicado a corrigir os males e abusos resultantes do mau uso do poder social e político. [...] O conservadorismo deve também ser diferenciado da aparência reacionária, que favorece a restauração de uma ordem política ou social anterior, usualmente obsoleta.³⁴

Eis uma primeira pista. Em vez da mera defesa do *status quo*, vemos agora que os conservadores se definem também por uma oposição a “formas radicais” e ao “liberalismo”. É uma característica que lhe atribui um marco temporal específico, uma vez que, na história do pensamento político, tais doutrinas são usualmente associadas com o período iniciado no século XVII e que dura até hoje. O conservadorismo, portanto, seria um fenômeno moderno, pelo menos na maneira como a *Britannica* o define. Ainda assim, se voltarmos à já citada variedade dos usos do adjetivo conservador, continuaremos em terreno movediço. Temos uma noção de a que o conservadorismo se opõe, mas a herança histórica que ele valoriza não é especificada; acima de tudo, nada vimos sobre o que ele *afirma e propõe*. E como nenhum rótulo político poderia ser tão largamente difundido com base apenas numa recusa, é preciso ir além dessas definições gerais e examinar a trajetória do conceito de conservadorismo e algumas de suas manifestações concretas. A partir daí, estaremos aptos a analisar algumas das abordagens teóricas sobre o assunto, para então, finalmente, nos determos sobre as formas que o conservadorismo assumiu nos Estados Unidos do século XX.

1.1 O CONSERVADORISMO COMO CONCEITO: ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS.

O primeiro uso da palavra “conservador” no contexto político foi no jornal *Le Conservateur*, fundado pelo escritor francês François Auguste René, visconde de Chateaubriand, no período de retorno ao poder da dinastia Bourbon, após a queda de Napoleão Bonaparte.³⁵ Iniciado em 1818, o jornal se tornaria um dos porta-vozes da facção ultrarrealista que procurava reverter as mudanças introduzidas após 1789, no espírito do movimento da Restauração imposta pelas potências signatárias do Congresso de Viena de 1815. Um pouco mais tarde, em 1824, o termo conservador atravessou o Canal da Mancha e

³⁴ CONSERVATISM. In: ENCYCLOPÆDIA Britannica Online Academic Edition. 2011. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/133435/conservatism>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

³⁵ MANNHEIM, Karl. *Conservatism: a contribution to the Sociology of Knowledge*. Oxon, UK; New York, USA: Routledge, 2007, p. 77.

foi usado pela primeira vez pelo futuro primeiro-ministro George Canning, ao se referir assim à tradicional facção dos *tories*. Dez anos depois, com a ascensão de Robert Peel ao posto, os *tories* reformularam algumas de suas posições políticas e se tornaram oficialmente o Partido Conservador.³⁶

Se é fácil traçar a origem do uso público da expressão “conservador”, aquilo que ela designa é objeto de controvérsias. As diversas origens atribuídas pelos estudiosos ao “conservadorismo” como um posicionamento sociopolítico mais ou menos delimitado vão desde a Antiguidade Clássica até o século XVIII. Para esclarecer esse ponto, pode ser útil recorrer a uma tipologia formulada pelo cientista político norte-americano Samuel Huntington em seu artigo *Conservatism as ideology*, publicado em 1957.³⁷ Para ele, as “concepções da natureza do conservadorismo como uma ideologia” — definida como “um sistema de ideias preocupado com valores políticos e sociais e aceito por um grupo social significativo” — costumam se dividir em três grupos básicos:

Primeiro, a teoria *aristocrática* define o conservadorismo como a ideologia de um único movimento histórico específico: a reação das classes agrárias feudal-aristocráticas à Revolução Francesa, ao liberalismo e à ascensão da burguesia no fim do século dezoito e no início do dezenove. [...] O conservadorismo se torna então indissolúvelmente associado a feudalismo, status, *ancién regime*, interesses fundiários, medievalismo e nobreza; torna-se irreconciliavelmente contrário à classe média, aos trabalhadores, ao comercialismo, o industrialismo, o liberalismo e o individualismo.³⁸

Nessa categoria encontra-se, por exemplo, a análise clássica do sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947), desenvolvida nos anos 1920 e que toma como caso exemplar o pensamento conservador alemão, que seria, em sua opinião, a forma mais desenvolvida e “pura” do conservadorismo europeu.

Em segundo lugar, a definição *autônoma* do conservadorismo mantém que o conservadorismo não está necessariamente ligado aos interesses de nenhum grupo particular, nem, na verdade, a sua aparição depende de qualquer configuração histórica específica das forças sociais. O Conservadorismo é um sistema autônomo de ideias que são válidas em geral. Define-se em termos de valores universais tais como justiça, ordem, equilíbrio, moderação. Se um indivíduo em particular preza ou não esses valores, depende não das suas afiliações sociais, mas de sua capacidade pessoal de enxergar a verdade inerente e a desejabilidade deles.³⁹

³⁶ CONSERVATIVE Party. *Spartacus Educational*. Disponível em:

<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/Pconservative.htm>. [Acesso em: 6 de novembro de 2011.]

³⁷ HUNTINGTON, Samuel. *Conservatism as ideology*. *American Political Science Review*. V. 51, No. 2 (Jun., 1957), p. 454-473. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1952202>. [Acesso em: 5 de abril de 2011.]

³⁸ *Ibid.*, p. 454.

³⁹ *Ibid.*, p. 455.

Aqui se encaixam autores como Russell Kirk, de que trataremos nos capítulos seguintes, e Morton Auerbach, ambos postulando uma espécie de “essência” conservadora genérica com traços identificáveis.

Terceiro, a definição *situacional* vê o conservadorismo como a ideologia que emerge de um tipo distinto, mas recorrente, de situação histórica na qual um desafio fundamental é dirigido às instituições estabelecidas, e em que os apoiadores dessas instituições empregam a ideologia conservadora para defendê-las. Assim, o conservadorismo é o sistema de ideias empregado para justificar qualquer ordem social estabelecida, não importa onde ou quando ela exista, contra qualquer contestação fundamental à sua natureza ou ao seu ser, não importa de onde ele venha.⁴⁰

Esta é a posição do próprio Huntington, e também a sugerida pelo dicionário. Trata-se do conservadorismo como um posicionamento voltado para um fim geral — a defesa do que existe — sem um conteúdo de crenças distintas. Nessa visão, portanto, haveria tantos conservadorismos quanto a criatividade dos defensores da ordem em vigor permitisse; eles se definiriam antes pela *finalidade* que pela *substância* das ideias empregadas.

Cada um desses autores, ao se debruçar sobre qual seria a localização mais exata do conservadorismo no processo histórico, trata mais ou menos longamente do que seriam as crenças básicas de um conservador típico. Vale a pena, portanto, nos determos um pouco sobre eles, antes de examinarmos diretamente alguns casos concretos tidos como modelos do pensamento conservador moderno.

1.1.1 O CONSERVADORISMO SEGUNDO KARL MANNHEIM.

Talvez “o mais penetrante estudo da mente conservadora já escrito”,⁴¹ na opinião do autor americano Paul Gottfried, *Das konservative Denken* (“O modo de pensar conservador”) foi publicado pela primeira vez em 1936. Baseado na tese de doutorado do autor, defendida em 1925, o livro tem o objetivo geral de demonstrar que “o pensamento está preso à existência”.⁴² Mais especificamente, Mannheim procura mostrar as “raízes sociológicas” do “conservadorismo primitivo”, tendo como estudo de caso o conservadorismo na Alemanha da primeira metade do século XIX, bem como apresentar uma tipologia dessa corrente de pensamento.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ GOTTFRIED, Paul Edward. *Conservatism in America: making sense of the American Right*. Palgrave MacMillan, 2007, p. 33.

⁴² MANNHEIM, Karl. *Conservatism: a contribution to the Sociology of Knowledge*. Oxon, England; New York, USA: Routledge, 2007, p. 31.

Do ponto de vista teórico, Mannheim escreve com base na “sociologia do conhecimento”, um campo que, embora deva muito a Weber, somente com ele alcançou reconhecimento acadêmico. Constituindo um amálgama de influências que vão desde Weber ao historicismo e o marxismo, esse campo

busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua situação comum.⁴³

A sociologia do conhecimento tem o objetivo de identificar tais “estilos de pensamento”, que por sua vez são analisados a partir de uma concepção específica de ideologia. Para Mannheim, as ideologias seriam “todas as ideias situacionalmente transcendentais que jamais conseguem *de facto* a realização de seus conteúdos pretendidos”. Ainda que sirvam de guia para os indivíduos sinceros que as esposam, “seus significados, quando incorporados efetivamente à prática, são, na maior parte dos casos, deformados”.⁴⁴ Em contraste com elas, haveria as utopias, “orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem das coisas que prevaleça no momento”.⁴⁵

Mannheim estabelece uma primeira distinção entre o “tradicionalismo” — “uma inclinação psicológica universal” para o que é familiar e a desconfiança frente ao que é novo — e o conservadorismo — que envolve uma ação em concordância com um contexto estrutural objetivo. Enquanto o primeiro é previsível, constituindo uma forma de comportamento *reativo* facilmente encontrável em indivíduos nos mais diferentes ambientes e épocas, o segundo implica uma orientação distinta para uma maneira de agir e pensar que é historicamente influenciada. Em outras palavras, não haveria um conservadorismo no sentido de uma ideia platônica, pré-existente à realidade histórica. Para Mannheim, o conservador é alguém que tenta “cultivar uma certa forma histórica de tradicionalismo ao ponto da coerência metodológica”, ou seja, que expressa o seu tradicionalismo de forma consciente, racional⁴⁶ e

⁴³ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 31 apud NETTO, Leila Escorsim. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 72-3.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 78 apud *ibid.*, p. 74.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 219 apud *id.*

⁴⁶ Não confundir “racional” com “racionalista”, isto é, “a visão filosófica que considera a razão como o principal meio e teste do conhecimento. Mantendo que a própria realidade tem uma estrutura lógica inerente, o racionalista afirma existir uma classe de verdades que o intelecto pode apreender diretamente. [...] A confiança do racionalista na razão e na prova tende, portanto, a prejudicar o seu respeito por outras formas de

articulada — uma visão de mundo, enfim — mas respondendo a um contexto específico. Logo, não se poderia pensar no conservadorismo sem levar em consideração que ele *surge numa situação histórica determinada*: a da afirmação do progresso como uma forma de pensar no campo mais amplo da sociedade, e que caracterizou boa parte do pensamento iluminista na Europa.⁴⁷ Daí surgiu, diz Mannheim, o “contramovimento” conservador, já demonstrando sua característica *reativa*. Sua mera existência já denota que mudanças estão em curso, orientadas para os grandes problemas da era moderna: “(1) o pleno desenvolvimento do Estado-nação unitário, (2) a participação do povo na direção do Estado, (3) a integração do Estado na ordem econômica mundial, (4) a solução da questão social”. Será em torno de tais problemas que as diversas correntes do pensamento político irão orbitar, cada uma com suas propostas e interpretações peculiares.⁴⁸ E Mannheim conclui (grifo nosso):

Em suma, o desenvolvimento e as características partilhadas do conservadorismo moderno — distintas das do mero tradicionalismo — nas diferentes nações, se devem em última instância ao caráter dinâmico do mundo moderno; à base dessa dinâmica na diferenciação social; ao fato de que esta diferenciação social afeta todo o cosmo intelectual; e ao fato de que os projetos fundamentais dos estratos sociais decisivos não apenas cristalizam ideias na forma de verdadeiros movimentos de pensamento, mas também criam visões de mundo diferentes e antagônicas e, embutidos nestas, estilos de pensamento diferentes e antagônicos. Numa palavra, *a transformação do tradicionalismo em conservadorismo só pode se dar em uma sociedade de classes diferenciadas*.⁴⁹

À vista disso, pode-se fazer um breve sumário da visão de Mannheim sobre o conservadorismo incluindo as seguintes características essenciais:

1) *Ligação com o capitalismo e suas ideologias*: para Mannheim, o capitalismo moderno, ainda que em uma fase de luta com os resquícios da ordem feudal anterior, seria a precondição da ascensão do conservadorismo como ideologia ou complexo de ideias e valores. Por essa mesma razão, o conservadorismo só poderia ser devidamente analisado em oposição à sua “contraparte”, a saber, o liberalismo, com seus princípios de liberdade, individualismo, racionalismo e leis e direitos universais.

conhecimento”. Um corolário disso é que o racionalista, quando imprudente, tende a confiar mais naquilo que lhe parece fazer sentido do que na realidade concreta, confundindo lógica interna com veracidade. Cf. RATIONALISM. In: ENCYCLOPÆDIA Britannica Online Academic Edition. 2011. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/492034/rationalism>. (Acesso em: 11 de novembro de 2011.)

⁴⁷ Note-se que, ao contrário do que muitos pensam, o Iluminismo não é completamente progressista, no sentido que normalmente se dá a esse termo. Havia pensadores que poderíamos considerar “iluministas conservadores”, como Montesquieu.

⁴⁸ Ibid., p. 83-4.

⁴⁹ Ibid., p. 86.

2) *Objetivo de conservação social*: o conservador luta para manter uma ordem que julga ameaçada, mas precisa fazê-lo de forma intelectualmente ativa, não mais podendo contar com a inércia natural de instituições e costumes. Seu primeiro compromisso, como o rótulo já diz, é com a *conservação* dos fundamentos do que (ainda) existe.

3) *Ausência de uma utopia*: em contraste com radicais e liberais, o conservador adota um “‘princípio de passividade’ e uma ‘atitude de determinação’ ao ponto de um ‘veio de fatalismo’”, ao mesmo tempo exibindo “consistentemente conotações antirrevolucionárias”.⁵⁰ Consequentemente, a orientação básica do conservador é com o mundo tal qual é. Isso não quer dizer que ele não perceba problemas que devam ser resolvidos, mas, diferente de seus opositores, vai abordá-los de forma muito mais suave, dentro do sistema social existente.

4) *Valorização de “criações coletivas” acima dos indivíduos*: enquanto o liberalismo tem o indivíduo como unidade social básica, portadora de direitos irredutíveis, o conservador preza especialmente entidades como “povo”, “Estado”, “nação”, “igreja”, “comunidade” e “família”. Mannheim percebeu uma “crescente tendência do conservadorismo de achar um ‘portador verdadeiro’ da ‘liberdade qualitativa’ em ‘formações coletivas abrangentes’ como ‘comunidades orgânicas’”, enquanto as separa dos indivíduos sob a alegação de que as liberdades individuais constituiriam um perigo para elas.⁵¹ Esses agrupamentos desempenham para o conservador aproximadamente o papel de agência histórica que as classes sociais têm para os socialistas.⁵²

5) *Mutabilidade de acordo com a classe social que o utiliza*: o conservadorismo assume diferentes formas de acordo com o estrato da sociedade que se vale dele, seja a aristocracia, a burguesia, as classes médias, os camponeses etc. Como exemplo, “Mannheim observa que o conservadorismo primitivo na Inglaterra e na Alemanha revelava suas ‘raízes sociológicas’ ao representar a ‘ideologia da nobreza dominante’”, justificando a dominação exercida pela aristocracia. Em suma, o conservadorismo depende de estratos hostis ao racionalismo capitalista e liberal.⁵³

6) *Concepção “qualitativa” da liberdade*: se o liberal pressupõe, como na *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que todos os homens são livres e iguais em seus direitos, e o limite dessa liberdade é dado pelo respeito à liberdade do próximo, o

⁵⁰ ZAFIROVSHI, Milan; RODEHEAVER, Daniel G. The Mannheim Hypothesis revisited: conservatism versus the principle of liberty and liberal modernity. *Journal of Classic Sociology*. V. 9, no. 3 (August, 2009), p. 321. Disponível em:

<http://jcs.sagepub.com.ez24.periodicos.capes.gov.br/content/9/3/319.full.pdf>. [Acesso em: 11 de novembro de 2011.]

⁵¹ Ibid.

⁵² MANNHEIM, op. cit., p. 99.

⁵³ Ibid.

conservador refuta essa ideia. Mais especificamente, ele rejeita o pressuposto de igualdade que embasa essa concepção de liberdade, e defende uma “liberdade qualitativa”. É-se livre dentro dos diversos corpos coletivos que constituem a sociedade maior, de acordo com as normas de cada um. Como diz Mannheim, reconhece-se uma plena liberdade interior, mas as relações do indivíduo com o mundo externo são regidas pelo *princípio da ordem*. E para evitar a colisão entre tal ordem orgânica e a liberdade íntima de cada um, adota-se a pressuposição de uma “‘harmonia pré-estabelecida’ garantida diretamente ou por Deus ou pelas energias nacionais dentro da sociedade”.⁵⁴ É uma adaptação conservadora da ideia liberal da separação entre esfera pública e esfera privada.

Mas, além desses traços gerais, Mannheim também trata o conservadorismo como um *modo de pensar* (daí o título original da obra) bem diferente do esposado pelos seus oponentes racionalistas. Enquanto estes pensavam em termos de princípios abstratos, racionais, a partir dos quais julgavam a sociedade existente e em termos dos quais pretendiam alterá-la mais ou menos intensamente, o conservador invertia a análise. O concreto, o real, é que se torna o seu ponto de partida, a sua base e seu objeto de empatia — em contraposição àquilo que seria meramente especulativo ou teórico.

O conservadorismo não-romântico sempre parte do caso particular à mão e nunca amplia seu horizonte além do seu próprio ambiente particular. Seu objetivo é a ação imediata, a mudança nos detalhes concretos, e ele não está realmente preocupado com a *estrutura* do mundo em que vive. Toda a ação progressista, em contraste, está crescentemente animada por uma *consciência do possível*; ela transcende o imediatismo dado por meio de uma *possibilidade sistemática*, e luta contra o concreto *não* procurando colocar uma *concretude diferente* em seu lugar, *mas querendo um ponto de partida sistemático e diferente*.

O reformismo conservador consiste na troca (substituição) de certos fatos individuais por outros (“melhorias”). Para lidar com um único fato indesejável, o reformismo progressista está inclinado a transformar todo o mundo ao redor desse fato, o mundo no qual tal fato é possível. Esta distinção nos habilita a entender *a inclinação do progressista para o sistema e a inclinação do conservador para o caso individual*.⁵⁵

Daí se entende que o progressista tenha como referência o futuro, ao passo que o conservador faz o mesmo com o passado. Para o primeiro, o sentido das coisas pode ser atribuído a partir de um ideal, às vezes expresso na forma de uma “norma” transcendente, quando não de um modelo utópico; já o segundo vê o mundo de forma mais organicista, atentando para o processo de “crescimento” que culminou no que existe no presente. O

⁵⁴ Ibid., p. 93.

⁵⁵ Ibid., p. 88. Grifos do autor.

passado não é algo esquecido, é antes a prefiguração do presente, ao qual se liga por uma inevitável continuidade, e sugere uma noção de totalidade. Mannheim explica:

Um exemplo pode ajudar a esclarecer as coisas. Quando o modo conservador de experiência é compelido a formar uma imagem abrangente do todo, a sua visão das coisas lembra o tipo inclusivo do retrato de uma casa no qual se pode olhar para ela de todos os lados, vértices e ângulos — de toda perspectiva concebível que seja relevante para os pontos focais concretos da vida. Em contraste, a vista abrangente característica do progressista procura pela *planta* [*blueprint*], busca um padrão de ligação que não concretamente intuitivo, mas sim racionalmente analisável.⁵⁶

Essas diferenças também se aplicam ao modo de experimentar o tempo. Para o progressista, o presente é meramente o começo do futuro; para o conservador, é o último estágio alcançado pelo passado — e ambos se interpenetram (o que Mannheim vai chamar de “experiência espacial da história”). Essa interpretação do tempo se manifesta também numa forma de peculiar de ver o indivíduo, sempre ligado a entidades maiores em que está inserido. No caso alemão, por exemplo, Mannheim cita o papel que a propriedade da terra tem no pensamento conservador, vista como o verdadeiro substrato da história do Estado. Citando Justus Möser, em obra de 1768, “a história da Alemanha [tomaria] uma nova direção se fôssemos traçar o destino das propriedades fundiárias como os verdadeiros constituintes da nação”, como um corpo no qual os “altos e baixos incumbentes” da nação — os indivíduos que a povoam — fossem apenas seus “acidentes”. Essa visão orgânica é contrastada com a dos liberais por meio de outra citação, desta vez de Adam Müller: para ele, se fosse perguntado aos liberais o que era o povo, a resposta seria “a coleção de criaturas efêmeras com cabeças, duas mãos e dois pés que por acaso estão em pé, sentadas ou dispostas lado a lado, mostrando todos os sinais exteriores de vida, no presente miserável momento nesse pedaço da terra chamado França”.⁵⁷ Em vez dessa concepção atomizada, o conservador responderia que o povo seria

a sublime comunidade de uma longa sucessão de gerações passadas e viventes, junto com as gerações ainda por vir, todas unidas em uma grande, íntima associação para toda a vida e até a morte, na qual cada geração — e dentro de cada geração, cada um dos indivíduos — equivale à associação como um todo e, por sua vez, recebe dela a segurança de sua própria existência no todo. E esta bela e imortal comunidade se apresenta aos olhos e aos sentidos por meio de uma língua comum, costumes e leis comuns, milhares de instituições benéficas, muitas famílias há muito florescentes destinadas a ligar e mesmo unir as eras, e, finalmente, daquela família imortal posta no centro do Estado, a família reinante

⁵⁶ Ibid., p. 97.

⁵⁷ Ibid., p. 98.

e — para chegar ainda mais perto do cerne das coisas — o presente chefe desta família e o responsável por seu estamento.⁵⁸

É notável a referência à língua, leis e costumes da comunidade, pois este é um ponto recorrente de autores pertencentes ao que Isaiah Berlin chamou de “Contrailuminismo”,⁵⁹ como Giambattista Vico e J.G. Von Herder, e do qual o conservadorismo pode ser visto como uma parte.⁶⁰ Em vez da exaltação da razão como critério e guia maior do que é o bom e o belo, o recurso a uma série de elementos de apelo emocional, cujo valor não necessariamente é demonstrável pela lógica, mas pode ser *sentido*. Tal como os conservadores em Mannheim, tais pensadores valorizarão o que há de singular em cada comunidade ou cultura, rejeitando a abordagem racionalista e generalizante dos *philosophes*. Também é digna de ênfase a importância da tradição, que ilumina um outro aspecto do organicismo da visão social conservadora. Legitima-se aquilo que a comunidade cria e estabelece ao longo do tempo, e portanto se incorpora à sua cultura; não se fala em um *fiat* do reformador social, que, do conforto de seu gabinete, pretenderia, com o uso da sua razão e sem qualquer consideração pelo que já existe, traçar os caminhos que a sociedade como um todo deve seguir.⁶¹ A razão, sozinha, não dá conta da complexidade social, que é muito mais que a mera soma de suas partes; daí a necessidade do respeito, e mesmo reverência, pela delicada teia que a compõe.

Ao fim de seu capítulo em que trata do conceito e natureza do conservadorismo, e que embasou a análise que temos feito nesta seção, Mannheim esquematiza o núcleo teórico do pensamento conservador no seu aspecto contrarrevolucionário, de oposição às ideias de direito natural (“jusnaturalistas”) então cada vez mais em voga. Embora repita muitos elementos já apresentados, é uma boa sùmula didática que vale a pena reproduzir:

Analisando o pensamento da “lei natural”, o estilo de pensamento tal como ele apareceu aos críticos conservadores da época [século XVIII], em suas partes componentes, podemos distinguir os seguintes níveis:

A – O conteúdo do pensamento da lei natural:

1. A doutrina do “estado de natureza”.
2. A doutrina do contrato social.

⁵⁸ Id.

⁵⁹ Cf. BERLIN, Isaiah. The Counter-Enlightenment. In: *The proper study of mankind: an anthology of essays*. New York: Farrar, Straus e Giroux, 1997.

⁶⁰ GARRARD, Graeme. *Counter-Enlightenments: from the eighteenth century to the present*. London and New York: Routledge, 2006, p. 4.

⁶¹ Uma passagem conhecida ilustra o que seria, aos olhos conservadores, a presunção do racionalista. Trata-se de uma passagem muito referida de Jeremy Bentham, pai do utilitarismo: “Alguma legislação pode estar faltando para o Hindustão. Despido de todos os preconceitos, mas não insensível à sua força, e da necessidade de respeitá-los, eu poderia, com a mesma facilidade, voltar minha mão para os assuntos desse país distante, como para aqueles da paróquia em que vivo.” Cf. BENTHAM, Jeremy. Bentham to Mr. Dundas. In: *The Works of Jeremy Bentham*. V. 10 (Memoirs, Part I and Correspondence) [1843]. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org>. (Acesso em: 11 de novembro de 2011.)

3. A doutrina da soberania popular.
4. A doutrina dos inalienáveis Direitos do Homem (liberdade, propriedade, segurança, o direito de resistir à opressão, etc.)

B – Característica do pensamento da lei natural:

1. Racionalismo: estabelece os resultados de qualquer investigação com base na *razão*.
2. *Dedução* do particular a partir de um princípio geral.
3. Pressuposição de *validade universal* ligando todos os indivíduos.
4. Reivindicação de *aplicabilidade universal* de todas as leis a todas as entidades históricas.
5. *Atomismo* e *mecanicismo*: formações coletivas (o Estado, a lei, etc.) são construídos a partir do ponto de vista do indivíduo [...]
6. Pensamento estático: a razão correta concebida como uma esfera autônoma do que “deve ser”, completa em si mesma e suspensa acima da história.⁶²

Enquanto os tópicos do item A se referem ao *conteúdo* das doutrinas iluministas, os do item B caracterizam o “estilo de pensamento” que lhes deu origem. Como as ideias conservadoras, na abordagem adotada por Mannheim, surgem em reação a tais doutrinas, pode-se organizar um esquema similar para organizá-las, ligando cada ponto específico àquele ao qual se opõe:

O pensador contrarrevolucionário conduz sua ofensiva

A – *atacando o conteúdo do pensamento jusnaturalista,*

1. ao questionar a doutrina do estado de natureza original,
2. ao questionar a doutrina do contrato social,
3. ao atacar a doutrina da soberania popular,
4. ao questionar a doutrina dos inalienáveis Direitos do Homem;

ou então se voltando contra

B – *o método característico do pensamento jusnaturalista* de forma que ele

1. rejeita o método de estabelecer os resultados de qualquer investigação com base na razão e contra-ataca com *história, vida, nação*. Esta confrontação dá margem a problemas filosóficos que dominam toda a época [...]. De um ponto de vista sociológico, a maior parte das posições filosóficas que dão primazia ao “pensar” têm suas raízes ou numa mentalidade burguesa revolucionária ou numa mentalidade burocrática, enquanto a maior parte das filosofias que dão primazia ao “ser” se radicam no contramovimento ideológico do romantismo ou, na forma então assumida por elas, na experiência [contra a Revolução Francesa] [...].
2. À inclinação dedutiva do pensamento jusnaturalista, o conservador opõe a multifacetada *irracionalidade da realidade*. O problema do irracional é o segundo grande problema da época [...].
3. O problema da *individualidade*, formulado radicalmente, é contraposto à validade universal.
4. A ideia do *organismo* social é avançada pelos conservadores contra a ideia da aplicabilidade universal das inovações políticas a qualquer entidade histórica e nacional. Esta “categoria” tem uma significação especial, já que adveio do impulso de estancar a maré da Revolução Francesa ao apontar que as instituições políticas só podem se desenvolver organicamente e não

⁶² MANNHEIM, op. cit., p. 106-7.

- podem ser arbitrariamente transferidas de um organismo nacional (*Nationalkörper*) para outro. A ênfase no qualitativo, tão característica do pensamento conservador, também provém do mesmo impulso.
5. Contra a construção interpretativa de formações coletivas com base nos indivíduos, o conservador opõe um *modo de pensar* que parte do *ponto de vista da totalidade*. O conjunto (o Estado, a nação) não deve ser entendido como a soma das partes individuais, mas o indivíduo é que deve ser considerado como parte do conjunto [...].
 6. Finalmente, uma das mais importantes armas lógicas contra o pensamento jusnaturalista é a *concepção dinâmica da razão*. [...] Em vez de considerar o mundo como girando em torno de uma razão estática, a própria razão e as normas racionais são concebidas como mutáveis e em movimento. [...] ⁶³

Cabe observar que Mannheim não considera todos esses elementos como presentes ao mesmo tempo no pensamento de nenhum autor específico. Tais traços se encontram dispersos entre as obras conservadoras da época e do lugar que ele estuda, mas, juntas, dão coerência à crítica formulada por eles ao pensamento iluminista predominante e aparecerão em pensadores de vários outros países. No entanto, como se viu, ele ancora firmemente a sua análise no período entre o século XVIII e o começo do XIX, e o conservadorismo — ou pelo menos uma identidade conservadora — continuou existindo mesmo depois de as condições sociais que lhe deram origem terem deixado de existir. Como isso é possível? Para alguns, a chave desse mistério reside no fato de que não só as raízes do conservadorismo remontariam a um período anterior, como sua sobrevivência demonstraria que os ideais conservadores estariam muito menos atrelados às efemeridades de uma conjuntura específica do que Mannheim, um sociólogo influenciado por Marx, poderia imaginar. Essa é a opinião que vamos examinar agora.

1.1.2 O CONSERVADORISMO COMO SISTEMA AUTÔNOMO: M. MORTON AUERBACH

Bem menos conhecido do que Karl Mannheim, M. Morton Auerbach é provavelmente mais lembrado, caso o seja, como um dos acadêmicos que ousaram polemizar com o eclético grupo conservador da revista *National Review*. É dele o artigo “Do-It-Yourself Conservatism”, de 30 de janeiro de 1962, que suscitou respostas impiedosas de três dos mais importantes quadros da revista, Frank Meyer, M. Stanton Evans e, acima de todos, Russell Kirk. Antes disso, porém, Auerbach, que lecionou Ciência Política na Universidade da Califórnia em Northridge,⁶⁴ publicou uma adaptação da sua tese de doutorado, defendida em

⁶³ Ibid., p. 107-9. Grifos no original.

⁶⁴ Essa informação procede do site do Intercollegiate Studies Institute (ISI), que reproduz o polêmico artigo de Auerbach na coletânea editada por George W. Carey, *Freedom and virtue* (ISI Books, 1998). Uma resenha publicada pelo Mississippi Valley Historical Review em 1960, no entanto, informa que o autor era, à época, professor no San Fernando Valley State College. Cf. <http://www.isi.org/bios/bio.aspx?id=d6b10ab3-f459-4afc->

1958 em Columbia. O livro, sugestivamente intitulado *The conservative illusion*,⁶⁵ é um ataque incisivo às bases intelectuais do “novo conservadorismo” então nascente, e do qual *National Review* era uma das mais visíveis encarnações e lideranças.⁶⁶

No entanto, Auerbach parte de alguns pontos em comum com os conservadores que critica. Por exemplo, ele concordava com Russell Kirk, para citar apenas um, em que o parlamentar anglo-irlandês Edmund Burke foi o primeiro e o mais influente formulador do conservadorismo e um dos grandes inspiradores dos movimentos que reivindicaram esse rótulo na Europa da era das revoluções liberais. Porém, depois de examinar se esse expoente do conservadorismo se encaixa em algumas amplas categorias de conservador, Auerbach acaba concluindo que o mero estudo de Burke é insuficiente para entender o que o Conservadorismo (com maiúscula) realmente é, ou melhor, para distinguir entre o que seriam os seus valores transcendentais e o que seriam apenas “concessões à história” e às circunstâncias. Em outras palavras, Auerbach procura a “essência” conservadora, ligada aos ideais de “harmonia e tranquilidade” comuns aos autores conservadores. Percebendo a afinidade de Burke e outros expoentes conservadores com o que chama de medievalismo, Auerbach recua para a teoria social medieval e, a partir daí, para o pensamento cristão e a filosofia grega — tudo para entender quais seriam os traços essenciais (Huntington diria “autônomos”) da visão conservadora: “se Burke é o modelo do Conservadorismo moderno, então a harmonia é a sua ideia mais essencial”.⁶⁷ Para rastreá-la, ele traça a genealogia dos ideais de harmonia social a partir de três autores: Platão (séc. IV a.C.), Santo Agostinho (séc. IV e V) e John de Salisbury (séc. XII).

Nós devemos, portanto, considerar agora as teorias de harmonia e tranquilidade em outros períodos da história. Para este propósito iremos resumir os escritos de John de Salisbury como um expoente dessa posição durante a Idade Média. A sua escolha aqui reflete uma opinião largamente difundida de que ele é talvez o representante mais importante da teoria medieval antes da introdução nela dos elementos mais autoritários do Direito Romano e dos elementos liberais [*sic*] da filosofia aristotélica.. Também consideraremos de passagem a teoria de Sto. Agostinho, primeiro porque ele representa o Conservadorismo sob condições históricas muito especiais, e, segundo, porque John o considerava a sua inspiração teórica mais importante.

[a626-c9fd8e8b890f&source=Books&select=true&detail=1](http://search.proquest.com.ez24.periodicos.capes.gov.br/docview/301938245?accountid=26538) e <http://www.jstor.org/stable/1891712>. [Acesso em: 18 de novembro de 2011.]

⁶⁵ Cf. AUERBACH, M. Morton. *The conservative illusion*. New York: Columbia University Press, 1959. Neste capítulo, usaremos principalmente o texto da tese de 1958, disponível no banco de teses e dissertações ProQuest (e acessível pelo Portal de Periódicos da Capes):

<http://search.proquest.com.ez24.periodicos.capes.gov.br/docview/301938245?accountid=26538>. [Acesso em: 18 de novembro de 2011.]

⁶⁶ Sobre a *National Review* e o papel do “novo conservadorismo”, v. o capítulo 3.

⁶⁷ AUERBACH, M. Morton. *Conservatism and its contemporary American advocates*. New York, 1958, p. 26. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculty of Political Science, Columbia University, 1958.

Mas se Sto. Agostinho era o modelo teológico e moral para John de Salisbury, o seu herói filosófico era Platão, apesar do fato de sua familiaridade com Platão ser parcial e indireta. As verdadeiras razões para nos referirmos às teorias de Platão, contudo, são (1) que elas representam o conservadorismo no contexto de ainda outro conjunto de condições históricas... [...] e (2) que Platão permanece o mais articulado e incisivo teórico do conceito de harmonia que alegaremos ser a essência do Conservadorismo.⁶⁸

Auerbach esclarece que o ideal de harmonia de Platão se baseia na observação da natureza, que sugeriria um “estado de repouso”, já que todos os movimentos, sobretudo os celestes, conduzem circularmente ao mesmo ponto. Daí se deduz que a harmonia natural tem como fundamento a “minimização das perturbações porque cada elemento da natureza permanecia em seu lugar designado”.⁶⁹ Cabe ao homem e à sociedade reproduzir esse padrão através de uma vida de repouso e tranquilidade interiores, com as tensões e conflitos mantidos no menor nível possível. Mas como conciliar as necessidades do indivíduo com a da comunidade em que ele se insere? Platão observa que deve se estabelecer uma relação de “amor” entre o indivíduo e a sociedade em geral, de maneira a que ambos se beneficiem em todos os planos. Isso só seria possível com a existência de um equilíbrio entre as expectativas e exigências de um lado em relação ao outro, incluindo, da parte do indivíduo, a necessidade de um “autocontrole moral”, ou seja, do domínio sobre emoções e desejos.

No conceito platônico de sociedade harmônica, Auerbach identifica quatro prescrições interrelacionadas:

- a maximização do senso de comunidade e uma meritocracia para o prestígio social, dependente do serviço prestado por cada um à comunidade e ao autocontrole moral demonstrado;
- as expectativas materiais devem ser minimizadas, de modo a serem facilmente atendidas, diminuindo as tensões;
- a cultura deve girar em torno do ideal de harmonia, para que cada um esteja ciente da importância de cumprir as obrigações de sua posição social, mantendo suas expectativas compatíveis com ela;
- o poder político deve ser dado somente aos que se mostrarem mais dignos dele, que se destacam pelos no autocontrole, na promoção da harmonia e na contribuição para a coesão geral — uma aristocracia fundada no mérito, e não no poder econômico.⁷⁰

⁶⁸ Id.

⁶⁹ Ibid., p. 27.

⁷⁰ Ibid., p. 28-30.

Para manter essa harmonia, Platão valorizava o papel das tradições, “o melhor guia para o homem e a sociedade por ser uma forma não-coerciva de autoridade, e o uso da força era sempre uma admissão de conflito e de fracasso ético”.⁷¹ Naturalmente, colocava-se a questão de quais tradições efetivamente contribuíam para a harmonia da sociedade e se, na ausência delas, como se poderiam criar outras que o fossem. A solução platônica, numa era marcada por conflitos que lançariam a Grécia na decadência, foi o recurso à utopia: n’*A República*, Platão visualiza uma sociedade criada quase que do nada, a partir de uma cidade em que todos os maiores de dez anos partiriam para o exílio, deixando para trás as crianças que seriam assim educadas com mais facilidade pelos fundadores da república platônica. Criadas em comum e num sistema de propriedade coletiva, com as funções de cada inculcadas desde cedo, haveria muito menos motivo para conflitos e a nova sociedade se organizaria harmonicamente desde o início. A coerção, em tese, seria desnecessária — ainda que Platão, noutros diálogos, estivesse disposto a aceitá-la quando necessária ao bem comum.

Essa visão platônica de uma sociedade harmoniosa sobreviveu à derrocada de Atenas e, séculos depois, reapareceria em cores cristãs na obra de S. Agostinho de Hipona, a poucas décadas da queda do Império Romano. “O conflito estava no ápice; as velhas tradições haviam desaparecido; e as normas morais ainda mais antigas não podiam ser obedecidas nem ignoradas sem causar tensões psíquicas e infelicidade.”⁷² Nesse ambiente, Agostinho concebe a teologia do pecado original — a corrupção espiritual inerente ao homem e que o impossibilitaria de viver uma sociedade perfeita na Terra em concordância com as prescrições divinas. Numa época belicosa como a do Baixo Império, a imperfeição humana projetada no panorama social era fácil de ver. A solução era a graça divina — a força transcendente pela qual todo ato humano de virtude era possível.⁷³ Dessa forma, explica Auerbach, toda a história humana consiste em dois grandes processos ou “Cidades”: a “Cidade do Homem”, que é “a história do homem pecador e [que] consiste de ciclos repetidos de ascensão e declínio das civilizações”; e a “Cidade de Deus”, que é “a história do homem verdadeiramente cristão, inspirado pela graça divina, e lutando pela salvação final”.⁷⁴ O ideal de plena harmonia social, então, só será realizado com a intervenção transcendente de Deus, pela salvação das almas e a ressurreição dos mortos, quando então todo conflito desaparecerá. “Na comunidade final e perfeita, as atividades afetivas serão maximizadas, a busca pelo que é

⁷¹ Ibid., p. 32.

⁷² Ibid., p. 36.

⁷³ Uma explicação sintética da teoria agostiniana pode ser encontrada na edição de 1913 da *Catholic Encyclopedia*. Cf. TEACHING of Saint Augustine of Hippo. In: THE CATHOLIC Encyclopedia. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/02091a.htm>. [Acesso em: 21 de novembro de 2011.]

⁷⁴ AUERBACH, op. cit., p. 37.

material será minizada, e não haverá a necessidade do poder.”⁷⁵ Enquanto ela não se materializa, contudo, a postura agostiniana é de intensa crítica à ordem social presente, tolerável apenas por ser preferível à anarquia completa. Na melhor das hipóteses, espera-se que o governantes vejam sua tarefa como um fardo pesado em prol de seus súditos, que, por sua vez, devem aprender a obedecer.

É curioso que dos mesmos valores conservadores Platão tenha concluído com uma tentativa de total identificação com a sociedade e o poder, enquanto S. Agostinho conclua rejeitando quase totalmente tal identificação. Poderia, portanto, parecer que essas teorias não são de modo algum semelhantes. Mas a nossa preocupação não é com as conclusões. Pelo contrário, enfatizamos que as conclusões conservadoras são fundamentalmente diferentes de um período histórico para o outro. O elemento de continuidade reside nos valores (e, como veremos bem mais tarde, na teoria da mudança). O importante é que todos os conservadores trazem para a sua análise da sociedade e da história critérios idênticos de bem e mal. As diferenças em suas conclusões são diferenças na história de suas respectivas eras. Mas as conclusões finais não são ditadas pelas condições históricas em si. Elas são o resultado da tensão entre os seus valores e a realidade.⁷⁶

Entre os valores que estariam presentes tanto em Platão como em Agostinho, diz-nos o autor, estaria, além da busca da harmonia, o desprezo pela busca da riqueza material. Há valores mais elevados, que para serem obtidos podem exigir a renúncia à ambição mundana. Platão, por exemplo, identificava-se mais com os valores aristocráticos de seu tempo — “maneiras”, coragem, honra — e rejeitava os das classes intermediárias, identificadas com o comércio e a busca de conforto; já Agostinho via a prosperidade como “a precursora do mal”, ainda que tivesse de fazer algumas concessões eventuais. Para Auerbach, portanto, essa estima pelos valores “imateriais”, e a conseqüente renúncia à busca da riqueza e das vantagens egoístas, seriam um traço eminentemente conservador.⁷⁷ Mas não seria apenas esse traço que faria de Agostinho uma modalidade de conservador:

Os conceitos de perturbação das harmonias de Deus como a essência do Pecado Original, da paz e da tranquilidade como características da virtude, da preocupação com a prosperidade como índice para a viciação da sociedade, da absorção máxima no amor não-físico de Deus como o objetivo da vida cristã, e de um Paraíso futuro no qual não existiriam nem desejos egoístas nem materiais — tudo isto dependia de premissas conservadoras. [...] A diferença essencial entre [S. Agostinho] e [outros], todavia, era que o dele era um conservadorismo

⁷⁵ Id.

⁷⁶ Ibid., p. 39.

⁷⁷ O contraste estabelecido por Auerbach com outras “famílias” ideológicas, por assim dizer, é curioso: “Homens portando valores liberais no tempo de S. Agostinho poderiam ter procurado uma utopia hedonista ou [...] alguma forma de epicurismo. Os radicais poderiam ter visões apocalípticas de libertação iminente da opressão. Os autoritários poderiam ter aguardado um ‘príncipe’ maquiavélico que uniria toda a sociedade por meio do poder político. Mas só um conservador poderia ter conceituado a salvação como a renúncia aos desejos egoístas e materiais” (p. 40).

de alienação, e que para ele a realização dos valores conservadores estava fora da sociedade e da história. Aparentemente o valor conservador fundamental da harmonia é “deslocável” não só no sentido de que pode assumir formas históricas muito diversas, mas também no de que ele pode ser transferido para o Paraíso.⁷⁸

Por fim, ao analisar John de Salisbury, Auerbach vê uma condição histórica muito propícia para os ideais conservadores. Afinal, depois de séculos de conflitos e anarquias, finalmente uma sociedade aparentemente mais receptiva para os ideais de harmonia se configurava. “No século XII [...], o feudalismo tinha se tornado um sistema relativamente estabilizado e institucionalizado, baseado em lealdades e serviços pessoais.” Mais ainda:

A classe aristocrática tinha adquirido privilégios políticos hereditários e autoridade proporcionais à sua posição socioeconômica, e o código de cavalaria suavizara sua ética guerreira. Um conjunto relativamente coerente de tradições havia se desenvolvido e estava se estabilizando ainda mais com o ressurgimento do Direito Romano. As classes sociais haviam sido claramente delineadas em “estamentos” com privilégios e deveres razoavelmente explícitos. A economia era primariamente agrícola e relativamente estagnada. As cidades tinham começado a se desenvolver, mas nelas as atividades econômicas eram estritamente reguladas por conceitos consuetudinários de preços e salários “justos”. [...] Guiando o bem-estar moral de toda a comunidade cristã estava a Igreja, que tirava a sua ética de uma teoria transcendental de lei natural harmoniosa. [...] Ela fornecia à aristocracia, bem como ao conjunto da sociedade, uma teoria coerente e articulada dos objetivos e funções adequados a cada um.

Eis o período que conservadores futuros iriam apontar como o seu modelo teórico, historicamente realizado.⁷⁹

Nessa visão, portanto, John de Salisbury se encontraria na invejável posição de viver num período em que algumas das prescrições conservadoras para uma sociedade harmônica e estável já estariam concretizadas. Mas, mesmo nesse período, “novas influências já começavam a aparecer que estavam destinadas a destruir o mundo medieval”, e “mesmo no período ‘ideal’, o conservador olha para trás em busca de inspiração”. Ainda assim, Auerbach observa que as críticas de Salisbury faz à sociedade da época são bem menos incisivas que as de Platão e Agostinho (e, mais tarde, de Burke) — afinal, a sua não era uma época de crise em que as instituições e a ordem vigente se vissem seriamente ameaçadas. Mas os “elementos essenciais” do Conservadorismo postulado por Auerbach também se fazem presentes:

Seus conceitos de moralidade e tradição estão ligados à harmonia societal e natural em que cada “parte” mantém o seu lugar designado. Ele busca a minimização dos desejos materiais, a intensificação da coesão comunitária, e a ligação de toda a sociedade por meio da “lei mais elevada” que ensina a cada um as suas obrigações e relações com a totalidade societal e universal. A moralidade

⁷⁸ Ibid., p. 41.

⁷⁹ Ibid., p. 42.

peçoal, no sentido ortodoxo cristão, e a capacidade de preservar a harmonia social se tornam qualificações para a posse do poder político [...]. Ele é crítico tanto da aristocracia quanto do clero por conta de frivolidade, corrupção moral e tendência à discórdia por parte deles, mas nunca sugere que eles não devam continuar sendo os centros sociais do poder. Ao contrário, ele concorda que o nascimento nobre tem a vantagem de “impor a necessidade da probidade”, presumivelmente por causa da sensibilidade dos nobres à “honra”, que por sua vez deve ser reservada somente à virtude. Ele põe a autoridade da Igreja, i.e., da aristocracia “intelectual”, acima da do governo [...]. A classe média [sic], por outro lado, é deixada inteiramente fora da estrutura social, e é óbvio que ele não aceitaria a ascendência do poder econômico sobre o poder político.⁸⁰

Apesar de não apresentar nenhuma crítica radical à sociedade medieval, Salisbury parece notável a Auerbach por estar preocupado com uma série de problemas — corrupção, “tirania”, conflitos entre os poderes espirituais e os temporais — que usualmente seriam ignorados por conservadores pósteros que olhariam para a Idade Média como um exemplo de, em linhas gerais, ordem social desejável por harmônica. Para ele, crítico da postura conservadora tal como a entende, isso seria um sinal claro da inviabilidade prática do Conservadorismo como uma filosofia social coerente: afinal, se havia problemas até na época modelar para os conservadores, não tão diferentes dos que eram apontados na contemporaneidade, qual seria a solução?

De qualquer forma, Auerbach tem o mérito de arrancar o conservadorismo — ou Conservadorismo — do contexto específico do Iluminismo e da Revolução Francesa, antes vendo-o como um ideal recorrente em vários momentos da história ocidental. Naturalmente ele reconhece que cada manifestação desse ideal de harmonia tem de responder às circunstâncias próprias de cada época, mas ainda assim haveria uma “essência” que permaneceria. Identificar tal essência é a uma de suas contribuições à prolífica lista de tentativas de delimitação do conservadorismo.

Para nos mantermos fiéis à tipologia de Huntington, pelo menos neste primeiro capítulo, resta agora analisar a visão do conservadorismo como uma resposta “situacional”.

1.1.3 O CONSERVADORISMO COMO IDEOLOGIA POSICIONAL

Ao expor sua própria visão do conservadorismo, Huntington distingue dois pares opostos de tipos de ideologia, com base em dois critérios fundamentais: o referencial para a avaliação da realidade e o caráter classista ou circunstancial de sua manifestação. Quanto ao primeiro critério, temos que:

⁸⁰ Ibid., p. 44-5.

Referencial	Tipo de ideologia
Modelo ideal / aquilo que <i>deve</i> ser	Ideacional
Instituições vigentes / aquilo que <i>é</i>	Institucional ou imanente

Uma ideologia é *ideacional* quando parte de um corpo abstrato de ideias que, espera-se, irão servir para modelar a realidade. Elas têm, portanto, recomendações específicas e identificáveis sobre como as estruturas sociais devem se relacionar, a distribuição de poder na sociedade, o papel do Estado frente ao indivíduo etc. Podem vir a ter até mesmo um texto fundador (o *Manifesto comunista* de Marx e Engels, por exemplo). É por tais ideias que o adepto irá se guiar na sua ação no mundo e poderá julgar o valor da ordem social existente. Conseqüentemente, “todas as teorias ideacionais envolvem algum grau de radicalismo, *i.e.*, a crítica das instituições existentes”; quanto maior a diferença entre o modelo ideal e a realidade, maior será esse radicalismo e, portanto, o desejo de mudança.

No outro polo, em defesa das instituições que já existem, tem-se a ideologia *institucional* ou *imanente*, que, para Huntington, é a definição da “ideologia conservadora”. Trata-se de uma postura frente à mudança e ao *status quo* que aparece sempre que há um “intenso conflito ideológico e social”. Ela só pode aparecer quando “os contestadores das instituições estabelecidas rejeitam os *fundamentos* da teoria ideacional em cujos termos essas instituições foram moldadas e criadas” (grifo nosso). Mais que uma mera divergência programática, é necessário um ataque *radical* à ordem estabelecida, recusada em suas próprias *bases*, para que uma ideologia institucional precise ser formulada. Conseqüentemente, o próprio quadro da discussão tem de ser reavaliado — não basta a mera reafirmação dos mesmos ideais e valores que estão sendo rejeitados. Há que se demonstrar que a ordem vigente, ora ameaçada pelos radicais, tem uma *função*, que *atende a necessidades específicas*, e que *é preferível à(s) alternativa(s)*. Para fazer isso, diz Huntington, a própria ideologia original tem que ser abandonada: “A natureza perfeita do ideal da ideologia e a natureza imperfeita e a inevitável mutação das instituições criam um fosso entre elas. O ideal se torna um padrão pelo qual criticar as instituições”, vexando os que acreditam nele e ainda assim querem defender essas instituições.⁸¹ Quando isso acontece, deve-se escolher: ou manter-se fiel ao ideal e assim contribuir para a queda das instituições, ou abandoná-la e recorrer a uma “filosofia conservadora” para defendê-las. “A defesa de qualquer conjunto de instituições

⁸¹ Por conta desse potencial crítico das ideologias ideacionais, Huntington não admite como conservadores os teóricos que postulam leis naturais como “um conjunto transcendente de princípios morais universais” (p. 459). Nisso ele concorda com Mannheim, que, como se viu, vê uma oposição básica entre o jusnaturalismo e o conservadorismo.

contra um desafio fundamental, conseqüentemente, deve ser formulado em termos da lógica conservadora, da santidade e da necessidade das instituições *qua* instituições”, a despeito do grau em que elas correspondam às recomendações da filosofia ideacional que as originou. O *referencial* muda segundo o posicionamento do indivíduo frente às instituições — *o que é* torna-se mais importante no momento do que *o que deve ser*.

Entretanto, para assumir tal postura, não é necessário fazer parte de uma classe social específica. Ao contrário da “teoria aristocrática” defendida por analistas como Mannheim, não há nada nessa defesa das instituições que diga respeito à posição que o indivíduo ocupa na hierarquia social em um momento histórico singular. Por outro lado, também não se concebe esse compromisso de conservação como uma ideologia independente que subsista sem relação com as circunstâncias pelas quais a sociedade passa no momento. O conservadorismo, entendido como uma ideologia posicional, é fruto de *situações* específicas que se repetem em vários momentos da história e que delimitam a sua utilidade.⁸²

A força social contestadora deve apresentar um perigo claro e presente às instituições. A mera articulação de uma ideologia dissidente não produz o conservadorismo até que essa ideologia seja abraçada por grupos sociais significativos. Os *philosophes* de meados do século dezoito não geraram nenhuma ideologia conservadora;⁸³ os eventos de 1789 e dos anos seguintes, sim. O conservadorismo, nas palavras de Mannheim, “torna-se consciente e reflexivo pela primeira vez quando outros modos de vida e de pensamento entram em cena, contra os quais ele se sente obrigado a pegar em armas no combate ideológico.”⁸⁴ Se os defensores da ordem estabelecida tiverem sucesso, no devido tempo eles gradualmente deixarão de articular a sua ideologia conservadora e a substituirão por uma nova versão da sua antiga teoria ideacional. Se sua defesa for malsucedida, elas abandonarão ou as velhas premissas ideacionais ou a nova ideologia conservadora. Se tiverem tendência a serem conservadores congênitos, aceitarão a nova ordem como a obra inevitável do destino. Burke, Bonald e De Maistre, por exemplo, todos criam em parte que o triunfo da Revolução Francesa podia ser um decreto da Providência e que, uma vez que isso tivesse se tornado óbvio, não seria “resoluto e firme, mas perverso e obstinado” se opor a ela.

Por outro lado, o conservador malsucedido que permanece apegado aos ideais de sua velha filosofia ideacional se torna um reacionário, *i.e.*, um crítico da sociedade existente que deseja recriar no futuro um ideal que ele supõe ter

⁸² Segundo Huntington, a história ocidental tem pelo menos quatro grandes manifestações conservadoras: os séculos XVI e XVII, quando eclodiram os conflitos entre uma autoridade nacional e as instituições políticas medievais, e também entre a o movimento da Reforma e as relações Estado-Igreja estabelecidas; a reação à Revolução Francesa; a resposta das classes governantes à reivindicação, no século XIX, das classes populares por uma parcela de poder político; e, finalmente, o movimento intelectual de apologia do Sul dos EUA, no período pré-Guerra Civil, chefiado por John C. Calhoun e George Fitzhugh. Cf. HUNTINGTON, op. cit., p. 463-467.

⁸³ Como é típico nesse tipo de discussão, há controvérsias. Alguns historiadores, como John Weiss, incluem autores pré-revolucionários como Justus Möser (também citado por Mannheim) no rol dos conservadores. Cf. *Conservatism in Europe 1770-1945: traditionalism, reaction and counter-revolution*. Harcourt Brace Jovanovich, 1977. (History of European Civilization Library).

⁸⁴ MANNHEIM, Karl. Conservative thought. In: KECSKEMETI, Paul (org.). *Essays on Sociology and Social Psychology*. New York, 1953, p. 98-9 apud HUNTINGTON, op.cit., p. 459.

existido no passado. Ele é um radical. [...] O passado é romantizado e, no fim, o reacionário vem a apoiar um retorno a uma “Era de Ouro” idealizada que nunca existiu realmente. Ele se torna indistinguível de outros radicais, e [...] exhibe todas as características distintivas da psicologia radical.⁸⁵

Logo em seguida, Huntington observa que o conservadorismo como ideologia institucional não é favorável ou contrário *a priori* a nenhuma ideologia ideacional. Afinal, para ele, por definição o conservadorismo não tem uma substância programática específica. A percepção de que ele se oporia ao liberalismo viria da teoria aristocrática, que o associa indelevelmente ao contexto do século XVIII e do início do XIX no Ocidente. Em vez disso, o autor afirma que “nas circunstâncias históricas apropriadas, o conservadorismo pode bem ser necessário à defesa das instituições liberais. O verdadeiro inimigo do conservador não é o liberal, mas o extremista radical, qualquer que seja a teoria ideacional que ele espouse”.⁸⁶ Afinal, o critério definidor aqui é a posição frente às instituições: a derrubada, para o radical, e a preservação, para o conservador.⁸⁷

O conservadorismo é a declaração de princípios dos pré-requisitos institucionais permanentes da existência humana. Ele tem uma função elevada e necessária. É a defesa racional do ser contra a mente, da ordem contra o caos. Quando os fundamentos da sociedade são ameaçados, a ideologia conservadora lembra os homens da necessidade de algumas instituições e da deseabilidade das existentes. A teoria do conservadorismo é de uma ordem e um propósito diferentes das teorias políticas comuns, mas ainda é uma teoria. O conservadorismo não é somente a ausência de mudança.⁸⁸ É a resistência articulada, sistemática e teórica à mudança.⁸⁹

Em suma, para Huntington, o conservadorismo é o que poderíamos chamar de um “receptáculo” ideológico, podendo ser combinado com as mais diferentes instituições e culturas em muitas épocas, desde que satisfeita a exigência de uma ameaça substancial ao

⁸⁵ Ibid., p. 459-460.

⁸⁶ Ibid., p. 460.

⁸⁷ Um depoimento que parece bem encarnar essa tendência conservadora é o do filósofo britânico Roger Scruton: “Eu despertei para a política em maio de 1968. Observando as batalhas nas ruas entre os policiais de cacete e os estudantes que lançavam pedras, eu fui tocado pela indignação política pela primeira vez. Não era a polícia que inspirava esse sentimento: ao contrário, eu aplaudia a sua determinação em fazer o melhor que podia. Eu estava indignado era com aqueles filhos bem cuidados da burguesia, que estavam ateando fogo aos carros e jogando pedras nos filhos da verdadeira classe trabalhadora. Desde esse momento, eu mudei de muitas maneiras; mas não na forma que então se cristalizou. Eu me dei conta de que nada é de maior importância política do que o império da lei, de que a autoridade não é um mal, mas um bem indispensável, e de que a propriedade privada é a precondição da liberdade. A lei, a autoridade e a propriedade foram todas ameaçadas pelos pirralhos mimados que cantavam nas ruas embaixo da minha janela. E todas as vezes em que eu cruzava com jovens de balaclava confrontando os cordões policiais, eu instintivamente concluía que, fosse lá a que esses jovens fossem contra, eu era a favor.” Disponível em: <http://eurealist.co.uk/?tag=roger-scruton>. Acesso em: 5 de dezembro de 2011.

⁸⁸ Huntington, no entanto, explica que mudanças “secundárias” são admitidas. O que não se deve perder de vista é que o conservador, por definição, sente um contentamento básico pela ordem vigente, o que lhe permite tolerar e até propor mudanças, desde que não afetem os fundamentos do *status quo*.

⁸⁹ Ibid., p. 460.

status quo. Essa abordagem, levantada por ele em 1957, não só perdura como inspirou algumas elaborações.⁹⁰ Uma especialmente interessante é a elaborada por Jerry Z. Muller na introdução à coletânea *Conservatism: an anthology of social and political thought from David Hume to the present*, publicada em 1997 pela Princeton University Press.

Muller define conservadorismo não exatamente como uma ideologia, mas como “uma constelação de premissas, temas e imagens recorrentes”, que aparece nos mais diversos contextos nacionais, e enraizada em corpos de doutrina que, embora classificados como “conservadores”, podem ser muito diferentes uns dos outros. Seu recorte, no entanto, tem um início claro no século XVIII, com figuras como David Hume, Justus Möser e, como não poderia deixar de ser, Edmund Burke. Antes, porém, de elencar os elementos discursivos que constituiriam o conservadorismo, Muller estabelece algumas distinções cruciais que, a seu ver, ajudarão a dar ao termo “conservador” um pouco mais de precisão.

A primeira delas é entre o pensamento conservador e o que o autor chama de “ortodoxia”. É comum se afirmar, entre os estudiosos e popularizadores do conservadorismo, que este se define pela premissa de que “existe uma ordem moral transcendente, à qual devemos tentar conformar as formas da sociedade”.⁹¹ Embora seja verdade que a referência à religião seja comum no discurso conservador, Muller, entretanto, observa que “a noção de que as instituições humanas devem refletir alguma ordem transcendente antecede o conservadorismo, é compartilhada por uma variedade de ideologias religiosas não conservadoras e é contestada por alguns dos mais significativos pensadores” do conservadorismo. A crença desse vínculo metafísico das instituições existentes é chamado de “ortodoxia”,⁹² e implica que elas devem ser defendidas porque representam a *verdade* — uma lei natural ou uma revelação divina. Os conservadores, contudo, seriam antes de tudo céticos em relação a esse tipo de justificativa. Para eles, continua Muller, as instituições devem ser defendidas principalmente porque, se elas existem e têm perdurado, é porque atendem a uma necessidade social qualquer, às vezes não somente aquela para a qual tais instituições foram explicitamente criadas, mas também outras menos notáveis, como um ‘efeito colateral’ benevolente. Dessa forma, o raciocínio conservador seria eminentemente funcionalista — o

⁹⁰ Ao dizer que ela perdura, de modo algum pretendemos dizer que ela seja sequer predominante. Aliás, houve certa controvérsia a respeito de seu artigo, especialmente em certos pontos da caracterização que Huntington faz do que seriam os “maiores componentes do credo conservador”, e que não transcrevemos aqui por já fazerem parte da abordagem de Muller, que veremos em seguida. Cf. o comentário de Murray Rothbard e a réplica de Huntington em *The American Political Science Review* 51:3, Sep. 1957, e 51:4, Dec. 1957.

⁹¹ A citação é de Russell Kirk, cujos “cânones” do conservadorismo diferem da caracterização de Muller e serão abordados no capítulo 3. Cf. KIRK, Russell. *The conservative mind: from Burke to Eliot*. 7th revised edition. Washington, D.C.: Regnery, 2001.

⁹² MULLER, op. cit., p. 4.

que é, é porque é útil.⁹³ Tal argumentação aparece até mesmo em autores religiosos, como S. Tomás de Aquino, e em outros que, embora simpáticos a posturas “teocráticas” em particular, não faziam uso delas em público, como Joseph de Maistre. Naturalmente, isso não significa que a religião não tivesse importância, muito pelo contrário; trata-se apenas de que os argumentos sociais e políticos conservadores não eram baseados primariamente na concordância com uma verdade religiosa.

Um segundo ponto importante, ligado ao primeiro, é “a falsa dicotomia entre o conservadorismo e o Iluminismo”. Para Muller, “é muito mais exato historicamente dizer que havia muitas correntes dentro do Iluminismo, e que algumas delas eram conservadoras”. Mais do que isso, o que diferenciaria os argumentos conservadores dos ortodoxos seria “que a crítica aos argumentos liberais ou progressistas tem lugar sobre as bases iluministas da busca pela felicidade humana, baseada no uso da razão”.⁹⁴ E enquanto o ortodoxo tenderia a se referir à felicidade humana como algo só existente numa dimensão espiritual além-morte, ao conservador interessa a felicidade *na Terra*. Como exemplo prático, cita-se De Maistre: “O melhor governo para cada nação é aquele que [...] é capaz de produzir a maior soma possível de felicidade e força, para o maior número possível de homens, durante o mais longo tempo possível”.⁹⁵ Nada se fala, pois, sobre um Paraíso celestial.

Estabelecida essa primeira demarcação, vale uma última advertência: nenhuma das características da “constelação” — metáforas, modos de argumentar etc. — é exclusiva do conservadorismo, nem todas elas se encontram num mesmo autor. No entanto, é nos conservadores que elas aparecem com mais frequência e em combinação umas com as outras.

Em Muller, os traços constituintes do conservadorismo se dividem em três categorias: as “premissas e predisposições”; os “argumentos recorrentes” e, por último, as “imagens e metáforas”. Juntos, eles formam uma espécie de acervo discursivo conservador, que tem a vantagem de ser baseado não apenas em autores clássicos, como no caso de Mannheim, mas também em seus herdeiros do século XX.

Como *premissas e predisposições*, Muller reconhece os seguintes:

1) *Imperfeição humana*: o homem tem limitações a um só tempo “biológicas, emocionais e cognitivas”. Portanto, necessita do grupo e suas instituições para orientá-lo e direcioná-lo, bem como para restringir seus impulsos quando necessário. “Os conservadores são, portanto,

⁹³ Há que se tomar cuidado, entretanto, para não se levar longe demais essa percepção. O utilitarismo como corrente filosófica é usualmente rejeitado por autores conservadores, entre outros motivos, pela pretensão de seus adeptos em estabelecer uma medida única para a felicidade humana, desdenhando a complexidade social tão cara ao conservadorismo.

⁹⁴ Op. cit., p. 5.

⁹⁵ Ibid., p. 6.

céticos quanto às tentativas de “libertação”, pois mantêm que a valorização da liberdade pelos liberais é excessiva e não leva em conta as condições sociais que possibilitam a autonomia dos indivíduos e fazem da liberdade algo desejável.

2) *Modéstia epistemológica*: o conhecimento humano é limitado e falível, e a sociedade é muito complexa; conseqüentemente, todo plano de inovação social deve ser temperado com cautela.

3) *Instituições*: são elementos fundamentais da sociedade, sob cuja autoridade e legitimidade o homem encontra meios para controlar e guiar suas paixões. Esse é o fundamento da reverência conservadora pelo *status quo*.

4) *Costumes, hábitos e preconceitos*: assim como as instituições balizam a vida humana, e a sua utilidade é confirmada pelo tempo que elas perduram, o conhecimento acumulado pela sociedade passa de uma geração a outra na forma de hábitos e costumes. Estes não são, portanto, mera função da inércia de uma comunidade, mas refletem uma sabedoria coletiva e têm sua razão de ser. O preconceito, palavra hoje tomada apenas no sentido negativo, é visto aqui como as “regras de ação que são o produto da experiência histórica e são inculcadas pelo hábito”, sem terem passado por uma justificativa racional. Com a maioria das pessoas não têm a energia, o tempo ou a aptidão para reavaliar ou reinventar as normas sociais, o preconceito serve como um guia confiável na maior parte das vezes.

5) *Historicismo e particularismo*: muitas instituições importantes nascem da experiência histórica específica da sociedade, não tendo relação com direitos naturais ou uma natureza humana universal. Logo, diferentes sociedades terão diferentes instituições, sem que haja um modelo universal aplicável a todos os casos. O conservadorismo, portanto, defende as instituições *per se*, sem se comprometer com uma ou outra especificamente, pois o que serve em um contexto pode não funcionar em outro.

6) *Anticontratualismo*: ênfase nos deveres não voluntários, nas obrigações e lealdades. A noção de “contrato” implica certa igualdade entre as partes, e o conservador valoriza o papel da autoridade instituída, não admitindo que alguém possa “romper” com a sociedade. Esta não precisa, portanto, do consentimento de cada membro — há deveres que são impostos e devem ser obedecidos, e assim deve ser.

7) *Utilidade da religião*: embora não haja vínculo necessário entre crença religiosa e conservadorismo, os conservadores usualmente afirmam a utilidade social da fé. Por exemplo, ela tem servido para legitimar a autoridade estatal, reforçar as normas morais vigentes e

oferecer consolo diante das vicissitudes da vida. É, portanto, útil, independentemente de sua doutrina ser ou não verdadeira.⁹⁶

Quanto aos *argumentos* conservadores — tema que mais famosamente foi desenvolvido nos anos 1990 por Albert O. Hirschman⁹⁷ —, observam-se os seguintes:

A) *Crítica à “teoria”*: oposição a modos de pensamento tidos como excessivamente abstratos e distantes da realidade concreta — chamados de “abuso da razão” (Burke), “racionalismo em política” (Oakeshott) ou “construtivismo” (Hayek⁹⁸). É argumento recorrente usado contra o ideacionismo de liberais e radicais, sempre partindo-se da premissa de que a complexidade do real não cabe nos modelos teóricos destes. Isso não implica um anti-intelectualismo generalizado (com exceção de alguns do que Muller chama de “conservadores românticos”), ou a adesão ao irracionalismo, mas uma desconfiança sobretudo de “projetos estabelecidos para reformar instituições a fim de fazê-las refletir teorias universalistas de direitos naturais [...] que se presume serem aplicáveis a todos os homens em todos os tempos”.

B) *Consequências imprevistas, funções latentes e a interdependência funcional dos elementos sociais*: “O tema das consequências imprevistas da ação social deliberada é um dos mais importantes da moderna ciência social — e de modo algum um particularmente conservador”, diz Muller, destacando que, enquanto os liberais tendem a enfatizar as consequências imprevistas positivas de tal ação, os conservadores tipicamente destacam as negativas. Quando uma determinação alteração é feita na ordem social, como antever todos os seus efeitos? Não haverá aqueles “colaterais”, que, sobretudo se não forem imediatos, podem se mostrar perniciosos quando já é tarde demais para recuperar as instituições que impediam a sua manifestação? Afinal, os reformadores costumam ignorar “as funções latentes das práticas e instituições existentes”, ou seja, eles têm um conhecimento limitado a respeito delas (o que nos leva ao argumento anterior e à premissa da modéstia epistemológica). Às visões otimistas do reformador e a suas denúncias de elementos do *status quo*, o conservador costuma

⁹⁶ Ibid., op. cit., p. 9-13.

⁹⁷ Cf. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Note-se que Hirschman fala em “reação” e “reacionário”, não em “conservadorismo” e “conservador”. No entanto, o autor usa essas palavras no seu sentido mais básico, recusando explicitamente a valoração negativa que, em função da difusão da noção iluminista de progresso após a Revolução Francesa, elas passaram a ter (vide o capítulo I da obra). Essencialmente trata-se de uma análise dos argumentos recorrentes usados em oposição às propostas que constituíram os três grandes avanços nos direitos de cidadania, seguindo o famoso modelo de T. H. Marshall: o dos direitos civis, com a Revolução Francesa; o dos direitos políticos, com a adoção do sufrágio universal; e, finalmente, o dos direitos sociais, com o estabelecimento do Welfare State. Tais argumentos reativos se resumem a três: a inovação serviria para piorar a situação que se deseja remediar (“tese da perversidade”), seria infrutífera (“tese da futilidade”) ou ainda teria um custo alto demais, pois colocaria em perigo alguma outra preciosa realização anterior (“tese da ameaça”).

⁹⁸ Hayek, convém dizer, rejeitava a designação de conservador, preferindo a de “Old Whig”. Entretanto, vários autores o classificam como tal.

responder que a situação “[p]arece ruim, e de fato é ruim. Mas pode ficar muito pior, por razões que você não percebeu, e na realidade nem mesmo imaginou”.⁹⁹ Finalmente, sobre a interdependência dos elementos sociais, Muller rejeita a afirmação de que o pensamento conservador seja necessariamente “orgânico”. Para ele, essa é apenas uma metáfora para uma “proposição sociológica”, qual seja: a de que as “instituições sociais são funcionalmente interdependentes e frequentemente sustentadoras umas das outras, de forma que as tentativas para reformar ou eliminar [uma delas] pode ter efeitos negativos imprevistos em outras”, que são necessárias.

C) *Anti-humanitarismo*: os conservadores creem que é do bom funcionamento das instituições que o bem-estar dos indivíduos depende, em última instância. Portanto, quando elas são ameaçadas por iniciativas que, a seu ver, estão apartadas da realidade concreta, ou informadas por teorias abstratas, ainda que a motivação seja benevolente, os conservadores vão se opor. “Honestidade moral desprovida do conhecimento das instituições que tornam a vida social beneficente possível é uma receita para o desastre”, é a percepção conservadora, por exemplo, quando diante de muitas políticas públicas que visam ao bem-estar social.

Como se vê, na análise de Muller, embora “o conservadorismo seja caracterizado acima de tudo por seu utilitarismo histórico e por suas premissas e argumentos recorrentes”, o escopo das instituições por ele defendidas tem limites e algumas são alvos preferenciais de suas atenções. Dessa maneira, os *temas substanciais* mais comuns no discurso conservador são:

- a – Maior valorização das normas, práticas e costumes ‘informais, subpolíticas e herdadas’ da sociedade, em comparação com as leis escritas.
- b – O papel central de modos e costumes, e portanto a importância política daquelas instituições que os modelam.
- c – A necessidade das restrições e da identidade impostas pela sociedade ao indivíduo, do que se infere a desconfiança em relação a projetos de libertação individual frente às fontes estabelecidas da autoridade.

⁹⁹ Um exemplo disso na contemporaneidade são as denúncias feitas ocasionalmente por conservadores americanos de que programas de bem-estar social, por exemplo, estimulam o aumento no número de mães solteiras (que usariam os filhos para garantir o recebimento de benefícios) e a formação ou perpetuação de uma “cultura da pobreza”. Cf. COHEN, Patricia. “Culture of poverty” makes a comeback. *The New York Times*. 18 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/10/18/us/18poverty.html?pagewanted=all>. (Acesso em: 5 de dezembro de 2011.) Rumores nessa mesma linha eventualmente se observam no Brasil de hoje a respeito de programas governamentais como o Bolsa-Família.

d – Uma ênfase na família como “a mais importante instituição socializante” e, apesar das divergências dos conservadores a esse respeito, a afirmação da necessidade de algum grau de divisão sexual do trabalho.

e – A legitimação da desigualdade e da existência de elites culturais, políticas e econômicas.

f – A importância da propriedade como um pilar da ordem política.

g – O papel do Estado como o guardião supremo da propriedade e do império da lei, do que se infere a necessidade de manutenção da autoridade política.

h – A inevitabilidade do uso da força nas relações internacionais, pelo menos em alguns casos.

i – Dependência da sociedade capitalista em relação a algumas instituições e práticas culturais anteriores ao mercado e, conseqüentemente, a preocupação com a subversão destas pelos efeitos culturais do próprio mercado.¹⁰⁰

Finalmente, restam as *imagens e metáforas* recorrentes no conservadorismo.

I – A *segunda natureza* diz respeito à ênfase conservadora nos costumes e hábitos inculcados, aqueles que são tidos como pressupostos, seguidos sem serem objeto de reflexão (e, pode-se dizer, contestação) contínua. Isso é importante porque “uma cultura na qual as normas-chave são submetidas à contínua reflexão e reconsideração pode se tornar incapaz de inculcar uma aceitação inconsciente que [...] é vital para a formação do caráter”. Por outro lado, a própria análise feita pelo conservador sobre esse assunto o leva a uma certa contradição: “chamar a atenção para aquilo que é dado como pressuposto é chamar a atenção para o caráter ‘artificial’ das normas culturais, de que elas podem ser de outra maneira. Isso colide com a sua própria pressuposição, com o caráter necessário que se lhe atribui.” Daí que muitos conservadores “resolvem” a questão tratando “natureza” e “segunda natureza” como a mesma coisa, de forma a fazer com que o que é fruto de uma circunstância pareça inevitável, explicando o uso recorrente da metáfora da sociedade como um organismo.¹⁰¹

II – A *transparência versus o velamento* é uma dicotomia que vem da obra *Reflexões sobre a Revolução em França*, de Edmund Burke, e que se repetiu posteriormente. Trata-se da contraposição entre as “luzes” da razão dos *philosophes* e o “véu” das interpretações e formas

¹⁰⁰ MULLER, op. cit., p. 14-17.

¹⁰¹ Talvez um exemplo disso, no contexto brasileiro, sejam os debates atuais envolvendo a luta de alguns segmentos religiosos contra o reconhecimento legal, e a conseqüente legitimação, da homossexualidade. Os mesmos que insistem no caráter “antinatural” e “desviante” dessa orientação — o que justificaria a reprovação pública e não concessão de direitos aos seus portadores —, não raro referindo-se a ela como uma “escolha”, frequentemente receiam que a sua exposição na mídia, por exemplo, exerça uma “má influência” sobre os heterossexuais, especialmente crianças e jovens. Em outras palavras, acabam deixando implícito que o “natural” pode ser *desaprendido* — logo também passível de uma “escolha”. Porém, se é escolha, o que a tornaria “natural” em primeiro lugar?

de entender que ocultam o objeto básico das paixões humanas. Noutras palavras, a cultura funcionaria “um meio de sublimação, restringindo a expressões das paixões de dominação e autogratição e desviando as paixões para objetivos mais elevados”. Nessa perspectiva, a contestação dos pensadores da época acabaria por destruir o “véu da cultura que leva os homens a se conter”, deixando-os à mercê de seus impulsos mais primitivos e antissociais. Da mesma forma, essa imagem também é usada, noutros pensadores, para se referir à venerabilidade que a passagem do tempo dá às instituições. Logo, quando há uma ruptura qualquer, quando se abre um precedente, recomenda-se tentar cobrir essa inovação com o “véu” da continuidade, como que legitimando-a com o manto do passado (com o qual, em realidade, rompeu). Na formulação de Joseph de Maistre, “Se, portanto, deseja-se *conservar* tudo, então *consagre-se* tudo” — o que faz muitos conservadores incorrerem na tentação de confundir conservadorismo com ortodoxia, dando um lustro metafísico a instituições e práticas que, talvez, não sejam tão veneráveis quando examinadas em suas origens.¹⁰²

A abordagem de Muller, embora seja controvertida em estabelecer diferença com a ortodoxia (e assim excluir a ligação com a religião como um elemento fundamental, em vez de somente utilitário), tem a vantagem de reconhecer no conservadorismo uma considerável flexibilidade nos detalhes, como sói acontecer com a abordagem posicional. Ao mesmo tempo, ela o torna suficientemente reconhecível para que possamos tratá-lo como uma tendência intelectual operante ao longo da história numa série de contextos socioculturais muito diferentes entre si. Por isso, tanto ela como a abordagem de Huntington em que se inspirou são nossas principais diretrizes quanto a como identificar os elementos comuns aos vários conservadorismos que emergiram no contexto ocidental.

Entretanto, as discussões sobre a natureza e a gênese do conservadorismo não se encerraram aí. A polissemia do termo, alimentada, como vimos, por um uso muito livre da palavra tanto pela imprensa quanto pelos próprios “conservadores”, desafia qualquer definição que se pretenda “final”. Além do mais, mesmo a teoria situacional de Huntington tem seus críticos neste início de século XXI. Afinal, pode-se questionar, quantos desses elementos citados são necessários para fazer de alguém um conservador? E, mesmo entre conservadores “autênticos”, haveria subdivisões possíveis?

Para ilustrar como se pode responder a essas questões, vamos ao último teórico de nossa abordagem, agora adentrando pelo século XXI.

¹⁰² MULLER, op. cit., p. 19-22.

1.1.4 O CONSERVADORISMO COMO IDEOLOGIA MULTIDIMENSIONAL

Em artigo publicado no *Journal of Political Ideologies* de outubro de 2006,¹⁰³ Jan-Werner Müller, da Universidade de Princeton, elencou algumas das dificuldades usuais do estudo do conservadorismo (já citadas parcialmente aqui). Além do problema de defini-lo com precisão, haveria ainda o fato de que o conservadorismo seria “mais propenso a contradições internas do que outras variedades do pensamento político” e o de que “são principalmente os próprios conservadores que escrevem sobre o conservadorismo”. O resultado, lamenta ele, “tem sido um frequente apelo ao nominalismo (‘conservadores são aqueles que se chamam de conservadores’¹⁰⁴), ao historicismo (‘o conservadorismo está mudando o tempo todo’) ou ao que se poderia chamar ‘mutacionismo conceitual’ [conceptual changism]”, ou seja, a ideia de que “existe um conceito, mas ele muda em períodos cruciais”.¹⁰⁵ Para acabar com isso, ele sugere uma análise baseada em quatro aspectos ou dimensões, que permitam estabelecer o conservadorismo como uma ideologia *política* historicamente consistente e, ao mesmo tempo, reconheçam e organizem as subcorrentes possíveis em seu interior. E como o conservadorismo nunca é redutível a só uma crença, disposição ou prática, diz ele, “eu quero afirmar que se apenas duas das quatro dimensões que delinearemos estiverem presentes, deveremos então falar do conservadorismo como uma ideologia política”.¹⁰⁶

A primeira dimensão é o que se poderia chamar de *sociológica*: o conservadorismo seria a ideologia ou o programa específico de um grupo particular tentando se aferrar aos seus privilégios. Essa é a visão clássica, “aristocrática” no dizer de Huntington, baseada na experiência da nobreza europeia diante da ascensão da burguesia e, mais tarde, da democracia de massas. Já vimos como essa dimensão é estruturada nas análises sobre o conservadorismo.

A segunda é o que Müller chama de conservadorismo *metodológico*. Ele “faz um número de proposições em resposta ao fato de que toda política tem lugar no tempo e [...] tem de se basear numa imagem da mudança e do desenvolvimento históricos”. Isso quer dizer que se trata de uma postura frente à mudança, mais especificamente ao processo de mudança

¹⁰³ Disponível gratuitamente no site do autor: <http://www.princeton.edu/~jmueller/JPI-Conservatism-JWMueller.pdf>. [Acesso em: 6 de novembro de 2011.]

¹⁰⁴ Isso não é uma mera ironia. A obra mais importante sobre o conservadorismo americano no pós-guerra, *The conservative intellectual movement in America since 1945*, de George H. Nash, publicada originalmente em 1975 e até hoje uma referência obrigatória sobre o assunto, usa exatamente esse critério. Mas, no caso específico dos EUA, essa abordagem diz respeito a uma rotulagem histórica, antes que a uma pretensão de demarcar os limites do conservadorismo como uma ideologia ou filosofia coerente. As vantagens e desvantagens dessa abordagem serão consideradas mais adiante.

¹⁰⁵ Op. cit., p. 359.

¹⁰⁶ Ibid., p. 361.

política. “As reformas são necessárias de tempos em tempos, mas devem funcionar com (e cuidadosamente salvar ou mesmo cautelosamente aperfeiçoar) o que já existe”, administrando as mudanças de forma a torná-las “seguras”, ainda que possam ser inevitáveis. Mas, afirma ele, essa não é nem uma dimensão suficiente nem necessária do conservadorismo, podendo ser facilmente encontrada em outras ideologias pelo simples fato de ser razoável.

A terceira dimensão é chamada de conservadorismo *disposicional* ou *estético*. Este se define por, “de um lado, uma presunção em favor do passado (ou às vezes até de uma visão peculiar do presente) e, de outro, em favor do particular (ou do concreto)”. Isso não implica nenhuma prescrição política específica, e pode simplesmente se manifestar como uma espécie de nostalgia (embora Müller aponte, sem explicar, uma afinidade também com teorias pós-modernas). A clássica definição dessa variedade de conservadorismo seria a de Michael Oakeshott no célebre ensaio de 1956, *On being conservative*:

Ser conservador, então, é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a risada no presente ao deleite utópico.¹⁰⁷

Müller adverte que essa não é a única forma de conservadorismo disposicional, que pode também ser a rejeição a qualquer “instrumentalização da experiência (ou de outras pessoas, diga-se)”. Em outras palavras, “ele pode ser também uma predisposição para prestar atenção ao marginal, às potenciais vítimas da história e das ideologias do progresso em particular. Esta atitude claramente não é uma que costume ser esposada pelos poderosos e privilegiados”.¹⁰⁸

Em quarto e último lugar, tem-se o conservadorismo *filosófico* (também chamado de *antropológico*). Este implica o compromisso com “a realização de um determinado conjunto de valores substantivos, independentemente de eles já estarem concretizados no presente”. A questão principal para esse tipo de conservador não diz respeito ao que o passado recomenda ou por que método provado se chegou à implementação desse valores; o importante é qual o conjunto de valores que se adota. Na visão de Müller, o conservador dessa estirpe valoriza as “relações hierárquicas”, atribuindo valores diferenciados a grupos particulares de seres humanos e enfatizando que certos arranjos sociais que distribuem desigualmente o poder seriam inalteráveis (e quando são alterados, as reações são de alarme, seguindo os padrões

¹⁰⁷ Ibid., p. 362. O ensaio de Oakeshott, publicado amplamente, pode ser encontrado em: <http://jan.ucc.nau.edu/~jo52/POS254/oakeshott1.pdf>. [Acesso em: 28 de novembro de 2011.]

¹⁰⁸ Ibid., p. 363.

argumentativos dissecados por Hirschman¹⁰⁹). Um exemplo mais recente desse tipo de conservador seria o ideólogo nazista Carl Schmitt, mas facilmente se podem enquadrar aí os apologistas do Antigo Regime no tempo da Revolução Francesa.

Um aspecto interessante da abordagem de Müller é que ela remaneja as fronteiras do conservadorismo de formas um tanto diferentes daquelas consagradas na historiografia ou adotadas pelos autointitulados conservadores. Por exemplo, embora ele reconheça que Edmund Burke continua merecendo o título de “pai fundador” do conservadorismo por se enquadrar em todas as quatro dimensões, ele deixa de fora Joseph de Maistre, usualmente considerado um exemplo clássico de conservador no sentido “aristocrático”. Para Müller, De Maistre seria não um conservador, mas um reacionário, pois enfatizaria a hierarquia e a desigualdade, sim, mas sem se importar com como elas são implementadas (às vezes chegando a uma postura quietista e politicamente passiva) e sem defender particularmente os privilégios existentes. Outra exclusão, desta vez bem menos surpreendente, é a dos libertários.¹¹⁰ Já quanto aos neoconservadores americanos, tudo dependeria dos motivos pelos quais esposam a política externa ativista que os tornou famosos nos anos 1980 e 2000: se para defender os interesses nacionais americanos por meio da promoção da democracia global, e por crerem de fato em uma superioridade intrínseca do modo de vida americano, aí se poderia dizer que eles de fato seriam conservadores.

O modelo multidimensional de Müller, como o próprio autor propõe, não tem por que se limitar apenas ao conservadorismo, podendo ser aplicado a outras ideologias. Nas suas palavras:

Afinal, quase toda ideologia necessita de uma explanação de “método” bem como de sua relação com a história; todas esposam valores fundamentais, e todas podem ser relacionadas a interesses e contextos particulares; e todas, eu diria, têm um componente emocional, ou tendem a ser associadas com “estruturas de sentir” particulares. Talvez, de forma modesta, este breve esboço venha a encorajar uma abordagem multidimensional para outras correntes do pensamento político.¹¹¹

¹⁰⁹ Cf. nota 73.

¹¹⁰ Entenda-se aqui como libertário, dentro das ideologias ditas conservadoras dos EUA, o tipo genérico do defensor enfático do livre mercado, que enfatiza a liberdade individual como o principal valor a defender no campo político, opondo-se às intromissões do Estado, particularmente na economia, mas também numa série de outras dimensões da vida social. Pode-se falar em vários “graus” de libertarianismo, desde o neoliberal — que ainda reconhece a necessidade de um Estado, mesmo que “mínimo”, para a manutenção da paz e da ordem sociais — até o anarcocapitalista, que defende a substituição completa do poder estatal pelo livre mercado como mecanismo regulador da sociedade. Um exemplo do primeiro caso são os neoliberais seguidores de Friedrich Hayek (v. o cap. 3), e do segundo, os discípulos de Murray N. Rothbard, frequentemente agrupados em torno do *think tank* Ludwig von Mises Institute (<http://mises.org> e <http://mises.org.br>). Naturalmente, essa ênfase na liberdade e no indivíduo foge ao padrão conservador, embora, por razões históricas, os libertários sejam associados ao movimento conservador norte-americano. Voltaremos ao assunto nos capítulos seguintes.

¹¹¹ Op. cit., p. 364.

1.1.5 O CONSERVADORISMO COMO INSTRUMENTO DE SUBORDINAÇÃO

Em 2011, Corey Robin, professor de Ciência Política do Brookly College e da City University of New York, alcançou alguma repercussão com um novo livro sobre o conservadorismo, *The reactionary mind: conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*.¹¹² Influenciado por autores como Arno Mayer e Karen Orren, Robin tem uma definição de conservadorismo frequente em analistas de esquerda, a saber: “uma meditação — e a representação teórica — sobre a experiência de ter poder, vê-lo ameaçado e tentar conquistá-lo de volta”.¹¹³ Ou, noutras palavras, como ideias produzidas por classes dominantes ameaçadas pelas diversas conquistas pelas classes inferiores aproximadamente nos últimos 200 anos. Em última instância, o conservadorismo seria o eco nostálgico do Antigo Regime, projetado numa série de momentos históricos diferentes, mas sempre com alguns traços comuns: a disputa pelo poder entre grupos sociais até então mantidos numa relação de dominador e dominado. Tal disputa certamente envolve os conhecidos conflitos políticos e econômicos, mas também podem aparecer em relações de gênero, raciais, culturais e de outras categorias. Quando o grupo subordinado deixa de ser *sujeito* para se tornar *agente*, ainda que fazendo reivindicações mínimas, o incômodo gerado em seus superiores por essa manifestação de autonomia pode gerar uma reação intelectual, que seria o conservadorismo em suas várias formas.

O conservadorismo é a voz teórica deste animus contra a agência das classes subordinadas. Ele prove o argumento mais consistente e profundo quanto aos motivos pelos quais não se deve permitir que as ordens inferiores exerçam sua vontade independente, governem a si mesmas ou à comunidade política. A submissão é o seu primeiro dever, e a agência é prerrogativa da elite. Embora seja frequentemente alegado que a esquerda representa a igualdade enquanto a direita representa a liberdade, essa noção expressa mal a verdadeira discordância entre direita e esquerda. Historicamente, o conservador tem favorecido a liberdade para as ordens mais altas e a restrição das mais baixas. O que o conservador vê e não gosta na igualdade, em outras palavras, não é a ameaça à liberdade, mas a extensão desta. Pois, em tal extensão, ele enxerga uma perda de sua própria liberdade.¹¹⁴

Portanto, Robin propõe, diferentemente de Samuel Huntington, que a marca do conservadorismo não é a defesa do *status quo* como tal, mas de uma espécie distinta de *status*

¹¹² New York & Oxford: Oxford University Press, 2011. 290 p. Elaboraões sobre as teses do livro podem ser encontradas também no blog do autor: <http://coreyrobin.com>. [Acesso em: 23 de julho de 2013.]

¹¹³ ROBIN, op. cit., p. 4.

¹¹⁴ Ibid., p. 9.

quo. Segundo ele, o conservador é naturalmente elitista, cioso da hierarquia que defende. Enquanto para o esquerdista a liberdade e a igualdade estariam ligadas, de modo que o avanço desta na verdade ampliaria aquela, sem que haja real oposição entre elas, para o conservador, é justamente o contrário: a igualdade que ele nega aos subalternos representaria, se concedida, um rebaixamento do nível de liberdade a que ele aspira. E mais do que isso: antes dessa ampliação da liberdade dos socialmente inferiores se dar em grande escala, ela se manifesta também em ambientes mais íntimos: é o operário questionando o gerente, o escravo afirmando sua humanidade perante seu proprietário, a criada que responde à patroa, a esposa que não se submete ao marido, o negro querendo compartilhar os mesmos espaços que o branco, o homossexual que se assume como tal no espaço público. Citando a líder feminista Elizabeth Cady Stanton, “Eis o segredo da oposição à igualdade da mulher no Estado. Os homens não estão preparados para reconhecê-la em casa”. As relações de poder não são, pois, alheias à esfera íntima, emotiva até; questioná-las pode ser visto como um ataque intolerável à própria pessoa de quem está em cima. A perspectiva de mudança é interpretada como desordem, quando não a subversão de uma lei natural; e tal desordem, uma vez aceita num campo determinado — digamos, a família quando a mulher reivindica igualdade de direitos em relação ao homem —, pode se espalhar para outros.

Permita-se a homens e mulheres tornarem-se cidadãos democráticos do Estado; assegure-se de que eles permanecerão súditos feudais na família, na fábrica, e no campo. A prioridade do argumento político conservador tem sido a manutenção de regimes privados de poder — mesmo ao custo da força e da integridade do Estado.¹¹⁵

Portanto, o conservadorismo é acima de tudo uma ideologia contrarrevolucionária no sentido lato: não apenas direcionada contra as grandes sublevações como as de 1789 ou 1917, mas contra a democratização do poder *em geral*. Essa é uma representação pouco lisonjeira para o leitor contemporâneo, que pode levá-lo o leitor a pensar que Robin faz uma leitura meramente maniqueísta do assunto.¹¹⁶ Mas o autor faz uma ressalva: tal defesa da desigualdade de poder não seria feita simplesmente de forma utilitária, para egoisticamente salvaguardar privilégios próprios; em vez disso, ela nasceria muitas vezes da convicção sincera de que o mundo privado dessas hierarquias seria “feio, brutal, vil e monótono”. Uma sociedade que não é conduzida pelos “melhores” se empobrece de tudo aquilo que torna o mundo mais belo e interessante, pois “a excelência depende da hierarquia”. Ao mesmo tempo,

¹¹⁵ Ibid., p. 15.

¹¹⁶ Essa é uma das críticas feitas ao livro por parte de Mark Lilla na *New York Review of Books*, em 12 de janeiro de 2012. V. <http://www.nybooks.com/articles/archives/2012/jan/12/republicans-revolution/?pagination=false>. [Acesso em: 23 de julho de 2013.]

“A desigualdade é o meio, não o fim”, e sua função é despertar essa superioridade que uma sociedade igualitária, “nivelada”, é incapaz de produzir. Por isso mesmo, os conservadores são animados por um *princípio*, muito mais que por avareza ou egoísmo, sendo mais racionais e reflexivos do que muitos de seus oponentes de esquerda estariam dispostos a reconhecer, mas também menos “puros” do que eles próprios gostam de se apresentar.

Para Robin, então, existe um único conservadorismo de fato, com um traço constante, a despeito de toda a variedade de manifestações que assumiu ao longo da história. Pouco importa se há conservadores contra e a favor do livre mercado, de Deus ou do Estado; essas seriam variações táticas sobre um mesmo tema, que é a defesa da assimetria de poder. Mas há também um segundo traço, e importante: o conservadorismo seria por excelência uma ideologia da derrota, da perda, daqueles que anseiam pelo retorno a um estado de coisas agora perdido, porém superior (daí o autor atribuir-lhes uma mentalidade *reacionária*). E justamente essa derrota é que revitaliza seus esforços e sua coesão, pois, uma vez que os conservadores entram na arena política para defender aquilo que valorizam, envolvem-no “numa narrativa de perda — na qual o revolucionário ou reformista desempenha um papel necessário” e o apresentam em um “programa de recuperação”.

O que era tácito se torna articulado, o que era fluido se torna formal, o que era prática se torna polêmica. Mesmo se a teoria é um louvor à prática — como o conservadorismo frequentemente é — ela não pode escapar de se tornar uma polêmica. O conservador mais exigente que se digne a ir à rua é obrigado pela esquerda a pegar uma pedra do pavimento e atirá-la contra as barricadas.

O conservador reage à esquerda, portanto, mas não o faz porque odeia a mudança em si ou defende a ordem em si. O que ele defende são tipos específicos de ordem, hierárquicos, partindo da premissa de que *hierarquia é ordem*. “Ao defender tais ordens, além disso, o conservador invariavelmente se lança num programa de reação e contrarrevolução, frequentemente exigindo uma revisão do próprio regime que está defendendo”.¹¹⁷ E por isso ele cai no aparente paradoxo de soar como um radical, movido pela crença de que está em desvantagem frente à oposição igualitarista, de que é o *seu* lado que sofre injustamente com a atual distribuição de poderes. Tal crença viria acompanhada de uma leitura peculiar da história, segundo a qual é a esquerda que está no poder há muito tempo, digamos, desde a Revolução Francesa ou algum evento similar, fazendo com que a luta pelas causas

¹¹⁷ Ibid., p. 24.

conservadoras pareçam um esforço heroico em nome do Bem, do Belo e do Verdadeiro numa ordem medíocre ou decadente.¹¹⁸

Como corolário dessa leitura do conservadorismo como dependendo da distribuição de poder, o argumento frequente de que os conservadores se opõem a mudanças radicais, amplas e rápidas, mas não a reformas graduais e prudentes,¹¹⁹ perde o sentido. Segundo Robin, no calor dos acontecimentos, essa distinção nem sempre é clara, e o conservador pode simplesmente alegar que a reforma leva ou já é a revolução. A menor das concessões já é demais. E é preciso defender-se dos que a reivindicam de baixo.

A isso se aliaria um ideal aristocrático, de uma “utopia” na qual poder e posição são a recompensa natural de talento e esforço. Herança, riqueza, contatos sociais, tudo isso é ofuscado pelo *talento*. Mais uma vez, a existência da desigualdade permite a ascensão de uma espécie de aristocracia “natural”.

Robin, em suma, vê o conservadorismo como uma força unificada, com continuidades ao longo da história, pelo menos quando suas teorias e doutrinas são estudadas à luz da prática, dos seus efeitos concretos. Mas ele reconhece pelo menos uma mudança significativa ao longo dos mais de dois séculos do conservadorismo: a gradual aceitação da entrada das massas na política. Isso não significa uma aptidão democrática no sentido pleno, mas apenas o reconhecimento de que, na frase de Lampedusa, as coisas devem mudar para permanecer as mesmas. Para melhor defender as causas em que acreditam, os conservadores tiveram que aprender a lidar com as massas, fosse permitindo-lhes uma identificação simbólica com as classes dominantes ou dando-lhes algumas “oportunidades reais para se tornarem pseudoaristocratas na família, na fábrica e no campo”. No primeiro caso, o indivíduo da classe inferior se projeta no da superior — por exemplo, vendo-se como membro da nação ou da raça, logo unido aos privilegiados por um laço “maior”, e instigado por alguma forma de populismo; no segundo, por tendo alguma autoridade sobre um grupo ainda mais inferior que o dele próprio, como o feitor em relação ao escravo, o capataz de fábrica sobre o operário, o nativo em relação a um imigrante (ou por promessas de ascensão social mais significativa).

As teses de Robin causaram polêmica nos jornais americanos, atraindo acusações de inconsistência, simplismo e mesmo sectarismo de esquerda.¹²⁰ No entanto, ele consegue

¹¹⁸ Um bom exemplo disso são as obras da romancista russo-americana Ayn Rand, sobretudo *A revolta de Atlas*. Para uma sinopse, cf. <http://www.sextante.com.br/noticias/?p=1722>. [Acesso em: 25 de julho de 2013.]

¹¹⁹ V. os capítulos 2 e 3.

¹²⁰ O debate com Mark Lilla iniciou-se a partir da resenha indicada na nota 116, estendendo-se na seção de cartas da *New York Review of Books* e no blog de Robin: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2012/feb/23/reactionary-mind-exchange/?pagination=false> e <http://coreyrobin.com/?s=mark+lilla&submit=Search>. Uma outra resenha de interesse podem ser encontradas na

escapar às dificuldades de alguns abordagens mais conhecidas, por exemplo, de definir quando uma ideologia é “posicional” ou “ideacional”, ou de tentar extrapolar uma análise de um período e lugar específico para uma escala maior. Sua teoria do conservadorismo quebra alguns lugares-comuns compartilhados tanto por conservadores quanto comentaristas de outras filiações, ao pôr uma populista intelectualmente desdenhada como Sarah Palin lado a lado com figuras mais respeitadas e mesmo reverenciadas, como Edmund Burke e John Adams (dos quais falaremos adiante). Além disso, ele explicitamente iguala o conservadorismo anglo-saxão a outros, da Europa continental, interpretando-os com as mesmas lentes, rompendo com a ideia comum de que haveria alguma espécie de “excepcionalidade” dos conservadores americanos, sejam os “modernos” (vide a seção a seguir) ou os anteriores. E Robin deixa claro o campo ideológico de onde escreve, a esquerda; e embora seu livro não possa ser desdenhado com um panfleto, é impossível não vê-lo como engajado com as disputas do cenário político polarizado dos Estados Unidos da Era Obama, quando os debates entre conservadores e liberais, direita e esquerda, têm ganhado novas plataformas e níveis consideráveis de estridência. Sua análise, se não é a do observador pretensamente distanciado e desapaixonado, merece menção. Entretanto, a abrangência de sua tese recomenda prudência, além de estudos comparativos específicos: afinal, faz sentido justapor Bonald e George W. Bush? Tal método de classificação não corre o risco de simplismo? É o tipo de questão que foge ao escopo deste panorama, mas que deve ser levada em conta pelos pesquisadores do conservadorismo. Por enquanto, contentamo-nos em registrá-la, como uma mostra de que, neste século XXI, o conservadorismo continua representando um desafio às definições dos estudiosos.

Finalmente, já que este é um estudo do conservadorismo *nos Estados Unidos*, há uma última menção a fazer.

1.2 O CONSERVADORISMO AMERICANO COMO FENÔMENO ESPECÍFICO

Todas as abordagens citadas procuram estabelecer critérios consistentes de reconhecimento para uma vasta gama de movimentos e personalidades em contextos diferentes. Pressupõe-se que há uma “essência” conservadora, um mínimo denominador comum que pode ser reconhecido ao longo de diferentes contextos históricos, intelectuais e

geográficos. Mas o próprio número delas mostra como isso é difícil. Encontre-se um parâmetro lógico e minucioso, e logo aparecerá um grupo ou movimento, também dito “conservador”, que o desafiará. No caso do conservadorismo dos Estados Unidos, pelo menos o do pós-Segunda Guerra Mundial, isso é particularmente verdadeiro: não se tem notícia de uma única classificação teórica capaz de reunir o consenso dos estudiosos, de um lado, e o da população em geral, que atribui este ou aquele rótulo, esta ou aquela identidade política, sem muita preocupações com as taxonomias laboriosamente criadas por acadêmicos.

Por isso, vale mencionar o posicionamento adotado por aquela que é a obra mais reconhecida sobre o conservadorismo no pós-guerra, escrita por um historiador, não por um filósofo, sociólogo ou cientista político. Em *The conservative intellectual movement in America after 1945*, de 1976, George H. Nash explica como determinou quem eram seus objetos de estudo. Diz ele:

Porque este é um exame daquilo que rotulei como “conservadorismo”, os leitores podem talvez esperar uma definição: o que é conservadorismo? Para aqueles que têm examinado o assunto, esta é uma questão perene; muitos são os escritores que têm buscado a resposta fugaz. Tal esforço *a priori*, concluí, é mal orientado. Eu duvido que haja uma definição única, satisfatória, todo-abrangente do fenômeno complexo chamado conservadorismo, o conteúdo do qual varia enormemente de acordo com o tempo e o lugar. [...] Muitos direitistas, na realidade, têm argumentado que o conservadorismo, por sua própria natureza, não é uma ideologia elaborada de modo algum. Há, é certo, um número de definições que são inadequada e tendenciosas. Assim, às vezes o conservadorismo é equacionado com a defesa irrefletida do *status quo*, qualquer *status quo*; sob tal uso, até a Rússia stalinista, a China maoísta ou qualquer outro Estado revolucionário poderia ser chamado de “conservador” uma vez que os revolucionários conseguissem se entrincheirar. Noutras vezes, o conservadorismo tem sido suavemente definido como uma atitude frente à “mudança”; sob tal uso, até os socialistas fabianos que acreditavam na “inevitabilidade da gradualidade” poderiam ser rotulados de conservadores. Tais definições parecem superficiais e indiscriminadoras. Por outro lado, algumas são indevidamente restritivas. Assim, o conservadorismo intelectual têm algumas vezes sido confundido com a Direita Radical. Frequentemente, tem sido associado com experiências europeias, tais como o feudalismo, a aristocracia e a Idade Média [...].¹²¹

Diante de tal dificuldade, Nash determina claramente do que está falando. Ele se recusa a buscar um “arquetipo” conservador capaz de ligar todos os fenômenos reconhecidos por esse termo. Em vez disso, afirma estar falando tão-somente do conservadorismo como

um movimento intelectual na América, em um período particular. [...] Antes, o conservadorismo tal como existiu, em uma certa época e em um certo lugar. O conservadorismo identificado como a resistência a certas forças percebidas como esquerdistas, revolucionárias e profundamente subversivas daquilo que os

¹²¹ NASH, op. cit., p. xiv-xv.

conservadores de então consideravam digno de amar, defender e até de morrer em sacrifício.¹²²

Em sendo assim, como distinguir os conservadores? De novo, Nash usa o senso comum: os conservadores, para ele, eram os que se assim se diziam ou que outros consideravam como parte do movimento. Em vez de uma definição platônica, seu critério é meramente histórico, empírico; em vez de um “Conservadorismo”, com maiúscula, ele se contenta com um “conservadorismo”, com minúscula, definido pelos próprios agentes. Isso é coerente com o escopo do trabalho, já que Nash não se esforça muito para mapear as origens das correntes que descreve, e situá-las na longa duração. Quando isso aparece, é pela boca dos próprios intelectuais que discute, são os debates *deles* e não do próprio autor. Dado o recorte do trabalho, já extremamente rico com as limitações que Nash se impôs, essa é uma opção cômoda e funcional.

Todavia, o “agnosticismo” de Nash quanto a rótulos ideológicos não é a única abordagem possível, nem os conservadores do pós-guerra surgiram num vácuo histórico. Pelo contrário, eles tinham fontes de onde beber, antecedentes em que se inspirar, o que leva vários autores a enxergar linhas de continuidade entre vários pensadores ditos “conservadores” na história dos Estados Unidos. Esse é o tema do próximo capítulo.

¹²² Ibid., p. xv.

2 – AS VARIEDADES DA EXPERIÊNCIA CONSERVADORA: DE BURKE A NOCK

Falar da história do conservadorismo, como se viu, é uma aventura curiosa. À primeira vista, pode parecer que se trata de perseguir uma entidade etérea, em constante mutação. Quase sempre o nome não se encaixa perfeitamente nas definições, por mais lógicas e internamente consistentes que pareçam. Há sempre uma outra delimitação possível, uma outra teoria, um novo grupo — ou subgrupo — reivindicando o manto de legítimo representante do termo. Entretanto, curiosamente, essa luta identitária para dizer quem ou o que é um conservador não é tão essencial para o historiador. Isso porque, se a demarcação teórica do seu objeto carece de grande precisão, ele sempre pode se refugiar na empiria, ou seja, nos casos concretos a ele associados. Quem talvez tenha melhor expressado esse dilema que acomete o historiador do conservadorismo tenha sido não um pesquisador profissional, tampouco um cientista político, mas sim um poeta, ele mesmo um conservador notório — T. S. Eliot:

Um partido político pode descobrir que teve uma história, antes de ter plena consciência ou consenso quanto às suas próprias crenças permanentes; ele pode ter chegado à sua atual formação por meio de uma sucessão de metamorfoses e adaptações, durante as quais algumas questões foram superadas e novas questões surgiram. O que as suas crenças fundamentais são, provavelmente se descobrirá pelo exame cuidadoso de seu comportamento ao longo de toda a sua história e pelo exame do que as suas mentes mais reflexivas e filosóficas disseram em seu favor; e somente o exame histórico acurado e a análise judiciosa serão capazes de discriminar entre o permanente e o transitório; entre aquelas doutrinas e princípios que ele deve sempre, e em todas as circunstâncias, manter, sob pena de tornar-se uma fraude, e aqueles provocados por circunstâncias especiais, as quais são inteligíveis e justificáveis somente à luz dessas circunstâncias.¹²³

¹²³ ELIOT, T. S. *The literature of politics*. Apud ROBIN, Corey. *The reactionary mind*. Oxford University Press, 2011, p. 3.

Assim, examinemos agora o conservadorismo americano tendo como guias aqueles que são geralmente reconhecidos pelos próprios conservadores, e por seus estudiosos, como exemplos das formas reconhecíveis que esse segmento do espectro político assumiu desde o surgimento do país como nação independente. Não será uma história exaustiva, mas apenas uma mostra de como tendências ditas conservadoras foram entendidas, defendidas e utilizadas ao longo de quase dois séculos de história; de seus temas, argumentos e questões, considerados em seu contexto específico. E como era de se esperar, essa história não começa nos Estados Unidos, mas tem raízes na sociedade que lhe deu origem.

2.1 O LEGADO DE BURKE

Uma das ironias do pensamento político moderno é que o homem mais reconhecido como o “pai” do conservadorismo seja justamente um liberal, mais precisamente um *whig* da segunda metade do século XVIII famoso pelas controvérsias em que se envolveu. Pior ainda, na maior parte delas o seu posicionamento dificilmente pareceria “conservador” aos olhos modernos. E, no entanto, nenhum outro autor fez tanto pela articulação e divulgação da visão de mundo conservadora quanto o parlamentar anglo-irlandês Edmund Burke.

Nascido em Dublin, provavelmente em 1729,¹²⁴ Burke era filho de mãe católica numa época em que a religião era critério oficial de discriminação na Inglaterra. Tendo partido para Londres para estudar Direito em 1750, acabou largando a carreira e passou algum tempo viajando pela Inglaterra e a França. Em 1756, veio a publicar seu primeiro livro, *A Vindication of Natural Society: or, a View of the Miseries and Evils arising to Mankind from every Species of Artificial Society* — uma sátira aos ataques à religião e às ideias de retorno à natureza, duas das modas intelectuais então em voga. No ano seguinte, um novo livro, *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*, deu-lhe alguma projeção, chamando a atenção de figuras como Denis Diderot e Immanuel Kant. Pela mesma época, envolveu-se com o periódico *The Annual Register*, uma miscelânea de transcrições de papéis de Estado, resenhas de livros e esboços históricos relativos aos

¹²⁴ Há controvérsias quanto à data real. A maioria das obras consultadas dá 1729 como o ano do nascimento, mas a *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, por exemplo, prefere 1730. Cf. HARRIS, Ian. Edmund Burke. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2011 Edition). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/burke>. [Acesso em: 20 de dezembro de 2011.]

principais acontecimentos de cada ano — publicado desde 1758 até os dias de hoje.¹²⁵ Não por acaso, desenvolveu ao longo do tempo um ótimo trânsito entre os artistas e intelectuais do seu tempo — olhando em retrospecto, o círculo de amizades de Burke parece aos observador moderno uma lista das celebridades culturais britânicas do século XVIII: o crítico Samuel Johnson, o pintor Joshua Reynolds, o escritor Oliver Goldsmith, para não falar do economista político Adam Smith e o futuro revolucionário Thomas Paine, entre outros.

Mas foi na política que Burke veio a se destacar e ganhar fama. Em 1765, tornou-se secretário do Marquês de Rockingham, chefe de uma das facções *whigs* do Parlamento,¹²⁶ o que mais tarde seria útil para que o próprio Burke chegasse à Câmara dos Comuns. Isso aconteceu em 1774, por Bristol, a segunda cidade do reino, que manteria Burke como seu representante até 1780. Mas a insistência em defender causas impopulares, como a da tolerância aos católicos (ele professava o anglicanismo, única forma de ascender), custou-lhe a confiança dos eleitores de Bristol, e daí em diante Burke se manteve no parlamento por meio do “burgo podre”¹²⁷ dominado por seu padrinho marquês em Malton. Retirar-se-ia da carreira parlamentar em 1794, vindo a falecer três anos depois.

Durante sua carreira como homem público, Burke preocupou-se muito com as relações entre a Grã-Bretanha e os territórios do seu império. Em retrospecto, as posições que então defendeu parecem bastante progressistas. Por exemplo, quando se acirraram os conflitos entre os colonos americanos e a metrópole inglesa por conta de novos impostos e restrições alfandegárias, Burke tomou o partido dos primeiros. “Nenhum corpo de homens será levado por argumentos à escravidão”, advertiu ele em um discurso de 1774, recomendando ainda que

¹²⁵ O acervo do *Register* encontra-se online em <http://annualregister.chadwyck.co.uk/info/about>. Os primeiros 21 anos estão disponíveis gratuitamente em <http://www.bodley.ox.ac.uk/cgi-bin/ilej/pbrowse.pl?item=title&id=ILEJ.5.&title=>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2011.]

¹²⁶ *Whigs* e *tories* formavam os dois principais alinhamentos políticos na Inglaterra entre o fim do século XVII e meados do XIX. Em linhas gerais, os *whigs* defendiam os princípios da monarquia constitucional contra o aumento do poder real, defendido pelos mais tradicionalistas *tories*. Estes viriam a formar, nos anos 1830, o atual Partido Conservador britânico, enquanto seus adversários *whigs*, há muito influenciados pela filosofia de John Locke, um dos principais formuladores do liberalismo político, tornaram-se oficialmente o Partido Liberal em 1868. Cf. <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/Pliberal.htm> e <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/133481/Conservative-Party>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2011.]

¹²⁷ Os “burgos podres” eram distritos que, tendo sido um dia cidades florescentes, ganharam o direito de eleger dois membros para o Parlamento, mas posteriormente entraram em decadência demográfica. Como os dados eleitorais na Inglaterra passaram séculos sem atualização, essas localidades mantiveram o direito à representação mesmo quando sua população real de eleitores havia se tornado diminuta — e fácil de subornar ou coagir, quando então eram chamados de “burgos de bolso”. Dessa forma, eram usados por lideranças políticas para obter uma maior representação parlamentar sem o custo de uma verdadeira disputa eleitoral. Cf. ROTTEN borough (<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/510690/rotten-borough>) e POCKET borough (<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/465686/pocket-borough>) na Encyclopædia Britannica. [Acesso em: 17 de dezembro de 2011.]

o governo britânico, já tendo imposto aos americanos o “fardo de um monopólio ilimitado”, não deveria lhes impor também o da “receita ilimitada”.¹²⁸ No ano seguinte, ele reiteraria que o recurso à força não faria os americanos, descendentes materiais e espirituais dos ingleses, renunciarem às liberdades longamente usufruídas. Mas a administração do primeiro-ministro George North não o ouviu, e a guerra estourou no mesmo ano.

Outro caso notório da atuação de Burke foi o processo de *impeachment* contra o ex-governador britânico de Bengala (Índia), Warren Hastings, em 1786. Nessa ocasião, Burke defendeu abertamente uma mudança nas práticas imperiais britânicas, criticando veementemente a atuação da Companhia das Índias Orientais por desrespeitar as tradições e costumes dos hindus e também pela prática extensiva de corrupção. O caso foi uma das grandes polêmicas políticas da Grã-Bretanha do final do século XVIII e a retórica de Burke na acusação, embora duríssima, não foi suficiente para condenar Hastings. Seja como for, o caso já mostrava a preocupação burkeana com o respeito aos costumes de um povo — não apenas o seu próprio, mas mesmo um tão longínquo e diferente em termos culturais quanto o hindu. Na sua visão, um dos grandes pecados britânicos na Índia, encarnado na administração supostamente corrupta e incompetente de Hastings, era justamente passar por cima dessas tradições.¹²⁹

Burke se opôs veementemente à discriminação anticatólica praticada na Grã-Bretanha — e cujos efeitos, sendo irlandês, testemunhou de perto. Ele teve a felicidade de ainda estar vivo quando algumas dessas leis discriminatórias foram revogadas, nas décadas finais do século XVIII,¹³⁰ e os católicos finalmente reconquistaram o direito à representação política e a casar com pessoas de outra denominação, para citar apenas dois exemplos.¹³¹ Nesse ponto, Burke era coerente com as posições liberais inglesas defendidas por seus correligionários *whigs*, e não é demais lembrar que o problema da tolerância religiosa já havia sido abordado um século antes por ninguém menos que John Locke em sua *Carta sobre a tolerância*.

¹²⁸ BURKE, Edmund. *The works of Edmund Burke*. V. 1. Oxford University, 2006, p. 174. Disponível em: http://books.google.com.br/ebooks?id=ezOUC_XUyzoC&hl=pt-BR&source=gbs_slider_user_shelves_7_homepage. [Acesso em: 20 de dezembro de 2011.]

¹²⁹ SMITH, Brian. Edmund Burke, the Warren Hastings Trial and the moral dimension of corruption. *Polity*. Volume 40, number 1. January 2008. Disponível em: http://montclair.academia.edu/BrianSmith/Papers/157154/Edmund_Burke_the_Warren_Hastings_Trial_and_the_Moral_Dimension_of_Corruption. [Acesso em: 26 de fevereiro de 2012.]

¹³⁰ Cf. “Penal laws”. *Catholic Encyclopedia*. 1911. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/11611c.htm>. [Acesso em: 20 de dezembro de 2011.]

¹³¹ Mas os efeitos desse anticatolicismo legal continuaram existindo em alguma medida, a ponto de o segundo presidente da Irlanda, Séan O’Ceallaigh, mencionar o problema em uma carta escrita em 1920 ao papa Bento XV. Cf. <http://difp.ie/viewdoc.asp?DocID=35>. [Acesso em: 20 de dezembro de 2011.]

Como foi possível, então, que um homem com tais opiniões viesse a se tornar aquele que é provavelmente o mais influente pensador do conservadorismo?¹³² Certamente, a maior parte da carreira parlamentar de Burke não o recomendaria para esse papel, se avaliada pelo senso comum — não obstante sua defesa dos costumes hindus contra os supostos abusos de Hastings. O evento que catapultou Burke como um ícone conservador não dizia respeito às causas que defendeu no âmbito da política doméstica britânica. Ele era um *whig* brilhante, mas ainda assim um *whig*. E muito embora a sua atuação no Parlamento lhe granjeasse uma boa dose de fama póstuma na Grã-Bretanha vitoriana,¹³³ ela não foi o seu maior legado. O grande motivo pelo qual Burke continuou a ser lembrado até os dias de hoje foi o seu papel como autor contrarrevolucionário; mais especificamente, como autor de uma série de obras polêmicas iniciadas com um livro singelamente intitulado *Reflexões sobre a revolução em França*.

Escrito na primeira metade de 1790, quando a França revolucionária se encontrava em sua primeira fase e Luís XVI ainda vivia, *Reflexões* impressiona pela dureza de sua crítica e pelo tom apocalíptico de suas previsões. Mas também se tornou uma grande referência para o pensamento conservador em geral e o anglo-saxão em particular, por sintetizar — junto com a obra posterior de Burke — os principais argumentos contrarrevolucionários adotados desde então. Como as teses principais desse pensamento já foram examinadas no capítulo anterior, resta indicar alguns tópicos particularmente caros a Burke e que mais serão adotados por seus seguidores norte-americanos.

Quando o Terceiro Estado resolveu tomar para si poderes constitucionais e subverter a tradicional ordem sociopolítica francesa, acabou atraindo a simpatia de muitos observadores europeus, incluindo *whigs* britânicos. Outros, mais cautelosos, mesmo sem se decidir pela oposição, sabiam que aquele evento era um marco. Como o próprio Burke escreveu, em carta de 9 de agosto de 1789, menos de um mês após a Queda da Bastilha:

todas as reflexões sobre os nossos problemas internos ficaram suspensas pela nossa preocupação pelo maravilhoso espetáculo em um país vizinho e rival — que espectadores e que atores! A Inglaterra olhando com surpresa a luta, na França, por liberdade e não sabendo se deve recriminar ou aplaudir! Tudo isso,

¹³² Cf., por exemplo, o artigo de Jan Werner-Müller, citado no capítulo I, em que sua obra *Reflexões sobre a revolução em França* é citada como um possível texto fundador do conservadorismo enquanto ideologia política (p. 360). No caso dos conservadores americanos, em particular, Burke é louvado por Russell Kirk em *The conservative mind*, livro conhecido por estabelecer uma linhagem intelectual conservadora que começa em Burke e vai até meados do século XX. Essa reivindicação do legado burkeano é tal que a corrente tradicionalista do conservadorismo dos EUA, à qual pertence Kirk, é também chamada de “tradicionalismo burkeano”. Trataremos disso mais a fundo nos capítulos 3.

¹³³ O’GORMAN, Frank. *Edmund Burke: his political philosophy*. London and New York: Routledge, 2004, p. 8-10. (Political thinkers, v. II.)

apesar de eu achar que algo parecido já estava em curso há muitos anos, tem algo de paradoxal e misterioso.

E, no entanto, logo em seguida ele já deixa antever um pouco de suas futuras preocupações (grifo nosso):

É impossível não admirar o espírito, mas a velha ferocidade parisiense explodiu de uma forma assustadora. É verdade que isso pode ser meramente uma explosão súbita... mas se isso tiver um caráter básico, ao invés de simples explosão, então esse povo não está preparado para a liberdade, devendo, assim, ser governado por uma mão forte como aquelas de seus antigos senhores. *O homem deve ter uma certa dose de moderação para poder ter liberdade, para que ela não se torne nociva e prejudicial ao corpo social.*¹³⁴

Essa postura prudente vai dar lugar ao mais vivo engajamento quando, para surpresa de muitos de seus correligionários, Burke vai a público no ano seguinte anunciar que condenava os eventos franceses. Ora, os *whigs* reverenciavam a memória da Revolução Gloriosa de 1688, e eis que um dos seus mais conhecidos expoentes se punha contra o que, na visão de muitos, era apenas a expressão francesa do direito à rebelião contra a tirania, consagrado por Locke na teoria e pelo Parlamento de um século antes na prática. Mas, na verdade, ele apenas expôs em público o que já pensava em particular, talvez apenas variando a ênfase — como é de se esperar de alguém que, muito antes de ser um filósofo, era um político. E é nessa condição que Burke escreve as *Reflexões*, dirigidas especificamente para uma audiência *britânica* e para uma situação doméstica particular. Isso porque o verdadeiro motivador da obra foi menos a Revolução em si do que as manifestações do pensamento revolucionário francês que já haviam chegado à Inglaterra — especificamente na forma de um sermão feito pelo ativista dissidente Richard Price na Sociedade Revolucionária, entidade que homenageava os eventos de 1688. Intitulado *Um discurso sobre o amor ao nosso país*¹³⁵ e proferido em 4 de novembro de 1789, o sermão defende a doutrina dos direitos universais do homem e questiona a tendência humana de sobrevalorizar a própria comunidade em detrimento das outras, afirmando que os ingleses deveriam, na verdade, ver-se mais como cidadãos do mundo do que como membros de uma comunidade particular. Noutras palavras, era contra essa afirmação do universalismo iluminista que Burke iria se insurgir, encarnando o arquétipo da posição conservadora de seu século.

Burke estava preocupado com o crescimento do radicalismo no seu próprio partido e, ao escrever as suas *Reflexões*, ele estava tentando alertar os seus

¹³⁴ O'BRIEN, Connor Cruise. Introdução. In: BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2.ed. Brasília: UnB, 1997, p. 5.

¹³⁵ Disponível em: http://www.constitution.org/price/price_8.htm. [Acesso em: 26 de dezembro de 2011.]

líderes partidários e, indiretamente, o Príncipe de Gales, dos perigos a que as opiniões radicais, não importava quão inocentes e sinceramente professadas, podiam levar. De fato, Burke estava preocupado principalmente com a Revolução Francesa como um exemplo prático e uma ilustração vinda em boa hora dos perigos do radicalismo para os ingleses. Ele estava, em primeiro lugar, mais apreensivo com os efeitos *práticos* da revolução que com as suas motivações ideológicas.¹³⁶

A preocupação era compreensível. O monarca inglês George III, a quem Burke havia criticado acerbamente durante anos por querer se sobrepor ao Parlamento, vinha apresentando surtos psicóticos, e o debate sobre uma regência veio à tona. O Príncipe de Gales, primogênito e herdeiro presuntivo do rei, era a escolha mais óbvia, mas houve divergências no Parlamento sobre a extensão de seus poderes. A recuperação do rei, em fevereiro de 1789, deu fim temporário ao problema, mas não mudou o fato de que, nesse meio tempo, discutiu-se o critério para a escolha de um novo monarca — pondo em questão a tradicional sucessão hereditária. E é nesse contexto, em que uma instituição secular era questionada na Inglaterra, que eclodem os eventos na França, mostrando até que ponto as velhas tradições políticas e sociais podiam ser subvertidas. Particularmente perturbador era justamente o elemento que melhor caracteriza as revoluções modernas — a mobilização das massas populares e seus clamores por uma maior representação política. No caso francês, para Burke, havia o temor de que a Assembleia Nacional Constituinte¹³⁷ não conseguisse estabelecer um governo funcional e ficasse refém da massas plebeias. Nesse caso, reinaria a desordem e toda a retórica radical sobre “direitos” e “liberdade” se esvaziaria em meio ao caos. Afinal, dizia ele, um homem só poderia ser livre “em um perfeito estado de segurança legal, com respeito à sua vida, sua propriedade, à disposição não controlada de sua pessoa, ao livre uso à sua indústria e às suas faculdades” — em suma, num cenário de estabilidade e ordem. Se, em nome de supostos direitos naturais idealizados, mais fáceis de imaginar que de concretizar, os direitos já estabelecidos fossem violados, o prejuízo seria geral.

A preservação das instituições, portanto, era a grande preocupação de Burke desse momento em diante. A Inglaterra *não* devia seguir o modelo francês, e o fato de que houvesse apologistas da revolução em território britânico num momento de possível fragilidade política exigia ação. Especialmente depois que seu amigo Thomas Paine, veterano da Revolução Americana e grande defensor do movimento francês, lhe declarou, em janeiro de 1790, que não apenas aprovava a revolução ora em curso, mas também desejava que ela abrisse o

¹³⁶ O’GORMAN, op. cit., p. 126-7.

¹³⁷ Formada por representantes dos três grandes estamentos franceses, era o órgão que efetivamente governou a França na primeira fase da revolução. Seu objetivo explícito era fazer do país uma monarquia constitucional semelhante à que existia na Inglaterra, limitando, pois, o poder real.

caminho para outras semelhantes noutras partes da Europa, reunindo os povos do continente numa grande aliança contra as suas respectivas cortes. Em fevereiro do mesmo ano, sem qualquer dúvida sobre o que deveria ser feito, Burke anunciou à Câmara dos Comuns “a sua hostilidade à facção francesa na Inglaterra que desejava nivelar o Estado” e acrescentou que se os seus correligionários *whigs* viessem a apoiar os princípios democráticos, ele romperia com o partido. As *Reflexões* foram escritas nos meses seguintes e publicadas no fim de 1790. Nos anos seguintes, à medida que o radicalismo francês se acentuava, Burke fez tudo o que pôde para prevenir a contaminação de seu país. Um de seus biógrafos, Frank O’Gorman, diz que, por volta de agosto de 1792, quando o rei Luís XVI foi aprisionado depois de tentar fugir da França para, presume-se, organizar a contrarrevolução, “os franceses tinham começado a ver a guerra como uma cruzada messiânica para espalhar a revolução por toda a Europa e para destruir as fundações cristãs e feudais desta”. Burke viu nisso um ataque ao princípio de um “governo misto, aristocrático”, como o que existia na Inglaterra, e que era o meio de evitar o despotismo monárquico, de um lado, e a ferocidade descontrolada do povo, de outro. Deixado à própria sorte, o jacobinismo se tornaria uma praga que poderia destruir as próprias bases da civilização. Era necessária uma resposta drástica: uma intervenção militar na França.¹³⁸

Em retrospecto, a campanha de Burke contra a Revolução Francesa, e mais especificamente contra o jacobinismo como uma doutrina política insidiosa que ultrapassava fronteiras e ameaçava a ordem em toda a Europa, lembra muito o anticomunismo que marcaria boa parte do século XX e, talvez, as invectivas contra o fundamentalismo islâmico no começo deste século XXI. Até o tema da confrontação entre as sociedades cristãs e o ateísmo ideológico dos militantes já aparece aqui (grifos nossos):

Estamos em uma guerra de natureza peculiar. Ela não é contra uma comunidade comum, que é hostil ou amigável à medida que as paixões ou os interesses mudam de direção, nem com um Estado, que faz a guerra por meio do cálculo, e a abandona pelo cansaço. *Estamos em guerra com um sistema*, o qual, pela sua essência, é inimigo de todos os outros governos, e que faz a paz ou a guerra conforme uma ou outra melhor contribua para a subversão deles. *É com uma doutrina armada que estamos em guerra*. Ela tem, por sua própria essência, *uma facção de opinião, e de interesse, e de entusiasmo, em todos os países*. Para nós é um Colosso que passa por cima de nosso canal. Ele tem um pé numa costa estrangeira e o outro sobre o solo britânico. Com tal vantagem, se lhe for permitido simplesmente existir, ele finalmente prevalecerá. Nada pode arruinar

¹³⁸ *Ibid.*, p. 127-130. Deve-se observar, no entanto, que o alarmismo já estava presente em Burke em 1790, quando muitos dos acontecimentos que tornariam a Revolução condenável e sangrenta aos olhos dos conservadores mais recentes — a perseguição à dissidência, o Terror — ainda não tinham se materializado. Por conta disso, Burke é visto ora como profeta, pelos seus admiradores, ora como um histérico, pelos seus críticos, segundo os quais ele não soube ou não quis reconhecer o potencial positivo da queda do absolutismo francês e ignorou solenemente as causas sociais, políticas e econômicas que culminaram na Revolução. Entre os primeiros, um exemplo notável é Russell Kirk; entre os segundos, o próprio O’Gorman.

tão completamente qualquer um dos antigos governos, o nosso em particular, como o reconhecimento, direto ou implícito, de qualquer superioridade por parte desse novo poder. Tal reconhecimento nós faremos se, em uma situação ruim ou duvidosa de nossos negócios, solicitarmos a paz, ou se cedermos aos modos de nova humilhação, somente pelos quais ele nos dará ouvidos.¹³⁹

Diante desse Colosso terrível, Burke defendeu não só o combate armado, no plano prático, mas também expôs, no campo mais propriamente intelectual, os princípios que legitimavam a sociedade que os radicais queriam destruir. Esse é o seu grande legado para os futuros conservadores, e é o que torna a sua obra a partir de 1790 tão interessante para o estudo do tema. Mas dos conceitos que ele apresentou, por vezes numa linguagem florida rara nas discussões similares de hoje, dois são dignos de especial atenção: a concepção de sociedade e a importância da “prescrição”.

Uma dos trechos mais citados de Burke é aquele em que define o Estado:

É uma parceria em toda ciência, uma parceria em toda arte, uma parceria em toda virtude e em toda perfeição. Como os fins de tal parceria não podem ser obtidos senão em muitas gerações, ela se torna uma parceria não apenas entre os que vivem, mas entre os que vivem, os que morreram e os que estão por nascer. Cada contrato de cada Estado particular é apenas uma cláusula no grande contrato primordial da sociedade eterna, ligando as naturezas mais baixas às mais altas, conectando o mundo visível e o invisível, de acordo com um pacto fixo sancionado pelo juramento inviolável que mantém toda natureza física e moral, cada qual no seu lugar determinado.¹⁴⁰

Mais que um arranjo para prevenir a selvageria homicida (Hobbes) e certamente longe de ser um mero meio de opressão por parte das classes dominantes (como formulariam Marx e outros radicais), o Estado em Burke é fruto da própria comunidade humana, dotado de uma dimensão moral e, o que não é menos importante, sacra. Embora seja discutível hoje em dia se Burke era realmente partidário de alguma forma de lei natural como referência transcendental para a organização da sociedade (o que o aproximaria dos *philosophes* que inspiravam os radicais que ele combatia),¹⁴¹ a religião é muito presente no seu pensamento: “Nós sabemos (...) que a religião é a base da sociedade civil e a fonte de todo o bem e de toda a felicidade”.¹⁴² Da mesma forma, “Estado e sociedade fazem parte da ordem natural do

¹³⁹ BURKE, Edmund. *First letter on a regicide peace* (1796) apud O’GORMAN, op. cit., p. 146.

¹⁴⁰ O trecho é das *Reflexões...*, traduzido aqui a partir da citação em O’GORMAN, op. cit., p. 133.

¹⁴¹ Essa é a postura defendida por alguns de seus estudiosos mais famosos na época do advento do “novo conservadorismo” em meados do século XX. O’Gorman, no entanto, rejeita essa interpretação e, na época em que escreve, em meados dos anos 1970, afirma que ela já é minoritária em sua época.

¹⁴² BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2. ed. Brasília: UnB, 1997, p. 112.

Universo”¹⁴³ — abrangendo não só a política *strictu sensu*, mas todo o patrimônio cultural de uma determinada sociedade. Assim, a ordem política e a ordem social — incluindo as hierarquias que mantêm cada um “no seu lugar determinado” —, assim como a religião, formam um patrimônio imaterial sem o qual a comunidade civilizada é impossível. Ao mesmo tempo, o arranjo entre esses elementos constitui um equilíbrio muito delicado com o qual não se deve mexer sem extrema cautela e mesmo assim de forma *gradual* — tema recorrente no conservadorismo.

A parte “normativa” da visão burkeana, por assim dizer, tem um forte caráter histórico. Daí a insistência de Burke na ideia de *prescription*, termo jurídico inglês que equivale aproximadamente a “uso consagrado”, ou seja, ao uso de um determinado direito por longo tempo, de maneira a justificar sua continuidade.¹⁴⁴ Para Burke, isso é a essência da legitimidade e de uma ordem social autêntica e funcional. Da mesma forma, é a raiz também da sua defesa do *status quo* inglês e do Antigo Regime na Europa ameaçada pela Revolução. Como diz O’Gorman, “A prescrição serve para Burke como os direitos naturais servem para os radicais”, e acrescenta as palavras do próprio Burke (grifos no original):

Não será chamando as propriedades de terra, possuídas por antigos direitos prescritivos,¹⁴⁵ de “as acumulações da ignorância e da superstição”, que me fará abalar esse grande título, que supera todos os outros títulos, e o qual todos os meus estudos de jurisprudência geral me ensinaram a considerar como a principal causa da formação dos Estados; eu me refiro à certa e segura *prescrição*. Mas estas são doações feitas nas “eras da ignorância e da superstição”. Que seja. Isso prova que essas doações foram feitas há muito tempo; e isto é *prescrição*; e isto confere direito e título. É possível que muitas propriedades ao seu redor tenham sido obtidas pelas armas, isto é, pela violência, coisa quase tão ruim quanto a superstição, e não muito diferente da ignorância; mas trata-se de *violência antiga*; e aquilo que pode ser errado no começo, é consagrado pelo tempo, e se torna legal. Isto pode ser superstição em mim, e ignorância; mas eu prefiro estar em ignorância e superstição que ser esclarecido e purificado em abandono dos primeiros princípios da lei e da justiça natural.¹⁴⁶

O tempo consagra: a história é a grande juíza, e aquilo que sobrevive ao tempo acaba se tornando um componente no grande conjunto da sociedade — “componente”, mas não

¹⁴³ KINZO, Maria D’Alva Gil. Burke: a continuidade contra a ruptura. In: *Os Pensadores – Vários Autores*. São Paulo: Ática, 1996. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54464336/Colecao-Os-Pensadores-Burke-Kant-Hegel-Tocqueville-Mill-Marx>. [Acesso em: 26 de dezembro de 2011.]

¹⁴⁴ “Prescription” in: <http://dictionary.reference.com/browse/prescription?db=dictionary>. [Acesso em: 15 de novembro de 2012.]

¹⁴⁵ A rigor, “prescritivo”, em português, não tem esse sentido específico que o inglês permite. Entretanto, dado o uso extensivo de bibliografia anglo-saxã neste trabalho e para facilitar a compreensão e a eventual consulta aos originais, optou-se por manter a tradução óbvia. O leitor generoso saberá entender que mesmo um trabalho sobre o conservadorismo não pode sempre se dar ao luxo de mostrar-se conservador na semântica.

¹⁴⁶ BURKE, Edmund. Burke to Captain Thomas Mercer, 26 February 1790. *Correspondence*. V. VI, p. 95 apud O’GORMAN, op. cit., p. 136.

“peça”, pois, como já vimos, a visão conservadora não admite a visão algo mecanicista dos radicais. Mais do que isso, é pelo desenvolvimento da história que se mostra a Providência divina, que incutiu no homem uma espécie de sabedoria intuitiva que o inclina à veneração dos usos e costumes legados pelos seus antepassados. Daí ser comum encontrar em Burke elogios ao “preconceito” (*prejudice*), isto é, a noções de tal forma introjetadas pelo indivíduo, que não são conscientemente questionadas, mas seguidas naturalmente, como se fossem um reflexo moral: “O preconceito é de pronta aplicação em uma emergência; ele engaja por antecipação a mente em um curso firme de sabedoria e virtude (...). O preconceito faz da virtude de um homem o seu hábito”.¹⁴⁷ Os costumes e preconceitos têm, portanto, uma forte conotação positiva, sendo um reflexo da sabedoria coletiva enraizada na experiência e cultura da sociedade.

Aliás, a sociedade em Burke assemelha-se a um tecido delicado, em que o puxão em uma linha pode comprometer o conjunto. Essa percepção da fragilidade da organização social é um dos pressupostos do seu alarme diante do radicalismo. Para ele, sempre preocupado com a Grã-Bretanha, a Revolução Francesa puxaria não um, mas todos os grandes fios da estampa que ele desejava preservar tanto na Inglaterra quanto nos demais países europeus: a aristocracia,¹⁴⁸ a Igreja oficialmente estabelecida, a monarquia e o respeito à propriedade privada. E toda essa destruição institucional em nome do quê? Das abstrações dos “sofistas, economistas e calculadores” que não entendiam a beleza e a funcionalidade da ordem social que tentavam derrubar na França e, em nome de ideais equivocados, violavam as bases mais sagradas da sociedade. Veja-se, por exemplo, o que ele diz sobre o confisco de uma propriedade para o benefício dos desafortunados:

Eu nunca vou tolerar, se puder evitá-lo, que tu sejas privado dos frutos bem ganhos de tua indústria, porque outros possam querer a tua fortuna mais do que tu, e possam ter labutado, e labutem agora, em vão, para adquirir mesmo uma subsistência. Nem ao contrário, se o sucesso tivesse sido menos sorridente para os teus empreendimentos, e tu tivesses te tornado insolvente, tomaria eu um acre que fosse de qualquer “lorde mimado e imerso em luxo” na tua vizinhança, ou uma colher do seu bufê, para compensar as tuas perdas, mesmo aquelas ocorridas (...) no curso de uma vida bem vivida, virtuosa e industriosa. Deus é o distribuidor de suas próprias bênçãos. Eu não tentarei usurpar impiamente o Seu trono, mas me mantereí em acordo com o lugar subordinado e a confiança em

¹⁴⁷ A citação, sem indicação da fonte, é feita em KIRK, Russell. *The conservative mind: from Burke to Eliot*. 7. ed. Washington, DC: Regnery, 2007, p. 17. Uma discussão mais profunda desse conceito pode ser encontrada em WHITE, John R. Burke's Prejudice: The Appraisals of Russell Kirk and Christopher Lasch. *The Catholic Social Science Review*. V. III, 1998. Disponível em: http://www.catholicsocialscientists.org/CSSR/Archival/vol_iii.html. [Acesso em: 27 de dezembro de 2011.]

¹⁴⁸ Cabe ressaltar que Burke, mesmo defendendo o sistema tradicional de uma aristocracia hereditária, acreditava que ela não deveria ser um grupo fechado à entrada de novos aspirantes que se afirmassem pelo talento (homens, pode-se inferir, como ele próprio).

que Ele me pôs, para assegurar a ordem de propriedade que vejo estabelecida em meu país.¹⁴⁹

Sobre a maneira como essas concepções influenciam a visão de Burke sobre possíveis mudanças sociais, comenta O’Gorman:

A visão de Burke do processo histórico, sua concepção da natureza e seu ceticismo quanto à “razão” determinam a sua ideia do Estado. Sua concepção prescritiva do Estado não lhe permitiu expressar nada parecido com uma “ideia de progresso”, ou mesmo uma visão evolucionária ou linear da história. Sua ideia de Estado é “orgânica” no sentido de que apelava à experiência e reconhecia que os Estados e instituições podem e devem mudar, mas permanece verdadeiro que esta mudança não devia ser direcionada a um ideal futuro. A mudança política, para Burke, operava corretamente quando restaurava o Estado à sua natureza original. Em suma, Burke não tinha uma visão de uma ordem política ou social diferente. (...) [S]ua filosofia estava tão solidamente baseada na prescrição que sua ideia de Estado adquiria uma tremenda inércia.¹⁵⁰

Assim, quando Burke fala em reforma — “Um Estado sem os meios de alguma mudança está sem os meios de sua preservação” —, esta tem um caráter de *restauração*, de volta a um pacto passado que se desrespeitou. É assim, portanto, que ele justificou o seu apoio aos colonos americanos, por exemplo: a seu ver, estes estariam apenas defendendo um modo de vida que já havia sido estabelecido desde o início da colonização — a famosa “negligência salutar”, que deu aos colonos um considerável grau de autonomia política e econômica. O aumento da carga fiscal buscada pela metrópole inglesa era na verdade uma *inovação* imprudente, ia na contramão do que sempre tinha sido feito, e era portanto ilegítima. Para Burke, pois, o zelo pela tradição podia se sobrepor facilmente às conveniências do governo.

O apelo ao passado e à herança institucional, ao mesmo tempo que constituía uma defesa frente aos avanços dos contestadores da sua época, também revelava uma falha no pensamento de Burke. Como se viu, ele reconhecia que algumas instituições antigas, como a posse da terra por uma nobreza hereditária, podiam ter uma origem condenável, mas contrapunha a isso a legitimidade que a sua aceitação ao longo do tempo concedia. Assim, o presente é legítimo porque o reconhecimento das gerações o tornou assim. Mas fica sempre a questão de *por que* esse ciclo — primeiro a subversão de uma ordem estabelecida e depois sua legitimação gradual — não poderia acontecer de novo. Afinal, não é preciso um grande conhecimento de história para rastrear as origens moralmente duvidosas de muitas instituições que perduraram — seja o estabelecimento de uma nobreza originalmente invasora a partir da expropriação dos bens de um povo derrotado em guerra, seja uma reforma religiosa

¹⁴⁹ O’GORMAN, op. cit., p. 136-7.

¹⁵⁰ Ibid., p. 137.

claramente motivada por razões políticas. Se tais coisas puderam acontecer uma, duas, ou inúmeras vezes ao longo da história, por que não em 1790, na época das *Reflexões*? A própria ordem política inglesa do tempo de Burke não era baseada apenas em continuidades, mas também em rupturas — por mais que ele próprio parecesse acreditar que o governo britânico em nada havia mudado desde 1688, o *annus mirabilis* de todo bom *whig*. Qual seria, pois, o critério para julgar o grau de “prescrição” de uma instituição dada? A Revolução Gloriosa tinha 102 anos quando Burke lamentou e denunciou a Francesa, mas quando a Igreja Anglicana, a que Burke pertencia, surgiu, a sua matriz Católica Apostólica Romana tinha pelo menos 1.200. Se formos falar do Cristianismo em relação ao Judaísmo, os números poderiam ser ainda maiores. É difícil não ver aí um grau de arbitrariedade e condescendência na proposta burkeana de fazer da prescrição o grande parâmetro da boa sociedade. Ao mesmo tempo, ela se torna mais compreensível quando se vê Burke menos como um filósofo completo preocupado com uma doutrina coerente, sólida e original,¹⁵¹ e mais como o ativista combativo e panfletário que, se já não era, de fato passou a ser a partir de 1790. Desse ponto de vista, em vez de se exigir dele uma macroteoria universalmente aplicável e que dê conta de todas as sociedades de todas as épocas, pode-se simplesmente ver a sua teoria social como uma apologia da sociedade do seu tempo em sua totalidade, com todas as vulnerabilidades argumentativas que esse tipo de empreendimento costuma apresentar.

Seja como for, o fato é que Burke se tornou uma referência contrarrevolucionária importante em toda a Europa, e graças a ele podemos falar de uma vertente conservadora moderna anglo-saxã distinta daquela que vai se desenvolver no continente. Mas, para além de sua importância histórica como teórico “fundador” do conservadorismo moderno — senão o primeiro cronologicamente, certamente o mais importante e lembrado em língua inglesa —, Burke ilustra um ponto importante já discutido anteriormente: de como é possível, a partir de uma mesma matriz intelectual como é o liberalismo constitucional dos *whigs*, articular uma sólida posição conservadora. Afinal, o respeito à propriedade individual, a defesa da limitação constitucional do poder do Estado, bem como o apreço por algum tipo de representação popular no Parlamento — ainda que elitista — e até mesmo por uma economia com menor

¹⁵¹ Sobre esse último ponto, Samuel Huntington comenta que os principais argumentos burkeanos já teriam sido delineados por Richard Hooker em seu livro *Laws of Ecclesiastical Polity*, publicado em 1594. Entretanto, a bibliografia consultada sobre Burke não dá detalhes a respeito dessa influência, exceto por umas poucas passagens em *The conservative mind*. Cf. HUNTINGTON, Samuel. Conservatism as ideology. *American Political Science Review*. V. 51, No. 2 (Jun., 1957), p. 454-473. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1952202>. [Acesso em: 5 de abril de 2011.]

presença do Estado,¹⁵² estão presentes em Burke. Por mais que se possa discutir, como faria um de seus discípulos pósteros, se Burke era em primeiro lugar um liberal e depois um conservador, ou se era um liberal justamente *por ser* um conservador (já que vivia num país onde esse era o *status quo*),¹⁵³ o fato é que o liberalismo de Burke não o impediu de desenvolver uma doutrina conservadora influente. Quando a hidra revolucionária se anunciou no horizonte europeu, Burke soube fazer de suas convicções a base para combatê-la, criando uma doutrina que legitimava e reforçava não apenas as instituições da própria Grã-Bretanha como também regimes até muito mais fechados e autoritários — desde que *antigos*.¹⁵⁴

Todavia, quando as *Reflexões* vieram a público, Burke já não estava sozinho. Do outro lado do oceano, uma outra corrente preocupada com a conservação das instituições e o afastamento do radicalismo começava a se formar. Como Burke, ela também beberia na teoria política inglesa e no Iluminismo; e ainda como ele, seus formuladores veneravam a memória de uma revolução. Uma diferença crucial havia, no entanto: enquanto o *whig* irlandês falava em nome do que julgava serem instituições seculares e, mais especificamente, dos princípios enunciados após a Revolução Gloriosa de 1688, suas contrapartes a oeste tinham a tarefa de serem conservadores à sombra de uma revolução de meros 14 anos — e contra *a Inglaterra*.

Deixemos por um momento a velha Europa com seus achaques. É hora de examinarmos o curioso fenômeno do conservadorismo numa nação ainda jovem.

2.2 O CONSERVADORISMO NA AMÉRICA: ALGUNS CASOS EXEMPLARES

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade.¹⁵⁵

¹⁵² Burke não apenas era amigo, mas também um apoiador convicto das teorias de Adam Smith. Seu *laissez-faire*, no entanto, era relativo mesmo para os padrões da época, pois ainda deixava espaço para subsídios e certos monopólios mercantis, além de intervenções estatais mais profunda, como a abolição do tráfico de escravos. Deve-se observar, no entanto, que isso era num período em que práticas mercantilistas ainda eram prática corrente na Europa. Cf. GUTTMANN, Allen. *The conservative tradition in America*. New York: Oxford University Press, 1967, p. 6.

¹⁵³ Cf. KIRK, op. cit., p. 21.

¹⁵⁴ Essa virada conservadora de Burke, aliás, é objeto de controvérsia entre seus estudiosos, divididos entre os que acham que ele estava apenas sendo coerente com suas próprias ideias sobre o valor das tradições e da prescrição, e outros que pensam ter ele simplesmente mudado de opinião com o tempo, negando o pensamento lockeano. Cf. GUTTMANN, op. cit., p. 7.

¹⁵⁵ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Declaração de Independência*. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/teoria/declaracao_vpport.html. [Acesso em: 30 de dezembro de 2011.]

Com estas palavras, em 1776, um grupo de pequenas colônias de além-mar anunciou ao mundo a sua declaração de independência. Mais do que isso: elas *tiveram sucesso* derrotando a sua metrópole e dando ao mundo um exemplo de que era possível fundar um país a partir de princípios diferentes do direito divino ou de uma concessão ancestral, rompendo os grilhões da autoridade instituída. E assim, 13 anos antes de o povo francês sacudir o fardo de sua opressão, primeiro nos Estados-Gerais e depois tomando a Bastilha, os Estados Unidos da América inauguraram um novo tipo de experiência nacional sob a égide não de uma dinastia, uma fé ou uma conquista imperial, mas de um valor: a liberdade.

Novus ordo seclorum! “A nova ordem das eras” era o lema inscrito no selo oficial do novo país. Comandados por uma elite diversa, mas que continha algum dos maiores intelectos políticos que a sociedade americana já produziu, os Estados Unidos vinham à luz em circunstâncias muito especiais. Descendente direto da Europa, o país tivera, como o resto da América, uma trajetória própria, impondo aos migrantes do Velho Mundo uma série de adaptações e revisões. Não houvera ali uma ordem feudal, uma aristocracia hereditária, nem títulos multisseculares de propriedade; a Coroa, sempre distante, dera lugar a uma república — numa época em que se cria que esse sistema só poderia dar certo em comunidades pequenas. Antigas tradições haviam sido contestadas, rompidas mesmo, e a própria ideia da autoridade do Estado fora reformulada, subordinada que foi à soberania popular. E isso num pequeno país formado a partir de colônias que, pelo menos no plano do Estado, só muito recentemente haviam se visto como elementos de um mesmo conjunto, com interesses em comum. *E pluribus unum* era a inscrição no verso do selo: “de muitos, um”. O que isso significava realmente era algo que, no fim do século XVIII, ainda estava em aberto. Somente de uma coisa não se podia duvidar: o que quer que fosse, era *novo*.

Como, então, falar de conservadorismo numa nação assim? Preservar o que se, pelo menos na política, tudo parecia em fluxo, sem o peso legitimador da prescrição burkeana para formar consensos e calar dissidências?

2.2.1 DE JOHN ADAMS À GUERRA CIVIL

John Adams foi um dos pais fundadores do país, o segundo presidente americano e possivelmente o primeiro a se ressentir expressamente do seu papel na história. “Mausoléus, estátuas, monumentos jamais serão erigidos para mim”, confidenciou ao amigo Benjamin Rush, “Romances panegíricos nunca serão escritos, nem orações lisonjeiras proferidas para me transmitir à posteridade em cores brilhantes. Não, nem em cores verdadeiras.” Mas

concluía, talvez com alívio, talvez apenas resignado: “Tudo isso, exceto pelas últimas, eu abomino.”¹⁵⁶

E ele tinha razão. Titular de só um mandato, comprimido entre o herói nacional George Washington e o visionário Thomas Jefferson, Adams talvez se sentisse uma espécie de parêntese político. Em *rankings* de preferência dos americanos modernos, seja entre pessoas comuns ou entre um público mais especializado, ele ou é esquecido ou nunca está entre os dez primeiros.¹⁵⁷ As razões disso exigiriam um estudo à parte, mas, se considerarmos as ideias de Adams, o fenômeno não chega a surpreender; pois num país que aprendeu a se ver como um luminar da liberdade e da democracia de massas, à primeira vista John Adams parece um corpo estranho.

Apelidado de “o Atlas da Independência”, Adams (1735-1826), assim como seus companheiros federalistas¹⁵⁸ — estes últimos sendo proprietários de terra e alta posição social — tinha sérias reservas quanto à ideia de incluir a população em geral no processo político. Assim como Burke, na Inglaterra, eles tinham convicção de que a participação política não era um “direito natural” inerente a todos, e deveria ser exercido por cidadãos preparados para isso — usualmente possuidores de propriedade. Isso porque, segundo o pensamento político republicano e liberal da época, somente o proprietário, que podia se sustentar independentemente de outrem e tinha algo a perder no caso de uma ruptura da ordem estabelecida, poderia participar das questões políticas com responsabilidade e plena autonomia. A mesma ideia também estava presente no sonho de Thomas Jefferson de ver nos EUA uma república de pequenos proprietários rurais independentes e politicamente

¹⁵⁶ A citação é famosa e se encontra repetida em várias fontes, geralmente sem a frase final. Aqui usamos como base a menção feita por Gleaves Whitney em <http://gleaveswhitney.blogspot.com/2011/06/american-founding-john-adams.html>. [Acesso em: 31 de dezembro de 2011.]

¹⁵⁷ A Wikipédia apresenta uma súmula, com os devidos links, de várias pesquisas desse tipo, com um quadro comparativo: http://en.wikipedia.org/wiki/Historical_rankings_of_Presidents_of_the_United_States. O Instituto Gallup, em 2007, publicou uma pesquisa própria em que Adams nem mesmo é mencionado: <http://www.gallup.com/poll/26608/lincoln-resumes-position-americans-toprated-president.aspx>. O único exemplo encontrado em que ele consegue uma melhor posição — 7º lugar — é numa pesquisa informal entre internautas no site *Ranker*: <http://www.ranker.com/crowdranked-list/the-u-s-presidents-from-best-to-worst>, que não possui data e talvez tenha sido influenciada por uma série televisiva exibida pelo canal HBO em 2008. Portanto, apesar de ter sido objeto de um maior interesse por historiadores nos últimos anos (do que a série é um reflexo), pode-se dizer com alguma segurança que, se John Adams não chega a ser tão esquecido como Millard Fillmore ou Franklin Pierce, também está longe de ser um campeão de popularidade. [Acesso em: 31 de dezembro de 2011.]

¹⁵⁸ O termo se refere, aqui, aos membros do Partido Federalista, formado em 1791, e que teve, além de Adams, Alexander Hamilton como um dos líderes mais conhecidos. Seguindo a linha programática geral de um governo central forte, o partido defendia, por exemplo, a aplicação de um sistema de tarifas alfandegárias, a criação de um banco nacional e o cultivo de boas relações com a Inglaterra. Antes de se organizarem em um partido específico, os federalistas também se destacaram pela campanha na defesa da ratificação da Constituição de 1787, em oposição aos antifederalistas, facção que advogava uma maior autonomia dos estados, e que, contava, entre outros, com a participação de Thomas Jefferson e Samuel Adams.

conscientes, mas Adams tinha uma visão mais pessimista e elitista a esse respeito. Seguindo a linha de vários pensadores políticos britânicos que influenciaram os *whigs* ingleses e a geração revolucionária americana, ele acreditava que a legitimidade realmente vinha do povo, mas que o sistema político ideal não era uma democracia, e sim uma combinação das três formas clássicas de governo: monarquia, aristocracia, democracia. Tais formas deveriam se combinar de maneira a que as três se equilibrassem, constituindo uma “liberdade ordenada”. Não haveria espaço, portanto, para a exaltação populista e igualitária — os federalistas diriam demagógica — que mais tarde marcaria a época de Andrew Jackson e daria o primeiro modelo da grande democracia moderna.¹⁵⁹

Assim, Adams e os federalistas passavam longe de aspirações democráticas, ao contrário de seus colegas de revolução Thomas Paine e o próprio Jefferson. Como dizia Fisher Ames, também federalista, “O poder do povo, se deixado sem oposição, é licencioso e desordeiro”, pois acaba dominado por demagogos que disputam entre si, de modo que “logo todo o poder cai nas mãos [...] do mais audacioso e mais violento”. Sendo assim, os ideais de igualdade então em moda, que animavam tantos franceses e alguns americanos, podiam representar um “canto da sereia” ideológico, tão encantador em abstrato quanto fatal na realidade. Afinal, dizia Adams, os seus formuladores haviam invertido a ordem das coisas ao tentar entender a política a partir de princípios primordiais em vez da realidade humana — e esta era um tanto sombria. As paixões devem ser contidas para que o poder seja bem utilizado, e isso *não é* para todos.¹⁶⁰ “Os cidadãos devem possuir consciência cívica sem serem ambiciosos, ser dedicados à nação sem verem a política como uma arena para o benefício próprio.” Em outras palavras, a boa comunidade política requer uma dose de *virtude*, o que, como a história demonstra, costuma ser apanágio de uma minoria. A ignorância dessa realidade só podia levar à tragédia: “A igualdade é uma dessas palavras equívocas que a filosofia do século XVIII tornou fraudulenta (...) Nos últimos vinte e cinco anos, ela ludibriou milhões para a morte e dezenas de milhões para a perda de suas propriedades.”¹⁶¹

Para se apreciar o sabor do pensamento antidemocrático de Adams — apaixonado confesso pelo estudo do governo — uma boa referência é a sua monumental *Defence of Constitutions*, de 1787. Nela, Adams se opunha à ideia de Thomas Paine e outros radicais de

¹⁵⁹ ALLITT, Patrick. *The conservatives: ideas & personalities throughout American history*. New Haven and London: Yale University Press, 2009, p. 10-11. Em parte, Allitt se baseia, por sua vez, na edição americana de BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 11.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 11-12.

estabelecer uma legislatura unicameral, pois esta seria “democrática demais, vulnerável demais às paixões transitórias dos eleitores não educados”.¹⁶² Mais tarde, Adams se orgulharia de ter lançado seu ataque à democracia antes da irrupção da Revolução Francesa e até mesmo sugeriu ter sido ele o inspirador das *Reflexões sobre a revolução em França*.

Se a pretensão de Adams era verdade ou mera gabolice intelectual, não temos como dizer. Fato é que ele tinha realmente algumas concordâncias com Burke, reflexo das matrizes inglesas do pensamento de ambos. A primeira era a valorização do direito à propriedade, já mencionada anteriormente; outra dizia respeito a outro tema clássico do conservadorismo: o problema da igualdade. “Existem desigualdades (...) que nenhum legislador humano poderá jamais erradicar (...) porque elas têm uma inevitável influência na sociedade”.¹⁶³ Adams cria na teoria cristã da “grande corrente do ser”,¹⁶⁴ uma hierarquia divinamente ordenada que envolvia todos os seres da Criação e era frequentemente apropriada como base metafísica à ideia de desigualdade social.¹⁶⁵ Logo, Adams concordava com Burke quanto à naturalidade de haver diferenças entre os membros de uma mesma sociedade; porém, ele ia além do irlandês ao postular que todos têm uma igual paixão por superioridade e *status*. Logo, “nenhum grupo ou classe privilegiada estava isenta da tendência humana a ultrapassar os direitos alheios”.¹⁶⁶ Consequentemente, não se vê em Adams o elogio burkeano da aristocracia, que a rigor nem mesmo existia nos EUA. Pelo contrário, ele podia ser tão duro com esse sistema quanto era com a democracia, pois tanto o nobre quanto o homem comum podiam dar vazão ao mais baixo de suas naturezas — e jamais deveriam ter um poder irrestrito.

Para Adams, a aristocracia não significava privilégio, mas *influência* — influência devido aos talentos que nasciam da constituição da natureza humana. Explicando melhor, uma vez Adams definiu o aristocrata como o homem que podia comandar dois votos — o seu e o de outrem. O cientista político, ele poderia dizer, deve reconhecer que, em todas as sociedades livres, os talentosos tendem a emergir como líderes. “Pegue os primeiros cem homens que você encontrar, e faça uma república. Todo homem terá um voto igual; mas quando as deliberações e discussões forem abertas, ver-se-á que vinte e cinco, pelos seus talentos, se as virtudes forem iguais, serão capazes de arrastar cinquenta votos.” Cada um dos vinte e cinco era um aristocrata pela definição de Adams. Assim, aristocracia é poder, seja ele adquirido pela riqueza, eloquência, ou apenas boa camaradagem. É uma expressão da natureza humana, talvez não para ser celebrada, mas certamente não para ser negada. A sociedade mais harmoniosa

¹⁶² Id.

¹⁶³ LORA, Ronald. *Conservative minds in America*. Chicago: Rand McNally & Company, 1971, p. 21. (The Rand McNally Series on the History of American Thought and Culture.)

¹⁶⁴ O clássico sobre o assunto é LOVEJOY, Arthur. *The great chain of being: a study on the history of an idea*. Harvard University Press, 1976. (A edição original é de 1936.)

¹⁶⁶ LORA, op. cit., p. 21.

era a que reconhecia a sua aristocracia natural, bloqueava os seus vícios e então a deixava governar.¹⁶⁷

Apesar desse reconhecimento do talento como legítimo sinal de merecimento “aristocrático”, Adams era menos elitista do que poderia parecer à primeira vista, e certamente menos que Burke. O requerimento de propriedade que defendia como pré-requisito eleitoral era modesto para a época e, ainda que ele não fosse um igualitarista, nem por isso considerava que a riqueza permitia a alguém violar os direitos alheios. Nesse sentido, Adams, que também não simpatizava com ideias de *laissez-faire*, seria “mais cristão que capitalista”, e sua visão

apoiava-se em um antigo e cada vez mais remoto sonho puritano de gestão eficiente, de todos usando os seus talentos livremente, mas na vinha de Deus em vez de para a autogratificação vulgar ou o arremedo moral da mera acumulação. Como todos os puritanos, ele queria socializar a função da propriedade por meio de uma sociedade que requeria a responsabilidade pessoal, e não de nenhum tipo de propriedade ou administração coletiva.¹⁶⁸

Uma outra peculiaridade de Adams quando comparado a Burke é a crença em direitos naturais. Enquanto o pensador irlandês apreciava o recurso à prescrição como principal referência para sua defesa das instituições, Adams punha os valores liberais — “liberdade de consciência, expressão e imprensa (com algumas exceções bem conhecidas¹⁶⁹), igualdade de direitos, mecanismos eletivos” — que professava acima de qualquer recomendação ou instituição ancestral. Mesmo sua oposição aos excessos da Revolução Francesa, uma preocupação comum em várias partes do mundo na década de 1790, não deve ser vista como uma contradição a esses valores. Como ele mesmo disse, “eu não sou um matador, odiador ou desprezador de reis”, isto é, não era um revolucionário por princípio, nem achava que o sistema adotado nos EUA devia ser aplicado em toda parte. Os direitos naturais deveriam, afinal de contas, levar as circunstâncias históricas em consideração para serem sabiamente exercidos. E ainda que Adams desconfiasse que nem todas as pessoas eram capazes de ser livres, sua crença no jusnaturalismo já bastava para fazer dele uma espécie de conservador diferente de Burke. Tanto é assim que, quando as potências europeias uniram forças no Congresso de Viena por uma cruzada internacional em prol da legitimidade e contra a revolução, Adams se opôs. Por isso, como diria o historiador Edward Handler, “Adams sempre esteve mais perto do liberalismo dos *philosophes* contra quem ele dirigia polêmicas iradas do que do tradicionalismo e do romantismo de Burke”. Isso fez dele o representante de

¹⁶⁷ Ibid., p. 22.

¹⁶⁸ A citação é de Paul Conkin, mas Lora não dá a fonte exata. Cf. LORA, op. cit., p. 21.

¹⁶⁹ Falaremos dessas exceções ao tratar das leis de 1798.

uma forma diferente de conservadorismo que combinava o amor ao passado e à sua sociedade “com uma consciência do pecado, o respeito pela ordem, a propriedade e as classes sociais, e um senso de maravilhamento perante o universo”, adotando uma “concepção orgânica da vida na qual a vida e a arte, a liberdade e a virtude, e a ética e a economia se relacionavam de forma muito próxima”.¹⁷⁰ Esse tipo de visão integrada perduraria de uma forma ou de outra, mas Adams viveu o bastante para vê-la encontrar tempos cada vez mais difíceis pela frente. Isso porque, se a revolução jacobina não chegou a aportar na América, uma parente sua o fez: ao tempo da morte de John Adams, em 1826, já havia começado o processo de transformação dos EUA de uma república liberal clássica para uma república liberal democrática.

“Em 1800, somente dois estados escolhiam os eleitores¹⁷¹ por meio do voto popular (...). Em 1824, quase todo adulto branco do sexo masculino podia votar nas eleições presidenciais, exceto em Rhode Island, na Virgínia e na Louisiana.” O impacto desse alargamento da base eleitoral foi imenso: nesse mesmo ano de 1824, o número de votantes foi 130% maior que na eleição anterior; em 1828, quando Andrew Jackson se elegeu, houve outro salto, agora de 133%. Vários fatores além da abolição das restrições censitárias contribuíram para esse fenômeno, como a evolução dos transportes (que facilitaram muito a realização de campanhas de nível nacional) e a proliferação de jornais. O resultado dessa convergência foi uma reestruturação da maneira como os partidos competiam entre si, agora que dependiam da mobilização maciça dos eleitores em vez da de uma pequena elite. Por consequência, o que era até então uma atividade que dizia mais respeito às classes altas ganharia um papel importante aos olhos de boa parte da população do país. Entre as novas lideranças que souberam tirar proveito da nova configuração política, o grande destaque foi Andrew Jackson, cujo grupo deu origem ao atual Partido Democrata.¹⁷²

Estabelecida em menos de trinta anos, essa onda democrática levou a um recrudescimento dos antigos temores em relação à “massa” e à possibilidade de uma tirania da maioria. O fenômeno foi especialmente notável no Sul do país, onde os grandes proprietários se viam como uma aristocracia sem título e a escravidão era a base da economia. É natural, portanto, que tenha emergido aí uma nova onda do conservadorismo americano, dando

¹⁷⁰ Ibid., p. 26-7.

¹⁷¹ Por “eleitores” entenda-se os representantes a que cada estado tem direito no Colégio Eleitoral americano, pois as eleições presidenciais dos EUA são indiretas. Uma explicação rápida de como o sistema funciona pode ser encontrada em <http://pessoas.hsw.uol.com.br/colégio-eleitoral-eua.htm> e em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/08/040803_perguntaeuadtl.shtml .[Acesso em: 3 de janeiro de 2012.]

¹⁷² MORISON, Samuel Eliot; COMMAGER, Henry Steele; LEUCHTENBURG, William E. *A concise history of the American Republic*. V. 1: to 1877. 2.ed. New York, Oxford: Oxford University Press, 1983, p. 185.

origem a uma corrente de temas e argumentos com influência duradoura na direita política do país até os dias atuais.

O conservantismo [do Sul] era diferente daquele de Hamilton, Adams, Ames, Otis e Marshall, no entanto, assim como o conservadorismo sulista tem sido distinto de sua contraparte nortista durante boa parte da história americana. Às vezes, os dois têm parecido quase que polos opostos. Enquanto os federalistas lutavam para estabelecer um Executivo central forte e uma política econômica nacional, acreditando serem necessários para a sobrevivência e a prosperidade nacionais, os seus antagonistas no Sul se opuseram a ambos. No seu ponto de vista, um governo central forte, criado às custas dos direitos dos estados, seria a morte do republicanismo.¹⁷³

Uma rápida comparação entre as duas regiões ajuda a entender essa oposição nos conservadorismos que cada uma engendrou. Em relação ao Norte, o Sul tinha uma população e uma taxa de urbanização menor, e a atividade econômica mais importante era a agricultura de exportação. Na década de 1820, o “rei algodão” já havia se tornado o principal cultivo dessa natureza, sendo responsável pela riqueza dos grandes fazendeiros e a expansão do modelo escravista. Por essa época, a explosão algodoeira mudava o eixo econômico da região: as áreas mais antigas, tradicionais cultivadoras de tabaco, como a Virgínia e o litoral da Carolina do Sul, perdiam a primazia econômica para os estados do “Sul Profundo”,¹⁷⁴ como a Geórgia e o Alabama. Na Virgínia, em particular, esse declínio econômico também foi acompanhado de um declínio político, levando a sua elite a um senso de desmoralização que acabou estimulando uma postura conservadora e a uma percepção de decadência comparável à dos antigos impérios.¹⁷⁵ Para além disso, sobretudo a partir de 1830, as crescentes restrições inglesas ao comércio internacional de escravos — que culminou com a abolição dessa prática em suas colônias, a partir de 1833 — e o surgimento de um movimento abolicionista bastante combativo dariam aos proprietários sulistas em geral motivos suficientes para preocupação.

Dado esse contexto, o conservadorismo sulista da primeira metade do século XIX vai girar em torno de três grandes temas: a relação entre os estados e o governo nacional, o avanço da democracia de massas e, como não poderia deixar de ser, a manutenção da escravidão. Para melhor entender o assunto, vale a pena examinar quatro grandes líderes intelectuais e políticos sulistas: John Taylor, John Randolph, John C. Calhoun e George Fitzhugh.

¹⁷³ ALLITT, op. cit., p. 27.

¹⁷⁴ O “Sul Profundo” (*Deep South*) designa a região compreendida atualmente pelos estados de Alabama, Mississippi, Louisiana, Geórgia e Carolina do Sul.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 28.

Taylor (1753-1824) e Randolph (1773-1833), ambos da Virgínia,¹⁷⁶ foram os primeiros representantes notáveis do conservadorismo sulista. Taylor, o mais velho dos dois e ex-advogado, escreveu vários livros sobre questões constitucionais e um sobre agricultura (o *Arator*), e ocupou por três vezes uma vaga no Senado dos EUA. Randolph, que também estudou Direito, teve uma carreira política mais diversificada, vencendo várias eleições como representante (deputado) da Virgínia no Congresso e uma como Senador, além de ter sido representante americano na Rússia por alguns meses durante o governo de Andrew Jackson. Membros da elite de fazendeiros escravocratas de seu estado, ambos se tornaram defensores ferrenhos dos direitos dos estados frente à autoridade federal — questão que acabaria por contribuir fortemente para Guerra Civil Americana (1861-1865) e, já no século XX, se tornaria um cavalo-de-batalha nas discussões sobre os direitos civis.

Nas primeiras décadas da república, no entanto, os *states' rights* estavam longe de ser uma questão menor. Nos anos 1790, o conflito entre a Grã-Bretanha e a França revolucionária acabou pondo os EUA em uma situação delicada, já que o país lutava para se manter neutro e evitar problemas com as duas potências. Infelizmente, nem sempre isso deu certo, e navios americanos acabaram capturados, primeiro pelos britânicos quando comerciavam com a França, e mais tarde o inverso. Os episódios causaram grande repercussão, sendo motivo de indignação e clamores beligerantes. Em 1798, quando uma guerra naval não-declarada com os franceses já parecia em curso, os federalistas no Congresso usaram a segurança nacional como pretexto para a aprovação de quatro novas leis. Chamadas de Leis de Estrangeiros e Sedição, elas, além de endurecerem as regras para a imigração e naturalização, também estabeleciam multas de até 5.000 dólares “e prisão de até cinco anos a pessoas que se opusessem a medidas do governo, promovessem distúrbios de rua, organizassem reuniões ilegais, ou fizessem verbalmente, escrevessem ou publicassem (...) declarações ‘falsas, escandalosas e maldosas’ contra o governo” ou seus funcionários. Em outras palavras, no país da Primeira Emenda, criticar o governo podia ser crime. Como numa ilustração das advertências conservadoras (e liberais) sobre os perigos do excesso de poder, não tardou para que o novo instrumento legislativo virasse uma arma:

nenhum estrangeiro foi deportado nos termos dessas medidas extraordinárias, embora muitos deixassem o país por medo de perseguição. Juízes e promotores públicos, partidários, porém, utilizaram a Lei de Sedição para mover ações

¹⁷⁶ Taylor era apelidado de “John Taylor de Caroline”, o que pode dar margem a alguma confusão. Mas “Caroline” refere-se ao seu condado de origem na Virgínia, e não aos estados homônimos.

contra 15 proprietários de jornais republicanos,¹⁷⁷ dez dos quais foram condenados, um dos quais, um congressista [de Vermont], publicara que Adams possuía, “uma sede insaciável de pompa ridícula, tola adulação e avareza egoísta”. Este congressista pleiteou reeleição enquanto estava preso e ganhou folgadoamente.¹⁷⁸

Tais abusos despertaram reações de ninguém menos que Thomas Jefferson e James Madison, que escreveram anonimamente protestos aprovados oficialmente pelos legislativos do Kentucky e da Virgínia, respectivamente. A linha de argumentação desses dois “Pais da Pátria” era que “a Constituição era um pacto entre estados soberanos e que os estados podiam decidir se o Congresso tinha excedido sua autoridade constitucional. Os estados podiam, diziam eles, ‘interpor-se’ contra a legislação federal ilícita.” Logo a seguir, o Kentucky foi além, passando no ano seguinte uma resolução que dizia ter o estado o direito de “anular” leis federais inconstitucionais. Embora os outros estados tenham ignorado essas medidas, estava aberto o precedente para a futura “doutrina da nulificação” da Carolina do Sul e, mais adiante, a argumentação usada pelos confederados sulistas em para justificar sua retirada da União após a vitória de Lincoln em 1860.

Mas as leis de 1798 eram apenas um exemplo de como os poderes do governo central podiam ser mal utilizados. Não era de admirar que Taylor e Randolph ganhassem a atenção de muitos de seus contemporâneos ao insistir que, na palavras deste último, os “princípios do livre governo neste país... têm mais a temer dos exércitos de legisladores, e exércitos de juízes, que de qualquer outra ou de todas as outras causas”. Na sua visão, “a melhor legislatura era a que não passava lei alguma e cujos membros dormiam”, e era um risco que o governo tivesse um exército permanente — eram preferíveis milícias estaduais, que assim evitariam a concentração federal de poder. Seguindo a mesma linha, aventuras em território estrangeiro deveriam ser evitadas. Ainda segundo Randolph, sempre incisivo, os bons princípios a seguir eram:

o amor à paz, o ódio à guerra ofensiva, o ciúme dos governos estaduais em relação ao governo geral; o horror a exércitos permanentes; um desprezo pelo endividamento público, os impostos e as taxas sobre produtos [*excises*]; a ternura pela liberdade do cidadão; o ciúme, o ciúme como olhos de Argo, do patrocínio do presidente.¹⁷⁹

¹⁷⁷ “Republicano” se refere ao partido de Thomas Jefferson, em oposição aos federalistas. Nenhuma relação com o atual Partido Republicano, fundado em 1854.

¹⁷⁸ SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 101. A edição brasileira diz que o congressista preso era “da Virgínia”, mas a informação é incorreta: à época, Matthew Lyon representava o estado de Vermont. Cf. http://www.fjc.gov/history/home.nsf/page/tu_sedbio_lyon.html. [Acesso em: 4 de janeiro de 2012.]

¹⁷⁹ ALLITT, op. cit., p. 31.

Se fosse permitido ao governo central crescer, as consequências seriam similares às do crescimento da corte real britânica: o aliciamento e o silenciamento dos cidadãos por meio de favorecimentos e sinecuras; a criação de uma elite financeira apoiada num banco nacional e às custas do endividamento das pessoas comuns; e, finalmente, o comprometimento da independência dos estados soberanos por meio do recebimento de subsídios federais destinados a obras aparentemente louváveis à primeira vista, como canais e estradas.¹⁸⁰

Junto a essa hostilidade por princípio à autoridade federal, havia a exaltação da vida rural — na qual, segundo Taylor, “a prática de quase toda virtude moral é amplamente remunerada neste mundo, enquanto é a melhor garantia de atingir as bênçãos do próximo” —, a denúncia dos vícios da vida urbana e do capitalismo manufatureiro (por sinal, louvados pelos federalistas), e, finalmente, o ataque à democracia. Afinal, da mesma maneira como o governo central representava um risco à liberdade, a tirania da maioria também o era. Na verdade, Taylor e Randolph expressavam o tradicional temor de que, conquistando o poder político, os pobres e os destituídos de propriedade se voltassem contra as classes favorecidas, invertendo os papéis. Ao lado disso, naturalmente, estava a rejeição do princípio da igualdade: “Eu sou um aristocrata. Amo a liberdade, odeio a igualdade”, disse Randolph, para quem a ideia de que “todos os homens nascem livres e iguais — isso eu não posso aceitar, e pela melhor de todas as razões, porque não é verdade”.¹⁸¹

Não é de estranhar, portanto, que essa convicção da desigualdade viesse acompanhada da aceitação da escravidão. Os dois se opuseram, por exemplo, ao Acordo do Missouri, que limitou a adoção da escravidão aos estados ao sul da Linha Mason-Dixon, correspondente a 36°30' de latitude norte, por entenderem que isso era uma intromissão federal ilegítima na soberania estadual. A posição era compreensível, pois ambos eram membros da elite do Sul e possuíam escravos. No entanto, nenhum dos dois era entusiasta desse sistema de trabalho. Randolph, em particular, era membro de uma das mais prósperas e tradicionais famílias da região e possuía um plantel de 400 cativos. Não obstante, ele não só foi um dos patrocinadores da Sociedade Americana de Colonização, como, ao morrer, ordenou em testamento a libertação de todos eles (“sinceramente lamentando já ter sido dono de um”), deixando também a considerável soma de 30.000 dólares para que aqueles dentre eles que

¹⁸⁰ Ibid., p. 30.

¹⁸¹ Ibid., p. 31.

tivessem mais de 40 anos de idade pudessem adquirir terras e suprimentos no estado de Ohio.¹⁸²

A mesma sorte não tiveram aqueles que trabalhavam para John C. Calhoun (1782-1850) e George Fitzhugh (1806-1881). Representantes de uma geração política e intelectual que emergiu quando Taylor e Randolph já estavam em seus anos finais, os dois retomaram alguns dos temas de seus antecessores, mas com uma diferença fundamental: a apologia explícita e sem reservas dos benefícios da escravidão.

Calhoun, nativo da Carolina do Sul, foi um dos grandes líderes sulistas a partir da década de 1820. Deputado, senador e secretário (ministro) sob dois presidentes, James Monroe e John Tyler, e vice de mais dois, John Quincy Adams e Andrew Jackson, Calhoun tende a ser mais lembrado pelas querelas entre Norte e Sul e em especial por ter enunciado a “doutrina da nulificação”. Essencialmente, tratava-se de uma retomada dos argumentos de Jefferson e Madison quando das leis de 1798, só que agora no contexto de uma disputa entre a Carolina do Sul e o governo Jackson em torno de uma tarifa protecionista, aprovada pelo Congresso em 1828, que favorecia os manufatureiros do Norte e era contestada pelos sulistas. Debates acalorados inflamaram os meios políticos americanos a tal ponto que alguns carolinianos chegaram a defender a secessão do estado, antecipando em mais três décadas o estopim da Guerra Civil. Foi a deixa para que Calhoun publicasse anonimamente, ainda em 1828, a *Exposição e protesto da Carolina do Sul*, uma síntese do que ficaria conhecido como “doutrina da nulificação”:

Os Anuladores [partidários da nulificação] sustentavam que a Constituição era um pacto entre os estados, que lhes mantinha a soberania fundamental, e que ao governo federal delegara apenas poderes limitados e claramente especificados. Os próprios estados eram os únicos e corretos juízes quanto a se seu agente comum, o governo federal, excedera os poderes que lhe haviam sido delegados pelo pacto constitucional. Se algum estado julgasse que alguma lei federal constituía violação do mesmo, poderia declará-la nula de pleno efeito, ao que o governo federal deveria desistir, a menos que três quartos dos estados, através do processo de apresentação de emendas, explicitamente lhe concedesse o poder declarado nulo.¹⁸³

¹⁸² Cf. <http://www.shelbycountyhistory.org/schs/archives/blackhistoryarchives/randolphbhisA.htm> e <http://www.ohiohistorycentral.org/entry.php?rec=318&nm=John-Randolph>. Os números de escravos libertados varia segundo a fonte consultada. Esses sites listam 400 e 518, respectivamente. Já um artigo de Frank F. Mathias fala em 383 libertos. A soma em dinheiro informada por esse artigo é também maior, sendo de 38.000 dólares. Cf. MATHIAS, Frank F. John Randolph's Freedmen: The Thwarting of a Will. *The Journal of Southern History*. V. 39, no. 2 (May, 1973), p. 263-272. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2205617>. [Acesso em 4 de janeiro de 2012.]

¹⁸³ SELLERS, MAY e McMILLEN, op. cit., p. 141.

Essa doutrina abria um precedente importante nas futuras disputas entre o governo central e os estaduais, que seriam parte importante das preocupações conservadoras de meados do século XX envolvendo os “direitos dos estados” (*states’ rights*). A rigor, se admitida a possibilidade de que cada estado é o único juiz da correção das decisões do Executivo federal, o papel do Judiciário, sobretudo da Suprema Corte, fica diminuído. Da mesma maneira, surge o problema, levantado desde a formulação da Constituição de 1787, do equilíbrio entre a vontade da maioria e a preservação dos direitos (e deveres) das minorias.

Os protestos veementes geraram uma crise federativa quando, em novembro de 1832, o governo da Carolina do Sul adotou oficialmente a visão dos anuladores e decidiu ignorar a tarifa. Mais do que isso: ameaçou retirar-se da União caso o governo federal tentasse impor o cumprimento da lei e convocou 25.000 voluntários para lutar em caso de conflito armado. A exaltação de ânimos podia ter terminado em tragédia, pois, em março de 1833, o Congresso aprovou um “Projeto de Lei da Força” (*Force Bill*) que dava ao governo plenos poderes para usar as forças armadas para coletar taxas sobre importações. Porém, no mesmo dia em que ela foi promulgada, negociações no Congresso levaram a um acordo pelo qual a tarifa foi baixada, acalmando as partes e fazendo os carolinianos desistirem da nulificação.¹⁸⁴

Mais tarde, Calhoun fazia uma exposição de seus princípios em circunstâncias menos tensas. Sua *Disquisition on government*, escrita entre 1843 e 1849 e publicada postumamente, e seu *Discourse on the Constitution and government of the United States*, apenas rascunhado ao tempo de sua morte. Nelas, Calhoun repete o tema da desigualdade natural entre os homens e, por extensão, nega as bases teóricas da Declaração de Independência e das teorias contratualistas de governo em voga entre os liberais. Ao mesmo tempo, reafirma a importância da cultura e das tradições ao afirmar que os homens “não nascem; bebês é que nascem em sociedades particulares e eventualmente *se tornam* homens, mas se tornam os homens destas sociedades particulares, em vez de decidir, *como* homens, que optarão por se juntar a elas”. Também está presente a advertência contra o aumento excessivo do governo, sempre sob o risco de se tornar uma tirania, e, no caso específico dos EUA, ele defende a redução do poder federal e reitera a tese do direito estadual à nulificação. Finalmente, Calhoun afirma que a liberdade não é um *direito* natural, e sim o resultado de um arranjo político fundado na correta gestão governamental. E, de qualquer forma, dadas as diferenças

¹⁸⁴ Id. A rigor, desistiram dela no que toca à tarifa; no último momento, os legisladores estaduais declararam nula a Lei da Força.

inevitáveis entre os homens e o benefício que a sociedade colhe da existência delas, para Calhoun, em termos gerais, a liberdade é mais importante que a igualdade.¹⁸⁵

Nenhum desses tópicos abordados por Calhoun, como se viu, é muito original dentro do que aqui consideramos como o conservadorismo americano. Onde ele se destaca é noutro ponto, aquele em que converge com Fitzhugh: a tentativa de não apenas justificar, mas até mesmo redimir completamente a *instituição peculiar* do Sul, a escravidão.

Mais uma vez nos atendo à explicação de Samuel Huntington para a eclosão de teorias conservadoras, uma olhada no contexto imediato desses escritos dá uma ideia dos problemas a que eles procuravam responder.

Como vimos, Taylor e Randolph, embora beneficiários da escravidão, nunca se deram ao trabalho de mudar a imagem dela como um mal, ainda que um mal necessário. Essa percepção era comum a muitos plantadores sulistas, que racionalizavam a permanência da escravidão de muitas formas, uma delas a afirmação de que o negro estava “despreparado” para a liberdade na América. Mas conflitos continuavam existindo. Nos EUA, os quacres e os metodistas se destacaram pela militância abolicionista desde meados do século XVIII; no caso dos primeiros, manifestações pelo melhor tratamento dos escravos ou defendendo a igualdade espiritual de todos os homens a despeito de raça remontam ao fundador do grupo, George Fox, no século XVII.¹⁸⁶ Thomas Jefferson, o mais famoso libertário civil entre os Pais Fundadores, foi um crítico aberto do sistema no início da sua carreira e ao longo de toda a vida nunca deixou de expressar desconforto com a sua existência — o que não o impediu de manter um largo plantel, ter alforriado pouquíssimos escravos e, ao que tudo indica, ter tido uma relação de longa duração e vários filhos “naturais” com a mulata Sally Hemings, jamais libertada enquanto ele estava vivo.¹⁸⁷

¹⁸⁵ ALLITT, op. cit., p. 35.

¹⁸⁶ Cf. <http://trilogy.brynmawr.edu/speccoll/quakersandslavery/> e <http://www.quaker.org.uk/quaker-protests-against-slavery-17th-century> [Acesso em: 5 de janeiro de 2012.] Também vale a pena consultar o ensaio sobre o surgimento do abolicionismo em RODRIGUEZ, Juan P. (ed.). *Slavery in the United States: a social, political and historical encyclopedia*. V. 1. ABC Clio, 2007, p. 99-106.

¹⁸⁷ A literatura sobre Jefferson é extensa, e nenhuma biografia moderna que se preze a seu respeito deixará de tratar desse assunto. Uma abordagem geral das relações entre Jefferson e a escravidão pode ser encontrada em COHEN, William. Thomas Jefferson e o problema da escravidão. *Estudos Avançados*. V. 14, n° 38. Janeiro-abril de 2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014200000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Especificamente sobre a ligação com Hemings, é interessante o texto da Fundação Thomas Jefferson: <http://www.monticello.org/site/plantation-and-slavery/thomas-jefferson-and-sally-hemings-brief-account>. Seja como for, a questão é controversa há 200 anos e, a julgar pelo mercado editorial americano, continuará sendo: ainda em agosto de 2011, um grupo de acadêmicos voluntários patrocinados pela Thomas Jefferson Heritage Society lançou *The Jefferson-Hemings controversy: report of the Scholars Commission*, livro que procura desfazer o “mito”, hoje aceito como verdade pela maioria dos estudiosos. Cf. <http://www.csmonitor.com/Books/chapter-and-verse/2011/0831/Thomas-Jefferson-and-Sally-Hemings-one-of-history-s-myths>. Para as possíveis justificativas para o fato de Jefferson não ter libertado seus

Mas se havia oposição interna à escravidão, fosse informada pela fé ou pela filosofia iluminista, o fato é que só a partir da década de 1830 os escravocratas norte-americanos começaram a perceber que o espaço para a manutenção de sua instituição peculiar no Ocidente estava diminuindo. Na Grã-Bretanha, as críticas e um grande movimento de oposição se articularam ainda no século XVIII, tanto por razões humanitárias quanto, à medida que a Revolução Industrial reconfigurava os interesses ingleses no mundo, também econômicas e geopolíticas.¹⁸⁸ Logo o combate ao tráfico internacional de escravos se tornou um ponto importante da agenda britânica — nem sempre com sucesso imediato, como o caso do Brasil ilustra — e, em 1833, chegou-se ao ponto sem retorno, quando a Grã-Bretanha deu início à libertação dos quase 800.000 escravos nas suas lucrativas colônias das Índias Ocidentais, no Caribe. A medida parecia um contrassenso econômico — estava mais do que provado que a escravidão podia ser um sistema altamente rentável e os libertos podiam não querer mais trabalhar em culturas comerciais¹⁸⁹ —, mas foi levada a cabo assim mesmo, e não muito longe do Sul dos EUA.

Pela mesma época, um novo tipo de movimento contra a escravidão nasceu nos EUA. Até então, os projetos de combate à escravidão em território americano tinham incluído uma variedade de formas, desde a compra deliberada de escravos para posterior libertação (do que os quacres foram adeptos na Carolina do Norte, por exemplo)¹⁹⁰ até iniciativas ambiciosas de “reassentamento” dos escravos em regiões da África adquiridas especialmente para isso (o que deu origem à atual Libéria). Entretanto, o gradualismo estava presente em todas. Agora, com lideranças como William Lloyd Garrison, o abolicionismo ganhava tons mais radicais e barulhentos. Denunciando-a como uma imoralidade imensa e um pecado abominável, ativistas inflamados faziam campanha pela abolição imediata da escravidão.

escravos em vida, entre as quais a obrigação legal de que deixassem a Virgínia após a alforria, v. <http://www.monticello.org/site/plantation-and-slavery/property>. [Acesso em: 5 de janeiro de 2012.]

¹⁸⁸ O historiador David Brion Davis dá uma ideia da extensão da mobilização britânica de fins do século XVIII e início do XIX: em 1792, o governo britânico recebeu 519 petições contra a escravidão ou o tráfico negreiro, totalizando 390.000 assinaturas; na mesma época, projetos de proibição do tráfico já circulavam pelo Parlamento; em 1814, os abolicionistas britânicos alegavam ter 750.000 nomes em centenas de petições pedindo que o país forçasse outras nações a abolir o tráfico. Mesmo que esse número tenha sido inflado, no entanto, em 1833 há um salto imenso: foram 5.000 petições *antiescravistas* ao Parlamento (sendo uma com quase meia milha de extensão) totalizando quase 1,5 milhão de assinaturas. Nas palavras de Davis, entre os fins da década de 1780 e o começo da de 1830, “houve muito mais petições pelas causas abolicionistas que por qualquer outro assunto”. Cf. DAVIS, David Brion. *Inhuman bondage: the rise and fall of slavery in the New World*. Oxford University Press, 2006, cap. 12, especialmente p. 236-8.

¹⁸⁹ De fato, a produção nas Índias Ocidentais sofreu uma queda considerável após a libertação. Cf. DAVIS, op. cit., p. 231-232.

¹⁹⁰ FRANKLIN, John Hope. Escravos praticamente livres na Carolina do Norte, antes da guerra civil. In: *Raça e história: ensaios selecionados (1938-1988)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 95-116.

Outro fator relevante para explicar a necessidade de uma defesa intelectual da escravidão era de cunho mais estritamente político. O primeiro era o fato de que a população do Norte crescia rapidamente, em parte graças ao grande número de imigrantes europeus atraídos pelo sonho de uma vida melhor e pela expansão territorial e econômica do país — o que significava, com o passar do tempo, mais eleitores e uma maior representação política no Congresso, além de uma importância maior da mão de obra livre na economia do país. Como o Norte não tinha necessidade direta do trabalho escravo (embora, afinal, se beneficiasse das rendas da exportação de algodão), um maior peso político no Congresso tornaria mais fácil para ele impor medidas que beneficiassem o seu modelo em detrimento dos sulistas, como no caso da tarifa de 1828. E isso, na verdade, vai ser uma causa determinante, já em fins dos anos 1840, para que os sulistas procurem compensar sua menor densidade demográfica e a ameaça da crescente hostilidade do Norte à expansão do escravismo com medidas compensatórias estridentemente obtidas do governo central.¹⁹¹

Por último, vale citar que a escravidão era um sistema não apenas baseado na violência concreta, mas que gerava também uma tensão social muito grande. Por mais idílicas que possam parecer algumas representações modernas e muito populares da vida no Sul rural — *...E o vento levou* é o exemplo clássico —, o fato é que a existência de um número grande de escravos¹⁹²) implicava o medo permanente de um levante. Como escreveu John Hope Franklin, “O medo e a apreensão eram assuntos correlatos no Sul de antes da guerra; mas estavam sempre presentes”, e “se havia sequer o menor rumor de sublevação, o campo todo não só ficava aterrorizado, como se tocava o alarme”. A ameaça podia ser um fugitivo vingativo, ou uma rebelião organizada, e estava sempre à espreita: “Os senhores de escravos do Sul nunca podiam estar inteiramente certos de que tinham estabelecido um indiscutível controle dos seus escravos. Um afrouxamento momentâneo sempre despertava novos medos”, o que justificava patrulhas noturnas e guardas armados à porta das assembleias legislativas.¹⁹³ Assim, era natural que, quando esse medo se agravava, como após a sangrenta revolta escrava de Nat Turner em 1831, a questão da abolição fosse debatida. Entretanto, ela usualmente esbarrava em dogmas compartilhados por muitos escravistas e não escravistas: “A

¹⁹¹ Infelizmente não podemos aprofundar tais questões aqui. Recomenda-se ao leitor interessado duas obras especialmente úteis: EISEMBERG, Peter. *Guerra Civil Americana*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999; e LEVINE, Bruce. *Half slave and half free: the roots of Civil War*. Revised edition. New York: Hill and Wang, 2005.

¹⁹² Em 1830, os escravos eram cerca de 2 milhões, contra 3,6 milhões de brancos; no auge, em 1860, os números aumentaram para quase 4 milhões de cativos e 5,5 milhões de brancos. Dados das *Historical Statistics of the United States* (1970), apud “Slavery in the United States”. *EH.Net Encyclopedia*. Disponível em: <http://eh.net/encyclopedia/article/wahl.slavery.us>. [Acesso em: 5 de janeiro de 2012.]

¹⁹³ FRANKLIN, John Hope. A escravidão e o belicoso Sul. In: FRANKLIN, op. cit., p. 121-125.

Emancipação parecia inconcebível a menos que fosse acompanhada pela colonização dos escravos libertos”, opinião mantida até muito tempo depois “por líderes nortistas como Lincoln e por virtualmente todos os brancos exceto o pequeno grupo dos abolicionistas radicais.” Ou seja, mesmo entre aqueles que reconheciam a escravidão como um problema, as opções mais consensuais pareciam ser: mantê-la apesar dos riscos ou arcar com a deportação gradual dos milhões de negros em cativo para outro continente.¹⁹⁴

Como justificar um sistema assim num país fundado sob princípios de liberdade? Calhoun e Fitzhugh, entre outros menos célebres, tinham à disposição uma pletora de argumentos tradicionais, desde a teoria da inferioridade do negro até a história bíblica da maldição de Cam.¹⁹⁵ O que chama a atenção nesses autores é que tenham se valido de temas e argumentos conservadores. Um bom exemplo desse tipo de defesa intelectual é dado por Calhoun em um debate no Senado sobre petições abolicionistas, em 6 de fevereiro de 1837. O discurso é revelador:

Mas que não me entendam como tendo admitido, mesmo que implicitamente, que a relação existente entre as duas raças no estados escravistas é um mal: muito pelo contrário, eu mantenho que ela é um bem, como já se provou muito bem que é para ambas, e que continuará a provar sê-lo se não for perturbada pelo espírito decaído da abolição. Eu apelo aos fatos. Nunca antes a raça negra da África Central, do alvorecer da história até o dia de hoje, atingiu uma condição tão civilizada e aperfeiçoada, não só fisicamente, mas moral e intelectualmente. Ela veio até o nosso meio em uma condição baixa, degradada e selvagem, e, no curso de poucas gerações, cresceu sob o cuidado adotivo de nossas instituições, vilipendiadas como têm sido, até a sua presente condição civilizada comparativa. Isto, junto com o seu rápido crescimento numérico, é prova conclusiva da felicidade da raça, a despeito de todas as histórias exageradas em contrário.

Nesse meio tempo, a raça branca ou europeia não degenerou. Ela se manteve no mesmo ritmo de seus irmãos nas outras seções da União nas quais a escravidão não existe. É odioso fazer comparações; mas eu apelo a todos os lados se o Sul não é igual em virtude, inteligência, patriotismo, coragem, altruísmo, e todas as qualidades elevadas que adornam a nossa natureza.

(...) Eu mantenho, portanto, que nunca existiu até agora uma sociedade rica e civilizada na qual uma porção da comunidade não tenha, na verdade, vivido do trabalho de outra. Ampla e genérica como é esta afirmação, ela está totalmente embasada na história. Esta não é a ocasião apropriada, mas, se fosse, não seria difícil rastrear os vários mecanismos pelos quais a riqueza de todas as comunidades civilizadas tem sido tão desigualmente dividida, e mostrar por quais meios uma parcela tão pequena tem sido destinada àqueles por cujo trabalho ela foi produzida, e uma parcela tão grande dada às classes não produtoras. Esses mecanismos são quase inumeráveis, da força bruta e a superstição grosseira dos tempos antigos aos artifícios fiscais sutis e enganadores dos modernos. Eu poderia mesmo arriscar uma comparação entre

¹⁹⁴ DAVIS, op. cit., p. 186.

¹⁹⁵ A história se refere à passagem de Gênesis 9:20-27, em que Noé amaldiçoa seu filho Cam e toda a sua descendência, condenando esta a servir à dos outros dois filhos de Noé. Por muito tempo acreditou-se que “os filhos de Cam” eram os negros africanos, o que dava uma base teológica à escravidão dessas populações.

eles e o modo mais direito, simples e patriarcal pelo qual o trabalho da raça africana é, entre nós, comandado pelo europeu. Eu posso dizer, com verdade, que em poucos países tanto é deixado para o trabalhador, e tão pouco cobrado dele, ou onde uma atenção mais generosa é dada a ele nas doenças e nas enfermidades da velhice. Compare-se a sua condição com a dos moradores dos abrigos para pobres nas porções mais civilizadas da Europa — olhe-se para o doente, o escravo velho e enfermo, de um lado, no meio de sua família e amigos, sob a supervisão bondosa de seu senhor e sua senhora, e se o compare com a condição de miséria e abandono do pobre no abrigo. Mas não tratarei desse aspecto da questão; eu me volto para o político; e aqui eu afirmo sem medo que a relação existente entre as duas raças no Sul, contra a qual esses fanáticos cegos fazem guerra, forma a mais sólida e durável fundação sobre a qual se podem erguer instituições políticas livres e estáveis. (...) Há e sempre houve, em um estágio avançado de riqueza e civilização, um conflito entre trabalho e capital. A condição da sociedade no Sul nos isenta das desordens e perigos resultantes desse conflito; e o que explica por que é que a condição política dos estados escravistas tem sido muito mais estável e tranquila que a do Norte...¹⁹⁶

Mais que a defesa pura e simples da escravidão como algo benéfico para os negros, Calhoun a apresenta como uma defesa e uma prevenção contra *o conflito de classes*. Não apenas vê o trabalho compulsório dos negros como um meio de civilizá-los, mas atribui a ele uma função de manutenção da ordem e da harmonia no Sul, ou seja, a escravidão é uma força *conservadora* na sociedade — como a religião e a aristocracia o são para outros conservadores. E é significativo que ele reforce o valor do sistema comparando-o com os bem conhecidos níveis escandalosos de pobreza que acometiam a Europa na era pós-Revolução Industrial. No começo da década, o Parlamento inglês havia estabelecido o Comitê Sadler, que investigou as condições de vida de mulheres, crianças e jovens trabalhadores nas fábricas do país. Os resultados, publicados no relatório do mesmo nome e com base em várias entrevistas com os operários, ainda choca pelas condições duras que retrata.¹⁹⁷ Realmente não era de espantar que, sob certos aspectos, as condições de vida de um escravo mediano no Sul dos EUA parecesse melhor.

Esse tema não passou despercebido a George Fitzhugh, sociólogo autodidata nascido na Virgínia. Perto dele, Calhoun soa como um moderado das relações raciais. Autor de *Sociology for the South, or, the failure of free society*, de 1854, e *Cannibals All!*, de 1857, Fitzhugh também denuncia as terríveis consequências do regime de trabalho livre nas nações industrializadas, mas leva a discussão ao limite. Culpando o ideal igualitário como uma falácia maligna, o autor ataca John Locke e Thomas Jefferson, condena “todo o legado

¹⁹⁶ Partes do discurso são facilmente encontráveis online. A transcrição aqui utilizada foi a integral, publicada online pelo Internet Archive, é esta: CALHOUN, John C. *Speeches of John C. Calhoun*. New York: Harper & Brothers, 1843, p. 222-226. Disponível em: <http://www.archive.org/details/speechesofjohncc00calh>. [Acesso em: 5 de janeiro de 2012.]

¹⁹⁷ Trechos dessas entrevistas podem ser encontrados em: <http://www.victorianweb.org/history/workers1.html>. [Acesso em: 6 de janeiro de 2012.]

intelectual do século XVIII”, rejeita as teorias contratualistas em geral (de Hobbes a Rousseau) e retoma as teorias de Sir Robert Filmer (1588-1653), autor de *Patriarcha*, uma clássica defesa do direito divino dos reis. Nessa perspectiva, o governo não depende do consentimento dos governados; ele é antes uma extensão do princípio da família, reunindo pessoas de diferentes necessidades e características para a proteção e o apoio mútuo.

Como isso se aplicava na prática? Fitzhugh resolvia o problema da pobreza dos homens livres e da contestação à escravidão num golpe só, advogando sua forma própria de socialismo: escravidão para todos, negros e brancos pobres. Afinal, de que adiantava a liberdade dos miseráveis da Europa e do Norte, levando uma vida degradada, abaixo mesmo da dos negros do Sul? Era preciso protegê-los e ao mesmo tempo diminuir as tensões sociais exacerbadas pelo moderno capitalismo — e a escravidão paternalista era o sistema de trabalho ideal para isso. Como dizia o autor,

O pequeno experimento da liberdade universal, que tem sido tentado por pouco tempo em um pequeno recanto da Europa, resultou em um fracasso desastroso e impressionante. A escravidão tem sido universal demais para não ser necessária à natureza, e é em vão que o homem luta contra a natureza.¹⁹⁸

Assim, vê-se que, para além da exaltação do sistema econômico de sua região, esses autores se apropriavam de temas caros ao conservadorismo: a hierarquia social, a valorização de uma instituição tradicional (no caso, o trabalho escravo), a preocupação com a ordem numa era percebida como de turbulências e inovação social, e, à sua maneira, a menção aos laços não só econômicos, mas também morais, unindo as diversas classes sociais (com foco, naturalmente, nos senhores e escravos). Também não cansavam de reiterar as consequências catastróficas das inovações que empolgavam muitos de seus contemporâneos, fosse a democratização “turbulenta” ou a “antinatural” ideia de libertar os escravos. Fosse como fosse, ao criar um arcabouço teórico para a manutenção da ordem sulista, eles recorriam a uma forma de raciocínio muito diversa daquela empregada, por exemplo, por Thomas Jefferson e que até hoje é louvada nas comemorações cívicas norte-americanas. Para os conservadores do Sul, liberdade e igualdade não eram conceitos compreensíveis fora de um contexto, e não eram viáveis para todos. Nisso, eles repetiam Burke e tantos outros europeus na denúncia dos males da “abstração” e do “idealismo”; a esses ideais perigosos, eles contrapunham a realidade de uma ordem social já implantada e que, pelo menos para eles e seus pares brancos, funcionava muito bem.

¹⁹⁸ FITZHUGH, George. *Sociology for the South, or the failure of free society*. Richmond: A. Morris, 1854, p. 70-71. Disponível em: <http://docsouth.unc.edu/southlit/fitzhughsoc/fitzhugh.html>. [Acesso em: 6 de janeiro de 2012.]

Todos esses argumentos e princípios, no entanto, foram atropelados pela política. Em 1860, após mais de uma década de amargas disputas entre Norte e Sul, a eleição de Abraham Lincoln foi a gota que faltava para a secessão sulista. A guerra veio pouco tempo depois e, com ela, uma concentração de destruição e horrores que arruinou o Velho Sul, unificou o país sob um sistema de trabalho livre e acelerou a transformação dos EUA em uma potência industrial. No Sul, ficaria uma memória romantizada dos tempos anteriores à guerra, retomando um pouco das ideias dos apologistas sobre a “harmonia” entre senhores e escravos. Também sobreviveria a ideia de que a sociedade agrária de então era organizada segundo ideais mais elevados do que os do Norte, cada vez mais pontilhado por fábricas e proletários pobres aglomerados em cidades inchadas. Logo surgiriam escritores falando da “Causa Perdida”, do heroísmo dos confederados em luta para preservar seu modo de vida contra a tirania da União e dos valores “cavalheirescos” obliterados pela quase extinção da elite escravocrata. Essa reação sulista ganharia visibilidade em grupos e manifestações cívicas em honra da “Guerra entre os Estados”, na literatura, na política — pode-se dizer que numa memória regional que cultuava o Sul como portador de uma identidade específica. Uma das aplicações disso seria na implantação e manutenção, em fins do século XIX e até a segunda metade do XX, da segregação entre brancos e negros, de que trataremos no capítulo 5.

Fosse como fosse, os EUA após 1865 passaram por um processo acelerado de mudanças. E isso levou também à constituição de uma nova corrente de pensamento de grande consequência para o futuro conservadorismo do século XX.

2.2.2 INDIVIDUALISMO E *Laissez-faire*

Apelidados coletivamente de “Era Dourada”,¹⁹⁹ os últimos 30 anos do século XIX marcam a consolidação de um processo que, a rigor, já havia se iniciado desde antes da Guerra Civil: a industrialização dos EUA. É o período do fechamento da fronteira americana e a consolidação de seu território, da grande expansão das ferrovias e a conseqüente maior integração do país. Na área industrial, progressos notáveis foram feitos, e surgem os gigantescos conglomerados chamados de “trustes”. E embora haja certa tendência a exagerar o “milagre econômico” dos EUA nessa época, é verdade que o crescimento da sua indústria “aconteceu em escala maior do que em qualquer outro país e talvez tenha transformado mais

¹⁹⁹ O adjetivo em *Gilded Age*, expressão cunhada por Mark Twain e Charles Dudley Warner no livro homônimo, na verdade denota aquilo que é apenas folheado a ouro, embora seja de material menos nobre. Entretanto, como “Era Dourada” aparece em várias obras em português e é mais eufônica, optamos por adotá-la aqui.

profundamente a cultura nacional”. Porém, é importante notar que, se na virada do século o PIB dos EUA fizera deles a “principal potência industrial do planeta”, o valor *per capita* dos produtos de sua indústria, uma medida mais confiável do bem-estar individual de seus habitantes, perdia para o de países como França e Alemanha.²⁰⁰

É verdade, contudo, que a indústria recebeu um apoio sem precedentes do governo durante a guerra, alcançou novas alturas de produção nesse período e manteve essa expansão, com algumas interrupções, durante o resto do século. Embora a industrialização e o moderno sistema fabril fossem anteriores à Guerra Civil, (...) [o] período *antebellum* não produziu nenhum gigantesco conglomerado de riqueza e influência que se comparasse com os grandes impérios ferroviário, industrial e bancário dos anos que se seguiram. Mesmo na década de 1850, as maiores operações industriais eram de escala relativamente pequena e exibiam poucas das características dos grandes negócios, tais como imensas necessidades de capitais, altos custos fixos, separação entre propriedade e controle da empresa, diversidade e multiplicidade de funções, operações geograficamente dispersas e poder político e econômico.²⁰¹

O crescimento do território e da população (impulsionada por uma nova onda migratória, agora vinda principalmente da Europa Oriental), a facilidade do transporte com a difusão dos trens e generosos auxílios governamentais ajudam a explicar esse crescimento concentrado. Em 1900, os EUA já detinham 320.000km de trilhos de aço, 1/3 do total mundial; e sua população, que fora de pouco mais de 30 milhões de pessoas em 1860, chegava agora a 76 milhões²⁰² — 40% dos quais vivendo em cidades com 2.500 habitantes ou mais (seis delas já tinham mais de um milhão de habitantes). Nos centros urbanos, mais numerosos e maiores no Norte do que no Sul, os avanços da tecnologia haviam feito de bondes e luzes elétricas elementos do cotidiano, aumentando a atratividade das cidades. Mas nem tudo era progresso:

A cidade revelava ser por igual um ímã irresistível e um profundo desapontamento. Prometia oportunidades econômicas e confortos como iluminação incandescente, telefone, saneamento interno e bondes. Mas, com excessiva frequência, os recém-chegados apenas trocavam uma forma de trabalho baixo e servil por outra. Construída aleatoriamente, a cidade norte-americana de fins do século XIX sofria com um crescimento que não fora planejado nem regulado. Os pobres se acotovelavam em casas de cômodos que pareciam coelheiras, e eram insuficientes as verbas destinadas para prover recreação, saneamento, proteção policial e contra incêndios, educação e abastecimento de água para a população que se multiplicava.²⁰³

²⁰⁰ SELLERS, MAY e McMILLEN, op. cit., p. 214.

²⁰¹ Ibid., p. 215.

²⁰² Id. Os dados populacionais são divulgados pelo site oficial do Censo dos Estados Unidos: <http://www.census.gov/compendia/statab/2012/tables/12s0001.pdf>. [Acesso em: 7 de janeiro de 2012.]

²⁰³ SELLERS, MAY e McMILLEN, op. cit., 221.

Tais problemas urbanos estavam intimamente relacionados à questão do trabalho. Apesar de ganhos reais terem sido obtidos pelos trabalhadores do período, a época é marcada por conflitos entre patrões e empregados que, algumas vezes, chegaram à violência em grande escala. A grande concentração econômica nas mãos de empresários cujos sobrenomes entrariam para a história como sinônimos de riqueza, como John D. Rockefeller (Standard Oil), Andrew Carnegie (U.S. Steel) e Cornelius Vanderbilt (ferrovias), bem como a frouxidão da regulamentação do trabalho, apoiada por um Judiciário excessivamente simpático às grandes empresas, dificultavam negociações justas entre os detentores do capital e os assalariados. O uso de intimidação e retaliações diante de organizações e movimentos trabalhistas era comum; greves, algumas das quais chegaram a centenas de milhares de trabalhadores, eram comumente tratadas como questão de polícia, transformando-se em verdadeiras batalhas campais. Um exemplo foi a greve dos ferroviários da Pullman Palace Car Company, de 1894, em Chicago, que acabou se alastrando por dezenas de estados e envolveu até 250.000 pessoas.²⁰⁴

Nesse contexto problemático, algumas propostas de solução vieram à tona. Uma era a revolucionária: trazidas da Europa por imigrantes politizados, ideologias como o anarquismo, o sindicalismo e o socialismo ofereciam aos trabalhadores oprimidos pelo grande capital a via da derrubada da ordem existente, de diferentes modos. Não por acaso, líderes como Daniel de Leon, do *Socialist Labor Party* (fundado em 1876) e Eugene Debs, fundador do *Socialist Party* (1901), surgem nesse período e vão se destacar como alternativas à esquerda na política americana.

Outra linha era a reformista ou “progressista”, de que trataremos com mais profundidade no próximo capítulo. Por enquanto, basta dizer que ela era representada por diferentes grupos — movimentos políticos e humanitários, sindicatos e organizações operárias, algumas igrejas e organizações de direitos civis —, tinha como grande base social a classe média e floresceu nos anos finais do século XIX e início do XX, até aproximadamente o fim da década de 1910. “Para lidar com as relações de trabalho, a proteção ao consumidor, a prostituição, a corrupção, e outros assuntos, os progressistas criaram novos veículos de ação privada — notadamente centros comunitários [*settlement houses*]”. O trabalho voluntário voltado para o auxílio a populações pobres era uma das manifestações mais comuns desse impulso, como no caso da famosa Hull House da ativista Jane Addams. “Mas, em última instância, esses reformistas procuravam o governo para resolver problemas privados e

²⁰⁴ Cf. *The Pullman strike*: <http://dig.lib.niu.edu/gildedage/pullman/events.html> [Acesso em: 22 de julho de 2013.].

públicos. O progressismo, no que tinha de mais básico, transferia a autoridade do indivíduo e da família para o grupo e o Estado”. Não por acaso, surgem reivindicações para que as autoridades estabeleçam os mais variados tipos de programas que podem ser classificados como medidas de bem-estar social e ampliação da soberania popular. Exemplos disso são a instaurações de leis e projetos de combate às péssimas condições sanitárias nos bairros pobres de algumas cidades grandes, a denúncia e o combate dos excessos dos trustes e corporações feitas, entre outros, por jornalistas e políticos, bem como o movimento para a eleição direta dos senadores, até então escolhidos pelos legislativos estaduais.²⁰⁵

Contra tudo isso emerge um tipo de pensamento que defendia a ordem socioeconômica recém-estabelecida, enaltecendo suas qualidades e condenando a oposição, tanto na sua versão revolucionária quanto na reformista. Tal corrente negaria as próprias bases filosóficas dos movimentos humanitários e de reforma social da época, rejeitando a legitimidade de qualquer intervenção do Estado no sentido de regulamentar a economia e a ação livre do mercado, ou, com mais veemência ainda, de redistribuir riqueza. Enfatizando o indivíduo como unidade básica da sociedade, a sua liberdade como um direito inalienável e a excelência do *laissez faire* como o supremo princípio econômico, nasceria aquilo que mais tarde seria conhecido como *libertarianismo*, um dos componentes mais importantes do movimento conservador da segunda metade do século XX.²⁰⁶

As manifestações desse pensamento da Era Dourada até a época do New Deal variaram muito, indo desde o darwinismo social até o anarquismo de direita. Entre seus partidários de destaque podem ser citados desde o multimilionário Andrew Carnegie e o acadêmico William Graham Sumner até os jornalistas H. L. Mencken e Albert Jay Nock. Para dar ao leitor uma amostra de como esses princípios foram utilizados por intelectuais americanos antes da Segunda Guerra Mundial — quando os libertários sofrerão uma grande

²⁰⁵ McGERR, Michael. “progressivism”. In: WIGHTMAN, Richard; KLOPPENBERG, James T. *A companion to American thought*. Blackwell, 1998, p. 549.

²⁰⁶ Note-se bem: o libertarianismo é componente do *movimento* conservador, o que não necessariamente significa admitir que ele, por si mesmo, seja uma *ideologia* conservadora. Na visão que orientou esta pesquisa, considera-se que, embora o libertarianismo tenha elementos comuns com o conservadorismo norte-americano e alguns de seus ícones de fato sejam conservadores em alguns aspectos — como Friedrich Hayek —, o libertarianismo é melhor compreendido como uma ideologia radical (cf. o capítulo I). Esta é a visão que a maior parte dos libertários tem de si mesma e, a nosso ver, é perfeitamente coerente com as causas que os libertários usualmente advogam nas controvérsias contemporâneas. Eles simplesmente retomam ideias clássicas do liberalismo dos séculos XVIII e XIX e as aplicam com uma radicalidade que foge à *mainstream* pragmática que domina a política americana contemporânea. Se incluísimos essa corrente neste pequeno panorama do pensamento conservador estadunidense, é por reconhecer a sua grande influência histórica na coalizão conservadora do pós-Segunda Guerra e a de suas ideias na formação de um discurso antiestatal e pró-mercado que se tornou majoritário nela. Mas, do ponto de vista filosófico, as características do conservador clássico ou tradicionalista e as do libertário são muito diferentes e até contraditórias. No capítulo 3, veremos um pouco das tensões entre esses campos na prática, mesmo quando aliados num movimento comum. Cf. DOHERTY, Brian. *Radicals for capitalism: a freewheeling history of the modern American libertarian movement*. Public Affairs, 2009. 756 p.

influência de intelectuais europeus fugitivos do nazismo —, vamos examinar o caso de Sumner e Nock.

Vindo de origens humildes, filho de um imigrante inglês que trabalhava nas ferrovias, William Graham Sumner conseguiu formar-se em teologia e crítica bíblica, tendo estudado na Alemanha e na Inglaterra. Ao retornar aos EUA, em 1869, trabalhou como pastor episcopal (anglicano) por cerca de três anos, até entediar-se e partir para Yale, onde se tornou o primeiro ocupante da recém-criada cátedra de Ciências Políticas e Sociais e lecionaria até 1909.²⁰⁷ Carismático e provocador, suas aulas deixaram grande impressão em alunos cansados de professores monótonos e palestras soporíferas: na classe de Sumner, tudo, das notícias dos jornais aos eventos triviais do cotidiano, podia ser o ponto de partida do desvendamento da mecânica oculta da sociedade. Nas palavras de um estudante seu, “ele convidava e amava a resistência intelectual. Cada frase que dizia era um desafio” — até hoje virtudes não tão frequentes no meio universitário.

Em sintonia com o espírito da época, Sumner era um positivista. Para ele, o método científico era o antídoto para as imprecisões, pieguices e tendenciosidades em voga nas correntes intelectuais de seu tempo. Os fatos, os fatos duros da realidade concreta, eram tudo. Como ele mesmo disse durante uma reunião que discutia a contratação de um novo professor de Filosofia, “A Filosofia é sob todos os aspectos tão ruim quanto a astrologia. É uma completa farsa” que devia ser retirada do currículo, e acrescentou: “Poderíamos do mesmo modo ter professores de alquimia e leitura de mãos”. É de se imaginar que os seus estudos anteriores de teologia não mereciam maior estima de sua parte.

Sumner é frequentemente associado pelos historiadores aos ensinamentos do filósofo inglês Herbert Spencer, considerado o pai do que ficou conhecido como darwinismo social. A denominação é um pouco inexata cronologicamente, já que a obra seminal de Spencer, *Social Statics*, foi publicada em 1851 e precedeu *A Origem das Espécies* em oito anos. Seja como for, Spencer apropriou-se de noções vindas da biologia evolucionária para postular uma teoria social fundada na ideia da “sobrevivência do mais adaptado”, que se tornou muito apreciada em certas rodas da Era Dourada americana e teve em Sumner um divulgador devotado. Através de livros e artigos de títulos sugestivos, como *O que as classes sociais devem umas às outras* e *Falácias sociológicas*, Sumner empregou sua ciência positiva e apegada aos “fatos” numa literatura provocadora e incendiária, que visava a refutar com veemência o que ele considerava as tolices de seu tempo. Essa retórica de combate era coerente com a tese que

²⁰⁷ Cf. <http://mndb.com/people/882/000165387/>. [Acesso em: 9 de janeiro de 2012.]

defendia: a vida é luta; a competição do homem com a natureza é uma atividade incessante e impiedosa; os direitos naturais são uma cretinice, e a dinâmica da sociedade é um complexo jogo de soma zero, onde sempre haverá ganhos para uns e perdas para outros. Essa é a lógica da evolução das sociedades, e qualquer intervenção artificial nesse processo leva inevitavelmente ao desastre.

Essa visão da vida humana é o grande motivo de Sumner ter sido considerado um darwinista social por historiadores como Richard Hofstadter e Peter Gay,²⁰⁸ apesar de evidências, descobertas mais recentemente, de que ele rejeitou a aplicação da evolução darwiniana às questões sociais já mais perto do fim da vida²⁰⁹. Seja como for, o tema da luta da sobrevivência e o uso da expressão spenceriana, “a sobrevivência do mais adaptado” — ainda que não no sentido biológico do darwinismo — foram recorrentes em suas obras e ajudaram a influenciar o público americano de seu tempo. Ao mesmo tempo, Sumner fez uso de alguns argumentos e imagens tipicamente conservadores, como se pode ver em um de seus ensaios mais famosos, *Sobre o caso de um certo homem em quem nunca se pensa*, de 1883:

O tipo e a fórmula da maior parte dos esquemas filantrópicos ou humanitários é este: A e B juntam suas mentes para decidir o que C deve fazer por D. O vício radical de todos esses esquemas, de um ponto de vista sociológico, é o fato de que C não tem voz na questão, e de que sua posição, caráter e interesses, assim como os efeitos últimos na sociedade através dos interesses de C, são inteiramente desconsiderados. Eu chamo C de Homem Esquecido. [...]

Os amigos da humanidade começam com certos sentimentos benevolentes em relação aos "pobres", aos "fracos", aos "trabalhadores" e a outros que transformam em bichinhos de estimação. Eles generalizam essas classes, as tornam impessoais e as transformam em bichinhos de estimação sociais. Eles se voltam para as outras classes e apelam à simpatia, à generosidade e a todos os outros nobres sentimentos do coração humano. A ação proposta consiste numa transferência de capital dos que estão em melhor posição para aqueles que estão numa pior. O capital, porém, como nós vimos, é a força pela qual a civilização é mantida e continuada. A mesma porção de capital não pode ser usada de duas formas. Toda parte do capital, portanto, que é dada a um indolente e ineficiente membro da sociedade, que não dá retorno algum, é desviada de um uso reprodutivo; mas se fosse colocada num uso reprodutivo, teria se convertido em salários mais altos para um eficiente e produtivo trabalhador. Assim, a real vítima desse tipo de benevolência, que consiste de um gasto de capital para proteger os ineptos, é o trabalhador industrial. (...) Há um preconceito quase invencível de que um homem que dá um dólar para um mendigo é generoso e sensível, mas um homem que recusa o dólar ao mendigo e o coloca num banco é avaro e malévolo. O primeiro está colocando capital onde certamente ele será desperdiçado e onde será uma espécie de semente de uma longa sucessão de

²⁰⁸ Gay fala brevemente de Sumner no seu monumental *O cultivo do ódio* (São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 65-68. Já Hofstadter dedica a ele um capítulo inteiro do seu *Social darwinism in American thought* (Beacon Press, 1992.).

²⁰⁹ Sumner parece ter reconsiderado suas posições a respeito em um ensaio não publicado de 1909. Cf. CURTIS, Bruce. William Graham Sumner “On the Concentration of Wealth.” *Journal of American History*. V. 55, no. 4, March 1969, p. 823-832.

dólares futuros, que devem ser desperdiçados para atrair um maior número de simpatias do que ocorreria por uma recusa em primeiro lugar. Uma vez que o dólar poderia ter se transformado em capital e dado a um trabalhador que, ao consegui-lo, o reproduziria, ele precisa ser considerado como tendo sido tirado deste último. Quando um milionário dá um dólar a um mendigo, o ganho de utilidade do mendigo é imenso e a perda de utilidade do milionário é insignificante. Geralmente a discussão para neste ponto. Mas se o milionário transforma o dólar em capital, ele chegará ao mercado de trabalho como uma demanda por serviços produtivos. Portanto, aqui há outra parte interessada — a pessoa que fornece serviços produtivos. Há sempre duas partes. A segunda é sempre o Homem Esquecido, e quem quer que queira entender verdadeiramente a presente questão precisa procurá-lo. Será visto que ele é valoroso, industrioso, independente e autossustentável. Ele não é, tecnicamente, "pobre" ou "fraco"; ele se dedica apenas aos próprios negócios e não faz queixas. Consequentemente, ele é sempre esquecido pelos filantropos, que pisam nele. Para nosso presente propósito, é importante notar que se nós erguermos qualquer homem, nós precisamos ter um sustentáculo ou ponto de reação. Numa sociedade, isso significa que para erguer um homem nós empurramos outro para baixo. Os planos para melhorar as condições das classes trabalhadoras interferem na competição dos trabalhadores uns com os outros. Os beneficiários são selecionados através do favoritismo e são aptos a ser aqueles que recomendaram a si mesmos aos amigos da humanidade por uma linguagem ou conduta que não exprime independência e energia. Aqueles que sofrem uma correspondente depressão pela interferência são os independentes e autoconfiantes, que mais uma vez são esquecidos ou desconsiderados; e os amigos da humanidade mais uma vez surgem, em seus esforços para ajudar alguém, para pisar naqueles que tentam ajudar a si próprios.

[...]

A sociedade, contudo, mantém a polícia, xerifes e várias instituições cujo objetivo é proteger as pessoas de si mesmas — isto é, de seus próprios vícios. Quase todo esforço legislativo para evitar os vícios na verdade os protege, porque todas essas legislações salvam o homem vicioso da penalidade de seu vício. Os remédios da natureza contra os vícios são terríveis. Ela remove as vítimas sem piedade. Um bêbado na sarjeta está exatamente onde deveria, de acordo com a tendência e a justeza das coisas. A natureza o colocou num processo de declínio e dissolução pelo qual ela remove as coisas que exauriram suas utilidades. O jogo e outros vícios menos mencionáveis possuem suas próprias penalidades com eles.

Mas nós nunca podemos destruir uma penalidade. Nós podemos somente desviá-la da cabeça do homem que incorreu nela para as cabeças dos outros que não incorreram nela. Uma grande quantidade de "reformas sociais" consiste justamente dessa operação. A consequência é que aqueles que se desvirtuaram, sendo livrados da rígida disciplina da natureza, pioram, e que há um fardo constantemente mais pesado para que os outros sustentem. Quem são os outros? Quando vemos um bêbado na sarjeta, nós nos apiedamos dele. Se um policial o auxiliar, nós dizemos que a sociedade interferiu para salvá-lo do perecimento. "Sociedade" é uma bela palavra e ela nos poupa do problema de pensar. O industrioso e sóbrio trabalhador, o qual tem uma porcentagem de seu salário diário multada para pagar o policial, é quem sustenta a penalidade. Mas ele é o Homem Esquecido. Ele está lá, mas nunca é notado, porque ele se comportou apropriadamente, honrou seus contratos e não pediu por nada mais.²¹⁰

²¹⁰ Valemo-nos da versão em português de Erick Vasconcelos, disponível em <http://www.libertarianismo.org/index.php/academia/15-artigos/353-sobre-o-caso-de-um-certo-homem-em-quem-nunca-se-pensa>. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

Note-se aqui a denúncia dos males e da injustiça embutidos em ações aparentemente nobres; o elogio às virtudes do trabalho disciplinado e correto do “homem comum” — aquele que consegue se sustentar sem ajuda alheia; a moralidade inerente às consequências da miséria e do vício, que “limpam” a sociedade dos ineptos e indesejáveis pela própria força de suas características e, portanto, o caráter pernicioso de qualquer intervenção oficial no curso “natural” das coisas — no que bem se poderia traduzir como “as oscilações do mercado”. Como o próprio Sumner disse, se não gostamos da “sobrevivência do mais adaptado”, isto é, do mais capaz, a única alternativa é a “sobrevivência dos menos adaptados”²¹¹ — uma síntese e da sua concepção de uma soma zero subjacente a todas as sociedades num mundo de escassez. Daí viria a necessidade do *laissez-faire* econômico, pois somente ele permite a permanência dos melhores sistemas e indivíduos, levando a sociedade, através de uma depuração perpétua, a um processo contínuo de progresso. Assim, sempre haverá desigualdades e elites, bem como triunfadores e derrotados, mas isso é antes uma constante universal do que um defeito social passível de cura.²¹²

Uma última observação sobre Sumner, no entanto, e sobre outros pensadores da mesma linha: *laissez-faire* é uma via que vale para todos. Embora seja tentador reconhecer nesse tipo de teoria um mero pretexto para justificar privilégios existentes, e seja muito fácil demonstrar que, em muitos casos, era exatamente esse o seu efeito prático, Sumner *não* era um mero apologista servil dos magnatas. Uma de suas grandes batalhas era contra as tarifas protecionistas que os grandes industriais americanos de seu tempo tanto apreciavam; para ele, isso era um grande exemplo de ação estatal indevida, pois criava distorções na economia e prejudicava o grande público. A rigor, a adoção oficial da visão sumneriana teria privado a grande indústria americana de vários dos estímulos e facilidades que ela obteve no período após a Guerra Civil, como as gigantescas cessões de terras às companhias ferroviárias ou a generosidade na concessão de créditos e empréstimos. Como diz Peter Gay, para Sumner, os Homens e Mulheres Esquecidos são “infinitamente superiores em caráter e mais úteis do que o plutocrata, aquela moderna excrescência marcada por uma estreita ligação com o dinheiro e com a busca de detestáveis acordos políticos”. Da mesma forma, Sumner criticou

²¹¹ No original, *the survival of the unfittest*. A expressão aparece em *The predicament of sociological study*: http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=1656&chapter=143516&layout=html&Itemid=27. [Acesso em 10 de janeiro de 2012.]

²¹² Note-se que a aceitação disso não necessariamente exclui o valor de algum tipo de assistência (privada) aos mais necessitados. Sumner, como alguém no mínimo afinizado com o darwinismo social, tem aí uma postura mais inclemente do que outros conservadores, mais preocupados com a preservação de um espírito comunitário e atentos aos malefícios da miséria, como os já citados Calhoun e Fitzhugh.

veementemente o imperialismo norte-americano na Guerra Hispano-Americana de 1898, quando o triunfo militar ainda inflamava os instintos patrióticos de grande parte de seus conterrâneos. “Meu patriotismo é do tipo que fica ultrajado pela noção de que os Estados Unidos não eram uma grande nação até que, numa mesquinha campanha de três meses, despedaçou um Estado pobre, decrépito, falido e velho como a Espanha”, disse ele, para quem o desejo de conquista era “ao mesmo não civilizado e idiota”.²¹³ Mesmo o entusiasmo cientificista pela luta pela sobrevivência tinha limites, afinal.

Sumner, como outros individualistas que surgem nessa era e depois, não tinha o amor às tradições de um Burke ou um Calhoun, nem reverência especial pelo passado. Seu cientificismo ia de encontro à reverência religiosa mais facilmente encontrada entre os conservadores. A natureza impiedosa e o mercado tomavam os lugares da Providência divina e da prescrição, pondo-o num campo à parte de seus antecessores. Mas não há dúvida de que ele procurava defender, ainda que com ressalvas, boa parte do *status quo* dos EUA do seu tempo, denunciando os projetos de mudança que animavam um crescente número de reformistas e radicais da época. Nesse sentido, ele se encaixa na definição *situacional* do conservadorismo de Huntington: a luta para defender aquilo que existe diante de uma contestação ao que se considera serem os próprios fundamentos da ordem em vigor — ainda que, no caso da Era Dourada, se possa dizer que fosse uma ordem bastante recente nalguns aspectos.

Ainda assim, como vimos no capítulo anterior, essa definição situacional do conservadorismo pode dar margem a situações estranhas. Os mesmos princípios que num determinado contexto servem para defender e preservar, em outro podem significar uma inflamada dissidência. No caso em questão, se a defesa da propriedade privada, da liberdade individual e de um capitalismo livre e competitivo serviam em Sumner como defesa contra inovações indesejáveis (fosse a redistribuição de riqueza pelo Estado ou a ascensão de ideologias igualitárias), caracterizando-o como um conservador na acepção huntingtoniana, para Albert Jay Nock eles foram o trampolim para uma forma particular de anarquismo aristocrático.

Nascido na Pensilvânia, filho de um metalúrgico que também era pastor episcopal, Nock (1870-1945) “foi para os anos 1930 o que [Herbert Louis] Mencken foi para os 1920. Um humorista cáustico, um iconoclasta, e um elitista que desprezava a democracia”,²¹⁴ Nock entraria para o panteão libertário/conservador como um dos “precursores” desses movimentos

²¹³ Op. cit., p. 67.

²¹⁴ ALLITT, op. cit., p. 148.

a partir sobretudo de seus ensaios e livros escritos sob o New Deal, dos quais alguns títulos falam por si: *Our enemy, the state*²¹⁵ (1935), *The disadvantages of being educated*²¹⁶ (1937), *Memoirs of a superfluous man*²¹⁷ (1943). Ex-editor da revista semanal *The Freeman*, que durou de 1920 a 1924, Nock teve contato com nomes importantes da cultura americana da época, como Lewis Mumford, Bertrand Russell, Thorstein Veblen, Charles Beard, e chegou a trabalhar mais tarde com H. L. Mencken no *American Mercury*. Detentor de um estilo peculiar de escrita, Nock possuía também uma enorme erudição que ele não tinha qualquer pudor de exhibir: suas memórias de 1943 são repletas de citações e trocadilhos não traduzidos de clássicos greco-romanos e até do francês medieval. Mas, como com Sumner, o conhecimento não serviu para lhe despertar grande apreço pela massa da humanidade; antes pelo contrário.

O momento crucial na educação política de Nock veio, escreveu ele, quando leu um artigo no *American Mercury* assinado pelo arquiteto Ralph Adams Cram, “Por que não nos comportamos como seres humanos”, que salvou Nock de uma tendência crescente a odiar todo o mundo. O artigo lhe mostrou que a maioria das “criaturas possuidoras dos atributos físicos do *Homo sapiens*” não são realmente pessoas: “Eles são meramente a matéria-prima subumana da qual o ser humano ocasional é feito.” “Desde então,” continua ele, “eu me achei incapaz fosse de odiar, fosse de perder a paciência com qualquer pessoa.” Afinal, “uma pessoa tem um grande afeto por seus cães mesmo quando os vê se deleitando com gostos e cheiros indizivelmente odiosos.” Mas isso não faz com que se odeie os cães ou se tente mudá-los — essa é apenas a maneira como as coisas são. O mesmo se dava com as massas em volta dele.²¹⁸

Nock é mais lembrado por dois motivos: a sua pregação antiestatista, de inspiração jeffersoniana, que com o tempo chegou quase a um anarquismo de direita; e o seu conceito dos “Remanescentes”. Ambos serviriam de inspiração para os futuros líderes intelectuais do conservadorismo, tanto por oferecer um alvo contra o qual lutar — o Estado cada vez mais poderoso — e um significado para o *status* minoritário dos próprios conservadores.

No que diz respeito ao primeiro item, Nock repete a noção de um jogo de soma zero, só que aplicado ao poder na sociedade. Em *Our enemy, the State*, ele explica que “assim como o Estado não tem dinheiro próprio, da mesma forma ele não tem poder próprio. Todo o poder que tem é o que a sociedade lhe dá, mais o que ele confisca de tempos em tempos sob um pretexto ou outro”. Consequentemente, todo aumento no poder do Estado implica uma perda

²¹⁵ Disponível em: <http://mises.org/resources/4685>. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

²¹⁶ Disponível em: http://www.cooperativeindividualism.org/nock-albert-jay_on-education.html. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

²¹⁷ Disponível em: <http://mises.org/resources/2998/Memoirs-of-a-Superfluous-Man>. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

²¹⁸ ALLITT, op.cit., p. 149. As citações são de *Memoirs of a superfluous man*.

de poder para a sociedade; Nock não admite que o primeiro possa ser um instrumento ou porta-voz legítimo e funcional desta (nisso concordando com o anarquismo, embora nem de longe esposasse o igualitarismo deste).²¹⁹ O Estado não apenas é o rival da sociedade na distribuição do poder, mas é também menos eficaz no seu uso, muitas vezes se valendo de catástrofes ou crises para aumentar o seu quinhão de autoridade. Era o caso, diz Nock, do governo de Franklin Roosevelt, que havia anunciado “publicamente a doutrina, novíssima em nossa história, de que o Estado deve a seus cidadãos o sustento deles”. Isso não mais seria do que “o velho truque de tornar cada contingência um recurso para o acúmulo de força no governo”, para usar as palavras de James Madison. Uma das primeiras consequências negativas disso pode ser ilustrada pela mudança na postura dos cidadãos comuns:

Podemos fazer uma ideia básica desta atrofia geral pela nossa própria disposição quando somos abordados por um mendigo. Dois anos atrás [ele escreve em 1935], nós poderíamos ter sido tocados a lhe dar alguma coisa; hoje somos tocados a mandá-lo para a agência de auxílio estatal. O Estado disse à sociedade, “Você não está exercendo poder o bastante para resolver a emergência, ou o está exercitando de uma forma que eu julgo incompetente, então eu vou confiscar o seu poder, e usá-lo da maneira que me convier”. Daí que, quando um mendigo nos pede uma moeda de 25 centavos, o nosso instinto é dizer que o Estado já confiscou a nossa moeda em benefício dele, e que ele deve procurar o Estado para tratar do assunto.²²⁰

Cada avanço do Estado, à medida que ele assume novas funções como o combate à pobreza, a comercialização de produtos e o provimento de serviços, tende a durar, tornando-se natural aos olhos das novas gerações, num processo contínuo de atrofia da iniciativa social em prol da estatal. Assim, os poderes assumidos não são como um “empréstimo” feito à sociedade para resolver uma crise; são realmente confiscos. “E por que eles são tolerados?”, poderia perguntar o hipotético “estudante da civilização” a que Nock várias vezes alude. A resposta é simples: porque o regime político dos EUA tem na verdade uma natureza “imperial, como os nossos políticos profissionais ocupando o lugar dos guardas pretorianos”, decidindo o que se pode fazer, e por quem e como; mais tarde, o eleitorado apenas vota de acordo com as recomendações deles, ratificando suas decisões. As supostas diferenças entre os partidos pouco importam, pois, além do fato de suas designações não refletirem princípios de verdade, eles se baseiam na falácia de que os interesses do Estado e os da sociedade são

²¹⁹ Nock distinguia entre “governo”, uma forma de organização política responsável apenas pela manutenção da paz e o respeito aos direitos de cada um, e o “Estado”, sempre predatório e explorador. Essa distinção é discutida no capítulo 2 de *Our enemy, the State*.

²²⁰ NOCK, Albert Jay. *Our enemy, the State*. San Francisco: Fox and Wilkes, 1994. In: SCHNEIDER, Gregory L. (ed.). *Conservatism in America since 1930: a reader*. New York and London: New York University Press, 2003, p. 30.

idênticos. Como se não bastasse, o Estado nos anos 30 havia conseguido, através da doutrina de prover as necessidades dos eleitores, fazer da pobreza e da mendicância uma vantagem política — praticamente subornando os eleitores mais necessitados a apoiá-lo quando necessário. Em suma, tanto por um lado como por outro, a democracia americana aos olhos de Nock parece muito mais uma espécie de ritualismo vazio do que um sistema político realmente representativo, ou, pior ainda, um que representava até bem demais a condescendência e a falta de sensatez dos cidadãos.

Mas, se os políticos endossavam o gigantismo do Estado e a anemização do poder e iniciativa da sociedade, ao passo que o povo não tinha a vontade ou a percepção para reagir a essa situação, o que fazer? Nock, diferente de Sumner, não tinha um programa. Denunciava o que via, mas não indicava como criar uma ordem mais saudável nem afirmava ter a autoridade de uma concepção científica incontestável a seu favor. Na verdade, era um grande pessimista no que concernia às massas: chegava mesmo a atacar a sua alfabetização em larga escala, alegando que isso levava à degradação da qualidade do mercado editorial.²²¹ Também se opunha ao sistema educacional vigente nos EUA, que, segundo ele, confundia educação com treino e fora entregue a uma legião de experimentadores preocupados com questões e disciplinas técnicas em detrimento do conteúdo humanístico.

Por isso mesmo, inspirou-se no exemplo do profeta bíblico Isaías e apresentou a sua ideia dos Remanescentes — os poucos escolhidos que são capazes de receber e entender a Revelação divina. Eles seriam aqueles que eram ainda “obscuros, desorganizados, inarticulados”, mas que, com o devido encorajamento, quando a destruição chegasse, voltariam e reconstruiriam uma nova sociedade.

...O que queremos dizer por massas, e pelos Remanescentes?

Da forma como a palavra massas é comumente usada, ela sugere aglomerações de gente pobre e desprivilegiada, gente que trabalha, proletários, e não é nada disso o que ela realmente significa; ela significa simplesmente a maioria. O homem-massa é aquele que não tem nem a força de intelecto para apreender os princípios que surgem no que conhecemos como a vida humana, nem a força de caráter para aderir firme e estritamente a esses princípios como leis de conduta; e porque tais pessoas formam a grande e esmagadora maioria da humanidade, são chamadas coletivamente de massas. A linha de diferenciação entre as massas e os Remanescentes é estabelecida invariavelmente pela qualidade, não pela circunstância. Os Remanescentes são aqueles que por força de intelecto são capazes de apreender esses princípios, e por força de caráter são capazes, ao menos de forma perceptível, de permanecer fiéis a eles. As massas são os incapazes de fazer ambas as coisas.²²²

²²¹ NOCK, Albert Jay. *The dangers of literacy: millions of readers create a market for mediocrity* (1934). Disponível em: <http://www.lewrockwell.com/nock/nock16.1.html>. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

²²² NOCK, Albert Jay. *Isaiah's job* (1936). Disponível em: <http://mises.org/daily/2892>. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

Os Remanescentes eram o alvo de Nock. Ele não sabia quem eles eram exatamente, ou onde estavam, só que eles existiam — as únicas pessoas argutas e dispostas o suficiente para captar sua mensagem e dar a ela um sentido. Portanto, era para eles que escrevia, muito pouco preocupado com a massa geral e amorfa à qual outros autores e todos os políticos tinham que apelar usando o “mais baixo denominador comum em intelecto, gosto e caráter”. E de uma coisa ele também tinha certeza: os Remanescentes sempre encontram o seu profeta, cedo ou tarde.

O problema era *quando*. Tal como com tantos outros dissidentes em todas as épocas, o *timing* de Nock estava um pouco adiantado demais. Desgostoso com o crescente coletivismo da era — “O comunismo, o New Deal, o fascismo, o nazismo são meramente marcas para o estatismo coletivista, como as marcas das pastas de dente, que são exatamente iguais, exceto pelo sabor”²²³ — Nock se tornou um contestador cada vez mais isolado, a proverbial voz que clama no deserto das massas seduzidas pelo Estado de bem-estar social, primeiro, e pela guerra mundial, logo depois. A política, tão desprezada por ele, não era uma opção para Nock, que também não fundou nenhum movimento próprio. Confiante na sua teoria dos Remanescentes, ele fechou-se em seu próprio mundo de erudição e refinamento intelectual, avesso a maior contato com o populacho ignorante que lhe repugnava. Achava-se “supérfluo” em um mundo que não tinha mais espaço para os seus princípios, e

vivia afastado de seus melhores amigos, oferecendo civilidade e, para uns poucos editores, ensaios que os impressionavam com estilo. Ele acreditava que o seu papel era o de um Matthew Arnold, estipulando a verdadeira cultura como algo básico para tempos bons ou ruins.²²⁴

Desiludido, Nock recolheu-se, fazendo de suas memórias o seu canto de cisne político-literário. Mas justamente essa obra, uma autobiografia que ignora partes importantes da vida do autor e ficcionaliza outras,²²⁵ acabaria dando a Nock os Remanescentes que ele tanto procurava. *Memoirs of a superfluous man* encantou alguns jovens leitores que levariam a sua crítica do Estado e das massas, do coletivismo das ideologias em voga, bem como a preocupação com a liberdade individual e a boa cultura, à arena pública. Um deles conheceu o

²²³ NOCK, Albert Jay. *Memoirs of a superfluous man* apud GOLDBERG, Jonah. Mortal remains: the wisdom and folly in Albert Jay Nock’s anti-statism. *National Review*. May 4, 2009. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/nrd/article/?q=NTRjNzA4NDZmNTc3OTk1ZmNmNmM4ZDEwMzEwNjBkYjg=>. [Acesso em 12 de janeiro de 2012.]

²²⁴ FILLER, Louis. *Dictionary of American conservatism*. New York: Philosophical Library, 1987, p. 232.

²²⁵ Sobre o grau de fantasia presente no livro, cf. WILLS, Garry. *Confessions of a conservative*. Garden City, New York: Doubleday & Co., 1979.

pensamento nockiano encorajado pelo pai, que era amigo pessoal do escritor. William F. Buckley Jr. daria sua contribuição para realizar o sonho dos Remanescentes de Nock em uma era que lhe parecia rumar cada vez mais para a supremacia de um Estado hipertrofiado e de uma democracia degradada. Assim, quando Nock fechou os olhos pela última vez em 1945, dez dias depois da bomba que arrasou Nagasaki e completou o primeiro ato da Era Nuclear, um novo conservadorismo já começava a nascer nos Estados Unidos.

3 – WILLIAM F. BUCKLEY, *NATIONAL REVIEW* E O NASCIMENTO DO CONSERVADORISMO AMERICANO

O idealismo é ótimo, mas quando se aproxima da realidade, os custos se tornam proibitivos.
William F. Buckley Jr.²²⁶

A luta de Albert Jay Nock contra o avanço do Estado e a conseqüente deterioração da sociedade teria continuadores, mas, para ter efeito, não podia se dar a partir das invectivas de um recluso. Muito pelo contrário, numa era de intensa mobilização popular, o apoio de uma base numerosa seria essencial. Nock, no entanto, vivia isolado demais e era, com toda a sua erudição e refinamento, elitista demais para desempenhar uma liderança nesse sentido. Ademais, a ordem “coletivista” que se estabeleceu nos EUA, sobretudo a partir dos anos 30, era a herdeira de tendências e movimentos em ação desde muito tempo antes nos quatro cantos do planeta. Para entender como foi possível articular um contramovimento que fosse além dos círculos restritos de uma elite intelectualizada ou de grupos de interesse muito específicos — como magnatas ávidos por *laissez-faire* — é necessário entender a lógica da ordem que se tornou prevalecente.²²⁷ Assim, antes de analisarmos o que foi o novo movimento conservador que despontou no pós-guerra, convidamos o leitor a uma pausa na nossa exposição de pensadores e ideias dessa área do espectro político; ao invés, dediquemos algum espaço ao outro lado, que, como na Europa de antanho, foi chamado mais uma vez de...

²²⁶ Apud GREEN, Jonathon. *The cynic's lexicon: a dictionary of amoral advice*. Routledge & Kegan Paul, 1984, p. 34.

²²⁷ Temos plena consciência de que, pela definição situacional de Huntington que tem nos guiado até aqui, bem se pode argumentar que, se uma determinada ordem se tornou predominante, o título de “conservadores” deveria ir para seus apologistas e não para os opositores. Entretanto, como daqui por diante estamos falando de conservadorismo como um rótulo identitário usado deliberadamente pelos seus adeptos, e não como uma categoria atribuída *a posteriori* por estudiosos, vamos respeitar esse uso tanto quanto possível.

3.1 O (NOVO) LIBERALISMO

No dia 6 de janeiro de 1941, já no seu terceiro mandato consecutivo, o presidente Franklin Roosevelt proferiu a sua Mensagem Anual ao Congresso sobre o Estado da União. Após comentar a tensa situação internacional e alertar os congressistas de que a segurança da América também estava em perigo — com a França ocupada por Hitler e a Inglaterra lutando desesperadamente para não ter o mesmo destino —, Roosevelt enuncia o que considerava serem as bases de uma democracia forte e saudável: igualdade de oportunidade para todos, especialmente os jovens; empregos para os que podiam trabalhar; segurança; o fim dos privilégios dados a alguns poucos; a preservação das liberdades civis e, por fim, o usufruto dos benefícios dos avanços da ciência em um padrão de vida cada vez mais elevado. Até aí, nada de surpreendente. Mas, logo em seguida, ele acrescenta:

Devemos incluir mais cidadãos sob a cobertura de pensões para a velhice e do seguro-desemprego.

Devemos alargar as oportunidades para um tratamento médico adequado.

Devemos oferecer um sistema melhor pelo qual as pessoas que mereçam ou precisem de um emprego lucrativo possam obtê-lo.

Eu pedi um sacrifício pessoal. Estou certo da disposição de quase todos os americanos para responder a esse pedido.

Uma parte do sacrifício significa o pagamento de mais dinheiro em impostos. Em minha Mensagem do Orçamento eu recomendarei que uma parte deste grande programa de defesa, maior do que a atual, seja paga com impostos. (...)

Se o Congresso mantiver estes princípios, os eleitores, pondo o patriotismo acima dos bolsos, lhe darão o seu aplauso.

E ele complementa, deixando claro que não se tratava de meras medidas de exceção:

Nos dias futuros, que buscamos tornar seguros, olhamos esperançosos para um mundo fundado em quatro liberdades humanas essenciais:

A primeira é a liberdade de palavra e de expressão — em todas as partes do mundo.

A segunda é a liberdade de cada pessoa de adorar a Deus à sua própria maneira — em todas as partes do mundo.

A terceira é a liberdade em relação à necessidade — a qual, traduzida em termos mundanos, quer dizer entendimentos econômicos que garantirão a toda nação uma vida saudável e pacífica — em todas as partes do mundo.

A quarta é a liberdade em relação ao medo — a qual, traduzida em termos mundanos, significa uma redução mundial dos armamentos ao ponto de e de maneira a que nenhuma nação esteja em posição de cometer um ato de agressão física contra o seu vizinho — em todas as partes do mundo.

Essa não é a visão de um milênio distante. É uma base definida para um tipo de mundo alcançável em nossa própria época e geração.²²⁸

O discurso dá uma amostra, dentre muitas outras possíveis, do “credo” do governo de Roosevelt. Das quatro liberdades mencionadas, as duas primeiras eram consagradas na

²²⁸ Traduzido a partir de <http://www.fdrlibrary.marist.edu/pdfs/fftext.pdf>. [Acesso em: 28 de janeiro de 2012.]

Constituição e a quarta, ainda que pudesse ser considerada utópica por alguns, refletia ideais iluministas perfeitamente reconhecíveis por um contemporâneo de Thomas Jefferson.²²⁹ A terceira, todavia, tinha implicações diversas, e representava um processo de reformulação do vocabulário político norte-americano fundamental para se entender a linguagem conservadora que ganharia o espaço público um pouco depois.

Roosevelt e seus apoiadores, os “new dealers”, consideravam-se *liberais*. Entretanto, nos EUA, o sentido dado a essa palavra em 1941 já era diferente daquele do século XIX, por exemplo. Como explica o sociólogo Paul Starr:

O final do século dezenove e o começo do vinte, particularmente os anos entre 1900 e a Primeira Guerra Mundial, viram a mudança no entendimento liberal do Estado, do trabalho e da igualdade tais como se traduziam em políticas públicas e na teoria política. Na Grã-Bretanha, um grupo de intelectuais e líderes políticos desenvolveram o que veio a ser conhecido como o “Novo Liberalismo”, enquanto os movimentos e tendências análogos nos Estados Unidos receberam o rótulo de “Progressismo”. Embora houvesse diferenças entre eles, os novos liberais e os progressistas refletiam as mesmas correntes intelectuais e advogavam muitas das mesmas políticas.²³⁰

Na Grã-Bretanha, o Novo Liberalismo aparece na década de 1880, com a deflagração de uma crise no Partido Liberal causada por uma dissidência. Após cerca de meio século atuando como força dominante na política britânica, o partido rachou depois que o líder e ex-primeiro-ministro William Gladstone endossou a autonomia da Irlanda. Em resposta, um terço dos parlamentares liberais passou para a oposição. Entre eles estava Joseph Chamberlain, ex-prefeito de Birmingham, um “imperialista ardente e defensor de uma participação maior do governo na política social”. Entre as medidas propostas por ele, estavam a indenização de trabalhadores por acidentes de trabalho e pensões para os idosos. Com a defecção de Chamberlain e outros “radicais” como ele, o Partido Conservador governou a Grã-Bretanha pela maior parte do período entre 1886 e 1906 e, em mais uma das ironias da história do conservadorismo, introduziu a indenização dos trabalhadores, o primeiro elemento no que viria a ser o Estado de bem-estar social britânico.²³¹ E o processo não se deu apenas na Inglaterra: a real pioneira fora ninguém menos que a Alemanha de Bismarck, que, a fim de tirar o apelo político dos socialistas e diminuir a tensão entre as classes, implantou uma série de programas de previdência ao longo da década de 1880, incluindo aposentadorias,

²²⁹ Um grande exemplo é a obra de Immanuel Kant de 1795 sobre a manutenção da paz internacional. Cf. KANT, Immanuel. *A paz perpétua: um projecto filosófico*. Trad. Artur Morão. Covilha: Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf. [Acesso em: 28 de janeiro de 2012.]

²³⁰ STARR, Paul. *Freedom's power: the true force of Liberalism*. New York: Basic Books, 2007, p. 99-100.

²³¹ Id.

bolsas de trabalho, seguros de saúde e desemprego. Assim, ao que parecia, a velha postura liberal de confiar às forças do mercado o enfrentamento de determinados problemas parecia estar saindo de moda entre os principais países industrializados. A Áustria dos Habsburgos logo seguiria o exemplo alemão; a França demoraria um pouco mais, porém tomaria o mesmo caminho a partir de 1911.²³² E, como bem demonstra Thomas Bender, até mesmo no distante Japão e na Argentina ideias parecidas ganhavam circulação entre intelectuais, burocratas e políticos. Na verdade, as propostas reformistas do período devem ser entendidas não como medidas de cima para baixo adotadas arbitrariamente por um punhado de governos, mas antes como um movimento internacional que procurava dar resposta aos problemas comuns trazidos pela moderna sociedade industrial. Como diz o próprio Bender, era possível ver que, no começo do século XX,

a “questão do trabalho”, as relações contenciosas e frequentemente violentas entre capital e trabalho, tinha evoluído para a “questão social” mais ampla, pautando a imprensa de Tóquio a Lima, de Buenos Aires a Glasgow, de Chicago à Cidade do México, de São Paulo a São Petersburgo, de Santiago, Chile, a Milão, de Nova York a Budapeste. Havia no mundo inteiro, como o historiador Alan Dawley observa, uma “reação contra as consequências indesejadas do mercado não regulado”. Os advogados de um novo liberalismo (ou do progressismo nos Estados Unidos) rejeitavam o socialismo e o comunismo, e aceitavam o capitalismo, mas tinham perdido a fé na capacidade do mercado de criar justiça social.²³³

Era um caso curioso ver esses mesmos advogados rejeitando o socialismo ao mesmo tempo que aceitavam não apenas a sua descrição das consequências maléficas da industrialização para as classes trabalhadoras, como também os compromissos éticos e humanitários decorrentes desse diagnóstico. Nas palavras do ministro do Comércio de Bismarck, escrevendo já em 1872, pouco depois da unificação alemã: “o poder do Estado tal como existe hoje parece ser o único meio de deter o movimento socialista no seu caminho de erro; para dirigi-lo em uma direção mais benéfica, é necessário reconhecer aquilo que é justificado nas demandas socialistas e que pode ser realizado” no quadro da ordem social em vigor.²³⁴ Se isso já era reconhecido no interior do governo conservador alemão no início dos anos 1870, tornou-se uma ideia poderosa nas décadas subseqüentes, circulando na forma de obras acadêmicas, intercâmbios informais, panfletos políticos e, não menos importante, relatórios e eventos oficiais sobre políticas públicas. Bender chega a comparar esse movimento de ideias e propostas à rede mundial de computadores de nossos dias, “um não-

²³² HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 150-1.

²³³ BENDER, Thomas. *A nation among nations: America's place in world history*. New York: Hill and Wang, 2006, p. 255.

²³⁴ *Ibid.*, p. 269.

lugar que dá acesso livre a informações localizadas em todas as partes do mundo”, configurando uma “internacional reformista” descentralizada e informal, mas nem por isso menos influente.

Na verdade, nenhuma metáfora ou analogia descreve melhor a circulação de informação na comunidade reformista internacional que o compartilhamento de [arquivos de música] na Internet hoje. Havia um vasto acervo de informação disponível mais ou menos à vontade. Cientistas sociais, filantropos, líderes trabalhistas e burocratas trocavam ativamente os arquivos disponíveis. Podia-se surfar nessa rede em busca de ideias ou modelos potencialmente úteis de políticas. Não havia um padrão fixo de compradores e vendedores, ou de “importadores” e “exportadores” de ideias e políticas. Mais ideias e políticas vieram da Alemanha que da Argentina ou dos Estados Unidos, mas os arquivos se moviam em todas as direções. Havia suficiente interesse europeu pela legislação social sul-americana entre 1910 e 1925 para levar muitos governos de lá (Chile, Argentina, Uruguai e Cuba) a publicar compilações de leis trabalhistas e sociais. Alguns países, dados seu tamanho, população e níveis de industrialização, atraíam mais navegadores do que se poderia esperar: os reformistas estavam ávidos por informação vinda da Dinamarca, Bélgica e Nova Zelândia. A Nova Zelândia, geralmente reconhecida como sendo a [nação] mais avançada no campo da política social, era de especial interesse para os americanos porque lá, também, o compromisso com o individualismo era alto. Entre as cidades, Glasgow era, talvez para nossa surpresa hoje em dia, o “santo graal” entre 1890 e 1920 para aqueles atraídos pela municipalização de serviços urbanos. É claro que nem todo arquivo se transformava numa política. Mas ideias e políticas nunca adotadas frequentemente davam início a importantes discussões. E o simples volume de atividade dava peso e força ao movimento. Cada reformador, cada cidade, cada nação sabia que eram parte de algo muito maior quando olhavam para a sua pilha de arquivos vindo do mundo inteiro.²³⁵

Mas essa percepção do conjunto, de pertencimento a “algo maior”, podia levar algum tempo para se estabelecer. *Zeitgeist*, às vezes, é algo mais fácil de perceber em retrospecto do que no calor dos acontecimentos. No caso da Inglaterra, onde o livre-comércio fora uma cruzada e a “escola de Manchester” municia os economistas com uma base teórica para o *laissez-faire*, os liberais tiveram de sofrer um prolongado exílio do governo para se adaptarem às demandas da época. Excetuando-se um pequeno período entre 1892 e 1894, eles caíram numa espécie de “limbo” político, atacados à direita pelos conservadores e à esquerda por líderes sindicais que viriam, na virada do século, a formar um partido próprio, o Trabalhista. Era a deixa para uma reformulação de programas e ideais, daí um “novo liberalismo”.

Os Novos Liberais [*sic*] procuravam reconciliar os princípios da liberdade e da responsabilidade individuais com um programa expandido de reforma social a fim de tratar dos problemas da pobreza, insegurança econômica, desigualdade e miséria urbana que afligiam a Grã-Bretanha na era industrial. Rejeitando uma concepção da sociedade como sendo composta de indivíduos isolados, eles

²³⁵ Ibid., p. 287-8.

enfaticavam a importância central da interdependência mútua e da prioridade moral do “bem comum”. Esta visão “orgânica” da sociedade, de acordo com Leonard Hobhouse, um dos principais Novos Liberais, não postulava uma harmonia natural de interesses (como na economia clássica), mas “apenas que há uma possível harmonia ética” alcançável “parcialmente pela disciplina, parcialmente pela melhoria das condições de vida”, e que “em tais conquistas reside o ideal social”.²³⁶

Nessa visão, a liberdade, o grande tema do liberalismo, não podia mais deixar de olhar para a igualdade numa era em que velhos modos de vida eram rapidamente substituídos pela moderna ordem industrial. A economia gerava problemas graves o bastante para exigir novos cuidados e posturas, entre as quais uma concepção mais ampla de liberdade. José Guilherme Merquior, comentando essa mudança, a ilustra com o exemplo do filósofo reformista Thomas Hill Green, que conseguiu justificar as reformas com base à luz dos valores básicos do liberalismo clássico, a começar pela própria noção de liberdade. Ora, até então esta era entendida no sentido de “liberdade de coerção”, e tinha como grande meta proteger o indivíduo em relação à possível tirania exercida pelo Estado ou outras instituições sociais — a ideia de *liberdade negativa*, ou “liberdade de” (ou “em relação a”). Mas,

[p]ara Green, [...] quando falamos em liberdade como algo de inestimável, pensamos num poder positivo de fazer coisas meritórias ou delas usufruir. Portanto, a liberdade é um conceito positivo e substantivo, e não um conceito formal e negativo. Nesse sentido, [...] Green caminhava de uma preocupação com *liberdade de* para uma estima novamente despertada de *liberdade para*.

Que dizer quanto a suas opiniões a respeito do Estado? O liberalismo clássico fizera recair o peso da justificação sobre a interferência estatal. Normalmente, o Estado devia deixar que a cidadania livremente tratasse de seus negócios. Sua interferência só legítima em benefício da segurança individual, como uma garantia da livre determinação pela sociedade da felicidade para o maior número. Green não era tão minimalista. A função do Estado, ensinou, devia consistir na “remoção de obstáculos” ao autodesenvolvimento humano. [...] O Estado nunca se podia pôr no lugar do esforço humano para a *Bildung*, ou cultura pessoal, mas podia e devia “promover condições favoráveis à vida moral”.

Green acreditava que, em sua forma clássica, o liberalismo estava se tornando “obstrutivo”, na medida em que sua receita política minimalista tornava-se crescentemente obsoleta devido à penetração cada vez maior do direito na sociedade no mesmo passo em que a sociedade progredia. A seus olhos, os temores [...] quanto a tal tendência erravam o alvo, que consistia na *qualidade* da interferência estatal, e não no fato de que esta se verificava. Green pensou que é boa coisa a “remoção de obstáculos” mediante reformas esclarecidas que possibilitassem a maior número de indivíduos gozar de mais altas liberdades. Deve-se estar preparado para violar a letra do velho liberalismo para ser fiel ao seu espírito — o amparo à liberdade individual. Isso exigia fortalecer o acesso à oportunidade.²³⁷

²³⁶ STARR, op. cit., p. 100.

²³⁷ MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 153-4.

Ou seja, nessa nova interpretação, não eram os fins liberais que estavam mudando, mas apenas os *meios* para alcançá-los. Tratava-se, pois, do que Merquior chamou de um “reverdecimento” do pensamento e, por extensão, da política liberal. Mas não se tratava, convém lembrar, de um exercício acadêmico, mas uma tentativa de resposta a problemas prementes. Para se ter uma ideia da gravidade da situação britânica nos últimos anos da Era Vitoriana, basta lembrar que durante a Guerra dos Bôeres (1899-1902) a precariedade das condições físicas de muitos recrutas era tal que chegou a causar discussão pública e “parecia confirmar descobertas sociológicas anteriores de que aproximadamente um terço da população britânica era pobre demais para manter a nutrição e a saúde adequadas”. Diante de tais condições, insistir na sabedoria da “mão invisível” parecia pedir demais; e assim os novos liberais procuraram justificar uma forma de regulamentação e intervenção direta do Estado na economia — o que os socialistas também propunham — mas *sem abrir mão* das consagradas referências liberais à liberdade e responsabilidade individuais. “Eles não negavam que a propriedade tem seus direitos, mas insistiam que ela também tem suas obrigações.” Para usar a expressão do grande liberal inglês John Stuart Mill, todos os direitos estão limitados pelo princípio do prejuízo: assim como um indivíduo não tem o direito de usar da força ou da fraude para ferir os outros, um industrial não tem o direito de manter condições de trabalho degradantes ou de usar o trabalho infantil em sua fábrica. “Não podemos dizer que impor doze horas de trabalho diário a uma criança é infligir um mal maior do que o roubo de uma bolsa, pelo qual, há um século, um homem podia ser enforcado?”, pergunta Hobhouse. Desta forma, a preservação e promoção do “bem comum” justificavam não somente a limitação ao trabalho infantil, mas também medidas de cunho redistributivo, como uma maior taxaço dos ricos e um maior gasto público na expansão do acesso de crianças e trabalhadores à educação, por exemplo. Isso não era uma argumentação puramente moral, mas também de ordem mais técnica: novos liberais como o economista J. A. Hobson defendiam que uma sociedade mais igualitária seria naturalmente mais produtiva e próspera, uma vez que amenizaria o desperdício de recursos gerado pelas crises recorrentes do capitalismo. A ideia central não era simplesmente ajudar aqueles que eram incapazes de trabalhar, mas também impedir que os trabalhadores caíssem no pântano da pobreza. No fim, nada mais se tratava do que criar os meios para que as velhas causas liberais do combate a privilégios e da igualdade de oportunidades fossem concretizadas.²³⁸

²³⁸ Ibid., p. 101-2..

Foi com tais ideias em mente que os liberais britânicos voltaram triunfalmente ao poder em 1906 e deram início a uma série de reformas. Em 1907, introduziram pensões por idade e, no ano seguinte, puseram dois de seus líderes mais progressistas, David Lloyd George e Winston Churchill, em postos-chave da economia. Em 1909, o “orçamento do povo” de Lloyd George aumentou os impostos sobre grandes rendas e heranças. Em 1911, criaram um seguro nacional para a saúde e outro para o desemprego (pagos por patrões e empregados), bem como agências para ajudar os desempregados a encontrar uma ocupação. “A principal inovação intelectual aqui era a concepção da pobreza como resultado não de falhas individuais, mas da exposição a ‘riscos’, tais como doenças, cujo impacto econômico podia ser mitigado pelo ‘seguro’”, que, por sua vez, ao ser parcialmente financiado pelo próprio beneficiário, era coerente com o princípio da responsabilidade individual e evitava qualquer conotação embaraçosa de “caridade”.²³⁹

Naturalmente, tais medidas não foram aprovadas apenas por seu mérito intrínseco, qualquer que seja ele. Em uma democracia, reformas desse quilate só podem ser levadas adiante em um contexto político favorável. No caso britânico, as sucessivas vitórias eleitorais do Partido Liberal lhe deram a força para promover uma alteração constitucional que tirou da Câmara dos Lordes o poder de obstruir leis através de “veto suspensivo”. Noutras palavras, se a Câmara dos Comuns, onde os liberais tinham vantagem naquele momento, quisesse aprovar uma lei, os Lordes não poderiam deixá-la em suspenso até que fosse esquecida. A medida teve o apoio do próprio monarca George VI, que ameaçou criar 250 novas vagas na Câmara dos Lordes e preenchê-las com liberais. Ameaçados com a perda permanente de sua hegemonia na câmara alta, os conservadores recuaram.²⁴⁰

Já nos EUA, o ambiente político foi mais adverso e, sendo outro o contexto, o progressismo teve algumas ênfases diferentes. Para começar, a própria natureza do movimento era diferente de na Inglaterra: “Enquanto o Novo Liberalismo emergiu de um círculo relativamente pequeno de intelectuais e políticos, o Progressismo americano era um movimento mais difuso, refletindo correntes amplas no pensamento e na política da nação”.²⁴¹ Esse movimento combinava elementos os mais variados: desde o apelo religioso do “Evangelho Social”²⁴² e a defesa da moral pública contra vícios como o álcool, até lutas mais

²³⁹ Ibid., p. 102-3.

²⁴⁰ Ibid., p. 102. Cf. também <http://www.publications.parliament.uk/pa/ld199798/ldbrie/ldreform.htm>. O texto integral do *1911 Parliament Act* pode ser encontrado em <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo5/1-2/13/contents>. [Acesso em: 31 de janeiro de 2012.]

²⁴¹ STARR, op. cit., p. 103.

²⁴² O *Social Gospel* foi um movimento religioso de reforma social, muito atuante entre 1870 e 1920 e especialmente entre protestantes liberais, que procurava aplicar os princípios cristãos de caridade e justiça ao

propriamente políticas, como as do sufrágio feminino, as reivindicações trabalhistas ou a luta contra os trusts, para citar apenas três. Tamanha diversidade até hoje dá margem a questionamentos quanto a se o termo “progressismo” tem real utilidade, dada sua imprecisão. No entanto, apesar das muitas diferenças, costuma-se reconhecer que os chamados progressistas tinham alguma coisa em comum. Assim, no que diz respeito às suas motivações iniciais, grande parte vinha “de uma repulsa genuína contra a pervasiva corrupção das máquinas políticas²⁴³ urbanas e, mais genericamente, do sistema político como um todo por parte de interesses empresariais rapaces”.²⁴⁴ Também havia, por parte da maioria dos progressistas americanos, “a crença subjacente de que a reforma econômica bem-sucedida dependia de um programa paralelo de renovação moral”, que podia compreender desde o combate direto à degradação de valores e conduta causada pela pobreza — alcoolismo, criminalidade, por exemplo — até a preocupação com a “americanização” dos numerosos imigrantes que se amontoavam nas grandes cidades. Para muitos desses reformistas, portanto, o aperfeiçoamento da sociedade passava também, em alguma medida, pela reforma do indivíduo.²⁴⁵

Mais ainda, havia uma percepção generalizada de que

as forças sociais que ameaçavam causar o caos político e econômico estavam agindo e que algum tipo de resposta coletiva tinha de ser dada à nova ordem que tinha emergido (...) nas quatro décadas que se seguiram à Guerra Civil. Como David Price habilmente sugere, entre os grandes temas do progressismo estavam a comunidade e o controle. A imagem liberal do indivíduo isolado começou a ser revista em favor de uma nova psicologia social; uma comunidade novamente energizada procurava estabelecer alguma medida de controle social sobre forças que, no seu rápido desenvolvimento, ameaçavam destruir a ordem socioeconômica estabelecida. Uma síntese similar foi avançada por Daniel Rodgers (...), [para quem] um elemento chave é a retórica antimonopólio (...),

aperfeiçoamento da sociedade industrial e combate a problemas como a pobreza, o alcoolismo, o trabalho infantil, entre outros. Entre seus principais expoentes estavam Walter Rauschenbusch (autor, entre outros livros, de *Christianity and the social crisis*, de 1907) e Charles Monroe Sheldon (autor de *What would Jesus do?*, de 1897), cujas obras estão em domínio público e podem ser encontradas na Internet. Cf. “Social Gospel”. *Encyclopædia Britannica Online*. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/551238/Social-Gospel>. [Acesso em: 24 de janeiro de 2012.]

²⁴³ De acordo com a *Britannica*, “Máquina política, [nos EUA], é uma organização partidária, comandada por um único chefe ou um pequeno grupo autocrático, que comanda votos suficientes para manter o controle político e administrativo de uma cidade, condado ou estado.” A máquina se caracteriza “por uma organização disciplinada e hierárquica, chegando ao nível de organizadores de bairro ou quarteirão, que possibilitam o atendimento aos problemas do local ou até das famílias ali residentes, em troca de lealdade nas votações. “O termo se refere à habilidade [das máquinas] de eleger candidatos ou implementar medidas com eficiência e previsibilidade mecânicas.” Cf. “political machine”. In: *Encyclopædia Britannica Online*. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/467617/political-machine>. [Acesso em: 3 de fevereiro de 2012.]

²⁴⁴ YOUNG, James P. *Reconsidering American liberalism: the troubled odyssey of the liberal idea*. Boulder: Westview Press, 1996, p. 150-1.

²⁴⁵ GERSTLE, Gary. The protean character of American liberalism. *American Historical Review*. October 1994, p. 1050-1051.

junto com uma nova ênfase nos laços sociais, isto é, a comunidade, e a linguagem da eficiência social, que viria a ser um mecanismo primário para a afirmação do controle social. Este último se manifestava não apenas nas novas técnicas científicas de gerenciamento de Frederick Taylor, mas também no profundo compromisso com a ciência, incluindo a ciência social, ligada à filosofia pragmatista.²⁴⁶

O progressismo teve seu auge no período entre 1900 (para alguns, 1890) e 1920, aproximadamente, época de grande efervescência social nos EUA. Foi quando o governo americano, pela primeira vez, começou a ter sucesso em pelo menos alguns casos de aplicação de Lei Sherman antitruste de 1890, enquanto movimentos de voluntários oriundos da classe média urbana percorriam as áreas pobres em todo tipo de cruzada, fosse contra as más condições sanitárias ou atuando em *settlements* (“abrigos”), num tipo de trabalho que mais tarde influenciaria a profissionalização da assistência social. O socialismo começava a despontar como uma força eleitoral, ao mesmo tempo que persistiam os problemas da Era Dourada. Os negros também começaram a se organizar de maneira mais visível com organizações como a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), e organizações sindicais mais radicais, como a *Industrial Workers of the World* (IWW), faziam concorrência à já estabelecida *American Federation of Labor*. Em outro campo, surge um clamor por reformas políticas baseadas no reforço da democracia, com a eleição direta para o Senado, e, em alguns estados, no empoderamento do eleitor através de mecanismos como o *recall* (consulta popular para decidir a cassação de um funcionário público eleito), a iniciativa (plebiscito para decidir a aprovação de uma legislação proposta diretamente pela sociedade civil), o referendo e, finalmente, a primária direta (na qual os candidatos oficiais de um partido político são escolhidos numa eleição interna). No nível do governo, veem-se líderes políticos como o republicano Theodore Roosevelt e o democrata Woodrow Wilson endossando algumas propostas de reforma, levando-as para o debate político nacional. Não por acaso, é desse momento que data a criação do imposto de renda nacional. Já nos estados, projetos de legislação local tentam criar algum grau de proteção aos trabalhadores, regulamentando o trabalho infantil e feminino, por exemplo — ainda que para serem derrubados pouco depois por uma Suprema Corte aferrada ao ideal do *laissez-faire*.

Nas narrativa padrão da historiografia, a evolução do progressismo para o liberalismo rooseveltiano é marcada por uma espécie de interlúdio: a década de 20. Nela, o impacto da Primeira Guerra Mundial se fez sentir por meio de um refluxo nas muitas iniciativas e

²⁴⁶ YOUNG, op. cit., p. 150-1. As obras citadas são: RODGERS, Daniel T. In search of progressivism. *Reviews in American History*. December 1982, p. 113-132; e PRICE, David E. Community and control: critical democratic theory in the progressive period. *American Political Science Review*. December 1974, p. 1663-1678.

movimentos que ainda não haviam alcançado seu objetivo. Se houve triunfos inegáveis e importantes para algumas causas — o voto feminino, algumas reformas políticas e, enquanto durou, o estabelecimento da Lei Seca —, houve considerável retrocesso para socialistas e pacifistas (críticos da participação americana na guerra e suscetíveis às Leis de Sedição e Espionagem de 1917), internacionalistas partidários de Wilson, sindicalistas e radicais de maneira geral. Em fins de 1919, uma série de atentados a bomba, aliada à inquietação gerada pelos conflitos trabalhistas do período e a deflagração da Revolução Russa, foi o pivô do primeiro Pavor Vermelho (*Red Scare*), uma onda repressiva contra bolchevistas e anarquistas, reais e imaginários, que resultou na prisão e deportação de centenas de imigrantes. Pela mesma época, os planos de ativismo internacional do presidente Woodrow Wilson, que previam um papel crucial dos EUA na reconfiguração da ordem internacional, foram derrotados no Congresso.²⁴⁷ Não por acaso, o seu sucessor, o republicano Warren Harding, ganhou a eleição de 1920 tendo como lema o “retorno à normalidade”; parecia que, pelo menos na política, os americanos ansiavam pela volta ao *status quo ante*, ao mundo tal como era antes da entrada do seu país na guerra, em 1917. Como se não bastasse, o crescimento de organizações como a nova Ku Klux Klan e a proibição do ensino da Teoria da Evolução de Darwin nas escolas do estado do Tennessee sugeriam que, se os movimentos progressistas perdiam influência, os de caráter reacionário ainda tinham bastante espaço para crescer.²⁴⁸ Enquanto isso, no campo econômico, uma prosperidade seletiva e um clima de otimismo quanto às possibilidades do país enfraqueceram a preocupação com o controle dos grandes monopólios em prol de uma filosofia francamente pró-negócios resumida na célebre frase atribuída ao presidente Calvin Coolidge: “O negócio da América são os negócios”.²⁴⁹

Com a catástrofe desencadeada em 1929, no entanto, o quadro mudou. A Depressão fez pela causa da reforma o que discursos candentes, denúncias jornalísticas e cruzadas morais pareciam não serem mais capazes de fazer: tornar possível politicamente uma reestruturação do Estado americano. Com níveis de desemprego chegando a quase um 1/3 da

²⁴⁷ Sobre o wilsonianismo, cf. PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. 2. ed. amp. rev. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 75-120. Deve-se observar que, segundo a autora, o internacionalismo de Wilson colidia com o padrão histórico da política externa dos EUA, que tinha como uma de suas bases a recomendação de George Washington de que o país deveria evitar o envolvimento com as disputas das potências europeias, a fim de não ser arrastado a lutas perigosas das quais não tiraria nenhum proveito real.

²⁴⁸ Sobre o crescimento desses movimentos nos anos 1920, cf. o capítulo 1 de LICHTMAN, Allan J. *White protestant nation: the rise of the American conservative movement*. New York: Atlantic Monthly Press, 2008.

²⁴⁹ Essa é a versão mais famosa da frase, que soa como uma máxima. No entanto, segundo o site da Calvin Coolidge Memorial Foundation, o original seria: “Afinal de contas, o principal negócio do povo americano são os negócios”. Cf. BITTIGER, Cynthia. *The business of America is business?* Disponível em: http://www.calvin-coolidge.org/html/the_business_of_america_is_bus.html. [Acesso em: 31 de janeiro de 2012.]

força de trabalho nacional — até 80% no caso de algumas cidades²⁵⁰ — e o nomadismo se tornando o estilo de vida de multidões de desamparados, a sociedade americana viu-se num estado de emergência. O presidente Hoover, aclamado como herói ao se eleger em 1928, perdera muito de sua popularidade, assim como as ideias de *laissez-faire* do liberalismo clássico ainda em grande parte esposadas por seu governo. Sem grande surpresa, sua desgraça política se traduziu nas eleições de 1932, quando Franklin Roosevelt conquistou a presidência por 472 votos a 59 no Colégio Eleitoral. Em seu programa, a promessa de um “novo pacto [*new deal*] para o povo americano”, que acabaria sendo o nome do conjunto de reformas que seu governo implementou ao longo da década de 30.

Quando Roosevelt assumiu, “liberal” já era uma categoria adotada por alguns setores do pensamento progressista. Um bom exemplo era a revista *The New Republic*, fundada por Herbert Croly e Walter Lippmann em 1914, e que passou a se considerar “liberal” nos anos 20. Com a ascensão de FDR (como Roosevelt foi apelidado), o termo passou a ser cada vez mais associado aos apoiadores de seus programas e da filosofia a eles subjacente. Vários dos assessores de Roosevelt, os chamados *new dealers*, haviam tido alguma experiência com o progressismo dos anos anteriores e levaram isso para o governo de que faziam parte. Entretanto, esse liberalismo moderno (como às vezes é chamado) que eles procuraram aplicar tinha algumas características diferentes do progressismo. Como explica J. Richard Piper no seu estudo comparativo entre as prescrições de governo de liberais e conservadores no período entre 1933 e 1993:

As correntes predominantes no pensamento liberal da era do New Deal partilhavam com o progressismo e o novo liberalismo britânico premissas amplamente igualitárias e racionalistas acerca do potencial dos seres humanos de moldar o seu ambiente por meio de uma mistura de esforço governamental, apoiado pelo conhecimento da ciência social, e de empreendimentos privados. [Mas o] liberalismo demonstrava uma inclinação um pouco maior que o progressismo a aplicar o racionalismo econômico aos esforços econômicos coletivos, ao mesmo tempo que ainda procurava proteger alguns direitos individuais à propriedade privada. Nas esferas da livre expressão, todavia, suas premissas eram altamente individualistas e orientadas para noções de um “livre mercado de ideias”, de uma forma remanescente do liberalismo clássico. [E] ele era mais materialista e menos moralista do que progressismo tinha sido.²⁵¹

Apesar de seus críticos exagerarem o valor dado à igualdade no pensamento liberal da época — não raro na tentativa de desacreditá-lo pela associação aos radicalismos de esquerda

²⁵⁰ KARNAL, Leandro (org.). *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 208.

²⁵¹ PIPER, J. Richard. *Ideologies and institutions: American conservative and liberal governance prescriptions since 1933*. Lanham: Rowman and Littlefield, 1997, p. 14.

—, o liberalismo²⁵² enfatizava a “liberdade de oportunidade”, não a de resultados. Como o próprio FDR dizia, “não destruimos a ambição, nem procuramos dividir a nossa riqueza em partes iguais... Nós continuamos a reconhecer a maior habilidade de uns para ganhar mais do que outros”. A razão, como já se viu, era simples: a proposta liberal não era substituir o capitalismo, mas atenuar seus efeitos indesejáveis, demonstrados ao extremo pela Depressão. Nisso já se antevia, aliás, uma das diferenças do New Deal em relação à social-democracia em implantação em países europeus como a Suécia, e que ficaria ainda mais clara no período da Segunda Guerra: o objetivo era um capitalismo regulado, restringido em seus excessos, *mas ainda assim capitalismo*. Não se planejava, como parte do setor sindical, representado pelo *Congress of Industrial Organizations* (“Congresso de Organizações Industriais”, CIO), desejava, redesenhar em definitivo a economia política do país para a criação de uma “nova ordem corporativa que permitisse a construção de macroacordos sociais institucionalizados [...] em que representantes do Estado, do trabalho organizado e do empresariado acordassem políticas de renda, emprego e produção”. Embora essa cooperação tripartite viesse a ocorrer durante a participação americana na guerra, encarnada em agências como a *War Production Board* (“Conselho de Produção de Guerra”, WPA) e o *Office of Price Administration* (“Escritório de Administração de Preços”, OPA), mas desapareceu com o fim da emergência nacional. Tentativas posteriores de insistir no assunto, como na onda de greves que sacudiu o país em fins de 1945, acabaram fracassando.²⁵³

Daí se entende também o “materialismo” a que Pipes se refere: em uma economia em condições críticas, o crescimento econômico era uma prioridade, e a chave para isso era a ação do poder público, ainda que fosse preciso romper com as velhas recomendações e reaquecer a economia através da formação de déficits, uma receita que ganhou popularidade e embasamento teórico a partir de John Maynard Keynes *depois* que o New Deal já estava em curso.²⁵⁴

Muito importante no pensamento liberal é a já citada “liberdade positiva” de T. H. Green, conceito difundido nos EUA por um dos expoentes intelectuais do liberalismo, o filósofo e educador John Dewey. Em contraste com a visão liberal clássica da “liberdade negativa”, fundada na ausência de coerção, a “liberdade positiva” é “o poder ou capacidade

²⁵² Daqui para a frente, usaremos “liberalismo” para nos referirmos ao moderno liberalismo americano, e “liberalismo clássico” para nos referirmos à forma que essa ideologia assumiu no período anterior ao século XX.

²⁵³ LIMONCIC, Flávio. *A grande transformação* da economia americana: o New Deal e a promoção da contratação coletiva do trabalho. In: _____; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *A Grande Depressão: política e economia na década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 212-214.

²⁵⁴ PIPER, op. cit., p. 15.

positiva de fazer ou desfrutar de algo que é digno de se fazer ou desfrutar”. Como Piper explica, “Enquanto a liberdade negativa era comumente vista como liberdade em relação às restrições do governo, a liberdade positiva podia bem ser impulsionada pela ação do governo para aumentar ao máximo o potencial dos seres humanos”.²⁵⁵ O alvo mais óbvio da promoção dessa liberdade eram as classes mais baixas da hierarquia socioeconômica, justamente as que mais sofriam num momento de crise. Dessa maneira, a igualdade e a liberdade, não raro valores rivais nas confrontações entre esquerda e direita, podiam ser reconciliadas — gerando as liberdades em relação à necessidade e ao medo a que FDR aludiu no seu discurso de 1941.

Finalmente, ainda segundo Piper, o liberalismo tem em alta conta a soberania popular, expressa por uma democracia majoritária. Essa ênfase estava por trás da famosa expressão do ex-secretário de Agricultura e de Comércio, e também vice-presidente de FDR, Henry Wallace, que previu animadamente que o século XX seria “o século do homem comum”. Era um exemplo da simpatia liberal por decisões aclamadas pela maioria — na contramão dos lamentos conservadores sobre a diluição do indivíduo na “massa”. Embora nenhuma reforma concreta fosse feita para o reforço da participação popular nas decisões políticas — coisa que o progressismo fizera na década de 1910 —, esse era um valor muito presente na retórica liberal.

No campo prático, os liberais retomaram antigas causas progressistas e implementaram outras, motivadas pela necessidade de oferecer uma resposta rápida à agonia econômica que marcou a década. No geral, “os liberais exibiam muito mais unidade a respeito de reformas de bem-estar social do que assuntos da administração econômica do governo”, em parte devido ao grau de experimentação conduzido pelo governo Roosevelt, e também pelo simples fato de que o liberalismo não era de forma alguma uma ideologia ou movimento monolíticos (o próprio Roosevelt, antes de tudo um político pragmático, podia ser bem menos entusiasta de certas medidas do que seus apoiadores). Fosse como fosse, a meta era maximizar a igualdade de oportunidade, a liberdade positiva e a segurança social. Vários instrumentos foram utilizados para isso: esforços paliativos, como programas de obras públicas, o estabelecimento de um sistema previdenciário (a Segurança Social de 1935), programas de eletrificação das áreas rurais, projetos de habitação, ente outros.²⁵⁶ Também

²⁵⁵ Como se viu, a principal diferença entre a liberdade negativa e a positiva é que a primeira seria uma “liberdade de” alguma restrição, enquanto a segunda seria uma “liberdade para” fazer alguma coisa. Um exemplo contemporâneo de aplicação desta última forma de liberdade são os programas de ação afirmativa, em que o governo auxilia diretamente um grupo para que ele possa desfrutar de um benefício ao qual teria direito, ou seja, age para que os beneficiados tenham, por exemplo, a liberdade *para* obterem um emprego decente ou uma educação adequada.

²⁵⁶ PIPER, op. cit., p. 17.

não se pode deixar de destacar o intenso esforço para a regulamentação e/ou supervisão governamental de uma série de atividades econômicas, causa frequente de conflito com os interesses empresariais e os defensores do livre mercado.

No que diz respeito à “teoria de governo” que animava os *new dealers*, alguns elementos merecem destaque. Um deles é a interpretação da Constituição como algo “vivo”, em oposição a uma visão mais conservadora que procurava “a intenção original” dos Pais Fundadores. Na visão liberal, a Constituição devia ser interpretada conforme as exigências de cada época, especialmente na dimensão socioeconômica. Alguns chegaram mesmo a defender mudanças no texto constitucional, especialmente antes da frustrada tentativa de FDR de formar uma maioria liberal na Suprema Corte aumentando o número de vagas e encorajando a aposentadoria de alguns juízes em atividade, em 1937. Um segundo elemento relevante é a tendência a uma maior centralização de poderes na esfera federal (que, afinal, eles dominavam), a exemplo do modelo britânico ou francês. Em terceiro lugar, e em consequência do foco no governo central, eles advogavam a expansão e especialização da burocracia governamental, necessária para a implementação dos programas então em curso. Essa burocracia estaria concentrada especialmente no ramo executivo do governo, portanto sujeita ao controle presidencial e não ao do Congresso. Essa ênfase no papel do presidente, aliás, pode ser considerada um quinto elemento. Por último, havia a relação entre o Executivo e a Suprema Corte, órgão que mais de uma vez derrubou projetos importantes do New Deal (e, anos antes, derrubara várias iniciativas de reforma na Era Progressista). Embora houvesse divergências entre os liberais, a visão média era de que a Suprema Corte “deveria deferir ao presidente e ao Congresso quando estas instituições eletivas concordassem em uma política socioeconômica em áreas nas quais a Constituição era ambígua”. Não por acaso, Roosevelt arriscou-se a tentar reformar a Corte, iniciativa que lhe trouxe considerável desgaste político.²⁵⁷

Finalmente, algo deve ser dito sobre os apoios que essas políticas liberais obtiveram e que, com altos e baixos, dariam aos democratas a hegemonia política até o fim dos anos 60.

Dentro da máquina administrativa do governo, os liberais se concentravam, como foi dito, no Executivo. Mas mesmo no gabinete de Roosevelt havia secretários (ministros) que eram considerados “moderados” e mesmo “conservadores moderados”, isto é, não liberais, como era o caso de Henry Morgenthau (Tesouro) e Cordell Hull (Estado). Nos níveis mais baixos da administração, “funcionários de departamentos e agências eram frequentemente

²⁵⁷ Ibid., p. 43-4, 52-6.

mais ligados a (...) grupos de clientela e oligarcas de comitês do Congresso do que à ideologia liberal”.²⁵⁸ Fora do Executivo propriamente dito, os *new dealers*, boa parte dos quais eram advogados e acadêmicos) se concentravam nas agências reguladoras, em posições altas ou intermediárias.

No Legislativo, os liberais contaram com maiorias na Câmara e no Senado até as eleições de 1938, quando então começaram a perder assentos para os chamados conservadores (opositores em ambos os partidos, mas concentrados no Republicano). No biênio 1943-1944, segundo dados reunidos pela *New Republic* e a *Union for Democratic Action*, os conservadores já eram maioria, constituindo 47,4% e 41,3% da Câmara e do Senado, respectivamente, contra 31,8% e 34,8% dos liberais, o restante constituindo os “moderados” sem filiação ideológica clara. Já no Judiciário, pela mesma época, a percepção era que, dos nove juízes da Suprema Corte, oito eram liberais e o nono era um conservador moderado. Já era visível, portanto, uma predisposição às causas liberais que seria fundamental para algumas das mais importantes decisões judiciais das décadas seguintes, em especial as relacionadas aos direitos civis.

Já nos governos estaduais, entre 1933 e 1945, os liberais eram menos numerosos. A maioria dos governadores tendia para a moderação ou posturas francamente conservadoras. Um dos motivos era o desenho dos distritos eleitorais, que permitia a super-representação de áreas rurais e de cidades pequenas, normalmente bastiões de conservadorismo. Segundo Piper, também contribuíram, provavelmente, as constituições e estruturas institucionais já constituídas, bem como as “máquinas” partidárias já montadas em cada região e, finalmente, a competição entre os diversos estados para atrair investidores privados numa época de crise — que desencorajaria a criação de regulamentações muito estritas.²⁵⁹

Quanto às bases partidária e eleitoral do liberalismo, é possível delimitar o sucesso político dos liberais segundo um recorte geográfico, étnico e de classe. No que tange ao primeiro, é notável uma desproporção entre Norte e Sul. Tomando ainda o Congresso de 1943-44 como referência, Piper mostra que, na Câmara dos Representantes, a porcentagem de liberais entre os democratas do Norte era quase o *triplo* da porcentagem do Sul: 90,9% contra 32,5%; no Senado, a proporção era de 71% contra 20%. Entre os republicanos, os liberais eram 1,9% na Câmara e 11,4% no Senado.

Quanto à localização institucional desses liberais, o Partido Democrata podia ser dividido em duas facetas: o “partido presidencial”, foco principal dos liberais, e que visava à

²⁵⁸ Ibid., p. 30.

²⁵⁹ PIPER, op. cit., p. 30-32.

ação no âmbito nacional; e o “partido congressista”, formado pelo eleitorado de deputados e senadores, ligado a bases regionais e locais — onde o liberalismo era mais fraco. No nível estadual, os democratas eram uma agremiação descentralizada, voltado para clientelas, e em sua maior parte não ideológica.²⁶⁰

Quanto aos eleitores propriamente ditos, a coalizão do New Deal reunia grupos bem diversificados, unidos tanto por laços partidários quanto por terem sido beneficiários dos programas criados sob FDR e seus sucessores liberais. Assim, organizações ligadas ao Partido Democrata, máquinas políticas municipais, sindicatos, minorias (especialmente negros, católicos e judeus, assim como as comunidades imigrantes²⁶¹), intelectuais, sulistas brancos e eleitores do oeste montanhoso do país, e alguns grupos ligados a interesses rurais, foram o sustentáculo do poder democrata e liberal por décadas.

No entanto, como foi dito, as vantagens com que os liberais contaram nos primeiros anos do governo Roosevelt foram diminuindo com o tempo. Em 1938, embora os democratas ainda tivessem maiorias, conservadores nos dois partidos tornaram a aprovação de novas reformas muito mais difícil. Finalmente, quando o ataque japonês a Pearl Harbor arrastou os EUA para a Segunda Guerra Mundial, a política externa se tornou a grande prioridade do governo. Foi um acontecimento ambíguo: enquanto mais de 400.000 americanos perderam suas vidas, o esforço de guerra reaqueceu a economia e curou os males de uma Depressão que nem os mais criativos esforços dos *new dealers* tinham conseguido debelar por completo. Ao fim, em 1945, informado pelo keynesianismo na economia, pelo internacionalismo na política externa e o liberalismo na frente doméstica, os Estados Unidos viram-se na posição de superpotência militar e nação “líder” do Ocidente. Entre as muitas consequências dessa mudança, uma é menos conhecida: a transformação do conservadorismo americano.

3.2 DA “VELHA DIREITA” AO “NOVO CONSERVADORISMO”

Na linguagem política americana, é comum falar-se de pelo menos duas “esquerdas”: a “velha” (*Old Left*), designando socialistas, marxistas e anarquistas dos anos anteriores a 1960, e a “nova” (*New Left*), surgida nessa mesma década e que compreende uma série de

²⁶⁰ Ibid., p. 33-35.

²⁶¹ Há, no entanto, que se observar que o apoio dado por esses segmentos étnico-religiosos nem sempre significava que seus problemas fossem uma prioridade para os liberais. Como veremos mais adiante, os negros eram um ótimo exemplo de como, para garantir a base política mais abrangente possível, e em particular o apoio dos brancos sulistas que formavam parte substancial do eleitorado democrata, as políticas federais contra a discriminação racial foram frequentemente tímidas. Cf. GERSTLE, op. cit., e COWIE, Jefferson; SALVATORE, Nick. The long exception: rethinking the place of the New Deal in American history. *International Labor and Working-Class History*. No. 74, Fall 2008, p. 3-32.

novos movimentos, como o estudantil e os de minorias (negros, mulheres, homossexuais, entre outros). Da mesma forma, ao se falar da direita, também se fala de uma “velha” (*Old Right*) e de uma “nova” (*New Right*), embora neste caso, como em tantas coisas envolvendo o conservadorismo, a definição seja um pouco mais complicada. Conforme explica Raymond Wolters, a “Velha Direita” compreende a coalizão de movimentos e indivíduos que se opôs ao New Deal e, mais tarde, à entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Já a “Nova Direita” denomina três ocorrências diferentes: primeiro, o grupo de conservadores que rompeu com a Velha Direita e se agregou, a partir de 1955, em torno de *National Review*, objeto do restante desta pesquisa); depois, nos anos 1980, o termo foi aplicado à aliança entre defensores do libertarianismo econômico, plataforma tradicional do Partido Republicano, e grupos de “conservadores sociais”, unidos pelo apoio à candidatura de Ronald Reagan (este segundo significado é ainda hoje o mais comumente utilizado ao se falar do *mainstream* da direita americana de nossos dias). Finalmente, o termo também foi usado para “pessoas que tomavam uma posição de defesa de valores tradicionais e contra a decadência moral e o declínio da família”, preocupando-se com temas socioculturais correlatos como a criminalidade e a pornografia.²⁶² Dessas quatro “direitas”, fiquemos com as duas primeiras — uma como prólogo, e a outra como objeto de uma análise mais detida.

Foi preciso uma Depressão para que a concepção liberal clássica das funções do Estado fosse abalada nos Estados Unidos e desse lugar a reformas de alguma amplitude. No entanto, sempre houve resistências. No plano político-eleitoral, como era de se esperar, o Partido Republicano se tornou o principal foco de oposição, embora também existissem democratas com o mesmo posicionamento (chamados de “jeffersonianos”). O ex-presidente Herbet Hoover, derrotado por FDR em 1932, foi um dos porta-vozes republicanos mais conhecidos, mas nem de longe estava sozinho. Entre os temas recorrentes nas declarações republicanas durante o New Deal, tinha-se o de que a expansão dos poderes do governo, mesmo se justificada numa emergência, ameaçava os direitos individuais. Veja-se, por exemplo, a declaração de um deputado ao *New York Times* em abril de 1934:

“O período emergencial terminou.” Declarou [*sic*] o deputado Snell de Nova York, líder da minoria na Câmara, em depoimento a uma rádio esta semana. Ele exigiu, desse modo, a revogação das leis de emergência e a extinção das agências federais que as estivessem administrando.

²⁶² WOLTERS, Raymond. “New Right”. In: FROHNEN, Bruce; BEER, Jeremy; NELSON, Jeffrey O. *American conservatism: an encyclopedia*. Wilmington: ISI Books, 2006, p. 624-5.

Na mesma matéria, Snell continua o argumento, dizendo que o governo se recusava a admitir o próprio sucesso na luta contra a Depressão e assim ter de abrir mão de seus poderes extraordinários, pois a administração era movida por “um desejo de mudar o sistema americano, fazendo permanentes o suficiente as leis de emergência e suas agências administrativas com o propósito de instituir um socialismo de Estado, o coletivismo, o comunismo ou o fascismo no país”.²⁶³ O mesmo tipo de discurso apareceria nesse mesmo ano na plataforma adotada na convenção estadual do partido em Nova York, refletindo a oposição da ala mais conservadora do partido:

Nós condenamos: 1) o solapamento da forma americana de governo e a perturbação de nosso sistema econômico; 2) a destruição do estado e dos direitos e responsabilidades locais; 3) uma economia planejada e controlada, de concepção vinda de fora, imposta e administrada por uma ditadura todopoderosa; 4) a invasão do campo da iniciativa privada pelo governo e manipulada por homens inexperientes; 5) a instalação de uma enorme, incompetente, arrogante e incontrolável burocracia; 6) a decadência do serviço civil; 7) a destruição em massa [causada por] teorias acadêmicas contrárias às leis e forças naturais; 8) a promoção de monopólios, a destruição da competição, a fixação dos preços pelo governo; ... 10) [o g]asto imprudente do dinheiro do povo sem pensar nos cálculos orçamentários...; 13) a tentativa de redistribuir riqueza pela destruição da mesma.²⁶⁴

Esse tipo de rigidez levaria os republicanos a uma série de derrotas eleitorais até as eleições legislativas de 1938, quando então sua influência começa a se recuperar. Seja como for, já vemos a denúncia do “governo grande” e sua associação a uma possível “ditadura” que restringe a livre iniciativa e a liberdade de escolha por meio de uma burocracia crescente e dispendiosa. Da mesma forma, fala-se em um orçamento federal equilibrado, o que, no contexto do Estado rooseveltiano, forçosamente significa a limitação de agências públicas e programas sociais já em curso. Tudo isso são temas até hoje encontrados no discurso da direita americana, dentro ou fora do Partido Republicano.

Mas a oposição ia muito além da política partidária tradicional, podendo-se citar desde associações empresariais, como a *National Manufacturers Association* (“Associação Nacional de Manufatureiros”, NAM) e as Câmaras de Comércio, até movimentos de caráter primariamente religioso, como a *Spiritual Mobilization* de James Fifiield e um número considerável de veículos da imprensa evangélica, incomodados com o secularismo e o

²⁶³ “Parties come to grips over emergency’s end.” *The New York Times*, 29 de abril de 1934, p. E1 apud POGGI, Tatiana. Os opositores conservadores do New Deal. *Revista eletrônica da Anphlac*. Nº 7, p. 46-47. Disponível em: <http://www.anphlac.org/revista/revista7/revista.html>. [Acesso em: 9 de fevereiro de 2012.]

²⁶⁴ “Platform adopted by the Republicans at their State convention in Rochester.” *The New York Times*, 29 de setembro de 1934, apud *ibid.*, p. 48-49.

pluralismo liberais. Particularmente famosa foi a *American Liberty League*, “uma nova força em prol do conservadorismo” que, segundo o *New York Times*, contava com o apoio de Wall Street.²⁶⁵ A afirmação era exata e indica também o significado que “conservador” já tinha naquele contexto.²⁶⁶ Financiada principalmente pela milionária família Du Pont, a organização tinha o apoio de outras figuras destacadas das altas rodas empresariais e políticas, como Alfred P. Sloan Jr., presidente da General Motors, J. Howard Pew, da Sun Oil, e, mais discretamente, Al Smith e John W. Davis, ambos ex-candidatos à presidência pelo Partido Democrata. Apesar da vida curta (1934-1940) e das dificuldades para atrair o interesse popular, a Liga foi uma das organizações mais ativas no combate ao New Deal, pondo um grande aparato humano e financeiro a serviço de campanhas educativas que tentavam jogar a opinião pública contra o governo intervencionista e regulamentador de FDR.

No geral, essas organizações tinham em comum a defesa do *laissez-faire*. Em suas campanhas, era comum a denúncia das reformas liberais como medidas que prenunciavam uma virada autoritária e/ou a implantação forçada do socialismo nos EUA. Às vezes, os meios escolhidos para desacreditar os projetos do governo podiam ser verdadeiramente maquiavélicos, como ilustra Allan Lichtman ao comentar o caso da NAM em relação às medidas liberais de empoderamento dos trabalhadores:

A nova estratégia de negócio emergiu em um memorando de 1934 pelo Comitê de Relações Empregatícias da NAM, que formulava métodos ocultos e indiretos para abafar o poder do movimento trabalhista e a reforma liberal: “O plano aqui proposto tem como objeto imediato diminuir o poder dos sindicatos [independentes], e em última instância destruí-los.” Do contrário, “pode vir em seguida uma organização que faria os sindicatos de hoje em dia parecerem uma bênção”. Apesar de “a barganha coletiva [ter vindo] para ficar”, nas mãos dos sindicatos independentes “ela é uma ameaça feroz mesmo quando não é efetivamente maligna”. (...)

Ao se oporem abertamente à barganha coletiva, os executivos pareceriam reacionários e voltados apenas para os próprios interesses. Em vez disso, a NAM aconselhava a oposição indireta por meio da “engenharia publicitária, o que quer dizer usar a publicidade como uma ferramenta e não como um meio em si mesmo”. Empregadores astutos iriam apoiar publicamente os direitos de barganha coletiva, mas com ressalvas suficientes para derrotar ou enfraquecer propostas específicas. “Os fabricantes devem fazer declarações públicas de que acreditam na barganha coletiva”, mas incluir condições proibitivas tais

²⁶⁵ “Finance welcomes Liberty League”. *The New York Times*, 24 de agosto de 1934, p. 2 apud POGGI, op. cit., p. 43.

²⁶⁶ Um outro indício importante disso é o “Manifesto Conservador” de 1937, de autoria do senador *democrata* Josiah Bailey e que procurava reunir apoios dos dois partidos nacionais. Basicamente, o documento, vazado para a imprensa antes do que o autor pretendia, reivindicava medidas consideradas de senso comum antes do New Deal, como um orçamento governamental equilibrado, diminuição de impostos, respeito aos direitos dos estados e dos governos locais (a quem se deveria confiar sempre que possível quaisquer projetos de bem-estar social), entre outras de cunho mais específico. Cf. MOORE, John Robert. Senator Josiah W. Bailey and the “Conservative Manifesto” of 1937. *Journal of Southern History*. V. 31. No. 1. February 1965. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2205008>. [Acesso em: 1º de fevereiro de 2012.]

como a abertura das finanças sindicais e limites às greves e piquetes. Os empregadores devem lançar uma “intensiva campanha publicitária sobre as finanças sindicais” e contar “a história dramática de greves injustas feitas para gratificar a ganância de um agitador, [e também] de corrupção, intimidação, chantagem e mesmo assassinato... com os grandes senhores sindicais representando-as.” Essa publicidade seria feita por [delegação]: “Pouco disso teria o patrocínio da Associação. Tudo o que a Associação deve fazer é se declarar a favor de um programa construtivo.” Da mesma forma, “a Associação não tem outra escolha senão parecer a favor do seguro-desemprego em princípio se ela quiser lutar contra ele.”²⁶⁷

É digno de atenção, no entanto, que o *laissez-faire* defendido por esses grupos, e que era vendido ao grande público sob o manto de defesa da Constituição e dos direitos individuais consagrados no liberalismo clássico, podia ser frequentemente seletivo. Nisso temos uma repetição do que já acontecia na Era Dourada:

Embora os homens de negócio, grandes e pequenos, se opusessem às regulamentações que aumentavam custos, ou obstavam a sua autonomia, eles ainda procuravam subsídios federais que impulsionassem os lucros, limitassem a competição ou estabilizassem os mercados. Bancos e firmas industriais se beneficiavam de bilhões em empréstimos e compras de ações da Reconstruction Finance Corporation, da liberação do comércio e do financiamento de exportações do Export-Import Bank. O governo subscreveu a indústria habitacional ao subsidiar empréstimos para hipotecas e impulsionou a produtividade do negócio por meio de investimentos públicos em estradas, auto-estadas, portos, aeroportos, pontes e eletricidade. Depois que o *boom* do petróleo no Texas fez os preços caírem para vinte e cinco centavos o barril de óleo cru, as grandes companhias petrolíferas ganharam a aprovação de leis estaduais de cotas que limitavam a produção a fim de estabilizar os preços. (...) Grandes produtores de carvão, em cooperação com o *United Mine Workers*, ganharam a Lei Guffey, que limitava a competição ao determinar preços mínimos para a venda [do produto].²⁶⁸

E outros exemplos poderiam ser citados. Assim, é evidente que a intervenção governamental, se era criticada por um lado, parecia ser muito bem-vinda por outro. Mas isso não aparecia em panfletos como os da Liberty League, que, só no biênio 1935-36, chegou a publicar 135 textos diferentes distribuídos a filiados, jornais, bibliotecas, universidades e funcionários públicos, alertando para a iminente destruição da religião e do capitalismo pelos liberais no poder. Até mesmo restrições ao direito de voto chegaram a ser cogitadas, na tentativa de minar o suporte político do New Deal. Da mesma maneira, a obtenção de uma maior autonomia ou poder de barganha por parte dos trabalhadores e sindicatos era eventualmente interpretada como sintoma da “ameaça vermelha”, ainda que por enquanto o medo do comunismo estivesse longe da importância que teria no pós-guerra. Outros

²⁶⁷ LICHTMAN, op. cit., p. 62-63.

²⁶⁸ Ibid., p. 69.

denunciariam “a infiltração esquerdista em escolas e igrejas” ou procurariam associar o valor da “liberdade” (entendida no sentido negativo, de não coerção estatal, e mais enfaticamente no de não regulamentação econômica) ao cristianismo, fazendo da fé religiosa e do *laissez-faire* uma só bandeira. Essa associação ecoava bem nalguns meios, como entre os cristãos fundamentalistas, que também tinham motivos próprios para se opor às reformas de FDR:

Os evangélicos argumentavam que o New Deal desencorajava as virtudes cristãs da autoajuda, economia, e caridade, e ao invés encorajavam a preguiça, a dissolução e a dependência. Os programas liberais ignoravam a corrupção da bebida alcoólica, a prostituição e o jogo, enquanto atrapalhava o sistema de empreendimento privado que recompensava a virtude disciplinada por meio da liberdade de escolha. [A publicação evangélica] *The Teacher* atacava as políticas governamentais “no caminho errado” que ofereciam soluções seculares para problemas espirituais e estavam “penalizando a indústria, a austeridade, a economia e a abnegação em benefício dos preguiçosos e desperdiçadores”. Alguns evangélicos denunciavam os radicais que haviam se infiltrado no governo, na mídia, nas escolas e igrejas, moldando programas seculares de reforma das denominações principais. “Ela pede para ser guiada por Cristo”, disse o editor do *Christian Advocate* sobre a *Methodist Foundation for Social Service*, “embora outros pensem que Karl Marx é o seu verdadeiro Messias”.

Não apenas a imprensa religiosa, mas também jornais da grande imprensa podiam ser grandes críticos. Um deles era o *Chicago Tribune*, dirigido pelo Coronel Robert McCormick, considerado “o maior jornal conservador dos Estados Unidos durante as décadas de meados do século vinte”,²⁶⁹ e que se opunha firmemente a vários dos programas oficiais de assistência às vítimas da Depressão. Novamente, favorecia-se um posicionamento mais alinhado ao *laissez-faire* e à limitação dos poderes do Estado.

A esses movimentos que defendiam o *laissez-faire* econômico, a moralidade tradicional ou ambos — e que repercutiam visões que até pouco tempo eram majoritárias e tinham raízes mais ou menos profundas na história americana, em consonância com o conservadorismo tradicional — poder-se-ia acrescentar ainda uma série de outros de cunho explicitamente antiliberal, incluindo-se diversas (mas pouco expressivas) organizações fascistas, como os *Silver Shirts* de William Dudley Pelley,²⁷⁰ e o movimento do padre Charles Coughlin. Este último, que foi bastante influente ao longo da década de 30, caracterizou-se por fazer uso do rádio, por onde Coughlin transmitia seus sermões político-religiosos para um público estimado em até 30 milhões, sendo um pioneiro naquilo que mais tarde se chamaria

²⁶⁹ PERSON Jr., James E. *Chicago Tribune*. In: FROHNEN, BEER & NELSON, op. cit., p. 143.

²⁷⁰ Os EUA tiveram mais de uma centena de organizações fascistas durante o período da Depressão. Cf. POGGI, op. cit., p. 50.

de “direita cristã”.²⁷¹ De início um entusiasta do New Deal, que ia ao encontro de suas duras críticas ao capital financeiro, com o passar dos anos Coughlin se juntou à miríade de opositores de FDR. Mas suas propostas passavam longe da exaltação à propriedade privada e ao *laissez-faire*; ao contrário, o padre defendia a distribuição de riqueza, a nacionalização de indústrias estratégicas e medidas de proteção aos trabalhadores, mesmo que com a manutenção do capitalismo. Isso não significava, porém, compromisso com a democracia ou o pluralismo: já no fim da década de 30, Coughlin divulgava em seu programa o famoso panfleto antissemita *Os protocolos dos sábios de Sião* e elogiava a repressão nazista aos judeus.²⁷² Mesmo tendo sido afastado do rádio por pressão governamental em 1940, sua carreira política só terminaria dois anos depois, quando seu superior eclesiástico lhe impôs o silêncio para evitar o constrangimento de um processo por sedição, já que o periódico de Coughlin, *Social Justice*, fora acusado de violar a Lei de Espionagem. Depois de anos de estridência e mobilização, Coughlin se submeteu e retirou-se definitivamente para a rotina da vida de um padre comum.²⁷³

Com o agravamento das tensões europeias e a deflagração da Segunda Guerra Mundial, as forças da Velha Direita ganharam uma causa a mais, e que seria uma das suas grandes diferenças em relação ao conservadorismo do pós-guerra. Por meio de organizações como o *America First Committee*, deu-se início a uma campanha pelo não-envolvimento dos EUA num conflito visto como de interesse apenas dos europeus — ao contrário das inclinações do governo Roosevelt, cada vez mais engajado em ajudar de alguma forma os aliados do país frente à agressão alemã, primeiro, e do Eixo, depois. Como diz Lichtman, “Quase todos os detentores de cargos republicanos e conservadores independentes eram não intervencionistas que reprovavam o presidente por empurrar para a América na guerra errada, na hora errada, contra o inimigo errado.” Os motivos dessa resistência eram múltiplos, desde a crença genuína de que os EUA não seriam prejudicados pelo conflito se mantivessem a

²⁷¹ O número baseia-se em estimativas da época e, mesmo se fosse reduzido em 2/3, ainda faria de Coughlin a atração radiofônica mais ouvida do mundo. Cf. BENNETT, David H. *The party of fear: from nativist movements to the new Right in American history*. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 1988, p. 254. Uma amostra do programa de Coughlin, bem como de outros programas da época, pode ser ouvida no site do Old Time Radio Catalog: <http://www.otrcat.com/father-coughlin-p-1253.html>. [Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.]

²⁷² *Ibid.*, p. 53-54.

²⁷³ Para dar uma ideia do grau em que Coughlin foi uma pedra no sapato de Roosevelt, pode-se citar a campanha que ele iniciou, no começo de 1935, contra a filiação dos EUA ao Tribunal Mundial em Haia, proposta pelo presidente. Coughlin exortou o público a mandar telegramas aos seus senadores para que o tratado não fosse aprovado, o que resultou numa avalanche de correspondência chegando ao Congresso. No dia seguinte, o governo não conseguiu a votação de dois terços dos senadores necessária para a passagem do tratado. Cf. KENNEDY, David M. *Freedom from fear: the American people in Depression and war, 1929-1945*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 237-238. (The Oxford History of the United States.)

neutralidade, até a de que o verdadeiro perigo para o país não vinha da Alemanha de Hitler, mas da União Soviética. Alguns iam mais longe e diziam que os americanos deveriam aprender a lidar com um mundo onde o fascismo grassava, negando assim qualquer responsabilidade nacional pela defesa da democracia e da liberdade em outras regiões do globo.²⁷⁴ Mas havia ainda um motivo extra para essa oposição: o medo de que a entrada na guerra desse a FDR o pretexto perfeito para aumentar seus próprios poderes e, com eles, o tamanho da máquina governamental. Afinal de contas, se já fora tão difícil combater o New Deal durante a maior parte da década de 30, com uma emergência bélica seria praticamente impossível deter o avanço estatista. Bastava olhar para o precedente da Primeira Guerra Mundial, quando Wilson estabeleceu amplos controles econômicos e atropelou liberdades civis enquanto o conflito durou. No caso de Roosevelt, porém, que já vinha comandando um processo de redefinição das funções do Estado, temia-se que as alterações pudessem se tornar permanentes. As maneiras como algumas destas últimas eram imaginadas podiam ser bastante curiosas aos olhos de hoje, aliás; além dos já tradicionais argumentos sobre a diminuição da liberdade civil e o risco à propriedade privada, havia também organizações como a *National Legion of Mothers of America*, cujas participantes temiam

que a guerra [de Roosevelt] [viesses a destruir] as famílias ao forçar as mães a trabalhar e a confiar seus filhos a creches dirigidas por burocratas. As mães diziam que um presidente sem coração sacrificaria sem necessidade os filhos da América nos campos de matança no exterior e iria quebrar o orçamento familiar com impostos de guerra. Suas alianças enfraqueceriam os valores cristãos, trariam hordas de refugiados para a América e encorajariam subversivos estrangeiros no país.

Esses argumentos não eram um exotismo menor, pois esses mesmos grupos femininos “ativavam muito mais oponentes da intervenção que o America First Committee e alcançavam muito mais mulheres que qualquer movimento desde o sufrágio”. Dessa forma, não eram só grupos tradicionais de *lobby* ou os que orbitavam partidos políticos que tinham algo a dizer sobre a política externa americana.²⁷⁵

O conservadorismo clássico, em tese, é naturalmente avesso a ideologias radicais, quaisquer que sejam, mas no caso da Velha Direita a preferência pelas de esquerda como o “maior de todos os males” é notória. “Eu prefiro cem vezes ver meu país se aliar à Inglaterra,

²⁷⁴ LICHTMAN, op. cit., p. 105, 112. Essa postura isolacionista ainda tem seus defensores *a posteriori* entre alguns conservadores americanos, como é o caso do ativista, jornalista e ex-candidato presidencial Patrick J. “Pat” Buchanan, que dedicou um livro inteiro à defesa da tese de que a luta contra a Alemanha nas duas guerras mundiais fora um erro. Cf. BUCHANAN, Patrick J. *Churchill, Hitler e a guerra desnecessária*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

²⁷⁵ LICHTMAN, op. cit., p. 111.

ou mesmo à Alemanha, com todas as suas faltas, que à crueldade, o ateísmo e o barbarismo que existem na Rússia Soviética”, disse o aviador, herói nacional e ativista de direita Charles Lindbergh. A sua postura não era nada incomum. Lichtman fala de um padrão de dois pesos e duas medidas quando se comparam as reações dos conservadores às ações bélicas alemães e soviéticas no período que antecedeu Pearl Harbor. Quando os russos invadiram a Finlândia, em fins de 1939, “republicanos anti-intervencionistas como Herbert Hoover, Arthur Vandenberg e Hamilton Fish, os quais se opuseram todos a gastar tostões com a Grã-Bretanha, clamaram pelo envio de milhões à Finlândia”, o que foi visto com aprovação por congressistas dos dois partidos. Hoover chegou a organizar um fundo privado para ajudar os finlandeses, para o qual até um anti-intervencionista feroz como o Padre Coughlin colaborou. Não se tem notícia de um mesmo empenho para ajudar a Polônia, invadida por Hitler em setembro de 1939, ou a Dinamarca e a Noruega, já em 1940. Pelo menos até que as imposições da guerra fizessem do fascismo o grande inimigo e da URSS uma aliada de circunstância, essa era a tônica dos movimentos direitistas e conservadores nos EUA.

Em suma, a Velha Direita fazia pleno uso de temas disponíveis nas culturas políticas americanas: o *laissez-faire* econômico (ao menos no que toca a restrições, *não* a estímulos e subsídios, por parte do governo), o antiestatismo, a denúncia constante do autoritarismo subjacente ao reformismo liberal, e a tradicional oposição ao envolvimento nas disputas europeias,²⁷⁶ salvo sob ataque. Note-se também o argumento moral contra o Estado de bem-estar, de que ele corroeria as virtudes tradicionais da ética do trabalho que, até então, eram vistas como o pilar da grandeza americana. Finalmente, como corolário disso tudo e sintetizando o grande tema do conservadorismo desde Burke, a enfática rejeição a ideias igualitárias, fosse quando expressas em doutrinas prontas e acabadas como o socialismo ou quando vistas em medidas pragmáticas, como o empoderamento dos sindicatos. Por esse prisma, fosse da parte de um intelectual como Albert Jay Nock ou da de donas de casa mobilizadas em defesa da família, os anos 1930 pareciam repletos de ameaças e maus presságios para além da Depressão.

Ainda assim, não havia uma síntese que abrangesse todas essas correntes de oposição ao liberalismo, ainda que eventualmente fossem partilhadas por muitos. “Conservador” ainda era um termo vago, e os editores do *Chicago Tribune*, os colaboradores do *America First Committee* e as mães contra a guerra não partilhavam uma identidade comum, nem necessariamente tinham todos as mesmas referências. Um Padre Coughlin, por exemplo,

²⁷⁶ Cf. a nota 202.

apoiava um alto nível de intervenção estatal — ele admirava Hitler, afinal —, mesmo que pudesse dar as mãos a um veterano da *Liberty League* para manter os EUA longe dos campos de batalha na Europa. Não havia um movimento político coerente ou filosofia organizada que respondesse pelos “conservadores”. Isso só começa a aparecer no fim da guerra.

3.2.1 UMA FILOSOFIA CONSERVADORA PARA A AMÉRICA: PRIMEIRAS DISTINÇÕES.

“Mostre-me os seus livros, e eu saberei quem você é”, escreveu o escritor e comentarista político conservador David Frum.²⁷⁷ No caso do moderno conservadorismo americano, a frase é especialmente apropriada. Na narrativa padrão propagada por estudiosos e militantes, a origem do movimento está notoriamente associada a um conjunto de publicações que mais tarde se tornariam uma espécie de “cânone”. Elas sintetizariam as principais preocupações dos conservadores e estabeleceriam uma linguagem comum, ao mesmo tempo que seus autores são lembrados como os “heróis” ou “pais fundadores” do movimento. Isso porque, antes de assumir um caráter propriamente político, o moderno conservadorismo começou como um movimento intelectual.²⁷⁸

Quais obras constituem esse cânone fundador? Há mais de uma versão, e com diferentes critérios, mas alguns constituem unanimidade. Como tantas vezes acontece, algumas dessas obras foram unidas sob o rótulo de “conservadoras” *a posteriori*, e nem sempre compartilham os mesmos pressupostos. Entretanto, elas foram influências fundamentais para o pequeno grupo de intelectuais e formadores de opinião que passaram a se reconhecer como conservadores nos EUA de meados do século XX. Além disso, elas mostram também a multiplicidade de tendências que surgem no período em contraposição ao que era visto como uma hegemonia liberal entre políticos e formadores de opinião, tendências essas que podem ser resumidas em três categorias fundamentais: libertarianismo,

²⁷⁷ FRUM, David. *What's right: the new conservative majority and the remaking of America*. Basic Books, 1997, p. 158.

²⁷⁸ O maior de todos os exemplos dessa sorte de narrativa, aprovada e consagrada pelos próprios conservadores, é justamente o clássico sobre o movimento, *The conservative intellectual movement in America since 1945*, de George H. Nash, publicado originalmente em 1976. Em boa parte, o livro de Nash é uma sucessão de autores, obras e debates que se deram entre uma elite de jornalistas, acadêmicos e intelectuais *free lance*. Mas há obras de divulgação por parte de editoras e *think tanks* que, em linguagem acessível, também recorrem a tal abordagem, como *Reading the right books: a guide for the intelligent conservative*, do notório hagiógrafo conservador da *Heritage Foundation*, Lee Edwards.

tradicionalismo e anticomunismo.²⁷⁹ Sem perder uma identidade própria, cada uma contribuiu com um conjunto de temas, crenças e princípios para a “zona de convergência” do chamado movimento conservador.

Cabe ressaltar, ainda, que algumas dessas obras refletem um importante fenômeno cultural dos EUA dos anos 1940: a imigração de intelectuais, cientistas e acadêmicos europeus, fugidos da opressão nazifascista e da guerra. Além de nomes mais conhecidos e celebrados, como Albert Einstein e Hannah Arendt, uma outra leva, menos popular, se tornaria muito importante na formulação de uma intelectualidade conservadora. Para figuras como o alemão Eric Voegelin, Ludwig von Mises, entre outros, a experiência europeia com o Estado totalitário e as ideologias de massa que os animavam constituíram uma experiência traumática, um alerta tenebroso para os perigos do crescimento do poder estatal e dos apelos de caráter mais populista.

Assim, não é surpresa que a primeira dessas obras “canônicas” se chame justamente *O caminho da servidão* (*The road to serfdom*), do economista austríaco Friedrich A. Hayek, um discípulo de Von Mises, lançada em Londres em 1944. Uma exceção na obra de Hayek, até então voltada para temas mais especializados, trata-se de um livro eminentemente político que expressa as preocupações de alguém marcado pela opressão totalitária: trabalhando na *London School of Economics* quando da anexação da Áustria pela Alemanha nazista, em 1938, Hayek decidiu não voltar mais e solicitou a cidadania britânica.²⁸⁰ Esse fato é mais que mera curiosidade biográfica; na verdade, ele diz muito sobre o objetivo do livro e a sua repercussão.

Dedicado “aos socialistas de todos os partidos”, *O caminho da servidão* já começava com uma epígrafe de David Hume: “É raro que uma liberdade de qualquer tipo seja perdida de uma só vez”. Tratava-se de um libelo contra o modelo de planejamento econômico estatal que florescera nos anos 30; para Hayek, o controle centralizado da economia levaria ao totalitarismo.²⁸¹ Pelo controle do “meio para todos os fins”, que é a economia, aqueles que a

²⁷⁹ Optamos aqui por seguir a classificação tripartite de George H. Nash, tida com clássica e muito citada inclusive na literatura conservadora. Mas fique o leitor advertido de que autores como Clinton Rossiter (1955) e Ronald Lora (1971) estabeleceram outras terminologias e critérios de distinção. Para nós, contudo, que temos como foco as raízes intelectuais do movimento e o círculo em torno de *National Review*, com suas influências imediatas, ela é útil o bastante e evita os possíveis debates bizantinos que adviriam sobre rotulagens muito precisas para cada autor ou posicionamento de ideias. Deve-se lembrar também que, no período de que tratamos nesta pesquisa, vertentes que mais tarde se tornariam muito importantes, como a direita cristã, ainda não tinham a organização e a projeção que conquistariam mais tarde.

²⁸⁰ Hayek manteve-se súdito da Coroa britânica até o fim da vida, mas só viveu na Inglaterra até 1950. Depois disso, tornou-se professor na Universidade de Chicago, onde teve entre seus alunos o futuramente célebre Milton Friedman. Mais tarde, já nos anos 60, estabeleceu-se na Alemanha Ocidental, onde morou até o fim da vida.

²⁸¹ O conceito de totalitarismo, entendido como um regime de total domínio do Estado sobre as massas populares e que nega a primazia do indivíduo na organização social, está hoje fora de moda nas ciências sociais e humanas. Entretanto, era muito popular nos anos 1940 e 50, motivo pelo qual vamos respeitar o uso dos autores citados.

controlassem acabariam por “determinar que fins serão servidos, que valores serão considerados mais altos e mais baixos — em suma, aquilo em que os homens devem crer e pelo que devem lutar”. Contra isso, a solução não era o *laissez-faire* total (como, erroneamente, muitos lhe atribuem), mas a delimitação de limites claros à ação do governo por meio do “império da lei”, além de uma atuação pública enérgica em prol da “preservação da competição, da iniciativa privada e da propriedade privada”.²⁸²

Numa época que testemunhava a opressão e a destruição causadas por regimes como o nazismo e o comunismo, o alerta de Hayek teve repercussão inclusive em debates eleitorais. Entretanto, foi nos Estados Unidos que obteve seu maior sucesso. Após ser recusado por três editoras, a University of Chicago Press lançou em setembro de 1944 a primeira edição americana. Contra todas as expectativas, ela precisou de uma segunda tiragem 150% maior em apenas uma semana. Mas não se tratava de um sucesso meramente comercial: *O caminho da servidão* se tornou tema frequente de resenhas e debates, inclusive ganhando a primeira página da prestigiada *New York Times Book Review* e também uma versão condensada em série na popular revista *Reader's Digest*.²⁸³ Mais tarde, essa versão sintética foi lançada em edição própria, alcançando a impressionante cifra de 600.000 exemplares vendidos.

O impacto de Hayek foi significativo não apenas pelas suas altas vendas, porém. Embora o livro *não fosse* uma apologia do *laissez-faire* desenfreado, acabou sendo apropriado pelos setores mais cultos do conservadorismo americano como uma “Bíblia” para questões econômicas — uma que tinha como dogma a superioridade da “ordem espontânea” do livre mercado sobre qualquer resultado artificial imposto de cima pelo poder estatal, e que seria plenamente compatível com as tradições americanas da livre-iniciativa e do individualismo. Mas havia um outro, tão ou mais importante que esse: a ligação *necessária* entre o socialismo e qualquer forma de planejamento econômico com intervenção estatal, tema recorrente da Velha Direita ao qual Hayek deu respeitabilidade “científica”. Com o surgimento da Guerra Fria e a polarização ideológica dela decorrente, essa associação tomou corpo na retórica política conservadora, de forma que qualquer tentativa oficial de gerenciar a economia — de controle de preços a medidas de bem-estar, como a criação de um sistema público de saúde — podia ser classificada como um passo rumo à implantação do comunismo nos EUA.²⁸⁴ E com

²⁸² NASH, George H. *The Conservative Intellectual Movement in America since 1945*. New York: Basic Books, 1979, p. 6.

²⁸³ *Ibid.*, p. 7-8.

²⁸⁴ O argumento, na verdade um exemplo da falácia da “ladeira escorregadia”, é até hoje lugar-comum na direita americana. Um exemplo recente foi o debate nacional em torno da reforma da saúde no governo Obama, quando o movimento *Tea Party* e políticos republicanos fizeram largo uso desse tipo de retórica. Um exemplo entre milhares: Michelle Bachmann: Obama Health Care Reform 'The Crown Jewel Of Socialism'. *The Huffington*

a economia finalmente recuperada da Depressão, havia espaço para se argumentar que os poderes extras concedidos ao governo para enfrentar a crise podiam ser agora retirados e os EUA podiam enfim voltar ao “normal”. Como explica Niels Bjerre-Poulsen, “Muitos viram a visão de Hayek da sociedade como um retorno a uma tradição genuinamente americana de democracia jeffersoniana, onde liberdade significa, antes de qualquer outra coisa, liberdade em relação ao governo”.²⁸⁵

Inadvertidamente, Hayek acabou se tornando um pilar do moderno conservadorismo e servindo também de ponte com a Velha Direita. A preferência por um mercado sem grandes restrições e o alarmismo contra qualquer sinal de “coletivismo” no governo — mesmo programas sociais modestos — se tornaram clichês na argumentação conservadora. Nessa perspectiva, liberalismo e comunismo nada mais seriam que graus diferentes do mesmo problema, a priorização da *coletividade* (entendida como massa instrumentalizada pelo Estado) sobre o *indivíduo* e a consequente ameaça aos direitos deste. Isso era uma atualização de um antigo argumento contra a democracia, bradado por conservadores e mesmo liberais clássicos nos séculos XVIII e XIX, o da “tirania da maioria”. Nessa perspectiva, o “coletivismo” fora o grande pretexto usado por comunistas e fascistas para solapar a liberdade e a democracia em seus países, e era um dos princípios filosóficos por trás dos movimentos igualitários em geral. No contexto da luta política dos EUA pós-New Deal, contudo, o que se depreendia era que, por trás de um Roosevelt sorridente e democrático, sempre espreitaria um Stálin com seus expurgos sanguinários, opressão à dissidência e abolição da propriedade privada.

Apesar da sua importância para os conservadores americanos, Hayek não se considerava um deles e foi enfático nesse ponto.²⁸⁶ Para ele, autointitulado um “velho *Whig*”, o conservadorismo representava um “toryismo” no que havia de pior: oposição à mudança sem oferecer uma alternativa. Dizia ainda que a implantação das ideias conservadoras europeias nos EUA, país que teve uma história distinta da Europa, produzia resultados

Post. 21 de janeiro de 2011. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2011/01/21/michele-bachmann-health-c_n_811569.html. [Acesso em: 18 de fevereiro de 2012.]

²⁸⁵ BJERRE-POULSEN, Niels. *Right face: organizing the American conservative movement 1945-65*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press/University of Copenhagen, 2002, p. 27.

²⁸⁶ Sua resposta aos que o reivindicavam como tal foi dada em 1960, em um apêndice àquela que é considerada por alguns a sua obra magistral, *A constituição da liberdade*. O título do ensaio já diz tudo: *Por que não sou um conservador*. O livro foi publicado em português pela Universidade de Brasília, e o artigo pode ser lido na versão original em: <http://www.cato.org/pubs/articles/hayek-why-i-am-not-conservative.pdf>. [Acesso em: 19 de fevereiro de 2012.] A ironia, no entanto, é que ao longo de suas obras, ao se pronunciar sobre questões sociais, Hayek acabou, sim, recorrendo a argumentos de cunho conservador, como demonstra Linda C. Raeder em seu artigo “F. A. Hayek: a man of measure”, in DEUTSCH, Kenneth L.; FISHMAN, Ethan (ed.). *The dilemmas of American conservatism*. Lexington: The University Press of Kentucky, 2010, p. 151-173.

estranhos: procurava-se conservar algo que simplesmente não teria existido em primeiro lugar. Além disso, o liberalismo clássico que o próprio Hayek defendia (ele rejeitava a apropriação do termo feita pelos progressistas no início do século), ainda que se opusesse às tendências socialistas das últimas décadas, queria ir “para outro lugar, e não ficar parado”. Em época nenhuma, prosseguia, esse liberalismo primordial foi uma doutrina que olhasse para o passado, pois em nenhuma época foi tão plenamente adotado que essa postura se justificasse; pelo contrário, ele sempre olhou para o futuro. Portanto, nenhum liberal que se prezasse poderia realmente se dizer um “conservador”, ainda que o conservadorismo fosse uma posição legítima e necessária em certas circunstâncias.

Hayek não cita nomes, mas não deixa de ser curioso que a sua caracterização de conservadorismo lembre muito alguns dos autores que lhe fazem companhia no cânone de que estamos tratando. Chamados genericamente de tradicionalistas, ou simplesmente de “novos conservadores”, esses pensadores combinaram grande erudição e uma notável desconfiança — quando não hostilidade aberta — em relação à moderna civilização industrial. Nada poderia ser mais diferente de um libertário pró-capitalista como Hayek do que literatos que saudavam as virtudes “orgânicas” do Sul agrário pré-Guerra Civil ou, pior ainda, da sociedade medieval. Mas foi justamente com esses homens que o economista austríaco dividiu a honra do patronato intelectual do moderno conservadorismo americano.

Um deles foi Richard Weaver. Em vez de focar nas supostas consequências do Estado interventor — guerra, perda de liberdade, tirania —, Weaver fez uma crítica abrangente não apenas a essa configuração política determinada, mas à própria cultura que a tornou possível em primeiro lugar. Professor da Universidade de Chicago (base profissional de vários autores antiliberais), ele foi na contramão do progressismo iluminista ao denunciar a decadência cultural do Ocidente na modernidade. Nisso ele tinha algo em comum com autores como o ensaísta alemão Oswald Spengler, que vira na Primeira Guerra um sinal do fim da civilização ocidental. Weaver, no entanto, tem como ponto de partida não uma catástrofe militar, mas uma disputa filosófica medieval: a seu ver, as raízes do declínio do Ocidente estavam na controvérsia entre nominalistas e antinomialistas na Europa do século XIV. Para Weaver, a vitória nominalista significou, em última análise, a derrota da crença em valores transcendentais e da concepção de que “há uma fonte de verdade mais elevada que o homem e independente dele”. Esse evento estava longe de ser uma disputa meramente acadêmica, pois teria aberto as portas para uma outra *bête noire* do conservadorismo: o relativismo, isto é, a negação dos absolutos. O Ocidente recaía assim na proposição sofisticada de que “o homem é a medida de todas as coisas”, trocando a concepção cristã do pecado original pela da bondade

inerente do homem e da natureza. A velha noção de “Verdade”, com maiúscula, foi abandonada pela de várias verdades voláteis e temporalmente condicionadas, nenhuma delas sólida o bastante para satisfazer as necessidades morais e espirituais de uma sociedade saudável. Daí para frente, a religião declinou e o racionalismo e o materialismo ascenderam, tornando-se os elementos dominantes do pensamento moderno. Essa longa cadeia de eventos — que teria correspondência no pensamento de outros autores, como Eric Voegelin — era sintetizada no próprio título do primeiro livro de Weaver, lançado em 1948: *Ideas have consequences*.²⁸⁷

Note-se a amplitude do tema: em vez de discutir medidas de governo, a economia ou a conjuntura internacional, o foco é a *cultura* — não a dos EUA, mas a do Ocidente como um todo — vista na longa duração. A preocupação maior de Weaver, como dos autores tradicionalistas em geral, está nos *valores* de uma sociedade, pois são eles a base da *ordem*. Se valores inadequados se disseminam, a própria sobrevivência da civilização pode ser posta em jogo. Dessa forma, discussões sobre a liberdade, como as que emergiam ao se debater o papel do Estado ou as diferenças entre capitalismo e comunismo, não podiam se desvincular da preocupação com a *virtude*. Ao contrário das discussões políticas convencionais, geralmente focadas na eficácia desta ou daquela medida, o tradicionalismo põe na ordem do dia temas como responsabilidade, autocontrole, respeito à autoridade, religiosidade e senso de dever. Mesmo a liberdade, cantada em verso e prosa na cultura americana e enfatizada pelos conservadores na luta contra o liberalismo, é entendida aqui segundo a lógica puritana de conferir a habilidade de buscar a virtude pelo reconhecimento e submissão às intenções divinas de uma autoridade moral absoluta. Existe um ordenamento *transcendental* que merece respeito — seja chamado de Deus ou lei natural — e os absolutos são uma realidade e necessários à ordem.

Ecos tradicionalistas também existiam no nosso terceiro livro, *Witness*, de Whittaker Chambers. Lançado em 1952, a origem do livro tem uma história que bem renderia um filme de espionagem. Afinal, seu autor foi protagonista de um dos casos mais rumorosos da época, sobre a infiltração de espiões comunistas no Departamento de Estado. Ex-militante do PC, Chambers havia colaborado com agentes soviéticos até fins dos anos 30, quando a decepção com Stálin o fez abandonar o partido. Anos mais tarde, durante uma série de investigações do Congresso, ele veio a público denunciar, entre outros, o seu ex-amigo Alger Hiss, então um bem relacionado funcionário do corpo diplomático americano. Mais do que isso, Chambers

²⁸⁷ NASH, op. cit., p. 39-40. Em 2012, foi lançada uma edição brasileira pela editora É Realizações: <http://www.erealizacoes.com.br/livros/As-Ideias-tem-Consequencias.asp>.

entregou às autoridades os “papéis da abóbora”, documentos secretos que ele havia mantido escondidos dentro do referido legume em sua fazenda como forma de garantia contra retaliações de seus ex-camaradas. Chambers, que trabalhava como jornalista, acabou ganhando fama nacional e sendo violentamente criticado por liberais e esquerdistas como um caluniador; Hiss foi preso, não por espionagem, crime que teria prescrito à época do processo, mas por perjúrio. A sinceridade de um e a culpabilidade de outro seriam motivo de debate por décadas, com Chambers e Hiss classificados cada qual como mártir ou vilão de acordo com as preferências ideológicas do observador. Finalmente, nos anos 1990, quando da abertura dos arquivos soviéticos, pesquisadores alegaram poder confirmar a versão de Chambers de que Hiss teria mesmo sido um espião, identificado pelo codinome Ales — mas, ainda assim, há quem discorde.²⁸⁸

Witness é uma volumosa autobiografia, ora lírica e espiritual, ora sombria e apocalíptica, mas de leitura intensa. No prefácio, escrito em forma de carta aos seus filhos, o autor apresenta a sua avaliação do mundo naquele momento de polarização ideológica. Para ele, que trocou o marxismo pelo cristianismo quacre, duas grandes forças marchavam para um confronto, disputando os corações e as mentes da humanidade, mas não se tratava de capitalismo e socialismo, nem mesmo de EUA e URSS. O que Chambers enxerga é uma luta entre duas “fés” a disputar a lealdade humana: a Liberdade e o Comunismo. Este último nada mais seria do que o catalisador e o sintoma de uma crise de fé que afligia o Ocidente há algum tempo e levava alguns indivíduos a acreditar honesta e apaixonadamente que essa sociedade estava além de qualquer recuperação. Assim, reunindo todo seu idealismo, tornam-se capazes de renunciar a tudo, mesmo à própria vida, no esforço para destruir a ordem vigente e substituí-la pela de sua utopia particular. Esse amor a um ideal messiânico, que Chambers reconhece como sincero, tinha um caráter basicamente religioso, pois era isso que o comunismo de fato seria: a “segunda fé mais antiga do homem”, aquela que promete “E vós sereis como deuses”.²⁸⁹ Em última instância, a polarização em que o mundo se via mergulhado era uma crise religiosa, entre aqueles que ainda reconheciam uma instância metafísica — Deus — e os que professavam um implacável materialismo antropocêntrico. Em ambos os lados, a busca de um mundo melhor, mas quanta diferença nos pressupostos e nos meios!

²⁸⁸ Para uma síntese da controvérsia, v. *The Alger Hiss history*: <https://files.nyu.edu/th15/public/latest.html>. [Acesso em 23 de julho de 2013.]

²⁸⁹ Referência à promessa da serpente a Eva em Gênesis 3:5.

Comentando sobre as reações do *establishment* liberal ao seu testemunho contra Hiss, Chambers reforça a ideia já presente em Hayek da continuidade entre liberalismo e comunismo. Ao refletir sobre o porquê de sua primeira tentativa de denunciar a infiltração de comunistas no governo ter fracassado (ele contactara Adolf Berle, diplomata e um dos conselheiros de FDR), Chambers relata, em uma passagem:

E foi com espanto que lancei meu primeiro exame sério do New Deal. [...] [T]odos os New Dealers que eu conhecera eram comunistas ou quase comunistas. Nenhum deles levava o New Deal a sério como um fim em si mesmo. Eles o consideravam um instrumento para atingir os seus próprios fins revolucionários. [Já eu] pensava no New Deal como um movimento reformista que, no tocante a leis sociais e trabalhistas, estava pondo os Estados Unidos, com atraso, lado a lado com a Grã-Bretanha e a Escandinávia.

Eu notara seus traços óbvios — sua coalizão de interesses divergentes (...), seus conselhos divididos, sua estratégia improvisada, sua equipe executiva em permanente mudança (...). Agora com a curiosidade renovada graças a Berle, eu vi o quão enganadora essas manifestações superficiais eram, e quão taticamente vantajosas, pois elas escondiam o fluxo interno deste grande movimento. Esse fluxo era predominantemente na direção do socialismo, apesar de a massa daqueles que em parte dirigiam e em parte eram levados por ela, acreditasse sinceramente que eles eram liberais.

Eu enxerguei que o New Deal só superficialmente era um movimento de reforma. Eu tinha de reconhecer a verdade daquilo que seus protagonistas mais sinceros (...) declaravam com firmeza: o New Deal era uma revolução genuína, cujo propósito mais profundo não era a simples reforma dentro das tradições existentes, mas uma mudança básica nas relações sociais e, acima de tudo, de poder dentro da nação. Não era uma revolução pela violência. Era uma revolução feita por contabilidade e legislação. Até onde ela foi bem-sucedida, o poder da política havia tomado o lugar do poder dos negócios. Esta é a mudança básica de poder de todas as revoluções de nosso tempo. Esta mudança *era* a revolução. Era secundário que a revolução não estivesse completa, que não fosse feita por tanques e metralhadoras, mas por atos do Congresso e decisões da Suprema Corte, ou que muitos dos revolucionários não soubessem que o eram ou o negassem. Mas a revolução é sempre uma questão de força, quaisquer que sejam os disfarces que a força assuma. Se os revolucionários preferem se chamar Fabianos, que buscam o poder por meio de um gradualismo inevitável, ou Bolcheviques, que buscam o poder pela ditadura do proletariado, a luta é pelo poder.²⁹⁰

Daí, continua ele, haver tantos comunistas disfarçados atuando na máquina do governo. Com uma tal “revolução” em curso, eles se tornavam quase indetectáveis. E essa cegueira política por parte dos liberais, incapazes de diferenciar a si mesmos dos adeptos do comunismo quanto ao objetivo de mudar as relações de poder no país, tornava-se ainda mais aguerrida pelo fato de ser honesta, pois aqueles que não conseguiam perceber que o seu “liberalismo” era, na realidade, “socialismo”, também não conseguiam perceber que ele também podia chegar a significar “comunismo”. Por conseguinte, recusavam-se a admitir a infiltração que se dava nos seus quadros governamentais e, quando surgia algum problema,

²⁹⁰ CHAMBERS, Whittaker. *Witness*. Regnery Publishing, 1987, p. 471-2.

bastava aos comunistas gritar, “Caça às bruxas!”, para contarem com a simpatia dos seus padrinhos. Dessa maneira, sem que soubessem, os liberais muitas vezes acabavam se pondo a serviço dos agentes não apenas de uma potência estrangeira, mas de uma ideologia que, ao fim e ao cabo, se opunha à própria civilização que o liberalismo pretendia representar.

O impacto de *Witness* foi profundo. Como diz George Nash, os três grandes temas do livro, “o senso de uma luta titânica, a interpretação dessa luta como sendo Deus *versus* o Homem, e a crença na continuidade fundamental entre o liberalismo e o Comunismo”, tocaram pontos sensíveis e foram incorporados ao discurso conservador a partir de então.²⁹¹ Vários futuros líderes conservadores, como William Rusher, John Chamberlain e o próprio William F. Buckley Jr., declarariam mais tarde como as memórias de Chambers foram importantes em sua formação. Independentemente disso, havia bastante espaço para obras assim, e o mercado editorial americano já tinha praticamente um subgênero de literatura dedicada a tratar da ameaça comunista. Obras como *This was my choice*,²⁹² do ex-espião soviético Igor Gouzenko, e *The god that failed*,²⁹³ com depoimentos de escritores renomados que haviam defendido a causa durante os anos 30, mostravam ao grande público um pouco das entranhas do aparato soviético de espionagem no Ocidente e/ou da militância do Partido Comunista. A bem da verdade, eram esses ex-militantes e “companheiros de viagem” (simpatizantes) que muitas vezes se tornavam os mais ferrenhos inimigos de sua antiga ideologia. Ao mesmo tempo, documentos ligados a investigações oficiais sobre atividades subversivas e de espionagem eram publicados, reforçando a preocupação com o estrago que as ideias radicais poderiam provocar se a nação não se defendesse adequadamente. Em retrospecto, bem se vê que, tal como um século e meio antes, a percepção de um radicalismo crescente favorecia uma reação conservadora.

Hayek, Weaver e Chambers representam os três componentes principais do movimento conservador americano nos anos 50 e 60: o libertarianismo,²⁹⁴ o tradicionalismo e o anticomunismo militante. Mas eles escreviam de forma independente, sem um fórum comum. A bem da verdade, eles talvez nem mesmo se vissem como tendo algo a ver uns com o outro. A diversidade de seus focos — a economia, a cultura e o conflito ideológico-geopolítico mundial — também contribuía para uma separação, não só entre eles, mas dos seus afins. Autores libertários, por exemplo, tendiam a se preocupar muito com regulamentação econômica, mas pouco tinham a dizer sobre temas que cativavam

²⁹¹ NASH, op. cit., p. 105.

²⁹² GOUZENKO, Igor. *This was My Choice*. London: Eyre & Spottiswoode, 1948.

²⁹³ CROSSMAN, Richard H. (ed.). *The god that failed*. Harper & Brothers, 1949.

²⁹⁴ Também chamado, neste período inicial do pós-guerra, de individualismo e de liberalismo clássico.

tradicionalistas como Weaver, ou sobre a religiosidade que impregnava as confissões de Chambers. Da mesma forma, os tradicionalistas muitas vezes ignoravam solenemente a proposição de políticas públicas alternativas, e os anticomunistas podiam muito bem defender a suspensão de liberdades individuais em prol da segurança nacional. A formação de um movimento conservador exigiria, primeiro, um reconhecimento mútuo, uma identidade comum. Isso surgiu ao longo de alguns poucos anos, mas apresenta marcos identificáveis.

Primeiro, o nome. O termo “conservador”, é claro, já existia há muito. Mas o primeiro a tentar organizar uma visão conservadora americana nesse período do pós-guerra foi um autor que mais tarde seria renegado por seus pares e se tornaria “maldito” dentro do movimento:²⁹⁵ Peter Viereck. Seu livro mais importante a esse respeito foi também o primeiro após 1945 a usar “conservadorismo” no título, *Conservatism revisited*, lançado em 1949. Segundo Nash, essa foi a obra que lançou a primeira convocação para um “novo conservadorismo” nos EUA, mas usando para isso a tradição continental europeia. Viereck era filho de um notório ativista germanófilo (ao lado do pai, conheceu o Kaiser Guilherme II, possível parente distante, em seu exílio na Holanda), e, em abril de 1940, ganhara alguma projeção com um artigo para a revista *The Atlantic* intitulado “But... I’m a conservative!”.²⁹⁶ Nele, aos 23 anos, Viereck já enunciava alguns temas caros aos tradicionalistas:

A revolta tem agora a sua hierarquia de santos, incluindo apóstolos do Progresso tão divergentes quanto os editores da *Nation* e da *New Masses*.²⁹⁷ Ela tem seus encantos elaborados, formalizados, seus bordões sagrados. Por trás de muito disso está a convenção complacente de que nossa única alternativa ao terror fascista é o marxismo. O marxismo significa muitas coisas. Eu me revolto contra a sua “revolta” principalmente por causa do seu ataque materialista aos nossos valores não-econômicos do espírito. Apenas os valores econômicos tornam a vida possível, mas apenas os valores morais, estéticos e intelectuais a fazem digna de ser vivida.²⁹⁸

Esse artigo ecoaria no livro de 1949, cujo subtítulo era justamente *The revolt against revolt, 1815-1949*. Nele, Viereck retoma a questão dos valores do espírito em oposição à ideia corrente de que conservadorismo era a apologia do *laissez-faire*. Em vez disso, ele defendia um conservadorismo dotado de “uma reverência humanista pela dignidade da alma

²⁹⁵ O “pecado mortal” de Viereck seria justamente a disposição em aceitar o New Deal, algo inaceitável para os demais conservadores que surgiram pouco depois.

²⁹⁶ NASH, op. cit., p.65.

²⁹⁷ Revistas americanas de esquerda.

²⁹⁸ VIERECK, Peter. But... I’m a conservative!. *The Atlantic*. April 1940. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1969/12/but-i-apos-m-a-conservative/4434>. Acesso em 18 de março de 2011.

individual”, em oposição ao “coletivismo” do fascismo e do stalinismo; capaz de promover a “autoexpressão através do autocontrole” e da “proporção e da medida”; e, naturalmente, fundado no senso de uma continuidade histórica. A base desse conservadorismo seria a religião cristã e os “quatro ancestrais do homem ocidental”, a saber: os “severos mandamentos morais e a justiça social do Judaísmo; o amor pela beleza e pela especulação intelectual sem barreiras da livre mentalidade helênica; o universalismo do Império Romano e sua exaltação da lei; e o aristotelismo, o tomismo e o antinominalismo” medievais. Tudo isso temperado pela noção judaico-cristã do pecado original, ou seja, uma aguda consciência da imperfeição humana que se opunha à visão de perfectibilidade dos liberais e radicais a alimentar utopias as quais, em nome de um hipotético paraíso terrestre, não raro degeneravam no totalitarismo. Em suma, ideias e argumentos que colocam Viereck no campo tradicionalista.

Determinada a origem do nome, vieram as tentativas de definição e estabelecimento de critérios de reconhecimento. A mais popular também encontraria seu lugar de consagração no futuro cânon. Seu autor não era um respeitado estudioso estrangeiro, nem membro de uma universidade prestigiada como a de Chicago ou tampouco um ex-espião arrependido. Sua vida não fora aventureira, nem sua família tinha antecedentes políticos relevantes. Era, acima de tudo, um voraz autodidata, introvertido e um tanto excêntrico, mas que iria se tornar um dos mais importantes pensadores da direita americana de sua época.

3.2.2 RUSSELL KIRK E *THE CONSERVATIVE MIND*

Por valorizarem a continuidade histórica e o papel da religião na formação moral da sociedade, os autores tradicionalistas americanos costumam beber largamente em fontes e exemplos europeus. Não era de surpreender, portanto, que a obra que iria popularizar os “cânones” do pensamento conservador viesse do primeiro e único americano a se tornar Doutor em Letras na secular universidade escocesa de Saint Andrews, fundada em 1413.²⁹⁹

Russell Amos Kirk nasceu em 1918 na pequena Plymouth, Michigan, nos arredores de Detroit. Filho de um maquinista de trem, Kirk “logo cedo veio a partilhar os preconceitos de seu pai contra a ‘civilização da linha de montagem’ que já penetrava Michigan sob a égide de Henry Ford”.³⁰⁰ Graduado como *Bachelor of Arts* pela Universidade Estadual de Michigan, onde viria a se tornar professor por alguns anos, passou grande parte do seu período

²⁹⁹ McDONALD, W. Wesley. *Russell Kirk and the age of ideology*. University of Missouri Press, 2004, p. 21.

³⁰⁰ NASH, op. cit., p. 69-70.

universitário imerso em leituras feitas por conta própria: “velhos livros de viagem, esquinas esquecidas das belas-letas, história africana, os ensaios de Samuel Johnson”, entre muitas outras. Foi nesse período que conheceu *The attack on Leviathan*, do filósofo, poeta e professor da Universidade Vanderbilt, Donald Davidson.³⁰¹ A obra o impressionou vivamente com sua denúncia contra a “Grande Sociedade, organizada sob um único, complexo, mas forte e altamente centralizado governo nacional, motivado em última instância pelo desejo dos homens pelo bem-estar econômico de um tipo específico em vez de por seu desejo de liberdade pessoal”. A obra deu coerência às desconfianças que o próprio Kirk sentia em relação às “noções políticas populares nos anos 1930”,³⁰² justamente aquelas que davam base ao liberalismo. Além disso, o livro de Davidson serviu como um primeiro contato com a cultura do sul dos Estados Unidos, que, mais tarde, o inspiraria a fazer sua dissertação de mestrado sobre o político sulista do século XIX, John Randolph.³⁰³

Mas foi no doutorado que Kirk deu o grande salto intelectual que o projetaria para a fama. Alguns anos após a graduação, já trabalhando como instrutor em História da Civilização na sua *alma mater*, Kirk decidiu pesquisar a história dos grandes expoentes do conservadorismo anglo-americano. Para isso, licenciou-se da Universidade Estadual de Michigan e viajou para a de Saint Andrews, na Escócia, onde desenvolveu sua pesquisa. Ali, caminhando pelo país e dando plena vazão às suas paixões de antiquário, Kirk encontrou “o princípio metafísico da continuidade [tornado uma] realidade visível”, consagrado nos escritos de Edmund Burke: “o passado sempre se misturando ao presente, de modo que o tecido continuamente se renova, como um grande carvalho, nunca sendo completamente velho nem completamente novo”.³⁰⁴

Essa inspiração se materializou numa tese, que Kirk logo procurou publicar. O manuscrito foi oferecido à prestigiada editora Alfred A. Knopf, de Nova York. No entanto, a Knopf só aceitaria publicá-lo com a condição de reduzir o texto à metade, o que Kirk recusou. Então um amigo em comum o pôs em contato com o editor Henry Regnery, que vinha publicando vários autores conservadores. Originalmente, o título seria *The conservatives' rout*, mas a editora o mudou para o mais otimista *The conservative mind: from Burke to Santayana*.³⁰⁵ Para grande surpresa de autor e editor, o extenso livro (cerca de 450 páginas)

³⁰¹ McDONALD, op. cit., p. 17-18.

³⁰² KIRK, Russell. *The politics of prudence*. ISI Books, 1993, p. 99-100.

³⁰³ A dissertação de Kirk é publicada até hoje, sob o título *John Randolph of Roanoke: a study in American politics*. A edição mais recente é de 2007, pelo Liberty Fund.

³⁰⁴ KIRK, Russell. *Confessions of a bohemian tory*. New York: Fleeting Publishing Corporation, 1963, p. 27.

³⁰⁵ Em edições posteriores, revisadas, Kirk mudaria o subtítulo para *From Burke to Eliot*, em homenagem ao poeta britânico T. S. Eliot.

recebeu uma elogiosa resenha de página inteira no *New York Times*: de acordo com o resenhista Gordon K. Chalmers, o livro de Kirk, “erudito”, “muito legível” e, em certas passagens, “brilhante e muito eloquente”, tinha o mérito de mostrar o conservadorismo como algo muito mais nobre que o interesse econômico, o mero medo da inovação ou “as atividades do Senador McCarthy, [que] iludiu a muitos levando-os a pensar que *ele* era um conservador”. Além disso, o livro era digno de nota também por examinar muitos “clichês” do pensamento vigente sem “os preconceitos filosóficos da nossa geração: ‘o povo’, ‘homens de boa vontade’, ‘contrato social’, ‘direitos humanos versus direitos de propriedade’, ‘o intelectual’”: “Os valores ‘ilusórios’ conotados por estes termos são submetidos pelo Sr. Kirk a uma luz crítica desapaixonada”.³⁰⁶

O resultado de tal visibilidade é que o livro se tornou não apenas um sucesso comercial, mas também objeto de discussões acirradas na imprensa e na academia.³⁰⁷ Embora escrito por um autor obscuro, *The conservative mind* entraria para a memória do movimento conservador americano como uma obra seminal, e Russell Kirk, como um dos mais conhecidos e prolíficos ícones intelectuais da direita americana no pós-guerra.³⁰⁸

Pode-se dizer que a importância do livro, uma volumosa obra acadêmica escrita em linguagem florida, e não raro poética e laudatória, reside em dois fatores: um histórico e outro de definição. O histórico é pela própria maneira como o livro é estruturado: *The conservative mind* tem o formato de uma história das ideias clássica, partindo das críticas de Edmund Burke à Revolução Francesa, em 1790, até a década de 1950 (o livro é de 1953).³⁰⁹ Em uma sucessão de perfis de “grandes homens” e escolas de pensamento, Kirk oferece ao leitor uma linhagem intelectual conservadora enraizada no mundo anglo-saxão, incluindo desde nomes célebres como Benjamin Disraeli e John Quincy Adams, até outros menos conhecidos, como dois grandes influenciadores de Kirk, os “novos humanistas” Irving Babbitt e Paul Elmer More. O francês Alexis de Tocqueville, “descoberto” pouco tempo antes pela academia americana, também consta do panteão apresentado no livro com o rótulo de “liberal conservador”. Chama a atenção o fato de que metade dos pensadores analisados é de origem

³⁰⁶ CHALMERS, Gordon Keith. Goodwill is not enough. *The New York Times*. 17 de maio de 1953. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=F60614FD3F5B157A93C5A8178ED85F478585F9>.

[Acesso em: 4 de abril de 2011.]

³⁰⁷ REGNERY, Henry. The Making of The Conservative Mind. 1995. In: KIRK, Russell. *The conservative mind: from Burke to Eliot*. 7.ed. Regnery, 2007, p. v-ix.

³⁰⁸ GOTTFRIED, Paul. *Conservatism in America: making sense of the American Right*. Palgrave Macmillan, 2007, cap. 1, *passim*.

³⁰⁹ Não obstante, deve-se ter em mente que se trata de uma tese de doutorado em *Letras*, o que explica essa abordagem mais tradicional numa época em que os historiadores profissionais já exploravam metodologias e modelos diferentes para suas obras.

americana, refutando, assim, a ideia de Lionel Trilling de que os Estados Unidos só possuíam o liberalismo como tradição intelectual. Segundo Kirk, embora o moderno conservadorismo derivasse do anglo-irlandês Burke, em reação ao radicalismo da Revolução Francesa, as suas ideias de respeito à tradição e da prudência como virtude política por excelência haviam lançado raiz também na América.³¹⁰ Embora não fosse a primeira genealogia intelectual desse tipo — o próprio Richard Weaver já esboçara algo assim em artigos sobre as tradições sulistas, para citar apenas um exemplo —, Kirk teve sucesso em popularizar a ideia. Mas sua contribuição para a formulação de uma identidade conservadora foi além de uma galeria de ancestrais respeitáveis e, portanto, de distingui-la dos meros apologistas do *laissez-faire* e críticos do New Deal. Isso nos leva à questão da definição de Kirk de o que caracterizaria um “verdadeiro” conservador moderno.

Na introdução do livro, que é também sua parte mais famosa, Kirk procura dar sua definição de conservadorismo, baseada numa versão mais extensa de doze itens proposta por F. J. C. Hearnshaw na obra *Conservatism in England*. A versão kirkeana, porém, tem apenas seis “cânones” que constituiriam o grande traço de união dos autores “na linha de Burke” estudados no livro (grifos nossos):

1 – Crença de que uma intencionalidade divina governa a sociedade bem como a consciência, forjand uma cadeia eterna de direito e dever que liga o grande e o obscuro, o vivente e o morto. *Os problemas políticos, no fundo, são problemas morais e religiosos [...]*.³¹¹ A verdadeira política é a arte de apreender e aplicar a Justiça que está acima da natureza.

2 – Afeição pela variedade e mistério da vida tradicional, em oposição à uniformidade estreita, ao igualitarismo e metas utilitárias da maioria dos sistemas radicais [...].

3 – Convicção de que a sociedade civilizada exige ordens e classes. A única igualdade verdadeira é a igualdade moral; todas as outras tentativas de nivelamento levam ao desespero, se impostas por legislação positiva. A sociedade anseia por liderança, e se um povo destrói as distinções naturais entre os homens, presentemente Bonaparte preenche o vácuo.

4 – A persuasão de que liberdade e propriedade estão ligadas inseparavelmente, e que nivelamento econômico não é progresso econômico. Separe-se a propriedade da posse privada, e a liberdade se apaga.

5 – Fé na prescrição e desconfiança dos “sofistas e calculadores”. O homem deve pôr um controle sobre sua vontade e seu apetite, pois os conservadores sabem que ele é mais governado pela emoção que pela razão. A tradição e o prejuízo³¹² saudável fornecem freios para o impulso anárquico do homem.

6 – Reconhecimento de que mudança e reforma não são a mesma coisa, e que a inovação é uma conflagração devoradora mais vezes do que é uma tocha do

³¹⁰ NASH, op. cit., p. 72-76.

³¹¹ Note-se o contraste com o racionalismo liberal, para o qual os problemas políticos podem ser enfrentados através do *expertise* científico, sendo, portanto, mais uma questão de técnica que de virtude ou espiritualidade.

³¹² *Prejudice*, no original. Kirk usa o sentido original da palavra, comum entre os conservadores, e que se refere a ideias introjetadas de tal modo que se tornam quase instintivas, sem necessidade de reflexão racional. Cf. a seção 1.1.3 do primeiro capítulo.

progresso. A sociedade deve mudar, pois a mudança vagarosa é o meio de sua conservação, como a perpétua renovação do corpo humano; mas a Providência é instrumento adequado da mudança, e o teste de um estadista é o seu conhecimento da real tendência das forças sociais da Providência.³¹³

Em contraposição, Kirk também caracteriza o que chama de “radicalismo” — uma postura intelectual que remonta, tal como seu antípoda, à época da Revolução Francesa e que nega a existência de uma ética transcendente. Entre esses radicais se incluíam vários dos pensadores mais influentes dos últimos dois séculos, como Jean-Jacques Rousseau, Karl Marx, Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Por trás das doutrinas de todos eles, estariam os seguintes traços principais:

- (1) A perfectibilidade do homem e o progresso ilimitado da sociedade: melhorismo.³¹⁴ Os radicais acreditam que a educação, a legislação positiva e a alteração do ambiente podem produzir homens semelhantes a deuses; eles negam que a humanidade tenha uma tendência natural para a violência e o pecado.
- (2) Desprezo pela tradição. A razão, o impulso e o materialismo determinista são, cada um a seu turno, preferidos como guias para o bem-estar social, mais confiáveis que a sabedoria dos nossos ancestrais. A religião formal é rejeitada e vários sistemas anticristãos são oferecidos como substitutos.
- (3) Nivelamento político. A ordem e o privilégio são condenados; a democracia total, tão direta quanto for praticável, é o ideal radical professado. Aliado a este espírito, em geral, está o desgosto pelos velhos arranjos parlamentares e uma ânsia pela centralização e a consolidação.
- (4) Nivelamento econômico. Os antigos direitos de propriedade, especialmente a propriedade da terra, são suspeitos para quase todos os radicais; e os reformadores coletivistas destroem inteiramente a instituição da propriedade privada.

Como um quinto ponto (...), os radicais unem-se ao detestar a descrição de Burke do Estado como uma essência moral divinamente ordenada, uma união espiritual entre os mortos, os vivos e aqueles ainda por nascer.³¹⁵

Essa dupla caracterização proposta por Kirk é mais notável se a pusermos lado a lado com algumas das características atribuídas ao liberalismo no que diz respeito à sua postura sobre questões caras aos conservadores. Isso porque o liberalismo, como vimos, tinha como ponto de partida uma grande confiança na capacidade humana de progresso, fundada em meios racionais e científicos. Ele também apresentava uma visão de mundo secularizada, que renunciava a qualquer fundamentação metafísica para a ordem social — a fé era uma questão privada que não deveria se imiscuir no espaço público. Secular, o liberalismo dispensava o

³¹³ KIRK, Russell. *The conservative mind: from Burke to Santayana*. Regnery, 1953, p. 7-8. A citação é do texto original. Kirk foi alterando a formulação dos cânones nas edições seguintes, culminando na sétima, de 1986.

³¹⁴ No original, *meliorism*. Trata-se da crença de que o mundo tende a (ou pelo menos pode) se tornar melhor por meio do esforço humano. Cf. DICTIONARY.COM. *Dictionary.com Unabridged*. Based on the Random House Dictionary, 2013. Disponível em: <http://dictionary.reference.com/browse/meliorism> (Acesso em: 3 de abril de 2011).

³¹⁵ KIRK, 1953, p. 9.

apelo à sanção divina para seus projetos e realizações; racional, podia contar com um certo nível de previsibilidade da sociedade humana, abrindo o caminho para intervenções oficiais e planos ambiciosos de engenharia social sob a égide da *ciência* e da não da moral ou da tradição; progressista, podia descartar sem remorsos velhas tradições, crenças e preceitos em prol de “avanços”, de inovações maravilhosas nunca sonhadas pelas gerações passadas. Enfim, tratava-se de um corpo de ideias com vários pontos em comum com o que à época era percebido como a maior ameaça imediata aos Estados Unidos e aos próprios liberais: o comunismo.³¹⁶

O pensamento radical, fosse na versão “forte” da esquerda marxista ou na versão “suave” dos liberais, seria o principal alvo da crítica conservadora tal como entendida por Kirk. Para ele, tais princípios constituirão o que ele chama genericamente de “ideologia”: uma visão de mundo enganosa, alheia à ordem moral transcendente do conservador, baseada nas falsas premissas dos “sofistas, calculadores e economistas” que pretendem substituir a experiência histórica e espiritual concreta das sociedades por abstrações utópicas. Especialmente perigosa seria a rejeição dos radicais às tradições políticas e religiosas que cada sociedade desenvolve ao longo de sua história, e que constituem o tesouro e o farol do conservador: “Conservai o que viram vossos pais”, um velho adágio francês, é para Kirk o lema a seguir. Toda e qualquer reforma deveria ter em conta um respeito reverencial pelo passado e ser *lenta e prudente* — em nada semelhante às propostas radicais que vinham sacudindo o mundo nos últimos dois séculos e ainda atraíam milhões de adeptos em meados do século XX.

Não obstante essa rejeição explícita ao que considera uma das patologias da época moderna, o que tinha em comum com outras correntes de pensamento, *The conservative mind* não estabelece um programa. Em seu passeio pelo pensamento de estadistas, literatos e filósofos, Kirk não dá sugestões claras de políticas públicas, não comenta programas partidários, não tece reivindicações específicas a políticos e autoridades. Tampouco há no seu conservadorismo, como bem notou o resenhista do *New York Times*, qualquer coisa que lembre o estilo de Joseph McCarthy. Em vez disso, o que se encontra em *The conservative mind* são afirmações como a de que são os “homens de imaginação, e não os líderes de partido, [que] determinam o curso último das coisas, como bem sabia Napoleão”. Embora não despreze a política ou a economia, a *cultura* é o fator essencial na visão kirkeana de sociedade, no que ele se sintoniza com outros tradicionalistas. Ao contrário dos radicais, a

³¹⁶ HAMBY, Alonzo L. *Liberalism and its challengers: from F.D.R. to Bush*. 2nd. ed. New York, Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 4.

quem se acusava de ter uma visão “mecânica” do homem (base de tentativas trágicas de engenharia social no século XX), o conservador preocupa-se sobretudo com *valores*, nascidos da experiência histórica de sua comunidade específica em um mundo regido, em última instância, pela Providência. A fim de bem conhecer e difundir tais valores, a arte é um recurso dos mais importantes — Kirk valorizava especialmente os poetas por sua compreensão intuitiva da ordem transcendente, e não foi por acaso que T. S. Eliot seria incluído em versões posteriores da obra.³¹⁷ Esse papel da cultura, e dos artistas em particular, na formação do imaginário e do caráter de uma sociedade seria tema recorrente na obra de Kirk até o fim da vida, e por isso ele é às vezes descrito como um conservador “literato”, cuja pensamento político e social tem um importante componente “estético”.³¹⁸

Ao levantar tais questões, apontando as lacunas do liberalismo e da própria modernidade, ao mesmo tempo que se apropriando do pensamento de diversas figuras históricas — umas relativamente obscuras, outras de grande renome —, Kirk deu ao “novo conservadorismo” americano não apenas uma história própria, um acervo intelectual distinto ao qual recorrer, como também um tom e interesses específicos. Mas esteve longe de obter uma aprovação unânime, mesmo entre os opositores do liberalismo. Foi justamente entre estes últimos é que Kirk encontrou alguns dos seus críticos mais contundentes, o que mostra como a sua versão de conservadorismo era, a um só tempo, inovadora e controversa. Afinal, como se depreende dos cânones apresentados, trata-se de uma concepção peculiar, que não contemplava todos os setores que mais tarde se agrupariam sob a bandeira do movimento conservador. Um bom exemplo dessas diferenças seria o das controvérsias entre tradicionalistas e libertários, já visível pouco tempo depois do bem-sucedido lançamento de *The conservative mind*, e que contrapôs Kirk ao ex-comunista convertido ao liberalismo clássico, Frank Straus Meyer.

No artigo *Collectivism rebaptized*, de julho de 1955, Meyer afirma³¹⁹ que o “novo conservadorismo”, apesar de alguns méritos na crítica à ordem liberal, é fundamentalmente

³¹⁷ McDonald, op. cit., p. 80.

³¹⁸ Ibid., p. 56.

³¹⁹ Segundo Annette Y. Kirk, viúva de Russell, o artigo não teria sido realmente escrito por Meyer, que teria o hábito de terceirizar algumas das resenhas que eram publicadas com seu nome. O texto em questão teria saído como saiu por um lapso de supervisão e, uma vez publicado, Meyer não ousou ir a público para retirar o que disse — o que o exporia como adepto de *ghost-writers*, comprometendo sua reputação como jornalista. Mas como, em escritos posteriores, Meyer retoma esses argumentos contra os ainda chamados “novos conservadores”, evidencia-se que, mesmo se o primeiro ataque tiver sido fruto de um lapso, a discordância que ele expressava era real. Seja como for, a versão de que o ataque de Meyer a Kirk foi deliberado é a única encontrada na historiografia, que vê aí a raiz da hostilidade entre ambos. Tanto é assim que Kirk pediu explicitamente a Buckley para que seu nome não fosse incluído no cabeçalho da revista, justamente por causa da presença de Meyer nele. Cf. HART, Jeffrey. *The making of the American conservative mind: National Review*

compatível com a tendência coletivista da época. O fato de ele ser tido como um “fundamento teórico válido” nos círculos antiliberais seria na verdade fruto de um mal-entendido. Afinal, já que o termo “liberal” passara a designar o proponente de um Estado forte e uma economia controlada, todos os seus opositores seriam “conservadores”. Mas isso não passaria de um engano: na realidade, o conservadorismo burkeano defendido por Kirk não tinha nenhuma “defesa intrínseca contra a aceitação [...] de instituições que a razão e a prudência de outra forma rejeitariam”, bastando que tais instituições já estejam suficientemente consolidadas.³²⁰ Em outras palavras, é um conservadorismo que não distingue de forma clara entre o que é bom e o que é ruim no *status quo*. Afinal, o que se deseja conservar? E, continua ele, embora a “sabedoria acumulada da civilização ocidental [...] nas formas alcançadas pelos séculos XVIII e XIX ingleses e com o conteúdo espiritual do Alto Cristianismo Anglicano” — a grande fonte do pensamento de Kirk — tenha sido o ponto de partida de muita gente para a crença no valor do indivíduo, não é o bastante.³²¹ Essa crença na dignidade individual pode ser interpretada de formas autoritárias, e por isso é necessário um “segundo conjunto de princípios” que esclareça a importância da liberdade do indivíduo. Isso era ainda mais urgente numa época cuja grande característica era a perda de espaço individual frente a um Estado cada vez mais poderoso, quando o interesse da massa se sobrepuja às escolhas de cada um. Para Meyer, Kirk falhava nesse ponto, assim como falhava por não fornecer ideias das quais se pudesse extrair um programa claro e viável no contexto da civilização moderna. E, finalmente, Meyer, o judeu incrédulo, acusa Kirk de arrogância por ter afirmado que era impossível ser cristão e individualista (leia-se: “libertário”) ao mesmo tempo, e por ter associado o seu próprio modelo social aos desígnios da Providência. Por essas razões, Meyer conclui, o novo conservadorismo, “despido de suas pretensões, não passa de um disfarce para o espírito coletivista da era”.³²²

Esse entrevero entre aquele que despontava como o maior dos tradicionalistas e o ex-comunista libertário era apenas uma amostra das contradições no pensamento da direita americana dos anos 50. Kirk se encaixava muito bem no tipo do conservador europeu que informou as teorias examinadas em nosso primeiro capítulo; seus “cânones” se aplicam em primeiro lugar a ele mesmo e seus colegas tradicionalistas, como Viereck e Weaver. Mas suas opiniões necessariamente implicavam uma tensão com o foco libertário de alguém como

and its times. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2007, cap. 4. A versão de Annette Kirk foi dada em entrevista ao autor feita em dezembro de 2011.

³²⁰ MEYER, Frank S. *In defense of freedom and related essays*. Indianapolis: The Liberty Fund, 1996, p. 5.

³²¹ *Ibid.*, p. 7.

³²² *Ibid.*, p. 13.

Meyer: como compatibilizar o respeito por antigas tradições e pelo gradualismo com uma defesa da liberdade individual que normalmente ia na contramão dessas mesmas tradições? Como falar numa ordem transcendental regendo de algum modo a ordem social, por exemplo, quando durante tantos séculos essa mesma ordem negou a primazia do indivíduo em nome de corporações, castas, igrejas e aristocracias? Isso sem falar no papel da religião: como a dimensão metafísica evocada por Kirk poderia ser aceita por libertários ateus, muitos oriundos da esquerda radical e acostumados a desconsiderar Deus na sua visão da boa sociedade? Como conciliar o pluralismo libertário, consequência necessária do seu individualismo, com tradições não raro totalizantes e aristocráticas? E, finalmente, o que era mais importante para o bem-estar social: a busca da virtude e da autodisciplina dos tradicionalistas ou a defesa intransigente da liberdade individual dos libertários?

Não era nada óbvio que devesse haver maior aproximação entre esses grupos. Além disso, “direita militante”, nesse momento, representava ainda, para o grande público e mesmo observadores acadêmicos,³²³ o patriotismo exacerbado de movimentos nativistas como o do Padre Coughlin, nos anos 1930, o lobby dos grandes negociantes avessos à interferência pública em seus negócios (como o da NAM e da Liberty League), ou, dentro do Partido Republicano, os discursos mordazes e nem sempre coerentes do senador Robert Taft ou ainda o anticomunismo extravagante do seu colega Joseph McCarthy.³²⁴ E é aí que entra o último item da nossa seleção do cânone conservador, agora não um livro, mas uma revista.

3.3 WILLIAM F. BUCKLEY JR. E A *NATIONAL REVIEW*

No começo dos anos 1950, podia-se dizer que havia espaço na mídia americana para a propagação de ideias conservadoras. O já citado *Chicago Tribune*, e também os jornais do grupo de William Randolph Hearst e o *American Mercury* o faziam com frequência e

³²³ Para uma análise da época sobre o que era considerado radicalismo de direita — que não deve ser confundido com o conservadorismo de que tratamos aqui —, cf. BELL, Daniel (ed.). *The new American Right*. Criterion Books, 1955 (relançado e expandido em 1962 como *The radical Right*. Garden City, New York: Doubleday Anchor, 1962. É digno de nota que os articulistas do livro, que incluem Seymour Martin Lipset, Talcott Parsons, Richard Hofstadter e o próprio Peter Viereck, entre outros nomes respeitados, deem mais atenção à caça às bruxas do senador McCarthy e a organizações que hoje seriam enquadradas na extrema-direita do que ao conservadorismo como movimento intelectual. Aliás, busca-se explicar a “direita” em geral pelo recurso a conceitos como “ansiedade de status” — em suma, uma análise não das *ideias* dos conservadores, mas dos *motivos* de seu conservadorismo, numa abordagem “clínica” pela qual a posição conservadora praticamente equivale a uma espécie de patologia.

³²⁴ Sobre esses dois políticos da *mainstream* da oposição republicana ao governo Truman, mas que não militaram no movimento conservador de que tratamos aqui, cf. HAMBY, capítulo 3.

regularidade, bem como publicações populares como o *Reader's Digest* e *Life*. Isso, claro, para não falar de veículos mais segmentados, como a *American Legion Magazine*. O problema era que nenhum deles atendia ao anseio por um fórum mais intelectualizado, “que desafiasse a alegação liberal de que os conservadores não tinham quaisquer ideias”, como afirmara Lionel Trilling.³²⁵ Não havia à direita nenhum equivalente à *The New Republic* ou à *The Nation*, revistas que, no dizer do jornalista conservador John Chamberlain, tinham sido instrumentais na criação de um ambiente intelectual reformista durante as décadas de 1920 e 30. Mesmo que essas publicações liberais não fossem recordistas de vendas, ambas com uma circulação da ordem de 30.000 exemplares, muitos conservadores que trabalhavam no mercado editorial acreditavam que “não havia uma correlação direta entre a circulação de uma revista e sua real influência na opinião política” do país. Subjacente a isso, havia também a crença, comum entre intelectuais da direita americana, de que as ideias podiam ser uma força crucial no processo de formação da sociedade, até mais importante que o tradicional conflito entre grupos de interesse da rotina política.³²⁶ Por essa perspectiva, uma revista ou jornal de opinião que pudesse circular nos meios certos oferecendo uma visão alternativa consistente poderia ser um passo importante para a formação de um movimento conservador. Só que isso ainda não existia.

A despeito de orientação política, começar um periódico de opinião era um negócio arriscado. Mesmo uma publicação liberal bem estabelecida como *The Nation* não podia existir sem apoio financeiro. Segundo uma estimativa feita por consultor editorial em 1949, estabelecer um novo periódico levava em média quatro anos, e as probabilidades contra o sucesso de tal empreendimento eram de três para uma. Portanto, era de se esperar que várias das tentativas conservadoras no campo editorial tivessem vida curta.³²⁷

A experiência mostrava que mesmo títulos tradicionais e respeitados, como o *American Mercury*, que teve seus dias de glória na época de H. L. Mencken, podiam perecer. No caso, as dificuldades financeiras levaram o *Mercury* a ser vendido para o empresário Russell Maguire, fabricante da famosa metralhadora Thompson, em 1952. Pouco depois, o que tinha sido uma sofisticada publicação de crítica sociocultural tornou-se um veículo para ideias antissemitas e teorias da conspiração. Mais do que a sua credibilidade entre os conservadores, o *Mercury* acabou por perder a própria alma.

³²⁵ Cf. nota 5.

³²⁶ BJERRE-POULSEN, op. cit., 79-80.

³²⁷ Ibid., p. 81.

Dos periódicos conservadores que nasceram nessa época e conseguiram sobreviver, dois merecem um comentário: *Human Events* (fundado em 1944) e *The Freeman* (de 1950).

De frequência semanal, *Human Events* tirou seu nome da frase de abertura da Declaração de Independência. Seus criadores, Felix Morley e Frank C. Hanighen, queriam uma revivescência conservadora em termos intelectuais e de ação política; entretanto, tinham também um objetivo mais específico: “examinar o que eles criam ter sido um registro das falhas liberais que tinham envolvido os Estados Unidos não apenas na Segunda Guerra Mundial, mas na Primeira também”.³²⁸ Hanighen, em particular, tinha um envolvimento antigo com a questão: fora um dos autores do livro *Merchants of death*, de 1934, que influenciou a política isolacionista americana da época.³²⁹ Mais tarde, aos dois jornalistas se juntou Henry Regnery, que em breves anos começaria sua carreira como um dos mais importantes editores de obras conservadoras do país.

Apesar do número modesto de assinaturas quando foi lançada, *Human Events* contava com alguns nomes ilustres entre intelectuais e líderes políticos e empresariais (Morley se referia a eles como a “lista do creme”): John Dos Passos, Pierre Du Pont, Herbert Hoover, Charles Lindbergh, Richard Nixon e Robert Taft. Com o tempo, passariam por suas páginas nomes de projeção nos meios conservadores, como Friedrich Hayek, o político e futuro candidato à presidência Barry Goldwater e mesmo Russell Kirk.³³⁰ No período em que manteve o quadro original de editores, a revista tinha como políticas declaradas o que poderia ser uma súpula dos ideais da Velha Direita:

Reestabelecer uma crença na tradição do governo limitado; reestabelecer um sistema de livre empresa; reestabelecer a responsabilidade individual como um contraponto ao socialismo; combater o controle coletivista de largos segmentos da imprensa e do mundo editorial; reduzir o poder executivo e restaurar a autoridade legislativa; devolver aos estados o máximo de poder possível; restaurar a liberdade na América; e parar as intervenções políticas e as alianças com outras nações.

³²⁸ FERRIS, Thomas J. *Human Events*, 1944- . In: LORA, Ronald; LONGTON, William Henry (ed.). *The conservative press in twentieth-century America*. Westport & London: Greenwood Press, 1999, p. 449.

³²⁹ O livro, hoje em domínio público, tinha como tese que o envolvimento americano na Primeira Guerra tinha sido causado por uma conspiração de fabricantes de armas, os “mercadores da morte” do título. O assunto chamou suficiente atenção para merecer uma investigação do Senado, chefiada pelo democrata isolacionista Gerald Nye. Apesar do estardalhaço, no entanto, os resultados obtidos foram pífios e, após dois anos de atividade, o assim chamado “Comitê de Munições do Senado” foi extinto em 1936. Cf. http://www.senate.gov/artandhistory/history/minute/merchants_of_death.htm. O livro pode ser encontrado em <http://greatwar.nl/frames/default-merchants.html> ou no Google Books: <http://bit.ly/A3C32K>. [Acesso em: 23 de fevereiro de 2012.]

³³⁰ Curiosamente, desde então o tom da revista se tornou bem menos intelectualizado e mais sensacionalista. Atualmente, alguns dos autores mais inflamados e controversos da direita americana contribuem regularmente para *Human Events*, como Ann Coulter — que equacionou liberalismo e traição à pátria em um de seus livros —, e Michelle Malkin — que publicou em blog os contatos de estudantes que se opunham ao recrutamento militar no campos, acusando-os de sedição.

Com o tempo, no entanto, *Human Events* começou a trocar o seu relativo isolacionismo original por um anticomunismo cada vez mais estridente. Para seus editores e colaboradores, a promessa de paz, prosperidade e democracia sob a égide das Nações Unidas era uma ilusão em um mundo ameaçado pela existência da União Soviética. Isso se tornou especialmente verdadeiro após a URSS ter anunciado possuir sua própria bomba atômica, em 1949, e com a renúncia de Morley, em 1950. A partir daí, *Human Events* passou a defender a estratégia do *roll back*, isto é, a ideia de que a segurança americana dependia do recuo ou derrubada do regime soviético, mesmo que isso implicasse a expansão do governo que a revista teoricamente combatia. A visão de uma conspiração comunista mundial capaz de qualquer coisa para atingir seus fins sórdidos — não havia “mal tão chocante que os comunistas deixassem de cometê-lo”, diria Hanighen — se tornou um artigo de fé da linha editorial, e uma quebra de continuidade com a Velha Direita, tradicionalmente contrária a grandes envolvimento na política externa.

O conservadorismo de *Human Events* também se manifestava em outros temas debatidos com frequência, como a educação. Nisso, o seu receituário misturava antiestatismo e o humanismo tradicionalista: “abolição do Departamento de Educação; redução do poder da Associação Nacional de Educação;³³¹ inclusão de cursos mais tradicionais como Inglês, História e Geografia; restauração da religião a um lugar vital da experiência estudantil”, e a volta ao controle local das escolas, de forma que os professores fossem contratados ou demitidos conforme os costumes da comunidade.³³²

Já quanto a *The Freeman*, tratava-se da retomada de um legado. Nos anos 20, Albert Jay Nock fundara um semanário homônimo. Duas décadas e meia depois, a nova encarnação da revista anunciava haver “uma necessidade urgente na América para um periódico de opinião devotado à causa do liberalismo tradicional e da liberdade individual. O *Freeman* é feito para preencher essa necessidade.”³³³ Em consonância com as ideias do seu fundador, portanto, o *Freeman* tinha compromisso com as ideias libertárias e acabou se tornando, por um tempo, talvez a mais prestigiosa dentre as poucas publicações conservadoras do país.

Ao contrário de *Human Events*, os editores do *Freeman* entendiam que a luta contra o comunismo estava vencida, pelo menos na frente doméstica dos EUA. O objetivo agora era “reviver o conceito de liberalismo de John Stuart Mill”. Para esse fim, foram investidos US\$

³³¹ A *National Education Association* é o sindicato americano dos professores públicos e funcionários relacionados à educação. Hoje a NEA é a maior associação trabalhista do país, com mais de 3 milhões de membros. Cf. <http://www.nea.org>. [Acesso em: 23 de fevereiro de 2012.]

³³² FERRIS, op. cit., p. 455.

³³³ HAMILTON, Charles H. *Freeman* 1950-. In: LORA & LONGTON, op. cit., p. 321.

200.000 levantados entre figuras como o magnata da Sun Oil J. H. Pew e o ex-presidente Herbert Hoover (que também assinavam *Human Events*). A primeira edição já saiu com 6.000 assinantes — 5.000 deles herdados da recém-extinta e anticomunista *Plain Talk*, com a qual a nova revista se fundiu.³³⁴ No corpo de diretores, expoentes do pensamento libertário (chamado de “individualista” na época) como Ludwig Von Mises (professor de Hayek), Leonard E. Read (da *Foundation for Economic Education*) e empresários como o importador Alfred Kohlberg. Na editoria, John Chamberlain e Suzanne La Follette (que mais tarde integrariam *National Review*), bem como Henry Hazlitt.

No editorial do primeiro número, escrito por Hazlitt e intitulado “The Faith of the *Freeman*”, seus princípios — essencialmente os mesmos do libertarianismo — são apresentados:

De primeira importância, escreveu ele, era a crença na autonomia moral do indivíduo, sem a qual não poderia haver liberdade. Segundo, indivíduos livres agiam por meio do livre mercado, “a instituição básica de uma sociedade liberal”. A liberdade econômica e o livre comércio punham a verdadeira sociedade liberal ou libertária à parte de todas as formas de coletivismo. Finalmente, o editorial dava expressão mais moderada ao pequeno poema de Dorothy Thompson, “Eu odeio, o Estado” [*sic*]. O império da lei, a descentralização do poder, e a autonomia local eram enfatizadas como forças limitadoras das tendências naturais ao autoengrandecimento por parte do governo.³³⁵

Com essa linha editorial, era de se imaginar que o *Freeman* atraísse os “Remanescentes” em quem Nock depositara tanta esperança. O poder de fogo intelectual de seus colaboradores era notável, e havia suficiente contraste entre eles para que a publicação não se tornasse um veículo monótono repercutindo sempre as mesmas opiniões panfletárias. A luta antioletivista, por extensão antikeynesiana e antiliberal, parecia ter encontrado um veículo de bom nível e editorialmente viável, contando com 22.000 assinaturas em fins de 1952. Mas as Parcas do conservadorismo não quiseram assim: quando tudo indicava que *The Freeman* se tornaria “o” porta-voz conservador, uma sucessão de divergências internas entre os editores — por exemplo, sobre o macarthismo e sobre qual candidato apoiar nas primárias republicanas — envenenou a atmosfera da redação. Além disso, assim como acontecera com *Human Events*, um anticomunismo agressivo e intervencionista, que não admitia qualquer tipo de convivência pacífica com a URSS, acabou tomando o lugar dos ideais libertários como a prioridade temática da revista. Logo vieram, ainda em 1952, as dificuldades financeiras e a renúncia dos editores originais. Em 1953, Hazlitt, sozinho na editoria depois de um

³³⁴ Ibid., p. 322.

³³⁵ Id.

afastamento temporário, tentou redirecionar a revista para seus princípios liberais clássicos, deixando de lado os artigos sobre política e “personalidades” e criticando os que consideravam o anticomunismo suficiente para unir as forças conservadoras. No ano seguinte, ele deixou o *Freeman*, que, ainda em crise, veio a ser comprado pela *Foundation for Economic Education* (“Fundação pela Educação Econômica”, FEE), de Leonard Read, com a promessa de que o periódico se tornaria o órgão por excelência dos libertários e manteria sua autonomia editorial. Mas o anticomunismo continuou sendo o tema do dia, a ponto de levar o novo editor, o “velho direitista” Frank Chodorov, a reclamar em um editorial que havia mais gente preocupada com o combate à tirania do que em pensar sobre a liberdade. Daí para frente, após muitos prejuízos e uma mudança de formato, *The Freeman* sobreviveu como uma espécie de boletim da FEE. Embora ainda tivesse sua importância como órgão libertário de opinião, sua chance de se tornar o fórum comum dos conservadores em geral havia passado. Estes mantinham sua adesão ao livre mercado e pelo menos à retórica individualista, mas estavam interessados em outras coisas também. No dizer de Charles Hamilton, os princípios de “The Faith of the *Freeman*” foram suplantados por uma visão tradicionalista melhor expressa por *The conservative mind*. Para uns, isso representava um amadurecimento da direita e a rejeição de um “individualismo fora de moda”; para outros, era o triunfo do “novo conservadorismo”, mas entendido, em concordância com Frank Meyer, como “um outro disfarce para o espírito coletivista da época”.³³⁶

Além desses problemas, mesmo no ápice de sua forma, *The Freeman* e *Human Events* tinham lá suas carências estruturais. O primeiro, embora bissemanal, raramente comentava sobre as notícias correntes, ao passo que a segunda, de estilo mais semelhante a um jornal e portanto preocupada com assuntos do momento, não dava muito espaço a tópicos mais abrangentes.³³⁷ Havia espaço para um veículo de síntese, que combinasse opinião, análises densas e atualidades. Isso ficou ainda mais evidente quando o declínio do *Freeman* deixou um vácuo na imprensa conservadora. Para preenchê-lo, um dos seus colaboradores começou a planejar uma revista de opinião própria que reunisse aquilo que o *Freeman* tivera de melhor na sua primeira fase e, talvez, obtivesse o sonhado *status* de formador de opinião no nível nacional. E assim William Frank Buckley Jr. uniu-se ao ex-editor do *Freeman* Willi Schlamm para lançar uma campanha de arrecadação de fundos para sua nova publicação. Intelectualmente, esta deveria ser eclética o suficiente para abrigar os diferentes tipos de tendências intelectuais de direita que então começavam a despontar — tradicionalistas,

³³⁶ Ibid., p. 325-327.

³³⁷ KELLY, Daniel. *James Burnham and the struggle for the world: a life*. Wilmington: ISI Books, 2002, p. 209.

anticomunistas e os libertários/individualistas/liberais clássicos —, acomodando-os tanto quanto possível em uma mesma “liga” ideológica. Do ponto de vista jornalístico, ela deveria também ser suficientemente agradável e interessante para chamar a atenção dos leitores mais cultos e cultivar um público fiel.

O primeiro número dessa revista experimental, *National Review*, chegou às ruas em novembro de 1955. Mas, para compreendê-la, é preciso olhar para o homem por trás dela.

3.3.1 WILLIAM F. BUCKLEY JR.: O *ENFANT TERRIBLE* DO CONSERVADORISMO

Nascido em 1925, filho de um próspero negociante que mais tarde se tornaria barão do petróleo, William era o sexto de dez irmãos. De ascendência irlandesa e fielmente católica, a família Buckley era dominada pelo pai, Will, que exerceu uma grande influência na formação intelectual dos filhos. Testemunha ocular da tempestuosa Revolução Mexicana — fora advogado e negociante de terras nesse país por mais de uma década, até ser expulso por apoiar inimigos do presidente Álvaro Obregón —, Will transmitiu aos filhos fortes opiniões sobre os perigos do poder estatal. Não por acaso, era amigo de Albert Jay Nock, que frequentava a propriedade da família em Sharon, Connecticut. Ao mesmo tempo, Will se ressentia por não ser plenamente aceito pela alta sociedade da Costa Leste, graças às suas origens modestas e sua condição de católico novo-rico. Também por isso, não enviou seus filhos às *prep schools*³³⁸ tradicionalmente frequentadas pelas famílias de elite, optando pela educação em casa com tutores particulares. Outro motivo, anunciado em circular aos vizinhos que também quisessem participar, era poupar as crianças da “destruição do Liberalismo e do Comunismo que elas encontrarão em quase todas as escolas primárias” — no que provavelmente ele se referia à educação progressista concebida por John Dewey.³³⁹ No programa, além das

³³⁸ Trata-se de escolas “preparatórias para a educação superior”, privadas, caras e em regime de internato. Geralmente de ensino secundário, às vezes também atuam no ensino fundamental. Na época de que estamos tratando, grande parte da elite americana, fossem democratas ou republicanos, frequentava as mesmas instituições educacionais, dando-lhes um senso de reconhecimento e referências comuns que um “recém-chegado” como Will Buckley não poderia ter. Cf. COOKSON JR., Peter W; PERSELL, Caroline Hodges. *Preparing for power: America's elite boarding schools*, Basic Books, 1987, e também MILLS, C. Wright. *The power elite*, de 1956.

³³⁹ A educação progressista foi uma reação aos currículos e métodos escolares tradicionais do século XIX, vistos como autoritários, homogeneizantes e pouco adequados para uma verdadeira compreensão dos conteúdos por parte dos alunos. Assim, os progressistas, entre os quais Dewey foi um dos mais destacados, pretendiam aplicar os princípios democráticos dentro da escola, de maneira a torná-la um modelo e um embrião de uma sociedade melhor. Entre as características do modelo progressista, que obteve grande popularidade nos EUA até os anos 1940, estão a ênfase nos interesses espontâneos dos alunos, o papel do professor como um guia e facilitador em

disciplinas regulares, constavam piano, apologética, caligrafia, oratória, harmonia, datilografia e todo tipo de atividade extracurricular, da carpintaria ao golfe. Quanto a outros idiomas (os meninos, como o pai, eram fluentes em espanhol desde cedo), viagens longas ao exterior funcionavam como o que hoje se chama de “programas de imersão” — menos em latim, é claro, que também fazia parte das disciplinas ensinadas por tutores. Em suma, os jovens Buckleys possuíam uma educação que se poderia chamar de invejável.³⁴⁰

Na adolescência, William, ou “Bill”, como era apelidado, teve dificuldades ao sair do ninho doméstico para o colégio, e mais tarde para o serviço militar. Seu desempenho acadêmico era excelente, o problema era a socialização. O jovem Buckley chamava a atenção por ser muito loquaz e aguerrido quanto a seus pontos de vista, inclusive em religião, e costumava tratar seus interlocutores com arrogância.³⁴¹ No exército, onde serviu em uma base militar na Geórgia em 1944, os problemas continuaram, pois agora Bill se sentia incomodado não apenas com as ideias, mas também com as maneiras de seus colegas, vindos de todas as partes e classes sociais. Em carta ao pai, ele os descreveu como “crus, rudes, vulgares e altamente questionáveis em alguns aspectos”. Particularmente desagradável era ter que receber ordens de pessoas “sem educação”, e também havia a estranheza diante da convivência com negros que não estavam em uma condição de serviçais. Como se não bastasse, o jovem Bill não fazia muita questão de guardar seus sentimentos para si; ao comentar sua atitude geral em ambientes como o colégio e o quartel, um de seus biógrafos o classificou como “um sabe-tudo insuportável”, frequentemente dispostos a demonstrar seu próprio senso de superioridade. Quando se tratava de política e moralidade, isso ficava mais visível. Uma das poucas pessoas com quem ele formou uma amizade, Charles Ault, relata que Bill “‘era muito falante sobre os democratas em geral e Roosevelt em particular’, e que ele se expressava ‘ferozmente’ sobre estes assuntos” (isso numa época em que o presidente gozava de grande popularidade). Em outra ocasião, quando seu pelotão estava para deixar a base em

vez de um mestre autoritário e incontestável, a experimentação (“aprender fazendo”), a ênfase em atividades manuais e criativas, bem como no pensamento crítico, em detrimento de disciplinas tradicionais (como línguas clássicas) e métodos de memorização muito valorizados até então. No entanto, esse movimento educacional receberia fortes críticas, sendo visto, entre outros problemas alegados, como uma tentativa de infiltração de ideias radicais na formação das crianças. Cf. PROGRESSIVE education. In: ENCYCLOPÆDIA Britannica. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/478341/progressive-education>. [Acesso em: 23 de julho de 2013.]

³⁴⁰ BOGUS, Carl T. *Buckley: William F. Buckley Jr. and the rise of American conservatism*. New York: Bloomsbury Press, 2011, cap. 1, *passim*.

³⁴¹ Uma das muitas anedotas desse período diz respeito a uma temporada que a família passou na Inglaterra, quando Bill frequentou a escola jesuíta St. John’s Beaumont. Após dois dias na escola, o menino, que contava apenas treze anos, procurou o presidente da escola e lhe fez um relatório oral de tudo o que não havia lhe agradado nela, deixando-o chocado demais para que pudesse replicar. Cf. EDWARDS, Lee. *William F. Buckley Jr.: the maker of a movement*. Wilmington: ISI Books, 2010, p. 20.

uma folga e um dos líderes sugeriu que os homens levassem preservativos, “Bill debochou em voz alta que *ele* não precisava fazer isso”. O resultado de tudo isso era o isolamento.³⁴²

A experiência foi útil, porém. O estresse gerado pelo ostracismo levou Bill a se empenhar em uma socialização mais efetiva e sadia. Ele próprio declararia mais tarde ter o exército lhe ensinado que ele podia fazer amizade com qualquer um que possuísse “bom senso de humor, uma personalidade agradável e um certo número de interesses comuns”. O aprendizado lhe serviria bem: nas memórias de seus colegas da *National Review*, carisma e simpatia seriam traços muito destacados de sua personalidade.³⁴³

No ensino superior, o pai o mandou para Yale, junto com dois irmãos. Suas notas não foram tão brilhantes, ainda que geralmente boas (e ele também recorreu ao truque usado por seu pai de fazer cursos em espanhol, língua que dominara em casa antes mesmo do inglês, o que aumentava sua média geral). Seus interesses, até onde o seu histórico permite avaliar, pendiam para a Ciência Política, com nove cursos feitos, bem como para História, Filosofia e Sociologia. Mas o que marcou sua carreira universitária e lhe rendeu fama no campus foram suas atividades extracurriculares como membro do grupo de debates (liderado por ele e seu futuro cunhado L. Brent Bozell Jr.) e depois como editor do jornal universitário *Yale Daily News*. Ambas as experiências foram decisivas para sua futura carreira e o ajudaram a desenvolver um estilo próprio de fala e escrita que se tornariam suas “marcas registradas” como ativista conservador.³⁴⁴

Mas nem tudo foram flores em Yale. Os textos que Bill publicou no jornal local tornaram-se muito populares e ajudaram a alavancar a audiência com seu estilo provocativo e opiniões na contramão do senso comum (“politicamente incorretas”, como seria diria hoje). Porém, ele não hesitava em lançar ataques quando julgava adequado: um professor de sociologia foi alvo de vários dos seus artigos sob a alegação de que ele atacava a religião. Afirmativas de que o quadro docente da universidade tinha sido infiltrado por comunistas também entraram no seu repertório — acusações que ele expandiu ao incluir um grupo local de defesa dos direitos civis. Nas palavras de seu biógrafo Carl Bogus:

³⁴² BOGUS, op. cit., p. 70-1.

³⁴³ O charme de Buckley é traço recorrente em quase tudo que se escreve a seu respeito entre os conservadores, ou seus biógrafos mais destacados. Um bom exemplo são as memórias de Garry Wills, que, além de trabalhar na *National Review*, foi também seu amigo. V. *Confessions of a conservative*. Garden City, New York: Doubleday & Co., 1979. 231 p.

³⁴⁴ Buckley se tornaria nacionalmente conhecido pelo recurso à provocação bem-humorada como tática de debate, bem como pelo gosto por um vocabulário rebuscado. Esta última característica, aliás, foi objeto de um livro, *The Lexicon: a cornucopia of wonderful words for the inquisitive word lover*, publicado pela Mariner Books em 1998, que traduz para o inglês do dia-a-dia os termos mais exóticos da prosa buckleyana presentes em uma outra coletânea de textos em que ele fala sobre gramática e o uso geral da língua: VAUGHAN, Samuel (ed.). *Buckley: the right word*. Mariner Books, 1998.

Em outras mãos, tais argumentos poderiam parecer insensatos. Mas ao vesti-los com uma sintaxe formal e uma escrita elegante, Buckley podia fazer o absurdo parecer digno. Ele empregou técnicas sutis e astutas de argumentação. Insinuou que os grupos de direitos civis incluía comunistas ao elogiar a ACLU³⁴⁵ por banir os comunistas de seu rol de membros, o que, disse ele, fazia da ACLU “o único comitê decoroso de direitos civis de que temos conhecimento”.³⁴⁶

Essa ousadia rendeu a Buckley o veto ao seu nome para um discurso no Dia do Ex-Aluno, quando tradicionalmente os velhos pupilos retornam à *alma mater* para celebrá-la. E havia uma boa razão para isso, pois o discurso era um ataque ao “liberalismo decadente” da instituição, que não mais estaria honrando seu dever de promover o cristianismo e a livre empresa. Algum tempo depois, como orador de sua turma, Bill transformou o que poderia ser um discurso de formatura cheio de declarações de esperança no que um de seus biógrafos classificou como “jeremiada de direita” contra o comunismo.³⁴⁷ Do ponto de vista da universidade, a formatura de Buckley em 1950 provavelmente representou um alívio. Mal sabiam eles que isso era só o começo.

Uma vez formado, e momentaneamente livre dos embaraços universitários, Buckley usou suas conexões para se candidatar para a agência de inteligência americana, a CIA. Foi aceito em abril de 1951 e, após um breve período de treinamento em Washington, foi enviado em setembro para a Cidade do México junto com sua esposa, Patricia. Seu trabalho era, sob o disfarce de uma empresa de importação-exportação, reunir informações sobre o movimento estudantil mexicano e fazer relatórios três ou quatro vezes por semana ao seu superior, Howard Hunt, o primeiro agente secreto a atuar no Hemisfério Ocidental (e que ganharia fama duas décadas depois como um dos envolvidos no escândalo de Watergate). O interesse pelos estudantes fazia sentido, já que estes tinham direito a alguns assentos no Congresso, e era do interesse americano que os que os ocupassem fossem confiavelmente anticomunistas. Para ajudar nisso, Buckley ficou encarregado de ajudar a editar uma obra anticomunista do ex-militante peruano Eudocio Ravines, *The Yenan Way*, e fazê-la circular pela América Latina. Isso foi feito com eficiência, e a capacidade intelectual do novo recruta impressionou Hunt. O problema é que não levou muito tempo para que Buckley começasse a se entediar

³⁴⁵ A *American Civil Liberties Union* (“União Americana de Liberdades Civis”), fundada em 1920, é uma das mais conhecidas organizações não-governamentais americanas dedicadas à defesa das liberdades garantidas pela Constituição, usualmente oferecendo assistência em processos judiciais. Originalmente dedicada à defesa da liberdade de expressão, atualmente ela se dedica a causas tão variadas quanto o combate à pena de morte e a defesa do direito ao aborto — o que frequentemente a põe em rota de colisão com os conservadores. Cf. <http://www.aclu.org>. [Acesso em: 24 de fevereiro de 2012.]

³⁴⁶ BOGUS, op. cit., p. 77.

³⁴⁷ Ibid., p. 78.

com o trabalho de agente, que estava longe de lembrar as proezas que se viam em filmes de Hollywood. “O seu trabalho envolvia fazer centenas de ligações telefônicas e contatos, dos quais só um ou dois dava fruto”, e o seu interesse pelo trabalho diminuía sensivelmente. Essa mudança de prioridades se agravou com a repercussão de um projeto pessoal que Buckley concluíra pouco antes de sua ida para o México.³⁴⁸

Em outubro de 1951, *God and Man at Yale* chegou às livrarias. O livro era uma espécie de revanche de Buckley, ou assim deve ter soado às autoridades da augusta universidade. Afinal, ele nada mais era do que uma grande elaboração do discurso censurado do ano anterior. Em tom quase conversacional, citando nomes, disciplinas, lugares e casos ilustrativos, o livro argumentava que Yale traía os ideais que formariam a base da sociedade americana: o cristianismo e o individualismo (referindo-se à combinação de livre iniciativa, livre mercado e governo limitado). Em sua opinião, Yale já não mais doutrinava seus estudantes nesses princípios, dando margem a ideias contrárias, como o secularismo e o keynesianismo, quando não o socialismo. Isso era inaceitável para o autor, não só por tomar o seu individualismo cristão como um bem em si, mas também por entender que o ensino da universidade, que era privada, deveria corresponder aos ideais do seus legatários educacionais (*trustees*, equivalentes aos diretores, às vezes também eles ex-alunos da instituição). E assim, ele monta o que uma detalhada peça de acusação procurando mostrar que o ensino oferecido em Yale, sob o escudo da “liberdade acadêmica”, contrariava a visão dos próprios diretores e, mais grave ainda, o que havia de melhor na cultura dos Estados Unidos. O que em princípio seria uma nobre prerrogativa magisterial havia se tornado, na visão de Buckley, um instrumento de corrupção de uma das mais prestigiadas universidades do país.

Previsivelmente, o livro causou polêmica e fez um enorme sucesso, especialmente entre os alunos de Yale, que esgotaram a cota de exemplares na livraria local no mesmo dia do lançamento. A data era proposital: Will Buckley, o pai do autor e financiador da edição (feita pela então incipiente e deficitária editora de Henry Regnery, membro de *Human Events*), queria que o evento coincidisse com as comemorações de 250 anos de Yale. Com um prefácio de John Chamberlain, outro veterano de *Human Events*, o livro conseguiu chamar a atenção da revista *The Atlantic*, que publicou uma resenha de três páginas assinada pelo professor de Harvard, McGeorge Bundy (que anos depois seria conselheiro de segurança nacional dos presidentes Kennedy e Johnson). O texto refuta algumas das acusações do livro sobre a qualidade dos livros-texto usados pelo Departamento de Economia de Yale — e por

³⁴⁸ JUDIS, John B. *William F. Buckley Jr.: patron saint of the conservatives*. New York: Touchstone, 1990, p. 90-1. Judis erroneamente considera Ravines como “chileno”.

isso seria usado como uma defesa pelos representantes da universidade — mas, em seguida, acusa, sem demonstrar, Buckley de desonestidade por distorcer citações dos referidos livros, e ainda coroa o ataque com referências à estranheza de Buckley, um católico devoto, cobrar mais cristianismo de Yale, uma instituição tradicionalmente protestante (em nenhum momento Buckley cobra catolicismo da sua *alma mater*). Mais tarde, um dos diretores de Yale, Frank Ashburn, também publicou uma resenha, agora na *Saturday Review of Literature*, usando a mesma retórica inflamada. Saindo da arena pública, a celeuma foi tanta que o editor do livro, Henry Regnery, teve um contrato com a Universidade de Chicago cancelado.

Ao fim, a polêmica acabou beneficiando Buckley duplamente. Primeiro, por lhe dar visibilidade. Quantos jovens recém-formados de 25 anos conseguem fazer tanto barulho com um livro que trata basicamente de educação? E em segundo lugar, a agressividade do contra-ataque acabaria entrando para a mitologia do conservadorismo. Como diz Carl Bogus:

Os ataques de Bundy e Asburn são famosos nos círculos conservadores. Quase toda história do movimento conservador se refere a eles, como fazem as introduções especiais para as edições do vigésimo quinto e o quinquagésimo aniversário de *God and Man at Yale*. Os conservadores consideram esses ataques ao jovem Bill Buckley uma evidência da soberba e da perfídia do *Establishment* da Costa Leste. Bundy e Asburn vinham de famílias patricias (...). Buckley havia desafiado uma das instituições favoritas do *Establishment* (Yale) e sua única fé verdadeira (o liberalismo), e o *Establishment* respondeu com um programa articulado de assassinato de caráter.

(...) “Muito do que veio foi inesperado”, escreveu o próprio Bill Buckley depois do incidente. “Eu deveria ter imaginado, é claro”, continuou, “pois eu tinha visto o Aparato agir contra outros dissidentes da ortodoxia liberal”.³⁴⁹

O que começara como uma controvérsia universitária ganhou assim uma dimensão maior. Não se tratava mais de uma disputa sobre o currículo ou a autonomia docente numa universidade — o que não seria pouco —, mas um confronto entre uma minoria heroica e uma elite traiçoeira e autoritária, intolerante a divergências e acomodada diante do perigo vermelho. De certa forma, a controvérsia sobre Yale ganha tons épicos à Whittaker Chambers, interpretada como uma pequena batalha na guerra maior entre liberalismo e conservadorismo, ou, vendo mais fundo, entre o princípio da liberdade individual e o do coletivismo autoritário. O que estava realmente em jogo, para resumir, era uma luta entre o bem e o mal.

Nessa perspectiva, para sobreviver e salvar a América dos comunistas e de si mesma, a minoria conservadora tinha de se organizar. Sustentar publicações que não conseguiam durar

³⁴⁹ *Ibid.*, p. 86.

mais que uns poucos anos, ou cujos editores mantinham guerra perpétua uns contra os outros, não era a solução. Os liberais tinham todas as vantagens: jornais como o principal do país, o *New York Times*; uma grande presença nas mais prestigiadas instituições de ensino, como Yale; e até uma base no próprio Partido Republicano, no qual um candidato abertamente conservador, como Robert Taft, era perseguido pelo slogan “Taft não pode vencer”, perdendo a vez para um moderado como Dwight Eisenhower. Para equilibrar a balança, ou pelo menos diminuir a diferença, os conservadores teriam que cultivar um mínimo de união — coisa que eventos como a briga entre Russell Kirk e Frank Meyer mostravam não ser tão fácil assim.

Para promover, dentro do possível, essa união, Buckley decidiu criar sua própria revista. A ideia vinha desde 1952, e o declínio das publicações existentes provavelmente foi um estímulo extra. A primeira tentativa foi pelo caminho do menor esforço, isto é, comprar uma revista já estabelecida, *Human Events*, cujos diretores recusaram a oferta. Contatos foram feitos com o editor Henry Regnery, que sugeriu a criação de uma publicação mensal em parceria com Russell Kirk, mas tinha em mente um perfil mais acadêmico do que Buckley pretendia, e insistia em que ela fosse editada e publicada fora de Nova York. A ideia não foi para a frente. Em 1955, Buckley voltou a tentar comprar uma revista já existente, desta vez o *Freeman*, que ele queria tornar novamente semanal. De novo, os responsáveis recusaram. Restava apenas seguir seu próprio caminho.³⁵⁰

Para realizar o seu projeto editorial, Buckley contou com a ajuda de William Schlamm, que já tinha colaborado com seu livro *McCarthy and His Enemies*. Judeu austríaco, já em seus 50 anos, Schlamm tinha um perfil comum a vários dos futuros membros da *National Review*: tinha sido comunista na juventude, depois manteve-se durante algum tempo na esquerda não stalinista e, finalmente, tornou-se um anticomunista convicto. Ao chegar aos EUA depois de fugir do nazismo, em 1938, Schlamm trabalhou com o influente editor da revista *Time*, Henry Luce, tornando-se o principal assessor deste para política externa. Nessa condição, veio a ser parte, junto com John Chamberlain (também do *Freeman*), Whittaker Chambers e John Davenport, do que John B. Judis descreve como a “facção anticomunista na Time, Inc.”. No caso de Schlamm, a paixão antissoviética era o que o interessava na direita, tendo pouca paciência com questões econômicas ou o isolacionismo. Deixando a empresa em 1949 com a promessa de Luce de organizar uma revista mais intelectual, que nunca se materializaria, Schlamm continuou sonhando com o projeto — não à toa seu ex-colega Chambers o descreveria como o “pior casos de revistite [*magazinitis*]” que já havia

³⁵⁰ JUDIS, op. cit., p. 114.

conhecido. Anos depois, quando se uniu a Buckley na jornada para viabilizar a realização do projeto editorial de ambos, o entusiasmo de Schlamm era evidente: segundo o próprio Buckley, “Willi”, como era chamado, via o projeto da nova revista “como um campo magnético com o qual a afiliação profissional não poderia ser mais negada pelos poucos que seriam chamados para ela, do que um chamado para servir como um dos doze apóstolos”. Em outras palavras, Schlamm via o projeto como um empreendimento de proporções históricas.³⁵¹

Esperanças épicas à parte, havia uma pré-condição inescapável e urgente: dinheiro. A estimativa inicial dos custos da revista era de mais de meio milhão de dólares. Dessa quantia, os primeiros US\$ 100.000 viriam do apoio entusiástico de Buckley Sr. Para o restante, foi feito um prospecto a ser distribuído entre possíveis investidores, nos quais já se via a importância que os dois futuros editores atribuíam ao próprio projeto. “A revolução do New Deal [...]”, dizia o texto, “dificilmente poderia ter acontecido se não fosse pelo impacto cumulativo de *The Nation* e *The New Republic*, e um punhado de outras publicações, sobre várias gerações universitárias de americanos durante aos anos vinte e trinta.” E uma vez reconhecido o papel que publicações sérias de opinião podiam ter sobre as ideias do grande público, era evidente que qualquer esforço de mudança no clima intelectual do país necessariamente passaria por uma revista que atacasse o *status quo* e promovesse uma visão diferente das questões do dia. “Se nós atacarmos de forma competente e criativa [o jornalismo do New Deal] com o vigor da verdadeira convicção, podemos pô-lo para correr intelectualmente.” E como Buckley diria ao tentar explicar seu objetivo para um professor de Yale em Nova York, “Eu posso dar à direita o tipo de imagem decente de que ela precisa, em vez da imagem que algumas pessoas estão dando a ela agora.” — sinal claro de que ele se via como uma espécie de inovador mesmo dentro das forças existentes do conservadorismo americano.³⁵²

Eis aí um primeiro problema. Além do fato de Buckley ser inexperiente com arrecadação de fundos, o tipo de direita que ele tinha em mente para a nova revista não era que havia prevalecido até então. “Os dois grupos que tinham financiado atividades e publicações de direita no passado eram os velhos isolacionistas, tipificados pelo Coronel McCormick, do *Chicago Tribune*, e texanos de extrema-direita como H. L. Hunt.³⁵³” Alguns dos quadros da futura revista, como o próprio Schlamm, eram conhecidos pela defesa de uma

³⁵¹ Ibid., p. 115-7.

³⁵² Ibid., p. 118-9.

³⁵³ Haroldson Lafayette “H. L.” Hunt, Jr. (1889-1974), magnata do petróleo e considerado um dos homens mais ricos do mundo na época de sua morte. Diz-se que a história de sua família teria inspirado a famosa novela americana dos anos 70 e 80, *Dallas*.

política externa intervencionista, o que os tornava suspeitos aos olhos dos membros da Velha Direita. O desânimo que adveio da morte do senador Robert Taft também contribuía para tornar esses potenciais financiadores céticos do alegado poder de uma nova revista. Quanto aos extremistas texanos, que haviam auxiliado Joseph McCarthy e mais tarde fariam o mesmo com organizações como a John Birch Society, o perfil de Buckley era um problema — ele lhes parecia “católico demais, do leste³⁵⁴ demais, e moderado demais”. Insistentes tentativas de negociação com o multimilionário ativista H. L. Hunt, que financiava dois programas de direita, o *Facts Forum* (no rádio) e *Answers for Americans* (na TV), não deram em nada — Buckley concluiria depois que o preconceito anticatólico teria sido a maior das barreiras. Ele acabaria tendo mais sorte com outras fontes, entre as quais uma combinação de empresários da Califórnia, atores e roteiristas de Hollywood, e ex-alunos de Yale impressionados com *God and Man at Yale*. Entre estes, os magnatas da indústria têxtil da Carolina do Sul, Roger e Gerrish Miliken, e o financista de Nova York, Jeremiah Milbank, que se tornariam os mais fiéis financiadores da revista.³⁵⁵

No fim, já na segunda metade de 1955, e já tendo começado a formar uma equipe, a dupla de aspirantes a editores só tinham conseguido levantar US\$290.000 dos US\$450.000 que faltavam para fechar o cálculo inicial dos custos da revista. Por insistência de Schlamm, decidiram levar o projeto adiante mesmo assim. “O ponto de Willi era que se você conseguir vinte e cinco mil leitores, os seus assinantes não o deixarão morrer, e isso se provou correto quase com exatidão”, diria Buckley.³⁵⁶

O grupo que formaria a *National Weekly*, que teve logo de mudar para *National Review* por questões jurídicas (o título original havia sido registrado por uma outra empresa), já dava uma boa ideia do que Buckley entendia por um conservadorismo capaz de mudar o panorama intelectual dos EUA. Para começar, nenhum dos membros tinha participado do que havia de mais extremista na direita da época, como organizações antissemitas — pelo contrário, vários eram judeus. No que dizia respeito à representação religiosa, aliás, o catolicismo era uma presença importante entre os editores principais, embora a revista em si não se identificasse como católica e nem todos os membros professassem alguma fé.³⁵⁷ No

³⁵⁴ *Eastern* no original. Trata-se da alusão à Costa Leste dos EUA, sobretudo a porção mais ao norte, urbanizada e mais cosmopolita, cujas diferenças culturais em relação a outras regiões do país frequentemente se reflete na política.

³⁵⁵ JUDIS, op. cit., p. 119-21.

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 129.

³⁵⁷ É notável que, nos anos 60, *National Review* frequentemente dava espaço a matérias que tratavam da Igreja Católica, sobretudo durante o Concílio Vaticano II. Mas mesmo antes disso, era comum vê-la citando ou respondendo a matérias publicadas na imprensa católica americana, especialmente publicações identificadas como “liberais”, por exemplo, *America* e *Commonweal*.

que dizia respeito ao papel dos EUA no mundo, não havia isolacionistas, com exceção do veterano editor do *Freeman*, Frank Chodorov, que era amigo pessoal da família Buckley. Uma boa parte, como Freda Utley, Eugene Lyons, Frank Meyer e James Burnham, além do próprio Schlamm, era de ex-esquerdistas convertidos à direita anticomunista. Como se não bastasse a combinação entre individualistas libertários e militantes antivermelhos, já vista em veículos como o *Freeman*, a *NR* contava ainda com um terceiro elemento: tradicionalistas como Russell Kirk e Richard Weaver. Havia até mesmo um monarquista europeu, Erik von Kuehnelt-Leddihn, que se tornou correspondente em Viena.

National Review foi fundada para promover, dentro do possível, a união entre esses três grandes grupos. Seguiu a visão de Buckley de que, no fundo, as três vertentes do tradicionalismo, libertarianismo e anticomunismo eram compatíveis e que seus princípios podiam cimentar um movimento conservador ideológica e politicamente consistente, dotado de mídia, instituições, influência política e plataformas mínimas concretas. Chamada mais tarde de *fusionismo* e elaborada no campo teórico por ninguém menos que Frank Meyer, essa seria a grande premissa da revista: de que as diferenças dessas linhas de pensamento eram muito mais de *ênfase* que de *substância*, e que elas podiam trabalhar juntas sem cair em nenhuma contradição insuperável. E ao dar espaço para todas, *National Review* iria demonstrar a viabilidade dessa “liga” conservadora, pegando o que havia de melhor em cada um dos seus componentes e tornando-a respeitável, pronta para ingressar na *mainstream*. A direita conservadora poderia, assim, finalmente ter a sua própria *New Republic* e influenciar o curso dos eventos nacionais.

3.3.2 O CREDO DA NATIONAL REVIEW

A primeira edição de *National Review* chegou às ruas em 19 de novembro de 1955, um sábado, com o preço de 20 centavos. Na capa simples, sem qualquer ilustração ou maiores ornamentos, o subtítulo “Um jornal semanal de opinião”³⁵⁸ e, mais abaixo, as três matérias de destaque: “Paz — com honra”, do senador William F. Knowland, contra a política de desarmamento então em curso; “Eles nunca vão me colocar naquele divã”, crônica bem-humorada do dramaturgo Morrie Ryskind; e “Eu levantei dinheiro para a Ivy League”, de Aloise Heath, irmã mais velha de Buckley, relatando sua experiência pessoal de denúncia da presença de comunistas entre os docentes do Smith College, e de como isso levou a um

³⁵⁸ Por causa de dificuldades financeiras, em 1958 a revista passaria a ser quinzenal, alternando com o *National Review Bulletin*, uma publicação menor com seções próprias e mais voltada para comentários de atualidades. A partir daí, o subtítulo da NR mudaria para “Um jornal de fato e opinião”.

surpreendente recorde na arrecadação de contribuições para a instituição. Além desses artigos de capa, cujo número variava de uma edição para outra, havia colunas e seções fixas:

- “The Week”, que abria a revista com várias notas e pequenos artigos sem assinatura sobre os fatos da semana;
- “From Washington Straight” e “Regional Politics”, de Sam Jones, correspondente na capital e responsável pela cobertura política cotidiana;
- “National Trends”, de L. Brent Bozell Jr., que também assuntos gerais, normalmente política, mas também legislação e políticas públicas;
- “Foreign Trends”, de William Schlamm;
- “On the Left”, seção quinzenal de C.B.R.,³⁵⁹ que comentava notícias ligadas a movimentos da esquerda, especialmente o Partido Comunista, e seus simpatizantes;
- “The Liberal Line”, do ex-mentor de Buckley em Yale, Willmoore Kendall, que analisava as últimas estratégias da “máquina de propaganda Liberal”,³⁶⁰
- “The Third World War”, de James Burnham, especializada em questões ligadas relações internacionais e particularmente a política externa no contexto da Guerra Fria;
- “From the Academy”, de Russell Kirk, que tratava de educação;³⁶¹
- “The Printed Word”, de Karl Hess (depois Jonathan Mitchell), quinzenal, tratava das “delinquências da imprensa Liberal”;
- “Arts & Manners” e “Book Reviews”, não assinadas, que tratavam, respectivamente, de assuntos culturais e de lançamentos editoriais, estes resenhados por vários colaboradores.³⁶²

Além dessas, havia outras de menor regularidade, como “The Law of the Land”, que saía a cada quatro números e cuja autoria variava. Outras eram ocasionais, como “The Open

³⁵⁹ A prática de assinar colunas e seções inteiras só com iniciais ou pseudônimos (personalidades greco-romanas eram frequentemente “psicografadas”) era relativamente comum na NR. No caso de C.B.R., tratava-se de Ralph de Toledano, editor associado da revista *Newsweek*, que proibia seus editores de escrever para outras publicações do gênero. Cf. BOGUS, op. cit., cap. 3. A coluna de Toledano, agora sem assinatura, seria uma das seções fixas do *National Review Bulletin*, estabelecido em 1958.

³⁶⁰ Na *National Review*, e nos escritos de Buckley em geral, era costume usar-se maiúscula para se referir aos “Liberais” e ao “Liberalismo”, mantendo-se as minúsculas usuais para “conservadores” e “conservadorismo”. A ideia, como o colunista e editor Frank Meyer explicou a uma colega recém-chegada que questionou essa prática, era “não entregar o conceito do verdadeiro liberalismo aos estatistas”, ou seja, distinguir o liberalismo clássico professado pela maioria dos conservadores americanos do liberalismo moderno de seus adversários. Somente em 1967 esse costume caiu, por decisão de Buckley, após um debate interno. Nas citações diretas, optou-se aqui por respeitar a grafia usada pelo autor. Cf. SMANT, Kevin. *Principles and heresies: Frank S. Meyer and the shaping of the American conservative movement*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2002, p. 191-2, 367 (nota 30).

³⁶¹ A partir de 1956, Buckley também assinaria uma coluna sobre o tema, porém focada na educação superior e publicada a cada quatro números, chamada “The Ivory Tower”.

³⁶² As resenhas eram coordenadas por Willmoore Kendall. A partir de 1956, Frank Meyer assumiu o posto, pelo qual é sempre lembrado por praticamente todos os historiadores da NR.

Question”, que aparecia quando os colaboradores discordavam em alguma questão de monta e publicavam artigos específicos a respeito. A revista também contava, já nas edições seguintes, com a seção de cartas dos leitores, com eventuais réplicas de autores cujos artigos foram contestados.

Para além dessa estrutura, muito similar à do *Freeman*, o leitor da primeira edição de *National Review* provavelmente teria sua atenção despertada para uma característica bem diferente das de outras publicações de direita da época. Em vez de uma seriedade que podia beirar a monotonia, a NR trazia ecos do *American Mercury* dos tempos de H. L. Mencken — uma dose elevada de espirituosidade e sarcasmo. Dos três artigos de capa do primeiro número, dois tinham tons humorísticos. Nos números seguintes, essa característica deixaria de se limitar aos artigos e passou a incluir “concursos” para os leitores. “Um dizia que a primeira pessoa a enviar \$7 teria uma assinatura da *National Review* doada em seu nome ao secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld, alvo particular da zombaria da revista. A segunda pessoa teria uma assinatura doada a Eleanor Roosevelt.³⁶³” De outras vezes, a piada nada tinha a ver com política: em janeiro de 1956, o concurso consistia em resolver um problema de lógica valendo uma cópia da Primeira Sinfonia de Mahler. Embora esse tipo de coisa causasse estranheza até entre os colaboradores mais compenetrados da revista (Russell Kirk e Max Eastman entre eles), era um grande diferencial do ponto de vista mercadológico, e tornava a sua leitura bem mais interessante para o leitor médio.³⁶⁴

O mais importante na primeira edição, contudo, é um longo texto de Buckley, intitulado “Declaração do Editor” (*Publisher’s Statement*). O estilo é tipicamente buckleyano em sua combinação de humor, provocação e afirmação de princípios:

Vamos encarar o fato: Ao contrário de Viena, parece perfeitamente possível que, se NATIONAL REVIEW não existisse, ninguém a tivesse inventado. O lançamento de um semanário conservador de opinião em um país largamente visto como um bastião do conservadorismo parece à primeira vista uma obra de exagero, tal como publicar um semanário monarquista dentro dos muros do Palácio de Buckingham. Não se trata disso, é claro; se NATIONAL REVIEW é supérflua, ela o é por razões muito diferentes: ela vai na contramão da história, gritando Pare, em uma época em que ninguém se inclina a fazer isso, ou a ter muita paciência com os que encorajam tal coisa.

NATIONAL REVIEW está fora do lugar, no sentido em que as Nações Unidas e a Liga das Mulheres Votantes³⁶⁵ e o *New York Times* e Henry Steele Commager³⁶⁶

³⁶³ Eleanor Roosevelt (1884-1962), esposa de FDR e, após a morte do marido em 1945, notória ativista em causas associadas com o reformismo liberal, tais como os direitos femininos e os civis de maneira geral.

³⁶⁴ JUDIS, op. cit., p. 134. Em carta a T. S. Eliote, um ícone conservador que recusara qualquer colaboração com a *National Review*, Kirk referiu-se a essa jovialidade jocosa como sinal de que a revista tinha um excesso de “espírito de graduando de Yale”. Carta de Kirk para Eliot, 22/5/1955 *apud* NASH, op. cit., cap. 5, nota 89.

³⁶⁵ A *League of Women Voters* é uma associação fundada em 1920 com o intuito de aumentar a participação política das mulheres, um pouco antes da conquista do sufrágio feminino. Depois que este foi instituído por meio

estão no lugar. Ela está fora do lugar porque, em sua maturidade, a América letrada rejeitou o conservadorismo em favor da experimentação social radical. Em vez de avidamente consolidar suas premissas, os Estados Unidos parecem atormentados por sua tradição de postulados fixos relacionados ao significado da existência, com a relação do Estado com o indivíduo, do indivíduo com seu próximo, tão claramente enunciadas nos documentos fundadores de nossa República.³⁶⁷

National Review era diferente e sabia disso. Na verdade, Buckley soa como quem se gaba da própria iconosclatia, e, comentando sobre as “incurções do relativismo na alma americana”, mostra ao que a revista se opunha — o *Establishment* liberal (grifos nossos):

É preciso ter vivido em um campus universitário, ou perto de um, para se ter um indício do que aconteceu. É lá que vemos como um número de inovadores sociais cheio de energia, exagerando seus grandes desígnios, conseguiram, ao longo dos anos, capturar a imaginação intelectual liberal. *E já que as ideias dominam o mundo, os ideólogos, tendo conquistado a classe intelectual, simplesmente chegaram e começaram a gerenciar as coisas.* Gerenciar quase tudo. Nunca houve uma era de conformidade como esta, ou uma camaradagem como a dos Liberais. Ponha um pouco de pó de mico na banheira de Jimmy Wechsler,³⁶⁸ e, antes que ele consiga se coçar pela terceira vez, Arthur Schlesinger³⁶⁹ terá denunciado você em uma dúzia de livros e discursos, Archibald MacLeish³⁷⁰ terá escrito dez cantos heroicos sobre a nossa era de terror, a *Harper's*³⁷¹ os terá publicado e todo o mundo à vista terá sido nomeado para um *Freedom Award*. Os conservadores neste país — pelo menos aqueles que não fizeram as pazes com o New Deal, e há controvérsias sérias sobre se existem outros — são não conformistas sem licença; e isto é coisa perigosa em um mundo Liberal, como cada editor nesta revista pode prontamente mostrar apontando para as suas cicatrizes. Os *conservadores radicais* neste país têm uma dose interessante disso, pois quando não estão sendo suprimidos ou mutilados pelos Liberais, estão sendo ignorados ou mutilados por muitos daqueles de uma Direita bem nutrida, cuja ignorância e amoralidade nunca foram exageradas pela mesma razão pela qual não se pode exagerar o infinito.

da Décima-Nona Emenda, a Liga continuou atuando, tomando posição sobre questões políticas, não raro em sintonia com posicionamentos liberais.

³⁶⁶ Historiador e autor prolífico (1902-1998), conhecido por seu ativismo liberal.

³⁶⁷ Publisher's Statement. *National Review*. 19 de novembro de 1955. Disponível em: <https://cumulus.hillsdale.edu/Buckley/>. [Acesso em: 26 de fevereiro de 2012.] Por uma questão de simplicidade, todos os artigos da *National Review* serão indicados simplesmente por *NR* e a data. Salvo quando indicado, todos os artigos de Buckley aqui utilizados foram extraídos do site acima referido.

³⁶⁸ James Wechsler (1915-1983), jornalista e editor do jornal *New York Post*. Ex-comunista, foi um proeminente liberal americano.

³⁶⁹ Arthur Meier Schlesinger Jr. (1917-2007), historiador e crítico social americano, por muito tempo considerado um porta-voz dos democratas liberais, especialmente durante os anos do governo Kennedy (1961-1963). Entre suas obras mais conhecidas estão *The Vital Center* (1949), em que defende o liberalismo do New Deal e seu papel na luta contra o comunismo, e *The Cycles of American History* (1986), uma coleção de ensaios em um dos quais Schlesinger trabalha com a ideia, originalmente de seu pai, de que a história dos EUA pode ser dividida em ciclos de maior disposição à reforma/inovação ou ao conservadorismo.

³⁷⁰ Poeta e escritor (1892-1982), foi diretor da Biblioteca do Congresso.

³⁷¹ Revista mensal fundada em 1850 e em circulação até hoje, focada em política, cultura, artes e finanças, geralmente apresentando uma perspectiva de esquerda.

O inimigo estava identificado. Não bastava combater a esquerda mais extremista, francamente totalitária, representada pelo PC. Havia um adversário mais insidioso e próximo. Os conservadores da *NR* sabiam-se minoritários em um mundo dominado pelos Schlesingers e Wechslers, representantes do mesmo “Aparato” que havia voltado seus canhões contra Buckley quando da publicação de *God and Man at Yale*. Tinha-se portanto um paradoxo, pois agora eram os conservadores — distintos da Direita acomodada e não especificada, provavelmente a Velha Direita ciosa apenas de seus negócios — os verdadeiros *radicais*. O conservadorismo se tornava assim uma espécie de rebeldia, com todos os riscos que isso implicava. Seus adeptos, no nascimento da revista, já tinham “cicatrices” para mostrar — uma metáfora que bem sugeria a dureza da luta em que já vinham se exercitando há algum tempo.

Havia, acrescenta Buckley, uma ortodoxia liberal em vigor, e para combatê-la era preciso ter clareza de ideias, que, por sua vez, precisavam ser trocadas para terem alguma eficiência. O objetivo da *NR* era propiciar esse espaço de troca: “Um vigoroso e incorruptível periódico de opinião conservadora é — ousamos dizer — tão necessário para uma vida melhor quanto a Química”.

Concluindo o editorial e antes de apresentar, em coluna anexa, os princípios que guiam a revista, Buckley diz que:

... nós oferecemos, além de nós mesmos, uma posição que não envelheceu sob o peso de uma burocracia gigantesca e parasitária, uma posição não temperada pelas teses doutorais de uma geração de Ph.Ds em arquitetura social, não atenuada por mil promessas vulgares para mil diferentes grupos de pressão, não corroída por um desprezo cínico pela liberdade humana. E isso, senhoras e senhores, faz de nós simplesmente a coisa mais quente da cidade.

WM. F. BUCKLEY JR.³⁷²

Vejamos os princípios (*credenda*) da *NR*:³⁷³

- A. É o trabalho do governo centralizado (em tempos de paz) proteger as vidas, a liberdade e a propriedade dos seus cidadãos. Todas as outras atividades do governo tendem a diminuir a liberdade e atrapalhar o progresso. O crescimento do governo (o traço social dominante deste século) deve ser combatido sem tréguas. Neste grande conflito social de nossa era, nós estamos, sem reservas, do lado libertário.
- B. A profunda crise de nossa era é, em essência, o conflito entre os Engenheiros Sociais, que buscam ajustar a humanidade de acordo com utopias científicas, e os discípulos da Verdade, que defendem a

³⁷² Publisher’s Statement. *NR*, 19/11/1955.

³⁷³ Curiosamente, esse trecho, a que Buckley alude no editorial, foi cortado na versão digital de seus escritos no site do Hillsdale College. Usamos, portanto, a versão publicada no site da própria *National Review*, que mantém uma pequena seleção de colunas de Buckley. Cf. <http://www.nationalreview.com/articles/223549/our-mission-statement/william-f-buckley-jr>. [Acesso em: 26 d fevereiro de 2012.]

ordem moral orgânica. Nós acreditamos que não se alcança a verdade nem se a ilumina pelo monitoramento de resultados eleitorais, por mais impositivos que eles sejam para outros propósitos, mas por outros meios, incluindo um estudo da experiência humana. Neste ponto, estamos, sem reservas, do lado conservador.

Isso é o fusionismo: libertarianismo de um lado, tradicionalismo (isto é, um conservadorismo “burkeano” ou, no caso, kirkeano) de outro. Não há qualquer menção ao fato de que o libertarianismo, por ser uma releitura do liberalismo clássico, tem em suas próprias premissas muito do que o conservadorismo tradicionalista critica, sendo passível também da classificação de pensamento utópico (cf. a seção sobre Mannheim no capítulo I). Seja como for, o próximo item adiciona o terceiro elemento básico do conservadorismo da *NR* e que a põe em convergência com os outros periódicos do seu gênero:

- C. A mais flagrante força de utopismo satânico desde século é o comunismo. Nós não consideramos a “coexistência” com o comunismo nem desejável nem possível, nem honrosa; achamo-nos irrevogavelmente em guerra com o comunismo e nos oporemos a qualquer substituto que não a vitória.

E o que seria essa “vitória”? Aqui cabem duas observações sobre a equipe editorial de *National Review*. A primeira é sobre o próprio Buckley, que escreveu, junto com seu cunhado e ex-colega de Yale, L. Brent Bozell, em 1954, uma volumosa defesa do senador McCarthy intitulada *McCarthy and his enemies*. McCarthy era controverso mesmo entre os conservadores, mas Buckley, apesar de reconhecendo alguns deslizes do senador, basicamente o via como uma força positiva, coerente com a visão de guerra total ao inimigo vermelho. Mas, para questões de política externa e relações internacionais na *NR*, sua grande referência e braço-direito editorial era James Burnham. Como Chambers, outro amigo de Buckley, Burnham também era um ex-comunista convertido à direita. Sua fama como intelectual se deveu em grande parte a um estudo famoso no início dos anos 1940, *The managerial revolution*, sobre a ascensão de uma nova elite formada por executivos — em contraposição aos proprietários — que efetivamente exerciam o poder tanto no setor público quanto privado. Burnham se tornaria o “especialista residente” da *NR* para assuntos geopolíticos, e seu posicionamento geral sobre isso, expresso em vários livros e numa coluna sugestivamente intitulada “A Terceira Guerra Mundial”, seguia a linha que vinha caracterizando as principais expressões do conservadorismo do pós-guerra: um intervencionismo decidido, às vezes estridente e com tons apocalípticos, contra a ameaça comunista. Assim, a “vitória” era algo que passava longe da contenção firme e de longo prazo formulada por George Kennan e

adotada pelo governo americano; ao contrário, ela significava a libertação *imediata* (ou o mais próximo possível disso) dos povos dominados pelo autoritarismo comunista. Essa posição seria a grande diretriz da *NR* no período que estudamos e também por isso uma característica recorrente dos modernos conservadores que ela ajudaria a formar.

Voltando ao cenário interno, vem o próximo princípio:

- D. A maior ameaça cultural na América é o conformismo das panelinhas intelectuais que, na educação como também nas artes, saíram a impor à nação seus modismos e falácias, e quase têm obtido sucesso nisso. Nesta questão cultural, nós estamos, sem reservas, do lado da excelência (e não da “novidade”) e do combate intelectual honesto (e não do conformismo).

Embora seja discutível atribuir essa opção a qualquer corrente ou contexto político específico, cabe lembrar que os tradicionalistas, como o próprio Kirk, davam muita importância à estética e à arte como meios de elevação moral e espiritual. Em *The conservative mind*, que, como vimos, incluiria a obra de T. S. Eliot em edição posterior, Kirk exalta o valor dos poetas como porta-vozes do que havia de mais genuíno e inspirador na cultura de uma sociedade. Não é o tipo de pensamento muito compatível, à época, com contestações modernistas.

- E. O mais alarmante sinal de perigo para o sistema político americano reside no fato de que um grupo identificável de operadores Fabianos se empenha em controlar os nossos dois grandes partidos políticos (sob a sanção de *slogans* tolos e irracionais como “unidade nacional”, “meio-termo” [*middle-of-the-road*], “progressismo” e “bipartidarismo”). Intriguistas espertos estão remodelando ambos os partidos à imagem de Babbitt,³⁷⁴ tornado Social-Democrata. Quando e onde esta questão política emergir, nós estaremos, sem reservas, do lado do sistema tradicional de dois partidos que lutam em público e honestamente; e nós advogaremos a restauração do sistema de dois partidos a qualquer custo.

Nessa época, os dois partidos, democratas e republicanos, embora já tivessem algumas divergências ideológicas relativamente bem marcadas, possuíam um certo grau de interseção em algumas questões. Como citamos antes, havia alguns liberais, minoritários, é verdade, nas fileiras republicanas, assim como existiam democratas conservadores. A *NR* parece favorecer aqui uma maior “ideologização” dos partidos — com clara opção *a priori*, dados os princípios até aqui expostos, pelo Republicano, mais inclinado à direita. É de se notar, contudo, que no

³⁷⁴ Provável alusão ao personagem do romance homônimo de Sinclair Lewis, um homem de meia-idade no interior que, bem-sucedido mas entediado, resolve romper com alguns padrões para, no fim, acabar voltando à vida medíocre e tediosa de sempre.

período em que essas linhas foram escritas, a presidência é ocupada por Dwight Eisenhower, que, apesar de republicano, não desmantelou a estrutura do New Deal como alguns conservadores esperavam. E o motivo era óbvio: segundo o próprio presidente, nenhum partido que quisesse sobreviver politicamente nos Estados Unidos se atreveria a mexer em algo como a Seguridade Social ou as leis trabalhistas criadas no governo FDR.

F.O sistema competitivo de preços é indispensável à liberdade e ao progresso material. Ele está ameaçado não apenas pelo crescimento do governo Grande Irmão,³⁷⁵ mas pela pressão dos monopólios (inclusive os monopólios sindicais). E mais, alguns sindicatos têm se identificado claramente com objetivos doutrinários socialistas. Os problemas característicos dos negócios sitiados deixaram de ser divulgados por anos, com o resultado de que o público tem aprendido a presumir (quase instintivamente) que os conflitos entre o trabalho e a administração são geralmente o efeito da ganância e intransigência da parte dos administradores. Algumas vezes eles são; mas frequentemente não são. NATIONAL REVIEW vai explorar e se opor às incursões no mercado causadas pelos monopólios em geral, e pelo sindicalismo politicamente orientado em particular; e contará o lado do empresário violado na história.

É curioso notar como o libertarianismo professado por *National Review* não chega ao ponto de aceitar a formação de monopólios como algo desejável ou natural. Nisso, ela se diferencia do *laissez-faire* manifesto, entre outros, por William Graham Sumner na maior parte da sua carreira.

Por último e não menos importante, o arremate:

G. Nenhuma superstição enfeitiçou mais a elite liberal da América do que os conceitos em moda de governo mundial, Nações Unidas, internacionalismo, clubes atômicos internacionais, etc. Talvez a lição mais importante e prontamente demonstrável da história seja que a liberdade vai de mãos dadas com um estado de descentralização política, que um governo longínquo é um governo irresponsável. Faria mais sentido conceder a independência a cada um dos nossos 50 estados do que entregar a soberania dos EUA a uma organização mundial.

Vê-se assim que o círculo da *NR* não endossava a ordem internacionalista de inspiração wilsoniana e liberal construída no pós-guerra. Embora tenham rompido com o isolacionismo dos seus antecessores e abraçado a ideia de uma América armada até os dentes

³⁷⁵ Alusão à entidade tirânica e onipresente do romance distópico *1984*, de George Orwell.

pronta a agir por todos os meios necessários contra um inimigo claramente identificado (pelo menos no exterior), os conservadores pareciam favorecer uma maior liberdade por parte dos EUA nas suas relações com o mundo. Isso não fazia deles, necessariamente, partidários do “realismo”³⁷⁶ nas relações internacionais, pois seu ódio implacável ao comunismo não permitia isso.

Em uma visão geral, vê-se que o conservadorismo esposado pela *NR* mantém vários elos com temas recorrentes na história intelectual e política americana. O que ele faz, contudo, é procurar reunir sob uma mesma bandeira visões e temas que usualmente não se misturavam, que tinham expressão em grupos e movimentos distintos. Esse processo na verdade a antecede, uma vez que *Human Events* e o *Freeman* também davam espaço a diferentes correntes alegadamente conservadoras, mas com certeza é a *NR* que dará visibilidade e (alguma) consistência filosófica ao híbrido de tendências que se tornou o conservadorismo moderno (i.e., pós-1945). Mas trata-se de um conservadorismo curioso, com um considerável aporte de princípios liberais clássicos, por um lado — em grande parte graças ao elemento libertário em seu interior —, mas que também absorvia outros, mais conformes o conservadorismo continental europeu, representado por tradicionalistas como Kirk. Para usar a expressão de um estudioso, era um conservadorismo capaz de falar duas “línguas”, conforme a necessidade,³⁷⁷ e que, conforme George Nash, tinha na oposição ferrenha ao que via como o crescimento excessivo do Estado (fosse o do New Deal ou, no extremo, o comunista) um elemento de convergência e coesão. Mas fossem quais fossem os seus componentes, ele trazia, como esperamos ter demonstrado, elementos comuns o bastante com seus antecessores na história americana para se tornar reconhecível e se fazer entender e acolher por uma parte da população dos EUA. Religiosidade, moral, comunidade e tradição, mas também livre empresa, individualismo, liberdade, e ainda um combate sem trégua nem atenuantes a inimigos claramente identificáveis — o comunismo no exterior, seus supostos “companheiros de viagem” liberais em casa — eram os ingredientes principais não só de um movimento político ou um *lobby* de objetivo específico, mas de uma ideologia. E por paradoxal que parecesse para uma ideologia que se dizia conservadora, ela era brandida, na

³⁷⁶ *Grosso modo*, o realismo postula que todas as nações agem motivadas acima de tudo pelo interesse nacional por preocupações de segurança. Assim, nas relações entre as nações, o *poder* contaria muito mais que princípios ou ideologia. Sob essa perspectiva, por exemplo, a URSS seria, em última instância, uma potência que poderia ser chamada a diálogos e acordos, desde que com os estímulos certos (positivos ou não). Seria assim que ela passaria a ser tratada nos anos do presidente Nixon, quando Henry Kissinger comandava a política externa americana. Mas para os conservadores dos anos 50, que pensavam em termos de princípios absolutos e ideologia, esse tipo de abordagem pragmática parecia não só ineficiente como *imoral*.

³⁷⁷ LEE, Michael James. *Creating conservatism: postwar words that made a movement*. Tese (doutorado). University of Minnesota, Minneapolis, 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books> e, para compra, disponível no site Proquest: <http://www.proquest.com/en-US/catalogs/databases/detail/pqdt.shtml>.

verdade, como uma rebelião contra um *status quo* corrompido e complacente, uma ordem cujos líderes a estavam levando para longe do que a história americana oferecia de melhor, numa uma marcha para o suicídio, não só em termos políticos e militares, mas, o que podia ser ainda pior, também de *valores*. Desse ponto de vista, os conservadores não se viam lutando para ganhar eleições ou assumir a liderança de um partido, o que viria mais tarde como uma mera consequência; eles queriam era salvar o país e, no contexto da Guerra Fria, também o mundo de um desastre iminente pressagiado pelos avanços do “coletivismo”. Isso eles não poderiam permitir. E já que o combate literal não era uma opção, foram à luta com a maior arma de que dispunham: as palavras.

O “conservadorismo” da *National Review*, portanto, pode facilmente ser interpretado como radical. Esse paradoxo não deixou de ser percebido por uma das grandes influências de Buckley, Whittaker Chambers. Ao ser convidado para integrar o quadro editorial da revista, Chambers recusou. Buckley insistiu, aceitando até mesmo renunciar ao posto de editor-chefe se Chambers mudasse de ideia. Foi em vão. O nênese de Alger Hiss, embora gostasse de Buckley pessoalmente, suspeitava que a nova revista seria “extremista”. Afinal, Buckley e Schlamm eram admiradores e, no caso do primeiro, um franco apologista do senador Joseph McCarthy, a quem Chambers considerava um demagogo da pior espécie. De acordo com Bogus,

Chambers percebeu que Buckley e seus coeditores não eram conservadores tradicionais, mas radicais que queriam repelir o New Deal. Para o bem ou para o mal, o New Deal tinha sido largamente aceito e era agora parte do tecido nacional. Ainda um “dialético”, como ele se descrevia, Chambers acreditava que o conservador responsável não rejeitava a história. Tentar resistir à mudança faria os conservadores afundarem “na futilidade e na petulância”. Em vez disso, seguindo o exemplo de Disraeli,³⁷⁸ a quem Chambers admirava, os conservadores deveriam “permanecer no mundo” e “manobrar dentro dos seus limites”.³⁷⁹

Contentar-se com os limites impostos pela história era justamente o que Buckley e a *NR* logo de início se recusavam a fazer. Nas palavras de Buckley no primeiro número, sua missão era pôr-se na contramão da história, gritando “Pare”. Se ideias podiam mudar o

³⁷⁸ Benjamin Disraeli (1804-1881) foi o primeiro-ministro inglês em 1868 e depois de 1874 a 1880. Apesar de membro do Partido Conservador, foi no governo de Disraeli que uma série de reformas benéficas para a classe trabalhadora foram aprovadas.

³⁷⁹ BOGUS, op. cit., p. 107-8. Chambers só aceitaria colaborar para a *NR* a partir de meados de 1957, depois da morte do senador McCarthy e da reeleição de Eisenhower, um republicano moderado. Mas se demitiria dois anos depois. Em vez de salvar o mundo, preferiu voltar aos estudos e matriculou-se numa faculdade.

mundo, um pequeno grupo de intelectuais e jornalistas determinados poderiam fazer a diferença, nem que para isso tivessem de subverter os rótulos políticos convencionais. Como o próprio Buckley diria no programa de TV de Mike Wallace em 1957:

W[allace]: Você é a favor do domínio da maioria nos EUA?

B[uckley]: Sim, a menos que a maioria decida que devemos nos tornar comunistas. Eu tentaria subverter qualquer sociedade comunista.

W: Quer dizer que você se tornaria um revolucionário?

B: Sim. Eu já sou um revolucionário contra a ordem liberal presente. Um revolucionário intelectual.³⁸⁰

Essa curiosa combinação de princípios, valores e até linguagem libertária com outros mais afins com o conservadorismo clássico, de subversão e tradicionalismo simultâneos, tendo a Guerra Fria como grande traço de união, daria o tom do movimento conservador capitaneado pela *National Review* nos anos 1950 e 60. Porém, já nascendo com essa contradição intrínseca, seria temerário tentar entendê-lo apenas a partir de influências teóricas e rótulos autoconcedidos. Afinal, não se trata de um movimento constituído de apenas de filósofos, mas de uma tentativa de oferecer ao uma visão alternativa ao *Establishment*, e que, por isso, não era dado *a priori*, mas se constituía também em interpretações, aplicações de princípio, polêmicas — enfim, da interação com o mundo de seu tempo. É preciso, então, uma abordagem empírica, de casos concretos. Esse é o tema dos capítulos seguintes.

³⁸⁰ HALE, Elizabeth Grace. *A nation of outsiders: how the white middle class fell in love with rebellion in postwar America*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 132.

4 – O LIBERALISMO SEGUNDO A *NATIONAL REVIEW*

Eu lembrei à audiência que, apesar de os liberais falarem muito sobre ouvir outros pontos de vista, às vezes os choca saber que existem outros pontos de vista.
William F. Buckley Jr.³⁸¹

Como se viu, desde a primeira exposição de princípios, a *National Review* se apresentava como uma publicação de combate ao que chamava de *Establishment* liberal. Este, no entanto, não era uma mera atualização dos inimigos terríveis descritos pelas teorias da conspiração que animaram diversos movimentos políticos e sociais ao longo da história americana.³⁸² Os liberais não eram nem agentes de Moscou, como queriam alguns, nem tampouco a versão americana dos Sábios de Sião. E, no entanto, eles são os protagonistas frequentes da cobertura da *NR*, o alvo favorito de seus editoriais e artigos, o maior dos alvos de sua vigilância. Seria ingenuidade, contudo, pretender que toda a energia gasta a denunciá-los e refutá-los era uma mera asserção de dissidência, um debate abstrato baseado apenas em princípios filosóficos. Para os editores da *NR*, o combate ao liberalismo, tal como o entendiam, tinha a paixão de uma luta tribal pelos corações e mentes de um país que se via ameaçado, de um lado, pela Cila do avanço totalitário das diferentes versões da esquerda, e, de outro, pelo Caribdes da possibilidade de uma guerra nuclear. A despeito de toda a graciosidade de trocadilhos e ironias, ou a jovialidade de certas matérias, esses homens e

³⁸¹ Winding Up. *NR*, 18/01/1956.

³⁸² Uma rápida e interessante introdução a tais teorias e seus efeitos é o clássico ensaio de Richard Hofstadter, *The paranoid style in American politics*, publicado na revista *Harper's* em 1964, disponível em: http://karws.gso.uri.edu/jfk/conspiracy_theory/the_paranoid_mentality/the_paranoid_style.html. [Acesso em: 16 de dezembro de 2012.] Outra, mais aprofundada e recente, é BENNETT, David Harry. *The party of fear: the American far right from the nativists to the militia movement*. Vintage, 1995. Este é uma expansão em relação à primeira edição de 1988, e passou a abranger o ressurgimento de grupos radicais na primeira metade dos anos 1990, e que foi o pano de fundo para o célebre atentado a um prédio federal em Oklahoma, em abril de 95.

mulheres criam e apregoavam que, em algum grau, as chances de sobrevivência de um todo um modo de vida — de muitas formas, o mais livre e benevolente da história humana — estava em jogo num mundo perigoso. E o maior obstáculo à sua sobrevivência, no plano interno, e aquele que eles podiam afetar mais diretamente, era o conjunto de equívocos e ilusões singularmente sintetizados no moderno liberalismo americano.

Essas não eram premissas tácitas na revista, mas algo de pleno conhecimento de sua equipe editorial. Um dos colaboradores da *NR*, o então professor de ciência política na Universidade de Notre Dame, Gerhard Niemeyer, identificou em 1958 as ideias básicas que permeavam os artigos da revista:

- 1) Os Liberais estão no poder.
- 2) Os conservadores estão fora do poder.
- 3) Os Liberais formam uma bloco sólido de pessoas com pontos de vista bastante homogêneos e basicamente imutáveis.
- 4) Os conservadores são também um grupo com pontos de vista bastante homogêneos e claramente identificáveis.
- 5) Os conservadores não têm a perspectiva de chegar ao poder ou de dirigir o curso dos eventos enquanto vivermos.³⁸³

Em nenhum momento se admite que os liberais são a *maioria* da população americana, ou representam um ponto de vista majoritário. No entanto, pelo fato de ocuparem posições de poder, seja no aparelho do Estado ou em setores estratégicos da sociedade, eles tinham a singular capacidade de magnificar a própria influência. Nas palavras do próprio Buckley em seu terceiro livro, *Up from Liberalism* (1959):

Quem são os Liberais? Numericamente, eles são muito poucos, pois, como se costuma dizer, a América é uma terra não-ideológica. O americano médio não é “*um Liberal*” nem é “*um conservador*”. Ele pode ter inclinações liberais, ou inclinações conservadoras; mas é um erro pensar nele como um agente consciente, por vocação ou passatempo, de qualquer conjunto de ideias. Mas há Liberais na pátria, homens e mulheres que buscam consciente e consistentemente avançar uma visão particular e identificável do homem e da sociedade. Eles exercem grande poder (eu não consigo imaginar os eventos de um único dia que estejam livres deles). Chego até a dizer que é deles a voz dominante a determinar o destino deste país.³⁸⁴

Mais adiante, Buckley é mais específico:

Os Liberais a que irei me referir neste livro são homens e mulheres que estão claramente associados com o movimento Liberal na América, mesmo que

³⁸³ Citado em memorando de James Burnham para William F. Buckley Jr. *Apud* BJERRE-POULSEN, Niels. *Right face: organizing the American conservative movement 1945-65*. Museum Tusculanum Press, University of Copenhagen, 2002, p. 134-5.

³⁸⁴ BUCKLEY Jr., William F. *Up from Liberalism*. Introduction by Senator Barry Goldwater. Foreword by John dos Passos. New York: Hillman Books, 1959, p. 16-7.

frequentemente pareçam se desviar para a esquerda ou a direita do *mainstream*. Como o Liberalismo não tem um manifesto definitivo, não se pode dizer, com base numa autoridade incontestável, que tal homem ou medida é “Liberal”. Mas pode-se dizer que a Sra. Roosevelt é uma Liberal, e fazer isso sem que ninguém venha dizer o contrário. E se pode dizer o mesmo de Arthur Schlesinger Jr. e Joseph L. Rauh³⁸⁵ e James Wechsler³⁸⁶ e Richard Rovere³⁸⁷ e Alan Barth³⁸⁸ e Agnes Meyer³⁸⁹ e Edward R. Murrow³⁹⁰ e Chester Bowles³⁹¹, Hubert Humphrey³⁹², Averell Harriman,³⁹³ Adlai Stevenson³⁹⁴, Paul Hoffman.³⁹⁵ A *New Republic* é Liberal, assim como é o *Washington Post*, o *St. Louis Post-Dispatch*, a *Minneapolis Tribune*; muito do *New York Times*, tudo do *New York Post*. Estes homens e mulheres e instituições partilham premissas e atitudes, mostram reações, entusiasmos e aversões comuns, e exibem uma solidariedade empírica em pensamento e ação, por força da qual a sociedade veio a conhecê-los como “Liberais”. Eles são homens e mulheres que tendem a crer que o ser humano é perfectível e o progresso social previsível, e que o instrumento para efetivar ambas as coisas é a razão; que as verdades são transitória e empiricamente determinadas; que a igualdade é desejável e conquistável por meio da ação do poder do Estado; que as diferenças sociais e individuais, se não forem racionais, são objetáveis e devem ser eliminadas cientificamente; que todos os povos e sociedades devem lutar para se organizarem sob um paradigma racionalista e científico.³⁹⁶

Os liberais a combater, aqueles que efetivamente formam o *Establishment*, não são, portanto, um grupo difuso e amorfo. São membros das elites no plano financeiro, político, midiático e intelectual. Têm nomes, cargos específicos, escrevem livros, editam jornais e revistas, apresentam ou controlam programas de TV e rádio, são autoridades em seus campos

³⁸⁵ Joseph Louis Rauh (1911-1992), advogado e ativista democrata, envolvido em causas como os direitos civis dos negros e a defesa dos sindicatos.

³⁸⁶ Cf. nota 335, no capítulo 3.

³⁸⁷ Richard Halworth Rovere (1915-1979), jornalista político, trabalhou nas revistas *New Yorker*, *Harper's* e *The Nation*, entre outras.

³⁸⁸ Alan Barth (1906-1979), jornalista do *Washington Post* especializado em liberdades civis.

³⁸⁹ Agnes Ernst Meyer (1887-1970), jornalista, filantropa e ativista no campo da educação. Entre as causas que defendia, estavam a integração racial das escolas, a criação de uma Secretaria (ministério) de Saúde, Educação e Bem-Estar Social e o auxílio financeiro federal à área educacional.

³⁹⁰ Edward Roscoe Murrow (1908-1965), jornalista e um dos pioneiros do telejornalismo americano. Conhecido pelas críticas abertas ao Senador Joseph McCarthy, foi recentemente apresentado às novas gerações pelo filme *Boa noite, boa sorte*, dirigido por George Clooney, em 2005.

³⁹¹ Chester Bliss Bowles (1901-1986), diplomata e político democrata.

³⁹² Hubert Horatio Humphrey (1911-1978), político democrata e vice-presidente dos Estados Unidos durante o governo de Lyndon Johnson (1965-1969). Um dos fundadores da organização *Americans for Democratic Action* (ADA), que promove políticas progressistas.

³⁹³ William Averell Harriman (1891-1986), diplomata, empresário e político democrata. Foi um dos colaboradores no desenvolvimento da política americana de contenção da URSS nos anos 40, e entre os cargos que ocupou estão o de governador de Nova York (1955-1958) e o de Secretário de Comércio (1946-1948) durante a administração Truman.

³⁹⁴ Adlai Ewing Stevenson II (1900-1965), notório político democrata, governador de Illinois, candidato duas vezes à presidência (em 1952 e 1956), e embaixador dos EUA na ONU entre 1961 e 1965. Notório por seu estilo intelectualizado, era frequentemente retratado por adversários conservadores como a encarnação do *egghead* liberal: o “sabe-tudo” distante da realidade dos seus eleitores.

³⁹⁵ Paul Gray Hoffman (1891-1974), originalmente um administrador de empresa automobilística, foi também um dos diretores da Administração para a Cooperação Econômica, órgão responsável pela administração dos recursos do Plano Marshall na Europa, em 1948. Mais tarde, de 1966 a 72, seria o primeiro chefe do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

³⁹⁶ BUCKLEY, op. cit., p. 22-3.

e se empenham na formação de um consenso nacional sobre as questões que lhes interessam. E a sua filosofia, o guia de suas ações, na visão de Buckley e da *National Review*, tem muito dos ideais iluministas clássicos de racionalidade e otimismo quanto às possibilidades humanas, além de um *igualitarismo* básico que, numa era de luta contra o comunismo, era visto com grande desconfiança. Nas palavras do próprio Buckley em um artigo anterior, na *Facts Forum* de H. L. Hunt, em junho 1955, a “corrente liberal” se alimentara por muitos anos das “águas do racionalismo, do positivismo, do marxismo e do positivismo”. E descreve algumas das posições típicas do grupo em meados dos anos 50:

No que concerne às controvérsias americanas contemporâneas, o Liberal provavelmente sente que Owen Lattimore³⁹⁷ foi perseguido injustamente e que nosso programa de lealdade se tornou um instrumento de conformismo de direita. Ele tende a acreditar que a Emenda Bricker³⁹⁸ é um complô reacionário para imobilizar o ramo executivo do governo. Ele é facilmente persuadido de que o Senador McCarthy representa hoje o mesmo tipo de ameaça que Adolf Hitler representava para os alemães vinte anos atrás. E quaisquer que sejam as pequenas discordâncias que eles tenham em suas fileiras, os Liberais se unem em honra de seus heróis. No direito, é Oliver Wendell Holmes;³⁹⁹ na educação e na filosofia, é John Dewey;⁴⁰⁰ na política, é Franklin Roosevelt.⁴⁰¹

³⁹⁷ Especialista em assuntos do Extremo Oriente, Lattimore (1900-1989) foi um dos grandes alvos das denúncias de Joseph McCarthy, logo no começo da “caça às bruxas” promovida pelo senador, em 1950. Segundo McCarthy, Lattimore, que trabalhava para uma instituição privada de pesquisa especializada na Ásia Oriental, o *Institute of Pacific Relations*, seria “o maior agente comunista” atuando nos EUA e teria tentado influenciar a política externa americana em favor dos comunistas chineses em luta contra os nacionalistas liderados por Chiang Kai-shek. A acusação se deu num período de controvérsia em setores da política americana, quando se procurava uma explicação para a “perda da China”, isto é, a tomada da China continental pelas forças de Mao Tsé-tung. Para muitos setores da direita anticomunista, inclusive um ex-colega e inimigo de Lattimore, Alfred Kohlberg, apenas uma conspiração vermelha podia explicar a incapacidade americana de salvar a China do comunismo. Investigações levadas a cabo pelo governo federal, no entanto, concluíram que a “perda” da China se deu independentemente de qualquer coisa que os EUA tivessem ou pudessem ter feito. O caso de Lattimore se arrastou na justiça por alguns anos, até que, em 1955, um juiz federal descartou todas as acusações contra ele por falta de provas. Não que setores da direita anticomunista tenham se convencido de sua inocência, como a *National Review* continuaria a lembrar seus leitores nos anos seguintes. Cf. PACE, Eric. Owen Lattimore, Far East Scholar Accused by McCarthy, Dies at 88. *The New York Times*. 1º de junho de 1989. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1989/06/01/obituaries/owen-lattimore-far-east-scholar-accused-by-mccarthy-dies-at-88.html>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.] Sobre as suspeitas levantadas pela “perda” da China, cf. NASH, George H. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. New York: Basic Books, 1979, cap. 4.

³⁹⁸ Trata-se da proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador republicano pelo estado de Ohio, John W. Bricker, em 1953. A ideia básica era limitar os poderes do Executivo na negociação de tratados internacionais, submetendo-os à Constituição americana. A proposta foi derrubada por pouco em 1954, o que se explica pela desconfiança que muitos americanos tinham em relação a agências internacionais como a ONU, e o temor de que elas pudessem impor de fora sua autoridade sobre o cidadão americano. Cf. RAIMONDO, Justin. *The Bricker Amendment*. Disponível em: <http://www.antiwar.com/essays/bricker.html>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

³⁹⁹ Jurista americano (1841-1935) e o membro da Suprema Corte que permaneceu mais tempo na ativa (aposentou-se aos 90 anos). É considerado um dos juristas mais influentes de sua época.

⁴⁰⁰ Filósofo americano (1859-1952), também atuou como educador, reformador social e psicólogo. Autor de uma obra vasta e eclética, é o principal teórico da chamada educação progressista e também uma grande influência sobre o moderno liberalismo americano. Maiores informações podem ser encontradas no website do Center for Dewey Studies da Southern Illinois University Carbondale (<http://www.siuc.edu/~deweyctr>) ou na Stanford

A caracterização desse grupo, contudo, não para aí. Em *Up from Liberalism*, Buckley fala de uma previsibilidade de comportamento, que ele caracteriza como uma “mania”. Os liberais seriam pessoas perfeitamente normais, mas que, “como Dom Quixote, quando qualquer coisa toca a sua mania, se tornam irresponsáveis”. A essa “mania” Buckley chama de a “Ideologia”, com maiúscula, liberal. E adiciona: “Faça pouco de qualquer preceito da cavalaria andante, e você verá, como muitos espanhóis inocentes, o Terror de La Mancha se lançando contra você. Atravesse o caminho de um Liberal em serviço, e ele se torna um homem de uma irracionalidade lançadora.”⁴⁰²

Para denunciar essa “irracionalidade” e a contradição entre o discurso liberal e o que eles realmente faziam na prática, *Up from Liberalism* e qualquer edição da *National Review* estão cheios de casos em que as falhas do liberalismo são apontadas ora com sarcasmo, ora com severidade. Porém, à maneira do levantamento de Niemeyer, é possível identificar alguns grandes eixos temáticos que dão a estrutura geral de como o liberalismo era visto e combatido pela *National Review*. São temas recorrentes que formam, em seu conjunto, os pilares do diagnóstico conservador dos grandes problemas da sociedade americana de seu tempo, princípios discerníveis por trás dos fatos específicos comentados pela revista. E embora eles sejam interdependentes e certas questões envolvam vários ao mesmo tempo, pode-se, por razões didáticas, analisá-los em separado.

Vamos a eles.

4.1 INTOLERÂNCIA E CONFORMISMO

A teoria liberal, particularmente nos EUA, sempre teve na defesa da liberdade de expressão um dos seus pontos mais conhecidos e invocados. Não por acaso, a Primeira Emenda à Constituição, que abre a Declaração de Direitos, reza:

Artigo I - Liberdade de Expressão, Religião, Imprensa, Petição e Reunião.
O Congresso não poderá fazer nenhuma lei concernente ao estabelecimento de uma religião ou proibindo o seu livre exercício, restringindo a liberdade de palavra e da imprensa, ou o direito dos cidadãos de reunir-se pacificamente e de dirigir petições ao Governo para a reparação dos seus agravos.⁴⁰³

Encyclopedia of Philosophy: <http://plato.stanford.edu/search/searcher.py?query=john+dewey>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

⁴⁰¹ BUCKLEY Jr., William F. The Liberal mind. *Facts Forum News*. Junho de 1955. P. 6.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 24.

⁴⁰³ Traduzido de http://www.law.cornell.edu/constitution/first_amendment. [Acesso em: 16/12/2012.]

Do ponto de vista liberal, seja em sua versão clássica ou moderna, uma sociedade livre necessariamente engendrará a diversidade de opiniões e ideias. Essa pluralidade de perspectivas acabaria sendo benéfica para a sociedade como um todo, pois permite uma *competição* na qual, espera-se, as melhores ideias, ou as mais próximas da verdade (se isso for aplicável), sairão vencedoras por seus próprios méritos. Na pior hipótese, respeitados os direitos e deveres básicos previstos em lei, pode-se “concordar em discordar”, sem que haja necessidade da imposição de uma ortodoxia.⁴⁰⁴ Essa postura de tolerância, nascida depois de longo período de disputas político-religiosas, viria a se tornar um dos traços básicos da concepção moderna de uma sociedade liberal democrática.

No entanto, existe mais de uma maneira de inibir uma determinada opinião, mesmo dentro dos limites da lei. Quando *National Review* foi lançada, não despertou nenhuma comoção imediata, mas, com o tempo, a novidade foi percebida pelas publicações já estabelecidas, especialmente pelas de perfil liberal. De abril a julho, três revistas de certo prestígio, *Commentary*, *Harper's* e *Progressive*, escreveram sobre a *NR*, nenhuma com elogios. Carl Bogus dá uma súmula do que foi dito:

O artigo na *Harper's* era de John Fischer, o editor da revista, e recebeu destaque como o texto principal [na seção] “The Editor's Easy Chair”, perto da frente da revista. Em três páginas fumegantes, Fischer disse, entre outras coisas, que descobriu que a nova publicação conservadora era devotada a teorias da conspiração, sofrendo de um complexo de perseguição, [além de] inconsistente, utópica, terrivelmente sincera, e, “à maneira da maioria das revistinhas extremistas... voltava-se primariamente para uma audiência de Crentes Verdadeiros”.⁴⁰⁵ Contrastando a *National Review* com Robert A. Taft, Fischer concluía que a revista não era genuinamente conservadora, mas, na verdade, radical. Murray Kempton, que escreveu a peça para a *Progressive*, reclamava principalmente que a nova revista conservadora era chata. O título de sua peça, de fato, era “Buckley's National Bore” [A Chateação Nacional de Buckley].⁴⁰⁶

O golpe mais forte, contudo, era o de *Commentary*. Seu autor, o crítico social Dwight Macdonald, um homem de esquerda, dizia que *National Review* era “mal escrita, jornalisticamente amadora, e — o pior de tudo — tediosa”. Como se não fosse o suficiente,

⁴⁰⁴ Sobre a importância do pluralismo na perspectiva liberal, cf. STARR, Paul. *Freedom's power: the history and promise of liberalism*. New York: Basic Books, 2008.

⁴⁰⁵ No original, “True Believers”. A expressão se refere, segundo o American Heritage Dictionary of the English Language, a alguém que é “profundamente, às vezes fanaticamente, devotado a uma causa, organização ou pessoa”. Cf. <http://www.thefreedictionary.com/true+believer>. [Acesso em: 16 de dezembro de 2012.] No entanto, é possível que Fischer tenha feito referência ao famoso ensaio de Eric Hoffer, *The True Believer: thoughts on the nature of mass movements*, de 1951, muito popular à época e que descrevia o processo psicológico pelo qual esses movimentos, fossem seculares ou religiosos, cativavam e mobilizavam milhões. No contexto da Guerra Fria, o interesse pelo livro era particularmente motivado pelo desejo de entender o atrativo de ideologias totalitárias.

⁴⁰⁶ BOGUS, Carl T. *Buckley: William F. Buckley, Jr., and the rise of American conservatism*. Bloomsbury Press, 2011, cap. 3, p. 145-6. [Edição Kindle.]

Macdonald atacava Buckley diretamente: afinal, a baixa qualidade da revista não era uma surpresa, já que era editada por um jovem “com uma mente lúcida mas superficial, que poderia ser um excelente jornalista se apenas ‘tivesse um pouco mais de humor’ e ‘soubesse escrever’. ‘A língua é o seu instrumento de expressão’, disse Macdonald, ‘não a máquina de escrever’”.⁴⁰⁷ A equipe de colaboradores era formada em maior parte por desconhecidos, e mesmo para os que não o eram, Macdonald tinha críticas específicas e implacáveis: James Burnham era “um espetacular reincidente vindo do trotskismo, cujo horizonte intelectual tem encolhido firmemente para um tipo de anticomunismo tão estéril e doutrinário quanto a ideologia que ele combate”; Willmoore Kendall era “um professor de Yale de pontos de vista extremos, excêntricos e muito abstratos”; William Schlammer era “vulgar, filisteu, chauvinista — numa palavra, inculto”, e por aí vai.⁴⁰⁸ O estilo geral dos textos era prolixo, e, de novo, *National Review* não era verdadeiramente conservadora, mas só antiliberal. A única voz que se salvava na *NR*, a única “consistentemente humana e civilizada”, era a de Russell Kirk — que, Macdonald não deixara de notar, tivera seu nome retirado do expediente, talvez por só querer se responsabilizar pelo seu próprio material.⁴⁰⁹

De certa forma, a dureza desses comentários lembra a dos suscitados pelo lançamento de *God and man at Yale*, mas com a diferença de que agora Buckley tinha uma revista semanal inteira a seu dispor para reagir. Além disso, havia a questão óbvia de que tais ataques reforçavam a tese de que a *National Review* era, de fato, um pequeno e promissor bastião de resistência à opressão de uma ortodoxia intolerante à verdadeira dissidência. Esse valor estratégico não passou despercebido ao jovem editor, cuja resposta, também feroz e rica de *ad hominem*s, saiu na edição de 1º de agosto de 1956, sob o título *A Report from the Publisher: Reflections on the Failure of ‘National Review’ to Live Up to Liberal Expectations* (“Um relatório do editor: reflexões sobre o fracasso de *National Review* de atender às expectativas liberais”). Todas as três revistas em questão, dizia ele,

parecem se ressentir da mera existência de NATIONAL REVIEW — não, entenda-se, porque elas sejam intolerantes ao dissenso (não-há-nada-que-elas-apreciariam-mais-do-que-um-dissenso-genuíno); mas porque lhes dói ficarem entediadas com ela, e quando não estão entediadas com ela, elas estão sendo afrontadas pela sua vulgaridade, chocadas pela sua insensibilidade, desanimadas pela sua ignorância. Nada, absolutamente nada, é mais necessário e urgente que

⁴⁰⁷ Id.

⁴⁰⁸ Apud *NR*, 01/8/1956.

⁴⁰⁹ BOGUS, op. cit., p. 145-6. Como vimos no capítulo anterior, Kirk se recusara a ser listado no expediente ou assumir uma editoria, explicitamente por causa da rixa com Frank Meyer. Mas ele, de fato, também não queria assumir a responsabilidade pelo texto de terceiros. Entrevista com Alex Catharino, biógrafo de Kirk, em outubro de 2012.

uma verdadeira revista conservadora; mas, infelizmente, a nossa não é tal coisa, e elas precisam, portanto, continuar a sondar os céus em busca de uma. Frequentemente se diz que se deve ignorar a crítica. Eu não concordo que seja *sempre* prudente ignorar a crítica a si e aos seus empreendimentos, mesmo quando a crítica é maldosa, exibicionista e previsível. Pois até quando esse é o caráter da crítica, às vezes há algo a se aprender não só a respeito de si mesmo e dos críticos, mas sobre o mundo em que se vive. [...] Lamentavelmente, a natureza da crítica exige que eu dedique mais espaço do que normalmente gostaria examinando os críticos em vez da crítica. Eles não me deixaram escolha.⁴¹⁰

O texto tem uma seção específica para cada crítico, cada uma delas de considerável interesse para a arte de deitar veneno. No entanto, mais do que uma revanche pura e simples, nele Buckley oferece pistas do que entende a respeito dos liberais e do papel da *National Review*.

Sobre John Fischer, após revelar que ele chegara à editoria da *Harper's* muito mais por casualidade que por mérito, Buckley o acusa de ser “muito ansioso para agradar uma clientela incorrigivelmente Liberal, daí ele pôr muito perto da posição Liberal, segundo a qual os párias que escrevem para a *National Review* não podem ter nada relevante para dizer”. Nisso, Fischer, de modo típico de “toda a classe de publicistas Liberais” vê-se arrebatado por “uma excitante controvérsia envolvendo alternativas de relevância cósmica”. Afinal de contas, sendo editor da *Harper's*, Fischer preside “discussões infundáveis que, reunidas, não geram barulho o bastante para acordar um ex-urbanita sofrendo de insônia”; a única ideia que ele tinha de algo emocionante era “uma disputa editorial até a morte entre, digamos, Arthur Schlesinger Jr. e Richard Rovere sobre o Desafio de Nossos Tempos”. Em outras palavras, Buckley acusa Fischer de nem mesmo conceber um confronto entre pessoas que tenham opiniões verdadeiramente diferentes. E quanto à acusação de que a *NR* esposava teorias conspiratórias, Buckley deixa claro que tal não era o caso (grifos nossos): “A posição da NATIONAL REVIEW”, diz ele, “é a de que nossa sociedade se comporta dessa maneira porque a maioria dos seus formadores de opinião, por várias razões, respondem a estímulos sociais de uma forma particular — *espontaneamente, não em conformidade com uma disciplina continuamente imposta*”, logo “*não há conspiração envolvida*”.

Essa recusa a ideias de conspiração seria um tema recorrente nos textos buckleyanos, especialmente quando se tratava, como se demonstrará adiante, da questão da ameaça comunista. Um liberal não era um agente consciente de forças ocultas estrangeiras. O

⁴¹⁰ *NR*, 01/8/1956, p. 7.

liberalismo não era sinônimo de traição à pátria.⁴¹¹ Seu papel, nesse caso, se assemelhava muito mais ao do *dupe*, o inocente útil. Mas isso não queria dizer que eles não pudessem agir com coordenação e malícia quando lhes interessava calar uma voz incômoda, como ele já alertara eloquentemente antes mesmo de fundar a *NR*:

O Liberal histórico que repousa em sua poltrona e revisa, conscienciosa, bondosamente, sem rancor, o desfile de ideias que diferem das suas próprias, guarda muito pouca semelhança com o Liberal dogmático, pronto a atacar, de hoje. O Liberal de hoje faz da intolerância um modo de vida. Tendo prescrito os limites dentro dos quais a discussão política pode se dar com segurança, ele impõe esses limites pela perseguição implacável e inescrupulosa do não conformismo.

Certas ideias, o Liberal parece dizer, não podem ser adotadas de maneira razoável ou moralmente aceitável por homens que vivem no século vinte. Ninguém, por exemplo, pode manter que um sistema federal de seguridade social é injustificado ou imprudente. Ninguém pode questionar o valor do imposto de renda progressivo seja como um instrumento de arrecadação de fundos ou um equalizador social. Ninguém pode se opor a um Ato Federal de Práticas Justas de Emprego;⁴¹² ninguém pode questionar o direitos dos sindicatos de barganhar com base no setor da indústria; e ninguém, sem que perca sua castidade, pode investigar a respeito da validade da instituição conhecida como “liberdade acadêmica”. Estes são apenas alguns dos tabus, é claro, e eles são mencionados apenas para ilustração.⁴¹³

Existem tabus, e aqueles que os questionam serão alvos de represálias, é o grande ponto aqui. É também um tema por trás de várias das denúncias feitas na *National Review* ao longo dos anos. As críticas feitas nos primeiros meses da revista eram até esperadas, ainda que ocasionalmente pudessem chamar a atenção pela sua violência. Afinal de contas, a *NR* era uma publicação de combate. “É de se esperar que Eles [*sic*] soltem os cães sobre nós”, dizia, ao fim do *Report from the Publisher*. No entanto, essa intolerância liberal, na visão de Buckley, ia muito além dos atritos editoriais no mercado das publicações políticas. Para começar, àquela altura, já incluía tentativas acadêmicas de desqualificação:

Por vários anos, os agitadores intelectuais dominantes nos Estados Unidos têm tido sucesso com a ficção de que aqueles que discordam substancialmente deles o fazem porque sofrem de sérias doenças de um ou de outro tipo. A teoria mantém que não é a intelecção, mas sim dificuldades sociais ou psíquicas as responsáveis pela perversidade do dissenso de direita. Essa teoria — que afinal torna tudo mais fácil para os Fischers, Macdonalds e Kemptions — fascina os grandes diagnosticadores sociais. Muitos já a experimentaram. Ela é o mais recente entusiasmo de Peter Viereck, Richard Hofstadter, David Riesman e

⁴¹¹ Compare-se essa preocupação de Buckley nos anos 1950 com autores contemporâneos e muito populares da direita americana, como Ann Coulter, que em seu livro *Treason* praticamente iguala uma coisa à outra.

⁴¹² O *Federal Fair Employment Practices Act* foi uma ordem executiva do presidente Roosevelt, em 1941, que estabelecia uma comissão encarregada de combater a discriminação por cor, credo, raça ou nacionalidade na indústria de defesa americana. Cf. o cap. 5, seção 5.1.

⁴¹³ *The Liberal mind. Facts Forum News*. Junho de 1955. P. 55-6.

Daniel Bell. A teoria alcançou seu apogeu acadêmico na obra de T. W. Adorno *et al.* sobre *A Personalidade Autoritária*,⁴¹⁴ na qual se “descobriu”, via nada menos que técnicas de laboratório, que os conservadores do tipo duro são, no fundo, pequenos ditadores. Taticamente, a teoria é maravilhosamente útil, e os Liberais continuarão a se valer dela enquanto puderem. A NATIONAL REVIEW, na medida em que suas neuroses são difíceis de identificar — como se vê pelo fracasso de três de seus assassinos mais caros — é uma inconveniência para essa tese, e por isso se torna de alvo de alta prioridade.⁴¹⁵

Buckley se refere aqui a obras que procuravam explicar a existência e a permanência de grupos direitistas em termos de análise sociológica e psicológica. *The Authoritarian Personality* foi apenas o pioneiro num gênero que encontrava terreno fértil em um mundo onde movimentos políticos de massa haviam sido instrumento para o totalitarismo, fosse de direita ou de esquerda. O “recente entusiasmo” de Bell, Hofstadter e outros era talvez a obra mais conhecida do gênero, *The New American Right*, que contou ainda com contribuições de Talcott Parsons, Nathan Glazer e Seymour Martin Lipset. Focado no anticomunismo em voga nos últimos anos, do tipo agressivo e popular associado com a caça às bruxas, e também no libertarianismo, o livro falava de uma “revolta pseudoconservadora” ligada ao macarthismo e ao *Freeman*, e que seria essencialmente uma resposta irracional de uma “direita radical frustrada, desajustada, aflita com o próprio *status*, neopopulista, liderada em grande parte por ex-radicais ferozes (e implicitamente suspeitos) rumo a um complexo mundo moderno com o qual não sabiam lidar”. O “conservadorismo” assim definido — muito distante do burkeanismo erudito de um Russell Kirk, mas suficientemente próximo de Buckley e boa parte da *NR* — seria, portanto, uma ideologia aberrante desde as origens, e conseqüentemente não teria nada de bom a oferecer a uma sociedade sadia. Com essa tese básica, o livro ainda veio a ganhar uma nova edição em 1962, com mais artigos e um novo título, *The radical Right*.⁴¹⁶ Um pouco antes disso, em 1960, um relatório do Fund of the Republic, organização criada pela Fundação Ford, ainda podia dizer que

... tem sido costume para historiadores e jornalistas falar da direita americana como a periferia lunática do corpo político; como um grupo de extremistas pequeno em número e absurdo nas pretensões; como isolacionistas, reacionários, sedicionistas, fascistas nativos, odiadores e, mais recentemente, paranoicos e esquizofrênicos, como se esses epítetos desabonadores de alguma forma garantissem que os direitistas terão muito pouco efeito no curso da história. Eles são normalmente “desmascarados” e então descartados como agitadores e

⁴¹⁴ No original, *The Authoritarian Personality*, livro inédito no Brasil. Um volume de mais de 900 páginas patrocinado pelo American Jewish Committee, foi lançado em 1950 e pode ser consultado online em: <http://www.ajcarchives.org/main.php?GroupingId=6490>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

⁴¹⁵ *NR*, 01/8/1956, p. 12.

⁴¹⁶ A terceira edição, contudo, só apareceu em 2001.

demagogos, produtos de alguma perturbação psicológica ou sociológica, infelizmente necessários em um país dado à liberdade de expressão.⁴¹⁷

A desqualificação de ideias conservadoras pelos liberais também se daria noutros campos. Já na estreia de sua coluna sobre educação, “The Ivory Tower”, na edição de 26 de novembro de 1955, Buckley narra o caso de E. Merrill Root, professor do Earlham College que também fazia parte do quadro de colaboradores da *National Review*. O objetivo da coluna era resenhar o livro que Root havia acabado de lançar, sugestivamente intitulado *Collectivism on the Campus*, a respeito da infiltração do comunismo e do moderno liberalismo nas universidades americanas nos anos 1930 e 40. Diz Buckley:

Seja como for, o Professor Root escreveu um livro importante e fascinante sobre o conformismo liberal na educação superior. Ele relata, citando caso após caso, o apego um tanto seletivo mostrado pela nossa elite educacional em relação à doutrina da liberdade acadêmica. Todo estudante que se preza sabe hoje da “perseguição” àqueles que se recusaram a assinar um juramento de lealdade na Universidade da Califórnia, e outros que são vítimas de investigações congressuais. Mas quantos estudantes seriam capazes de identificar, quanto mais detalhar, a perseguição de acadêmicos tais como Alexander St. Ivanyi,⁴¹⁸ William Couch,⁴¹⁹ Kenneth Colegrove,⁴²⁰ Frank Richardson,⁴²¹ Felix

⁴¹⁷ ELLSWORTH, Ralph E.; HARRIS, Sarah M. The American Right-Wing: a report to the Fund for the Republic, Inc. *Occasional Papers* n.º 59. November 1960. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/3928/gslisoccasionalpv00000i00059.pdf>. [Acesso em: 18 de dezembro de 2012.]

⁴¹⁸ Clérigo unitário húngaro, ex-membro do Parlamento e também da resistência húngara à invasão nazista durante a Segunda Guerra. Em 1948, com o país sob o domínio comunista, fugiu com a família para os Estados Unidos, onde viria a se naturalizar e de onde continuaria a combater o comunismo, colaborando, por exemplo, com a Rádio Europa Livre, mantida pelo governo americano como instrumento de propaganda para os países do Leste Europeu durante a Guerra Fria. Faleceu em 1983. Buckley o cita porque, no livro *Collectivism on the campus*, Root levanta a hipótese de que, em 1952, St. Ivanyi teria sido demitido do Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde lecionava, por ter mandado um carta ao jornal *Boston Herald* repudiando publicamente a solidariedade a um professor comunista que estava sendo indiciado por um estatuto estadual semelhante a Lei Smith. Cf. ROOT, E. Merrill. *Collectivism on the campus*. New York: Devin-Adair, 1956, p. 82-93, 293-5.

⁴¹⁹ Buckley se refere a William Terry Couch, ex-diretor da University of Chicago Press, e que acusou a instituição de tê-lo demitido, em novembro de 1951, porque ele teria autorizado a publicação de um livro que o chanceler da universidade, Robert M. Hutchins, teria tentado censurar a pedido da Universidade da Califórnia. A obra em questão, *Americans Betrayed*, do professor da própria universidade, Morton Grodzins, falava do tratamento dado pelo governo federal e pelo governo da Califórnia, em particular, aos cidadãos de origem japonesa durante a Segunda Guerra Mundial (como se sabe, eles foram realocados à força no que na prática eram campos de prisioneiros, por medo de que cometessem atos de sabotagem em favor de seu país de origem, agora inimigo dos EUA). Curiosamente, no ano seguinte, o próprio Grodzins assumiu o posto de Couch. Cf. Ousted Chicago man says book cost job. *The New York Times*. 15 de dezembro de 1950. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=F10C11FE3B5A10728FDDAC0994DA415B8089F1D3>.

[Acesso em: 17 de dezembro de 2012.] O desdobramento encontra-se na edição de 3 de dezembro de 1951, sob o título: Chicago U. names editor.

Disponível em:

<http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=F00D14FD3A591A7B93C6A91789D95F458585F9>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

⁴²⁰ Kenneth Wallace Colegrove (1886-1975) foi um acadêmico especializado em estudos japoneses, e assessor pessoal do General MacArthur no período da ocupação americana no Japão e da Guerra da Coreia. Ganhou especial notoriedade após testemunhar perante o Subcomitê de Segurança Interna do Senado em 1951, quando declarou ter abandonado o corpo editorial da revista do Institute of Pacific Relations (IPR), a *Amerasia*, por se opor ao viés esquerdista de alguns de seus colegas, entre os quais Owen Lattimore. Essa cooperação com o

Wittmer,⁴²² A. H. Hobbs,⁴²³ ou estudantes tais como Nancy Fellers⁴²⁴ e Robert Andelson⁴²⁵? O Sr. Root oferece um número de pistas quanto ao funcionamento da mente Liberal, e muitas evidências para apoiá-las.

Subcomitê em plena caça às bruxas rendeu-lhe muitas críticas e antipatias na academia. Mais tarde, passou a preocupar-se com o uso do sistema educacional para fins subversivos, colaborando com outra investigação governamental, o Comitê Reece, cujo objetivo era averiguar se fundações com isenção fiscal estariam cooperando com causas antiamericanas. Sua militância o levou a apoiar Joseph McCarthy e, pelo menos nos primeiros anos, a John Birch Society. Uma breve biografia pode ser encontrada em:

<http://www.ecommcode2.com/hover/research/historicalmaterials/other/colegrov.htm>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

⁴²¹ Frank J. Richardson foi o chefe do Departamento de Biologia na Universidade de Nevada, que foi demitido em 1953, apesar de ter estabilidade [*tenure*] há doze anos, por ter se oposto aguerridamente a uma proposta do presidente da instituição, Minard Stout, de diminuir as exigências para a entrada na universidade. O caso ganhou notoriedade nacional, sendo objeto de várias matérias no *New York Times* em 1953. Cf. Nevada U. regents oust teacher who opposed easing admissions. *The New York Times*. 11 de junho de 1953. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=F40D15F83C5A117A93C3A8178DD85F478585F9>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

⁴²² Escritor anticomunista, autor do livro *The Yalta Betrayal*, entre outros, e colaborador do *American Mercury*. Um de seus artigos, atacando o então Secretário de Estado, Dean Acheson, levou o Departamento de Estado a escrever um desmentido de 14.000 palavras em 1952. O artigo pode ser encontrado em <http://www.unz.org/Pub/AmMercury-1952apr-00003?View=PDE>, e a notícia da reação oficial saiu no *New York Times* de 21 de maio de 1952:

<http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=F70E1EFF395E157B93C3AB178ED85F468585F9>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

⁴²³ Albert H. Hobbs, professor de Sociologia na Universidade da Pensilvânia e autor de *Man is moral choice*, uma crítica ao behaviorismo. Assim como Kenneth Colegrove, Hobbs foi uma das testemunhas nas investigações congressuais de 1954 sobre as fundações com isenção fiscal. Suas críticas, segundo o *New York Times*, foram particularmente dirigidas a pesquisas como a de Alfred Kinsey, que culminaram no famosos e controversos relatórios sobre sexualidade, primeiro a masculina, em 1948, e a feminina, em 1953. Para Hobbs, isso era um exemplo de como uma enorme quantidade de dinheiro vinha sendo gasta com pesquisas cujos resultados prejudicavam a moralidade, a política e até o desempenho militar do país. Antes disso, porém, Hobbs chamara alguma atenção com o livro *The claims of Sociology: a critique of textbooks*, no qual procurava mostrar como, em um universo de 83 manuais da disciplina, as ideias “coletivistas” eram defendidas *em detrimento* das individualistas — ou seja, apresentavam *apenas* uma visão de esquerda. Cf. TRUSSELL, C. P. Power of grants scored in inquiry. *The New York Times*. 20 de maio de 1954. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=F30615FA3E5E107B93C2AB178ED85F408585F9>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.] Um breve comentário sobre o livro de Hobbs acerca dos manuais encontra-se em ROOT, op. cit., p. 245-8.

⁴²⁴ Nancy Jane Fellers foi uma estudante do Vassar College que, em novembro de 1952, escreveu um artigo para o *Freeman* intitulado *God and Woman in Vassar*, cuja inspiração é óbvia. Mas a sua denúncia era de muito menor escopo que a do livro que a inspirou: Fellers alegava ter sido prejudicada em suas notas por causa de divergência ideológica com a professora Helen Drusilla Lockwood, no curso de Imprensa Contemporânea. O caso chamou a atenção do Comitê Reece, que lhe deu projeção nacional. Vassar negou repetidamente a veracidade da acusação, que no entanto era muito semelhante a outra também publicada no *Freeman*, em janeiro de 53, agora por Patricia Bozell (irmã de Buckley e esposa de Brent Bozell) e envolvendo a mesma professora. Vide <http://mises.org/journals/oldfreeman/Freeman53-1.pdf>.

Fellers, por sua vez, formou-se com o restante de sua turma em 1952. Cf. o Guide for the Fellers Incident Records 1953-1967, disponível em: http://specialcollections.vassar.edu/findings/vc_fellers_incident.html. Uma biografia da professora Lockwood, que menciona o caso, está disponível em: <http://vcencyclopedia.vassar.edu/faculty/prominent-faculty/helen-drusilla-lockwood.html>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

⁴²⁵ Robert V. Andelson (1931-2003) foi professor de Filosofia na Auburn University, no Alabama, e adepto das ideias do reformador social americano Henry George (1839-1897). Recebeu várias citações em *Collectivism on Campus* por conta de seus choques com as ideias esquerdistas que teria encontrado enquanto estudou na Escola de Teologia da Universidade de Chicago (ele era também pastor na Congregational Christian Church). Cf. seus obituários no Mises Institute (<http://archive.mises.org/1068/robert-andelson-rip>) e na revista GroundSwell (<http://commonground-usa.net/andel1203.htm>). [Acesso em 17 de dezembro de 2012.]

A citação aos “acadêmicos perseguidos” é notável, pois sua simples menção já sugere ao leitor uma série de casos em que os liberais — ou aqueles assim identificados pelo colunista — teriam traído seus próprios princípios tentando calar alguma voz dissidente. Deve-se lembrar que, no momento em que essa coluna foi escrita, em fins de 1955, a “caça às bruxas” macarthista ainda era algo muito recente. E embora o próprio Joseph McCarthy tivesse chegado ao crepúsculo de sua carreira após ter confrontado o Exército em 1954 — a brutalidade de seus métodos e seu pouco respeito pelos fatos, já criticados pela imprensa, eram agora visíveis pela TV —, aqueles que ele havia atacado não o haviam esquecido.⁴²⁶ Para desgosto de quem havia apoiado a cruzada do senador do Wisconsin, como Buckley e boa parte dos seus colegas de redação, o período do macarthismo já começava a ser chamado de “era do terror” por alguns — acusação que, como se verá adiante, a *National Review* se esforçou por desmentir e muitos liberais, por reforçar.⁴²⁷ O perigo, para eles, vinha da inépcia ou má-fé dos liberais, e não daqueles que, mesmo com alguns deslizes, denunciavam uma ameaça que *realmente* existia.

Essa contranarrativa de intolerância, que atribuía aos liberais ou esquerdistas em geral os pecados que estes usualmente atribuíam à direita anticomunista, tinha um corolário: a da produção de “conformistas”. Se os anos 50 são lembrados como uma era mais conservadora na sociedade americana, especialmente se comparados com a década seguinte, em grande parte isso é atribuído a uma combinação de prosperidade, no plano econômico, e à repressão anticomunista, no plano político.⁴²⁸ No que diz respeito ao clima que se estabeleceu nas universidades, em particular, um exemplo de como eles são usualmente vistos pela historiografia pode ser encontrado neste trecho de Ellen Schrecker:

No fim dos anos 1950, um grupo de estudantes de pós-graduação na Universidade de Chicago queria que uma máquina de vender café fosse instalada do lado de fora do Departamento de Física, para a conveniência das pessoas que trabalhavam ali tarde da noite. Eles começaram a circular uma petição ao Departamento de Edifícios e Terrenos, mas seus colegas se recusaram

⁴²⁶ Por exemplo, não se deve esquecer que foi McCarthy quem, ao apoiar a candidatura de Richard Nixon ao Senado em 1950, chamou o governo democrata de Truman de “Partido Comunistocrata da Traição” (*Commiecrat Party of Betrayal*). Cf. o áudio e a transcrição de uma parte do seu discurso em <http://cdm16280.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p128701coll0/id/26/rec/2>. [Acesso em: 19 de dezembro de 2012.]

⁴²⁷ Um exemplo de muitos, de autoria do próprio Buckley: “Deve ser claro para todos agora que McCarthy não tinha nenhum poder, nenhuma máquina, nenhum desejo por ditadura. [...] O Reino de Terror que ele supostamente desencadeou sempre foi um mito. Era antes o contrário: o ocasional e solitário docente de nível superior, autor ou jornalista que ousou defender, com McCarthy, que havia um problema de subversão no Departamento de Estado [...] ainda é visto com desprezo pelos colegas. Tal como as coisas estão, distorções ultrajantes dos atos de McCarthy prevalecem...”. De mortuis nil nisi veritatem. *NR*, 10/5/1958.

⁴²⁸ Uma síntese pode ser encontrada em SOUSA, Rodrigo Farias de. *A Nova Esquerda americana*: de Port Huron aos Weathermen 1960-1969. Rio de Janeiro: FGV, 2009, especialmente o capítulo 1.

a assinar. Eles não queriam ser associados com os estudantes alegadamente radicais cujos nomes já estavam no documento.

Este incidente, que não é o único, exemplifica o tipo de timidez que veio a ser vista, mesmo na época, como a mais danosa consequência do furor anticomunista. Já que atividades políticas podiam criar problemas, as pessoas mais prudentes os evitavam. Em vez disso, para desespero dos intelectuais, os americanos de classe média se tornaram conformistas sociais. Uma geração silenciosa de estudantes povoava os *campi* da nação, enquanto os professores evitavam ensinar qualquer coisa que pudesse parecer controversa.⁴²⁹

Mas não para a *National Review*. Na visão apresentada por Buckley, as causas do conformismo eram outras. Dois artigos, em particular, mostram como essa visão era construída.

Em *Breakthrough*, um pequeno artigo não assinado de 14 de março de 1959, Buckley cita um artigo do professor da University of New Mexico, Morris Freedman, publicado na revista *American Scholar*. Freedman fora editor associado de *Commentary* (então uma revista liberal) e escrevia para a *New Republic* e uma outra publicação, *Reporter*, nas quais, segundo Buckley, “a linha é que na América nós estamos congelados por um conformismo que sopra dos mesmos recantos da Filístia de onde McCarthy veio”. De acordo com Freedman, esse conformismo podia mesmo existir, mas o curioso era que também haveria um “conformismo dos não conformistas”. E continua (Buckley o cita diretamente, limitando-se ao comentário entre colchetes):

É impossível... para o não conformista dizer uma palavra boa sobre Dulles,⁴³⁰ Nixon,⁴³¹ Lyndon Johnson⁴³² ou (desde a crítica de Dwight Macdonald em *Commentary*) James Gould Cozzens,⁴³³ ou uma palavra ruim sobre Henry James,⁴³⁴ Adlai Stevenson, Lionel Trilling ou Freud.[O Sr. Freedman mostra-se um pouco desatualizado aqui e ali]; ou expressar aprovação quanto a qualquer programa de televisão (exceto *Omnibus*,⁴³⁵ Ed Murrow⁴³⁶ ou Sid Caesar⁴³⁷) ou

⁴²⁹ SCHRECKER, Ellen. *The Age of McCarthyism: a brief history with documents*. Boston: Bedford Books of St. Martin's Press, 1994, p. 92-4.

⁴³⁰ John Foster Dulles (1888-1959), Secretário de Estado no governo Eisenhower, notório por seu anticomunismo intransigente.

⁴³¹ Richard Milhous Nixon (1913-1994), então vice-presidente de Eisenhower. Antes disso, porém, Nixon obteve notoriedade como membro da *House Un-American Activities Committee* (HUAC), o principal órgão do Congresso no que dizia respeito à investigação do comunismo em território americano. Foi durante sua atuação na HUAC, entre 1948 e 1950, que veio à tona o caso Alger Hiss.

⁴³² Lyndon Baines Johnson (1908-1973), então senador democrata pelo Texas, e mais tarde vice-presidente de John Kennedy (1961-1963), cujo mandato herdou em 1963. Após se eleger em 64, permaneceu na presidência até 1969.

⁴³³ Romancista (1903-1978). Suas obras tratam sobretudo da classe média americana e refletem posições conservadoras.

⁴³⁴ Romancista americano (1843-1916), depois naturalizado inglês. Irmão do psicólogo William James, sua obra tem como tema frequente o choque entre a cultura europeia e a norte-americana.

⁴³⁵ Combinando entretenimento e educação, e patrocinado pela Fundação Ford, o programa apresentava debates, entrevistas com celebridades e apresentações artísticas. Segundo o Internet Movie Database, o programa foi ganhador de 6 prêmios Emmy nos 9 anos em que esteve no ar (1952-1961). Cf. <http://www.imdb.com/title/tt0044284>. [Acesso em: 19 de dezembro de 2012.]

⁴³⁶ Cf. a nota 10.

qualquer filme americano (exceto os de produção barata e mal iluminados, ou os faroestes solenes como *High Noon*⁴³⁸); ou não gostar de quaisquer filmes estrangeiros (exceto aqueles que imitam os americanos); ...acreditar que possa haver qualquer justiça na posição oficial a respeito de Oppenheimer;⁴³⁹ defender a diplomacia ocidental sobre qualquer base; ... criticar Arthur Miller⁴⁴⁰ ou Tennessee Williams⁴⁴¹ como dramaturgos ou qualquer outra coisa (claro, a popularidade de cada um está constantemente provocando ajustes não conformistas); gostar de Tchaikovsky ou Irving Berlin,⁴⁴² ou não gostar de Leonard Bernstein⁴⁴³ ou Mozart... e por aí vai.”⁴⁴⁴

Ironias à parte, Freedman apresenta — e Buckley parece endossar seu diagnóstico — um misto de “correção política *avant la lettre*” e esnobismo intelectual como uma espécie de ortodoxia. Mas é o tipo de coisa que a *NR* frequentemente explorava, no sentido de expressar o quão heterodoxos os conservadores eram naquele momento, e o quão opressivo o conformismo liberal poderia ser. Embora aqui ele fosse mais expresso em termos de gostos culturais, há uma certa lógica nessas preferências: figuras da direita política ou que não eram claramente liberais (Johnson, um sulista, era líder da maioria democrata no Senado, e se opusera, por exemplo, à Lei de Direitos Civis de 1957) eram desprezíveis; figuras culturais de perfil sofisticado e cosmopolita (ou mais europeizadas) eram admiráveis, como o eram obras vindas de fora, mas o tipo de arte nacional que mais entretinha as massas era inferior; e artistas contemporâneos vistos como engajados nalgum tipo de crítica social eram tidos em mais alta conta que compositores de canções populares. Embora *National Review* fosse, em muitas coisas, de perfil elitista — o célebre vocabulário de Buckley e a seleção de obras acadêmicas para a seção de resenhas já o demonstram —, pode-se ver aí um prenúncio do que décadas mais tarde seria uma característica mais visível e, sobretudo nos anos 2000, muito ressaltada por críticos do conservadorismo americano: o anti-intelectualismo.⁴⁴⁵

⁴³⁷ Isaac Sidney "Sid" Caesar (n. 1922), comediante e astro de séries de TV.

⁴³⁸ No Brasil, *Matar ou morrer*, dirigido por Fred Zinnemann e estrelado por Gary Cooper em 1952.

⁴³⁹ Julius Robert Oppenheimer (1904-1967), cientista americano considerado um dos pais da bomba atômica. Mais tarde um opositor do desenvolvimento da bomba de hidrogênio, Oppenheimer veio a ser removido do programa nuclear americano durante o macarthismo, acusado de ter tido ligações com comunistas nos 30 e 40.

⁴⁴⁰ Arthur Asher Miller (1915-2005), renomado autor de *Morte de um caixeiro viajante*, entre outras peças de sucesso. Suas obras costumavam tratar de questões sociais. Nos anos 50, chamou a atenção a sua recusa de revelar nomes de outras pessoas envolvidas em atividades de esquerda à HUAC.

⁴⁴¹ Thomas Lanier “Tennessee” Williams III (1911-1983), um dos mais famosos dramaturgos americanos, autor de *Gata em teto de zinco quente* e *Um bonde chamado desejo*. Suas peças geralmente tratam de frustração e sexualidade em uma atmosfera de refinamento.

⁴⁴² Prolífico compositor russo-americano (1888-1989), autor de várias canções de renome, como *White Christmas* e *Easter Parade*, além de responsável pela trilha de vários filmes.

⁴⁴³ Músico e compositor americano (1918-1990), considerados um dos mais bem-sucedidos da história do país. Era também conhecido por suas inclinações de esquerda.

⁴⁴⁴ *NR*, 14/3/1959, p. 578.

⁴⁴⁵ Talvez esse seja um traço não da direita conservadora, mas da cultura americana em geral. Em 1963, Richard Hofstadter explorou o assunto em *Anti-intellectualism in American life*. Uma abordagem mais recente, focada

Certamente soa contraintuitivo falar de anti-intelectualismo numa revista que ostenta professores universitários e eruditos como Russell Kirk em suas páginas. Trata-se, na verdade, de um anti-intelectualismo seletivo, adaptado às circunstâncias de um grupo minoritário reclamando espaço no discurso político. Como explica Russell Jacoby:

Intelectuais americanos de direita, tanto no passado como no presente, geralmente desdenham análises econômicas ou sociais dos deslocamentos políticos. Eles atribuem o apelo do socialismo, por exemplo, não à condição da sociedade, mas à influência de professores nefastos e escritores subversivos. Ou considere-se o feminismo. As mulheres entraram para o mercado de trabalho e — como alguns conservadores dizem — abandonaram a família? Isso tem a ver com as realidades da guerra, digamos, nas quais os homens deixam seus empregos e as mulheres os substituem? Ou tem a ver com o imperativo de sustentar a família quando um contracheque não é mais o bastante? “Uma explicação superficial por meio de mudanças econômicas deve ser evitada”, escreveu Richard Weaver em um dos textos primários do conservadorismo americano. “A causa econômica é uma causa que tem uma causa”, declarou ele em seu livro de 1948, *Ideias têm consequências* “A razão última está na imagem do mundo, pois uma vez que a mulher tenha sido degradada nessa imagem — e pô-la no mesmo nível que o homem é muito mais uma degradação que uma elevação — ela está mais à mercê das circunstâncias econômicas.”⁴⁴⁶

Embora não se possa dizer que esse desdém pela economia seja tão forte em toda a *NR* quanto era em Weaver — não é esse o foco desta pesquisa —, é verdade que a alegada intolerância liberal é muitas vezes mostrada na forma justamente de *scholars* e pessoas muito bem educadas, que apresentam, aos olhos dos conservadores, uma terrível cegueira diante do óbvio, bem como o apego a ideias prejudiciais. Intelectualidade e bom senso, a *NR* repetidamente lembra seus leitores, são coisas bem distintas e nem sempre andam juntas. Ao mesmo tempo, já no prospecto em que detalhava o projeto da revista e ao longo de vários artigos nos anos posteriores, Buckley expunha sua crença no poder transformador das ideias, e consequentemente daqueles que as produziam e divulgavam. Ora, se, como ele já dizia aos seus potenciais investidores, o sucesso na implantação do *Establishment* liberal devia muito a revistas como a *New Republic* e similares, que fazer do fato de as melhores universidades do país terem uma maioria liberal que moldava os currículos à sua imagem e semelhança?

As grandes faculdades da América, que são onde os formadores de opinião obtêm suas opiniões, tendem a ser centro de conformismo liberal, argumentei — contra a insistência do Sr. [James] Wechsler de que os empresários e George

nos conservadores dos EUA mas que recua até os primórdios do conservadorismo anglo-saxão, é ROBIN, Corey. *The reactionary mind: conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford University Press, 2011.

⁴⁴⁶ JACOBY, Russell. Dreaming of a world with no intellectuals. *The Chronicle Review*. 16 de julho de 2012. Disponível em: <http://chronicle.com/article/Dreaming-of-a-World-Without/132813>. [Acesso em: 20 de dezembro de 2012.]

Sokolsky⁴⁴⁷ dirigem esta nação — e eu apresentei certos dados que considere relevantes. Fora dados acadêmicos, eu tinha comigo certas estatísticas levantadas no outono de 1952 pelo jornal de Harvard, o *Crimson*, que eram reveladoras. A pesquisa de opinião deles era simples, meramente perguntando qual candidato presidencial, [Adlai] Stevenson ou Eisenhower, era preferido. A turma de calouros (que tinha passado somente umas cinco semanas em Harvard) votou republicano, [na proporção de] 3 [para] 2. Estudantes de classe mais avançada, em contraste, votaram democrata — 5 [para] 4. Estudantes de pós-graduação votaram democrata, 2 [para] 1. Os docentes de pós-graduação votaram democrata, 4 [para] 1. Certamente os números mostram, implicitamente, que quanto mais educado se é, mais liberal se tende a ser. Os números indicam que a tese popular de “quanto mais se sabe, mais conservador uma pessoa se torna” é romântica — o tipo de coisa que os empresários do Sr. Wechsler gostam de pensar; os números, de fato, indicam que é muito mais o contrário, já que devemos assumir que os professores são mais educados que seus alunos; mesmo em Harvard.

Na Universidade de Yale, exatamente na mesma época, fazendo as mesmas perguntas, as pesquisas revelaram uma amarga divisão política entre os docentes da Escola de Direito, onde o voto era democrata, por 14 [para] 1. Na Escola de Teologia (outra guerra civil), deu democrata por 13 [para] 2. E por aí vai.

Contudo, qualquer generalização, por mais moderada que seja, quanto à prevalência do Liberalismo político no mundo acadêmico é recebida, se não com violência, certamente com espanto.⁴⁴⁸

A preocupação com esse domínio liberal nas universidades — e aqui não vem ao caso se ele era real ou não, mas sim que os conservadores o davam como pressuposto — era, na verdade, um tema que já podia ser encontrado no antecessor e inspirador da *NR*, o *Freeman*. Em seu estudo sobre o anti-intelectualismo, Hofstadter cita um trecho expressivo dessa tendência:

Nossas universidades são campos de treinamento para os bárbaros do futuro, aqueles que, sob o disfarce da erudição, virão armados dos ancinhos da ignorância e do cinismo, e apunhalarão e destruirão os remanescentes da civilização humana. Não serão os camponeses subterrâneos que porão abaixo as muralhas; eles meramente cumprirão a vontade de nossos irmãos eruditos... que irão apagar a Liberdade individual das lápides do pensamento humano...

Se você enviar o seu filho para as faculdades de hoje, você estará criando o Carrasco de amanhã. O renascimento do idealismo deve vir dos mosteiros dispersos do pensamento de fora das faculdades.⁴⁴⁹

Retórica apocalíptica à parte, o espírito que anima o autor dessas linhas e o de vários colaboradores da futura *NR* é o mesmo. A culpabilização das instituições de ensino superior não apenas ajudava a explicar o predomínio das ideias liberais, consideradas equivocadas e perniciosas. Ela tinha como consequência lógica uma pronunciada desconfiança em relação

⁴⁴⁷ Jornalista e radialista de direita, ligado à *National Association of Manufacturers* (NAM), George Ephraim Sokolsky (1893-1962) era um conhecido apoiador de Joseph McCarthy e colaborou com a *American Legion* na avaliação dos nomes da “lista negra” de artistas de Hollywood preparada pela organização.

⁴⁴⁸ On the inculcated and the inculcator. *NR*, 11/01/1956.

⁴⁴⁹ SCHWARTZMAN, Jack. Natural Law and the campus. *The Freeman*. December 1951. Disponível em: <http://mises.org/journals/oldfreeman/Freeman51-12.pdf>. [Acesso em: 21 de dezembro de 2012.] A citação é repetida por Hofstadter, op. cit., p. 13. (Edição Kindle).

aos intelectuais acadêmicos, uma elite que facilmente podia se isolar da realidade e perder-se em ilusões que, sob certas condições, eles podiam tentar impor à nação como um todo: a ideia de um governo mundial, ou de planejamento econômico, ou o igualitarismo expresso em programas de bem-estar social, para citar só três exemplos. Daí se entende a famosa declaração dada por Buckley em 1965, “Eu preferiria ser governado pelas primeiras duas mil pessoas na lista telefônica de Boston que pelas duas mil pessoas do corpo docente da Universidade de Harvard”.⁴⁵⁰ Em outras palavras, o senso comum do cidadão médio seria preferível (ou traria menos malefícios) que as teorias de *experts* supereducados. A frase é frequentemente lembrada como uma mera afirmação de ceticismo quanto aos *eggheads* universitários, um antecedente do tipo de populismo que nos anos 2000 levaria à glorificação conservadora do homem comum encarnado por *Joe the Plumber*.⁴⁵¹ É assim que Russell Jacoby, por exemplo, a entende.⁴⁵² Entretanto, seria mais justo dizer que o problema não era de eles serem *experts* — mas de serem *de Harvard*. Afinal, como Hofstadter explica no seu estudo,

assim como o inimigo mais eficiente do homem educado pode ser o homem meio educado, também os principais anti-intelectuais são usualmente homens profundamente envolvidos com as ideias, frequentemente envolvidos obsessivamente com esta ou aquela ideia antiquada ou rejeitada. Poucos intelectuais não têm seus momentos de anti-intelectualismo; poucos anti-intelectuais não possuem paixões intelectuais obstinadas.

Sendo assim, entende-se que homens muito educados, articulados e hábeis, possam se tornar propagadores do anti-intelectualismo no sentido que usamos aqui. Não se trata de ignorantes ou filisteus, e nada têm a ver com a famosa frase atribuída a líderes nazistas, “Quando eu ouço a palavra cultura, eu pego a minha arma”.⁴⁵³ Trata-se simplesmente de uma crítica dos *outsiders* aos *insiders* do *Establishment*.

Mas esse não é o único aspecto do ataque aos acadêmicos liberais. Afinal, mesmo estando equivocados, eles não poderiam ter prevalecido honestamente no mercado de ideias? Isso seria verdade se houvesse um debate verdadeiro nos centros de saber. Contudo, ainda na

⁴⁵⁰ A citação é famosa, e tem variações. Esta é do programa *Meet the Press*, de 1965. O vídeo pode ser visto no YouTube: http://youtu.be/sN_h9bWZuuk. [Acesso em: 19 de dezembro de 2012.]

⁴⁵¹ “Joe, o encanador” foi o apelido dado ao ativista conservador Samuel Wulzerbacher na campanha presidencial do republicano John McCain, em 2008. “Joe”, que trabalhava numa empresa de encanamento e não tinha nível superior, virou o sinônimo do americano comum de classe média, em contraposição aos liberais com diplomas da Ivy League e tendências “socialistas”, representados por Barack Obama. Cf. *Doubts raised on US “plumber Joe”*. *BBC News*. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/us_elections_2008/7675278.stm. [Acesso em: 20 de dezembro de 2012.]

⁴⁵² Op. cit.

⁴⁵³ A frase é usualmente atribuída a Göring ou Goebbels, mas é na verdade a derivação de uma fala da peça *Schlageter*, de Hanns Johnst.

coluna sobre seu debate com Wechsler, Buckley estabelece uma correlação entre a entrada nessas faculdades e o liberalismo professado entre os alunos. Não por acaso, a coluna em questão é intitulado *Sobre os inculcados e os inculcadores* — a tese é que o liberalismo dos alunos é fruto, ao menos em parte, de uma doutrinação ideológica promovida pelas instituições de ensino sob o disfarce de transmissão de conhecimento acadêmico. Na verdade, “elas são ocupadas em grande parte por doutrinadores Liberais, especializados, aliás”⁴⁵⁴ — o que já se via em *God and man at Yale*.

Como se dava tal doutrinação? O padrão já era dado no livro de 1951, mas é resumido no de 1959, *Up from Liberalism*:

Especificamente: o típico departamento de Economia faz pouco ou nenhum uso das obras dissidentes de Hayek, von Mises, Robbins, Hazlitt, Knight, Watts, Röpke, *et al.* As generalizações econômicas de Lorde Keynes são doutrina estabelecida. Como regra geral, os professores de Economia se opõem a uma legislação trabalhista restritiva, incluindo leis de direito ao trabalho.⁴⁵⁵ A posição deles sobre o direito ao trabalho, como a posição deles sobre muitas outras questões públicas, remonta menos aos imperativos profissionais ou teóricos nascidos de sua *Weltanschauung*⁴⁵⁶ econômica, do que das exigências de alianças políticas que ligam tão fortemente a comunidade acadêmica, o trabalho organizado e o Partido Democrata. Os departamentos de sociologia são secularistas, positivistas e materialistas. A única visão concorrente séria, a tratar do homem e seu comportamento, é a espiritual. Essa visão não tende a ser ouvida com seriedade, mesmo com a religião e a “ciência” da sociologia não sendo mais postuladas pelos grandes sociólogos como mutuamente antagônicas. Os departamentos de ciência política urgem a visão de um Executivo dominante, menoscabam os direitos dos estados, advogam a centralização do poder; e fazem isso, além do mais, sem um exame sério de pontos de vista alternativos, exceto talvez como curiosidades. O departamento de Relações Internacionais é pesadamente neutralista, altamente ideológico na matéria da ajuda externa e das Nações Ilimitadas;⁴⁵⁷ ele não se detém refletidamente para examinar a literatura que a) questiona a possibilidade da coexistência, b) é crítica da ajuda externa doutrinária, e c) rejeita a visão carismática das Nações Unidas. Os departamentos de Psicologia são assumidamente secularistas.⁴⁵⁸

O que ele vê é, em resumo, uma forma de ortodoxia acadêmica. Naturalmente, poder-se-ia levantar a objeção de que os cursos universitários tendem naturalmente a refletir as visões dominantes de sua época, muito particularmente em Humanas. Visões muito específicas, ou largamente consideradas obsoletas, serão deixadas em segundo plano, às vezes esquecidas. Isso é absolutamente corriqueiro e não é o ponto de Buckley. Para ele, o problema

⁴⁵⁴ On the inculcated and the inculcators. *NR*, 14/3/1956, p. 24.

⁴⁵⁵ “Leis de direito ao trabalho”, no Estados Unidos, são aquelas que impedem que os acordos negociados entre os sindicatos e os empregadores excluam os não afiliados aos primeiros. Assim, por exemplo, um sindicato não pode exigir de uma empresa que ela só possa contratar trabalhadores sindicalizados.

⁴⁵⁶ Visão de mundo.

⁴⁵⁷ No original, *Unlimited Nations*. Trocadilho intraduzível, usando as mesmas iniciais da ONU em inglês.

⁴⁵⁸ P. 75-6.

é que as doutrinas e autores desprezados *são* válidos, e são justamente os que dão a base da visão conservadora de mundo, seja na Economia (todos os citados são a favor do livre mercado), na Psicologia ou em qualquer outra área. O que à primeira vista parece um apelo por uma abertura maior no currículo acadêmico pode ser, portanto, visto também não como exortação a uma “democratização” do currículo, com o exame de todas as ideias ou correntes, mas a afirmativa de que a ortodoxia que se inculca *está errada*. Como o próprio Buckley diz, logo antes do trecho que se acaba de citar, todo professor é até certo ponto um doutrinador, e se as suas conclusões “inflamam sua paixão intelectual e moral (e todas as conclusões de homens de coração e mente energéticos devem ser dessa espécie), ele deve procurar transmiti-las aos seus estudantes”. O que ele exige não é, pois, uma mera abertura, e sim uma *correção* de rumos.

A ideia não era nova para Buckley. A sua proposta, em *God and man at Yale*, era de que os ex-alunos da universidade — que frequentemente são doadores e participam de alguma forma da administração — deveriam manter o controle sobre o que era ensinado, de maneira a evitar o desvirtuamento do ensino por ideias coletivistas e secularistas, já era um antecedente importante. A chamada “liberdade acadêmica”, já dizia ele naquela obra, não era pretexto para doutrinar os jovens em ideias prejudiciais. E não era apenas no âmbito da educação que era assim. Em *McCarthy and his enemies*, Buckley e seu cunhado L. Brent Bozell viam o “conformismo” produzido pelo macarthismo “na questão do comunismo” como algo *positivo*. Para eles, “O povo americano [...] tinha cuidadosamente examinado e ‘enfaticamente rejeitado’ as pretensões do comunismo. Agora, [...] ele se mobilizava, deliberada e apropriadamente, por meio do macarthismo, para penalizar e restringir uma filosofia inassimilável” e os que a promoviam. Desta maneira, como o macarthismo tinha como alvo as ideias comunistas, especificamente, e não novas ideias em geral, e era ainda “nove partes sanção social e uma parte sanção legal”, não havia problema. O tipo de censura ou retaliação, nesses casos, seria o tipo de último recurso apropriado a ser usado pelos defensores da liberdade num momento de conflagração mundial, como anticorpos da sociedade. Em tais circunstâncias, renunciar a isso em nome da liberdade acadêmica ou de expressão seria um equívoco potencialmente desastroso.⁴⁵⁹

Na *National Review*, Buckley daria um outro exemplo disso alguns meses depois de reportar o debate com Wechsler, em artigo sobre uma polêmica no Iowa State College:

⁴⁵⁹ NASH, op. cit., loc. 3471. [Edição Kindle.] A ideia de que a maioria pode impor uma ortodoxia e retaliar uma minoria dissidente radical, mesmo numa sociedade democrática, está presente nas teorias do cientista político e ex-professor de Buckley, Willmoore Kendall.

Tudo começou quando um *junior*,⁴⁶⁰ William J. Ackerman, comentou em uma carta ao *Wall Street Journal* que o manual básico usado no curso de economia, obrigatório para os alunos de engenharia, não contém uma “só referência ou afirmação que possa tomada como favorável à livre empresa”. O texto em questão é intitulado *Economics: experience and analysis*, de Mitchell, Murad, Berkowitz, Bagley, et al.

Ackerman foi imediatamente convocado perante quatro membros do professorado para uma sessão a portas fechadas que durou várias horas. Disso resultou uma “declaração” assinada por Ackerman, “revogando” sua acusação contra o manual — ou assim, em todo caso, o Dr. James Hilton, presidente de Iowa State, anunciou. Ele foi além e disse, em sua própria carta para o *Wall Street Journal*, “O jovem que escreveu a carta é um bom aluno. Infelizmente, ele cometeu o erro de tirar pegadas afirmações fora de contexto do livro em questão, que deram uma imagem equivocada do material realmente presente no curso”.

O Iowa State College voltou a sentir o prazer especial que vem com a supressão total de um pequeno motim. A vitória do *college* seria completa não fosse pelo fato de que *Economics: experience and analysis* é, de capa a capa, um livro pró-coletivista. [...] O seu principal autor — Dr. Broadus Mitchell — se lista no *Who's Who* (e isto, Dr. Hilton, não está fora de contexto) como um “socialista”.⁴⁶¹

Buckley informa ainda que nem um jornal local do estado, o *Sunday Register*, nem o jornal do Iowa State College, nem o próprio Ackerman, conseguiram uma cópia da declaração, que teria sido “destruída” após o incidente. Ackerman, contudo, teria informado uma representante da *NR* que não havia mudado de opinião sobre o livro. Não diz nada, porém, sobre se a tal declaração realmente existia. Mas isso era o de menos, como o próprio artigo diz; o importante era que o College tinha sido flagrado usando um texto “socialista” no curso de economia, da mesma forma como, cinco anos antes, Yale tinha sido criticada pelo próprio Buckley por usar manuais de economia que não favoreciam a visão liberal clássica, mais conforme, na visão conservadora, com a tradição americana. Sendo assim, a tendência era que o estudante travasse conhecimento, pelo menos nas questões passíveis de maior impacto político — economia, ciência política — com uma visão única, apresentada de forma dogmática e, o que era pior, *contrária à realidade*. Não se está reivindicando em momento algum que as ideias socialistas e as liberais clássicas tenham o mesmo tratamento.

Tomados isoladamente, a intolerância à dissidência real e o conseqüente conformismo na educação já seriam problemas de monta a serem tratados com seriedade. Mas eles eram apenas parte do diagnóstico conservador, a proverbial ponta do iceberg. Outros eram mais graves.

⁴⁶⁰ Estudante de terceiro ano numa faculdade ou escola secundária.

⁴⁶¹ Mystery at Iowa State. *NR*, 28/3/1956, p. 24.

4.2 PRÓ-COMUNISMO E PADRÕES DÚPLICES

National Review foi fundada sob a égide do macarthismo. Mesmo que nem todos os seus membros e colaboradores simpatizassem individualmente com McCarthy — o próprio Whittaker Chambers o via como prejudicial à causa anticomunista —, oficialmente a revista seguia a mesma linha que Buckley e L. Brent Bozell em *McCarthy and his enemies*: eventualmente admitir que McCarthy cometera alguns equívocos menores, mas endossá-lo no geral e defendê-lo firmemente contra seus críticos liberais. Essa apologia, como se viu, também se estendia ao movimento que levou seu nome. Afinal, se havia uma causa fundamental capaz de unir todos os tipos de conservadores no momento em que a revista surgiu, era o anticomunismo.⁴⁶²

Seria ocioso fazer um levantamento do anticomunismo da *NR*, tomado isoladamente. Qualquer leitor casual da revista no período de que tratamos entenderia a sua mensagem básica, que era muito simples: *o comunismo é um sistema totalitário agressivo que deve ser combatido sem tréguas e qualquer política que implique uma aceitação de sua legitimidade é imoral*. Daí as exortações à busca da “vitória” na Guerra Fria e da “libertação” dos países “escravizados” da Cortina de Ferro, bem como a condenação da ideia de “coexistência” pacífica com a URSS. Para a *NR*, o comunismo era uma ideologia revolucionária a serviço de uma potência expansionista e agressiva, intrinsecamente incapaz de uma acomodação *sincera* e de longo prazo. Nisso, eles se aproximavam do tipo de análise que vinha informando, nos anos 50, a estratégia americana de uma contenção militarizada da URSS: os EUA deveriam estar sempre preparados para uma guerra total, pois seu inimigo tinha interesse em sua destruição e, uma vez de posse de armas atômicas, podia se convencer da vantagem de um primeiro ataque. Somente a inegável superioridade militar, tecnológica e econômica seria um fator eficaz de intimidação. Essa estratégia, articulada em 1950 pelo relatório do *National Security Council* conhecido como NSC-68,⁴⁶³ pressupunha uma interpretação da postura da URSS muito similar àquela defendida pelo “mais influente crítico de direita das políticas

⁴⁶² O mesmo podia ser dito do conservadorismo da época como um todo, dentro ou fora do círculo da *NR*. Essa é a análise clássica de George Nash no que é a obra mais importante sobre o pensamento conservador americano, *The conservative intellectual movement in America since 1945*, lançado em 1976.

⁴⁶³ Liberado em 1975, o NSC-68 deu as principais diretrizes da política de segurança nacional dos EUA na Guerra Fria, modificando e militarizando a ideia de contenção proposta nos anos 40 por George Kennan. O documento pode ser encontrado, entre outros sites, em: http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf (*fac-símile* do original) e em <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm> (transcrição em HTML). [Acesso em: 21 de dezembro de 2012.]

externas liberais pós-1945”,⁴⁶⁴ o ex-trotskista e braço-direito de Buckley, James Burnham, no livro *The struggle for the world*, de 1947.⁴⁶⁵ Embora fosse secreto à época (só foi liberado em 1975), o NSC-68 dá uma mostra de como determinadas premissas eram compartilhadas tanto por liberais quanto por direitistas:

...a União Soviética, ao contrário de aspirantes anteriores à hegemonia, é animada por uma nova fé fanática, antitética à nossa, e procura impor sua autoridade absoluta sobre o resto do mundo. O conflito se tornou, portanto, endêmico e é mantido, da parte da União Soviética, por métodos violentos e não violentos conforme as circunstâncias.

[...]

O projeto fundamental daqueles que controlam a União Soviética e o movimento comunista internacional é reter e solidificar seu poder absoluto, primeiro na União Soviética e, segundo, nas áreas agora sob seu controle. Nas mentes dos líderes soviéticos, no entanto, a realização desse projeto requer a extensão dinâmica da sua autoridade e a eliminação em última instância de qualquer oposição efetiva a ela.

O projeto, portanto, exige a complete subversão ou destruição forçada da máquina do governo e da estrutura da sociedade nos países do mundo não soviético, e a sua substituição por um aparato e uma estrutura subservientes ou controlados pelo Kremlin. Para esse fim, os esforços soviéticos agora estão presentemente direcionados para a dominação da massa continental eurásiana.⁴⁶⁶

Os Estados Unidos, como o principal centro de poder no mundo não soviético e o bastião da oposição à expansão soviética, é o principal inimigo cuja integridade e vitalidade devem ser subvertidas ou destruídas, de uma forma ou de outra, para que o Kremlin realize seu projeto fundamental.⁴⁶⁷

A essa leitura de grande escala, Burnham, no entanto, acrescentava a de microescala, ou seja, ia da política de Estado da URSS para a mentalidade do *indivíduo* comunista. Como resume seu biógrafo Daniel Kelly, comentando as teses de *The struggle for the world*:

O comunismo constituía um inimigo formidável [...]. Uma conspiração global visando à dominação do mundo, o movimento possuía uma “estrutura monolítica”, uma “disciplina de aço”, o “cimento do terror”, a “ideologia rígida e total”, e seguidores “devotamente” compromissados com a causa. O comunista não tinha “nenhuma vida separada da sua organização e de seu conjunto de ideias rigidamente sistemático. Tudo o que ele faz, tudo o que ele tem, família, emprego, dinheiro, crença, amigos, talentos, vida, tudo se subordina ao seu comunismo. Ele não é um comunista apenas no dia da eleição ou na sede do Partido. Ele é um comunista sempre. Ele come, lê, faz amor, pensa, vai a festas, muda de residência, ri, insulta, sempre como um comunista”. O que inspirava tal vida era uma única paixão, da qual nada, “nem esposa nem criança nem amigo,

⁴⁶⁴ NASH, op. cit., loc. 2846. [Edição Kindle.]

⁴⁶⁵ Uma diferença havia, porém, quanto às recomendações derivadas dessa interpretação: enquanto os autores do NSC-68 seguiam as bases da contenção, ainda que de forma militarizada, Burnham recomendava uma ofensiva enquanto os EUA ainda tinham o monopólio das armas atômicas.

⁴⁶⁶ Essa teoria de que a potência que assegurasse o domínio da Eurásia — a *heartland* global — chegaria ao domínio do mundo, vinha do geógrafo político inglês, Halford John Mackinder (1861-1947), muito influente nesse momento.

⁴⁶⁷ NATIONAL SECURITY COUNCIL DOCUMENT 68. I. Background to the present crisis; III. The fundamental design of the Kremlin. Disponível em: <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>. [Acesso em: 24 de dezembro de 2012.]

nem beleza nem amor nem prazer nem conhecimento, apreciados por si mesmos”, podiam distraí-lo.

[...]

Mais ainda, o comunismo roubava o indivíduo de “sua consciência, sua honra”, e o forçava a “mentir e humilhar-se, enganar e informar e trair” a mando de seus mestres. A ameaça deste abismo moral, não o medo de um padrão de vida mais baixo, era o que tornava a resistência ao comunismo urgente.⁴⁶⁸

Diante de uma ameaça de tal extensão, com uma capacidade quase sobrenatural de controle sobre seus adeptos, o que fazer? Seria possível combater esse tipo de inimigo com os instrumentos usuais da lei e da ordem? A democracia liberal, baseada em direitos individuais, a começar pela liberdade de expressão sacralizada na Primeira Emenda, estaria preparada para o tipo de conflito grandioso que a Guerra Fria apresentava? O problema que se apresentava, em suma, era o de saber se era sábio ser tolerante com os intolerantes, ou seja, aqueles dispostos a se valer das proteções democráticas para subverter a própria democracia. Com tanta coisa em jogo, não é de espantar que as discordâncias na maneira de responder a essas perguntas suscitasse reações fortes e acabassem se tornando uma “prova dos nove” no discurso político. Uma resposta “errada” podia significar a diferença entre o crédito ou o descrédito, entre parecer “mole com o comunismo” ou um “extremista”, a depender de em que campo do espectro político se estivesse. Ao examinar as variedades do anticomunismo correntes nos Estados Unidos do pós-guerra, o historiador Richard Gird Powers identifica dois campos básicos, o de uma elite liberal e outra de base mais popular [*grassroots*], chamada de “contrassubversiva”:

O ponto-chave da diferença entre anticomunistas liberais e contrassubversivos era a sua atitude em relação ao Partido Comunista americano. Os anticomunistas liberais consideravam o Partido desprezível e incômodo, mas absolutamente incapaz de um dia ganhar qualquer poder real nos Estados Unidos. Os comunistas eram perigosos apenas na medida em que tornavam mais difícil manter o apoio público à política de contenção da agressão soviética no além-mar. Os contrassubversivos, ao contrário, viam os comunistas americanos como perigosos em si mesmos — eles não apenas eram agentes de um poder estrangeiro hostil, mas estavam infectando o país com valores coletivistas incompatíveis com as tradições americanas, a fim de no devido tempo imporem um sistema ao estilo soviético nos Estados Unidos. [...]

Os liberais e os contrassubversivos também estavam em forte discordância quanto à estratégia apropriada a adotar contra o comunismo doméstico. Enquanto os liberais criam que a discussão e o debate seriam suficientes para expor a insinceridade e a deslealdade da esquerda progressista, os contrassubversivos insistiam que os comunistas e seus companheiros de viagem⁴⁶⁹ tinham de ser expostos, denunciados e punidos, e que as atividades

⁴⁶⁸ KELLY, Daniel. *James Burnham and the struggle for the world: a life*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2002, p. 123.

⁴⁶⁹ “Companheiros de viagem” (*fellow travellers*) são os apoiadores do comunismo sem filiação formal ao PC.

secretas do partido tornavam necessário empregar as mesmas técnicas de imposição da lei usadas contra qualquer outra conspiração criminosa.⁴⁷⁰

O campo da contrassubversão, tal como a descreve Powers, pela própria compreensão que tinha do comunismo, mostrava-se particularmente sensível ao alarmismo e a teorias conspiratórias.⁴⁷¹ Ele também se mostrava largamente fora do controle do governo, sendo representado por uma profusão de organizações privadas no seio da sociedade civil, criadas especialmente para o combate anticomunista ou, quando não, que abraçaram fervorosamente a causa. Assim, por exemplo, a famosa “lista negra” que açoitou Hollywood no fim dos anos 40 e ao longo da década seguinte, foi principalmente uma iniciativa da associação de veteranos *American Legion*, e não de algum político específico.⁴⁷² Embora não se deva menosprezar a influência de órgãos do governo, como o FBI de J. Edgar Hoover, que frequentemente punia políticos anticomunistas e indivíduos e associações dedicados à causa, boa parte da “caça às bruxas” foi efetivada por uma mobilização da sociedade civil. Na verdade, no que dizia respeito a represálias contra as suas vítimas, o que se chamou de macarthismo pode ser visto como um processo que antecedeu a entrada de McCarthy no cenário nacional:

Ele ocorria em dois estágios. Primeiro, os grupos e indivíduos objetáveis eram identificados — durante uma audiência num comitê, por exemplo, ou por uma investigação do FBI; então, eles eram punidos, normalmente pela perda de emprego. A natureza bifurcada desse processo dispersava a responsabilidade, e tornava mais fácil para cada participante dissociar sua ação particular do conjunto. Raramente uma única instituição assumia os dois estágios do macarthismo. Na maioria dos casos, era uma agência do governo que identificava os réus, e um empregador privado que os demitia.⁴⁷³

Além disso, é preciso lembrar que a maneira como esse processo se dava tornava uma pessoa apontada como suspeita muito mais vulnerável que num julgamento de verdade. Para começar, nem sempre a identidade do seu acusador era revelada — por exemplo, o FBI tinha agentes infiltrados e fontes cujo desvendamento poderiam pôr a perder investigações em curso; os congressistas responsáveis pela investigação podiam abrir mão impunemente de certas cautelas, já que eram protegidos por imunidade parlamentar; e, finalmente, a acusação

⁴⁷⁰ POWERS, Richard Gird. *Not without honor: the history of American anticommunism*. New Haven and London: Yale University Press, 1998, p. 214.

⁴⁷¹ Uma visão muito informativa a respeito do anticomunismo de direita escrita por um simpatizante — não um apologista — pode ser encontrada em NASH, op. cit., cap. 4, sugestivamente intitulado “Nightmare in Red”.

⁴⁷² *Ibid.*, cap. 8 *passim*. Também vale a pena consultar, para uma abordagem geral, WHITFIELD, Stephen J. *The culture of the Cold War*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1991. Sobre a questão específica da caça às bruxas em Hollywood, um clássico é NAVASKY, Victor. *Naming names*. Revised edition. New York: Hill and Wang, 2003. 528 p.

⁴⁷³ SCHRECKER, Ellen W. *No ivory tower: McCarthyism & the universities*. New York & Oxford: Oxford University Press, 1986, p. 9.

frequentemente se baseava em evidências e testemunhos que não seriam aceitos num processo judicial. Tanto é assim que em mais de um caso uma pessoa que um comitê como a HUAC considerava “culpada” de comunismo ou colaboração com uma conspiração comunista, era inocentada quando o processo ia para a justiça comum. Mesmo assim, havia também o estigma: mesmo num caso de absolvição, convencer vizinhos, colegas, amigos, empregadores ou familiares — para não mencionar associações, autores e meios de comunicação anticomunistas — de que não se tinha cometido nenhum crime de lesa-pátria podia ser muito difícil, quando não impossível.⁴⁷⁴

Seja como for, quando o senador do Wisconsin projetou-se no cenário nacional, o “inimigo interno” que ele alardeava encontrava-se em franca decadência. Aos olhos da parte do público mais sensível ao apelo contrassubversivo, contudo, isso ainda não era óbvio. Embora os liberais tivessem arquitetado projetos internacionais grandiosos visando à contenção da URSS, como a criação da OTAN e o Plano Marshall, e tivesse sido sob o governo Truman que boa parte da liderança do PC americano foi presa nos termos da legislação existente,⁴⁷⁵ havia uma resistência à criminalização do comunismo em si. Isso não era apenas uma questão de confiança nos mecanismos da democracia (embora muitas vezes fosse isso *também*), mas havia ainda um componente pragmático: de forma geral, temia-se que, quando a repressão legal começasse, “o sectarismo político logo assumiria o controle, e todos os os liberais do New e do Fair Deals ficariam vulneráveis aos assaltos de investigadores armados com teorias contrassubversivas de conspiração da teia vermelha”.⁴⁷⁶

⁴⁷⁴ Um caso famoso foi o do já citado Owen Lattimore. Inocentado por um comitê do Senado após McCarthy tê-lo apontado como “o maior” agente soviético atuando nos EUA, Lattimore foi considerado culpado de perjúrio três anos depois, por um subcomitê também do Senado (o SISS, de que se falará adiante), de cujo relatório final, incriminando-o, James Burnham participou. Mas, em 1955, um juiz descartou todas as acusações, comentando que levar Lattimore a julgamento com base nas acusações do subcomitê seria esvaziar a Sexta Emenda. Não obstante, a carreira acadêmica de Lattimore nos EUA, a partir daí, acabou, e porta-vozes anticomunistas como a *National Review* constantemente o representariam como se culpado fosse. Cf. PACE, op. cit.

⁴⁷⁵ Em 1949, onze líderes do PC americano foram condenados nos termos da Lei Smith, de 1940, que punia quem quer que defendesse a derrubada do governo dos EUA. Mas já antes disso, sobretudo após a derrota do candidato progressista Henry Wallace, nas eleições presidenciais de 1948, os comunistas foram sistematicamente privados de suas bases de poder em sindicatos e organizações as mais variadas, enquanto o governo afastava de seus quadros os funcionários considerados “riscos de segurança”. Após as primeiras condenações em 1949, várias outras se seguiram, obrigando vários membros do Partido a cair na clandestinidade. O número de membros do PC decresceria continuamente desde então: dos 60.000 a 80.000 estimados no período da Segunda Guerra, passou-se a 5.000 ou 6.000 em 1957. Sobre os detalhes dos expurgos, cf. POWERS, op. cit., cap. 8, especialmente p. 225-7; para as estatísticas do PC, cf. GITLIN, Todd. *The sixties: years of hope, days of rage*. New York: Bantam Books, 1987, p. 72.

⁴⁷⁶ POWERS, op. cit., p. 214. As “teorias da conspiração da teia vermelha” eram um clichê anticomunista desde o primeiro “Pavor Vermelho”, de 1919. Basicamente, a ideia era de que havia uma rede de infiltrados em diversos setores da sociedade, coordenados por Moscou e engajados na destruição do sistema americano. Um corolário frequente era responsabilizar esses agentes do comunismo pelos reveses dos Estados Unidos no plano externo, como no caso da “perda” da China ou no “abandono” da Europa Oriental nas mãos de Stálin, ou em

Esse temor tinha precedentes: no final dos anos 30, o chamado Comitê Dies, a primeira versão da HUAC, dominado pelos democratas, fez largo uso dos rótulos de “fascista” e “comunista” para desacreditar seus alvos, incluindo aí sindicatos, artistas, associações impopulares e até mesmo projetos e indivíduos de destaque do New Deal.⁴⁷⁷ A prática era chamada de *brown* ou *red baiting*, em alusão às camisas usadas pelos militantes nazistas ou à bandeira vermelha dos radicais de esquerda. Depois da guerra, quando o comunismo se tornou uma preocupação maior, o *red baiting* se mostrou uma prática também útil nas urnas — denúncias de “comunistas no governo” (ou nos sindicatos, ou no Partido Democrata, conforme as conveniências ou, mais raramente, a realidade) entraram para o arsenal retórico do Partido Republicano. Foi, por exemplo, a principal tática de Richard Nixon na conquista de uma vaga na Câmara dos Representantes, em 1946.

Porém, quando *National Review* nasceu, em 1955, boa parte da febre anticomunista que tomara os EUA nos últimos anos havia arrefecido. Não por acaso: Stálin morrera em 1953, o mesmo ano em que a Guerra da Coreia chegara ao fim (ainda que de forma estranha); e a administração do general Dwight Eisenhower, um republicano moderado, implantou um rígido programa federal de lealdade a fim de afastar os “riscos de segurança” dos quadros do governo. Como se não bastasse, como forma de demonstrar firmeza na luta antivermelha, Eisenhower recusou clemência ao casal Ethel e Julius Rosenberg, condenados à cadeira elétrica por espionagem. Tudo isso criou um clima favorável à diminuição de tensões, culminando com a censura do Senado a McCarthy em dezembro de 1954. A partir daí, como enfatiza Powers, “na mente popular, anticomunismo e macarthismo eram uma e a mesma coisa, e o anticomunismo americano nunca mais iria se recuperar desse abraço fatal”.⁴⁷⁸ Mas as sequelas ainda podiam ser sentidas: segundo a historiadora Ellen Schrecker, “milhares haviam perdido seus empregos. E outros milhares, realisticamente ou não, temiam represálias similares e suspenderam suas atividades políticas.”⁴⁷⁹

Entre os conservadores da *National Review*, no entanto, a ameaça comunista não deixara de existir só porque o alarde público havia diminuído. A URSS perdurava, agora com armas nucleares mais poderosas do que quando McCarthy anunciou pela primeira vez sua lista de comunistas supostamente infiltrados no Departamento de Estado, em fevereiro de 1950. O PC dos EUA também, embora muito mais fraco e com pesadas perdas de membros

termos militares-estratégicos, como o desenvolvimento de armas atômicas pela URSS. Mesmo que tais visões por vezes partissem de alguma base factual, como a descoberta de casos de espionagem no fim dos anos 40, as ilações daí derivadas, como é típico, sempre iam na direção do exagero do poder do inimigo.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 124-9.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 272.

⁴⁷⁹ SCHRECKER, op. cit., p. 9.

devido à repressão. Mas, como dizia Ralph de Toledano em 5 de janeiro de 1957, a despeito de todas as mazelas que vinham acometendo o mundo comunista nos últimos anos, “[Partido Comunista dos EUA] nem de longe está morto. Apesar da retórica febril de suas controvérsias correntes, a atividade disciplinada ainda continua onde realmente conta —no aparato clandestino, nas concentrações industriais do Partido, e na frente de infiltração”.⁴⁸⁰

O motivo dessa insistência não é difícil de determinar. As ideias de James Burnham sobre a natureza do perigo vermelho eram praticamente um dogma editorial, reforçado, por exemplo, pela experiência pessoal de Frank Meyer, de quem se dizia que trocava a noite pelo dia por medo de uma vingança de seus ex-companheiros do Partido; de Freda Uitley, inglesa que fugiu com o filho da União Soviética, onde vivia, depois que o marido foi preso pela polícia de Stálin, e colaborou diretamente com McCarthy anos depois; de Eugene Lyons, que testemunhou diretamente os terrores do stalinismo nos anos 1930, entre outros exemplos. Para essas pessoas, e para aqueles que se baseavam no seu testemunho para formar sua concepção do comunismo, a Guerra Fria era uma luta de dimensões que transcendiam a política, que eram morais, e, às vezes, na linha de Chambers, quase cósmicas.

Portanto, não é de espantar que a crítica conservadora ao liberalismo tivesse uma forte cobrança relativa às posturas diante do comunismo. O leitor da *National Review*, ou das colunas de Buckley em outras publicações, frequentemente se deparava com relatos e raciocínios que procuravam mostrar o quanto os liberais eram “moles com o comunismo”, ignorando ou subestimando a natureza do perigo que rondava as sociedades livres das quais os EUA eram o expoente. Na divisão de abordagens proposta por Powers do problema do comunismo no pós-guerra, a *NR* e o seu editor-chefe se punham forte e orgulhosamente no lado da contrassubversão e da apologia do macarthismo. Mas, por escrever após a queda de McCarthy, a *NR* tinha um motivo a mais de exasperação com o *Establishment* liberal que desacreditara o senador:⁴⁸¹ derrubando McCarthy, os liberais não estariam efetivamente *ajudando* os comunistas? E não seria isso mais um de seus padrões de comportamento?

Essa crítica podia ser feita em dois níveis, nenhum deles original dentro do pensamento de direita. O primeiro, ecoando Hayek e antes dele a Velha Direita, era o filosófico. Frank Meyer, talvez o mais agressivo dos editores da *NR* no que dizia respeito ao comunismo, resumiu o problema em 1958, numa edição especial da sua coluna “Principles

⁴⁸⁰ It's still the Soviet party. *NR*, 05/01/1957.

⁴⁸¹ Pode-se objetar com bons argumentos que McCarthy criou todas as condições de sua própria queda, naturalmente, mas essa não era a visão da *NR*.

and Heresies” intitulada *O significado do macarthismo*.⁴⁸² Ao longo do artigo de duas páginas, o dobro do tamanho normal de sua coluna, Meyer fala de como McCarthy teria compreendido, ainda que de forma “instintiva”, e não “analítica”, a mesma “trágica verdade da política nos Estados Unidos, bem como de todo o Ocidente, nos últimos quarenta anos”: as características do liberalismo “que se tornaram cada vez mais predominantes durante esses anos são tais que nossa presente liderança não pode nem resistir à infiltração dos comunistas internamente nem coordenar uma estratégia efetiva contra os comunistas externamente”.⁴⁸³ Mais adiante, Meyer enumera as “verdades” que o fenômeno do macarthismo teria revelado:

- 1) que o Liberalismo contemporâneo está em concordância com o comunismo no ponto mais essencial — a necessidade e desejabilidade do socialismo; 2) que ele considera todo valor herdado — teológico, filosófico, político — como desprovido de virtude ou autoridade intrínseca; 3) que, portanto, nenhuma diferença irreconciliável existe entre ele e o comunismo — só diferenças quanto ao métodos e aos meios; e 4) que, em vista destas características da sua ideologia, os Liberais são inadequados para a liderança de uma sociedade livre, e intrinsecamente incapazes de oferecer oposição séria à ofensiva comunista.

Daí se entende, no contexto da Guerra Fria, a importância de denunciar o liberalismo mesmo quando este professava também ser anticomunista. Não porque a *NR* considerasse que os liberais eram “comunistas disfarçados”, ou supusesse que eles eram parte de alguma cabala maligna visando a entregar, de forma consciente e deliberada, o país aos seus inimigos. “Corretamente”, diz Meyer, “o povo americano recusou-se a *identificar* o Liberalismo e o comunismo.” Esse tipo de teoria da conspiração era muito comum na literatura contrassubversiva, mas, como vimos no “credo” da revista, era rejeitada *a priori* pela *National Review* desde a primeira edição. Aliás, Buckley e seu círculo ficariam famosos, nos anos 60, por abrirem guerra à John Birch Society justamente por conta da insistência desta nesse tipo de visão, que trazia ridículo à causa anticomunista e aos conservadores em geral.⁴⁸⁴

⁴⁸² Embora o artigo de Meyer seja citado pela clareza com que ilustra as crenças da *NR* de que tratamos aqui, ele estava longe de ser o único a ver o macarthismo de forma positiva. Quando da morte de McCarthy, em maio de 1957, a revista publicou nada menos que três longos artigos — um deles um editorial — exaltando o legado do senador. *Nenhum* menciona as falsas acusações, os métodos sensacionalistas, as listas nunca mostradas com números discrepantes e o notório fracasso de McCarthy em desmascarar conspirações de verdade. Cf. a *NR* de 18/11/1957.

⁴⁸³ The meaning of McCarthyism. *NR*, 14/6/1958. Note-se que ele escreve isso quando Eisenhower, um republicano, era presidente. Nessa época, ao contrário do que se observa hoje, os republicanos não tinham uma identificação automática com o conservadorismo.

⁴⁸⁴ Robert Welch, o empresário fundador da JBS e o responsável direto pela sua direção na época, escreveu um livro, *The politician*, no qual afirmava, por exemplo, que o presidente Dwight Eisenhower era um agente de Moscou. Por conta desse tipo de conspiracionismo caricato que desacreditava o anticomunismo e os conservadores a ele associados, Buckley publicou uma série de colunas e artigos, mais tarde secundados por outros editores, atacando Welch e a JBS, em níveis crescente de veemência. Ainda hoje, essa iniciativa é

Mas nada disso significava que as *semelhanças* entre liberais e comunistas não pudessem ser enfatizadas. Rememorando no mesmo artigo o caso Alger Hiss, Meyer afirma que a incompetência dos liberais para liderar o país na luta contra o comunismo havia sido demonstrada com o apoio que grande parte do *Establishment* havia dado ao réu. E cita a passagem de Whittaker Chambers em *Witness* em que o autor fala da cegueira dos New Dealers quanto aos comunistas no governo. Tal se dava, afinal, porque ambos os grupos eram revolucionários — mas os comunistas tinham plena consciência de seu status, e os liberais rooseveltianos não.⁴⁸⁵ Essa afinidade básica entre os dois grupos, segundo Meyer, além de incapacitar os liberais para liderar os EUA e o mundo livre num momento de conflito, também os impedia de “considerar o comunismo como um inimigo inconciliável”. E a consequência lógica disso era uma curiosa inconsistência moral, um padrão duplice que seria um dos grandes temas da crítica conservadora ao *Establishment* (grifo nosso):

O Senador McCarthy foi derrotado e morreu. O macarthismo, que nunca foi um movimento organizado, apesar dos temores perturbados dos Liberais, dissipou-se. Após a sua derrota, antes de sua morte física, ocorreu the vergonha húngara.⁴⁸⁶ Nesta primavera, estamos entregando a Indonésia aos comunistas sem levantar um dedo.⁴⁸⁷ A coexistência, o intercâmbio cultural, são a ordem do dia. Nós bancamos os tímidos e nos enervamos por causa das condições de uma conferência de cúpula, mas *nunca rejeitamos em princípio o próprio conceito de conferenciar em paz com assassinos e escravizadores, enquanto teríamos recusado conferenciar com Hitler.*

Escrito treze anos após o fim da Segunda Guerra, quando os crimes nazistas já eram suficientemente conhecidos para dar a dimensão da desumanidade do hitlerismo, e quando milhões de americanos eram veteranos, esse era um argumento incisivo. A URSS não era também um regime com uma enorme quantidade de sangue nas mãos? A sua própria liderança não havia reconhecido isso quando Khrushchev denunciou Stálin e seu regime de

lembrada entre os conservadores atuais como uma mostra de que Buckley representava um conservadorismo “razoável” em contraste com os “lunáticos” extremistas de grupos como a JBS. Deve-se lembrar, no entanto, que McCarthy fez acusação semelhante ao general George Marshall, Secretário de Estado no governo Truman e um dos comandantes do esforço de guerra americano, além de mentor de Eisenhower, e nem por isso recebeu o mesmo tratamento. Cf. BOGUS, op. cit., cap. 4. Para uma visão mais heterodoxa e muito mais crítica, que nega a diferença entre uma ala “sã” e outra “extremista” do conservadorismo, cf. ROBIN, op. cit., e também PERLSTEIN, Rick. Why conservatives are still crazy after all these years. *Rolling Stone*, 16 de março de 2012. Disponível em: <http://www.rollingstone.com/politics/blogs/national-affairs/why-conservatives-are-still-crazy-after-all-these-years-20120316>. [Acesso em: 21 de dezembro de 2012.]

⁴⁸⁵ A citação de Meyer corresponde ao terceiro parágrafo da passagem de Chambers citada na página 134.

⁴⁸⁶ Meyer alude à sangrenta intervenção soviética na Hungria, em 1956, em resposta a um movimento de liberalização por parte do governo desse país. O fato suscitou grande debate entre os conservadores americanos, pois os húngaros pediram ajuda aos EUA que, no entanto, recusaram-se a interferir numa região estrategicamente delicada e possivelmente oferecer um *casus belli* aos soviéticos. Para muitos anticomunistas, como Meyer, essa inação era sinal de fraqueza moral.

⁴⁸⁷ Provável alusão ao governo de Sukarno, o primeiro presidente indonésio, que tinha influência socialista e estava neste momento prestes a vencer rebeldes anticomunistas.

“suspeita, medo e terror”, em 1956, desapontando comunistas de todo o mundo?⁴⁸⁸ E mesmo com a denúncia e o “degelo” de que ela fazia parte, a URSS não continuava esmagando movimentos legítimos como o da Hungria, e patrocinando regimes autoritários que, após a “perda” da China em 1949, agora controlavam uma fração expressiva da humanidade? E, no entanto, dizia Meyer, o lema dos liberais no governo ainda podia ser aquele dos anos 1930 na França: “*Pas d’ennemis à gauche* — não há inimigos, ao menos não inimigos irreconciliáveis, à esquerda. O macarthismo é mais perigoso que o comunismo.”

“Dois pesos e duas medidas” no mais grave conflito da atualidade era mais um grande pecado liberal. Mas os exemplos dados por Meyer eram poucos e todos no âmbito das relações internacionais. Na edição anterior da *National Review*, em 2 de agosto, Buckley também escreveu uma defesa de McCarthy envolvendo o mesmo tipo de argumentação sobre como os liberais seguiam um padrão de tratar os comunistas de forma muito mais comedida que aquela devotada a direitistas como McCarthy, ou, no extremo, ao nazismo. É um texto que vale a pena examinar.

Na edição de agosto de 1958, um ano após o falecimento de McCarthy, a revista *Esquire* publicou um artigo intitulado *Os últimos dias de Joe McCarthy*, assinado por Richard Rovere. O artigo era extremamente crítico, basicamente acusando o falecido senador de ser um demagogo hipócrita — dificilmente um pioneirismo de Rovere àquela altura. Buckley não deixou passar e, na *National Review* de 2 de agosto, publicou uma réplica de página inteira (o equivalente a uma coluna regular). Depois de investir contra a *Esquire* e Rovere por terem prometidos revelações “explosivas” que não teriam se materializado, antes dando lugar a rumores e ataques pessoais,⁴⁸⁹ e ironizar o fato de dizerem que não havia nada para McCarthy descobrir em suas investigações da subversão comunista, Buckley diz:

Rovere escreve dos apoiadores de McCarthy que eram “odiadores”, que “a uma palavra de McCarthy” as suas “glândulas de ódio se inflavam e inchavam” e “novos suprimentos de peçonha fluíam de seus [órgãos]”. Talvez seja dessa que parecíamos para Rovere. Não é de admirar que ele e seus amigos tinham tanto medo. Medo de nós — mas não dos Lattimores ou dos patrocinadores de Lattimore. Esse é o mesmo mundo onde as pessoas gastam suas energias evangélicas causticando Franco, não Khrushchev; Batista, não Mao; Lewis

⁴⁸⁸ Para uma rápida introdução ao assunto, cf. CAVENDISH, Richard. Stalin denounced by Nikita Khrushchev. *History Today*. February 2006. Disponível em: <http://www.historytoday.com/richard-cavendish/stalin-denounced-nikita-khrushchev>. [Acesso em: 25 de dezembro de 2012.]. Para uma visão mais aprofundada, cf. ZUBOK, Vladislav M. *A failed empire: the Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007, cap. 4.

⁴⁸⁹ Infelizmente o site da *Esquire* não dá acesso ao seu arquivo. Mas trechos da matéria de Rovere podem ser encontrados no blog de Mickey Murphy: <http://radiodemagogues.wordpress.com/2011/07/16/modern-day-joe-mccarthy>. [Acesso em: 21 de dezembro de 2012.]

Strauss,⁴⁹⁰ não Linus Pauling;⁴⁹¹ a [*House Un-American Activities Committee*], não o *Institute of Pacific Relations*.⁴⁹² Esse mundo de sonhos em que Joe McCarthy não nasceu. Que o mundo de McCarthy e não o de Rovere, seja o real, é algo que certamente causa lamentos bipartidários.

...[McCarthy] enxergou o que Richard Rovere, com toda a sua experiência com o comunismo, ainda tem que enxergar. Ao seu modo, McCarthy lutou para fazer outros enxergarem. Infelizmente, sobrevivem a ele sobretudo homens que lutam — poderosamente, no caso de alguns como Rovere — para manter os outros cegos.⁴⁹³

A questão desse “desprezo seletivo” também podia ser vista de formas que expressavam novamente a polaridade proposta por Richard Powers a respeito das prescrições de liberais e contrassubversivos no tocante aos comunistas americanos. Sempre que a ocasião se apresentava, a *NR* voltava a esse ponto. Na edição de 11 de janeiro de 1956, portanto no segundo mês de vida da revista, Buckley comenta uma petição assinada por Eleanor Roosevelt e mais 41 pessoas, enviada ao presidente Eisenhower solicitando a libertação de 16 líderes do Partido Comunista, então presos por violação da Lei Smith.⁴⁹⁴ O gesto ganhou manchete no *Daily Worker*, jornal publicado pelo PC. Diz Buckley (que adiciona os comentários entre parênteses):

Os peticionários se deram ao trabalho de afirmar que estavam “em discordância fundamental com a filosofia do Partido Comunista (não com a do comunismo, isto é, do socialismo, do contrário eles teriam perdido alguns bons nomes, por exemplo, Norman Thomas,⁴⁹⁵ Rowland Watts,⁴⁹⁶ John Bennett⁴⁹⁷) e com elementos essenciais do seu programa” — uma concessão um tanto indignada ao espírito do macarthismo, nos parece. O que, então, motivava a petição? Os peticionários eram “movidos à presente ação pelo seu apreço intelectual pelo modo democrático de vida”.

Acontece que a petição revela um profundo descaso pelo modo democrático de vida, e uma confiança descarada na crença do público de não reconhecer esse descaso. Vê-se a desconsideração dos signatários pelo processo democrático na sua atitude quanto a decisão democraticamente tomada e judicialmente mantida de que a revolução como é praticada pelos comunistas em questão é ilegal. Em uma democracia, o povo, submetido a restrições escolhidas por ele próprio,

⁴⁹⁰ Lewis Lichtenstein Strauss (1896-1974) foi um comissário na Atomic Energy Commission e um dos principais articuladores da exclusão de Robert Oppenheimer por supostamente representar um “risco de segurança”. Cf. nota 60.

⁴⁹¹ Linus Pauling (1901-1994) foi químico destacado, ganhador do Prêmio Nobel de Química de 1954. Mas também foi, ao lado de Albert Einstein e Bertrand Russell, um notório ativista pela paz, especialmente na conscientização dos perigos das armas nucleares — motivo pelo qual era criticado pela *National Review*.

⁴⁹² Cf. nota 17.

⁴⁹³ *Esquire's world and Joe McCarthy's. NR*, 02/8/1958.

⁴⁹⁴ Cf. nota 86.

⁴⁹⁵ Norman Mattoon Thomas (1884-1968), ativista e seis vezes candidato presidencial do Partido Socialista nas eleições, concorrendo em todas as eleições entre 1928 e 1948. O PS americano, diferentemente do PC, do qual era crítico, não era alinhado com a URSS e tinha um programa que previa a operação dentro do sistema democrático, sem a tomada revolucionária do poder.

⁴⁹⁶ Advogado conhecido por defender causas envolvendo a defesa de liberdades civis, falecido aos 82 anos em 1995. Entre os casos em que atuou, estava a defesa de soldados dispensados sem defesa pelo exército, supostamente por serem “riscos de segurança” (ou seja, suspeito de envolvimento com o comunismo).

⁴⁹⁷ Não se encontrou referência a quem Buckley se refere aqui.

decide em que tipo de sociedade quer viver. Esta sociedade em particular decidiu processar aqueles ativamente engajados na tentativa de subvertê-la.⁴⁹⁸

Petições são um recurso perfeitamente legal numa democracia e, em 1956, parecia a muitos liberais que o perigo representado pelo Partido Comunista era praticamente nulo. Olhando em retrospecto, sabe-se que eles tinham razão; a estrutura clandestina montada pelos comunistas americanos tinha sido desmontada, e a sua capacidade de infiltração e instrumentalização em organizações da sociedade civil, severamente prejudicada. O que havia sobrado de suas fileiras tinha um expressivo número de agentes infiltrados do FBI — a ponto de se correr a piada de que eram as contribuições pagas por esses policiais que mantinham o Partido vivo. Dessa forma, era compreensível que certas pessoas julgassem que, para todos os efeitos práticos, os comunistas ainda presos sob a Lei Smith foram punidos muito mais por crimes de opinião do que por qualquer prejuízo concreto pudesse ter causado ou ainda causar. Mas esse era justamente o tipo de raciocínio que os adeptos da contrassubversão condenavam. Para eles, não se tratava de uma guerra terminada, do proverbial “chute em cachorro morto”, mas de uma luta ainda em curso e de perspectivas sombrias; e muito mais do que isso, como se vê das palavras de Meyer e Buckley, tratava-se também de um combate fortemente *moral*. O comunismo era o inimigo da própria civilização, e como tal “irreconciliável”. Seus seguidores eram o equivalente no pós-guerra ao que os nazistas haviam sido poucos anos antes. Que os liberais não conseguissem perceber isso era praticamente um defeito coletivo de caráter.

Mais alguns exemplos mostram como a *NR* aplicava essa percepção a casos particulares. Às vezes, o recurso é a condenação direta, noutros, o sarcasmo, mas sempre com o objetivo de lembrar aos leitores a leniência e a falta de discernimento de indivíduos e instituições liberais quanto à grande tensão moral da época.

Ainda no seu primeiro ano de existência, a *NR* desfechou vários ataques a instituições que, em diversas circunstâncias, recusaram-se a ostracizar pessoas que tinham sido investigadas por suspeita de colaboração com comunistas, mesmo quando inocentadas pela Justiça. Também, em pelo menos um caso, criticou acerba e repetidamente uma fundação por ter premiado uma biblioteca que se recusou a demitir uma funcionária — não uma executiva, intelectual ou detentora de qualquer cargo proeminente — que seria comunista. Em nenhum dos casos, essas pessoas estavam comprovadamente em conflito com a lei, mesmo com legislação anticomunista em vigor. Porém, uma vez marcadas pelo estigma do radicalismo de

⁴⁹⁸ ‘Mrs. Roosevelt and 41 others’. *NR*, 11/01/1956.

esquerda, com ou sem provas, elas deveriam, na visão da *National Review*, ser tratadas como *personas non gratas*.

Em 1955, a *NR* publicou uma carta aberta de página inteira, assinada por Buckley e destinada a Henry Ford II. Havia uma lista de motivos, todas envolvendo ações do Fund for the Republic (FFR), entidade filantrópica criada em 1952 cujos recursos originais vinham de uma dotação da Fundação Ford e tinha como objetivo “eliminar as restrições à liberdade de pensamento, pesquisa e expressão”. Mas, como se poderia esperar, uma organização dedicada a essa causa no período de que tratamos estava praticamente fadada a problemas. Os itens enumerados são eloquentes quanto ao tipo de postura que a *National Review* esperava, e mesmo exigia, de organizações como o Fund:

1. A verba para a Plymouth Meeting Library de \$5.000 em tributo à contratação de Mary Knowles, ex-bibliotecária da escola comunista Samuel Adams, que se recusou a responder às perguntas de uma comissão congressual;
2. A contratação pelo Fund de Amos Landman, que se recusou a dizer a uma comissão congressual se ele era ou já tinha sido um comunista;
3. A omissão de um grande número de obras anticomunistas da bibliografia do Fund (depois recolhida) sobre o comunismo americano;
4. A distribuição em massa da entrevista Murrow-Oppenheimer;
5. A distribuição de 35.000 exemplares da brochura do Decano Erwin Grimswold,⁴⁹⁹ defendendo aqueles que usam a Quinta Emenda, em contraste com os 1.000 exemplares da brochura do Sr. C. D. Williams sobre o mesmo assunto, defendendo um ponto de vista diferente;
6. O projeto do Fund (depois cancelado) de subsidiar uma série de televisão com o cartunista de esquerda Herblock;⁵⁰⁰
7. A afirmação pública do Sr. [Robert M.] Hutchins da disposição do Fund de empregar comunistas.⁵⁰¹

Na carta, Buckley cobra de Ford um posicionamento público sobre essas atividades do Fund for the Republic, vistas como suspeitas, e menciona que uma parte do público já estava expressando sua insatisfação por meio de um boicote aos produtos Ford. De fato, um pouco antes, a American Legion, particularmente ativa na pressão a empresas que teriam comunistas em seus quadros, já tinha conclamado a um boicote aos produtos Ford. A resposta não demorou. Em janeiro de 1956, o *New York Times* noticiou a declaração de Ford a respeito, dizendo que ele acreditava que as ações do Fund tinham sido “duvidosas e inevitavelmente levaram a acusações de mau julgamento”. A matéria também cita a carta de Buckley, que tinha sido mandada cerca de 15 dias antes da sua publicação na *National Review*. Em resposta

⁴⁹⁹ Erwin Grimswold (1904-1994) era advogado de apelação e decano da Escola de Direito de Harvard, tendo atuado em vários casos perante a Suprema Corte e também na defesa das liberdades civis.

⁵⁰⁰ Herbert L. Block (1909-2001), então cartunista do *Washington Post* e ganhador duas vezes do Prêmio Pulitzer, além de criador do termo “macarthismo”. A Biblioteca do Congresso tem uma exposição virtual a seu respeito: <http://www.loc.gov/rr/print/swann/herblock>. [Acesso em: 26 de dezembro de 2012.]

⁵⁰¹ A letter to Mr. Henry Ford. *NR*, 14/12/1955.

a ele e a outros remetentes que teriam feito indagações semelhantes, Ford enviou, ainda em dezembro de 1955, “várias centenas” de cópias de uma carta padrão, publicada na mesma reportagem do *Times*, esclarecendo não ter qualquer controle legal sobre o Fund, e que teria escrito a este, apenas na qualidade de “cidadão privado”, pedindo esclarecimentos. Da parte do Fund, o jornal publica uma declaração dada por um dos seus diretores, Paul G. Hoffman, reafirmando que a organização fazia um bom trabalho.⁵⁰² Mas a controvérsia, que já vinha desde antes da *National Review* surgir, arrastou-se pelo ano de 1956, quando congressistas decidiram investigar o Fund.

No que toca aos itens listados por Buckley, um caso seria várias vezes repisado por ele em outros artigos críticos do Fund for the Republic, e podia ser considerado particularmente instrutivo. Sua protagonista era Mary Knowles, que havia trabalhado por dois anos numa das escolas para educação de adultos criadas pelo Partido Comunista, a Samuel Adams School, em Boston, onde seu marido lecionava. Em 1947, Knowles deixou a escola e passou para uma vaga numa biblioteca em South Norwood, também em Massachusetts. Divorciada em 1949, aparentemente não tinha a partir daí mais nenhuma ligação com o movimento comunista. Mas, em 1953, quando um agente infiltrado do FBI a apontou como membro do PC, o *Senate Internal Security Subcommittee* (SISS)⁵⁰³ interessou-se pela existência de Knowles. Convocada a depor, ela “deu apenas o seu nome, endereço e confirmação de emprego”, e apelou à Quinta Emenda (que protege o indivíduo contra a autoincriminação). Esse recurso, após o caso dos “10 de Hollywood”⁵⁰⁴ no fim dos anos 40, protegia a pessoa intimada, mas era visto informalmente como um sinal de culpa. Por conta disso, e apesar de ter explicado aos seus patrões que a recusa a depor tinha sido por princípio, Knowles foi demitida. Ainda no mesmo ano, após duas tentativas frustradas devido ao “perigo” que sua contratação representava, Knowles encontrou emprego numa biblioteca privada administrada por quacres em Plymouth Meeting, Pensilvânia, uma comunidade de 600 habitantes. Após um período de experiência bem-sucedido, no entanto, as autoridades municipais de Plymouth,

⁵⁰² KIHS, Peter. Ford is ‘dubious’ on Republic Fund. *New York Times*, 8 de dezembro de 1955. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=FA0F17FB3554127B93CAA91789D95F418585F9>. [Acesso em: 26 de dezembro de 2012.]

⁵⁰³ Órgão criado pela Lei de Segurança Interna de 1950, ou Lei McCarran, aprovada pelo Congresso a despeito do veto do Presidente Truman. A Lei exigia que toda organização comunista se registrasse com o Procurador-Geral e permitia a investigação de qualquer pessoa que pudesse estar a serviço de forças estrangeiras dentro do país. Em seu veto, Truman havia classificado a Lei McCarran como a “maior ameaça à liberdade de expressão, imprensa e assembleia desde as leis de Estrangeiros e Sedição de 1798”. V. TRUMAN, Harry S. *Veto of the Internal Security Act of 1950*. September 22, 1950. In: SCHRECKER, Ellen. *The age of McCarthyism: a brief history with documents*. 2nd ed. Boston, New York: Bedford/St. Martin’s, 2002, p. 218-20.

⁵⁰⁴ Alusão ao grupo de roteiristas, produtores e diretores da indústria de cinema que compareceu diante da HUAC em outubro de 1947 e se recusou a responder aos interrogadores. Presos por desacato ao Congresso, entraram em seguida para a “lista negra”, só vindo a ser formalmente reabilitados na década de 60.

incluindo a escola local, passaram a boicotar a biblioteca e a suspender as contribuições financeiras para a sua manutenção (apesar de privada, a biblioteca funcionava como se pública fosse). A American Legion e as *Daughters of the Revolution*⁵⁰⁵ juntaram-se ativamente à campanha contra Knowles, assim como um grupo local que espalhou boletins mimeografados perguntando, “A quem devemos lealdade, ao FBI ou aos UQE (Usuários da Quinta Emenda)?”. Os diretores da biblioteca, porém, fiéis à tradição quacre, mantiveram-na no cargo. Porém, em junho de 1955, a história se repetiu, e mais uma vez ela compareceu perante o SISS. Mas agora Knowles mudou de tática: apelou para a *Primeira* Emenda. E foi nesse período que o Fund for the Republic soube de seu caso e doou US\$5.000 para a biblioteca onde ela trabalhava. De acordo com o *New York Times*, o presidente do FFR, Robert M. Hutchins, havia expressado “a esperança de que o exemplo de Plymouth Meeting fosse seguido em outras partes da América”.

Mas o caso não terminou aí. Convocada de novo em setembro, Knowles afirmou não fazer parte de nenhuma organização incluída na lista de entidades subversivas do Procurador-Geral “há muitos, muitos anos”. E mais uma vez, alegando ser “uma cidadã privada, empregada numa instituição privada guiada por uma organização religiosa”, Knowles alegou que o SISS não tinha a autoridade para questioná-la e que ela não estava retendo nenhuma informação com o propósito de atrapalhar as investigações feitas por ele. A retaliação ao seu desafio ao SISS veio dois anos depois, quando Knowles foi condenada a 120 dias de prisão por desacato ao Congresso, mais uma multa de US\$500. Ela permaneceu livre, mediante uma fiança de igual valor, mas apelou e, em 1960, o veredito foi anulado, quando a Corte de Apelações dos Estados Unidos entendeu que o SISS havia excedido sua jurisdição ao interrogar Knowles. Esta continuou empregada em Plymouth Meeting até se aposentar, em 1979.⁵⁰⁶

Apesar de ter se dado dois meses antes do primeiro número da revista, o caso Knowles foi motivo de cobranças e ataques da *NR* ao FFR por meses a fio, com ênfase particular ao seu

⁵⁰⁵ A *National Society of Daughters of the American Revolution* é uma entidade patriótica e educacional, fundada em 1890 e formada por mulheres que descendem de pessoas envolvidas na independência dos EUA.

⁵⁰⁶ As informações sobre Knowles são uma compilação de várias matérias jornalísticas levantadas pela Internet: DIXON, Mark E. The case of the gutsy librarian. *Main Line Today*. May 2008. Disponível em: <http://www.mainlinetoday.com/core/pagetools.php?pageid=6401&url=%2FMain-Line-Today%2FMay-2008%2FFRONTLINE-Retrospect%2F&mode=print>. TRUSSELL, C. P. Librarian disputes panel's right to question her on Communism. *The New York Times*. 16 de setembro de 1955. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=FB0811FC3555127B93C4A81782D85F418585F9>. Woman jail term, fine. *The Reading Eagle*. 18 de janeiro de 1957. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=1955&dat=19570118&id=e5IhAAAAIBAJ&sjid=KJgFAAAAIBAJ&pg=4380.5535>. [Acesso em: 26 de dezembro de 2012.] Librarian jailed in contempt case. *The New York Times*. 19 de janeiro de 1957. Disponível em: <http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=FB0C16F63D5E147B93C3A8178AD85F438585F9>.

presidente, Robert Hutchins. Em 28 de dezembro, insistindo no assunto, Buckley publicou o nome e o endereço de cada membro da diretoria do FFR, dizendo que apenas um havia respondido a cartas da *National Review* perguntando sobre como haviam votado na aprovação da verba destinada à biblioteca de Plymouth Meeting.⁵⁰⁷ Era apenas o segundo assalto. Em 18 de janeiro de 1956, após a resposta de Henry Ford, Buckley escreveu novamente sobre o assunto. Um artigo seu de quase página inteira reproduzia uma declaração de Hutchins dizendo que a decisão de premiar a Plymouth Meeting Library por resistir às pressões para demitir Mary Knowles tinha sido tomada pela maioria dos membros da diretoria do FFR. Mas, lamentavelmente, “a maioria dos diretores declinou de dizer como tinha votado. Um diretor escreveu, confidencialmente, que não tinha votado a favor da verba, e teria votado contra se estivesse lá. Quatro pessoas revelaram que tinham aprovado a verba. Outras recusaram-se a [responder.]” Em seguida, comentando as cartas em resposta à questão feita pela revista, Buckley mostra-se espantado pela reação hostil de alguns dos diretores do FFR, que também eram presidentes de universidades e, afinal, presidiam uma entidade que “pede, e conseguem imunidades especiais do governo do Estados Unidos com base no fato de que é ‘educacional’ e ‘apartidária’”. Aparentando surpresa, Buckley reconhece que os diretores do FFR tinham muito mais a perder que a ganhar com sua atitude, e queixa-se dos direitistas que reclamavam do perigo socialista, mas, quando chamados a agir, o assunto da conversa “passa a ser o tempo”.⁵⁰⁸

Finalmente, em 13 de junho de 1956, mais uma vez o Fund for the Republic é o tema, mas agora em consequência de outro caso. Um leitor escrevera perguntando se a posição da *NR* era de que seria impossível relacionar-se profissionalmente com um comunista ativo, e mesmo pagá-lo pelo “privilégio”. A pergunta, diz Buckley, provavelmente tinha sido inspirada por mais polêmica envolvendo o FFR, que tinha contratado um ex-presidente do PC, Earl Browder, como consultor em uma pesquisa sobre o comunismo.

A nossa atitude perante o Fund não é ambígua. Há toda razão para duvidar da capacidade do Sr. Hutchins [...] de terminar conseguindo mais de um comunista com quem se associe, do que este conseguirá dele. Da mesma forma, tendemos a pensar que é imprudente assumir uma posição doutrinária de que um pesquisador — seja um agente da Central de Inteligência, um escritor de ficção ou, que Deus nos ajude, um sociólogo — não pode, pela *natureza das coisas*, incrementar o nosso conhecimento da conspiração comunista por meio da conversa com um comunista. É desnecessário dizer que uma relação de trabalho com um comunista deve ser iniciada tendo-se plena consciência de sua gravidade, da possibilidade de contaminação. Acima de tudo, deve-se reconhecer que nenhum comunista consciente do dever, de sua parte,

⁵⁰⁷ *NR*, 28/12/1955.

⁵⁰⁸ A bow to the Left. *NR*, 18/01/1956.

concordaria com tal relação, a não ser na expectativa de, como resultado, beneficiar de algum modo a causa da Revolução.⁵⁰⁹

Ou seja, o comunista pode contaminar o pesquisador, mas o contrário não é levado em conta. Tomando-se isso como premissa, o “segundo estágio” do processo macarthista — a demissão, que obviamente também podia incluir o ostracismo na comunidade onde se vive — torna-se uma consequência lógica. A ideologia ganha as características de uma doença contagiosa. Mas, se uma relação de trabalho, mesmo no contexto de uma pesquisa em que a adesão ideológica de sujeito é conhecida de antemão, pode representar um perigo, por que não estender a precaução a quem apenas nutre simpatias comunistas, ou é um possível “companheiro de viagem”?

É exatamente esse o ponto de Buckley ao criticar Harvard por ter convidado o físico Robert J. Oppenheimer para uma série de palestras, a serem dadas na primavera de 1957. O convite, feito em 1955, estaria gerando controvérsia. De fato, até março de 1957, quase às vésperas da primeira palestra, havia quem contestasse as qualificações morais de Oppenheimer para a tarefa.⁵¹⁰ É a linha que Buckley adota na “The Ivory Tower” de mais de um ano antes, em 22 de fevereiro de 1956. Após tomar nota da reação de um banqueiro de Boston, Edwin Ginn, que teria renunciado ao seu posto no conselho de Harvard em protesto ao convite a Oppenheimer, Buckley diligentemente toma nota das reações de alguns professores:

...O Sr. Perry G. Miller, professor de literatura americana e por anos o inimigo jurado de acusações e contra-acusações abusivas e destemperadas, contou até dez e declarou ao [jornal de Harvard] *Crimson*, “Ginn é um tolo”. O Sr. Edwin G. Boring, professor de Psicologia, assumiu um interesse clínico pela afirmação de Ginn, somente para decidir que, porque ela era “tão sobredeterminada emocionalmente”, “é melhor ignorá-la”. Morton White, professor de Filosofia e diretor do departamento que patrocina Oppenheimer, disse, “A indicação do Dr. Oppenheimer deve [*sic*] ser seriamente avaliada somente por aqueles capazes de discernir uma conquista acadêmica. Uma universidade deve ser grata àqueles que a apoiam, mas não deve ser constrangida pelos ataques de alguém que... não distingue entre liberdade acadêmica e segurança militar.”⁵¹¹

O leitor da *NR* facilmente reconheceria esse catálogo de ataques pessoais como o *Establishment* liberal em ação numa universidade. A “liberdade acadêmica”, atacada por Buckley desde *God and man at Yale*, seria usada para romper a dinâmica da “quarentena” que os conservadores da *NR* esperavam ver imposta a um homem suspeito de ligações

⁵⁰⁹ Working with communists? *NR*, 13/6/1956.

⁵¹⁰ Harvard men seek Oppenheimer ban. *The New York Times*. 25 de março de 1957. Disponível em: <http://query.nytimes.com/mem/archive/pdf?res=F60810FE3C5D167B93C7AB1788D85F438585F9>. [Acesso em: 28 de dezembro de 2012.]

⁵¹¹ Where angels fear to thread. *NR*, 22/02/1956.

indesejáveis com o comunismo. O fato de Oppenheimer ter sido considerado um “risco de segurança” pelo governo, mas não um cidadão “desleal”, não conta. Como o próprio Buckley diz, em resumo, atitudes pró-comunistas de Oppenheimer já tinham sido estabelecidas como fato. Mas só depois disso é que os liberais teriam passado a defendê-lo. Assim, apesar de ter se tornado um símbolo de “nihilismo ético” em vez de “gênio científico”, “Oppenheimer irá a Harvard. E ele será um enorme sucesso. E eu digo, um sucesso muito maior do que ele jamais seria se não tivesse sido declarado um risco de segurança.”

Até aqui, viram-se casos de liberais ajudando comunistas ou suspeitos de comunismo (não que a *NR* fizesse grande distinção), geralmente em nome dos direitos individuais de liberdade de consciência e expressão. Esse padrão de estender a mão a um inimigo traiçoeiro, tão criticado acidamente pelos conservadores da revista, podia, contudo, ganhar certo tom cômico quando se tratava de um gesto *literal*. Assim é que, em 1955, durante uma participação em um programa de TV, Buckley lançou (mais) uma provocação contra um de seus alvos favoritos, Eleanor Roosevelt. A ex-primeira dama havia escrito um artigo comparando o macarthismo ao hitlerismo. Buckley disse, então, afirmou que, se a Sra. Roosevelt encontrasse McCarthy numa festa, ela provavelmente se recusaria a apertar a mão do senador, mas não a de Andrei Vishinsky, chefe da delegação soviética na ONU (e participante dos expurgos stalinistas nos anos 30). De fato, dois dias depois, um repórter perguntou a Roosevelt se isso era verdade, ao que ela respondeu que apertaria de mão de *ambos*, e que, aliás, já tinha apertado a de McCarthy uma vez. Mas o caso se complicou porque, tempos depois, um leitor da coluna de Roosevelt numa revista escreveu perguntando se ela teria apertado a mão de Hitler. A resposta, agora, era que ela teria considerado fazê-lo nos primeiros tempos do líder nazista, mas não depois dos assassinatos em massa que ele cometera. O que Buckley faz com isso em seguida, num artigo de 1955 e citado em *Up from Liberalism*, é um testemunho à impiedade para com adversários políticos:

Se formos montar um silogismo [a partir das declarações de Roosevelt], eis o que teríamos:

- Proposição A: E[leanor]. R[oosevelt]. não apertará a mão de quem é culpado de cometer assassinatos em massa.
- Proposição B: E.R. apertará a mão de Vishinsky.
- Conclusão: Vishinsky não é culpado de assassinatos em massa.

Mas até a Sra. Roosevelt sabe que ele é — ou melhor, foi. Então o que ela estava tentando dizer? Ela estaria tentando dizer que existem diferenças significativas entre Hitler e Vishinsky? Se é o caso, com referência a que sistema de ética, ou qual sistema de lógica, essas diferenças emergem? A única explicação tentada pela Sra. Roosevelt é que “depois que Hitler começou seus assassinatos em massa”, então ela não podia [suportar apertar-lhe a mão]. Mas não apenas ela foi capaz de suportar apertar a mão e beber coquetéis com o

maior açougueiro da União Soviética, como ela achou suportável conversar com ele [...] sobre uma declaração mutuamente satisfatória sobre os direitos humanos!

É muito fácil aceitar, com base nessa performance, a explicação de que a Sra. Roosevelt é antinazista, mas pró-comunista. Mas essa não é a resposta. Eleanor Roosevelt *não* é pró-comunista. Ela apenas não sabe como pensar. Nem mesmo potencialmente, digo eu. Ela é uma daquelas pessoas para quem Pitágoras não poderia ter explicado o seu triângulo.

Pode-se objetar que generalizações a respeito da mente Liberal a partir de qualquer coisa que venha da Sra. Roosevelt são inválidas. Eu discordo. O índice da sensibilidade intelectual de uma pessoa é não apenas do que vem dela, mas o que ela tolera nos outros. Alguém aqui já ouviu alguma voz retumbante da Liberalândia demonstrar consternação com essa ou alguma outra das monstruosidades proferidas por essa mulher?⁵¹²

Mais que uma ideologia ou uma ortodoxia, o liberalismo, para Buckley, era também uma espécie de deficiência intelectual. No entanto, a cegueira seletiva para com os males da extrema-esquerda e a boa-vontade um tanto suicida com inimigos fanáticos era só um aspecto do que Buckley batizou de “a mente liberal”. A inconsistência na repulsa moral à esquerda radical, demonstrada por Harvard, o Fund for the Republic e Eleanor Roosevelt, entre tantos exemplos possíveis, se fazia acompanhar de outras carências que também contribuíam, a seu modo, para enfraquecer a sociedade americana (e o Ocidente) na luta encarniçada pela civilização. A Guerra Fria não podia ser vencida apenas com a força militar e a repressão, por eficientes que pudessem ser em suas áreas específicas de atuação. Era preciso valorizar as armas que a cultura ocidental tinha, e que o comunismo procurava destruir.

4.3 SECULARISMO E RELATIVISMO MORAL.

Em *The conservative mind*, dois dos seis cânones identificados por Russell Kirk incorporam elementos religiosos. “Os problemas políticos, no fundo, são problemas morais e religiosos”, diz ele, fazendo da fé — a cristã, no caso anglo-americano — um dos pilares da visão conservadora que descreve. Em *National Review*, quando os colunistas se referiam à “civilização ocidental” que cumpria defender de radicalismo de esquerda, isso incluía a religião cristã (e seus antecedentes judaicos). Esse assunto, porém, podia ser problemático, tanto no âmbito dos próprios conservadores quanto no do momento que a sociedade americana atravessava nessas primeiras décadas do pós-guerra.

Em outubro de 1963, Buckley publicou na *Insight and Outlook* um artigo que aparece em duas de suas compilações, uma de textos próprios, *The jeweler's eye* (1968), e outra de

⁵¹² The Liberal mind. *Facts Forum News*, junho de 1955.

textos de vários autores conservadores, *Did you ever see a dream walking?*(1970). Intitulado *Notes toward an empirical definition of conservatism*, o texto tinha originalmente o subtítulo *...reluctantly and apologetically given by William F. Buckley, Jr.* Nele, Buckley fala de alguns pontos defendidos pelo conservadorismo, mas seu tópico principal acaba sendo o que o conservadorismo *não* é por meio de exemplos dos conflitos enfrentados pela *National Review*, ou dentro dela. Ele cita, por exemplo, o ataque da revista à filosofia da escritora russo-americana Ayn Rand,⁵¹³ um caso clássico de “excomunhão” conservadora que, assim como no caso da John Birch Society, é sempre lembrado pela historiografia do movimento como parte do esforço de Buckley e da *NR* de manter o movimento conservador dentro de certos limites de respeitabilidade (embora curiosamente a crítica dele ao anarcocapitalismo de Murray Rothbard não receba a mesma ênfase).⁵¹⁴ Entretanto, há outro caso mencionado em “Notes” que é instrutivo para a nossa caracterização do liberalismo.

Em janeiro de 1958, Max Eastman, um ex-socialista convertido ao anticomunismo, colaborador da *NR* e também ateu, escreveu para Buckley para expressar seu incômodo com a revista. Segundo Eastman, a *National Review* era “muito mais predominantemente uma revista religiosa do que eu antecipei” e ele duvida que Buckley precebesse “quantas declarações ela faz com tamanha confiança [que] parecem chocantemente falsas [...] para uma pessoa para quem a teologia cristã inteira é um mito primitivo”. Eastman também reclama que, ao descreverem as principais crenças do conservadorismo, três dos principais colaboradores da revista (dois deles editores), Willmoore Kendall, Frank Meyer e Russell Kirk, o haviam excluído em três de quatro itens. Segundo Carl Bogus, Eastman queria saber

⁵¹³ Nascida Alisa Zinovyevna Rosenbaum, Rand (1905-1982) foi romancista, dramaturga, roteirista de cinema e filósofa. Suas obras mais conhecidas e influentes são *A nascente* (*The fountainhead*, 1943) e *A revolta de Atlas* (*Atlas shrugged*, 1957), onde expõe de forma romanceada a sua filosofia do *Objetivismo*. Fortemente influenciada por Nietzsche e Aristóteles, Rand era defensora aguerrida do capitalismo e do autointeresse individual como princípio norteador da ética e da organização social, ao mesmo tempo que desprezava a religião como irracional e portanto prejudicial ao desenvolvimento humano. Conhecida por ter um conceito muito alto de seu próprio intelecto, Rand arrebanhou um certo número de discípulos, entre os quais o pensador anarcocapitalista Murray Rothbard (1926-1995) e o futuro presidente da Federal Reserve, Alan Greenspan (1926-), mas também cultivou muitos desafetos, inclusive conservadores. Quando *A revolta de Atlas* foi lançado, a *National Review* publicou uma cáustica resenha de Whittaker Chambers, que marcou a “excomunhão” da líder objetivista das fileiras do conservadorismo tal como a revista o definia. Cf. CHAMBERS, Whittaker. Big sister is watching over you. *NR*, 08/12/1957. Uma transcrição pode ser encontrada no portal *National Review Online*: <http://www.nationalreview.com/articles/222482/big-sister-watching-you/flashback#>. [Acessado em: 1º de janeiro de 2013.]

⁵¹⁴ Praticamente toda a bibliografia consultada a respeito da *National Review* desse período narra esse embate com Rand, assim como o com a John Birch Society (v. nota 105). O leitor interessado por encontrar um bom resumo em BOGUS, op. cit., cap. 4, sugestivamente intitulado *The loonies*, isto é, “os lunáticos”. Outra referência útil é NASH, op. cit., cap. 6. Sobre Rothbard, vale a pena ler diretamente *Notes toward an empirical definition for conservatism*, disponível em: <https://cumulus.hillsdale.edu/Buckley>. A opinião de Rothbard acerca da *NR*, onde escreveu algumas vezes, mostra como “não havia amor perdido” entre ambos: cf. ROTHBARD, Murray N. *The betrayal of the American Right*. Disponível gratuitamente em: <http://mises.org/document/3316/The-Betrayal-of-the-American-Right>. [Acesso em 1º de janeiro de 2013.]

se Buckley se este também o excluía da “fraternidade”, mas aparentemente não houve resposta.⁵¹⁵ Dez meses depois, Eastman voltou a tocar no assunto, mas agora pedindo demissão. Buckley o cita:

Há coisas demais na revista — e elas vão fundo demais — que atacam diretamente ou casualmente põem de lado minhas paixões e convicções mais sinceras. Foi um erro, em primeiro lugar, pensar que, por causa de concordâncias políticas, eu podia colaborar formalmente com uma publicação cuja visão básica da vida e do universo eu considero primitiva e supersticiosa. Essa diferença cósmica, ou abissal, entre nós sempre me incomodou, como eu lhe disse, mas ultimamente as suas implicações políticas têm tomado rumos que eu não posso tolerar. Sua própria declaração, na edição de 11 de outubro (1958), de que o Pe. Halton⁵¹⁶ trabalhava “pelo reconhecimento do direito de Deus ao Seu lugar no Céu” meu levou a um mundo onde nem a miha mente nem a minha imaginação podia achar repouso. Isso eu podia aguentar, ainda que com um tremor, mas quando você acrescentou que “a luta pelo mundo é uma luta, essencialmente, entre aqueles que querem destroná-Lo”, você verbalizou uma opinião política que eu considero total e perigosamente errada...”⁵¹⁷

O caso de Eastman foi peculiar — Buckley diz que ele foi o único caso de saída da *National Review* por repulsa à religião —, mas levanta boas questões. A revista realmente dava bastante espaço a questões religiosas, considerando que seu objetivo declarado era tratar de política e cultura. O Concílio Vaticano II, por exemplo, foi objeto de várias matérias longas durante os anos que durou, de 1962 a 1965. Mas a fé religiosa nunca foi apresentada na revista como um pré-requisito para o conservadorismo, tanto que alguns membros de sua equipe editorial não professavam, nessa época, crença alguma, como era o caso de James Burnham e Frank Meyer.⁵¹⁸ Nas palavras de Buckley a Eastman, “Continuo achando que você não encontraria o que criticar na sociedade que os editores da *National Review*, se tivessem a

⁵¹⁵ BOGUS, op. cit., p. 120. Em “Notes...”, Buckley não dá tantos detalhes de como Eastman o abordou, por isso começamos pela versão dada por Bogus.

⁵¹⁶ Eastman se refere ao padre Hugh Halton, capelão de Princeton, que vinha chamando muito a atenção com críticas duras ao Departamento de Religião da universidade. Sua principal acusação, bem afim com a visão de Buckley, era de que a universidade se tornara um “centro de subversão política e moral”. Halton, que chegou a pagar anúncios de página inteira num jornal da instituição dizendo que o Departamento era incompetente para ensinar as doutrinas do catolicismo, acabou entrando numa disputa amarga com seus empregadores, que resultou na sua saída da universidade. Cf.: Father Halton: the stormy petrel. *The Crimson*. 9 de novembro de 1956. Disponível em: <http://www.thecrimson.com/article/1956/11/9/father-halton-the-stormy-petrel-pthe>. God & man at Princeton. *Time*. 7 de outubro de 1957. Disponível em:

<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,809974,00.html>. Princeton furor over chaplain. *Life*. 7 de outubro de 1957. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ZFYEAAAAMBAJ&pg=PA137&lpg=PA137&dq=father+hugh+halton+princeton&source=bl&ots=ZSWtB88aDz&sig=8osa2FNxCesQ5GF4sm4mgT0FhPo&hl=pt-BR&sa=X&ei=I47jUIfSNMj3iwLTsoGYAw&ved=0CFEQ6AEwBA#v=onepage&q=father%20hugh%20halton%20princeton&f=false>. [Acesso em: 1º de janeiro de 2013.]

⁵¹⁷ Notes towards an empirical definition of conservatism. In: BUCKLEY, William F. *The jeweler's eye*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1968, p. 26-7.

⁵¹⁸ Note-se, contudo, que ambos se converteram ao catolicismo mais tarde. Seja como for, mesmo no período sem filiação religiosa ou mesmo crença em Deus, Meyer e Burnham viam essas coisas como uma força positiva na sociedade, mantendo uma afinidade básica com o conservadorismo tal como Buckley o entendia.

influência para isso, gostariam de estabelecer na América”. Mas ele também demarca um limite:

Pode-se ser um conservador e crer em Deus? É óbvio. Pode-se ser um conservador e não crer em Deus? Este é um ensaio empírico, então a resposta é, tão obviamente quanto, sim. Pode-se ser um conservador e desprezar Deus e sentir desdém por aqueles que creem n’Ele? Eu diria que não. [...] Se alguém descarta a religião como intelectualmente desprezível, fica difícil identificar-se completamente com um movimento no qual a religião tem um papel vital...

[...]

O odiador de Deus, diferente do agnóstico (que diz meramente que não sabe) ou do simples ateu (que sabe que não existe Deus, mas não se importa muito com quem discorda), considera aqueles que crê ou tolera a religião como possuidor de uma visão em curto-circuito. A fé [desses crentes] resulta da combinação de deficiência intelectual e imaturidade psicológica, levando ao uso da análise e da retórica que Max Eastman “não pode tolerar”.

[...]

O Sr. Eastman, como muitos outros conservadores programáticos, baseia sua defesa da liberdade primariamente no pragmatismo. Erik von Kuehnelt-Leddihn observou uma vez que *A constituição da liberdade*, de Friedrich Hayek, parecia dizer que, se a liberdade não fosse pragmaticamente produtiva, não haveria *motivo* para a liberdade. Parece ser o consenso entre os conservadores de mente religiosa que a liberdade ordenada é desejável sem depender de qualquer utilidade demonstrável sua, como base para a associação econômica e política. [...] Cito uma pesquisa de alguns anos atrás que mostrou que a grande maioria dos leitores da *National Review* se considera formalmente gente religiosa, sugerindo que o conservadorismo, do tipo sobre o qual escrevo, tem como raiz uma visão religiosa do homem.⁵¹⁹

Porém, pela mesma época, a relação da sociedade americana com com a religião no espaço público estava passando por algumas modificações. Tradicionalmente um país muito devoto, característica que se mantém até hoje,⁵²⁰ os Estados Unidos há muito se permitiam certas referências em seus símbolos e instituições nacionais. A famosa inscrição *In God We Trust* (“Em Deus Confiamos”), por exemplo, se tornou o lema oficial do país ainda em 1956, mas já aparecia em moedas desde 1864. O próprio hino nacional, *The Star-Spangled Banner*, composto durante a guerra de 1812-1814, já trazia o verso, “E seja este o nosso lema, ‘Em Deus está nossa confiança’”.⁵²¹ Para além disso, a filiação religiosa também tinha peso eleitoral: em 1960, quando John Kennedy ganhou a eleição, era comum a ideia de que um

⁵¹⁹ Ibid., p. 27-9.

⁵²⁰ Pesquisa do Pew Forum, com 35.000 pessoas, feita em 2007, revela que aproximadamente 83% dos americanos com mais de 18 anos declara algum tipo de filiação religiosa. Os ateus e agnósticos declarados se limitam a 4% do total. Disponível em: PEW FORUM ON RELIGION AND PUBLIC LIFE. *U.S. religious landscape survey*. Disponível em: <http://religions.pewforum.org/pdf/report-religious-landscape-study-key-findings.pdf>. [Acesso em: 02 de janeiro de 2013.]

⁵²¹ Sobre a inscrição em moedas, cf. U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. *History of “In God We Trust”*. Disponível em: www.treasury.gov/about/education/Pages/in-god-we-trust.aspx. A letra do hino americano pode ser encontrada em: <http://www.usa-flag-site.org/song-lyrics/star-spangled-banner.shtml>. [Acesso em: 2 de janeiro de 2013.]

católico não podia ser presidente, pois os eleitores, em sua maioria protestantes, acreditavam que, se houvesse um conflito entre a Constituição e os ensinamentos da Igreja, ele ficaria do lado desta última.⁵²² Era a interpretação eleitoral de um antigo preconceito que tivera seu auge no século XIX e, no início do século XX, tinha assumido formas particularmente agressivas em organizações como a Ku-Klux-Klan dos anos 1920. Kennedy, como Buckley um católico de ascendência irlandesa, tornou-se o primeiro presidente de sua fé em uma eleição extremamente apertada, mas não deixou de enfatizar, durante a campanha, que sua lealdade aos deveres do cargo estavam acima de seus escrúpulos de fiel.⁵²³

Nos anos 60, porém, o problema religioso veio à tona quando a Suprema Corte, chefiada por Earl Warren, tomou duas decisões que mexiam com uma área particularmente sensível da sociedade, e que, como veremos no capítulo seguinte, já se encontrava conflagrada desde a década anterior: a educação pública. Em *Engel v. Vitale*, de 1962, e *Abington School District v. Schempp*, de 1963, e na contramão de decisões anteriores, os juízes efetivaram banir as manifestações religiosas do sistema público de ensino e puseram as relações entre igreja e estado na ordem do dia.

O primeiro caso dizia respeito a uma prece paronizada adotada pela Junta de Regentes do estado de Nova York, chamada de “prece dos Regentes”: “Deus todo-poderoso, reconhecemos nossa dependência em relação a Ti, e rogamos Tuas bênçãos para nós, nossos pais, nossos professores e nosso país.” A prece, geralmente recitada no início das atividades escolares, fora adotada em 1951 “como parte de um esforço anticomunista maior, que incluía mudar o Juramento de Lealdade e criar a observância de um Dia da Lei justaposto ao Primeiro de Maio para ressaltar as diferenças entre a América e a União Soviética”. De tons claramente cristãos, a prece era apresentada como “neutra”, de forma a não chocar nenhuma pessoa de fé. Porém, uma vez provocada a examinar o caso por alguns pais queixosos, a Suprema Corte declarou que a prática violava a “Cláusula do Estabelecimento” da Primeira Emenda, segundo a qual “o Congresso não fará nenhuma lei com relação ao estabelecimento de uma religião”. E como a prece em questão era composta, recitada e promovida por funcionários do governo, pagos com dinheiro público, a separação entre igreja e Estado se encontrava prejudicada.

O segundo caso, *Schempp*, dizia respeito a uma outra prática, comum em várias regiões do país e notadamente no Sul: a leitura de versículos bíblicos na abertura do dia

⁵²² POWE Jr., Lucas A. *The Warren Court and American politics*. Cambridge, Massachusetts & London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001, p. 189. Sobre a KKK dos anos 1920, cf. BENNETT, David H. *The party of fear: from nativist movements to the new Right in American history*. Chapel Hill & London: The University of North Carolina, 1988.

⁵²³ POWE Jr., op. cit., p. 189.

escolar, em alguns estados acompanhada de um *Pai Nosso*. Em estados como a Pensilvânia, a leitura era obrigatória, embora os alunos pudessem ser dispensados de presenciá-la a pedido dos pais. Quando uma família unitariana e outra de ateus, os Schempps e os Murrays, entraram na justiça sob a alegação de que essas práticas feriam suas crenças, os juízes reforçaram a noção de que não cabia ao Estado endossar qualquer culto religioso, e que, por extensão, a fé religiosa era algo que deveria ser deixado para o âmbito privado — na linha, aliás, de um princípio consagrado no liberalismo clássico.⁵²⁴

A reação pública a essas decisões, como era de se esperar, foi considerável, e em grande parte negativa, especialmente no primeiro caso. “A Corte recebeu mais correspondência reclamando de *Engel* do que em qualquer outro caso, e um estudo posterior descobriu maior oposição a *Engel* que a qualquer outro caso” — e isso apenas oito anos depois de *Brown v. Board* incendiar o Sul (do que falaremos no próximo capítulo). No entendimento popular, a Corte não havia declarado a inconstitucionalidade de funcionários do governo prescreverem atividades religiosas, e sim que as preces nas escolas eram “erradas”. “Corte proíbe Deus”, dizia uma manchete da época, para espanto do juiz Warren, enquanto dezenas de propostas de emendas constitucionais com o fim de salvar a prática da prece escolar eram propostas ou prometidas no Congresso (nenhuma com chances concretas). Entre o grupo que teoricamente seria o mais diretamente interessado no assunto, no entanto, as reações variaram segundo as denominações: de modo geral, protestantes históricos e judeus apoiaram a decisão; católicos e evangélicos foram enfaticamente contra.

National Review juntou-se às fileiras desses opositores. Assim, em 23 de abril de 1963, o artigo de quatro páginas de Walter Berns, *School Prayers and “Religious Warfare”*, examinou a questão mais a fundo. Sua tese principal é de que a decisão da Suprema Corte em *Engel* podia encorajar os “mal-orientados entusiastas antirreligiosos do país a montar um ataque legal atrás do outro contra quaisquer elementos remanescentes do *establishment* religioso que eles puderem encontrar, e há muitos”. Mencionando uma série de casos que estavam para ser julgados e que envolviam temáticas semelhantes (incluindo *Schempp*), Berns adverte que o “doutrinarismo extremado” de um lado podia levar a reação similar do outro. Ele enumera várias possibilidades que uma cruzada para remover símbolos religiosos do espaço público poderiam explorar, e considera que pessoas como as que iniciaram o caso *Engel* só podiam ser “zelotas antirreligiosos”. Afinal, diz ele, que tipo de gente se dá ao

⁵²⁴ Os relatos básicos de ambos os casos pode m ser encontrados em POWE Jr., op. cit. No entanto, o livro inexplicavelmente registra “Abingdon” no lugar de “Abington”, destoando de todas as outras fontes encontradas sobre o caso.

trabalho de pagar advogados e levar um caso judicial até a Suprema Corte, e tudo isso por achar a prece dos Regentes ofensiva? Mas, se isso era um erro, os juízes haviam cometido um maior ainda com a decisão de se intrometer na delicada questão da presença religiosa no espaço público; eles deveriam ter se recusado a julgar o caso com base na “falta de interesse de agir”, ou seja, na falta de demonstração de prejuízo por parte do litigante. Essa tinha sido a postura da Corte em casos anteriores. Como não foi adotada no caso presente, Berns teme que logo surjam casos que contestem, com base na mesma lógica de não se precisar demonstrar prejuízo, práticas como o auxílio financeiro federal a escolas paroquiais ou a extinção das capelanias nas forças armadas.

Também Buckley entrou na refrega. Em *God go home*, artigo não assinado na seção “The Week”, de 2 de julho, ele se refere ao recém-decidido caso *Schempp*. A decisão, diz ele, era previsível, mas ele reclama, com certa ironia, que, se tivesse havido um movimento suficientemente forte de protesto, a Suprema Corte, que não era um primor de consistência, poderia manter-se contra a prece, mas a favor da Bíblia.

Tal como está, houve avanço o bastante para levá-los [os juízes da Suprema Corte] a continuar falando mais e mais sobre como todos eles amam a religião, e como nunca levariam a atual posição da Corte a incluir a proibição de capelães no Exército, ou isenção fiscal para as escolas, não, senhor, nunca, não nós. Na realidade, o fanatismo corrente na matéria da relação igreja-Estado clama, muito coerentemente, pela eventual eliminação das práticas mencionadas; mas, como costumamos dizer, a Corte nem sempre é consistente, e há vezes em que devemos agradecer a Deus pela inconsistência. A decisão foi, é claro, empiricamente falsa — existe tanto perigo de uma oficialização da religião neste país quanto o de uma volta à sanidade por parte da Suprema Corte.⁵²⁵

Ambos os artigos discutem a questão muito mais do ponto de vista pragmático do que doutrinário. Embora as decisões da Suprema Corte a favor do secularismo sejam criticadas, e as consequências delas, não há uma afirmação clara de princípio. Mas Will Herberg, em *Religion and public life*, ao tratar do apoio dado por vários teólogos protestantes às recentes decisões da Suprema Corte, explicita o que estava em jogo. Segundo ele, esses teólogos criam que os símbolos e cerimônias religiosas usados na vida pública hoje haviam sido esvaziados pelo secularismo reinante, e a “desreligionização” promovida pela Suprema Corte poderia ser benéfica, no sentido de levar a uma “renascença” da fé autêntica no lar e na igreja. Isso, porém, era um raciocínio perigoso, pois

⁵²⁵ NR, 02/7/1963.

uma sociedade, e o Estado pelo qual ela se organiza politicamente, permanecem “legítimos”, “corretos” e “cumpridores da lei” *apenas na medida em que reconhecem uma majestade mais alta além deles mesmos*, limitando e julgando suas pretensões. Uma vez que o Estado esqueça ou negue isso... ele diviniza a si mesmo, e portanto deixa de ser um Estado “legítimo” no sentido teológico do termo. Portanto, a “ordem estabelecida”, o Estado, acima de tudo, deve incluir em si os sinais, símbolos e cerimônias que constantemente o fazem lembrar, e ao povo, que ele *é* sujeito a uma majestade além de todas as majestades terrenas. Essa é a função indispensável dos símbolos e cerimoniais religiosos na vida pública, uma que nenhum teólogo responsável, por mais que se ressinta da trivialização e superficialidade na esfera religiosa, pode se dar ao luxo de esquecer.

E ele dá um exemplo:

As crianças nas escolas americanas, públicas e privadas, geralmente saúdam a bandeira em todos os dias letivos, e juram sua lealdade aos Estados Unidos. Este juramento agora inclui a frase lincolniana, “esta nação, *sob Deus*”; e a criança que [o recita], se encorajada a prestar atenção no que está dizendo, saberá que o Estado e a nação americana não são absolutos; que estão sob o escrutínio de um poder mais alto. Com esta frase, “sob Deus”, removida, como bem pode ser removida por uma decisão subsequente da Suprema Corte seguindo a linha “separatista”, a criança que repetir o juramento todo dia na escola não terá lembrete algum de uma majestade acima de todas as majestades terrenas, e estaria naturalmente inclinada a ver o Estado e a nação como a suprema realidade a demandar sua mais alta lealdade. Os Pais Fundadores, fossem “conservadores” ou “radicais”, bem entendiam esse princípio como o pressuposto de nosso sistema constitucional. “Antes que qualquer homem possa ser considerado um membro da sociedade civil”, uma vez declarou James Madison, “ele deve ser considerado um súdito do Governador do universo.” É para nos recordar, e especialmente à geração emergente, que somos, antes e acima de tudo, “súditos do Governador do universo”, que precisamos de símbolos e cerimônias religiosas na vida pública.⁵²⁶

Noutro ensaio, aliás com o mesmo título, Herberg, ao analisar as palavras da opinião majoritária da Corte em *Schempp*, defende que é perfeitamente defensável a ideia de que a promoção da religião atenda aos propósitos seculares de manutenção da ordem. Após apresentar evidências de que esse era o entendimento de quase todos os americanos na época da Revolução, ele diz:

Este princípio não mudou, seja na teoria ou na prática, apesar dos protestos de uns poucos doutrinários. Por que nós isentamos as instituições religiosas, bem como as educacionais e filantrópicas, do fardo da taxa que poderia, de outro modo, esmagá-las? Porque reconhecemos que as instituições religiosas [...] desempenham um indispensável serviço *público* (“secular”). Por que sustentamos um extenso sistema de capelania nas forças armadas? Porque reconhecemos que o capelão nas forças armadas desempenha um indispensável serviço *público* (“secular”) essencial para o bem-estar nacional. [...] “Qualquer que seja a ‘neutralidade’ do Estado em matérias de religião”, escreve Herberg, “ela não pode ser uma neutralidade entre religião e não-religião, da

⁵²⁶ Religion and public life. *NR*, 30/7/1963.

mesma forma como [...] não pode ser uma neutralidade entre moralidade e não moralidade, conhecimento e não conhecimento.”⁵²⁷

O secularismo dos liberais, visto dessa perspectiva, parece então uma quebra do paradigma histórico, na melhor das hipóteses; ou uma aberração, na pior.⁵²⁸ Ao longo dos anos, a *NR* não deixara de notar fatos como a investida da *American Civil Liberties Union* (ACLU) contra os símbolos religiosos de Natal numa cidade do Illinois⁵²⁹ ou num parque público em Boston, também no Natal.⁵³⁰ Tais confrontos, no entanto, eram vistos à luz de uma outra questão menos óbvia, porém implícita no raciocínio de Herberg a respeito de a religião propiciar o reconhecimento de uma “majestade mais alta”. Trata-se da busca de padrões morais absolutos em um mundo dominado pelo *relativismo*.⁵³¹ E o relativismo contemporâneo, para os conservadores, abria o caminho para o maior dos males: o culto totalitarista ao Estado. Isso podia se dar de duas formas. A primeira, mais pragmática, é descrita por Jeffrey Hart, um dos editores da revista, explica:

Se, por um lado, o governo vai desempenhar um papel crescente na vida da comunidade, e se, pelo outro, o governo não tem nada a ver com a religião, então o resultado será que partes cada vez maiores da vida serão secularizadas. Uma taxa maior da renda do indivíduo, por exemplo, provavelmente será arrecadada para financiar o auxílio governamental à educação. Se nenhuma parte desse dinheiro pode ir para escolas religiosas privadas, segue-se que tais escolas serão prejudicadas em relação às escolas públicas. O pai que envia seu filho para uma escola privada [...] será taxado ainda mais [por causa da] escola pública, sofrendo uma limitação na sua capacidade de sustentar a privada, e, portanto, na capacidade de dar uma educação religiosa à criança. Assim, o crescimento da influência federal pode ser de fato amarrada à secularização: e, de fato, os dois são frequentemente defendidos pelas mesmas pessoas.⁵³²

Além dessa explicação pragmática e econômica, há outra, de natureza filosófica. Novamente é Will Herberg o nosso guia nesse ponto. Em junho de 1962, ele publicou um

⁵²⁷ Religion and public life. *NR*, 13/8/1963.

⁵²⁸ Cabe lembrar que o liberalismo clássico, que informa substancialmente o conservadorismo americano, embora preconize a separação entre igreja e Estado, não é necessariamente antirreligioso. A própria Suprema Corte, em casos anteriores, tivera posicionamentos em que não via conflito constitucional nas práticas religiosas adotadas nas escolas públicas — daí a surpresa da decisão e as divergências suscitadas.

⁵²⁹ Court OK's Xmas. *NR*, 04/01/1958.

⁵³⁰ Chop down that tree. *NR*, 22/12/1962.

⁵³¹ Questão já abordada por Richard Weaver (cf. o cap. 3), mas antes deles até mesmo por Hayek, entre outros pensadores de direita. Ao eleger-se “a medida de todas as coisas”, acreditam os conservadores dessa linha, torna-se fácil dessacralizar certos valores, ou sacrificá-los em nome de um bem maior, tal como uma utopia futura. Dessa forma, sem uma âncora moral transcendente, os massacres de um Stálin, por exemplo, podem parecer aceitáveis, desde que cometidos para engendrar o bem último — no caso, o estabelecimento da sociedade sem classes.

⁵³² HART, Jeffrey. *The American dissent: a decade of modern conservatism*. New York: Doubleday & Company, 1966, p. 69. O livro, que trata das posições básicas do conservadorismo da *National Review* na sua primeira década de vida, é uma das melhores obras escritas por um militante do movimento.

artigo em duas partes intitulado *Conservadores, Liberais e a lei natural*. Trata-se de uma exposição erudita, fortemente histórica, do tipo que não era incomum na *NR*. Já no início da primeira parte, na edição de 5 de junho, ele delimita os dois campos rivais (grifo nosso):

Nas discussões mais sérias a respeito do Novo Conservadorismo, considerações sobre a lei natural têm desempenhado um papel proeminente. O Conservadorismo, insistem muitos de seus expoentes, toma por base a doutrina da lei natural, ao passo que o Liberalismo é, por sua própria natureza, *meramente utilitário, positivista, pragmático e sem princípios*. De sua parte, muitos Liberais têm acusado o Conservadorismo de ser metafísico, rígido, e doutrinário, e têm se orgulhado de sua própria flexibilidade, abertura à realidade empírica, e prontidão para responder a mudanças.⁵³³

Herberg traça a divergência entre os partidários de uma ordem moral absoluta e os da ordem moral contingente à Antiguidade, citando os profetas hebreus e Sófocles, de um lado, e o Trasímaco d'*A República* de Platão, de outro. No século XIX, esta última posição podia ser encontrada nos partidários do “positivismo legal”, que, seguindo Thomas Hobbes, viam a lei como sendo “*constituída* pela vontade do soberano, e não tendo substância à parte dessa vontade”. Esse afastamento do “absolutismo” gerou, por exemplo, o relativismo cultural dos antropólogos, o relativismo psicológico dos seguidores de Freud (mas não do próprio) e o relativismo moral dos pragmatistas. Entretanto, nos anos 1930, essa postura de relativização teria começado a rachar diante do rolo compressor totalitário: “O que se podia fazer com Hitler e Stálin se não se tinha nada além do positivismo legal e o relativismo cultural para confrontá-los?”, indaga ele, citando em seguida o filósofo Arthur Child:

“Alguns antropólogos”, diz ele, “... alegam ter aprendido com a sua ciência e proclamam para os seus alunos, com a autoridade da Ciência, que nenhuma sociedade... é melhor que outra, mas é apenas preferida em relação a outra por algumas pessoas; ou que não há razão pela qual uma viúva não deva ser queimada viva na pira funerária do marido,⁵³⁴ desde que ela viva numa sociedade que pratica e aprova este tratamento. Se, em aula, esses antropólogos tiram maiores consequências de seus ensinamentos, eu não sei; mas seus alunos vão tirar — e concluirão, digamos, que os Estados Unidos não são melhores que a Alemanha Nazista, mas apenas têm uma preferência por si mesmos; que não há razão pela qual Hitler não devesse ter matado seis milhões de judeus, exceto pelos assassinatos terem tido más consequências para ele mesmo, embora, é claro, os assassinatos realmente firam os nossos sentimentos...” (*Ethics*, julho de 1948.)

⁵³³ Conservatives, Liberals and natural law (I). *NR*, 05/6/1962.

⁵³⁴ Alusão ao *sati*, velho costume de certas comunidades hindus, no qual a viúva se imolava nas mesmas chamas que cremavam o corpo do marido. Proibida várias vezes ao longo dos séculos, tanto por soberanos orientais quanto pelos colonizadores britânicos, além do governo da Índia independente, a prática aparentemente ainda não foi completamente esquecida. Em 2006 e em 2008, alguns jornais registraram casos de mulheres se matando dessa forma. Cf. India wife dies on husband's pyre. *BBC News*. 22 de agosto de 2006. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/5273336.stm. Woman jumps into husband's funeral pyre. *The Times of India*. 13 de outubro de 2008. Disponível em: http://articles.timesofindia.indiatimes.com/2008-10-13/india/27900245_1_pyre-woman-jumps-cremation-ground. [Acesso em: 4 de janeiro de 2013.]

Herberg não parece considerar essa passagem de Child como uma caricatura. Na verdade, ele retoma um tema que, para citar só dois exemplos, já tinha aparecido até com cores mais fortes nas abordagens de Frank Meyer⁵³⁵ e James Burnham⁵³⁶ sobre a política externa na Guerra Fria — uma demonstração de que a preocupação com o reconhecimento de uma ordem moral transcendente não era exclusividade de tradicionalistas como Russell Kirk ou católicos devotos como Buckley. Seja como for, fica clara a relação entre o relativismo nas vertentes mencionadas e alguns grupos sociais de elite associados ao liberalismo, na forma de juristas e professores universitários, e, já na segunda parte, teólogos radicais como Karl Barth.⁵³⁷ Já a noção de lei natural, por sua vez, estava reconquistando espaço sobretudo entre pensadores religiosos, especialmente católicos, que tinham assim princípios mais claros com que puderam reagir mais prontamente, por exemplo, aos avanços nazistas na Alemanha. Tais pensadores privilegiavam uma abordagem menos “racionalista” da lei natural, no que

⁵³⁵ “O anticomunismo efetivo, no entanto, requer uma compreensão inflexível de que o comunismo é maligno, e que em comparação com ele a nossa herança, apesar de todas as suas imperfeições, é boa. Mas o miasma filosófico relativista que penetra cada canto do *Establishment* obscurece a própria existência do bem e do mal — e *a fortiori* para a concepção de qualquer situação histórica como um confronto entre o bem e o mal. [...]

Walter Lippmann, por exemplo, numa edição recente da *New Republic*, enche uma página cansativa atrás da outra implorando para que ‘tentemos reencontrar nosso lugar’, conjurando-nos a reconhecer com a devida humildade que nossas crenças não têm um fundamento último, que ‘nossa imagem de nós mesmos e de nossa posição no mundo e de nosso papel na história da humanidade não é mais válida’. No banco de imagens da retórica relativista, ele nos leva ao paralelo ‘da mudança da astronomia ptolomaica para a copernicana’ — do tempo ignorante em que considerávamos a ‘cultura, a ideologia da sociedade ocidental’ como a verdade firme e universal, para a situação atual em que devemos reconhecer que não pode mais existir qualquer pretensão à universalidade e objetividade de nossas crenças. Elas são apenas um conjunto de padrões culturais entre muitos, e, presume-se, não mais válido do que outros.” The relativist “re-evaluates” evil. “Principles & Heresies”. *NR*, 04/5/1957.

⁵³⁶ “De fato os comunistas foram sendo deslegitimados, postos fora da lei. Sob a pressão [do macarthismo], as suas fileiras tombaram. [...]

Dois homens foram o símbolo desse processo de criminalização: Alger Hiss e Joseph McCarthy. De alguma maneira carismática que não pode ser explicada pela frequência de suas ações ineptas e palavras ignorantes, McCarthy se tornou o símbolo por meio do qual as camadas básicas dos cidadãos expressaram sua convicção — sentida, mais que raciocinada — de que o comunismo e os comunistas não podem fazer parte de nossa comunidade nacional, de que eles estão fora dos limites: que, em suma, a linha tem de ser traçada em algum ponto.

Era isso que estava em jogo durante todo o processo de McCarthy. [...] A questão era filosófica, metafísica: que tipo de comunidade somos? E os Liberais, incluindo os Liberais racionalmente anticomunistas, estavam certos ao rotular McCarthy como O Inimigo e destruí-lo. Do ponto de vista liberal — secularista, igualitarista, relativista — a linha não foi traçada, o Relativismo deve ser Absoluto.” Re-Legitimization. “The Third World War”. *NR*, 01/6/1957.

⁵³⁷ Teólogo suíço (1886-1968), protestante, e líder intelectual da Igreja Confessante Alemã, um movimento minoritário que resistiu à intervenção nazista nas igrejas alemãs. Entre suas ideias mais importantes, está a de que a Bíblia, embora contendo a Revelação divina e sendo o meio para o contato com Deus, representado por Cristo, não é inerrante. Em outras palavras, Barth não era um fundamentalista que cria na verdade de cada palavra das Escrituras, mas admitia um elemento humano (portanto imperfeito) nelas. A referência de Herberg a Barth, que acabara de ser capa da revista *Time* apenas dois meses antes, em 20 de abril, provavelmente tem relação com esse ponto.

concordavam nomes tão díspares quanto o filósofo católico Jacques Maritain,⁵³⁸ o teólogo protestante (e liberal) Reinhold Niebuhr⁵³⁹ e o patriarca do conservadorismo moderno, Edmund Burke. Sumariando suas conclusões, diz Herberg:

Os conservadores, fiéis à tradição clássica de nossa cultura, seja hebraica ou grega, afirmam, é claro, a doutrina da lei natural como a própria pedra angular de sua filosofia moral, social e política. Os Liberais, especialmente no século passado e no começo deste, têm frequentemente rejeitado esta doutrina em favor de alguma forma de positivismo legal, relativismo cultural e pragmatismo moral; e ocasionalmente até a têm ridicularizado como um vestígio supersticioso e obscurantista. Mas uma profunda repulsa de opinião ocorreu na geração anterior, que trouxe muitos antigos Liberais a uma nova compreensão e apreciação da tradição da lei mais alta, mesmo na sua versão mais explícita de lei natural. Os conservadores, parece-me, não devem fazer desta tradição uma mera doutrina sectária, com conservadores convictos de um lado e Liberais irredimidos de outro. Nós devemos ser capazes de explicar e defender nossa convicção a respeito da lei maior de tal maneira a ajudar, e não atrapalhar, o retorno dos Liberais em erro ao centro vital do consenso moral de nossa civilização.⁵⁴⁰

Ao promover o secularismo, em suma, os liberais não estavam realmente tornando sua sociedade mais livre ou avançada. Pelo contrário: no contexto de uma guerra mundial com uma forte dimensão ideológica, a secularização da sociedade americana a privava de uma de suas maiores defesas contra o canto da sereia das utopias totalitárias. Ao negar noções tradicionais de moralidade, e incapazes de produzir por si algo do mesmo nível, o liberalismo deixava a sociedade na dependência de um “capital moral herdado” que, numa sociedade secularizada e ameaçada por visões de mundo radicais, não conseguia se revitalizar.⁵⁴¹ Esse era o primeiro ponto. O segundo, porém, era enunciado por Russell Kirk em 1964 (grifos nossos):

Toda escolarização começou como instrução religiosa. Se toda a fundação religiosa da educação é demolida, o elaborado edifício da instrução pública americana não pode se manter de pé. Os professores devem responder a

⁵³⁸ Jacques Maritain (1882–1973), pensador francês também dedicado a questões políticas, foi um dos principais expoentes da filosofia tomista no século XX, e, ao tempo de sua morte, provavelmente o filósofo católico contemporâneo mais famoso do mundo. Além disso, também foi um dos contribuidores para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948.

⁵³⁹ Karl Paul Reinhold Niebuhr (1892-1971), teólogo protestante e intelectual público, autor de obras muito influentes no pensamento americano de meados do século XX, como *Moral man and immoral society* e *The irony of American history*. Criador do chamado “realismo cristão”, Niebuhr era um grande crítico das propostas de “realizar o Reino de Deus na Terra”, como propunham, por exemplo, os adeptos do movimento do *Social Gospel* (“Evangelho Social”). Em vez disso, ele propunha a perspectiva “realista” de que a natureza humana, dotada de uma tendência inata à corrupção (o “pecado original” da doutrina cristã), fatalmente comprometeria projetos dessa natureza. Não obstante essa perspectiva algo sombria, Niebuhr se alinhava com o liberalismo e com movimentos em prol de justiça, tal como o dos direitos civis.

⁵⁴⁰ Conservatives, Liberals and natural law (II). *NR*, 19/6/1962.

⁵⁴¹ A expressão é de Frank Meyer: What time is it? “Principles and Heresies”. *NR*, 13/9/1958. Uma aplicação dessa ideia às mudanças na moral e nos valores da época pode ser encontrada em HART, op. cit., p. 73-80.

perguntas concernentes aos princípios primeiros da natureza humana, das ciências e da ordem social; e se eles forem proibidos de dar respostas religiosas, então eles devem dar respostas antirreligiosas — ou então permanecer em silêncio antes as primeiras preocupações da geração emergente.

Então, em nome dos “direitos” de uma minoria minúscula de ateus e secularistas militantes, o povo americano tem negado o *direito natural fundamental* da instrução religiosa. Verdade, eles a podem buscar nas escolas dominicais; mas uma hora no domingo não tem chance contra as vinte e cinco horas ou mais de *instrução antirreligiosa estatal* durante o resto da semana.

[...] O povo americano não pretende ser privado do tipo mais fundamental de conhecimento.⁵⁴²

Como Kirk insinua, os rumos tomados pela sociedade não eram *arreligiosos*, mas sim, e cada vez mais, *antirreligiosos*, fenômeno em parte produzido a partir de cima, como no caso de decisões da Suprema Corte. Portanto, trata-se de um processo social que, para ser bem compreendido, deve ser abordado também numa dimensão específica muito cara aos conservadores americanos de todas as épocas. É nosso próximo tópico.

4.4 CENTRALIZAÇÃO DO PODER E BEM-ESTAR SOCIAL

A relação entre indivíduo e Estado, e por extensão entre liberdade e ordem, é essencial no pensamento conservador americano. É uma tensão nunca totalmente resolvida, e a maior linha de fratura entre libertários e tradicionalistas. Porém, por mais que essas correntes diverjam e mesmo se antagonizem, em *National Review* elas tinham um grande ponto de concordância, a saber, que a concentração de poder nas mãos do Estado liberal moderno — mais especificamente na esfera *federal* — representava um grande perigo. A ideia, como já se viu, tinha antecedentes respeitáveis na tradição política americana, desde o New Deal até os debates entre federalistas e antifederalistas logo após a guerra de independência. Aplicada ao contexto da Guerra Fria, ela continuava inspirando os alertas e denúncias conservadoras contra o avanço do “Leviatã”, que não eram, como se poderia talvez objetar, um artifício retórico insincero ou o mero uso do *red-baiting* para fins políticos. A preferência dos liberais por ações na esfera da União, e que originalmente podia ser explicada por razões circunstanciais,⁵⁴³ acabava reforçando essas apreensões tradicionais, mais tarde agravadas pela associação entre planejamento econômico e o “caminho da servidão” totalitário. Como diz Jeffrey Hart:

O liberal tende, segundo os conservadores, a referir todos os problemas à maior autoridade política disponível, e ele desconfia profundamente de todos os

⁵⁴² Religious instructions: a natural right. “From the Academy”. *NR*, 24/3/1964.

⁵⁴³ Como se viu no capítulo anterior, com a chegada ao poder nos anos 1930, os liberais tendiam a se concentrar no Executivo federal, de onde o New Deal era dirigido.

centros menores de poder que, de fato ou em potencial, resistem a essa autoridade. Assim como a nação, irracionalmente, atravessa o caminho do governo mundial, assim também o governo regional atravessa, irracionalmente, o da autoridade nacional, e a autoridade privada, o da autoridade pública. Pois para o liberal, diz [Kenneth] Minogue, “todos os problemas disseminados se tornam problemas políticos, convidando a uma solução por meio da ação estatal”, e, como outros autores apontam, quanto mais abrangente a autoridade pública empregada, e quanto mais uniforme a sua aplicação, tanto mais satisfatória ela será aos olhos dos liberais.⁵⁴⁴

Essa análise evoca elementos tradicionais do pensamento conservador angloamericano, remontando à ideia burkeana dos “pequenos batalhões” servindo de intermediários entre o indivíduo e o Estado — associações espontâneas geradas pela sociedade, estabelecendo lealdades próprias e diversificando e enriquecendo a experiência humana — e que seriam objeto do ataque dos radicais estatizantes, fossem os jacobinos do século XVIII ou os liberais após 1933. Enquanto estes tenderiam a deixar os cidadãos mais vulneráveis à ação direta do Estado, tornando-o um poder centralizado e supremo, aqueles procuravam descentralizar os *loci* de poder, a fim de prevenir a tirania. Nos EUA de meados do século XX, tratava-se de um choque entre uma postura informada pelo liberalismo moderno, reconciliado com a utilidade da ação do Estado, e outra informada pelo liberalismo clássico, mais avesso a concentrações de poder. Além disso, existe a premissa tácita de que os problemas a serem enfrentados politicamente por meio do Estado são passíveis de uma solução racional — até científica, no caso do moderno liberalismo, afeito a buscar o auxílio de especialistas. Conseqüentemente, abre-se a porta para uma visão voluntarista da política: como diz Hart, o liberal seria desprovido de qualquer senso de tragédia.⁵⁴⁵

Sendo *National Review* uma publicação basicamente de opinião sobre atualidades, tal advocacia da descentralização era usualmente diluída, sendo a premissa tácita em um sem-número de editoriais, artigos, reportagens e resenhas, sem falar nos discursos e livros de autoria de seus quadros e frequentemente anunciados nas páginas da revista. Fosse qual fosse o formato ou o meio, a tese geral era sempre a mesma: mostrar que o poder do Estado crescia na proporção inversa da liberdade individual, e que, nos EUA dominados pelos liberais, tal poder *já havia ultrapassado os limites de segurança*. Não se tratava de mera discussão acadêmica de filosofia política, mas de um problema urgente a reclamar atenção imediata.

O crescimento do Estado, naturalmente, podia se dar por vários motivos e por vários meios, uns aceitáveis, outros não. Os conservadores da *National Review* nunca se preocuparam muito com a questão dos gastos militares, por exemplo — afinal, para eles, o

⁵⁴⁴ HART, op. cit., p. 87-8.

⁵⁴⁵ Op. cit., p. 53.

país estava em guerra e a defesa era prioridade. Porém, fora dessa esfera específica que era uma atribuição clássica e indispensável do Estado moderno, havia o crescimento ocasionado por novas atribuições e poderes, como o intervencionismo econômico ou os programas sociais, e que davam à União um nível de poder que não raro entrava em choque com direitos e prerrogativas que cabiam unicamente aos estados. Dessa forma, continuava a análise conservadora, a expansão federal acabava comprometendo o delicado equilíbrio da ordem constitucional do país, e enfraquecendo as proteções jurídicas à liberdade e o bem-estar dos cidadãos. Tal subversão podia se dar de várias formas, inclusive por meio de decisões judiciais com respeito a práticas não econômicas como no caso das orações nas escolas públicas, mas aqui nos centraremos na ação direta do governo federal sobre a economia.

De forma resumida, pode-se dizer que os conservadores da *National Review* viam os problemas nessa área segundo duas grandes categorias: a pragmática, pela qual o Estado era menos eficiente que o mercado quando fora de suas atribuições clássicas; e a político-moral, na qual o crescimento da ação estatal invade a esfera dos direitos e *valores* individuais e os fragiliza. Ambas constituíam a análise libertária básica, pela qual a revista normalmente se pautava.

Isso não quer dizer que uma eventual dissidência não pudesse aparecer. Por exemplo, em 4 de junho de 1960, Ernest van den Haag participou, com Henry Hazlitt, de um debate intitulado *Devem os conservadores repudiar Keynes?*, no qual, surpreendentemente, defende que a resposta é “não”. “Os conservadores frequentemente contestam a economia de Lorde Keynes com mais calor do que luz. Eles sentem que as suas doutrinas econômicas são um socialismo descarado, levarão a ele, ou, pelo menos, a um vasto aumento do controle e poder do governo sobre a economia”, diz ele. E explica:

Os conservadores temem que o keynesianismo traga a irresponsabilidade fiscal e, em última instância, política por meio do financiamento de déficits, inflação, e a distribuição de subornos políticos por um governo que pode obter o dinheiro necessário aumentando a dívida nacional. Agora, eu me oponho a todos esses males. E, no entanto, sou a favor da teoria básica keynesiana. Em minha opinião, ela não leva a nenhuma dessas mazelas, mas ajuda a evitá-las. A associação da economia de Keynes com o esquerdismo político — com o New Deal, neste país — é um acidente histórico que ajuda a explicar a reputação deles entre os conservadores, mas não a justifica. A teoria em si é politicamente neutra e aplicável e aplicável tanto em sociedades capitalistas quanto socialistas sem mudar as instituições nem de umas nem de outras. Então, eu não vejo necessidade de oposição a ela do ponto de vista conservador, embora os comunistas devam e de fato se lhe oponham porque a teoria de Keynes mostra claramente que a depressão e a inflação podem ser curadas dentro do sistema

capitalista — ao passo que o dogma comunista requeira que o capitalismo sofra e morra de depressão.⁵⁴⁶

Em outras palavras, o o keynesianismo *funciona*. Com isso, van den Haag estava indo contra um dos dogmas da análise econômica conservadora, informada pelos libertários: a atuação do governo na economia é, para a imensa maioria dos fins, *sempre* inferior à da atuação espontânea do livre mercado, quando não claramente prejudicial. Ela distorce um processo que tende naturalmente ao equilíbrio, e isso, no campo político, justifica a insistência na limitação dos poderes e atribuições do governo e na defesa aguerrida de direitos individuais como a propriedade privada, bem como a oposição a níveis substanciais de taxaço. Ao questionar esse ponto crucial, pode-se dizer, van den Haag estava dando munição para a esquerda “coletivista”, os liberais e os socialistas democráticos, reconhecendo neles uma chance de sucesso que os conservadores sempre negaram.

Hazlitt, a quem cumpriu o papel de defesa da visão conservadora predominante, e autor de um livro sobre o que chamou de “falácias keynesianas” (*The failure of the “new economics”*, de 1959), replica na mesma edição dizendo que van den Haag apresenta um keynesianismo “diluído”, ainda mais perigoso que o original, pois, entre suas propostas, incluía pensões e subsídios a grupos “não-econômicos” (velhos, jovens e veteranos), os quais, uma vez instituídos, acabariam por se tornar permanentes e politicamente invulneráveis, levando a um círculo vicioso de depressões levando a mais subsídios. Todavia, a resposta mais enfática, ainda que um tanto tardia, viria de Frank Meyer, em um longo artigo de duas páginas, *Por que os conservadores rejeitam Keynes*, de 30 de julho. Meyer invoca Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e o próprio Henry Hazlitt para então descrever e refutar a posição de van den Haag:

Ele levantou três pontos rápidos. Primeiro, van den Haag afirmou que a economia keynesiana não deve ser repudiada porque “funciona”. Mas, até certo ponto, também funcionam as ditaduras do Terceiro Mundo, ou até o comunismo. Deveriam os conservadores valerem-se dos escritos de Marx? Um verdadeiro conservador, Meyer, insistia, não pode jamais divorciar a economia da moralidade e dos princípios. A economia deve servir a fins apropriados e ser conduzida por meios apropriados. Segundo, van den Haag falou sobre as necessidades do Estado. Mas o “locus de valor” na esfera econômica era o indivíduo. A história provava que o Estado, quando não limitado, se tornava um agente de coerção. Keynes, além disso, não era “neuro”, como van de Haag dissera. “Nenhuma técnica que engrandece o controle estatal da economia pode ser neutra para o conservador engajado em uma luta desesperada — uma luta que tem prioridade sobre todas as outras — para reduzir e restringir o poder do

⁵⁴⁶ NR, 04/6/1960.

Estado”, escreveu Meyer. Esta era a forma concreta da “ideologia liberal-coletivista”: os conservadores *têm* que se opor ao keynesianismo.⁵⁴⁷

A réplica de Meyer, que traduz o padrão da *NR*, é simplesmente uma reafirmação enfática do que Hayek e outros liberais clássicos ou “individualistas” já vinham dizendo antes mesmo da Segunda Guerra terminar. As funções do Estado, nessa visão, são: “a proteção da nação em relação a inimigos estrangeiros; a preservação da ordem física interna; e a [manutenção] de um sistema de justiça para julgar as disputas entre os homens”. Para alcançar esses fins, o Estado já detém o monopólio da violência, poder que o torna um “servo perigoso” a ser constantemente vigiado e restringido. Fazer qualquer acréscimo a tal poder é algo que punha em grande risco a própria liberdade individual. Esta última, como Meyer demonstra, é o valor que está em jogo, a raiz do antiestatismo conservador, acima de qualquer consideração de eficiência.

Não obstante, apesar desse princípio geral valer para o período que estudamos aqui, é importante ressaltar que o keynesianismo não era o único tema a suscitar divisões. Um outro componente econômico do Estado liberal era, como vimos no capítulo anterior, era a política de *welfare*, o bem-estar social. Aqui, mais que considerações técnicas de economia, há questões morais em jogo debatidas até hoje no seio da sociedade americana. Em sendo assim, vale a pena dedicar algum espaço ao modo como a *NR* abordava o assunto.

Em *The American dissent*, Jeffrey Hart apresenta uma interessante análise da “sensibilidade liberal”. Baseado no teórico político australiano Kenneth Minogue, da *London School of Economics*, ele explica que

[n]o centro da sensibilidade liberal, argumenta Minogue, está uma especial sensibilidade ao *sofrimento*. O liberal é insatisfeito com o mundo, ele diz, não porque lhe falte variedade, ou porque esteja sujeito a mudança, ou porque careça de encanto estético, ou porque pareça não heroico — mas porque ele contém sofrimento. “O tema de que o progresso está ligado a um desgosto crescente pelo sofrimento em todas as suas formas”, escreve Minogue, “é comum em histórias liberais da Europa moderna...”

[...]

O liberal, portanto, tende a querer sacrificar a miríade de outras virtudes que homens e culturas têm valorizado — heroísmo, beleza, liberdade individual, castidade, piedade — em favor do grande projeto de eliminar o sofrimento.⁵⁴⁸

Hart ecoa a análise de Minogue no mesmo ano em que o presidente Lyndon Johnson, recém-empossado após a morte de Kennedy, deu o eloquente pontapé inicial do mais ambicioso programa de bem-estar social da história dos Estados Unidos: “Esta administração,

⁵⁴⁷ SMANT, Kevin. *Principles and heresies: Frank S. Meyer and the shaping of the American conservative movement*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2002, p. 51.

⁵⁴⁸ HART, op. cit., p. 95-6.

hoje, aqui e agora, declara guerra incondicional à pobreza na América”, declarou ele em janeiro de 1964. Inspirado por planos que os conselheiros de seu antecessor vinham desenvolvendo nas últimas semanas antes de ser assassinado em Dallas, Johnson dava, assim, início ao seu projeto da “Grande Sociedade”, “uma série de iniciativas federais que ampliariam a rede de proteção social nos EUA, atuando nas esferas da educação, habitação, treinamento de trabalhadores desempregados, saúde pública, combate à discriminação racial, entre outras”.⁵⁴⁹

A administração de Johnson obteve sucessos legislativos equiparáveis apenas por Franklin Roosevelt; grandes recursos federais foram pela primeira vez alocados para escolas públicas, seguro médico para os idosos, subsídios para o tratamento de saúde dos pobres, treinamento profissional para adolescentes empobrecidos, a implementação dos direitos civis para os afro-americanos, programas nutricionais, programas pré-escolares, projetos de desenvolvimento comunitário, tratamento de saúde para trabalhadores migrantes, e serviços médicos para gestantes e crianças. Enquanto Franklin Roosevelt tinha sido bem-sucedido em desenvolver programas federais de renda e seguridade para a [estabilidade] econômica, Johnson ampliou os programas sociais para áreas previamente fora da área de atuação [dessa esfera de governo].⁵⁵⁰

Ao que parecia, as ambições liberais estavam mais fortes do que nunca, e a distância entre o Estado americano de então e o modelo liberal clássico/libertário defendido pela *NR* não parava de aumentar. Mas isso não se dava em um vácuo, ou por mero capricho do novo presidente. Muito pelo contrário, a atmosfera intelectual americana parecia propícia para isso, uma vez que no início dos anos 60 a questão da pobreza, depois de algum tempo afastada da consciência popular com o *boom* econômico do pós-guerra, era mais uma vez “redescoberta”, em parte graças ao livro-denúncia *The other America*, do cientista político e militante socialista, Michael Harrington, lançado em fins de 1962.⁵⁵¹ Para um país que se julgava próspero, os dados de Harrington eram impactantes: segundo ele, “40 a 50 milhões de americanos, ou até 25% da população, passavam por grande necessidade”. Após uma resenha laudatória de Dwight Macdonald na *New Yorker* de janeiro de 1963, o livro chamou bastante atenção (inclusive do presidente Kennedy, ao que parece). Um ano depois, em 1964, técnicos do governo que tentavam definir o que seria a “linha da pobreza” chegaram a números semelhantes aos de Harrington: 40,3 milhões de americanos seriam oficialmente “pobres”, o equivalente a 21% da população total de 192 milhões. E nesse mar de necessitados, existiam

⁵⁴⁹ SOUSA, Rodrigo Farias de. *A Nova Esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen, 1960-1969*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 188.

⁵⁵⁰ JANSSON, Bruce S. *The reluctant welfare state: American social welfare policies — past, present and future*. 3rd edition. Pacific Grove, California: Brooks/Cole Publishing Company, 1997, p. 212.

⁵⁵¹ Também lançado em português: HARRINGTON, Michael. *A outra América: pobreza nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 226 p.

grupos com uma representação desproporcional: mais da metade dos negros, por exemplo, e também os idosos e as famílias chefiadas por mulheres.⁵⁵² Além disso, havia os agravantes denunciados por Harrington: “os pobres eram invisíveis, vivendo em favelas e zonas dilapidadas, como Appalachia, longe das instalações educacionais, da assistência médica e das oportunidades de emprego disponíveis para os americanos mais ricos”, e a pobreza tendia a ser um “círculo vicioso”, que prendia os filhos na mesma “cultura da pobreza” que os pais.⁵⁵³

Os americanos pareciam mais cômicos, afinal, de que o seu país, o mais rico da história da Terra, onde a classe média formava a maioria da população, ainda não havia erradicado esse problema tão antigo. Não seria viável extirpá-lo de vez? Para os liberais encarregados do governo federal, adeptos da visão de que o governo pode e deve assistir os cidadãos em necessidade, a resposta era afirmativa; e mesmo no âmbito da esquerda radical, cobranças nesse sentido já circulavam, como no caso da Nova Esquerda que crescia nas universidades.⁵⁵⁴ Mas o que o conservadorismo tinha a oferecer nesse contexto?

Para começar, uma dose de ceticismo. Embora a pobreza *realmente* existisse, os números alardeados por políticos e ativistas eram duvidosos. Comentando a voga da questão, diz Buckley:

A pobreza é o novo xibolete, notaram? Está destinada a ter mais ou menos o mesmo papel na retórica da próxima eleição que o da nossa Taxa Declinante de Crescimento em 1960. Em sua recente fase, ela começou em 1960, quando o Candidato Kennedy [*sic*] deplorou o destino dos 14 milhões de americanos que vão dormir com fome todas as noites — uma preocupação da qual se recuperou rapidamente assim que um pesquisador indicou que o número tinha vindo das queixas de um médico contra estimados 14 milhões de americanos cujas dietas súbitas os estavam levando à má nutrição. O Sr. Michael Harrington tratou do assunto em livro envolvente, mas desanimador, sobre os Americanos Esquecidos; mas, ó lástima, sendo ele um socialista dogmático, apresentou propostas cujo efeito seria apenas empobrecer a nação inteira. Dwight Macdonald e Walter Lippman trataram do assunto. E agora que os políticos tomaram conta dele, estamos às voltas com números maravilhosamente redondos e com halos imperiosos — 30 milhões de americanos que não ganham uma renda de subsistência, segundo eu vi no jornal de ontem (eu me lembro de certa vez reduzir o Sr. Norman Thomas a uma indignada impotência perguntando-lhe por que, se havia 15 milhões de americanos — era o número então em moda — que não ganhavam o bastante para subsistir, eles ainda não tinham morrido.)

Alfinetadas à parte, no entanto, Buckley fazia uma concessão importante: “A tragédia está no fato de que existe um problema de pobreza aguda, assim como há um problema de

⁵⁵² PATTERSON, James T. *Grand Expectations: The United States, 1945-1974*. Oxford University Press, 1996, p. 533-4. (Oxford History of the United States) [Kindle Edition.]

⁵⁵³ DIVINE, Robert et al. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992, p. 666.

⁵⁵⁴ SOUSA, op. cit., cap. 3 *passim*.

taxa de crescimento econômico insatisfatória.”⁵⁵⁵ E se o problema era real, que fazer quanto a ele?

A questão, à primeira vista, requereria uma mera aplicação de princípio. De acordo com os conservadores, o livre mercado funciona melhor que o Estado para questões econômicas. Logo, a maneira mais eficaz para o Estado eliminar problemas econômicos seria diminuir sua presença na economia: menos impostos, menos gastos públicos, menos regulamentação. Da mesma forma, os sindicatos teriam de ter menos poder, pois suas demandas frequentemente elevavam o custo da mão-de-obra e diminuía a quantidade de empregos disponíveis. Dessa maneira, a sociedade tem acesso a uma maior parte de seus próprios recursos, mantidos em circulação longe da taxa governamental e de entraves burocráticos. Com o tempo, a economia acabaria se equilibrando naturalmente e melhorando as condições gerais de vida. Como Buckley escreveu, “Na verdade, em termos puramente materiais, o problema da pobreza é em sua maior parte resolvido pelo nosso soberbo e eficiente sistema econômico com mais rapidez do que o governo federal” jamais seria capaz de fazer.⁵⁵⁶ Mas era preciso ter em mente os limites do que podia ser feito: “Nós não teremos sucesso em abolir os bolsões de pobreza porque nenhuma nação o conseguiu, ou provavelmente conseguirá. O máximo que uma nação pode fazer pelos pobres é dar-lhes uma oportunidade de trabalhar, e protegê-los, enquanto isso, do sofrimento”.⁵⁵⁷

O problema é que essa visão — que pode ser interpretada como um mero “fazer nada” oficial por quem espera um governo ativista — nem sempre é intuitiva ou, numa democracia, muito atraente para os eleitores. Assim, não é de espantar que os colaboradores da *NR* frequentemente assumissem um tom didático, como Buckley fez em *Respostas para conservadores*, uma série de perguntas e respostas em três partes, publicada na sua coluna sindicalizada, “On the Right”, entre 23 de janeiro e 2 de fevereiro de 1964. Por essa época, a ala conservadora do Partido Republicano estava eletrizada pela perspectiva da candidatura do senador Barry Goldwater à presidência nas eleições daquele ano. Pela primeira vez, abria-se a oportunidade concreta de o conservadorismo chegar ao poder — e, de certa forma, as ideias da *NR* também: o bem-sucedido livro em que Goldwater expôs seus princípios e propostas básicas, *The conscience of a conservative*, tinha como *ghost-writer* ninguém menos que L. Brent Bozell, o cunhado de Buckley.⁵⁵⁸ A *NR* apoiou Goldwater (ainda que com graus

⁵⁵⁵ The war on poverty. “On the Right”, 18/01/1964.

⁵⁵⁶ Poverty and the GOP. “On the Right”, 07/4/1966.

⁵⁵⁷ The war on poverty. “On the Right”, 18/01/1964.

⁵⁵⁸ A candidatura de Goldwater, embora tenha naufragado nas urnas, é geralmente considerada um marco na evolução do conservadorismo como movimento *político*, gerando um grau de mobilização popular que, mais

variáveis de otimismo entre a equipe), e assim Buckley procurou apresentar de forma simples algumas das opiniões do senador aos leitores. Entre os vários assuntos escolhidos, estava o novo interesse “bélico” de Lyndon Johnson:

Quais as visões do Senador sobre o problema da pobreza?

Resposta. 1) Que a pobreza existe, embora seja melhor definida, em circunstâncias históricas relativas, como miséria. 2) Que alguns daqueles que são pobres o são porque não querem trabalhar, e devem ser mais cuidadosamente distinguidos dos outros cujas dificuldades são enfrentadas menos prontamente; e isso quer dizer se induzir os primeiros ao trabalho. E 3) que as necessidades daqueles que desejam trabalhar, mas não podem, devem ser supridas pelas necessidades locais; na falta destas, cada estado deve assumir a responsabilidade por esse bem-estar social; e somente se os estados fracassarem, será a hora de recorrer ao governo federal em busca de auxílio.⁵⁵⁹

Era a mesma ideia expressa um mês antes em coluna sobre a guerra à pobreza. Note-se que a centralização de poder que causa preocupações, portanto, é sobretudo a da União. Um dos motivos mais frequentemente alegados para isso, na visão conservadora, é que a autoridade local ou estadual, além de mais próxima dos seus eleitores e portanto menos suscetível a arroubos autoritários, tem melhores condições de levantar dados sobre os problemas enfrentados que a “burocracia de Washington” (um clichê frequente no discurso da direita americana), distante das áreas e pessoas afetadas por suas decisões.

Em setembro, quando o Senado havia aprovado o projeto de Johnson para a assistência médica universal a pessoas com mais de 65 anos, o futuro *Medicare*, Buckley, agora falando em seu próprio nome, questionou a sabedoria da medida:

O aspecto politicamente interessante da questão é a relativa facilidade com que, mesmo com uma votação apertada, o Senado passou a medida. Uma resistência considerável à medicina socializada foi construída neste país ao longo dos últimos 15 anos, e não há dúvida de que a medida presente, não obstante todas as suas negações cuidadosas, até melindrosas, é um avanço rumo à medicina socializada. E não nos enganemos, é disso que se trata. Quem estaria disposto a apostar que, nos dias por vir, o Partido Democrático estará satisfeito em deixar as coisas como estão, com cuidado hospitalar “grátis” para os idosos? Por que não operações “grátis”? Por que não psicanálise “grátis”? Por que não pílulas “grátis”? Por que só os idosos? Sobre o que o Partido Democrata fará campanha em 1968? E quanto mais em 1972? Ou 1984?⁵⁶⁰

tarde, seria importantíssimo para a eleição do também conservador Ronald Reagan, em 1980. Foi essa mobilização, também, uma etapa importante na “tomada” do Partido Republicano pela militância conservadora, em detrimento da ala “pragmática” e de tendências liberais de políticos como Nelson Rockefeller e George Romney. Sobre isso, duas obras que vale a pena consultar são: PERLSTEIN, Rick. *Before the storm: Barry Goldwater and the unmaking of the American consensus*. Nation Books, 2009; e CRITCHLOW, Donald T. *The conservative ascendancy: how the GOP right made political history*. Harvard University Press, 2007. Para um estudo de caso da mobilização conservadora de base, uma obra muito recomendada é MCGIRR, Lisa. *Suburban warriors: the origins of the new American Right*. Princeton University Press, 2002.

⁵⁵⁹ Answers for conservatives (III). “On the Right”, 01/02/1964.

⁵⁶⁰ Alusão à famosa distopia de George Orwell, 1984.

A medicina socializada, continua Buckley, é tão-somente um “mito”, e o que o governo oferece é menos vantajoso do que seria a busca de um seguro privado, além de já custar um desconto maior aos trabalhadores na forma da seguridade social, obrigatória. Além de levar à expansão do Estado, essa agência que “H. L. Mencken tão corretamente identificou como o inimigo comum de ‘todos os homens industriais, decentes e bem dispostos. E termina com uma previsão:

Recentemente o Senador Goldwater se viu constringido a dizer que acreditava no sistema (compulsório) da seguridade social. Marquem minhas palavras: no ritmo em que vamos, a candidato conservador de amanhã terá de ficar de pé em Hershey, Pensilvânia, e declarar que não tem qualquer objeção ao nosso sistema médico socializado, e que na verdade busca apenas fortalecê-lo. Sem dúvida, nessa época, nós teremos chegado a uma perfeita condição de serenidade física para aqueles americanos de 65 anos de idade ou mais. Mas quão grande o fardo que teremos imposto a eles durante os quarenta anos anteriores, enquanto ele [*sic*] luta para sustentar a grande burocracia que vai tomar conta dele na velhice. Quem sabe o que o fardo fará com a sua saúde. Quanto mais com aquele estado de bem-estar que sempre pensamos que deriva da condição de estar livre.⁵⁶¹

Mais uma vez, o argumento da ineficiência estatal combinada com a diminuição da liberdade e dos direitos individuais. Mas não era só de previsões lúgubres que viviam os opositores de tais programas sociais na *NR* — havia também a experiência de outros países sendo usada como demonstração dos problemas trazidos pelo *welfare state*. Por exemplo, em 18 de maio de 1965, Anthony Lejeune, um dos correspondentes internacionais da revista, descreve um encontro com Friedrich Hayek em Londres. Segundo Lejeune, o renomado economista parecia sombrio, muito preocupado com os rumos da Grã-Bretanha. O motivo não era a “fé infantil” do então governo trabalhista numa política de rendimentos “ilusória”; Hayek via-se amuado por conta da “aceitação universal das condições — rigidez sindical e inflação — que fazem uma política de rendimentos necessária. Se estas condições [...] forem consideradas naturais e inevitáveis, não haveria chance de recuperação econômica, só de um longo e constante declínio”. Perguntado sobre o que achava da situação dos EUA, Hayek

⁵⁶¹ Free medical care? “On the Right”, 12/9/1964. A “profecia” de Buckley a respeito do apego popular a programas de bem-estar de fato faz sentido em nossa época: nas eleições de 2012, o republicano Mitt Romney foi severamente criticado por ter dito, em discurso fechado vazado para a Internet, que 47% dos americanos apoiavam seu rival Barack Obama porque eram “dependentes do governo, que acreditam serem vítimas, que acreditam que o governo deve cuidar deles” (cf. <https://www.youtube.com/watch?v=M2gvY2wqI7M>). Em contraste, durante as controvérsias geradas pelas reformas no sistema de saúde promovidas pelo governo Obama, a partir de 2010, a mídia frequentemente retratava a confusão de alguns dos opositores do chamado *Tea Party Movement*, que em manifestações exibiam cartazes com dizeres como “Keep government hands off my Medicare” (“Deixe as mãos do governo longe do meu Medicare”, em tradução livre). Ou seja, mesmo entre ativistas antiestatistas podia-se encontrar a “naturalização” de um programa público de quase cinco décadas. Antes disso, no governo de George W. Bush (2001-2009), as propostas do presidente de privatização da Seguridade Social encontraram forte resistência no Congresso, e acabaram sendo engavetadas.

tinha mais esperanças, pois os americanos seriam mais autocríticos que os ingleses. Mas Lejeune adverte seus leitores americanos:

Como um viajante que está mais à frente de vocês, permitam-me gritar do outro lado do Atlântico: “Voltem! Voltem! Estamos presos em areia movediça. Não se juntem a nós!” Em termos mais simples, meu aviso é este: o socialismo, o bem-estar social, o coletivismo, como quer que vocês o chamem, é um processo cumulativo, acelerativo. Quanto mais se avança, mais difícil é parar: e existe um ponto sem retorno, do qual a Grã-Bretanha já pode ter passado.⁵⁶²

Para mostrar a dificuldade desse recuo, Lejeune dá três razões. A primeira é o temor dos políticos em desafiar os programas já estabelecidos. Segundo ele, os três partidos, Conservador, Trabalhista e Socialista, viam-se numa espécie de “leilão” político.

Quando, durante a eleição de 1959, os socialistas acusaram os conservadores de querer dismantlar o Estado de bem-estar social, os conservadores, indignados, negaram a terrível acusação e se gabaram de que estavam gastando mais dinheiro no bem-estar [*welfarism*] que o governo trabalhista. E era verdade; na próxima vez, os conservadores prometeram gastar ainda mais, e os socialistas, mais ainda. Este leilão não é simplesmente uma questão de uma disputa de lances entre oponentes. Cada partido está fazendo lances contra o seu próprio histórico.

A segunda razão era que os eleitores, com o tempo, internalizariam a falta de escolha e sofreriam uma “lavagem cerebral” para aceitar o sistema em vigor como natural. Alguns, aliás, nem disso precisariam, pois realmente tiravam vantagem do sistema: segundo um órgão estatístico do governo britânico, qualquer família de dois filhos que tivesse uma renda próxima ou levemente acima da média nacional “lucrava” com o sistema, recebendo mais do que suas contribuições efetivamente deveriam permitir. Consequentemente, em termos fiscais, elas não sustentavam as atividades básicas do governo (defesa, polícia etc.), constituindo antes um prejuízo permanente a ser bancado por outros. Finalmente, a terceira razão era que as classes que sustentavam o sistema, a classe média tradicional e “as pessoas que trabalham duro o bastante e mostram iniciativa suficiente para passar à frente da multidão” (isto é, os ricos) viam-se cada vez mais empobrecidos e com menos possibilidades de reagir. “A alta taxação os impede de economizar; as políticas de ‘justiça social’ erodem o seu capital; a inflação eleva o custo da educação privada, da medicina privada e da mera sobrevivência na velhice”. Mas talvez o pior efeito fosse o que se seguia a isso:

Gradual e relutantemente, essas pessoas também são forçadas a procurar e a contar com o benefícios de bem-estar social. Não há recontração do Estado de

⁵⁶² No road back. “Letter from London”. *NR*, 18 de maio de 1965.

Bem-Estar ou da Grande Sociedade. Os cidadãos de um Estado de Bem-Estar abrangente se tornam materialmente, e também psicologicamente, dependentes do governo. Quanto mais ajuda eles precisam ou exigem do governo, mais dinheiro o governo tem que tomar, a fim de ajudá-los. Eles acabarão, talvez, tendo e precisando apenas de uma mesada como propriedade sua; e em nenhum sentido um homem que só tem uma mesada pode ser considerado livre.⁵⁶³

Ou seja, o bem-estar social promovido pelo Estado também tem uma dimensão *moral* ao fomentar uma cultura de dependência. Ora, isso era ir na contramão das qualidades estimuladas pelo livre mercado: a iniciativa, o empreendedorismo, a aceitação de risco, entre outras. O tipo de ser humano produzido pelo Estado previdenciário era, portanto, mais próximo do de um súdito de um regime despótico do que do indivíduo livre consagrado no imaginário americano tradicional.

Esses são panoramas. Mas talvez a análise mais detalhada da questão das políticas de bem-estar na *National Review* seja a de Ernest van den Haag, em 17 de dezembro de 1968 — depois, portanto, que os programas da Grande Sociedade já haviam sido erodidos pela pressão financeira da Guerra do Vietnã.⁵⁶⁴ O artigo é interessante, em primeiro lugar, pelo formato incomum: trata-se de um diálogo fictício entre um conservador e um liberal, no qual este último segue todos os padrões do discurso em prol do assistencialismo oficial. Quanto ao primeiro, o *alter ego* de van den Haag, procura demonstrar com números que várias das premissas de seu interlocutor estavam equivocadas, ao mesmo tempo que constrói um programa que combina desde velhas ideias libertárias, como o fim do salário mínimo para estimular o emprego, até outras de controle de natalidade. Ao fim, o conservador “Sr. C” resume:

OK. Minhas propostas são:

- 1) tornar mais fácil para as pessoas a) ter menos filhos (disponibilizar contraceptivos), b) não abandoná-los (dar subsídios não às crianças dependentes, mas à família), c) encorajar e capacitar as mães para o trabalho (por subsídios de incentivo e arranjos para seus filhos);
- 2) dar aos velhos ou incapazes um subsídio em bloco sobre a sua declaração de renda (insuficiente), e reduzir o subsídio na proporção de sua renda de outras fontes, de tal forma que eles mantenham o incentivo para conquistar essa renda.
- 3) dar um subsídio em bloco de maneiras similares àqueles que estão empregados, mas ganham pouco demais;
- 4) dar um subsídio desse tipo às pessoas desocupadas, mas empregáveis, que ganhariam muito pouco, com a condição de que aceitem empregos com salários no valor do mercado;
- 5) introduzir legislação para isentar categorias de trabalhadores do pagamento mínimo legal ou contratual.

⁵⁶³ Id.

⁵⁶⁴ Cf. MATUSOW, Allen. *The unraveling of America: a history of liberalism in the 1960s*. New York: Harper & Row Publishers, 1984, p. 171-173.

Eu mudaria o “imposto de renda negativo”⁵⁶⁵ adicionando à declaração de renda a condição de que se deve procurar um emprego com salários de mercado, e que ele deve ser aceito pelas pessoas que não estão empregadas ou incapacitadas.

- 6) Eu eliminaria a maior parte da atual multidão de programas para a pobreza e mudaria a sua ênfase atual, de ajudar os pobres a virar mais um grupo de pressão que extorque dinheiro dos que trabalham, para ajudá-los a trabalhar por si mesmos.

Note-se que aqui van den Haag *já admite* alguma forma de programa de bem-estar, ainda que com cautelas. Mas, considerando a sua “heresia” anterior, quando defendeu o keynesianismo, seria o seu ponto de vista representativo? Pode-se dizer que era um sinal de uma abertura do corpo editorial da *National Review*, pois, embora o corte temporal deste trabalho seja até 1968, é preciso registrar que considerações mais flexíveis sobre a conveniência de alguma ajuda governamental aos necessitados apareceriam já nos anos imediatamente posteriores. Já em 1969, James Burnham contestava Frank Meyer, sempre o duro guardião de “princípios”, ao dizer que o *anti-welfarism* indiscriminado dos conservadores acabava por fortalecer o *Welfare State*.⁵⁶⁶ Afinal, todos os governos, em todos os tempos, haviam assumido alguma forma de responsabilidade pelos necessitados; o que caracterizava a era moderna era a extensão desse fenômeno, devido ao aumento populacional, o fim da sociedade agrícola e a revolução tecnológica. Não havia um movimento ideológico único por trás disso, pois “todas as nações modernas” praticavam algum tipo de bem-estar, sejam comunistas, socialistas, capitalistas, cristãs, budistas, conservadoras etc. E na ausência de medidas de bem-estar nos níveis público local ou privado, era natural que elas aparecessem no federal, o grande alvo das invectivas e temores conservadores (e, subentende-se, o grande foco de atuação dos liberais). Burnham, que tendia a fazer o papel do “moderado” nas reuniões editoriais da revista, não seria o único conservador de destaque a considerar a questão de forma menos dogmática. George Will, que se juntou à equipe da *NR* nos anos 70, defenderia, nos anos 1980, a existência de programas sociais em seu *Statecraft as soulcraft*,⁵⁶⁷ e ninguém menos que o próprio Buckley trataria da questão, em 1973, no seu livro *Four reforms: a program for the 70's*.⁵⁶⁸ Naturalmente, como no caso de Ernest van den Haag, tais propostas eram bem diferentes daquelas levadas a cabo pelos liberais, e tinham sempre em

⁵⁶⁵ Proposta popularizada pelo economista da Chicago University, Milton Friedman (1912-2006), no começo dos anos 1960, segundo a qual as pessoas abaixo de um determinado mínimo de renda receberiam uma ajuda em dinheiro do governo, em vez de pagarem impostos. Essa ajuda substituiria todos os outros programas sociais existentes, e seria uma espécie de transição rumo a uma economia de *laissez-faire*. Cf. FRANK, Robert H. The other Milton Friedman. *The New York Times*. 23 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.nytimes.com/2006/11/23/business/23scene.html?_r=0. [Acesso em: 8 de janeiro de 2013.]

⁵⁶⁶ The welfare non-issue. *NR*, 11/3/1969.

⁵⁶⁷ New York: Touchstone, 1984. 192 p.

⁵⁶⁸ New York: G. P. Putnam's Son, 1973. 128 p.

vista princípios como o equilíbrio fiscal e o incentivo à autonomia individual, para não mencionar questões quanto ao merecimento da ajuda recebida. Mas ao menos elas *existiam*, o que mostra que o conservadorismo não era um movimento tão rígido em determinados campos como era em outros. Claro, havia outros fatores em jogo também: no período que vimos focando, até 1968, os conservadores eram um grupo se batendo contra um *Establishment* ideologicamente antagônico; a partir daí, embora seja questionável dizer que Nixon era um conservador no sentido estrito da *NR*, não havia dúvida de que figuras como William Buckley passaram a ser *insiders* políticos, que precisavam temperar posições doutrinárias com as realidades práticas das demandas eleitorais e de instituições estabelecidas. De qualquer forma, a partir desse ponto, se havia um *Establishment*, este já não era mais só liberal.⁵⁶⁹

4.5 INTERNACIONALISMO UTÓPICO

Talvez a primeira acusação que um conservador típico costume fazer contra os que estão à sua esquerda seja “ingenuidade”. O liberal, o socialista, o comunista e o anarquista, para citar os tipos mais comuns de “radical”, é fascinado por abstrações, por princípios tão belos quanto fantasiosos, impossíveis de serem postos em prática sem resultados indesejáveis. A consequência disso, prossegue a crítica, é a visão distorcida da realidade, a começar por uma premissa elementar, o provável “pecado original” do radicalismo moderno: a fé na bondade inerente do homem. Com base nela, é concebível a criação um mundo melhor *desde que* as condições responsáveis pelos grandes males humanos — todas elas externas ao indivíduo⁵⁷⁰ — sejam diagnosticadas e combatidas: a falta de educação, a opressão política, as ideologias equivocadas etc. A conquista do paraíso na Terra, portanto, torna-se mera questão de planejamento racional e ação humanitária em laarga escala para a remoção dos obstáculos à conquista da felicidade humana — daí a caracterização feita por Russell Kirk de que os

⁵⁶⁹ Essa transição é bem descrita por John Judis na quarta parte de sua abrangente biografia de Buckley, sugestivamente intitulada *The Establishment conservative*. Cf. JUDIS, John B. *William F. Buckley, Jr.: patron saint of the conservatives*. New York: Touchstone, 1990.

⁵⁷⁰ Como disse Rousseau, no livro II do *Emílio*: “Não há perversidade original no coração humano” (*Il n’y a point de perversité originelle dans le coeur humain*). ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emile*. Translated by Barbara Foxley. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/cache/epub/5427/pg5427.html>. [Acesso em: 6 de fevereiro de 2013.]

radicais eram adeptos da ideia de que a natureza humana era perfectível.⁵⁷¹ E sendo a natureza humana passível desse nível de aperfeiçoamento, por que não torná-lo uma medida universal, abrangendo toda a espécie humana? Como se viu no primeiro capítulo, os conservadores classicamente são críticos das aspirações universalistas que grassavam entre os *philosophes* e seus sucessores. De Burke em diante, a ideia de que toda a humanidade tem os mesmos interesses e aspirações essenciais, assim como os mesmos direitos inatos — todos devidamente determinados por intelectuais reformistas — tem sido um alvo recorrente da oposição conservadora.

Em *National Review*, essa oposição tendia a se manifestar de forma mais clara nas frequentes críticas às Nações Unidas, provavelmente a mais importante encarnação política do que seria o universalismo utópico dos liberais. E sendo a Guerra Fria o fato mais importante da política internacional tal como entendida pelos conservadores de meados do século XX, era à luz dos interesses de segurança dos EUA que a organização era avaliada.

Tome-se como exemplo um pequeno artigo de Buckley escrito em janeiro de 1959, pouco depois do aniversário de dez anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

O difuso documento em questão, um deleite de ideólogo, lista um número de “direitos”, muitos dos quais assustadoramente ambíguos (por exemplo, o “direito ao lazer”, o “direito à livre escolha do trabalho”) que são projetados para se tornarem a lei das nações por meio de dois pactos,⁵⁷² cuja ratificação vem sendo incansavelmente promovida pelos internacionalistas. O assim chamado rascunho do Pacto dá espaço a uma pequena prestidigitação cujo resultado é nos tirar a liberdade de propriedade, listada originalmente na Declaração Universal, e diluir muito a liberdade de religião (“A liberdade de manifestar a própria religião ou as próprias crenças podem ser submetidas apenas às limitações prescritas em lei [! — e que outro tipo existe?] que forem necessárias à proteção da segurança, ordem, saúde ou moralidade públicas, ou os direitos fundamentais e a liberdade de outros”).⁵⁷³ Se a Declaração de Direitos Humanos vier a se tornar a suprema lei do país, ela provocará na América 1) uma Guerra dos Cem Anos durante a qual os tribunais vão trabalhar para descobrir o que raios isso quer dizer; 2) uma diminuição líquida das liberdades garantidas pela Declaração de Direitos.⁵⁷⁴ No mundo escravo,⁵⁷⁵ o Pacto, mesmo devidamente ratificado, será tão letra morta quanto a Carta das Nações Unidas, com toda a sua conversa exaltada sobre liberdade e paz. A única razão para se

⁵⁷¹ Cf. cap. 3, seção 3.2.2.

⁵⁷² Buckley se refere ao que viria a ser conhecido como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, aprovados pela ONU em 1966 e tornados lei internacional dez anos depois. Junto com a Declaração Universal, eles formam a Carta Internacional de Direitos Humanos. Maiores informações em: <http://www2.ohchr.org/english>. [Acesso em: 13 de julho de 2013.]

⁵⁷³ Trata-se do Artigo 18 do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, que manteve a formulação criticada aqui por Buckley.

⁵⁷⁴ Buckley se refere à *Bill of Rights*, composta pelas primeiras dez emendas da Constituição dos Estados Unidos e que formam os direitos individuais originalmente reconhecidos pela legislação do país. De fato, até hoje os EUA têm reservas sobre a interpretação dos compromissos requeridos pelos Pactos, tanto que, apesar de signatários em 1977, jamais procederam à sua ratificação.

⁵⁷⁵ Isto é, nos países do mundo comunista.

celebrar o aniversário dos Direitos Humanos é que a Comissão que redigiu os direitos absorveu as energia da Sra. Roosevelt por três anos inteiros.⁵⁷⁶

De nada adiantavam, portanto, os elevados ideais universalistas de uma organização como a ONU diante da dura realidade de um mundo dividido entre a liberdade ocidental e o totalitarismo comunista. Pior do que isso, eles acabavam encobrendo uma forma oficial de hipocrisia, uma vez que a União Soviética, o maior exemplo e patrocinadora da negação dos direitos humanos pelo comunismo, era um dos membros mais proeminentes da organização, com poder de veto no Conselho de Segurança — e isso desde os tempos de Stálin. E, como vimos, a própria visão da *National Review* a respeito da natureza do comunismo dificultava a aceitação de que diálogos diplomáticos, fossem bilaterais ou no seio de um corpo internacional como a ONU, pudessem ser de muita valia para os americanos e seus protegidos. Era natural, por conseguinte, que qualquer gesto de acatamento das decisões da ONU por parte do governo americano fosse visto com desconfiança, na melhor das hipóteses, ou desagrado explícito.

Havia mais do que isso, no entanto. Como Buckley escrevera numa das primeiras edições da *NR*, a maioria dos americanos teria a impressão “intuitiva” de que as Nações Unidas não passavam de uma “burocracia intrometida”, que lidava com “problemas sobre os quais não tem jurisdição e cuja relação com a preservação da paz é, no mínimo, tênue”, e que era “dominada por estatistas que só se contentarão com a colonização total do mundo”.⁵⁷⁷ Ela também era o “habitat natural” de ideólogos incansáveis que viam na “autoridade política centralizada a fonte de toda ação social”.⁵⁷⁸ Não se tratava de mera hipérbole: a ideia de que a ONU tinha aspirações de um “governo mundial” que podia passar por cima dos interesses nacionais mesmo do seu maior patrocinador e fundador — os EUA — era levada muito a sério na leitura conservadora esposada pela revista.

Um exemplo eloquente dessa interpretação é este texto não assinado, de 1958, publicado na seção “The Week” e intitulado *The Commander-in-chief awaits his orders* (“O Comandante-em-chefe aguarda suas ordens”), que compara as pretensões de autoridade da ONU com a Constituição americana:

Artigo I
Seção 8
Será da competência do Congresso:
11 - Declarar guerra...
12 - Organizar e manter exércitos...

⁵⁷⁶ When its usefulness ended. *NR*, 03/01/1959.

⁵⁷⁷ The UN and private property. *NR*, 07/12/1955.

⁵⁷⁸ Hoffman to the UN. *NR*, 01/8/1956.

14 - Regularizar a administração e disciplina das forças de terra e mar.

Artigo II

Seção 2

O Presidente será o chefe supremo do Exército e da Marinha dos Estados Unidos...

(Constituição dos Estados Unidos da América)

“Os Estados Unidos irão cumprir, em qualquer circunstância, uma determinação da Assembleia Geral das Nações Unidas de que a ação realizada ou a assistência oferecida pelas Nações Unidas torna desnecessária a presença contínua das forças dos Estados Unidos no Líbano, para a manutenção da paz e da segurança internacionais.”

(Declaração oficial do Secretário de Estado [John Foster] Dulles ao Secretário Geral das Nações Unidas Dag Hammarskjöld, em 18 de agosto de 1958.)

Note cuidadosamente o fraseado exato. As operações militares de uma parte significativa das forças armadas dos Estados Unidos serão controladas não pelo Comandante-em-chefe constitucional, agindo sob as leis promulgada pela legislatura constitucional em nome do interesse nacional, mas sim, “em qualquer circunstância” — isto é, sem qualquer qualificação ou condição —, por “uma determinação da Assembleia Geral das Nações Unidas”. Uma Assembleia, note-se de passagem, onde os Estados Unidos têm exatamente o mesmo número de votos (um) que a Albânia, o Nepal, o Iêmen, o Laos ou Gana.⁵⁷⁹

A autoridade da ONU e a soberania americana entram em conflito neste cenário — lembrando sempre que a Guerra Fria é o grande pano de fundo das relações internacionais da época. Além disso, com os processos de independência em curso nas antigas colônias europeias na África e na Ásia, a composição da Assembleia Geral estava mudando rapidamente ao longo dos anos 1950 e 60, incorporando boa parte do que se chamaria de o “Terceiro Mundo” e tirando dos EUA as majorias que esperava manter originalmente. Nesse contexto, estariam os americanos, grandes arquitetos que foram das Nações Unidas, dispostos a se submeter às determinações de um corpo multinacional de interesses variados, parte do qual lhe era antagônico por princípio? Tendo o país o poder que tinha, e considerando sua importância nos resguardo do mundo livre, era prudente tamanha “humildade” democrática? E, no plano doméstico, isso era condizente que a sua norma constitucional? Essas perguntas, contudo, não costumavam ser feitas pela imprensa ocidental, ela própria adepta em grande parte dos clichês liberais, segundo explica Jeffrey Hart. Mais uma vez, a ideia de “dois pesos e duas medidas”, tão recorrente em *National Review*, aparece:

A Assembleia [Geral da ONU], apontam os autores conservadores, tem mostrado uma crescente parcialidade antiocidental, apesar de, na verdade, ela ter se mantido surpreendentemente imune a críticas da imprensa comum ocidental. O colonialismo ocidental em Angola e, por uma extensão de significado, na África do Sul, é objeto de uma vituperação sem fim, mas a Assembleia se cala diante do assunto do colonialismo soviético e chinês, e até fecha os olhos ao

⁵⁷⁹ NR, 11/10/1958.

colonialismo quando praticado pela Indonésia. “A ONU”, aponta *National Review*, “se preocupe terrivelmente com as guerras na Faixa de Gaza, em Katanga, Angola e nos espaço sideral. Mas nenhum maldito membro da ONU consegue notar aqueles 28.000 soldados egípcios, cheios de tanques e aviões, lutando mês após mês para apoiar uma revolução esquerdista no Iêmen que não teria durado duas semanas se deixada à própria sorte; ou os técnicos militares soviéticos que agora constroem para si mesmos uma pista completa para jatos a fim de dar a aeronaves soviéticas um ponto de parada no caminho para a África e para Cuba.

O mesmo padrão de leniência com o inimigo observável na atitude dos liberais em relação aos comunistas domésticos nos Estados Unidos, se aplicava às Nações Unidas. A grande diferença, naturalmente, era que nesta organização ela vinha acompanhada também de uma grande severidade em relação aos mesmos países que eram aliados dos americanos na Guerra Fria, como a já citada África do Sul e a metrópole de Angola, Portugal.

Para melhor entender essa perspectiva e suas implicações, é preciso levar em consideração, mais uma vez, o internacionalista residente da *National Review*, James Burnham. Em um livro de 1964, *Suicide of the West: the meaning and destiny of Liberalism*, Burnham dedica um capítulo à relação, a seu ver atribulada, entre os liberais e a “realidade”. “O liberalismo não está equipado para enfrentar e superar os reais desafios à civilização ocidental em nosso tempo”, diz ele. Apesar do seu inegável papel em algumas reformas importantes necessárias — como a humanização do sistema penal —, o liberalismo sofreria de uma deficiência intrínseca: ele seria fundamentalmente *negativo* no seu impacto na sociedade, isto é, era basicamente uma ideologia de mudança e contestação ao *status quo*. Nisso ele era historicamente eficaz; o problema era o que fazer após a vitória ser obtida e os antigos opositoristas passarem à condição de membros do *Establishment*. Então, de destruidores que eram, precisam aprender a *construir*, o que seria difícil de conciliar com seu amor pela contestação, pelo descarte do que é antigo em prol do que é novo: “já observamos antes o grau de desespero a que liberais acadêmicos chegam para provar que são não conformistas, mesmo num corpo docente onde cada membro se formou na mesma ideologia”. Daí ser verdadeiro o velho clichê: “Precisamos de liberais para avançar as reformas necessárias, e de conservadores para fazer as reformas funcionarem”. O poder, afinal, faria com que os liberais sentissem “culpa”, comprometendo sua eficácia e tornando-os alvos fáceis para projetos que, mesmo passíveis de aliviar esse sentimento, eram ineficazes ou contraproducentes. Dessa forma, eles tendiam a repetir em assuntos de política externa os mesmos erros que na sua política doméstica pautada pela assistência social e a centralização do poder na esfera federal. Burnham explica:

As regiões atrasadas das zonas equatoriais são apenas, para o liberalismo, favelas aumentadas que serão consertadas pelos remédios de sempre: educação, democracia, e bem-estar social na forma de ajuda estrangeira. É impossível para o liberalismo, ou os liberais, encarar uma verdade talvez demasiado terrível para qualquer ideologia secular: que, somente com exceções de menor importância, não há qualquer chance de curar a fome, a pobreza e a miséria desses dois bilhões de seres humanos no futuro à vista; que tais condições irão, em média, com muito mais probabilidade piorar do que melhorar, mesmo que só um pouco. [...]

Do universalismo e democratismo da ideologia liberal decorre [...] o familiar princípio de “um homem, um voto”, do qual tanto se fala ultimamente. [...] Este princípio implica, por simples aritmética, a subjugação do Ocidente: os membros da civilização ocidental são uma pequena minoria — simples assim. O igualitarismo econômico da ideologia liberal implica [...] a redução dos ocidentais à fome e à pobreza. É claro que os liberais escondem essas implicações de si mesmos e da opinião pública ocidental. Eles sonham com alguma espécie de democracia mundial em que uma sociedade mundial razoável usa o princípio de “um homem, um voto” para alcançar a liberdade, paz e justiça universais, e o igualitarismo econômico significa abundância para todos. Mas isso é fantasia ideológica. É a subjugação (ou desaparecimento) do Ocidente, e a fome e a pobreza ocidentais — na verdade, universais — que são os termos finais inevitáveis da lógica do liberalismo.⁵⁸⁰

Do ponto de vista prático, o artigo mais explícito a respeito de qual deveria ser a postura americana frente à ONU está no já citado questionário redigido por Buckley explicando as posições de Barry Goldwater na campanha presidencial de 1964. Em *Respostas para os conservadores*, parte I, diz ele:

Goldwater não é a favor da saída [dos EUA] das Nações Unidas?

Resposta. Sob certas circunstâncias. Nossa lealdade é aos ideais das Nações Unidas, não às Nações Unidas em si; e caso elas venham deixar de servir a esses ideais, então nossa lealdade à ONU será muito apropriadamente revogada. [...] Seria melhor para nós nos retirarmos do que preservar a ficção de que nos submeteremos, em assuntos que afetam o destino do Ocidente, a uma maioria parlamentar hostil aos objetivos da Carta da ONU. [...]

Como você acha que a política do Senador Goldwater em relação à ONU deveria ser?

Resposta. Tal como constituída agora, a ONU tem uma deficiência grave, primariamente porque a Assembleia Geral, na qual cada nação tem um voto, evoluiu como a voz dominante da ONU. Os Estados Unidos tem a responsabilidade principal pela liberdade do mundo ocidental, e não pode abrir mão dela em prol de qualquer maioria de nações. Sob as circunstâncias atuais, os EUA devem, mesmo participando das discussões da Assembleia Geral, abster-se regularmente das votações — para mostrar que não nos consideraremos obrigados, ou mesmo orientados, pela maioria nos pontos em que nossos interesses essenciais estão em jogo.⁵⁸¹

Os EUA não eram, portanto, apenas uma nação entre outras iguais em dignidade e direitos. Eram uma potência com responsabilidades num mundo em parte hostil, e isso

⁵⁸⁰ BURNHAM, James. *Suicide of the West: the meaning and destiny of Liberalism*. New York: The John Day Company, 1964, p. 286-7.

⁵⁸¹ Answers for conservatives. “On the Right.” 23/01/1964.

significava um dever (e um *status*) mais elevado do que os impostos pelas regras e convenções de uma organização internacional.

O ataque ao “democratismo” universalista dos liberais se manifestava de outras formas além do apoio às Nações Unidas. Uma delas era o anticolonialismo, uma das grandes pautas da política internacional no pós-guerra, com a decadência dos velhos impérios europeus. Para os conservadores, o apoio dos liberais às ex-colônias era uma espécie de reação “mecânica” baseada num humanitarismo equivocado, na presunção de que se tratava de uma luta entre “opressores” e “oprimidos” — com o agravante de que os primeiros incluíam vários aliados do país na luta contra o comunismo. Dessa perspectiva, a *NR* se sentia à vontade para mostrar aos leitores que os líderes nacionalistas das (ex-)colônias frequentemente não eram heróis impolutos devotados às liberdades democráticas ocidentais que seus simpatizantes americanos poderiam pensar, nem os movimentos anticoloniais do Terceiro Mundo eram apenas versões tropicais da Revolução Americana.

Considere-se, por exemplo, o que Buckley tem a dizer sobre o discurso do líder queniano Tom Mboya no Carnegie Hall, em Nova York, proferido em 16 de abril de 1959 e comentado na *National Review* no mês seguinte. Mboya, um nacionalista notório, membro do Conselho Legislativo do Quênia (formalmente ainda sob domínio britânico) e diretor da Conferência dos Povos Africanos, encontrava-se em *tour* pelos EUA em busca de apoio à causa da independência africana. Sua presença no Carnegie Hall foi saudada com uma audiência (pagante) de cerca de 2.700 pessoas, incluindo políticos, artistas e outras pessoas de renome. Eis como o evento foi narrado pela *National Review*:

Uma surpreendente aglomeração de pessoas patrocinou o evento, durante o qual o Sr. Mboya repreendeu os Estados Unidos por não apoiarem os rebeldes argelinos contra a França, e proclamou sua oposição imorredoura ao teste de bombas atômicas no deserto do Saara — cuja relação com a liberdade africana foi deixada para a imaginação criativa da audiência. É estranho ver os nomes de James Farley,⁵⁸² Christopher Emmet,⁵⁸³ a Sra. William Randolph Hearst (qual o problema com o Sr. Hearst? Supremacista branco, eh?)⁵⁸⁴ e o Sr. Whitelaw Reid⁵⁸⁵ aparecerem no mesmo cabeçalho que Adam Clayton Powell,⁵⁸⁶ Roger

⁵⁸² James Aloysius Farley (1888-1976), político de Nova York, que serviu como diretor dos correios nos primeiros dois mandatos de Franklin Roosevelt (de cuja ascensão à presidência foi um dos principais articuladores) e era muito influente entre os democratas. Um dos congressistas que participaram da formulação da 22ª Emenda, que limita o número de mandatos presidenciais, também ficou conhecido como executivo de prestígio por seu trabalho na Coca-Cola.

⁵⁸³ Buckley provavelmente se refere a Christopher Temple Emmet Jr. (1900-1974), escritor político e ativista, que se opôs ao nazismo e ao comunismo.

⁵⁸⁴ Buckley está falando de William Randolph Hearst Jr. (1908-1993), cujo pai foi dono de um império jornalístico extremamente influente e foi a inspiração de Orson Welles ao criar o protagonista do filme *Cidadão Kane*, faleceu em 1951. Desde então, William Jr. assumiu o comando editorial das empresas da família.

⁵⁸⁵ Jornalista (1913-2009) e presidente do jornal *New York Herald Tribune*.

Baldwin,⁵⁸⁷ George Counts,⁵⁸⁸ Arthur Schlesinger,⁵⁸⁹ John Mackay,⁵⁹⁰ Allan Nevins⁵⁹¹ e Stanley Isaacs.⁵⁹² E estranho também ver uma audiência sofisticada aceitar com tanta credulidade o clamor de Mboya pela democracia — no qual ele é acompanhado pelo Leão Conquistador da Tribo de Judá, Eleito de Deus, o grande democrata Hailé Selassié;⁵⁹³ o presidente William V. Tubman,⁵⁹⁴ da Libéria (99% dos votos); o general Ibrahim Abhoud,⁵⁹⁵ do Sudão (golpe de Estado); Kwame Nkrumah,⁵⁹⁶ de Gana (que, incomodado com a oposição, pô-la na cadeia); o Rei da Líbia (rei em cada polegada)⁵⁹⁷; e o presidente Nasser⁵⁹⁸ (cujas oposição, até onde se pode ver, limita as atividades políticas a fazer prosélitos entre as dançarinas do ventre das boates romanas).

Como se vê, a *NR* evoca muito pouco respeito tanto por Mboya quanto pelos outros líderes que o apoiavam na causa anticolonial, sugerindo certo contraste entre a notoriedade dos americanos que foram prestigiá-lo e a realidade dos regimes e líderes que vinham se consolidando no continente africano e alegavam falar em nome dos povos que ali viviam.

⁵⁸⁶ Político e pastor de Nova York (1908-1972), mais especificamente da região do Harlem. Mulato, Powell era um nome proeminente entre os políticos negros americanos, apesar das suspeitas de corrupção que pairaram sobre sua carreira. Era alvo frequente das invectivas de *National Review*.

⁵⁸⁷ Roger Nash Baldwin (1884-1981), um dos fundadores da American Civil Liberties Union (ACLU).

⁵⁸⁸ George Sylvester Counts (1889-1974), educador progressista americano, autor de estudos comparando a educação soviética à americana, durante os anos 1930.

⁵⁸⁹ Arthur Meier Schlesinger (1888-1965), historiador e pai do também historiador Arthur Meier Schlesinger Jr.

⁵⁹⁰ Não está claro a qual John Mackay Buckley se refere. Uma possibilidade é que seja John Alexander Mackay (1889-1983), reverendo presbiteriano e presidente do Princeton Theological Seminary, e que se opôs ao macarthismo.

⁵⁹¹ Joseph Allan Nevins (1890-1971) foi um jornalista e historiador, especialista na Guerra Civil.

⁵⁹² Stanley M. Isaacs (1882-1962) foi um político republicano nova-iorquino, conhecido pela militância na área da habitação e por seu trabalho com o prefeito Fiorello LaGuardia, entre 1937 e 1942.

⁵⁹³ Nascido Tafari Makonnen Woldemikael, Selassié (1892-1975) foi regente e depois imperador da Etiópia, entre 1916 e 1974. Os títulos bíblicos têm a ver com o fato de que a dinastia de Selassié alegava ser descendente do Rei Salomão e da Rainha de Sabá (a Etiópia é cristã ortodoxa). Um internacionalista consumado, o imperador um grande apoiador dos movimentos africanos de independência, embora, em seu próprio país, continuasse mantendo poderes absolutos.

⁵⁹⁴ Presidente da Libéria de 1944 até sua morte, em 1971, William Vacanarat Shadrach Tubman (nascido em 1895) é considerado um dos mais importantes líderes do país, tendo introduzido várias reformas modernizantes, como o sufrágio eleitoral e o direito de propriedade para mulheres. Entretanto, seu governo foi se tornando mais e mais autoritário com o tempo.

⁵⁹⁵ El Ferik Ibrahim Abboud (1900-1983) foi presidente do Sudão entre 1958 e 1964, tendo instituído o primeiro governo militar da história do país, após um golpe contra o seu antecessor civil, Abdullah Khalil.

⁵⁹⁶ Líder de Gana (ex-Costa do Ouro) no período de transição para a independência, Nkrumah (1909-1972) foi um dos mais conhecidos líderes africanos de meados do século XX, tendo se destacado também na defesa do pan-africanismo. De tendências socialistas, mas não alinhado com a URSS, Nkrumah, visto com simpatia no Ocidente como o líder de um dos mais promissores novos países africanos, pelo fim dos anos 50 restringiu liberdades civis e reprimiu opositores políticos e movimentos grevistas, demonstrando desde então seu autoritarismo, que culminou, nos anos 60, em uma ditadura monopartidária.

⁵⁹⁷ Idris I da Líbia (nascido Sīdī Muḥammad Idrīs al-Mahdī al-Sanūsī, 1890-1983) foi o primeiro e único monarca líbio no período da independência, vindo a ser derrubado pelo Coronel Muammar Kadafi em 1969.

⁵⁹⁸ Gamal Abder Nasser Hussein (1918-1970), um dos mais importantes líderes árabes do século XX, foi militar e governante do Egito, inicialmente como primeiro-ministro e depois como presidente, no período entre 1954 e 1970. Nacionalista ferrenho e um dos líderes da Revolução de 1952, que derrubou o rei Farouk e instituiu a república, Nasser foi também um dos grandes proponentes do pan-arabismo, tendo presidido à formação da República Árabe Unida, a breve fusão entre o Egito e a Síria que durou de 1958 a 1961 (embora os egípcios tenham mantido oficialmente o nome até 1971). Seu regime era uma combinação de modernização e autoritarismo, muito comum nos países do emergente Terceiro Mundo.

Teriam estes real competência e legitimidade? Logo adiante, Buckley prossegue seu comentário (grifos nossos):

A questão no Quênia não é a democracia, mas se a Inglaterra presidirá uma transição ordenada rumo ao autogoverno, ou se Mboya e seus associados presidirão uma transição caótica; se o controle efetivo sobre um país atrasado permanecerá em mãos britânicas ou nas de nativos autoritários. O Sr. Mboya é hábil e responsável demais, devemos julgar, para querer entregar o controle efetivo de seu país aos analfabetos e iletrados em cujo nome ele alega falar. Da mesma maneira como a questão da Argélia é se os franceses, incluindo os dois milhões de colonos, irão exercer um controle transicional, ou entregá-lo aos nacionalistas fanáticos cuja principal inspiração é o galvanismo sedente de sangue da Rádio Cairo. *Deve-se reconhecer a realidade das aspirações nacionalistas, e sua legitimidade essencial.* Mas deve-se reconhecer também que uma *derrubada jacobínica da influência ocidental* na África provavelmente não trará uma solução mais satisfatória para o Quênia do que trouxe para o Egito ou Gana.

O que mais chama a atenção aqui é a preocupação com a influência *ocidental* (leia-se: da Europa capitalista e, indiretamente, da americana). No caso do Quênia, uma transição com ordem deveria ser presidida pela metrópole e não pelos nacionalistas locais — e muito menos pelas massas “analfabetas e iletradas”. Não se assume aqui qualquer pretensão populista de que o “povo” sabe o que é melhor para si, ou de que as responsabilidades europeias pelas colônias, mesmo as que se encaminhavam rapidamente para a independência, seriam tão ilegítimas ao ponto de justificar uma retirada às pressas. Ademais, como tantas vezes é o caso nas análises conservadoras da conjuntura internacional da época, havia o contexto geopolítico a considerar: o fato de as metrópoles ocidentais estarem dispostas a libertar suas colônias *não* significava que elas estariam realmente livres de influência estrangeira. Afinal, o espectro comunista não assombrava só a Europa, mas também todo o globo — e os conservadores da *NR* levavam a sério a ideia de que a Guerra Fria era um jogo de soma zero em que qualquer ganho para um lado significava uma derrota para o outro. A ideia de “neutralismo”, ou não alinhamento de um país em relação aos blocos em disputa, não era considerada realista.

Isso era coerente com as preocupações de James Burnham acerca da política externa exibida pelos governos liberais dos anos 60 (Kennedy e Johnson). Para esse autor, “os Estados Unidos não apenas aceitaram o desligamento da África em relação ao Ocidente, mas o promoveram ativamente com bordões liberais anti-imperialistas sobre descolonização, autodeterminação, igualdade racial e daí por diante”. Dessa forma, os americanos, guiados pelos valores universalistas do liberalismo, estavam na verdade cooperando com os interesses soviéticos, ao diminuírem a influência ocidental sobre esse novos países. Mais uma vez, a visão ideológica dos liberais os fazia ver a geopolítica como uma luta moral maniqueísta e a

tomar medidas que iam contra os próprios interesses dos EUA. E o que ocorria na África ocorria, com algumas diferenças mínimas, na América Latina também: em nome da liberdade, da democracia e do humanitarismo, governos locais *aliados* à causa do Ocidente eram atacados. Comentando a política externa nos anos de JFK, Burnham denuncia:

Sob a administração de John F. Kennedy, o curso da política externa dos Estados Unidos se tornou mais [...] integrada à ideologia liberal, já que liberais — alguns deles, ideólogos conspícuos — ganharam postos chaves como conselheiros ou tomadores de decisão no governo, em acréscimo aos postos burocráticos e de formação de opinião que já detinham. A regra estratégica segundo a qual o principal inimigo está à direita foi aplicada com novo vigor e intensidade — embora tivesse sido sob [...] Eisenhower [...] que o poder americano foi usado para expulsar o direitista [Fulgencio] Batista e aplainar o caminho para o esquerdista [Fidel] Castro. Nenhum movimento dos Estados Unidos foi feito para obstar Nehru em Goa⁵⁹⁹ ou Sukarno na Nova Guiné ocidental;⁶⁰⁰ e em relação a Angola, foi o aliado do Ocidente, Portugal, que sentiu o chicote de Washington, não os revolucionários de esquerda, em um santuário congolês protegido pelos Estados Unidos e pela ONU, treinavam guerrilheiros, sabotadores e terroristas.⁶⁰¹ No Iêmen, a influência dos EUA foi posta a serviço do fantoche do esquerdista antiocidental Nasser contra o direitista pró-ocidental Imam.⁶⁰² Um princípio de asilo que nunca teve exceção foi violado para permitir ao esquerdista Betancourt se vingar do direitista, mas firmemente pró-americano e pró-ocidental, Pérez Jiménez.⁶⁰³ Qualquer professor de esquerda que cambaleia da tribuna para a presidência de Estado latino-americano recebe a garantia, não importando quão imensa seja a sua incompetência, do aplauso do Departamento de Estado e da bolsa da Agência para o Desenvolvimento Internacional; mas militares de direita, a despeito de quão hábeis sejam, que agem para salvar seu país do colapso, conseguirão, no máximo, um reconhecimento ressentido e tardio junto com oceanos liberais de abuso.
[...]

⁵⁹⁹ Goa, Damão e Diu, pequenos enclaves portugueses na Índia cuja entrega Lisboa se recusou a negociar com o governo independente, foram invadidos pelo exército indiano em 1961 e mais tarde incorporados ao país.

⁶⁰⁰ Em 1960, o ditador indonésio Sukarno rompeu relações com os holandeses por estes continuarem ocupando a Papua Nova Guiné ocidental, reivindicada pela Indonésia. Sukarno chegou a organizar ações armadas, mas negociações patrocinadas pelos EUA levaram ao estabelecimento de uma autoridade provisória da ONU, que mais tarde foi repassada aos indonésios em 1963. Em 1969, um referendo legitimou a incorporação do território à Indonésia, tornando-se assim a província de Irian Ocidental.

⁶⁰¹ Referência à União das Populações de Angola (UPA), grupo armado nacionalista criado nos anos 1950 e liderado por Holden Roberto (1923-2007), e que em 1962 se tornou a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). A UPA tinha bases no que hoje é a República do Congo, de onde lançou, em 1961, uma sangrenta incursão que deu início à guerra de independência de Angola.

⁶⁰² Trata-se da Guerra Civil do Iêmen do Norte (1962-1970), na qual forças republicanas apoiadas pelo Egito de Gamal Abdel Nasser derrubaram a monarquia do Imam al-Badr. O Egito chegou a enviar dezenas de milhares de soldados, num esforço de intervenção que acabou pesando no seu orçamento e capacidade militar. Ao fim, os republicanos prevaleceram e os monarquistas acabaram sendo incorporados ao novo regime.

⁶⁰³ Rómulo Betancourt (1908-1981) foi presidente da Venezuela entre 1945 e 1948, e novamente entre 1959 e 1964, vindo a ser conhecido como “o pai da democracia venezuelana”. Burnham se refere ao fato de que, em 1958, Betancourt, que assumira o poder em 1945 graças a um golpe militar, elegeu-se presidente legítimo após a derrocada do General Marcus Pérez Jiménez (1914-2001), ditador e um dos líderes do golpe que derrubara o próprio Betancourt em 1948. Jiménez procurou asilo nos EUA após um levante popular — manobra de vários ditadores latino-americanos, como o cubano Fulgencio Batista —, mas foi surpreendentemente extraditado de volta para a Venezuela em 1963, acusado do desvio de uma enorme soma de dinheiro público. Após alguns anos na cadeia, Jiménez foi exilado para a Espanha.

As ações positivas para salvar alguns resquícios da estrutura política ocidental em ruínas no Sudeste Asiático, na África e na América Latina, e que já havia tombado no resto da Ásia e da Europa Oriental, consistia nos ocasionais golpes contra a direita [...] suplementados por programas de assistência e bem-estar sociais, tal como prescrito pela ideologia liberal para resolver os problemas por intermédio da reforma das condições sociais: continuando com grandes somas em ajuda externa [...]; grandes doações de excedentes de alimento; um programa de 20 bilhões de dólares da Aliança para o Progresso, cuja meta é salvar a América Latina do comunismo pondo os sistemas sociais locais em conformidade com a doutrina liberal; o apoio entusiástico às agências econômicas, de saúde, de bem-estar e técnicas das Nações Unidas; e [...] os Corpos da Paz.⁶⁰⁴

Note-se a facilidade com que Burnham discorre sobre os Estados Unidos avaliarem a competência e o merecimento de chefes de Estado, além do posicionamento na Guerra Fria, como primeiro critério para uma tomada de atitude a respeito dos governos de Terceiro Mundo. Esse não é o raciocínio de quem reconhece uma dignidade inerente a um Estado soberano, mas de um estrategista que pensa em termos utilitários. Ele não evoca questões como legitimidade ou representatividade popular, mas “habilidade” e “competência”. No que concerne aos regimes em questão serem ou não democráticos ou liberais, isso era secundário — a segurança, pelo menos que dizia respeito a outras nações, vinha em primeiro lugar.

Essa relativização conservadora do valor da democracia, em contraposição à suposta idolatria dela por parte dos liberais,⁶⁰⁵ merece um exame mais de perto. Primeiro, porque ela toca também numa das questões primordiais do pensamento conservador ocidental, que é o papel da *igualdade* na boa sociedade. A velha oposição entre liberdade e igualdade, e o debate sobre até que ponto elas eram compatíveis, estavam a pleno vapor nos Estados Unidos dos anos 1950 e 60, e não se limitavam a questões de política externa. Muito pelo contrário, tratava-se de um assunto candente, que vinha eletrizando cada vez mais a sociedade no próprio âmbito doméstico do país. Entre os impulsos reformistas dos liberais e os alertas e exortações à prudência dos conservadores, os Estados Unidos se viam às voltas com um problema sério, nascido de uma questão antiga que já havia lançado o país numa guerra fratricida um século antes. Pois, no coração do país que se via como líder do mundo livre contra as tiranias igualitárias, surgiu um movimento de cidadãos que lembraram ao mundo que a “opressão” era um problema muito mais próximo de casa do que os “guerreiros frios” de esquerda ou direita pareciam dispostos a admitir. E quando eles denunciaram isso em

⁶⁰⁴ Burnham, op. cit., p. 273, 275.

⁶⁰⁵ Em retrospecto, essa acusação parece curiosa, dado o número de intervenções promovidas por governos liberais dos EUA em outros países e que resultaram na ascensão de regimes autoritários, ou o apoio *a posteriori* dado pelos americanos a esse tipo de regime. Mas Burnham escreve em 1964, apenas três anos após Kennedy, um liberal convicto, assumir a presidência e dar fim aos oito anos de republicanismo moderado de Eisenhower. Parecia, portanto, plausível que uma mudança de atitude significativa pudesse estar em curso.

público e questionaram, usando uma linguagem baseada em princípios calcados na mais pura tradição política, religiosa e ideológica americana, estruturas de poder excludentes já naturalizadas pela maioria da população, os conservadores se viram diante de um grande desafio — talvez o maior, pelo qual seus líderes seriam julgados décadas e décadas depois. Referimo-nos, é claro, ao desafio dos direitos civis dos negros.

5 – UM PROBLEMA PECULIAR: RAÇA E DIREITOS CIVIS EM *NATIONAL REVIEW*

Nós podemos pensar que estamos respondendo diretamente aos eventos, mas não estamos; estamos respondendo aos eventos e mudanças à medida que eles se tornam reais ou assimiláveis para nós por meio das ideias que já estão em nossas cabeças.

Robert Nisbet.⁶⁰⁶

Por anos agora eu tenho ouvido a palavra “Espere!”. Ela ressoa no ouvido de cada negro com uma perfurante familiaridade. Este “Espere” tem quase sempre significado “Nunca”. Nós temos que ver, junto com um de nossos distintos juristas, que “justiça demorada demais é justiça negada”.

Martin Luther King.⁶⁰⁷

5.1 O *STATUS QUO*: DE *JIM CROW* AOS GUETOS

Em 7 de junho de 1892, na cidade de Nova Orleans, na Louisiana, uma curiosa conspiração teve lugar. Em aliança com uma associação de cidadãos, a East Louisiana Railroad persuadiu Homer Plessy a sentar-se na primeira classe de um dos trens de passageiros da companhia. Perto dele, um detetive previamente contratado também tomou assento, com uma missão muito simples: prender qualquer passageiro que desafiasse a recente lei estadual que obrigava os passageiros a embarcar em vagões específicos de acordo com sua

⁶⁰⁶ NISBET, Robert. *History of the idea of progress*. New York: Transaction Publishers, 1980, p. 4. Apud: SOUTHERN, David W. *Gunnar Myrdal and black-white relations: the use and abuse of An American dilemma*, 1944-1969, p. xv.

⁶⁰⁷ *Letter from a Birmingham jail* (1963). Disponível em:

http://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/Letter_Birmingham.html. [Acesso em: 1º de junho de 2013.]

classificação racial como brancos ou negros. Quando Plessy, um mulato de pele clara⁶⁰⁸ que facilmente passaria por branco, identificou-se como negro ao encarregado de recolher seu tíquete, e recusou-se a se transferir para o vagão correspondente, o detetive lhe deu voz de prisão e a justiça foi acionada. Tudo, aliás, como planejado: sujeito a 20 dias de prisão e uma multa, Homer Plessy era apenas uma cobaia voluntária da tentativa de pôr à prova a constitucionalidade de uma série de leis estaduais que vinham restringindo cada vez mais os direitos de cidadãos não brancos no Sul do Estados Unidos.⁶⁰⁹

Quatro anos depois, depois de duas derrotas em instâncias inferiores, o caso havia chegado à Suprema Corte dos Estados Unidos. A defesa de Plessy argumentava que a Lei dos Vagões Separados, como era chamada, violava os direitos estabelecidos pela Décima-Terceira e a Décima-Quarta Emendas da Constituição. A decisão dos magistrados, tomada em maio de 1896 por 7 votos a 1, faria história:

Consideramos que a falácia subjacente do argumento do reclamante consiste na assunção de que a separação forçada das duas raças marca a raça de cor com um distintivo de inferioridade. Se esse é o caso, não é por nenhuma razão encontrada no ato, mas somente porque a raça de cor escolhe pôr essa interpretação sobre si mesma. [...] O argumento também assume que os preconceitos sociais podem ser superados por meio de legislação, e que direitos iguais não podem ser garantidos ao negro exceto por uma mistura forçada das duas raças. Nós não podemos aceitar essa proposição.[...]

A legislação é impotente para erradicar os instintos raciais ou para abolir distinções baseadas em diferenças físicas, e a tentativa de fazê-lo pode resultar apenas no agravamento das dificuldades da presente situação. Se os direitos civis e políticos de ambas as raças forem iguais, uma não pode ser inferior à outra civil ou politicamente. Se uma raça for inferior à outra socialmente, a Constituição dos Estados Unidos não pode colocá-los no mesmo plano.⁶¹⁰

A doutrina decorrente dessa decisão ficaria conhecida como “separados, mas iguais”, ou seja, estabelecia-se que, desde que as condições oferecidas fossem iguais, a separação *compulsória* de brancos e negros era aceitável segundo a Constituição americana. Os vários “Códigos Negros” criados pelas legislaturas estaduais e municipais após o período da

⁶⁰⁸ A classificação de Plessy como “mulato” ou “negro” pode ser um pouco confusa para um brasileiro. Na época, ele era formalmente um *octoroon*, ou seja, uma pessoa “7/8 branca” pelos critérios vigentes na Louisiana. Segundo a narrativa tradicional, isso se devia ao fato de ele ter uma bisavó negra, o que implicaria que seus outros ascendentes seriam brancos. Entretanto, sua certidão de nascimento registra que seus pais eram “pessoas de cor livres”. Seja como for, como a diferenciação legal entre brancos e negros nos Estados Unidos era baseada na ascendência e não na aparência física, e mulatos não eram reconhecidos como uma categoria distinta, aos olhos da lei, Plessy era negro.

⁶⁰⁹ Que a companhia ferroviária tivesse participação no incidente talvez cause estranheza ao leitor não familiarizado com o caso. O motivo era que a separação por raças acabava gerando a necessidade de mais vagões, aumentando os custos operacionais da empresa.

⁶¹⁰ Plessy v. Ferguson - 163 U.S. 537 (1896). Disponível em: <http://supreme.justia.com/cases/federal/us/163/537/case.html>. [Acesso em: 14 de maio de 2013.]

Reconstrução tinham, a partir de agora, carta branca para reduzir os negros (e, com eles, hispânicos, orientais e outros grupos menos numerosos classificados como “de cor”) a uma cidadania de segunda classe que, nalguns aspectos, era ainda mais repressiva que o *status* dos libertos nos tempos da escravidão. Como diria o historiador C. Vann Woodward, a própria natureza da escravatura tornava “a separação das raças, em sua maior parte, impraticável”;⁶¹¹ agora, porém, com os negros livres, era paradoxalmente mais fácil reduzir ao mínimo indispensável o contato entre brancos e negros. Conhecidas pela designação coletiva de *Jim Crow*, as leis segregacionistas expandiram-se continuamente no quarto de século após *Plessy v. Ferguson*, eventualmente ratificada pela Suprema Corte em outras decisões — em 1908, por exemplo, ela decidiu, no caso *Berea College v. Kentucky*, que os estados podiam proibir até mesmo instituições de ensino *privadas* de ministrar aulas a turmas racialmente mistas. A mesma lógica acabaria sendo aplicada a hospitais, locais de lazer, restaurantes, hotéis, rodoviárias, clubes, igrejas, prisões, banheiros públicos, sobrepondo-se até mesmo a solidariedades de classe — a “linha da cor” também foi aplicada aos sindicatos. E nada era tão privado que não pudesse ser objeto de Jim Crow: o casamento interracial era um tabu explicitamente proibido em lei.⁶¹² Paralelamente, no campo político, vários artifícios administrativos e legais foram criados para dificultar ao máximo o exercício dos direitos políticos da população de cor, reforçados por uma ampla gama de práticas informais de intimidação que iam desde o terrorismo explícito de organizações como a Ku Klux Klan (KKK) até o boicote tácito e o ostracismo daqueles que insistiam em não permanecer “no seu lugar”. Sob a alegação de uma “separação entre iguais”, o que se tinha era uma hierarquia racial bem estruturada e institucionalizada, cujo objetivo explícito era não apenas apartar brancos e negros onde quer que isso fosse possível, mas *manter os negros numa posição permanente de inferioridade*. Como alegou o único juiz dissidente no caso *Plessy*, “a separação arbitrária de cidadãos com base na raça [...] é um distintivo de servidão”, e nada poderia “despertar com mais certeza o ódio racial [e] criar e perpetuar um sentimento de

⁶¹¹ WOODWARD, C. Vann. *The strange career of Jim Crow*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 12.

⁶¹² O que não significa uma proibição absoluta no campo sexual. Além de racista, a cultura do Sul era também patriarcal: o homem branco que mantivesse uma *amante* (não uma esposa) negra, desde que com discrição, não seria perturbado; já a relação sexual entre um homem negro e uma mulher branca era necessariamente considerada uma violação séria, na verdade um estupro — independentemente de ter sido consentida. Cf. a resenha escrita de Elizabeth Alexander a respeito de ROBINSON II, Charles F. *Dangerous liaisons: sex and love in the segregated South*. Fayetteville: University of Arkansas Press, 2003. Disponível em: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=9988>. [Acesso em: 16 de maio de 2013.] Para uma compilação das leis tratando da questão racial, tanto no nível federal quanto no estadual, além dos posicionamentos do Executivo nacional e das plataformas partidárias, cf. BARDOLPH, Richard (ed.). *The civil rights record: Black Americans and the law, 1849-1970*. New York: Thomas Y. Crowell Co., 1970. 558 p.

desconfiança entre estas raças” do que atos oficiais baseados na ideia de que as pessoas de cor “são tão inferiores e degradadas que não podem sentar em assentos ocupados por cidadãos brancos”.⁶¹³ Ainda assim, todos esses elementos opressivos fariam da segregação racial não um mera aberração isolada, mas um fator essencial da organização da sociedade sulista pelo menos até meados da década de 60 do século XX.

Seria injusto, porém, dizer que os problemas raciais eram exclusividade de uma única região do país. Embora a segregação no Sul se destacasse por ter sido *transformada em lei*, com todas as implicações disso, no resto dos EUA o racismo também era bastante palpável, embora mais sutil. Como explica o economista Junfu Zhang (grifos nossos):

A separação entre negros e brancos no norte era caracterizada pela segregação residencial. Quando os negros se mudavam para as cidades nortistas, eles primeiro se estabeleciam em alguns bairros com baixas condições socioeconômicas. À medida que a proporção de negros no bairro se tornava mais alta, os brancos começavam a se mudar a uma taxa acelerada, a fim de evitar o contato com [eles]. Certos bairros logo se tornaram predominantemente negros. E enquanto a população negra crescia, ela precisava se mudar para os bairros brancos próximos. No entanto, os brancos tentaram muitas coisas para resistir à “invasão” dos negros. Eles ameaçavam seus potenciais invasores de cor negra; bombardeavam seus primeiros vizinhos negros (Drake e Cayton, 1945⁶¹⁴). Em muitos bairros brancos, os senhorios assinavam acordos que proibiam a venda das propriedades para negros. Eram os chamados “pactos restritivos”, de cumprimento imposto por lei. O uso de pactos restritivos era extensivo. Por exemplo, em Chicago, estimava-se que *oitenta por cento* da cidade eram cobertos por tais acordos (Myrdal, 1944⁶¹⁵). Como resultado, os negros viviam em guetos superlotados, nos quais o custo habitacional era artificialmente alto por conta da limitação da oferta (Hirsch, 1983⁶¹⁶).⁶¹⁷

Tal segregação espacial também era estimulada por políticas públicas, tais como o condicionamento da concessão de crédito para a compra de imóveis à escolha de um bairro “adequado” à raça do indivíduo. Dessa forma, negros só podiam contrair empréstimos para comprar imóveis em bairros negros, e brancos, em bairros brancos. E quando a entrada americana na Segunda Guerra Mundial intensificou a migração negra das áreas rurais do Sul para as grandes cidades nortistas, em busca dos postos de trabalho gerados pelo esforço

⁶¹³ THOMPSON, Charles. *Harlan's great dissent*. Disponível em: <http://www.law.louisville.edu/library/collections/harlan/dissent>. [Acesso em: 11 de julho de 2013.]

⁶¹⁴ A nota se refere à edição original de DRAKE, St. Clair; CAYTON, Horace R. *Black metropolis: a study of Negro life in a northern city*. Chicago: Chicago University Press, 1933. 910 p. Lançado em 1945, trata-se de um estudo abrangente da situação do negro em Chicago, hoje um clássico da sociologia urbana dos Estados Unidos.

⁶¹⁵ MYRDAL, Gunnar. *An American dilemma: the Negro problem and modern democracy*. New York: Harper & Brothers, 1944. Neste capítulo, usaremos a edição de 2 volumes da Pantheon Books, de 1975.

⁶¹⁶ HIRSCH, A. R. *Making the second ghetto: race and housing in Chicago, 1940-1960*. New York: Cambridge University Press, 1983.

⁶¹⁷ ZHANG, Junfu. Black-white relations: the American dilemma. In: *Perspectives*, Vol.1, No. 4. February 29, 2000. Disponível em: http://www.oycf.org/Perspectives2/4_022900/black_white.htm. [Acesso em: 13 de maio de 2013.]

bélico, tal guetificação se agravou, aumentando a alienação dos negros urbanos em relação à sociedade americana em geral.⁶¹⁸ Mas mesmo antes disso, explica Zhang, o gueto já era parte indissociável da habitação negra por volta de 1940, e o recorte racial de sua população continuaria a crescer até pelo menos o início dos anos 70: “Em todas as cidades nortistas em 1970, uma pessoa negra mediana vivia em um bairro que era 73,5% negro; este número era 76,4% nas cidades sulistas”, uma proporção muito maior que a de outros grupos étnicos, como italianos, chineses e judeus.

Os efeitos perniciosos dessa discriminação eram de conhecimento oficial. Porém, as circunstâncias políticas para que se tomassem providências nem sempre foram favoráveis. Durante o governo de Franklin Roosevelt, as agências do New Deal contrataram alguns negros influentes, como o cientista social Ralph Bunche, e inspirou associações como a *Southern Conference for Human Welfare*. Também houve um flerte com projetos legislativos contra as taxas *per capita* (*poll taxes*) que compunham o arsenal das leis Jim Crow para limitar o sufrágio negro. Entretanto, a urgência do combate à Depressão e depois as pressões da guerra, e a consequente necessidade de apoio no Congresso, onde políticos sulistas eram parte importante da base democrata, limitaram a ação de Roosevelt e seus aliados. A medida mais considerável de seu governo nesse campo, a criação do *Fair Employment Practice Committee* (Comitê de Prática Empregatícia Justa, ou FEPC, na sigla em inglês), só se deu devido à ameaça do sindicalista A. Philip Randolph de levar 100.000 negros a Washington para protestar contra a discriminação racial nas Forças Armadas, no governo federal e nas indústrias de defesa. Mas a medida ainda era tímida e, em 1943, mais de 240 distúrbios raciais eclodiram em 48 cidades pelo país — só em Detroit, “trinta e quatro pessoas foram mortas, setecentas feridas, e US\$200 milhões em propriedade destruídos”.⁶¹⁹ Noutra frente, pouco depois do fim da Segunda Guerra, há uma intensificação do ativismo pelos direitos civis, com o surgimento de grupos de ação direta como o *Congress of Racial Equality* (CORE),⁶²⁰ assim como prosseguiram as campanhas judiciais da principal organização negra da época, a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP).⁶²¹ Esse crescimento

⁶¹⁸ Para um relato em primeira mão de como era a vida no gueto — especificamente o mais famoso deles, o Harlem, em Nova York — uma sugestão é X, Malcolm; HALEY, Alex. *The autobiography of Malcolm X*. Penguin Books, 1987. 460 p.

⁶¹⁹ LAWSON, Steven F. Introduction. In: _____ (ed.). *To secure these rights: the report of Harry S. Truman's Committee on Civil Rights*. Boston: Bedford/St. Martin's, 2004, p. 2-5.

⁶²⁰ O Congresso para Igualdade Racial, fundado em 1942 pelo ativista James Farmer, tinha o objetivo de promover a melhoria das relações raciais nos EUA através de campanhas de protesto não violentas baseadas na ação direta, como *sit-ins* (ocupação de espaços segregados em que os manifestantes se sentavam até serem atendidos).

⁶²¹ Fundada em 1909, a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor é a mais antiga organização de direitos civis dos EUA. Originalmente, era formada em sua maioria por liberais brancos, mais alguns membros

na resistência ao racismo se explicava facilmente: com a guerra, centenas de milhares de negros deixaram o Sul em busca de melhores oportunidades econômicas nas cidades do Norte, onde não tinham restrições ao direito de voto e aumentaram sua influência em estados populosos e com mais cadeiras no Colégio Eleitoral; e a experiência militar da luta contra o autoritarismo capitaneado pela Alemanha de Hitler, tinha aumentado a autoestima coletiva de muitos veteranos, que perceberam a contradição entre combater em nome da liberdade e da democracia no exterior, e ter de se submeter novamente a Jim Crow em casa.⁶²²

Foi nesse contexto que, em 1946, o presidente Harry Truman estabeleceu um grupo de trabalho *ad hoc* para avaliar o estado dos direitos civis nos Estados Unidos e fazer recomendações quanto aos eventuais problemas encontrados. O relatório final, de 1947, intitulou-se *To secure these rights* (“Para assegurar estes direitos”), e mostra de maneira muito clara, usando dados governamentais, como as minorias americanas eram vítimas de uma discriminação persistente nos mais diferentes aspectos da vida em todo o território nacional, embora com importantes variações locais. Dentre elas, os 13 milhões de negros americanos (cerca de 10% da população) eram o grupo mais significativo. Eis alguns dos achados apresentados:⁶²³

No que concerne ao direito básico à integridade física e o direito à justiça, embora tivesse havido melhoras, os negros eram muito mais suscetíveis ao emprego de técnicas de interrogatório violentas (ou “de terceiro grau”) pela polícia, levando o então diretor do FBI, J. Edgar Hoover, a comentar que era “raro que um homem ou uma mulher negra fosse encarcerada sem levar uma severa surra, que começava com coronhadas e terminava com uma mangueira de borracha”.⁶²⁴ A possibilidade de sofrer processos injustos e receber multas e sentenças de prisão também era mais elevada em comparação com outros membros da comunidade que haviam cometido as mesmas infrações.⁶²⁵ O direito a um julgamento pelos pares praticamente não existia — em regra os júris eram formados apenas por brancos, ao mesmo tempo que em alguns estados, “a população branca pode ameaçar e cometer violências contra o membro de uma minoria com pouco ou nenhum medo de represália

negros, entre os quais o sociólogo W.E.B. Du Bois. De caráter nacional, a NAACP se destacava pelo uso de ações judiciais no combate à segregação, justamente na tentativa de provocar pronunciamentos da Suprema Corte a seu favor.

⁶²² LAWSON, op. cit., p. 7-10.

⁶²³ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *To secure these rights*: the report of the President’s Committee on Civil Rights. 1947. O relatório, de domínio público, pode ser encontrado atualmente em versão impressa ou digital. A edição aqui utilizada é a do site da Harry S. Truman Library & Museum, disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/civilrights/srights1.htm#contents>. [Acesso em: 14 de julho de 2013.] Todas as páginas citadas a seguir se referem ao segundo (e mais longo) capítulo.

⁶²⁴ Idem, p. 26.

⁶²⁵ Ibidem, p. 28.

legal”.⁶²⁶ Não por acaso, das 266 pessoas resgatadas após serem ameaçadas de linchamento⁶²⁷ no período entre 1937 e 1946, mais de 200 eram negras, enquanto, em relação aos 43 linchamentos que de fato ocorreram e foram registrados entre 1936 e 1946, “ninguém recebeu a pena de morte, e a maioria das pessoas culpadas não foi sequer processada”. E embora a prática do linchamento fosse registrada em quase todo o país, no período entre 1882 e 1945, era notória a concentração deles nos estados do Sul, onde a segregação era lei.⁶²⁸ Muito mais que um crime, a violência contra os negros (principalmente) nessa região era um costume cuidadosa e deliberadamente preservado:

As comunidades nas quais os linchamentos ocorrem tendem a endossar o crime. A punição dos linchadores não é aceita como responsabilidade dos governos estaduais ou locais nestas comunidades. Frequentemente, os oficiais estaduais participam do crime, ativa ou passivamente. Os esforços federais para punir o crime enfrentam resistência. O endosso ao linchamento é indicado pelo fracasso dos oficiais da lei locais em fazer esforços adequados para romper a multidão. Ele é ainda melhor demonstrado pelo fracasso na maioria dos casos em fazer qualquer esforço para apreender ou indicar os culpados. Se o governo federal entra em um caso, os oficiais locais algumas vezes resistem ativamente à investigação federal. Os cidadãos locais frequentemente se unem para impedir a apreensão dos criminosos por meio de uma conveniente “perda de memória”; os grandes júris se recusam a indiciar; os júris criminais concedem a absolvição em face de provas de culpa avassaladoras.⁶²⁹

O direito de ir e vir, bem como o acesso a locais públicos, também eram severamente limitados nos locais onde a segregação era praticada. “Em muitas seções deste país, algumas pessoas devem parar e ponderar antes de entrar em locais que servem ao público, caso elas queiram evitar um embaraço, a prisão ou até uma possível violência”, continua o relatório. Mas não era preciso ir aos confins do Alabama para se ter essa experiência; isso era observável no coração mesmo do país, sua capital, Washington:

Para os americanos negros, Washington não é apenas a capital da nação. Ela é o ponto onde todo o transporte público [que vai para o] Sul se torna “Jim Crow”.⁶³⁰ Se parar em Washington, um negro poderá jantar como qualquer

⁶²⁶ Ibid., p. 29.

⁶²⁷ A palavra pode ser sumariamente definida como uma execução extralegal feita por uma multidão agindo por conta própria. Nos EUA, segundo os estudiosos do assunto, e muito particularmente no Sul, o linchamento tinha um componente ritualístico, e tinha como objetivo principal reafirmar de forma chocante a disciplina racial vigente. Usualmente a vítima terminava enforcada e/ou mutilada e/ou queimada, e a ação se dava com a conivência das autoridades locais e *em público*. Por conta disso, era comum haver fotos com a multidão posando tranquila e jovialmente perante as câmeras, perto do cadáver, a ponto mesmo de essas imagens serem eventualmente utilizadas para ilustrar cartões postais.

⁶²⁸ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, op. cit., p. 21.

⁶²⁹ Ibid., p. 24.

⁶³⁰ O relatório se refere ao fato de que viajantes que saíssem do Norte com destino ao Sul, ao chegarem a Washington, eram obrigados a embarcar em vagões segregados.

outro homem na Union Station,⁶³¹ mas, assim que ele puser os pés na capital, ele deixará tais práticas democráticas para trás. Com muito poucas exceções, recusar-lhe-ão serviço nos restaurantes do centro da cidade, ele não poderá assistir a um filme ou peça [nessa mesma área], e terá de ir até a zona mais pobre para encontrar alojamentos para o pernoite. O negro que decide se estabelecer no Distrito [de Columbia] deve frequentemente encontrar uma casa numa área lotada, abaixo do padrão. Ele frequentemente deve aceitar um emprego abaixo do nível de sua habilidade. Deve enviar suas crianças para as escolas públicas inferiores destinadas aos negros e confiar a saúde da sua família a agências médicas que prestam um serviço inferior. Além disso, ele deve suportar as incontáveis humilhações diárias que o sistema da segregação impõe ao terço [da população] de Washington que é negro.⁶³²

Diante de tudo isso, era evidente a contradição entre as condições enfrentadas pelos negros (e, por extensão, algumas outras minorias não brancas) e os ideais americanos de liberdade e igualdade de oportunidade — para não citar o princípio liberal básico de igualdade perante a lei. Fonte permanente de tensão, o *problema negro* podia ser facilmente considerado a mais espinhosa questão social dos Estados Unidos no século XX. Infelizmente, ela permaneceu por muito tempo um “ponto cego” na agenda dos reformistas americanos, só começando a chamar a atenção de forma consistente no plano da política nacional várias décadas depois de *Plessy v. Ferguson* — muito por mérito da sociedade civil mobilizada principalmente na forma de organizações de direitos civis que denunciaram de mil formas as mazelas do racismo e da segregação e exigiram uma mudança. Mas, diferentemente do que havia ocorrido nos tempos do abolicionismo, que fora estabelecido por grupos religiosos da Nova Inglaterra, desta vez os negros eram os protagonistas do protesto, e não só os do Norte, mas sobretudo os do próprio Sul segregado. O “movimento dos direitos civis”, como ficou conhecido, se tornaria uma luta em várias frentes — nos tribunais, na mídia, mas também nas ruas —, crescendo ao ponto de se tornar, dos anos 1950 até meados de 60, a maior campanha de contestação doméstica dos Estados Unidos. Por outro lado, ele também seria uma vitrine das alternativas consideradas por diversos setores da população negra, do ativismo judicial ao separatismo.

É nessa época tumultuada, em que a Guerra Fria inspirava leituras apocalípticas de confrontação entre dois modelos de sociedade e o contraste com o inimigo soviético inspirava uma atitude defensiva da ordem social americana, tanto os conservadores quanto os liberais se viram desafiados a dar uma resposta à agitação que se espalhava primeiro no Sul, e mais tarde em quase todo o país. A reivindicação negra por direitos civis era legítima? Mesmo se fosse, os métodos pelos quais era conduzida eram aceitáveis? Não haveria perigo de sua

⁶³¹ Estação ferroviária histórica e o principal terminal de passageiros da capital.

⁶³² ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, op. cit., p. 89.

instrumentalização por forças subversivas? E o problema da igualdade exigia a interferência do governo ou deveria ser resolvido de outra maneira? Essas eram algumas das questões da época, que se tornam cada vez mais prementes à medida que a contestação ia crescendo, quase ao mesmo tempo em que *National Review* se consolidava.

5.2 OS DIREITOS CIVIS COMO *FIAT JUDICIAL*: *BROWN V. BOARD OF EDUCATION OF EDUCATION* E A SEGREGAÇÃO NO SUL

Quando *National Review* foi lançada, em 19 de novembro de 1955, faltavam 12 dias até que a recusa de Rosa Parks em ceder seu assento no ônibus desencadeasse o período mais notável da luta pelos direitos civis na história dos EUA do pós-guerra.⁶³³ As grandes marchas e campanhas de massa associadas a nomes como Martin Luther King estavam ainda por vir, e levaria algum tempo até que se tornassem a face mais visível do movimento. Mas isso nem de longe significa que a questão estivesse dormente, muito pelo contrário: já fazia mais de um ano que uma nova decisão da Suprema Corte havia posto os estados do Sul em polvorosa, e elevado as tensões raciais do país a novas alturas.

Brown v. Board of Education, como ficou conhecida, foi a mais importante de uma série de decisões relacionadas à legalidade da segregação racial em instituições de ensino. Desde 1938, com o caso *Gaines v. Canada*, a Suprema Corte vinha dando ganho de causa a estudantes negros que reivindicavam uma vaga nas universidades estaduais, para as quais, seguindo a lógica de “separados mas iguais”, não havia uma instituição negra equivalente. Entretanto, o princípio consagrado em *Plessy v. Ferguson* havia sobrevivido intacto, tanto que mesmo os alunos que obtiveram o direito de frequentar uma universidade continuaram sendo segregados de seus colegas brancos:⁶³⁴ G. W. McLaurin, que ingressou na pós-graduação em Educação da University of Oklahoma após recorrer à justiça, foi “segregado na cafeteria, recebeu uma mesa segregada na biblioteca, e até teve de se sentar numa sala de aula segregada de onde podia ouvir, por meio de uma porta aberta, as palestras proferidas para seus colegas brancos em uma sala contígua” — e, em 1950, teve de recorrer à Suprema Corte para

⁶³³ Para uma referência rápida sobre Parks, cf. o obituário publicado no *New York Times* em 25 de outubro de 2005: <http://www.nytimes.com/2005/10/25/us/25parks.html?pagewanted=all>. [Acesso em: 31 de maio de 2013.] Para um maior aprofundamento, em meio à extensa literatura sobre às lutas por direitos civis no período, vale a pena consultar a trilogia de Taylor Branch: *Parting the waters: America in the King years, 1954-1963*; *Pillar of fire: America in the King years, 1963-1965*, e *At Canaan's edge: America in the King years, 1965-1968* — todos os volumes republicados em 2007 pela Simon & Schuster.

⁶³⁴ Isso para não citar os conhecidos fatores extralegais da segregação: Lloyd Gaines, autor da ação que levou seu nome em 1938, *desapareceu* misteriosamente logo após vencer nos tribunais, dando margem a especulações que vão de fuga do país a assassinato.

acabar com esse tratamento diferenciado.⁶³⁵ Em outro caso do mesmo ano, *Sweatt v. Painter*, a Corte estabeleceu que a criação improvisada de uma faculdade por parte do estado do Texas, a fim de evitar a matrícula do litigante na universidade estadual, *não* estabelecia uma igualdade real de condições — a qualidade do ensino oferecido também devia ser levada em consideração.⁶³⁶ Embora esses casos dissessem respeito apenas à minoria negra⁶³⁷ que alcançava o ensino superior, uma fronteira frequentemente intransponível para uma população empobrecida e discriminada, elas já mostravam um desgaste da segregação legalizada existente nos estados do Sul. A Suprema Corte pelo menos começava a reconhecer que, em certas circunstâncias, a segregação *necessariamente* implicava uma forma de desigualdade — mesmo que ainda não se atrevesse a revogar a doutrina estabelecida em 1896.⁶³⁸ Fosse como fosse, o caminho estava aberto para uma contestação mais abrangente que não tardou: em 1952, vindas de quatro estados diferentes e também do Distrito de Columbia, cinco ações judiciais contestaram a constitucionalidade da segregação escolar diante da Suprema Corte. Logo tratados como uma unidade, os casos apresentados não questionavam se as *condições* oferecidas aos negros litigantes eram iguais às dos brancos, mas se a *própria natureza* da segregação já não feria o direito à igualdade perante a lei — a alma da doutrina de “separados, mais iguais”. A decisão, unânime, foi redigida e finalmente dada a público pelo próprio presidente do tribunal, Earl Warren, em 17 de maio de 1954.

Chegamos então à questão apresentada: a segregação de crianças em escolas públicas somente com base na raça, a despeito de as instalações físicas e outros fatores “tangíveis” serem iguais, privam as crianças do grupo minoritário de oportunidades educacionais iguais? Nós acreditamos que sim... Separá-las de outras de idade e qualificações similares somente por causa de sua raça gera um sentimento de inferioridade⁶³⁹ quanto ao seu status na sociedade que pode afetar seus corações e mentes de uma forma que dificilmente será desfeita um dia. [...]

⁶³⁵ BARTLEY, Numan V. *The rise of massive resistance*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1969, p. 6.

⁶³⁶ BARDOLPH, op. cit., p. 273-5.

⁶³⁷ Cabe lembrar, mais uma vez, que as restrições aplicadas aos negros incluíam outros grupos não brancos, que no entanto eram bem menos numerosos e, portanto, fora de uma posição de protagonismo nacional na era dos direitos civis.

⁶³⁸ BARDOLPH, op. cit., p. 273.

⁶³⁹ Um dos fundamentos para a decisão dos juízes foi o experimento conduzido pelo casal de psicólogos Kenneth e Mamie Clark, de Nova York, em 1939. Os cientistas usaram bonecas para avaliar as percepções de raça em crianças que frequentavam escolas segregadas em Washington, D.C., e as que estudavam em escolas integradas em Nova York. Em resumo, o que se constatou é que, apresentadas a duas bonecas idênticas que diferiam apenas na cor da pele e do cabelo, a maioria das crianças consistentemente via a boneca “branca” como “boa” e a “marrom” como ruim — e se identificavam com a primeira, a despeito de elas próprias serem “de cor”, particularmente quando se tratava de crianças da escola segregada. Esse experimento foi repetido como Clark pouco antes do seu testemunho em um dos casos incorporados a *Brown v. Board of Education*, obtendo os mesmos resultados e servindo para demonstrar a tese dos litigantes de que a prática da segregação levava as crianças a introjetar a associação entre negritude e inferioridade.

[...] Qualquer que tenha sido a extensão do conhecimento psicológico ao tempo de *Plessy v. Ferguson*, esta descoberta é amplamente apoiada pela autoridade moderna. Qualquer linguagem em *Plessy v. Ferguson* contrária a essa descoberta é rejeitada.

Concluimos que, no campo da educação pública, a doutrina de “separados, mas iguais” não tem lugar. Instalações educacionais separadas são inerentemente desiguais. Portanto, mantemos que os queixosos e outros em situação semelhante [...] são, em razão da segregação de que reclamam, privados da igual proteção das leis garantida pela Décima-Quarta Emenda. [...] ⁶⁴⁰

Considerada por muitos “a mais importante decisão da [Suprema] Corte no século vinte, talvez a mais importante de todas”, *Brown v. Board of Education* apresentava uma redação cautelosa, justamente por se saber do alcance de suas consequências e das prováveis reações acaloradas que despertaria. O texto discutia muito mais o *princípio* da segregação e seus efeitos perniciosos do que os meios práticos para acabar com ela — estes ficariam a cargo das cortes federais de distrito, segundo uma decisão subsequente conhecida como *Brown II*, de 1955. Foi só nessa ocasião que a Suprema Corte chegou a mencionar algo parecido com um prazo para que a segregação tivesse fim: em vez de um cronograma específico, os magistrados exigiram que o fim da separação racial nas escolas fosse levada a cabo com a “máxima velocidade deliberada” [*all deliberate speed*] — expressão vaga o bastante para dar aos estados segregacionistas ampla margem para adiamentos e suberfúgios. Por outro lado, a hesitação da Suprema Corte em descer a maiores especificidades tinha uma lógica: afinal, tratava-se de exigir a reformulação do sistema educacional público de uma região inteira do país e, mais do que isso, de um golpe certeiro num dos tabus mais caros ao chamado “modo de vida sulista”. Mesmo assim, não obstante o fato de que a segregação escolar já estivesse espontaneamente em recuo em certo número de estados desde antes de a Suprema Corte se pronunciar,⁶⁴¹ *Brown* criou uma nova urgência. Instados pelo governo central a abrir mão de uma das bases de sua hierarquia social e aceitar uma proximidade

⁶⁴⁰ BARDOLPH, op. cit., p. 278.

⁶⁴¹ A segregação *escolar* era praticada não apenas nos estados do Sul propriamente dito (Virgínia, Texas, Alabama, Mississippi, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Geórgia, Flórida, Texas, Tennessee, Arkansas, e Louisiana), mas também nos chamados “estados fronteiriços” (Maryland, Missouri, Kentucky, Delaware), incluindo o Distrito de Columbia, e, em escala menor, em vários distritos escolares isolados de outras regiões, ou seja, em estados do Oeste, como Illinois, Arizona e Novo México, e eventualmente em alguns distritos escolares no próprio Norte, como em Nova Jersey e Pensilvânia. Neste último caso, infelizmente, os registros são pouco precisos, embora ali a separação racial fosse mais *de fato* que *de direito*, graças à segregação residencial anteriormente mencionada. Foi nessas regiões periféricas ao Sul que se observava, antes de 1954, as reduções mais significativas (e espontâneas) na prática da segregação nas escolas públicas, e que mais prontamente atenderam à decisão da Suprema Corte. Cf. KLARMAN, Michael J. *From Jim Crow to civil rights: the Supreme Court and the struggle for racial equality*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2004, cap. 7. Também de interesse é esta entrevista com o historiador David M. Douglas, autor de *Jim Crow moves North: the battle over northern school segregation, 1865-1954*, publicado em 2005: <http://web.wm.edu/news/archive/index.php?id=5438>. [Acesso em: 11 de julho de 2013.]

inédita entre seus filhos e os da “casta” inferior,⁶⁴² muitos sulistas radicalizaram-se, fazendo com que as disputas em torno das escolas se tornasse um campo fértil para demagogia, choques ideológicos e não raro o uso de intimidação e violência:

Os membros dos conselhos [*boards*] escolares eram funcionários eleitos, que não podiam se dar ao luxo de ignorar a opinião pública.[Eles] eram frequentemente pegos no fogo cruzado entre as cortes federais ordenando a dessegregação e os políticos estaduais ameaçando cortar os fundos ou fechar as escolas se as leis segregacionistas fossem violadas. [...] O superintendente escolar em Hoxie, Arkansas, e o diretor da escola secundária em Clinton, Tennessee, renunciaram depois que tumultos pela segregação resultaram em ordálios para suas famílias. Conselheiros que dessegregaram escolas receberam cartas ameaçadoras em Greensboro, na Carolina do Norte, sofreram retaliações econômicas em Nova Orleães, tiveram cruzeis incendiadas em suas varandas no Condado de Macon, no Alabama, e foram agredidos fisicamente em Springer, Oklahoma. [...]

[...] [A] implementação de *Brown* dependia da capacidade dos pais negros de entrar com uma ação judicial e da vontade dos juízes federais de ordenar a dessegregação. [...] Poucos negros podiam bancar os US\$ 10.000 a US\$15.000 para levar um caso até a Suprema Corte. [...] Não é surpresa, então, que virtualmente todos os casos de processos de dessegregação envolvessem a NAACP. Compreendendo isso, os brancos sulistas declararam guerra à associação. Mal a filial de Miami iniciou um processo de dessegregação escolar em 1956, a legislatura estadual começou a investigá-la por uma suposta infiltração comunista e exigiu as listagens de membros — que, se publicadas, os exporiam a represálias. A Virgínia passou uma lei proibindo organizações que não tinham um interesse pecuniário nos processos de solicitar uma ação judicial de seus advogados — medida que visava claramente a barrar a NAACP dos processos pela dessegregação e que teriam efetivamente posto um fim a tais ações. No Condado de Clarendon, na Carolina do Sul, o conselho de cidadãos circulou os nomes dos membros [locais] da NAACP, que prontamente perderam seus empregos, seu crédito e seus fornecedores. Z. Alexander Looby e Arthur Shores, advogados da NAACP em Nashville e Birmingham e responsáveis pelos processos sobre a dessegregação escolar, tiveram suas casas bombardeadas. Alabama, Texas e Louisiana temporariamente fecharam as operações da NAACP por meio de litígios [...]⁶⁴³

Nem mesmo os juízes federais, responsáveis pela aplicação das determinações da Suprema Corte, estavam isentos de retaliações por cumprirem seu dever. “Os juízes suportaram cartas de ódio, telefonemas persecutórios à meia-noite, e as ocasionais cruzeis incendiadas”, além do ostracismo nas comunidades onde viviam. Mas mesmos esses atos intimidadores podiam empalidecer diante da criatividade perversa de alguns defensores da segregação: um juiz do Quinto Circuito,⁶⁴⁴ Richard Rives, teve o túmulo de seu filho violado, ao passo que foi a mãe de outro magistrado, de Montgomery, Alabama, Frank Johnson, quem

⁶⁴² Seguimos aqui o uso de Gunnar Myrdal, que considera o Sul segregado uma sociedade de castas.

⁶⁴³ KLARMAN, op. cit., p. 350-352.

⁶⁴⁴ Divisão dos tribunais de segunda instância dos EUA, e que corresponde a partes da Louisiana, do Texas e do Mississippi — áreas do “Sul Profundo”, portanto.

teve a casa atacada com bombas. Não por acaso, muitos evitavam aplicar *Brown* com o zelo e a velocidade que se poderia esperar.⁶⁴⁵

Como não poderia deixar de ser, a indignação contra *Brown* também chegou ao Congresso, onde, em 1956, um grupo de 82 deputados e 19 senadores, todos do Sul e quase todos do Partido Democrata, assinaram um *Manifesto Sulista*, no qual denunciavam a Suprema Corte por ter abusado de seus poderes com a decisão. Alegando que nem a Constituição nem a Décima-Quarta Emenda tratavam da educação, e que portanto a decisão sobre a doutrina de “separados, mas iguais” cabia aos estados, o Manifesto dizia:

Esta interpretação, reafirmada várias vezes, tornou-se uma parte da vida do povo de muitos dos estados e confirmaram seus hábitos, costumes, tradições e modo de vida. Ela é fundada na humanidade básica e no senso comum, pois os pais não devem ser privados pelo Governo do direito de dirigir as vidas e a educação de seus próprios filhos.

Embora não tenha havido nenhuma emenda constitucional ou ato do Congresso alterando esse princípio legal estabelecido de quase um século de idade, a Suprema Corte dos Estados Unidos, sem nenhuma base para tal ação, passou a exercitar seu poder judicial nu e substituiu a lei estabelecida da nação por suas ideias políticas e sociais pessoais.

O exercício injustificado de poder pela Corte, contrário à Constituição, está criando o caos e a confusão nos estados mais afetados. Está destruindo as relações de amizade entre as raças branca e negra, que foram criadas ao longo de noventa anos de esforço paciente por parte da boa gente de ambas as raças. Plantou o ódio e a desconfiança onde tem havido até agora a amizade e a compreensão.

Sem consideração pelo consentimento dos governados, agitadores externos estão ameaçando [realizar] mudanças imediatas e revolucionárias nos nossos sistemas de escolas públicas. Se isso for feito, certamente destruirá o sistema público de educação em alguns estados.

[...]

Nós juramos usar todos os meios legais para reverter essa decisão que é contrária à Constituição e impedir o uso da força na sua implementação.⁶⁴⁶

Foi nesse contexto de tensão crescente, em que um dos poderes centrais da república e toda uma região do país entram em conflito, que *National Review* começou a registrar o problema racial e a tentar elaborar algum tipo de resposta compatível com os princípios conservadores que professava.

5.2.1 BROWN SEGUNDO NATIONAL REVIEW

As reações da *NR* à controversa decisão da Suprema Corte nem sempre eram explícitas, e, como se tratava de uma revista de opinião, eram nuançadas de acordo com os

⁶⁴⁵ KLARMAN, op. cit., p. 356.

⁶⁴⁶ A versão utilizada aqui é a publicada no site do canal público americano PBS: http://www.pbs.org/wnet/supremecourt/rights/sources_document2.html. [Acesso em: 7 de junho de 2013.]

autores e os eventos a que respondiam. Mas pode-se observar um certo padrão coletivo. Como o pensamento conservador esposado e formulado pela *NR* não tinha um posicionamento doutrinário sobre assuntos raciais, estes eram normalmente vistos como uma aplicação de princípios e posturas mais gerais, tais como os examinados nos dois capítulos anteriores. Não obstante, da mesma maneira como a realidade da segregação representava uma flagrante contradição aos próprios princípios constitucionais americanos, a tentativa da *National Review* de dar conta de uma questão que envolvia política, cultura e moralidade não foi isenta de tensões e alguns debates internos. Por isso mesmo, ela pode ser muito instrutiva quanto aos desafios de se manter uma identidade claramente conservadora e de oposição num momento em que o país começa a entrar novamente num período agudo de reivindicações reformistas.

Não chega a ser surpreendente, portanto, que uma das primeiras referências da *NR* para compreender a luta antissegregacionista fosse uma das grades interpretativas favoritas da publicação nos anos 50, o anticomunismo. E nisso, como de costume, James Burnham inaugura a análise. Por exemplo, em sua coluna de 22 de fevereiro de 1956, ele analisa as estratégias comunistas de atuação num ambiente político que lhes é pouco favorável, notadamente as frentes unidas e as frentes populares, que implicavam alianças com movimentos de outras orientações ideológicas. Ao comentar a situação nos EUA daquele momento, tendo descrito o “antimacarthismo” como uma dessas frentes, Burnham diz:

A respeito das liberdades civis e das questões raciais, o Frentismo Popular mantém silêncio sobre as metas peculiares aos comunistas, o apelo a objetivos amplos e vagos, e a constante tentativa de trabalhar com ou em organizações não comunistas. Desta forma, as operações comunistas diretas acerca da questão negra encontram-se largamente abandonadas em favor do apoio e infiltração da *National Association for the Advancement of Colored People* [a *American Civil Liberties Union*, a *Americans for Democratic Action*, a *League of Women Voters*⁶⁴⁷], e várias organizações acadêmicas.

Mas levaria mais de um ano para essa acusação de presença comunista ser elevada ao nível de uma manipulação clara e subversiva do chamado problema negro. Esse tipo de *red baiting* teve como autor ninguém menos que Richard Weaver, autor de *Ideas have consequences*⁶⁴⁸ e, junto com Russell Kirk, um dos principais nomes do conservadorismo de vertente tradicionalista. Em uma resenha intitulada “Integration is Communization”, publicada na seção *Book Reviews* de 13 de julho de 1957, Weaver vai além das suspeitas de Burnham. Ao comentar um livro a respeito do *apartheid* na África do Sul, no qual o autor,

⁶⁴⁷ Organização cívica fundada em 1920 com o objetivo de aumentar o papel político das mulheres, que então tinham acabado de ganhar o direito de voto por meio da Décima-Nona Emenda. Embora de caráter não partidário, a Liga usualmente toma posição sobre questões de interesse público.

⁶⁴⁸ Cf. o capítulo 3, seção 3.2.1.

Leo Kuper, observava uma redefinição do comunismo local em termos raciais por conta da ordem racista em vigor naquele país, Weaver escreve:

Os comunistas são hábeis o suficiente na guerra para saber que o seu objetivo pode ser abordado de diferentes modos. Eles sabem que algumas nações ainda são “atrasadas” demais para ver com entusiasmo a coletivização da sua economia. Estas nações devem ser conduzidas a ela por meios indiretos. E a tática comunista usada mais agressivamente agora neste país é [...] a ideia do “coletivismo racial”. Esta fase do processo de nivelamento ou obliteração pode ser apresentado agora com uma boa dose de unção moral. Além disso, tem a vantagem tática de minar a nossa estrutura constitucional histórica.

[...]

Podemos observar em um certo número de áreas como o “coletivismo racial” está sendo usado como um pé-de-cabra para afrouxar os direitos sobre a propriedade privada. Houve um tempo quando a posse de uma propriedade dava ao dono o direito de dizer para quem ele queria ou não vender e alugar. Mas agora, com a proibição dos pactos restritivos pela Suprema Corte (especialmente em *Shelley v. Kraemer*⁶⁴⁹), este direito foi invadido, se não efetivamente tirado. Houve um tempo em que os proprietários tinham completa liberdade de decisão quanto a quem iriam ou não empregar em seus negócios privados. Agora esse direito foi invadido por vários tipos de leis FEPC, que dizem a ele que não pode levar em consideração as diferenças de raça ao selecionar os seus empregados.⁶⁵⁰ Houve um tempo quando instituições educacionais privadas tinham o direito de *estabelecer* quaisquer padrões que escolhessem para a admissão de estudantes.⁶⁵¹ Agora pelo menos um estado tem uma lei que proíbe qualquer instituição de até mesmo aceitar candidaturas com dados relacionados à raça e à religião do estudante em questão. [...] É preciso ter uma educação muito sofisticada para não ver nisto uma erosão firme e até o momento bastante avançada dos direitos sobre a propriedade privada em conformidade com uma teoria racial comunista. Em boa parte deste processo, a Suprema Corte tem sido [...] o “cão corredor” do Kremlin.

A passagem fala por si. Weaver consegue pôr quase todos os avanços recentes na área de proteções legais contra a discriminação racial sob o mesmo rótulo de uma conspiração comunista contra o *direito à propriedade privada*. Em outras palavras, ele reduz todos eles a uma única chave interpretativa, desprezando a abordagem sociocultural normalmente esperada de um autor tradicionalista e a argumentação moral a favor de um tratamento igual e restritivos serem o primeiro item em sua lista de direitos atacados pelo “comunismo racial”, uma vez que Weaver, professor da Universidade de Chicago, vivia numa cidade em que,

⁶⁴⁹ Decisão da Suprema Corte proferida em 1948, segundo a qual os tribunais não podiam mais fazer valer os pactos restritivos quanto à questão de raça, uma vez que, embora tais acordos pudessem ser legais na qualidade de contratos privados, exigir na justiça o seu cumprimento equivaleria a requerer do Estado que entrasse em contradição com a Décima-Quarta Emenda. Detalhes do caso podem ser encontrados em http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC_CR_0334_0001_ZO.html. [Acesso em: 19 de junho de 2013.]

⁶⁵⁰ Sigla de *Fair Employment Practice Committee* (“Comitê de Prática Empregatória Justa”), a que aludimos supra.

⁶⁵¹ Um exemplo célebre desses critérios era a rejeição a judeus em universidades de prestígio, ainda em uso pelo menos até os anos 30 (e que, em Nova York, levou uma constelação de futuros intelectuais renomados de origem judaica a se concentrar no City College, CCNY, por ser uma das poucas instituições de ensino superior a não discriminá-los).

como se viu, era justamente essa prática a responsável por um alto nível de segregação espacial. É difícil crer que ele não soubesse que tais pactos tinham alvos específicos e de conhecimento geral. Mas, ainda assim, em nenhum momento ele defende essa e as outras práticas citadas com base em mais do que uma mera aplicação do direito de propriedade. Tratar-se-ia simplesmente da liberdade dos proprietários de dispor de seus bens com as condições que quiserem, diz ele, sem qualquer menção às restrições à liberdade sofridas por quem era objeto dessas modalidades de discriminação — e praticamente demonizando os que buscavam limitá-las por meio da associação com o detestado comunismo. “‘Integração’ e ‘comunização’ são praticamente sinônimos. À luz do que está acontecendo hoje, a primeira pode ser pouco mais que um eufemismo para a segunda”, diz ele, acrescentando que não ia grande distância entre “a ‘integração’ de instalações para a ‘comunização’ de instalações”.

Ao fim, no entanto, quando sumaria os pontos que defende, Weaver acrescenta um elemento além da crítica propriamente política, um “gancho” sugestivo:

- 1) A integração não é um fim em si. 2) A integração forçada iria ignorar a verdade de que os iguais não são idênticos. 3) Numa sociedade livre, as associações para propósitos educacionais, culturais, sociais e de negócio têm um direito a proteger a sua integridade contra o fanatismo político. A alternativa a isso é a destruição da sociedade livre e a substituição de suas funções pelo governo, o que é o sonho marxista.

O que quereria ele dizer com “os iguais não são idênticos”, no contexto de uma discussão supostamente sobre direito à propriedade? O artigo vem acompanhado de uma charge assinada pelo cartunista John Kreuttner, presença frequente na *National Review*. Neste caso, porém, incrustado no texto de Weaver, o que se vê é sugestivo: encimada pela inscrição “Antropologia ‘56”, uma figura vestida como um acadêmico, com beca e capelo, segura uma varinha professoral e aponta para um cartaz onde se lê “As raças do homem”. Neste veem-se três figuras absolutamente iguais, identificadas, respectivamente, como “Caucasiano”, “Negro” e “Mongol”. Na legenda, tem-se uma fala do personagem: “Primeiramente, eu quero pagar tributo à exaustiva pesquisa que nosso time de cientistas preparou para este cartaz, permitindo-nos esclarecer nosso pensamento e eliminar certas concepções errôneas.” Por mais que o argumento do texto evoque questões políticas e constitucionais, a charge claramente ironiza a ideia de igualdade racial em tons *racialistas*, evocando as tipologias raciais que

estiveram tão em voga no século XIX e no começo do XX, mas já tinham sido rejeitadas pela comunidade científica desde algum tempo.⁶⁵²

Não seria a última vez que esse tipo de sugestão seria encontrada em *National Review*, embora fosse muito raro vê-la com tanta clareza. Nos anos 1960, como se verá adiante, algumas discussões sobre a *biologia* da raça apareceriam nas páginas da revista, ainda que de forma um tanto oblíqua; nos 1950, porém, o que se observa é a prevalência de argumentos *políticos*, numa linguagem muito próxima da usada contra o centralismo liberal. As premissas dessa abordagem já podem ser encontradas, por exemplo, na ideia de James Burnham acerca de uma “ditadura nordestina que por tanto tempo tem governado a nação”,⁶⁵³ e que se opunha ao modo de vida tradicional que os segregacionistas — e *National Review* com eles — julgavam ser seu direito preservar a qualquer custo. Nesse contexto, *Brown v. Board of Education* é interpretada como mais uma manifestação das mazelas gerais do regime liberal. Vejamos alguns exemplos.

Em 18 de abril de 1956, em artigo da seção “The Week” intitulado “Return to States Rights”, Buckley faz uma rara crítica aos “defensores dos direitos dos estados”, apontando uma contradição básica em seu discurso:

Por um número de anos, tem sido um axioma da ciência política americana que a questão dos direitos dos estados foi resolvida cem anos atrás. Segue-se que o principal filósofo do lado perdedor, John C. Calhoun, continua virtualmente não notado; pois brilhante como ele reconhecidamente era, a História o julgou uma aberração política, e a História fala de forma decisiva.

E, no entanto, somos lembrados, os defensores modernos dos direitos dos estados falam com vozes vazias. Seus oportunismo os traiu. Eles são a favor dos direitos dos estados quando o governo federal agita pelo cumprimento de políticas com as quais eles discordam. Mas quando o governo federal se propõe prodigalizar seus encantos econômicos sobre um determinado estado, a resistência desaparece. [...] Quando uma Tennessee Valley Authority⁶⁵⁴ é proposta, fala-se da Comunidade, da União, da irmandade básica entre o coletor de algodão do Delta e o cervejeiro de Milwaukee. Quando o assunto é uma lei federal contra o imposto *per capita*,⁶⁵⁵ fala-se do Grande Estado Soberano do Tennessee, de seus Direitos e Privilégios Inalienáveis.

⁶⁵² Gunnar Myrdal, em *An American dilemma*, de 1944, discute com profundidade as teorias racialistas que circularam pelos EUA e os seus pontos fracos. Cf. os capítulos 4 (“Racial beliefs”), 5 (“Race and ancestry”) e 6 (“Racial characteristics”).

⁶⁵³ “Notes from the Gulf Coast”. *NR*, 06/6/1956.

⁶⁵⁴ A Autoridade do Vale do Tennessee (TVA, na sigla em inglês) é uma estatal Americana criada no governo de Franklin Roosevelt com a finalidade de gerar energia elétrica e promover o desenvolvimento econômico na dita região, então fortemente afetada pela Depressão. Ela atua não apenas no próprio Tennessee, como também em porções dos estados vizinhos de Kentucky, Alabama, Carolina do Norte, Geórgia e Virgínia. Cf. o folheto *TVA at a glance*, disponível em http://www.tva.com/abouttva/pdf/tva_glance.pdf. [Acesso em: 23 de junho de 2013.]

⁶⁵⁵ O imposto *per capita* ou *poll tax* era cobrado de todos aqueles que pretendiam exercer o direito de voto. Nalguns estados do Sul, ele chegava a ser cumulativo: o eleitor que deixasse de votar numa determinada eleição, teria, ao comparecer na próxima, pagar as taxas da anterior e da atual. Esse era um dos vários artifícios pelos quais os negros sulistas, em grande parte pobres oriundos da zona rural, eram mantidos como uma minoria insignificante do eleitorado, mesmo nos estados onde tinham maioria demográfica.

Para ele, *Brown* podia “ter o efeito de sacudir *states-righters* incipientes de seu torpor oportunista” e podia ser uma boa ocasião para discutir a questão dos limites entre as autoridades estadual e a federal. Afinal, conclui, “Nós acreditamos que, se existe tal coisa como uma salvaguarda mecânica para a liberdade, é a descentralização política”.

A seção “The Week” de 15 de setembro de 1956 é particularmente rica de textos tratando dos problemas em torno de *Brown*. Três deles tratam dos incidentes em Clinton, Tennessee, uma cidade de apenas 4 mil habitantes onde a escola secundária local, a Clinton High School, recebeu ordem judicial para dessegregar o corpo discente — ou seja, de aceitar a matrícula de estudantes negros. Assim, uma dúzia de novos alunos se matriculou sem maiores incidentes no dia 20 de agosto. Infelizmente essa tranquilidade só durou até o fim de semana seguinte, quando militantes pró-segregação chegaram à cidade e começaram a organizar um protesto de massa e piquetes. Um dos líderes disso era John Kasper, membro de uma filial da organização segregacionista *White Citizens Council*, criada em 1954 em reação a *Brown*. Logo após o primeiro dia de aula, 26 de agosto, quando os “Doze de Clinton” fizeram história como os primeiros estudantes negros a integrar uma escola secundária pública no Sul, os problemas começaram. Atiçados por Kasper, uma multidão de brancos indignados começou a fazer ameaças e criar tumulto, levando, no dia 29, um juiz federal a emitir uma ordem de restrição para que o líder segregacionista e os seus seguidores deixassem a escola em paz. Kasper desobedeceu e desdenhou publicamente da medida, pelo que foi preso por desacato e sentenciado a um ano de prisão. Apesar disso, a discórdia já estava semeada: nos primeiros dias de setembro, uma revolta popular tomou conta de Clinton. Carros foram virados, janelas foram quebradas, bananas de dinamite foram lançadas no bairro negro, e houve ameaças de bombardear a prefeitura. Sem controle da situação, as autoridades locais pediram ajuda ao governador, que mobilizou a polícia estadual e a Guarda Nacional para manter a ordem. Com a presença de tanques de guerra e um efetivo de 600 guardas (equivalente a 15% da população da cidade), a intervenção fez a violência diminuir, mas sem eliminá-la: ao longo de todo o outono de 1956, cruzes em chamas no quintal de professores da Clinton High School, tiros contra as casas de estudantes negros e mesmo explosões de dinamite se tornaram parte do que era até então uma cidade pacata de interior. E, em 1958, a própria escola sofreu um atentado a bomba, vindo a ser reconstruída em um mutirão promovido pelo célebre pregador evangélico, Billy Graham.⁶⁵⁶

⁶⁵⁶ WEST, Caroll van. CLINTON DESEGREGATION CRISIS. In: THE TENNESSEE Encyclopedia of History and Culture. Version 2.0. Disponível em: <http://tennesseeencyclopedia.net/entry.php?rec=279>. Em 1957, o

Diante de uma situação tão grave, *National Review* apresentou um diagnóstico claro das responsabilidades pela crise. A primeira nota de “The Week”, que abre a edição de 15 de setembro, já dá o tom da abordagem geral (grifos nossos):

Aqueles que ao longo de muitos anos têm sido obcecados com a imagem da América no além-mar farão bem em ponderar um subproduto da tentativa da Suprema Corte de impor à sociedade *noções doutrinárias quanto à relação social adequada entre as raças*. Por anos, americanos incomodados lamentaram a disponibilidade para os comunistas de fotografias assinalando salas de espera para “Branco” e “De cor”. Agora, sob o *Ato de Reforma Interracial dos Ideólogos* de 1954, os comunistas podem exibir fotografias de tanques passando por ruas sulistas, de cordões de soldados brandindo baionetas desembainhadas contra seus vizinhos.

Não se fala dos atos dos segregacionistas que motivaram a intervenção. A violência usada e o impacto que tinha sobre a vida dos habitantes também não é mencionada — provavelmente por se supor que já fosse do conhecimento do público leitor. Contudo, a raiz do problema está clara: trata-se da decisão da Suprema Corte, e não do racismo. *Brown* era fruto de *ideologia*, e não a mera aplicação de princípios constitucionais e morais tomados como pressupostos pela maior parte dos americanos. Embora o termo não apareça, está claro que a opção ideológica por trás da decisão de 1954 é a nênese conservadora, o liberalismo, desafiado já na nota seguinte:

Uma ordem federal ordenou a John Kasper, “um segregacionista de Washington, D.C.”, como a Associated Press o identifica, a desistir de interferir na integração da Clinton, Tennessee, High School. O Sr. Kasper, contudo, continua a se opor e a convidar oposição à integração; pelo que a corte o enquadrou por desacato, o sentenciou, e lá vai ele passar um ano na cadeia. Estamos interessados em ouvir uma opinião legal especializada quanto ao mandado da corte; pois nos perguntamos se o encarceramento do Sr. Kasper lança luz sobre as liberdades civis dos “segregacionistas”. Talvez a American Civil Liberties Union seja capaz de esclarecer a confusão.

Note-se que um dos vícios atribuídos aos liberais pela *NR* diz respeito ao uso de um padrão moral dúplice, mesmo quando diziam clamar pela igualdade perante a lei. Aqui, ao citar a ACLU, organização normalmente associada ao liberalismo, a ironia está posta: iriam liberais dar um passo à frente para defender a liberdade de expressão — o ponto forte da organização — de alguém com opiniões antiliberais como Kasper? É interessante, no entanto, ver que a revista *não* dá seu apoio a Kasper. Isso seria enfatizado na edição seguinte, 21 de setembro, numa “carta aberta” assinada pelos editores, quando Kasper mais uma vez foi preso, agora em Nashville, Tennessee. Após dizerem que preferiam que os sulistas fossem

deixados em paz tanto por Kasper quanto pela NAACP, os editores de *National Review* são diretos: “Nós preferimos pensar que a cadeia é um bom lugar para você”. E repetem a alfinetada anterior, dizendo a Kasper que a ACLU, que já tinha defendido comunistas em nome da liberdade de expressão, certamente não faria exceção ao seu caso.⁶⁵⁷

Voltando a Clinton, na mesma seção, na página seguinte, uma nota não-assinada de Buckley comenta (grifos nossos a partir da décima linha):

É provavelmente verdade que rufiões congênitos e cabeças quentes têm aparecido com abundância nos feitos em Clinton, Tennessee. Mas é também verdade, e nada há a ganhar por se tapar os olhos a isso, que a maioria dos cidadãos de Clinton, Tennessee, *não* é de rufiões e cabeças quentes. Eles, juntamente com a esmagadora maioria das pessoas brancas no Sul Profundo,⁶⁵⁸ são homens de boa vontade e equilibrados, apaixonadamente convencidos de que não existe um mal inerente na segregação social, e que a Décima Emenda da Constituição dos Estados Unidos os protege explicitamente da interferência federal em questões locais. Portanto, por uma questão de princípio, eles estão determinados a resistir à implementação de *uma decisão judicial que desmantela o que eles entendem serem as bases de sua sociedade*.

Está infelizmente na natureza das coisas que em tais situações os demagogos se movem com facilidade. Mas *posição do Sul não deve ser identificada com a grosseria de alguns campeões da segregação*. [...] Em essência, [trata-se da] determinação de resistir à autoridade central; de insistir no autogoverno. *O Sul seria mais convincente se esse espírito animasse uniformemente suas relações com Washington*.⁶⁵⁹

A questão da segregação é apresentada, então, à luz da resistência ao poder central, tema caro aos conservadores na época pós-New Deal. O que está em jogo é uma questão de *liberdade negativa*,⁶⁶⁰ sem comentários sobre o mérito da integração racial em si. Que a integração forçada seria só mais uma demonstração do autoritarismo liberal era uma das ideias dominantes da abordagem da revista quanto às lutas raciais nos EUA. Dessa forma, nesse início do movimento pelos direitos civis, *National Review* podia apoiar o Sul segregacionista sem se comprometer com as teses raciais que formavam a justificativa teórica desse sistema. Infere-se que a segregação era defensável segundo princípios conservadores, desde que o fosse de forma polida e não com demagogia à moda de Kasper. E, como Buckley demonstra ao fim de seu artigo, podia-se usar essa mesma defesa da autonomia estadual/local para alfinetar os sulistas por não terem a mesma postura “libertária” noutros campos de seu relacionamento com o governo federal, tema que já tinha aparecido alguns meses antes.

⁶⁵⁷ Open letter to John Kasper. *NR*, 21/9/1957.

⁶⁵⁸ O “Sul Profundo” é geralmente identificado com os estados de Alabama, Mississippi, Louisiana, Geórgia e Carolina do Sul, onde a segregação racial era mais forte.

⁶⁵⁹ Clinton. *NR*, 15/9/1956.

⁶⁶⁰ V. seção 3.1.

Esse argumento de que *Brown* pecava pelo centralismo autoritário liberal, antes de tudo, seria recorrente ao longo de toda a década de 1950, embora aparecesse mais nos primeiros anos da revista, à luz de polêmicas como a de Clinton. Por vezes, a decisão em si era apenas tangencial ao problema, como quando o Senado começou, em julho de 1957, a discutir uma nova lei de direitos civis, que acabaria por ser promulgada três meses depois. Uma das provisões do então projeto de lei era de que casos de desobediência a uma ordem judicial federal não teriam direito a um julgamento por júri. Ora, como aponta o artigo *Cannibalistic rights*, de 20 de julho de 1957, se os réus fossem inocentados pelo júri inteiramente branco que iria julgá-los (o que era costumeiro no Sul), “os Liberais vão se agarrar [ao veredito] para gritar ‘Eu não disse?’. E vão usar todo veredito desse tipo para apoiar a proposta de abolição do julgamento por júri em tais casos”, na prática usando um direito civil “menor” (não especificado) para destruir outro “maior”. Como se não bastasse, tal iniciativa ainda poria em risco a Primeira Emenda, base constitucional da liberdade de expressão, pois no caso os “dezesseis réus [dos distúrbios em Clinton] foram culpados, no máximo, de deixarem suas capacidades vocais voarem. O que resultou foi pouco mais que uma briga de rua, que poderia ter sido resolvida pela lei local”. Se esse mesmo raciocínio fosse levado ao pé da letra, conclui o artigo, aqueles que advogavam a resistência a leis que consideravam inconstitucionais melhor fariam em “calar-se”, sob pena de serem presos sem direito a júri.⁶⁶¹ Dessa forma, infere-se, os direitos civis poderiam ser manipulados para impor uma agenda aparentemente reformista, mas na prática autoritária e destruidora de liberdades. Mais um exemplo da tese conservadora de que a aparente generosidade do liberalismo podia ser muito mais prejudicial que benéfica.

Todavia, esse mesmo mês de julho de 1957 marca uma virada na abordagem da questão racial por parte da *National Review*. Já se viu como o artigo de Richard Weaver deixa nas entrelinhas brechas para uma leitura relacionada não só à questão do equilíbrio de poder entre estados e governo federal — até aí, o fundamento das críticas da revista a *Brown v. Board of Education* — mas ao cerne da questão racial em si. Mas o que era uma sugestão discreta em Richard Weaver ganha contornos mais claros em outros artigos publicados em julho e também agosto.

Na edição de 27 de julho, duas semanas após o artigo de Weaver, o correspondente da *NR* em Washington, Sam M. Jones, publica uma entrevista em duas páginas com o senador Richard Russell, democrata da Geórgia e líder da oposição ao projeto de lei de direitos civis

⁶⁶¹ *Cannibalistic rights*. *NR*, 20/7/1957.

avanzado pelo governo de Eisenhower. Entrevistas desse tipo não eram muito comuns na *NR*, e duas páginas eram bastante espaço para os padrões da revista na época. Nele, Russell explica o porquê de sua oposição à nova lei e faz duros ataques às iniciativas pela integração racial então em voga. E ao longo da entrevista, ele também passa de argumentos federalistas para outros de natureza bem diversa (grifos nossos):

P[ergunta]. Senador, independentemente do projeto sobre Direitos Civis passar ou não, ele fornece alguma solução de fato para o problema racial?

R[esposta]. O problema primário não é racial. Não apenas o Sul, mas o país inteiro hoje está ameaçado pelo ataque constante à nossa lei fundamental e ao nosso sistema de governo. Este é o problema primário.

Espera-se que o Congresso redija as leis. Mas agora descobrimos que a Suprema Corte está redigindo mais leis que o Congresso. Ela tem constantemente invadido o domínio do Congresso. Há grande preocupação em toda a nação porque as recentes decisões da Corte são legislativas em vez de judiciais, e a Corte está além do alcance dos eleitores do país. Ela tem tomado decisões que derrubam as leis dos estados e das unidades locais de governo. [...]

P. Voltando à questão específica do projeto de Direitos Civis, o senhor sente que existe alguma solução real para o problema racial por meio de decretos legislativos ou judiciais?

R. Toda a história humana nos ensina que os problemas da natureza devem ser resolvidos pela evolução e não pela revolução. Faz agora noventa e dois anos desde a Guerra entre os Estados.⁶⁶² Isso é um tempo enorme na vida de uma pessoa, mas um intervalo muito curto na vida de uma nação ou no desenvolvimento de uma grande civilização. O progresso que tem sido feito no Sul por meio da evolução do entendimento mútuo durante esse período não tem paralelo na história. *Não existe outro lugar no mundo onde o negro tenha alcançado tanto como no Sul.* Nós ouvimos muita coisa sobre a igualdade social fora do Sul, mas ela é superficial, quando não hipócrita. O homem ou a mulher branca do Norte não está melhor disposto a confraternizar com os negros, a convidá-los para suas casas, ou a encorajar seus filhos a casar com alguém de cor, do que as pessoas no Sul. Economicamente, o Norte tem dado ao negro a ilusão da igualdade, mas o fardo do negro médio nas grandes cidades de Nova York, Chicago e Washington revela a falsidade irônica e trágica da ilusão.

Em contraste, Atlanta, Geórgia, uma cidade segregada, não apenas tem um número imponente de milionários negros, mas muitos milhares de pessoas de cor que têm alcançado um status econômico confortável, que foram bem educadas, que ganharam autorrespeito e o respeito dos cidadãos brancos. [...]

P. Em seu recente discurso no Senado, o senhor se referiu ao projeto dos Direitos Civis como a “peça legislativa mais astuta e engenhosa jamais elaborada” que já viu, e a comparou com as leis passadas durante o Congresso da Reconstrução, que o senhor disse ter posto “saltos negros sobre pescoços brancos”. As pessoas do Sul temem a dominação política por parte do negro ou a miscigenação ou ambos?

R. *Ambos.* Como o senhor sabe, Sr. Jones, existem algumas comunidades e alguns estados onde o potencial de votação do negro é muito grande. *Nós desejamos evitar a todo custo uma repetição do período da Reconstrução, quando escravos recém-libertos faziam as leis e impunham a obediência a elas.* Nós temos sentimentos ainda mais fortes quanto à miscigenação ou amalgamação racial.

⁶⁶² Essa é a denominação usual no Sul para o que geralmente é conhecido como Guerra Civil Americana ou Guerra de Secessão.

A experiência de outros países e civilizações tem demonstrado que a separação das raças, biologicamente, é altamente preferível à amalgamação.

Eu não sei de nada na história humana que nos leve a concluir que a miscigenação é desejável.

[...]

P. *O senhor acredita que a integração escolar seria um passo rumo à miscigenação em massa no Sul?*

R. Sim, um longo e insidioso passo em direção a ela. Mas isso não é tudo. Como o senhor sabe, Sr. Jones, as escolas públicas nesta capital têm tido algumas tristes experiências desde que a integração foi imposta ao povo do Distrito de Columbia. *O aproveitamento escolar tem caído de forma aguda, a delinquência juvenil tem aumentado enormemente e as autoridades acharam necessário abandonar praticamente todas as atividades sociais* que eram um aspecto colateral normal tanto em escolas brancas como em negras antes da dessegregação.

P. Tal como eu entendo, senador, o projeto dos Direitos Civis está diretamente relacionado com a integração escolar, e a certas decisões da Suprema Corte. O senhor sente que que ele representa uma invasão maior dos direitos civis dos cidadãos brancos do Sul?

R. Deixe-me responder sua pergunta desta maneira, Sr. Jones. Primeiro, a gente branca do Sul sente profundamente que tem sido representada de forma errônea. *Eles sentem que têm lidado com o problema racial mais grave neste país de forma justa e que têm feito grandes sacrifícios para isso.*

Segundo, deixe-me lembrá-lo de que levou mais de oitenta anos para se restabelecer os valores fiscais que existiam na Geórgia antes da Guerra entre os Estados. E ainda assim, apesar das durezas e sacrifícios, o estado emitiu títulos para fornecer sistemas separados nas escolas públicas. *Elas têm sido iguais e em muitos casos, hoje, as escolas negras são mais modernas em melhor equipadas que as brancas. E os professores negros recebem salários iguais. Esta situação não é verdadeira só no meu estado; é a situação predominante em todo o Sul.* Nenhum povo dotado de animosidade contra uma outra raça teria feito isso. É um exemplo concreto de boa vontade.

Terceiro, disseram-nos da noite para o dia que somos opressores do negro, que nossas tradições e costumes são obsoletos, que nossas leis estaduais são ilegais e que devemos nos render incondicionalmente ao *ukase*⁶⁶³ da Suprema Corte, cujos membros não são escolhidos pelo povo, mas indicados pelo presidente, e que só podem ser removidos por *impeachment*.

Esse é um discurso típico dos defensores da segregação no Sul, já devidamente documentado, entre outros exemplos, uma década antes por Gunnar Myrdal em *An American dilemma*. No que toca a algumas afirmações factuais, Russell repete dados divulgados no ano anterior em matéria do próprio Sam M. Jones a respeito de um relatório publicado pelo Subcomitê Davis, do Senado, que investigava a delinquência juvenil. Nele, apontava-se uma correlação forte entre a integração racial nas escolas de Washington, D.C., e o aumento da “evasão das aulas, roubo, vandalismo e ofensas sexuais” em escolas integradas, além da necessidade de vigilância constante por conta das tentativas dos alunos negros de ambos os sexos de “molestamento” de garotas brancas.⁶⁶⁴ Isso aparentemente confirmava os temores de

⁶⁶³ *Ukase* pode ser traduzido como um decreto com força de lei por parte de um czar ou governo da Rússia, tendo adquirido em inglês o sentido de uma imposição arbitrária e irrecorrível.

⁶⁶⁴ Caution: integration at work. *From Washington Straight*. NR, 06/10/1956.

muitos brancos a respeito dos perigos da proximidades de negros em relação a suas crianças. Não se encontrou no entanto, um repetição dessa linha de raciocínio na cobertura da revista, que em todo caso estava citando uma investigação do Congresso. Mas é sugestivo que tenha recebido uma página inteira não muito tempo depois da entrevista com o senador Richard Russell.

Mesmo o tom triunfalista quanto aos esforços sulistas para resolver o problema racial não era de todo estranho à cobertura da revista: em fins de 1956, *National Review* trazia um artigo de Guy Ponce de Leon com vários exemplos de países com problemas raciais (Brasil, inclusive) e concluía que “os Estados Unidos estão *à frente* do resto do mundo na busca pela justiça racial”.⁶⁶⁵

Se há algo de notável no conteúdo das declarações de Russell a *National Review*, é apenas a sua franqueza ao expor as crenças que orientavam a atuação de seu bloco político na questão da integração promovida pelo Estado — incluindo o tabu supremo do Sul, a miscigenação racial. Entretanto, em se tratando de uma revista também *jornalística*, a publicação das opiniões do senador chama a atenção pelos efeitos que *não* teve, a saber: uma réplica, contraponto ou verificação de dados. Não seria difícil, por exemplo, apurar que o que Russell afirma sobre a qualidade das escolas e o salários dos professores negros em relação ao dos brancos não era nem de longe a realidade predominante no Sul — qualquer que fosse o ponto de vista que se tivesse sobre questões mais intrincadas de biologia. Ainda em 1952, quando os casos de *Brown* já estavam tramitando na justiça, os gastos da maioria dos estados sulistas com cada aluno negro eram consistentemente apenas uma fração dos gastos com alunos brancos de nível equivalente (embora maiores que no início dos anos 40). Na Geórgia do senador, por exemplo, cada aluno negro representava 68% das despesas de um branco, enquanto nos extremos tinha-se a Carolina do Norte, com 85%, e o Mississippi, com 30%. Além dessa questão financeira por aluno, havia outras, como uma maior tendência de os negros terem de se servir de escolas de apenas uma sala e um único professor; a menor formação dos professores (para o biênio 1944-1945, a porcentagem dos que tinham graduação universitária era de 10%, contra 54% dos brancos), e uma disparidade sensível na qualidade das instalações físicas das escolas. Muito embora as estatísticas estivessem melhorando durante a década de 1950, se comparadas à anterior, a excelência de condições “em todo o Sul” descrita por Russell não passava de uma fantasia.⁶⁶⁶ Por conseguinte, numa revista

⁶⁶⁵ The myth we call “abroad”. *NR*, 17/11/1956.

⁶⁶⁶ CLOTFELTER, Charles T. *After Brown: the rise and retreat of school desegregation*. Princeton: Princeton University Press, 2004, p. 15-6. [Edição Kindle.]

pautada pela controvérsia e a oposição às opiniões hegemônicas, chama a atenção a ausência de contraponto ao senador. Se este tivesse se restringido apenas ao argumento dos direitos dos estados, nada haveria a objetar, já que se tratava da linha editorial da revista na questão; mas, como Russell foi bem além disso e fez afirmativas questionáveis numa matéria de destaque (a coluna de Sam Jones normalmente era de uma só página), é de se supor que a revista tinha interesse o bastante no assunto a ponto de levá-la, se quisesse, a dar-lhe seqüência. Mas isso não aconteceu, pelo menos não publicamente:⁶⁶⁷ embora um dos biógrafos de Buckley afirme que ele teria ficado “furioso” ao saber que a entrevista com Richard Russell havia sido impressa — uma vez que ele desejava manter a *NR* afastada dos grupos segregacionistas — o silêncio sobre esse lapso editorial se mostraria bastante coerente à luz da maneira como a revista continuou a abordar a batalha entre integração e segregação nos dois meses seguintes.

À medida que o projeto da nova Lei de Direitos Civis foi avançando no Congresso, e sobrevivendo à oposição de sulistas como Richard Russell e seu colega de Senado, Strom Thurmond, a questão do direito ao júri foi novamente levantada, e os senadores acabaram por derrubar a proposta original de cassá-lo nos casos de desobediência a ordens judiciais federais. Retomando a questão do perigo desse tipo de lei, que estabelecia exceções a direitos consagrados,⁶⁶⁸ Buckley decidiu tratar a situação, e a dos direitos civis no Sul em geral, de forma muito mais enfática e incisiva. Não se tratava apenas da questão específica de *Brown v. Board of Education*, embora fosse também isso; tratava-se de abordar a contestação às práticas sulistas por meio do uso do Estado em geral, mesmo no caso da proteção ao direito de voto, previsto no projeto da Lei de Direitos Civis proposto por Eisenhower. Afinal, o Sul estava cada vez mais na berlinda por conta de decisões vindas de Washington e as disputas em torno do equilíbrio de poder, e por extensão do significado da democracia, estavam na ordem em pauta. Para dar conta disso, Buckley acabaria por escrever o que foi provavelmente o mais controverso de seus editoriais,⁶⁶⁹ e que seria lembrado pelos seus críticos até o fim de sua vida:⁶⁷⁰ *Why the South must prevail* (“Por que o Sul deve prevalecer”).

⁶⁶⁷ TANENHAUS, Sam. Original sin: why the GOP is and will continue to be the party of white people. *The New Republic*. 10 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/112365/why-republicans-are-party-white-people>. [Acesso em: 15 de julho de 2013.]

⁶⁶⁸ Note-se que Buckley, como se viu nos capítulos 3 e 4, nunca teve o mesmo problema quando se tratava de comunistas e a Primeira Emenda.

⁶⁶⁹ O texto é não assinado, embora a autoria seja amplamente conhecida.

⁶⁷⁰ Alguns exemplos, entre muitos, colhidos na Internet: RENDALL, Steve. William Buckley, rest in praise: Glowing obits obscure an ugly record. *Fair: Fairness and Accuracy in Reporting*. 01/6/2008. Disponível em: <http://fair.org/extra-online-articles/william-f-buckley-rest-in-praise/>; VELEZ, Denise Oliver. A raft for racists: the *National Review*, from Buckley through Derbyshire and beyond. *Daily Kos*. 15/4/2012. Disponível em: <http://www.dailykos.com/story/2012/04/15/1083148/-A-raft-for-racists-The-National-Review-from-Buckley-through-Derbyshire-and-beyond>; TANENHAUS, op. cit. A versão original na íntegra está transcrita em

O evento mais importante das últimas três semanas foi a notável e inesperada votação pelo Senado a favor da garantia aos réus numa ação criminal de desacato o privilégio de um julgamento por júri. [...]

...Nesse sentido, a votação foi uma vitória conservadora. Pois seu efeito é — e vamos ser diretos sobre isso — permitir a um júri modificar ou descartar a lei em circunstâncias tais que, no julgamento do júri, requeiram uma interposição tão grave entre a lei e o seu violador.

De que tipo de circunstâncias estamos falando? Mais uma vez, falemos francamente. O Sul não quer privar o negro de um voto pelo prazer de privá-lo do voto. Os cientistas políticos afirmam que as minorias não votam como uma unidade. As mulheres não votam em bloco, defendem eles; nem os judeus, ou os católicos, ou os trabalhadores, ou os nudistas — tampouco os negros; nem irão os negros com direito de voto do Sul.

Se isso é verdade, o Sul não irá criar obstáculos para que o negro vote — e por que o faria, se o voto negro, meramente infla o volume, mas não afeta a proporção dos votos? Em algumas partes do Sul, a comunidade branca tenciona meramente prevalecer em qualquer questão na qual haja discordância coletiva entre negro e branco. A comunidade branca tomará quaisquer medidas que forem necessárias para se certificar de que obterá o que quer.

Quais são as questões? É a integração escolar uma delas? A NAACP e outros insistem que os negros, como uma unidade, querem escolas integradas. Outros discordam, alegando que a maioria dos negros aprova a separação social das raças. E se a NAACP tiver razão, e o assunto for votado em uma comunidade na qual os negros predominam? Os negros iriam, de acordo com os processos democráticos, vencer a eleição; mas este é o tipo de situação que a comunidade branca não irá permitir. A comunidade branca não contará o voto marginal negro. O homem que não o contou será apresentado a um júri, alegará inocência, e o júri, após deliberação, o declarará inocente. Um juiz federal, em situação similar, pode julgar o réu culpado, um julgamento que afirmaria a lei e seria conforme as abstrações políticas relevantes, mas cujas consequências poderiam ser violentas e anárquicas.⁶⁷¹

É curioso notar, nesse prólogo, como Buckley trata a questão da segregação em termos neutros. Não discute os motivos dessa determinação branca em não deixar os negros “prevalecerem” — o que provavelmente aconteceria muito mais no nível local do que no estadual, segundo a proporção demográfica entre ambas as raças. Seu raciocínio apenas toma isso, pragmaticamente, como dado.

Ele prossegue (grifos nossos):

A questão central que emerge — e ela não é uma questão parlamentar ou uma que se responde meramente se consultando um catálogo dos direitos dos cidadãos americanos, nascidos Iguais [*sic*] — é se a comunidade branca do Sul tem o direito de tomar tais medidas quais sejam necessárias para prevalecer, política e culturalmente, em áreas nas quais ela não predomina numericamente. A resposta ensobrecedora é *Sim* — a comunidade branca tem esse direito porque, no momento, ela é a raça avançada. Não é fácil, e é desagradável, reunir estatísticas evidenciando a superioridade cultural média do branco sobre o

http://www.j-bradford-delong.net/movable_type/2005-3_archives/001467.html e em <http://adamgomez.files.wordpress.com/2012/03/whythesouthmustprevail-1957.pdf>, além de no arquivo virtual dos papéis de Buckley no site do Hillsdale College: <https://cumulus.hillsdale.edu/Buckley> [Acesso em: 25 de junho de 2013.]

⁶⁷¹ NR, 24/8/1957.

negro: mas é um fato que salta aos olhos, que não pode ser ocultado por igualitaristas e antropólogos sempre tão ocupados. A questão, até onde diz respeito à comunidade branca, é *se as exigências da civilização superam aquelas do sufrágio universal*. Os britânicos acreditam que sim, e agiram de acordo, no Quênia, onde a escolha era dramaticamente entre a civilização e a barbárie, e em outras partes;⁶⁷² o Sul, onde o conflito não é de forma alguma dramático como no Quênia, no entanto, percebe diferenças qualitativas importantes entre a sua cultura e a dos negros, e tenciona afirmar a sua própria.

NATIONAL REVIEW acredita que as premissas do Sul estão corretas. *Se a maioria quer o que é socialmente atávico, então impedir a maioria pode ser, embora antidemocrático, lúcido*. É mais importante para qualquer comunidade, em qualquer lugar do mundo, afirmar e seguir padrões civilizados do que se curvar às demandas da maioria numérica. Às vezes, torna-se impossível afirmar a vontade de uma minoria, em cujo caso ela deve ceder, e a sociedade irá regredir; às vezes, a minoria numérica não pode prevalecer senão pela violência: então ela deve determinar se a prevalência de sua vontade vale o preço terrível da violência.

O axioma sobre o qual muitos dos argumentos em apoio da versão original do projeto dos Direitos Civis foram baseados foi o do Sufrágio Universal. Todos na América têm direito ao voto, ponto. Nenhum direito antecede esse, nenhum obrigação se subordina a ele; desta premissa todo o resto deriva.

Isto, é claro, é demagogia. Pessoas de vinte anos geralmente não votam, e não se argumenta seriamente que a diferença entre as pessoas de 20 e de 21 anos é a diferença entre a escravidão e a liberdade.⁶⁷³ Os residentes no Distrito de Columbia não votam: e a população de D.C. aumenta em razão geométrica. Milhões que têm o voto não se importam em exercê-lo; milhões que o têm não sabem como exercê-lo e não se importam em aprender. *A grande maioria dos negros do Sul que não votam, não se importam em votar, e não saberiam por que votar se pudessem fazê-lo*. Números imensos de brancos no Sul não votam. O sufrágio universal não é o começo da sabedoria ou da liberdade. Limitações razoáveis ao direito de voto não são recomendações exclusivas de tiranos ou oligarcas (Jefferson era algum dos dois?). O problema no Sul não é como obter o voto para o negro, mas como equipar o negro — e um grande número de brancos — para depositar um voto lúcido e responsável.

O Sul enfrenta um desafio moral grave. Ele não deve explorar o fato do atraso do negro para mantê-lo como uma classe servil. É tentador e conveniente bloquear o progresso de uma minoria cujos serviços, como subempregados, são economicamente úteis. Que o Sul nunca se permita fazer isso. *Enquanto ele estiver meramente afirmando o direito de impor costumes superiores durante o período que for preciso para efetivar uma igualdade cultural genuína entre as raças, e enquanto ele o faz por meios humanos e caridosos, o Sul anda no mesmo passo que a civilização, assim como o Congresso que o deixa agir*.⁶⁷⁴

Aqui Buckley faz alusão ao antigo temor da “tirania da maioria”, um dos perigos do sistema democrático para o qual os conservadores clássicos frequentemente alertavam. No

⁶⁷² Buckley se refere à rebelião dos Mau Mau, desencadeada pelo movimento nacionalista do mesmo nome não então colônia britânica do Quênia, entre 1952 e 1960. O conflito foi particularmente violento, com dezenas de milhares de mortos e cerca de 150 mil prisioneiros, e envolvia não apenas a questão colonial em si, mas as más condições econômicas de etnias nativas e disputas por terras. No Ocidente, os Mau Mau eram usualmente representados como bárbaros, primitivos e praticantes de uma violência selvagem, daí a referência do editor da *National Review*.

⁶⁷³ Antes da aprovação da Vigésima-Sexta Emenda à Constituição americana, em 1971, a idade mínima de votação na maioria dos estados era de 21 anos. A partir de então, nenhum estado poderia impor limites maiores que os 18 anos de idade.

⁶⁷⁴ Id.

entanto, a grande premissa de que parte é a de que os negros, por serem “culturalmente atrasados”, podiam ter seus direitos constitucionais como cidadãos dos Estados Unidos virtualmente cassados pela “minoría” branca supostamente mais avançada. Ele não detalha o que entende por “cultura” mais ou menos avançada, mas pode-se supor que se refira às áreas básicas pelas quais as condições de vida de uma população são medidas modernamente, como nível de instrução, renda etc. Mesmo se admitindo essa disparidade, no entanto, o fato é que o argumento era falacioso: por que justamente os *negros*, dentro de uma população americana que contava com outros subgrupos em desvantagem, deveriam ser escolhidos para ter seus direitos políticos cassados? E por que, numa terra que se gabava de direitos individuais, justamente esse grupo devia ser julgado *em bloco*? Isso no plano da teoria, porque, na prática, o direito de voto era prejudicado nas áreas segregadas independentemente de qualquer coisa que não a classificação racial. O sistema sulista não se baseava numa suposta meritocracia cultural, mas antes uma sociedade de castas raciais, na qual a posição de uma pessoa era permanentemente determinada por suas condições de nascimento. Pela lógica desse sistema, mesmo que todos os negros sulistas subitamente se tornassem portadores de diploma universitário, articulados e de classe média, continuariam a ser *niggers* — o termo depreciativo pelo qual os negros costumavam ser designados.⁶⁷⁵ Um homem viajado como Buckley, nascido no Texas, não podia desconhecer esse princípio da segregação, tampouco as vantagens econômicas que a subordinação negra trazia aos brancos sulistas desde o fim da Reconstrução nos anos 1870. A separação entre as raças não tinha nem nunca teve, ao contrário do que ele sugere no editorial, um objetivo *civilizatório*, de levar os negros a uma equiparação cultural. Como o próprio caso das escolas mostrava facilmente — e era ainda mais conhecido depois que *Brown* ganhou as manchetes do país —, o efeito da segregação era justamente o oposto, de privar os negros de oportunidades não apenas econômicas, mas também educacionais e culturais — fazer deles subcidadãos cientes de que o “seu lugar” na sociedade seria sempre abaixo daquele ocupado pelos brancos.

Além de ignorar a dura realidade da segregação, o editorial tem outro pecado. Do ponto de vista do conservadorismo geralmente advogado pela *NR*, que tende para um modelo

⁶⁷⁵ Um exemplo de como um sistema de segregação passa por cima de qualificações individuais, ainda que de fora dos EUA, é o de Gandhi, que começa sua jornada como ativista na África do Sul depois de um desagradável incidente num trem em 1893. Ali, Gandhi, filho de uma família próspera na Índia e formado em Direito em Londres, orgulhoso súdito da Coroa Britânica, percebeu que era apenas mais uma pessoa “de cor” — e foi expulso do trem em que viajava ao se recusar a deixar o vagão de primeira classe para o qual tinha comprado a passagem. Exatamente, aliás, como poderia ter acontecido na Louisiana de Plessy ou outras partes do Sul, na mesma época e além. Cf. GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia: minha vida e minhas experiências com a verdade*. São Paulo: Palas Athena, 2009. 440 p. Para uma consulta rápida, v. <http://www.history.com/this-day-in-history/gandhis-first-act-of-civil-disobedience>. [Acesso em: 26 de junho de 2013.]

político liberal clássico, a ideia de que um grupo que se considere “culturalmente superior” subverta a lei do país para impor sua vontade, segundo critérios de boa-vontade e sensatez estabelecidos por ele mesmo, é tão radical a ponto de ser anárquica. À luz do libertarianismo de Buckley e de boa parte da equipe da sua revista, essa exceção ao império da lei e à igualdade civil se mostra aberrante, quase um eco do Antigo Regime derrubado já no tempo de Burke.

Why the South must prevail diz expressar a posição da revista, mas logo se viu que não era bem assim. A defesa do direito branco de manter o sistema da segregação vivo mesmo que ao arrepio da lei foi objeto de uma rara dissensão interna que chegou ao grande público. O contestador foi ninguém menos que o cunhado de Buckley, seu velho amigo de faculdade L. Brent Bozell. Na ocasional seção de debates da revista, “The Open Question” da edição de 7 de setembro de 1957, Bozell escreveu (grifos nossos):

A revista expressou pontos de vista sobre a questão racial que considero totalmente errados, e capazes de fazer um grave dano à promoção de causas conservadoras. O editorial, *Why the South must prevail*, na edição de 24 de agosto, defendeu que, visto que a “superioridade cultural” da raça branca sobre a negra é “um fato”, a comunidade branca no Sul pode, portanto, “tomar quaisquer medidas que sejam necessárias” — concretamente, a limitação do direito de voto do negro — “para se certificar de que obterá o que quer” [...]. Reconhecendo que o problema do Sul é de pesar um conjunto de alegações contra outro,⁶⁷⁶ a NATIONAL REVIEW definiu de forma justa as respectivas alegações? De um lado, a evidência está longe de ser conclusiva quanto à civilização sulista depender da negação do direito do negro ao voto, ou mesmo quanto à crença dos sulistas brancos nisso. Não estamos convencidos de que os negros, assim como os brancos, endossam o princípio da segregação racial? E graças às mesmas pessoas que, na maior parte, citam o voto negro como uma ameaça ao sistema da segregação? Compreende-se que os sulistas brancos queiram tudo ao mesmo tempo — eles *não podem* saber o que aconteceria se os negros comessem a votar, e naturalmente querem cobrir sua aposta. Mas, por isso mesmo, o Sul ainda está deste lado do Armagedom: a comunidade branca não está afirmando o direito de se salvar, mas o direito de evitar circunstâncias nas quais a sua sobrevivência poderia ser posta em risco. Agora, para permitir ao Sul evitar riscos, que alegações conflitantes devem ceder? Aquelas do sufrágio universal, sugere NATIONAL REVIEW. Se isso fosse verdade, eu ficaria em paz, mas apenas um momento antes o editorial reconhece que muito mais está em jogo do que a teoria do sufrágio universal. Existe uma lei envolvida, e uma Constituição, e o editorial dá licença aos sulistas brancos para violar ambas a fim de manterem o negro politicamente impotente. Se um negro vota — isto é, *se testes de qualificação especiosos e o assédio pessoal (também aprovados, presume-se) não conseguem impedi-lo de ir às urnas* — o oficial eleitoral branco pode se recusar a contar o seu voto; se o oficial é pego e apresentado a um tribunal, os juiz e o júri podem “modificar ou descartar a lei”, como for necessário, para absolvê-lo. A Constituição, o editorial está dizendo,

⁶⁷⁶ Há uma nota de rodapé no texto, que diz: “Por razões de espaço, devo evitar comentário sobre algumas das premissas do editorial das quais discordo profundamente”.

deve também ser suspensa — a Décima-Quinta Emenda⁶⁷⁷ não é mencionada, mas a familiaridade com ela pode ser presumida.

Bozell não ignora a enormidade do que Buckley havia proposto, nem tampouco o que significava ser um eleitor negro no Sul segregado. Não demonstra ilusões quanto ao que a ordem racial sulista era por trás do alarmismo e de toda a indignação brandida por tantos brancos da região. Mas ele se limita, a partir daí, a uma abordagem legalista do editorial de 24 de agosto:

Resolvendo o dilema do Sul desta forma, o editorial levanta a questão de quão a sério NATIONAL REVIEW leva a lei e a Constituição. Eu sempre pensei que a nossa posição fosse a de que a observância e o respeito por ambas fosse indispensável para uma sociedade bem ordenada, e um requerimento mínimo para a preservação dos valores conservadores. Eu entendia que estávamos dizendo às Supremas Cortes, presidentes e legislaturas e seus conselheiros liberais país afora que, exceto por razões transcendentais de consciência, o sistema americano não permite o julgamento privado quanto a se a Constituição e as leis válidas devem ser obedecidas. Interposição,⁶⁷⁸ sim; a Constituição não contempla nenhum árbitro final de seu significado, e por isso, em caso de dúvida, pode-se escolher, como fez NATIONAL REVIEW, entre as opiniões do estado da Geórgia e aquelas da Suprema Corte, a depender das luzes de cada um. Mas onde a lei é clara, como no caso da Décima-Quinta Emenda, eu nunca duvidei de que NATIONAL REVIEW e as pessoas cujos objetivos aprovamos estavam, assim como o *Establishment*, obrigadas a obedecer.

Esta posição não implica que a Constituição, em todas as suas partes, codifica a Lei Natural; ou que todas as leis são sábias. Ela enfatiza, em vez disso, a utilidade da obediência para a promoção dos valores que abraçamos. [...] Mas a Constituição americana está do lado dos valores conservadores o bastante [...] para recomendar um comprometimento geral com [ela] como a base adequada para se governar a nossa sociedade. Agora, esse comprometimento deixa de ser utilizável em favor dos valores conservadores quando exceções são feitas, quando começamos a escolher quais provisões constitucionais e leis nos agradam e quais não, quando, em vez de exortamos à revogação daquelas que não nos agradam, endossamos a desobediência a elas.

[...]

A partir daí, eu sugiro o seguinte: [...] a violação da Constituição ou das leis — seja por indivíduos ou corpos oficiais — nunca deve ser encorajada ou endossada pelos meios de comunicação de massa. [...] Não é a santidade, mas a majestade da Lei que quer afirmação. Eu espero que a NATIONAL REVIEW assim a afirme. *Pois eu duvido que possamos ter sucesso na batalha contra o*

⁶⁷⁷ A Décima-Quinta Emenda, aprovada em 1870, reza: “O direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não poderá ser negado ou cerceado pelos Estados Unidos, nem por qualquer Estado, por motivo de raça, cor ou de prévio estado de servidão.” Disponível em: <http://www.usconstitution.net/const.html>. [Acesso em: 27 de junho de 2013.]

⁶⁷⁸ Referência ao suposto direito dos estados de declararem unilateralmente a inconstitucionalidade de um ato do governo federal, “interpondo-se” entre este e o povo. Trata-se de uma reivindicação que remonta à Virgínia de fins do século XVIII, sendo melhor desenvolvida e popularizada quando da “crise da nulificação” dos anos 1820-30 (v. seção 2.2.1) e, no século XX, “ressuscitada” pelos estados sulistas decididos a resistir à implementação de *Brown v. Board of Education*. Tal “direito”, contudo, nunca foi reconhecido pelo direito americano, pois a decisão final a respeito de se um ato oficial é ou não compatível com a Constituição cabe ao Judiciário. V. RAFFEL, Jeffrey A. *Historical dictionary of school segregation and desegregation: the American experience*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1998, p. 132. Disponível em: <http://books.google.com>. [Acesso em: 30 de junho de 2013.]

Establishment *enquanto nossa lealdade à Constituição for uma “questão aberta”*.⁶⁷⁹

A réplica de Buckley, quase lacônica considerando o tamanho do editorial que começou a discussão e a natureza das questões envolvidas, foi publicada na mesma edição. Sem assinar e mais uma vez falando em nome da revista em vez de seu próprio (o que reforçava a imagem de Bozell como um dissidente do que seria uma posição oficial), ele basicamente reafirma a visão sulista das questões do voto negro e reformula de forma mais abrangente a sua ideia de requerer qualificações para o exercício do sufrágio.

Em resposta à coluna “Questão Aberta” do Sr. Bozell na página 209: NATIONAL REVIEW acredita que a) a doutrina de que todos têm o direito de votar pode, concebivelmente, e de fato o faz, conflitar com o direito de poucos de preservar, contra os desejos de muitos, uma ordem social superior àquela que os muitos, se deixados à vontade, poderiam promulgar; que b) uma distinção válida existe entre uma cultura proeminentemente branca e outra que surgiria da predominância política dos negros do Sul em seu presente estágio de desenvolvimento; que c) para se proteger da emergência desta última por meio de mecanismos eleitorais sensíveis apenas à pressão quantitativa que muitos sulistas responsáveis se recusam a dar o direito de voto ao negro marginal; que d) a Décima-Quarta e a Décima-Quinta Emendas à Constituição são consideradas por grande parte do Sul como acréscimos inorgânicos ao documento original, enxertados à força nele pelos vencedores da guerra; que e) *o Sul deve, se se resolver a suspender os direitos políticos do negro marginal, fazer isso por meio de leis que se aplicam igualmente a negros e brancos, mantendo-se assim no espírito da Constituição, e na letra da Décima-Quinta Emenda a ela.*⁶⁸⁰

Por mais que a linguagem procure se manter apenas descritiva e algo distante, subentende-se que essas crenças do Sul a respeito da Décima-Quarta e Décima-Quinta Emendas são corroboradas, como o é o argumento sobre a tirania da maioria. Mas a maneira encontrada para justificar o Sul é também curiosa: já que não se pode cassar os direitos só dos negros, então que se cassem os direitos também dos brancos, adotando-se critérios unificados para o exercício eleitoral. Essa seria uma proposta recorrente de Buckley nos anos seguintes, coerente com o ceticismo clássico dos conservadores com a democracia de massas. Entretanto, no citado “Esclarecimento”, ele não detalha quais os critérios de filtragem, e tampouco toca numa questão fundamental mencionada por Bozell: a de que o sistema pelo qual os estados do Sul intimidavam os cidadãos negros que buscavam o registro eleitoral era viciado de tal forma, que não apenas a lei, mas uma série de práticas informais e extralegis, como a ameaça de violência pura e simples, eram postas em ação. Mais uma vez, Buckley

⁶⁷⁹ Mr. Bozell dissents from the views expressed in the editorial, “Why the South must prevail”. *The Open Question*. NR, 07/9/1957.

⁶⁸⁰ A clarification. NR, 07/9/1957.

parece ignorar o fato de que a questão do voto faz parte de um sistema muito maior cuja lógica fundamental *exigia* o tratamento diferenciado entre brancos e negros. Supor que fosse possível simplesmente estender as barreiras eleitorais aos brancos e “democratizar” um aspecto tão importante da segregação — que tinha como efeito perpetuar a supremacia branca na política do Sul — demonstra que Buckley continuava sem compreender a questão, com suas premissas e implicações, dando considerável crédito à posição do Sul mesmo onde era demonstravelmente falaciosa. Uma prova de que mesmo um conservador não estava imune às críticas feitas ao esquematismo ideológico tantas vezes atribuído por ele mesmo aos liberais.

A breve confrontação aberta ente Bozell e Buckley/*National Review* (já que o editor falou em nome da revista) não foi além dessa edição. Mas Bozell continuou sendo uma voz divergente no tópico dos direitos civis, mesmo deixando de questionar em público o posicionamento de seus colegas. Isso pode ser visto pela maneira como a *NR* abordou um dos pontos altos da luta em torno da segregação nos Estados Unidos dos anos 1950: a intervenção federal em Little Rock, capital do Arkansas, naquele mesmo mês de setembro de 1957.

Se Clinton já tinha mostrado como o cumprimento de *Brown* podia encontrar níveis perigosos de resistência, foi Little Rock que entrou para a história como o símbolo máximo desse problema. O episódio foi uma surpresa, já que as autoridades municipais já tinham concordado em dar início, ainda que de forma discreta, ao processo de integração racial nas escolas. Elas não contavam, no entanto, com a intervenção do governador democrata Orval Faubus que, quebrando um acordo feito com o presidente Eisenhower sob o pretexto de que caravanas de segregacionistas de fora da cidade estavam convergindo para criar o caos em Little Rock, convocou 270 homens da Guarda Nacional para cercar a Central High School, a maior da cidade, no dia 4 de setembro. Entretanto, ao invés de usar os guardas para *proteger* os estudantes, Faubus os fez *impedir* a entrada dos nove alunos negros que tinham recentemente se matriculado. Destes, oito tinham sido alertados para não ir à Central High, mas uma garota, Elizabeth Eckford, de quinze anos, não tinha telefone em casa e rumou sozinha para o que deveria ter sido um primeiro dia de aula. Mas o que ela encontrou lá foi, além dos guardas, uma turba de civis e repórteres à espera.

“Eles estão aqui! Os crioulos [*niggers*] estão vindo!”, alguém na multidão crescente de mais de duzentas pessoas gritou. [Vários jornalistas] observaram quando Eckford aproximou-se dos guardas. Para [um jornalista presente], a jovem garota parecia doce e em estado de choque. Quando a Guarda a fez voltar, ele viu que ela tremia. Ela atravessou a rua e continuou andando, e voltou na direção dos guardas. “Não a deixem entrar na escola — essa crioula”, uma

peessoa gritou. “Volte para onde você veio!”, gritou uma mulher que investiu subitamente contra ela.⁶⁸¹

As imagens do ordálio de Eckford, tirada de cena por uma moradora local (branca) que a acompanhou até um ônibus, criaram impacto pelo país.⁶⁸² O governador Faubus, porém, manteve a Guarda Nacional em torno da escola, enquanto era cada vez mais óbvio que a função precípua dessa força em Little Rock não era impedir uma repetição de Clinton, mas antes impedir a implementação de *Brown v. Board of Education* na forma da entrada dos nove alunos negros no colégio onde, em teoria, estavam legalmente matriculados. Semanas se passaram, e os estudantes continuavam a ser barrados enquanto Faubus se tornava um campeão dos segregacionistas. O presidente Eisenhower tentou resolver o problema negociando com Faubus e com o prefeito da cidade, mas o governador só retirou os guardas nacionais quando a justiça federal assim lhe ordenou. Mas a tensão ainda estava no ar: quando os chamados “Nove de Little Rock” novamente tentaram entrar na Central High, em 23 de setembro, mais uma vez a multidão hostil estava lá para protestar, com 150 policiais locais tentando contê-la. “Quando a turba soube que as crianças tinham conseguido entrar na Central High (por meio de uma entrada de serviço), os líderes começaram a gritar, ‘Os crioulos estão em nossa escola’. E a turba então começou a atacar negros na rua, bem como repórteres e fotógrafos ‘ianques’”.⁶⁸³ Com a situação saindo do controle, e a polícia local claramente mostrando simpatia com os manifestantes, o prefeito Woodrow Mann mandou um telegrama à Casa Branca e pediu urgentemente o envio de tropas federais. Os Nove de Little Rock foram mandados uma vez mais para casa, enquanto a multidão se dispersava. No dia seguinte, novamente 200 manifestantes brancos apareceram na escola, sem que Faubus tomasse as medidas necessárias para evitar mais problemas. Foi então que Eisenhower finalmente decidiu que a situação chegara ao limite: autorizou o envio de 1.100 paraquedistas do Exército para Little Rock e, para prevenir uma reação de Faubus, federalizou a Guarda Nacional do Arkansas. “Foi a primeira vez desde a Reconstrução que tropas federais foram despachadas para o Sul a fim de proteger os direitos civis dos negros.”⁶⁸⁴ No dia 25, as tropas chegaram à cidade, onde permaneceriam até novembro (a Guarda Nacional ficou mais tempo) e os alunos

⁶⁸¹ ROBERTS, Gene; KLIBANOFF, Hank. *The race beat: the press, the Civil Rights struggle, and the awakening of a nation..* Knopf Doubleday, 2008, locations 3772-3776. [Edição Kindle.]

⁶⁸² No que diz respeito à televisão, há uma ressalva a fazer: segundo Roberts & Klibanoff, o repórter da CBS encarregado de cobrir o episódio, tendo chegado atrasado ao local e vendo que a multidão se acalmara, *pediu aos manifestantes que repetissem o que tinham feito diante das câmeras*, transformando uma peça jornalística em uma espécie de teleteatro improvisado. O jornalismo televisivo ainda estava em seus primeiros passos.

⁶⁸³ PATTERSON, James T. *Grand Expectations: The United States, 1945-1974.* New York & Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 414.

⁶⁸⁴ Id.

negros finalmente conseguiram frequentar o colégio, ainda que tendo de suportar a hostilidade de alguns colegas. No ano letivo seguinte, 1958-1959, Faubus, que se reelegeria por mais três mandatos consecutivos, fechou todas as escolas em Little Rock para evitar que fossem dessegregadas (um passo drástico imitado em algumas outras partes do Sul).

A comoção nacional causada pela crise no Arkansas não podia passar despercebida pela *National Review*. Na edição de 21 de setembro, antes, portanto, da chegada dos paraquedistas, Bozell dedica uma página e meia de sua coluna “National Trends” a um exame crítico da posição de Faubus, vendo nele não um homem em defesa de princípios, mas um político hipócrita e oportunista responsável pela “guerra errada sobre a questão errada”. Segundo ele, o governador do Arkansas até recentemente tentara se equilibrar entre os diversos grupos que o apoiaram em sua eleição no ano anterior, assumindo a posição precária de apoiar o princípio das escolas segregadas, mas não se opor ao direito do governo federal de forçar a dessegregação delas. E Bozell é duro ao criticar Faubus por justificar o emprego da Guarda Nacional com a ameaça de violência e, no entanto, impedir a entrada dos alunos negros na Central High School. Ao agir dessa maneira, Faubus estaria mais uma vez tentando agradar os segregacionistas, de um lado, mas sem desafiar abertamente o governo federal, de outro. Sabendo que teria de ceder mais cedo ou mais tarde, Faubus teria, segundo Bozell, elaborado um grande gesto teatral com o único propósito de lhe garantir os lucros políticos de desempenhar o papel de um David contra o Golias federal. Mas, ao fazê-lo, havia enfraquecido a causa do Sul na luta com Washington, levando o grande público a associar a causa do governador em Little Rock com a causa de toda a região, levando esta última a uma humilhação desnecessária para tirar proveito pessoal.⁶⁸⁵

A crise também é mencionada noutro texto na seção “The Week” da mesma edição. *The Court views its handiwork* (“A Corte vê o fruto de seus esforços”, em tradução livre), um artigo não assinado, começa com a suposição, “que não temos razão para negar”, de que os nove juízes da Suprema Corte responsáveis por *Brown v. Board of Education*, bem como a maioria dos seus colegas, eram “homens de boa vontade, americanos leais segundo suas luzes, humanitários sinceros”. Em vez da “dolorosamente lenta evolução da opinião da comunidade e da rotina legislativa”, eles se julgaram capazes de resolver a questão racial no país num único golpe. Mas os resultados não haviam sido o que eles pretendiam:

...com esse mesmo ato eles subverteram os processos constitucionais do sistema americano de governo, e com inevitáveis consequências que agora só podem ser desfeitas com o desfazimento da decisão original. Eles derrubaram o delicado

⁶⁸⁵ Governor Faubus clouds the issue. *NR*, 21/9/1957.

equilíbrio entre as funções judiciária e legislativa, entre os governos federal e estaduais, entre a autoridade e a comunidade, de cuja interação a vida da sociedade depende. Sob o efeito desintegrante de *Brown v. Board of Education*, as unidades de nossa sociedade são forçadas a posições extremas, a dilemas absolutos para os quais literalmente não há solução dentro da tradicional estrutura americana.

A *NR* continua, portanto, a ver a questão em termos libertários, sem reconhecer à autoridade federal, nem mesmo à justiça, o direito de impor o cumprimento do que, afinal, havia sido formalmente reconhecido como direitos constitucionais dos cidadãos negros do Sul. O direito dos estados de manter uma ordem social segregada é posto no mesmo nível, senão acima, que o do governo central de tentar fazer valer o que a Suprema Corte reconhecia serem direitos básicos *já estabelecidos* desde sempre e que vinham sendo sistematicamente violados há décadas. Nesse aspecto, a *NR* se mostra, e continuaria a se mostrar por longo tempo, singularmente apegada aos aspectos formais dos direitos dos estados, em detrimento da substância do que estava em jogo — se a segregação, ao fim e ao cabo, era defensável à luz da ordem político-jurídica americana. Como *Why the South must prevail* havia deixado claro, isso acontecia porque a revista, ao menos na maior parte, *partilhava das premissas sulistas* de que havia uma hierarquia “cultural” entre as duas raças, e que havia mérito em montar uma hierarquia social baseada nela. Mas, antes do editorial de Buckley em agosto, isso não aparecia explicitamente (deve-se lembrar que a *NR* era publicada em Nova York e pretendia ter um alcance, como o título já indicava, *nacional*).

Todavia, o presente artigo trazia uma diferença em relação ao editorial de 24 de agosto. Ao comentar os eventos de Little Rock, ele diz:

A menos que nós estejamos preparados para abandonar todo o esquema de uma soberania limitada, mista e dividida, temos que defender o governador Faubus, e o seu direito e dever de preservar e defender a paz doméstica de seu estado de acordo com o seu juramento do cargo. Mas nós não podemos advogar o desafio ao devido processo legal, por mais desagradável que ele possa ser, sem correremos o risco do desmoronamento da lei em geral e do governo constitucional. Assim, o cidadão consciencioso sente que os comandos do governador Faubus e do juiz Davies,⁶⁸⁶ apesar de em contradição direta um com o outro, são ambos válidos. Portanto, a situação em Little Rock *não tem solução justa, e pode ser resolvida apenas pela violência e o uso da força*.

A *NR* reconhece a validade da ordem do juiz Davies, tendo advogado o direito dos sulistas de violarem a lei para descartar o voto negro menos de um mês antes. A crítica de Bozell parece ter tido algum efeito, ou teria sido o fato de se antever um enfrentamento de

⁶⁸⁶ Ronald Norwood Davies (1904-1996), o magistrado que ordenou a dessegregação das escolas em Little Rock. Uma breve biografia pode ser encontrada em <http://www.encyclopediainfoarkansas.net/encyclopedia/entry-detail.aspx?entryID=418>. [Acesso em: 28 de junho de 2013.]

tropas no Arkansas que teria levado a se dar algum crédito ao Judiciário na questão? A literatura sobre o assunto, que frequentemente registra *Why the South must prevail* e, no máximo, faz uma breve menção à discordância de Bozell, não registra essa mudança de tom durante a crise de Little Rock.⁶⁸⁷ Seja como for, ainda aí a *NR* vê uma equivalência moral e legal na atuação de Davies e de Faubus, um dilema que, se entendido em termos de quem tem mais força, evoca mais uma vez a dicotomia da crítica conservadora ao liberalismo, isto é, a de que os EUA viviam um conflito de grandes consequências entre um poder central potencialmente autoritário e os governos locais e estaduais supostamente amparados no que havia de melhor na tradição política americana.

Também chama a atenção como, mais uma vez, a *NR* joga a responsabilidade dos problemas da implementação de *Brown v. Board of Education* no colo da Suprema Corte, e não dos segregacionistas. O próprio Orval Faubus, por exemplo, não era, diz o texto, “contrário, em princípio, à integração escolar. Suas faculdades e vários de seus distritos escolares já estão integrados. Mas o governador e seus conselheiros acreditaram que Little Rock não estava pronta ainda.” Não se apresenta evidência para isso, e alguma apuração jornalística teria indicado que Little Rock na verdade *tinha* um plano de integração gradual das escolas, e que a decisão do governador de cercar a Central High veio após uma série de encontros com segregacionistas — além do cálculo político enxergado por Bozell.

E isto é parte de uma ironia mais geral e mais trágica. Pois na década anterior a 1954 e a *Brown v. Board of Education*, as relações raciais no Sul tinham sido melhores do que nunca antes em nossa história — ou na história de qualquer sociedade racialmente dividida. A condição dos negros estava firme e pacificamente melhorando. O linchamento e a violência racial tinham virtualmente desaparecido. Sob as cláusulas de “separados, mas iguais”, escolas excelentes estavam sendo construídas para os negros. De fato, graças à influência da industrialização e à mudança das ideias, a própria integração estava de fato progredindo no campo da educação e em outras áreas. A integração das escolas primárias estava funcionando a partir do estados

⁶⁸⁷ Por exemplo, George Nash, o autor mais respeitado no campo da história do movimento intelectual conservador, sempre tão rico noutros tópicos, dá pouca atenção à questão racial na *National Review* da época, usando-a mais como um prólogo para apresentar a defesa das tradições sulistas em geral por parte de Richard Weaver. Jeffrey Hart, que foi parte da revista e escreveu uma das melhores memórias a seu respeito, sequer cita *Why the South must prevail*, fazendo uma autocritica um tanto defensiva da atitude da *National Review* sobre a matéria. Carl Bogus, que biografou Buckley durante a primeira década e meia de *National Review* e dedica um capítulo inteiro ao problema racial no pensamento conservador da revista, pouco fala de Little Rock, concentrando-se num colunista específico de que falaremos adiante, James J. Kilpatrick. Cf. NASH, George. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. New York: Basic Books, 1979, cap. 7; HART, Jeffrey. *The making of the American conservative mind: National Review and its times*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2007, cap. 8; BOGUS, Carl T. *Buckley: William F. Buckley Jr. and the rise of American conservatism*. New York: Bloomsbury Press, 2011, cap. 3.

fronteiriços, e podia ser encontrada no nível superior em grande parte do Sul Profundo.⁶⁸⁸

Mas *Brown v. Board of Education* trouxe em seu rastro não apenas uma subversão desgastante do nosso sistema constitucional, mas exatamente o oposto dos resultados que a corte de Earl Warren presumivelmente tencionava na substância das relações raciais. A taxa de integração escolar diminuiu, não aumentou, desde 1954. As relações melhoradas entre as raças ficaram grandemente estremecidas. A violência e a ameaça de violência; emoções baixas; a exploração cínica de membros de ambas as raças por ideólogos implacáveis; o espetáculo vergonhoso de tropas fortemente armadas patrulhando as varandas e pátios escolares de cidades e vilarejos outrora tranquilos; a borra turva do ódio, da inveja, do ressentimento e do pesar — tudo isto é parte da colheita crescente de *Brown v. Board of Education*.

O que, nós nos perguntamos, pensarão agora Earl Warren e seus colegas acerca dos frutos de seu trabalho?⁶⁸⁹

Depois da intervenção federal e a chegada das tropas mandadas pelo presidente, a *NR* condenou enfaticamente o ato em editorial na seção “The Week” de 5 de outubro. Mesmo reconhecendo que os protocolos legais haviam sido seguidos por Eisenhower, a revista diz que “o caminho seguido pelo governo federal foi muito bem calculado para inflamar as paixões ao máximo, e para criar o mesmo ‘domínio da multidão’ que convocou a interposição das baionetas federais”. Ora, diante da recusa do governador em obedecer à justiça apesar dos apelos, inclusive da Casa Branca, que precederam e acompanharam os eventos no início do mês, que deveria ter feito o presidente? O editorial dá a receita:

Deve ser dito imediatamente que, quando o governador Faubus usou a Guarda Nacional do Arkansas para preservar a ordem ao manter os negros *fora* da escola, ele não estava de forma alguma tentando cumprir pacificamente uma decisão dessegregacionista. Ele estava, na verdade, “interpondo-se”.⁶⁹⁰ Com a probabilidade de qualquer tentativa rápida de se sobrepor ao governador incendiar toda uma região, teria sido um gesto de estadista por parte do Juiz Davies suspender sua ordem de dessegregação pelo menos o bastante para dar às partes em disputa uma audiência. Teria sido um gesto de estadista para a [NAACP] adiar por uma semana ou duas a sua tentativa de forçar os portais da Central High. Quando tais medidas aplacadoras não acontecessem, um presidente estadista teria ao menos permitido à cidade de Little Rock um período no lidar com seus próprios problemas. Não há dúvida de que algumas pessoas, brancas e de cor, foram empurradas, e houve alguns epítetos feios, mas nenhum

⁶⁸⁸ É verdade que o número de linchamentos havia caído drasticamente, mas era uma tendência que vinha desde os anos 1920 (cf. *Lynching in America: statistics, information, images*: <http://law2.umkc.edu/faculty/projects/ftrials/shipp/lynchstats.html>). Também se deve notar que esses baixos níveis de violência — pelo menos, de violência *registrada oficialmente* — coincide com uma época de baixa atividade política por parte de negros do Sul. Depois que o movimento dos direitos civis ganha força, a ideia de que a violência racial no Sul havia “virtualmente desaparecido” se torna muito pouco defensável.

Mas cabe lembrar que a visão de “excelentes escolas negras”, embora as diferenças em relação às escolas brancas estivesse diminuindo, não era de forma alguma uma regra, e que a presença de negros em escolas superiores antes exclusivas de brancos era fruto de ações judiciais promovidas sobretudo pela NAACP, muito no espírito de *Brown v. Board of Education*. [Acesso em: 28 de junho de 2013.]

⁶⁸⁹ *NR*, 21/9/1957.

⁶⁹⁰ V. nota 678.

sangue foi derramado. O presidente, contudo, insistiu num curso de ação que já envolveu o derramamento de sangue e pode muito bem acabar em uma grande tragédia.

Em seguida, comentando ainda a hostilidade da multidão na cidade, que os paraquedistas da 101ª Divisão Aérea dispersaram à ponta de baioneta, encarregando-se de levar e trazer os nove estudantes negros da Central High todos os dias de aula, a revista toma a defesa de Faubus, seguindo seu padrão de responsabilizar apenas as autoridades federais pelos problemas havidos:

A quantidade de violência que de fato houve prova apenas que o governador Faubus pode ter sabido o que fazia quando pôs os guardas nacionais em volta da Central High.

A afirmação correta *não* é, como o Sr. Eisenhower disse, que “as autoridades locais não eliminaram... a oposição violenta” em Little Rock, mas, ao contrário, que as autoridades locais tinham tomado os passos necessários para eliminá-la, e foram forçadas — pelas cortes federais e pelo presidente dos Estados Unidos — a voltar atrás. O Sr. Eisenhower provou não que somos “uma nação na qual leis, e não homens, são supremas”, e sim que somos uma nação onde um homem, *e um homem prisioneiro dos mais perigosos e extremistas ideólogos Liberais da nação*, é poderoso o bastante, e faminto de poder o bastante, para pisotear a mais antiga tradição legal da nação, a saber: aquela da divisão de poder entre o governo federal e os estados. [...]

Nós somos de fato uma nação que reconhece um alto valor à supremacia da lei; é por isso que nos contivemos por tanto tempo em nossa disputa com o rei George III e o Parlamento da Inglaterra.⁶⁹¹ Mas somos também uma nação que sabe em seu coração que a subordinação cega à lei pode se tornar [...] uma subordinação servil à tirania, uma nação, portanto, que atribui um alto valor ao direito do cidadão de resistir a uma lei que considere injusta [...]. E também é por isso que o presente curso do Sr. Eisenhower, que não se pode mais esperar que ele modifique, levará inelutavelmente à liberação do potencial de guerra civil sempre presente na sociedade americana — isto é, ao derramamento de sangue e o sacrifício de vidas em uma situação local após a outra no Sul Profundo.⁶⁹²

A linguagem forte e a menção a uma guerra civil falam por si, bem como o aparente endosso à ideia de uma interposição. Se algo pior acontecesse, diz a *NR*, a culpa seria exclusivamente do governo central e, subentende-se, daqueles que quiseram impor uma integração racial da qual os estados sulistas discordavam e tinham o direito de contestar. Não se atenta a qualquer consideração moral ou legal acima dessa discordância, a tal ponto que não há qualquer recriminação, mais uma vez, aos agitadores que tornaram o ingresso dos nove estudantes uma quase insurreição urbana.

⁶⁹¹ A referência é à crise com a Inglaterra iniciada com a Inglaterra nos anos 1760 e que culminou na Revolução Americana.

⁶⁹² The lie to Mr. Eisenhower. *NR*, 05/10/1957.

Se *Brown* era interpretada como um desastre, o que seria a alternativa? Na maior parte das vezes em que tratava dos direitos civis, a *NR* assumia uma postura eminentemente crítica, fosse às tentativas de usar o Estado contra a segregação, fosse aos efeitos das iniciativas de integração em geral. A preocupação com essa crítica praticamente levava a revista a legitimar o lado segregacionista, diretamente, como no embate *Faubus versus Eisenhower*, ou indiretamente, por direcionar seus ataques a apenas um dos lados. Não obstante, no alvorecer dos anos 1960, algumas nuances, e mesmo pequenas concessões, podem ser percebidas nessa abordagem da luta pela dessegregação, incluindo até pistas do que poderia vir a ser o esboço mínimo de uma agenda positiva, de propostas que seriam compatíveis com os princípios conservadores tal como eles os entendiam. E, pelo menos no caso de Buckley, veem-se algumas pequenas concessões à crescente disposição nacional contra a segregação, ao menos no que dizia respeito ao seu lado mais agressivo.

Um desses casos foi o de um editorial não assinado de março de 1960 no *National Review Bulletin*, que se alternava quinzenalmente com a revista propriamente dita a partir de 1958 (grifos nossos):

Oferecemos o seguinte a respeito da crise no Senado⁶⁹³ e no Sul: 1) No Sul Profundo, os negros são, por comparação com os brancos,⁶⁹⁴ retardados (“não avançados”, como diria a [NAACP]). Qualquer esforço de ignorar o fato é sentimentalismo ou demagogia. *A liderança no Sul, pois, está muito apropriadamente em mãos brancas. Sobre a população branca, este fato impõe obrigações morais de paternalismo, paciência, proteção, devoção, sacrifício.* 2) Aqueles que querem a segregação devem estar preparados para pagar o seu custo econômico. Em Montgomery, Alabama, poucos anos atrás, ficou claro que, embora a população branca quisesse assentos separados nos ônibus, ela não o queria tanto a ponto de pagar os custos de ônibus separados e a segregação decorrente. Se aqueles que frequentam a Woolworth’s,⁶⁹⁵ et. al., não querem balcões integrados, eles e os gerentes devem estar preparados para aceitar os custos de um boicote negro. O boicote é um instrumento clássico e inteiramente defensável de protesto voluntário. 3) O *filibuster*,⁶⁹⁶ que temos sido exortados de todos os lados a ver com horror, é um recurso político valioso que pode ser aplicado a um fim político honroso naquelas ocasiões em que a maioria quer esmagar a minoria. [...] Ninguém sabe qual é a solução do problema negro, ou se

⁶⁹³ O texto se refere à Lei de Direitos Civis de 1960, que estava sendo apreciada no Congresso naquele momento.

⁶⁹⁴ No original, “Whites”, com maiúscula, grafia que reforça o caráter étnico do grupo e que não é comum em inglês.

⁶⁹⁵ Cadeia de lanchonetes segregada que foi objeto de um *sit-in* de jovens militantes negros em fevereiro de 1960, dando início a uma onda de manifestações semelhantes em várias cidades do país. Cf. SOUSA, Rodrigo Farias de. *A Nova Esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen, 1960-1969*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, cap. 2.

⁶⁹⁶ Mecanismo de obstrução de votações no Senado, pelo qual um ou mais senadores podem discursar indefinidamente sobre qualquer tópico, a menos que 3/5 dos membros da casa — 60 senadores — considerem o debate encerrado (*cloture*). O mais longo já registrado individualmente foi o do senador Strom Thurmond, democrata da Carolina do Sul, que tentou bloquear a Lei de Direitos Civis de 1957 fazendo um discurso de pouco mais de 24 horas, no qual chegou a ler até a Declaração da Independência.

existe uma “solução”. Ela certamente não reside no Projeto de Lei para Tudo [*Omnibus Bill*] de 1960.

Mesmo se o projeto passar pelo Congresso, o problema no Sul não seria menos agudo; de fato, muito possivelmente ele pioraria. No Sul Profundo não há espaço para toma-lá-dá-cá, mas *a relação essencial é orgânica, e a tentativa de entregar ao negro o poder político bruto com que alterá-la dificilmente é uma solução*. É um chamado à insurreição, que resulta de quando a realidade e as abstrações sem freio colidem.

Alguns dos temas de *Why the South must prevail* permaneceram, portanto: o atraso coletivo dos negros que os punham na dependência da raça branca, mais “avançada”, de quem se espera o cumprimento da obrigação *moral* (mas não *legal*) de proteger “paternalmente” os seus concidadãos de cor. E, claro, o contínuo ceticismo quanto aos benefícios de leis federais contra a segregação — o velho mote conservador de desconfiança de interferências no desenvolvimento gradual “orgânico” da sociedade, aliado ao anticentralismo político que levava a *NR* a tanto criticar as ações do Estado americano pós-New Deal. Mas há também um elemento novo, que é a afirmativa de que o problema negro talvez *não tivesse solução* e, não tendo, iria se agravar com novas medidas de direitos civis, para não citar decisões “ideologicamente motivadas” por parte da Suprema Corte. Como Buckley explicaria num artigo posterior fora da revista, “não importa quão convencido um povo esteja da iniquidade de uma situação existente, não se segue que ele esteja preparado para recorrer a todo e qualquer meio necessário para tentar corrigi-la”, ou, noutras palavras, “os fins não justificam os meios”.⁶⁹⁷ Para usar a terminologia de Albert Hirschman, a *NR* combinava aqui, e noutros textos antes e depois de 1960, um misto dos argumentos da *futilidade* — “as tentativas de transformação social serão infrutíferas” —, da *perversidade* — “qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar” (ou o que modernamente os americanos chamam de *unintended consequences*) e até o da *ameaça* — “o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior”.⁶⁹⁸ Essa seria uma linha de pensamento consistente na revista ao longo dos anos, embora a defesa da desobediência à lei em nome de uma alegada “superioridade civilizacional” dos brancos sulistas não mais viesse a se repetir explicitamente.

Mas, ao fim, havia algum tipo de esperança: se os brancos não estivessem, como se presume que não estavam em Montgomery, dispostos a bancar os custos da segregação, esta acabaria por ceder naturalmente. De novo é Buckley quem esclarece como resolver um

⁶⁹⁷ Desegregation: will it work? No. *Saturday Review*, 11/11/1961.

⁶⁹⁸ HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 15-16.

problema que não tem solução: “se é verdade que a separação das raças em razão da cor é irracional, então as circunstâncias irão no devido tempo quebrar a segregação”, ou seja, quando *o tempo* provasse que os negros não eram inferiores aos brancos e fizesse a segregação parecer obsoleta, “os mitos [começarão] a se desfazer, como aconteceu com o irlandês, o italiano, o judeu; então a integração virá — o tipo certo de integração”.⁶⁹⁹ Não se nega aos negros um espaço de protesto, desde que limitado à pressão econômica, como no boicote de 1955 e 1956, que não requeria uma ação estatal; mesmo assim, *nada* é dito sobre a legitimidade do uso do poder político que permitiu a institucionalização da hierarquia racial sulista em primeiro lugar. Quando muito, como se viu, criticam-se os agitadores como John Kasper, incitadores da violência e da desordem, e o extremismo que representavam: “Ninguém que tenha contemplado um homem brandindo uma cruz em chamas e pregando o ódio precisa de ajuda da ciência social para saber que o problema racial tem efeitos aviltantes tanto sobre brancos como sobre negros”.⁷⁰⁰ Entretanto, apesar de vez por outra lamentar sua escolha de métodos agressivos e até brutais, o mérito da *causa* por trás deles não é realmente questionado. Desde que defendida com suficiente polidez e argumentos constitucionais, a segregação em si não parece um problema para os editores, certamente não um que justificasse todo o barulho em torno da questão (comparado, por exemplo, à ameaça comunista ou à dominação liberal). Da mesma forma, quando falam no “não avanço” negro, nunca se discute a construção histórica desse atraso, feita também com a participação *ativa* do Estado na forma das leis Jim Crow. O “avanço” e o “atraso” das raças, para quem lê os artigos da *NR* sem um conhecimento prévio do assunto, parecem quase permanentes, e as tentativas de resposta a isso são avaliadas a partir dessa premissa. Não há, aliás, grandes contrapontos nas matérias sobre o assunto, com muito poucas exceções, como no caso de Bozell, nos anos 1950: de modo geral, não existem artigos pró-integração racial na *NR*. Ela se mantém uma revista de opinião, um espaço de divulgação e às vezes discussão de pontos de vista considerados conservadores, mas não destes com seus equivalentes de “fora”. Nisso ela não seguia a regra jornalística de sempre se procurar apresentar dois pontos de vista, ao menos não no que dizia respeito ao combate à segregação por meios oficiais. E isso se verifica não só pelo que a *National Review* efetivamente disse, mas também por seus silêncios consistentes sobre um tema que, afinal, cada vez mais chamava a atenção da sociedade americana em geral

⁶⁹⁹ Desegregation: will it work? No. *Saturday Review*, 11/11/1961.

⁷⁰⁰ Id. Note-se que esse artigo é uma das raras (e primeiras) citações de Buckley, pelo menos até esse começo dos anos 60, reconhecendo os horrores da violência racial no Sul. A partir de então, isso seria mais comum.

e constituía um sério desafio à visão complacente que muitos americanos estavam acostumados a ter a respeito de si mesmos no pós-guerra.⁷⁰¹

Mas nem só de decisões da Suprema Corte e leis federais vivia a luta pelos direitos civis dos negros americanos nos anos 1950 e 1960. Mesmo quando elas existiam, muito dos avanços nessa área se deviam a mobilizações dos próprios negros, especialmente no Sul. A ideia de “direitos civis” como movimento social, embora se deva a inúmeros grupos, personalidades e movimentos, evoca principalmente um nome específico, e seu conjunto de aliados. Nenhum levantamento da opinião conservadora sobre o problema racial nos EUA do pós-guerra, mesmo que confessadamente parcial como este, estaria completa sem considerar a influência das campanhas lideradas por Martin Luther King. Esse é o nosso tema final.

5.3 – OS DIREITOS CIVIS COMO ATIVISMO

É comum considerar-se 1º de dezembro de 1955 como o marco inicial do chamado movimento dos direitos civis. O episódio deflagrador, que entraria para a história popular americana, foi a recusa de uma ativista da NAACP, Rosa Parks, a obedecer às normas do transporte público segregado de Montgomery, Alabama, e ceder seu assento no ônibus a um passageiro branco. Parks foi presa, levando a uma onda de indignação na população negra da cidade, que reagiu com um boicote de um ano ao sistema municipal de ônibus. A iniciativa foi bem sucedida e, após deliberação, os líderes do movimento, em grande parte pastores batistas, decidiram formar uma organização mais ambiciosa: em vez de se contentar com a dessegregação dos ônibus municipais, a recém-criada *Southern Christian Leadership Coalition* (“Coalizão da Liderança Cristã do Sul”) decidiu lutar pela derrubada de Jim Crow em geral. Coordenando uma série de movimentos locais e usando os princípios e técnicas da não violência gandhiana para orientar um tipo de protesto que também tinha um forte aspecto devocional cristão,⁷⁰² eles deflagraram o movimento social americano mais importante do

⁷⁰¹ Cf. SOUSA, op. cit., para uma sùmula em português dessa mentalidade coletiva no período. Para uma abordagem mais densa, um bom ponto de partida é PELLIS, Richard. *The liberal mind in a conservative age: American intellectuals in the 1940s and 1950s*. 2nd ed. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1989.

⁷⁰² Para uma análise panoràmica de como o movimento dos direitos civis funcionava, v. MORRIS, Aldon D. *The origins of the Civil Rights Movement: black communities organizing for change*. New York: The Free Press, 1986. 354 p. Uma ótima exploração do lado religioso do movimento é CHAPELL, David L. *A Stone of Hope: prophetic religion and the death of Jim Crow*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004. 344 p. Um resumo das teses de Chapell pode ser prontamente consultada no artigo Uma pedra de esperança: a fé profética, o liberalismo e a morte das leis Jim Crow. *Tempo*. Nº 25. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n25a04.pdf. [Acesso em: 25 de julho de 2013.]

século, que faria com que o nome de Martin Luther King,⁷⁰³ seu líder mais conhecido, ingressasse no exclusivo panteão dos heróis nacionais.⁷⁰⁴

Para se entender a maneira como os conservadores americanos viram o movimento dos direitos civis antes que ele se dividisse em grupos mais radicais em meados dos anos 60, é preciso entender o seu *modus operandi*. Para isso, o próprio Martin Luther King fez uma súmula do que entendia por campanha não violenta de protesto, em sua famosa *Letter from a Birmingham jail* (“Carta de uma cadeia de Birmingham”), a partir de sua experiência prática nessa cidade, em abril de 1963:

Em qualquer campanha não violenta existem quatro passos básicos: coleta dos fatos para determinar se existem injustiças; negociação; autopurificação e ação direta. Nós passamos por todos esses passos em Birmingham. Não se pode desmentir o fato de que a injustiça racial engolfa esta comunidade. Birmingham é provavelmente a cidade mais inteiramente segregada nos Estados Unidos. Seu feio histórico de brutalidade é largamente conhecido. [...] Com base nestas condições, os líderes negros procuraram negociar com os patriarcas municipais. Mas estes se recusaram consistentemente a entabular negociações de boa-fé.

Então, em setembro passado, veio a oportunidade de conversar com os líderes da comunidade econômica de Birmingham. Durante as negociações, certas promessas foram feitas pelos comerciantes — por exemplo, a remoção das humilhantes sinalizações raciais nas lojas. [...] À medida que semanas e meses se passaram, nós percebemos que fomos vítimas de uma promessa quebrada. Um poucas sinalizações, brevemente removidas, voltaram; as outras permaneceram. [...] Nós não tínhamos outra alternativa senão nos preparamos para a ação direta, pela qual apresentaríamos nossos próprios corpos como um meio de exibir nosso caso perante a consciência da comunidade local e nacional. Côncios das dificuldades envolvidas, decidimos passar por um processo de autopurificação. Começamos uma série de oficinas sobre a não violência, e repetidamente nos perguntamos: “Você é capaz de aceitar golpes sem retaliar?”, “Você é capaz de suportar o ordálio da cadeia?” Decidimos agendar nosso programa de ação direta para a época da Páscoa, percebendo que, à exceção do Natal, esse é o principal período de compras do ano. Sabendo que um programa forte de retenção econômica seria o subproduto da ação direta, sentimos que essa seria a melhor época para pressionar os comerciantes em prol da mudança necessária.

[...]

Vocês podem perguntar: “Por que a ação direta? Por que *sit-ins*, marchas etc.? A negociação não é um caminho melhor?” Vocês estão muito certos ao clamarem pela negociação. De fato, esse é o exato propósito da ação direta. A ação direta não violenta procura criar uma tal crise e promover uma tamanha tensão que uma comunidade que se recusou constantemente a negociar seja forçada a enfrentar a questão. [...] O propósito de nosso programa de ação direta é criar uma situação tão cheia de crise que inevitavelmente abrirá a porta para a negociação.⁷⁰⁵

⁷⁰³ A rigor, o nome correto é Martin Luther King Jr., já que ele, morto em 1968, não sobreviveu a seu pai, Martin Luther King Sr., que só veio a falecer em 1984. Porém, dada a celebridade do filho e quase anonimidade do pai, referir-nos-emos ao primeiro simplesmente como Martin Luther King (ou MLK, como às vezes é chamado).

⁷⁰⁴ Desde 1986, o Dia de Martin Luther King é comemorado na terceira segunda-feira de janeiro, e, em 2011, o *National Park Service* inaugurou um memorial em sua homenagem em Washington, D.C.

⁷⁰⁵ KING, op. cit.

A constante abertura para o diálogo e a negociação é um princípio em que Gandhi, em quem King se inspirou, sempre insistia. E a menção à autopurificação é reveladora: as campanhas não eram meras táticas políticas de coerção, mas tinham também um aspecto de exercício espiritual. Isso reforçava a disciplina do grupo — evitando dar um pretexto às autoridades para justificar o uso de repressão violenta —, e ao mesmo tempo imprimia um outro sentido à confrontação com os defensores do *status quo* injusto. Isso porque, como dizia Gandhi, o objetivo de uma campanha não violenta era mais do que obter *concessões* do oponente: queria-se também *convertê-lo* à causa. Dessa perspectiva, embora houvesse um elemento de coação no movimento — vide a escolha da Páscoa como época do protesto, a fim de gerar o maior impacto possível sobre os comerciantes da cidade e forçá-los a um diálogo honesto —, havia também uma ideia de libertação espiritual, tanto dos ativistas quanto dos seus adversários, “resgatados” de uma posição de conivência com a injustiça. E como forma adicional de mostrar a força dos manifestantes, dispostos a dar testemunho arriscando sua própria integridade física no desafio a autoridades pouco amigáveis, havia o aspecto *publicitário*: o que King chama de “introduzir seu caso perante a consciência da comunidade local e nacional” significa, na prática, dramatizar o sofrimento dos negros diante dos meios de comunicação de massa e assim atingir uma audiência mais ampla, em especial os não-sulistas e o governo federal. Ao levar os terrores e mazelas da segregação para fora das regiões onde eles tinham sido naturalizados pelos brancos detentores do poder, os ativistas não violentos esperavam provocar pressões e mesmo uma intervenção mais direta a seu favor. E se os seus oponentes reagissem com violência, tanto melhor: que melhor maneira de mostrar ao mundo a injustiça cruel da segregação? O espiritual, o político e o midiático andavam juntos na lógica dos protestos pelos direitos civis.⁷⁰⁶

Essa abordagem, no entanto, não estava definida desde o princípio. O movimento deflagrado em Montgomery era apenas de um boicote, que depois se fez acompanhar de uma ação judicial — e tamanha foi a persistência da administração da capital do Alabama que só quando a justiça deu ganho de causa aos antissegregacionistas é que as autoridades atenderam às reivindicações da comunidade negra, apesar dos grandes prejuízos econômicos que a não utilização dos ônibus por parte desta vinha causando à empresa responsável. Em retrospecto,

⁷⁰⁶ Para entender a não violência, tanto no *satyagraha* gandhiano quanto na sua versão americana, algumas boas introduções são as seguintes: GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia: minha vida e minhas experiências com a verdade*. São Paulo: Palas Athena, 2010. 440 p.; GALTUNG, Johan. *O caminho é a meta: Gandhi hoje*. São Paulo: Palas Athena, 2003. 200 p.; MOSES, Greg. *Revolution of Conscience: Martin Luther King, Jr., and the Philosophy of Nonviolence*. New York: The Guilford Press, 1997. 238 p. Para uma visão mais geral da não violência na história, numa abordagem não acadêmica, cf. KURLANSKY, Mark. *Não violência: a história de uma ideia perigosa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. 240 p.

pode-se ver aí um prenúncio do que estava por vir: se eram necessários um boicote prolongado e uma ação judicial federal para conseguir a integração dos ônibus, objetivos mais ambiciosos iriam requerer uma considerável ajuda externa. À medida que a “resistência maciça” dos brancos sulistas foi ganhando corpo, chegando a retardar consideravelmente a implementação de *Brown v. Board of Education*, que só ganhou uma maior efetividade quando das leis de Direitos Civis de 1964 e 1965, esse fato foi se tornando mais evidente. Até lá, no entanto, o movimento dos direitos civis teve que se adaptar às suas circunstâncias, precisando aprender a lidar não apenas com as autoridades locais e estaduais — escolhidas, vale lembrar, por um eleitorado segregado e dominado por brancos —, mas também com Washington. Como explica Steven F. Lawson:

Eventos como Little Rock moldaram uma compreensível mentalidade de crise entre os proponentes dos direitos civis. Apelos à consciência moral não iam muito longe em persuadir oficiais brancos a combater Jim Crow. Presidentes e congressistas respondiam às queixas mais efetivamente quando os negros e seus aliados brancos exerciam uma substancial pressão política ou quando suas tentativas de obter igualdade provocavam violência por parte dos resistentes brancos. Em outras palavras, os legisladores nacionais tinham maior probabilidade de responder à ameaça de possíveis tempestades de fogo raciais que a apelos abstratos por justiça. Desta maneira, o governo ajudou a moldar a lógica do protesto ao sinalizar para os negros a necessidade de confrontar diretamente o racismo antes de Washington resolver interferir.⁷⁰⁷

As grandes marchas eram uma forma de expor a injustiça de Jim Crow. Vestidos com roupas formais, entoando hinos e evocando os grandes princípios do ideário americano — democracia, igualdade e, acima de tudo, a liberdade da opressão —, formando, enfim, uma multidão de cidadãos *respeitáveis* e bem organizados, os ativistas do movimento procuravam mostrar de forma espetacular sua determinação de reivindicar seus plenos direitos como cidadãos dos Estados Unidos da América. Se a repressão viesse, ela também seria instrumentalizada pelo movimento — o que seria chamado de “jiu-jitsu moral”,⁷⁰⁸ por usar a violência do opressor contra ele mesmo. Mas não se deve esquecer que, nas peculiares condições da sociedade sulista, esse opressor tinha a lei e toda uma estrutura de poder ao seu lado. Isso explica a opção pelo segundo grande pilar do ativismo dos direitos civis: a desobediência civil. Mais uma vez, Martin Luther King explica:

⁷⁰⁷ LAWSON, Steven F.; PAYNE, Charles. *Debating the Civil Rights Movement, 1945-1968*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 1998, p. 16-7. [Edição Kindle.]

⁷⁰⁸ A expressão é do filósofo Richard B. Gregg (1885-1974), autor de *The Power of Nonviolence*, obra originalmente de 1934 que influenciou Martin Luther King, autor, por sua vez, do prefácio à edição de 1960. Uma cópia digital pode ser encontrada em:

<http://www.nonviolenceunited.org/pdf/thepowerofnonviolence0206.pdf>. [Acesso em: 15 de julho de 2013.]

[...] Já que nós tão diligentemente exortamos as pessoas a obedecer à decisão de 1954 da Suprema Corte de proibir a segregação nas escolas públicas, à primeira vista pode parecer um tanto paradoxal que quebrems leis deliberadamente. Alguém pode perguntar: “Como você pode advogar quebrar algumas leis e obedecer a outras?” A resposta está no fato de que existem dois tipos de leis: justas e injustas. Eu seria o primeiro a advogar a obediência a leis justas. Uma pessoa tem não apenas uma responsabilidade legal, mas também moral, de obedecer leis justas. Igualmente, tem-se uma responsabilidade moral de desobedecer leis injustas. Eu concordaria com Santo Agostinho que “uma lei injusta não é lei”.

Agora, qual a diferença entre os dois tipos? Como alguém determina se uma lei é justa ou injusta? Uma lei justa é um código feito pelo homem que se enquadra com a lei de Deus. Uma lei injusta é um código fora de harmonia com a lei moral. [...] Toda lei que eleva a personalidade humana é justa. Toda lei que degrada a personalidade humana é injusta. Todos os estatutos da segregação são injustos porque a segregação distorce a alma e danifica a personalidade. Ela dá ao segregador um falso senso de superioridade e ao segregado um falso senso de inferioridade. [...] É assim que eu posso exortar os homens a obedecer a decisão de 1954 da Suprema Corte, pois ela é moralmente certa; e posso exortá-los a desobedecer às ordenanças da segregação, pois são moralmente erradas.

Consideremos uma exemplo mais concreto de leis justas e injustas. Uma lei injusta é um código que uma maioria numérica ou de poder força um grupo minoritário a obedecer, mas não se obriga ela mesma a cumprir. [...] Uma lei é injusta se é infligida a uma minoria que, como resultado de lhe terem recusado o direito de voto, não teve parte na sua aplicação ou criação. Quem pode dizer que a legislatura do Alabama que estabeleceu as leis estaduais segregacionistas foi eleita democraticamente? Em todo o Alabama todas as sortes de métodos astutos são usadas para impedir os negros de se tornarem eleitores registrados, e existem alguns condados onde, embora os negros constituam a maioria da população, nem um único negro é registrado. Pode alguma lei aprovada sob tais circunstâncias ser considerada democraticamente estruturada?⁷⁰⁹

Concretamente, a “desobediência às leis injustas” podia significar desde a realização de uma passeata a despeito da recusa das autoridades locais em fornecer as autorizações formais até gestos mais drásticos, dos quais alguns dos mais conhecidos foram associados não diretamente a King e sua SCLC, mas a organizações associadas, mais radicais na prática da ação direta: o *Student Nonviolent Coordinating Committee* (“Comitê Estudantil de Coordenação Não Violenta”, ou SNCC) e o já citado *Congress for Racial Equality* (CORE). O SNCC (pronunciava-se “Snick”), criado por uma associada da SCLC, Ella Baker, em 1960, foi um dos mais criativos grupos de direitos civis nos primeiros anos da década, destacando-se não apenas com *sit-ins*, mas vários outros tipos de ocupações de protesto similares, e também pelo emprego de estudantes brancos do Norte em programas de registro eleitoral nas perigosas áreas rurais do Sul segregacionista.⁷¹⁰ Já o CORE foi o responsável pelas *Freedom Rides* (ou “jornadas da liberdade”), viagens rodoviárias com voluntários brancos e negros que

⁷⁰⁹ KING, op. cit.

⁷¹⁰ Para uma narrativa mais detalhada da trajetória do SNCC, organização fundamental na formação do que viria a ser conhecido como a Nova Esquerda americana, cf. SOUSA, op. cit.

tinham por objetivo “testar” a validade das leis federais que proibiam a segregação de instalações públicas ligadas ao transporte interestadual — e que por isso não eram regulamentadas pelas autoridades estaduais pró-segregação. Tanto num caso como noutro, o desafio às autoridades locais ou às sensibilidades raciais da população branca eram deliberados, e por vezes significavam prisões em massa ou o uso da violência contra os ativistas. Quando isso acontecia, o próprio impacto dos eventos, magnificado politicamente pela cobertura da imprensa nacional e a indignação dos cidadãos não comprometidos com a segregação, reforçavam o seu apelo para que o governo federal — governo esse, aliás, pautado pela agenda do liberalismo nas presidências de Kennedy e Johnson — intervisse.

Essa combinação de desobediência civil, contestação à ordem tradicional do Sul e confiança na eficácia do governo no combate a um problema sociocultural (ainda que com fortes ramificações noutras áreas) condicionou a perspectiva de como o movimento dos direitos civis foi interpretado por *National Review*. Como é de se esperar, muito do que Buckley e seus colegas conservadores pensaram a respeito dos ativistas era uma extensão das análises feitas a respeito de *Brown* e o ataque judicial à sociedade de castas raciais do Sul, e no geral a posição deles era persistentemente de simpatia, quando não apologia, pelo direito de a região manter seu modo de vida, ou, pelo menos, de não ser intimada a uma mudança radical mais rápida do que estava disposta a suportar. Mesmo quando fazendo concessões de que esta ou aquela contestação a Jim Crow era justificada, o que não era frequente, o tom geral era uma constante. Como resumiu o próprio Buckley num artigo não assinado por ocasião das *Freedom Rides*, em junho de 1961, devidamente intitulado *Let us try, at least, understand* (“Tentemos, ao menos, entender”):

Contudo, é irrelevante aqui que Jim Crow nas rodoviárias nos pareça desnecessário, e mesmo errado. Não parece errado ao sulista branco mediano, nem a experiência diz que o sulista branco mediano deva ser razoável ao fazer essa concessão específica. Como o Professor Richard Weaver tem escrito em NATIONAL REVIEW, o que o Norte está pedindo ao Sul é que abandone o seu regime, o conjunto de tradições e convenções e ajustes que compõem um modo de vida que é diferente do nosso. O Sul vê o ataque a Jim Crow como meramente uma proposição em uma série sorítica⁷¹¹ cujo fim necessário é o abandono, para um governo estrangeiro e cosmopolita alojado numa capital remota do leste, Washington, do direito de determinar a forma, e a qualidade, da vida sulista. Não importa que nós (cujo Jim Crowismo é mais sofisticado) discordemos ou desaprovemos esse regime, ou da parte dele que requer a

⁷¹¹ Referente a “sorites”, definido pelo *Houaiss* como: “polissilogismo no qual o atributo da primeira proposição se torna sujeito da segunda, o atributo da segunda, sujeito da terceira, e assim sucessivamente, e no qual a conclusão une o sujeito da primeira e o atributo da última”. V. *Houaiss eletrônico*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

separação das raças. Isso é o que *eles* sentem, e *eles* sentem que a vida *deles*, cabe a *eles* estruturar [...].⁷¹²

E, entretanto, esse apelo à simpatia pela angústia e revolta dos brancos contrasta com a apreciação dos negros, também eles parte do Sul, mas cuja opinião a respeito do sistema erigido por Jim Crow não foi levada em conta. Nesse ponto, a *NR* parece ter tomado como fato o restante da descrição de Buckley sobre a visão do sulista branco médio: “que o negro tem crescido sob circunstâncias geralmente benevolentes, considerando seu ponto de partida e o quanto tinha de caminhar; que ele está fazendo progresso; que a coexistência desse progresso e do modo de vida sulista exige, por enquanto, a separação.”⁷¹³

No entanto, a cobertura do movimento que eles ofereceram na *NR* também tinha outras particularidades de interesse que iam além da apreciação do problema do Sul. É delas que falaremos agora.

5.3.1 – DIREITOS CIVIS E RACISMO BIOLÓGICO EM *NATIONAL REVIEW*

Se *Brown v. Board of Education* aparece desde o princípio em *National Review* como um mal a ser combatido, tal não é o caso do movimento dos direitos civis como tal. Isso é fácil de entender ao se considerar o elemento libertário no tipo de conservadorismo “fusionista” esposado pela revista, e também nas ideias do seu editor-chefe; afinal, tudo começa com uma técnica de protesto consagrada nos EUA desde os tempos da Revolução: o boicote de Montgomery. Iniciado em dezembro de 1955 após o incidente com Rosa Parks, ele se estendeu por quase todo o ano seguinte. Durante esse tempo, em fevereiro, 89 líderes da organização provisória criada para coordenar o movimento contra a segregação nos ônibus, a *Montgomery Improvement Association* (“Associação para o Melhoramento de Montgomery”, MIA), foram indiciados sob uma lei antiboicote de 1921. Num gesto de desafio, os próprios acusados, King entre eles, se dirigiram em massa à delegacia local e se entregaram, o que acabou chamando a atenção da imprensa do país. E assim, algum tempo depois, em abril, a *National Review* publica um pequeno artigo não assinado de Buckley comentando a respeito.

A lei do Alabama sob a qual os líderes do boicote negro foram condenados é, obviamente, uma lei ruim — como é qualquer lei que penaliza seres humanos por exercerem, de forma legítima, seu direito ao protesto contra quaisquer leis ou costumes que consideram ofensivos. [...]

Nós acreditamos que a força da lei não deve ser usada pelo governo federal para forçar a integração. E acreditamos que a força da lei não deve ser usada para privar negros de seu direito de protestar, ou do direito de competir com

⁷¹² *NR*, 03/6/1961.

⁷¹³ *Id.*

instituições ou negócios estabelecidos. Se os negros quiserem assumir o fardo econômico de estabelecer uma linha de ônibus separada, eles devem ter permissão para fazê-lo, e as pessoas brancas de Montgomery, se possuem orgulho, devem ser rápidas em permitir isso a eles. Da mesma forma, para a segregação à qual se afeiçoam, os brancos devem estar preparados para pagar o custo total — vinte centavos por corrida, em vez de dez, se preciso for.⁷¹⁴

É a típica argumentação libertária, baseada em escolhas e a disposição de arcar com os custos delas decorrentes. O autor não entra no mérito da segregação em si.

Daí por diante, nos anos 50, as disputas em torno da segregação eram abordadas muito em função de *Brown v. Board of Education*, sem que ativistas como King tivessem muito espaço. Isso já vimos. Mas, em 1959, a *NR* publica uma nota sugestiva sobre o líder da SCLC em “The Week”:

O reverendo Martin Luther King, que foi catapultado do comando do boicote de ônibus de Montgomery (Ala.) para a mais alta liderança na NAACP, está agora na Índia, para ser homenageado e estudar técnicas indianas de resistência não violenta. Os Estados Unidos, predissem ele para audiências e repórteres indianos, estarão totalmente integrados “em todas as fases da vida social” no ano 2000. Ele considera a unidade familiar uma “fase da vida social”⁷¹⁵

A citação específica da “unidade familiar” numa nota tão curta chama a atenção. Se a ideia era criticar ou mesmo ironizar a previsão de King, por que fechar o foco nesse aspecto, aliás completamente alheio à pauta dos direitos civis naquele momento? Considerando as normas da segregação no Sul e o discurso não raro apaixonado dos seus defensores nos anos após *Brown v. Board of Education*, é difícil evitar a associação com a famigerada ideia da miscigenação racial, o grande terror dos supremacistas brancos, fossem os radicais dos White Citizens Councils e da Ku Klux Klan ou os moderados polidos que defendiam o *status quo* sem apelar à violência. Frequentemente a miscigenação era brandida como a consequência fatal e *inevitável* de qualquer mudança nas normas férreas da segregação. Como a entrevista com o senador Richard Russell bem mostrou, nessa linha de raciocínio, a integração das escolas (ou dos ônibus, parques públicos, piscinas etc.) era parte de uma trama maior para eliminar *qualquer* distinção entre as raças. E, como Gunnar Myrdal explica em *An American dilemma*, entre as crenças raciais comuns no Sul (e, é bom dizer, no resto dos Estados Unidos, ainda que em menor grau) estava a da inferioridade inerente das populações não brancas em geral e da negra em particular. Por essa ótica, a mestiçagem equivalia à degeneração biológica, um assunto sobre o qual cabem alguns comentários a respeito da postura da *NR*.

⁷¹⁴ Foul. *NR*, 18/4/1956.

⁷¹⁵ *NR*, 14/3/1959.

A *National Review* nunca endossou clara e formalmente o racismo biológico e a inferioridade *intrínseca* dos negros, no máximo, uma inferioridade “cultural” não muito explicada. As biografias de Buckley, por exemplo, relatam como ele sempre evitou associar-se publicamente aos proponentes desse tipo de ideia. Mas, seguindo a linha de seus argumentos constitucionalistas contra decisões como *Brown*, ele deu considerável espaço a defensores do direito do Sul de manter o *status quo* racial, desde que seguindo a linha da crítica sobre as relações da região com o governo federal. Era, afinal, um argumento publicamente defensável e aparentemente neutro sobre a possível desigualdade das raças, tanto que *os direitos dos estados* passaram a ser a principal linha retórica entre os defensores do Sul, brandida tanto por racistas declarados quanto por por “moderados”.⁷¹⁶ Assim, por exemplo, um notório intelectual segregacionista como o editor do jornal da Virgínia *Richmond News Leader*, James J. Kilpatrick, era presença frequente na revista, com longas e complexas análises constitucionais invariavelmente pró-Sul e anti-governo federal. Mas a *NR* nunca deu espaço para supremacistas brancos mais histriônicos e reconhecidos como tal, não obstante o “lapso” com a entrevista de Richard Russell. Por outro lado, ao se examinar com atenção os seus textos sobre raça ao longo dos anos 1950 e 60, vê-se que ela também não se negava a publicar textos onde a ideia de uma hierarquia racial *strictu sensu* era discutida e mesmo insinuada, mas sob uma perspectiva *acadêmica*. Isso era bem raro, cabe dizer, mas aconteceu mais de uma vez. Por exemplo, Carl Bogus, que escreveu a biografia intelectual mais recente sobre Buckley e a *National Review*, chama a atenção para um longo artigo de capa, com *cinco* páginas, do criminalista, sociólogo e crítico social Ernest van den Haag. Escrito na forma de uma entrevista fictícia, duas pessoas não identificadas discutem a relação entre raça e quociente de inteligência (QI). Mesmo pressionado pelo “entrevistador” a dar uma posição mais específica e objetiva sobre os negros terem ou não um QI médio menor que os dos brancos, o “entrevistado” (que podemos inferir expressar as ideias do próprio Van den

⁷¹⁶ Para um exemplo conhecido de como essa tese era popular e aceitável no discurso político da época, veja-se o livro-plataforma do senador republicano (e futuro candidato presidencial) Barry Goldwater, *The conscience of a conservative*. Extremamente popular quando de seu lançamento em 1960, o livro foi na verdade redigido por L. Brent Bozell, que, embora simpático à causa negra e defendendo o seu direito a voto com base na Décima-Quinta Emenda, defende uma leitura estrita da Constituição e contestar a autoridade da Suprema Corte na questão da dessegregação escolar. Assim, Goldwater/Bozell conseguia apoiar os negros em princípio, mas contestar a interferência federal na questão da segregação em si mesma sob o pretexto de que seria uma intervenção nos direitos dos estados — na prática, posicionando-se ao lado dos segregacionistas: “Eu acredito que o problema das relações raciais, como todos os problemas *sociais* e *culturais*, são melhor manejados pelas pessoas diretamente envolvidas. A mudança social e cultural, por mais desejável que seja, não deve ser efetuada pelos motores do poder nacional. Vamos, pela persuasão e a educação, procurar melhorar as instituições que consideramos defeituosas. Mas vamos, ao fazê-lo, respeitar o processo ordeiro da lei.” Como várias vezes aconteceria na *NR*, discutem-se os métodos da luta contra a segregação, mas não a validade e os efeitos indesejáveis de Jim Crow. Cf. GOLDWATER, Barry. *The conscience of a conservative*. New York: MacFadden Books, 1961, p. 38.

Haag) se limita a contestar a cientificidade de estudos que teriam concluído não haver diferença intelectual inata segundo os grupos raciais, e que esta, quando havia, se devia a fatores socioambientais (como uma educação de baixa qualidade, por exemplo). Naturalmente, a ideia de um menor nível de inteligência como marca inegável da inferioridade de uma etnia é um dos pilares do racismo “científico” do século XIX e do XX. Como bem resume Bogus (grifo nosso):

[...] Van den Haag e o entrevistador fictício ostensivamente fazem um jogo de gato e rato [...]. O artigo começa com a questão de se os diferentes resultados em testes de inteligência entre grupos étnicos se deve à hereditariedade ou ao ambiente. Van den Haag diz ao entrevistador que “nós não sabemos se as diferenças encontradas nos testes ocorrem por causa de diferenças nas oportunidades culturais ou por causa de diferenças na inteligência nativa”. O entrevistador pressiona [...]: “Mas e quanto a um palpite prático?” “Eu hesito”, van den Haag replica. [...] O entrevistador persiste. Van den Haag diz que é “muito possível, mas não certo”, que muito da diferença na média dos resultados entre crianças brancas e negras se deva a diferenças inatas, e que ele “deve se inclinar a crer” que tal é o caso. O entrevistador pergunta de novo, “Qual é a sua conclusão”. Essa pergunta é um artifício para permitir a Van den Haag fingir que se recusa a responder a uma questão que, na verdade, ele já respondeu. Esse jogo se repete várias vezes. [...] “E quanto ao desempenho cultural inferior dos negros em seu habitat nativo?”, pergunta o entrevistador fictício. Van den Haag replica que, em termos de conquistas culturais “tais como a invenção de uma linguagem escrita, ou da roda, a criação de uma literatura, das artes e humanidades, da matemática, do império da lei, ou do progresso médico”, os negros se comparam desfavoravelmente a outros grupos raciais. “Não segue daí que uma explicação biogenética está correta”, ele adverte. E então acrescenta, “Mas não vejo razão — *a não ser o modismo* — para descartar a possibilidade de uma distribuição genética de talentos diferenciada entre grupos étnicos como uma explicação parcial possível”.⁷¹⁷

Ao fim, perguntado sobre a que conclusão tinha chegado, o entrevistado continua com sua eloquente “relutância”: diz não ter nenhuma, mas que “gostaria que você tirasse a sua”. E a isso acrescenta (grifos nossos):

Todavia, a confusão de muitos cientistas sociais merece comentário. Cinquenta anos atrás, muitos dentre eles estavam ocupados demonstrando “cientificamente” a inferioridade dos negros aos brancos. Assim como muitos estão igualmente ocupados agora provando “cientificamente” que não há diferenças psicológicas inatas quaisquer entre os grupos étnicos, e que, *a menos que as crianças cresçam sob uma convivência forçada*, elas não são livres, e sofrem danos psicológicos. A evidência para essas alegações é tão “científica” quanto a evidência para a ideologia em voga cinquenta anos atrás. A moda mudou, mas muitos cientistas sociais, não: eles permanecem servos dela. Ocasionalmente eles eram bem intencionados; isto é provavelmente parte do problema, pois eles *obstinadamente se recusam a agir como cientistas, estando comprometidos com várias causas além da causa da ciência*; embora anseiem apaixonadamente pelos adereços e o prestígio da ciência. Contudo, para os

⁷¹⁷ BOGUS, op. cit., p. 162-3.

cientistas, a moderação na busca da verdade é um vício fatal; ela não pode ser afastada por meio do *extremismo na busca de ideologias igualitárias*.⁷¹⁸

Num único artigo, Van den Haag não apenas põe em dúvida toda a desconstrução do conceito de hierarquia racial feita ao longo do século XX, atribuindo-lhe a suspeita de contaminação ideológica, como remete seu leitor às críticas à integração compulsória das escolas, que havia sido em parte justificada pela Suprema Corte pelo recurso a experiências que mostravam como a segregação induzia desde cedo em crianças negras um senso de inferioridade prejudicial ao seu desenvolvimento.⁷¹⁹ Ao se pôr no lugar de um árbitro distanciado desse tipo de fraqueza intelectual, Van den Haag — que não era um especialista na área que criticava — afeta uma objetividade que a própria revista, como se viu, nunca teve na matéria. Não por acaso, dois meses depois, em fevereiro de 1965, a *NR* publicou duas páginas de discussão sobre o artigo, com cartas de leitores indignados e uma réplica do autor em duas colunas (equivalendo a 2/3 da segunda página). Ao retomar o assunto e comentar as cartas enviadas, o autor deixa suas premissas mais claras:

A segregação pela cor, sugeri incidentalmente, é educacionalmente racional. Meus correspondentes retrucam que a classificação deveria seguir a habilidade, não a cor. Visto que meu ponto era que, pelo menos por agora, a cor e a habilidade estão significativamente correlacionadas, não há conflito; para a maioria das crianças, o efeito seria o mesmo caso fossem classificadas pela cor ou habilidade, e a segregação iria continuar. [...] Em resumo, eu favoreço a congregação ou a segregação de acordo com a habilidade, exceto quando é psicologicamente prejudicial às crianças envolvidas. Contudo, eu me oponho à junção (ou separação) *compulsória* (imposta externamente), porque é provavelmente prejudicial e porque é inconsistente com a liberdade de associação, que deve ser maximizada.⁷²⁰

Como o resto de seus colegas na *NR* na questão da segregação escolar, Van den Haag parece usar uma linguagem de razoabilidade, embora agora apelando à autoridade da ciência e não das leis constitucionais do país. No entanto, dados o contexto das relações raciais naquele momento histórico e a maneira como expôs os princípios que de fato reconheceu como seus na réplica, é difícil não concluir, como o fizeram os seus correspondentes, que o que ele de fato fez, com o beneplácito dos editores que, afinal de contas, lhe deram uma matéria de *capa*, foi dar um verniz de respeitabilidade a uma linha de argumentação não apenas pró-segregação, mas claramente racista *strictu sensu*. Não que ele fosse o único a fazê-lo: quando a pseudoentrevista sobre raça e QI foi publicada, em dezembro de 1964, a *National Review* já tinha mais de um antecedente.

⁷¹⁸ Intelligence or prejudice? *NR*, 01/12/1964.

⁷¹⁹ Cf. nota 639.

⁷²⁰ Intelligence or prejudice? Some letters and a reply. *NR*, 09/02/1965.

Em 1963, Nathaniel Weyl, um ex-comunista convertido a *guerreiro frio* especializado em América Latina e autor de uma história do negro nos EUA,⁷²¹ publicou *The reality of race* na seção de resenhas da *NR*. Tratava-se de uma análise de *The origin of races*, de autoria de um “dos mais originais e distintos expoentes na área da antropologia física”, Carleton S. Coon. Apresentado no texto como “um grande ponto de virada” nesse campo de estudos, uma das teses do livro era de que o fenômeno do desenvolvimento das raças teria surgido antes mesmo do *Homo sapiens*. Dessa forma, Coon revalidava a ideia dos seres humanos como divididos em raças no sentido pleno do termo, em número de cinco: caucasoide, mongoloide, australoide, congóide e capóide. Cada um desses grupos teria evoluído em épocas diferentes diretamente do *Homo erectus*, constituindo, na verdade, cinco subespécies que chegaram ao estágio de *sapiens* em épocas diferentes: os caucasóides (que corresponderiam aos atuais “brancos”) sendo os mais antigos a surgir, há 300.000 a 350.000 anos, e os congóides (ou os atuais “negros”) sendo os mais recentes, com apenas 10.000 anos.⁷²² Essa diferença temporal não era isenta de consequências. Weyl explica que, apesar de Coon ter deixado a discussão das capacidades mentais das raças para um futuro segundo volume,⁷²³ já dizia ser

uma inferência justa que os homens fósseis agora extintos eram menos dotados que seus descendentes que possuem cérebros maiores, que as subespécies que cruzaram o limite para a categoria de *Homo sapiens* mais cedo desenvolveram-se mais, e que a óbvia correlação entre a extensão do tempo que uma subespécie tem permanecido no estado de *sapiens* e os níveis de civilização alcançados por algumas de suas populações, podem ser fenômenos relacionados.⁷²⁴

Ao fim, Weyl, ele próprio um segregacionista, resume as conclusões de Coon (itálicos no original):

Coon acredita que a mistura racial é um fator muito menos significativo na evolução humana que a escola igualitária de sociologia alega. Os fatores restritivos incluem a *xenofobia* e os consequentes *guetos* e o fato de que, quando duas raças entram em conflito, uma geralmente se prova superior em termos das exigências de sobrevivência da época, lugar e estrutura societária. Das cinco grandes raças, os mongolóides e os caucasóides se expandiram rumo ao sul [...] para dominar a terra. Os capóides e australóides beiram a extinção. O ramo negróides da raça congóide tem exibido uma extraordinária viabilidade para o trabalho físico nos trópicos; em Madagascar e nas terras quentes da América Latina, ele tem tomado o lugar de outros grupos raciais concorrentes.

⁷²¹ Weyl (1910-2005), cujo nome se pronuncia como “while”, não era um desconhecido. Em 1952, foi a única testemunha a corroborar as alegações de Whittaker Chambers de que Alger Hiss era um comunista. Mais tarde, em 1961, ele publicou *Red star over Cuba*, que, assim como seu *Treason*, de 1950, atraiu atenção e gerou discussões. Sobre o tema da raça, ele escreveu *The Negro in American civilization*, de 1960. Uma resenha favorável por parte de uma publicação eugenista e pró-segregação pode ser encontrada em: <http://www.unz.org/Pub/MankindQuarterly-1961jan-00223a02>. [Acesso em: 5 de julho de 2013.]

⁷²² Hoje, no entanto, a opinião dominante é que nossa espécie, o *Homo sapiens sapiens*, surgiu há cerca de 200.000 anos

⁷²³ *The Living Races of Man*, lançado em 1965.

⁷²⁴ *The reality of race. NR*, 15/01/1963.

A pesquisa acadêmica desapaixonada e as conclusões desafiadoras da obra de Coon exigem uma séria atenção e sóbria consideração.⁷²⁵

Coon no entanto, não era um antropólogo desapaixonado, como a resenha elogiosa de Weyl dá a entender. Quando a resenha apareceu, em janeiro de 1963, Coon já tinha pelo menos uma controvérsia no currículo. Nessa época de disputas raciais, o apelo à ciência foi uma das táticas empregadas por militantes segregacionistas para justificar a separação entre brancos e negros, e a antropologia foi um dos campos mais visados para esse fim. Nesse contexto, o empresário de aviação e publicista Carleton Putnam⁷²⁶ — primo de Coon — decidiu empregar todos os seus recursos para defender a ameaça à “civilização branca” representada pelas reivindicações negras de igualdade. Entre suas principais teses, estavam a de que cultura e raça estavam intrinsecamente ligadas, que a mistura racial seria uma desgraça civilizatória e que havia uma conspiração entre cientistas, entre os quais o eminente antropólogo Franz Boas e seus discípulos, para ocultar a realidade das diferenças notórias entre as raças. Tais visões foram reunidas no livro *Race and reason: a Yankee view*, de 1961, que teve uma recepção entusiástica no Sul, mas foi alvo de censura por parte da *American Association of Physical Anthropology* (“Associação Americana de Antropologia Física”, AAPA), preocupada com o uso da obra em escolas secundárias na Louisiana. A medida era previsível, já que, racismo à parte, punha em questão a credibilidade e/ou a competência de grande parte dos profissionais da área. Mas Putnam contou com pelo menos um defensor de renome, seu primo Coon, então presidente da AAPA, que renunciou ao considerar que a censura a Putnam era um ataque à liberdade de imprensa, com o que não podia concordar. O que ainda não se sabia, à época, era que os dois Carletons mantinham contato frequente e era Coon quem secretamente dava subsídios intelectuais à campanha de Putnam contra a integração racial.⁷²⁷

Essa ligação não era a única digna de nota. O próprio Nathaniel Weyl era amigo próximo de Putnam e, assim como Ernest van den Haag, um associado da *International Association for the Advancement of Ethnology and Eugenics* (“Associação Internacional para o Avanço da Etnologia e da Eugenia”, IAAEE), organização fundada na Escócia em 1959 e

⁷²⁵ Id.

⁷²⁶ Putnam (1901-1998) foi um dos fundadores da Delta Airlines.

⁷²⁷ Essa curiosa história de promiscuidade entre o debate racial na sociedade americana da época e o *Establishment* acadêmico se encontra em detalhes em dois trabalhos do historiador John P. Jackson.: “In ways unacademical”: the reception of Carleton S. Coon’s *The origin of races*. *The Journal of History of Biology*. N° 34. 2001. Disponível em: <http://comm.colorado.edu/~jacksonj/research/coon.pdf> [Acesso em: 5 de julho de 2013.]; *Science for segregation: race, law and the case against Brown v. Board of Education*. New York: New York University Press, 2005. (Critical America.) [Edição Kindle.]

dedicada à divulgação do racismo científico. Naturalmente, o leitor médio da *National Review* não tinha como saber disso, e ideias devem ser avaliadas por seus próprios méritos, não por quem as veicula. Mas isso mostra como, nas discussões sobre raça de meados do século XX, a revista não teve as mesmas cautelas que apresentou noutras áreas. Afinal, como seus vários biógrafos destacam, Buckley tomou uma série de cuidados para evitar a entrada de antissemitas na *NR*, chegando mesmo a demitir um de seus colaboradores, Revilo P. Oliver, por conta disso.⁷²⁸ Também notabilizou-se por romper com organizações anticomunistas afeitas a teorias conspiratórias e tidas como extremistas, como a John Birch Society.⁷²⁹ Porém, no que dizia respeito ao racismo contra negros, a *National Review* mostrou-se muito mais permeável e tolerante. No caso de Van den Haag, isso se confirma ainda mais, pois ele se manteve como colunista por quase 40 anos e era amigo pessoal de Buckley.⁷³⁰

Há, no entanto, evidências de que nem por isso o racismo científico era isento de restrições. Como já foi dito, a *NR* procurava se manter dentro de uma linha de respeitabilidade, longe do que considerava os excessos de outros grupos da direita americana. Assim, artigos como o de Van den Haag e Weyl/Coon chamam a atenção justamente por se destacarem do conjunto, que se pautava por argumentos que pudessem ser aceitos pelo maior número possível de espectros conservadores. A reação de Buckley ao ser interpelado por Carleton Putnam, em correspondência de 1965, dá uma mostra de como ele entendia o assunto:

Ele explicou que quaisquer objeções que tinha à integração não eram baseadas em raça, mas na coerção: ele rejeitava a segregação sob coerção tanto quanto a integração sob coerção, ecoando a posição de Van den Haag tinha tomado em seus escritos publicados, que consideravam toda integração como “coagida” ou “forçada”. Buckley argumentou que o cristianismo reconhecia todas as pessoas como iguais perante o Senhor. Se a ciência moderna tinha descobertas diferentes, isso era irrelevante para a questão. “Minha observação”, concluiu Buckley, “que parece estar além do seu entendimento, é que a religião vai além da apreensão dos cientistazinhos que estão sempre asseverando suas mais recentes descobertazinhas e construindo teologias em torno delas.” Buckley disse a Putnam que “Eu mandaria meu filho somente para a melhor escola que eu pudesse. Se ela tivesse negros nela, eu não me importaria nem um pouco.”⁷³¹

⁷²⁸ Sobre Oliver, cf. BOGUS, op. cit., p. 182-184, e este site com vários de seus artigos: <http://www.revilo-oliver.com/news>. Vale dizer que, já nos anos 90, Buckley demitiria Joseph “Joe” Sobran, então editor-sênior da *National Review* por quase duas décadas, pelo mesmo motivo.

⁷²⁹ Cf. nota 458.

⁷³⁰ Van den Haag (1914-2002) foi convidado por Buckley para colaborar para a revista em 1957, permanecendo até 1994. Cf. TAGLIANETTI, Rob. *Finding aid for Ernest van den Haag papers, 1935-2000*. Disponível em: <http://library.albany.edu/speccoll/findaids/apap135.htm>. [Acesso em: 5 de julho de 2013.]

⁷³¹ JACKSON JR., op. cit., p. 179-80. [Edição Kindle.]

Parece, pois, que Buckley enxergava racistas declarados como Putnam, com suas teorias de cientistas igualitaristas conspirando contra a verdade inconveniente da desigualdade racial humana, como semelhantes a um Robert Welch, para quem Eisenhower era um comunista infiltrado, ou aos antisemitas sempre prontos a ver o dedo dos “sábios de Sião” por toda parte.⁷³² Mas essa percepção, assim como a crença numa igualdade básica de toda a humanidade aos olhos de Deus, estavam longe de levá-lo, mesmo oito anos depois de *Why the South must prevail*, a endossar o discurso moral-político-espiritual usado por Martin Luther King e boa parte dos defensores dos direitos civis. Como essa crença comum não bastou para unir conservadores e reformistas é o nosso próximo e último tópico.

5.3.2 – REFORMA OU REVOLUÇÃO?

A partir de 1963, a visibilidade do movimento dos direitos civis e de seus concorrentes na busca de uma solução para a população negra americana ganha um considerável aumento de visibilidade em *National Review*. E não era para menos: esse é um período de grande agitação nas relações raciais do país, com grandes eventos como a Marcha sobre Washington, o surgimento de nacionalistas negros, a aprovação de novas e abrangentes leis de direitos civis, bem como de violentas revoltas urbanas e novas formas de radicalismo, tanto na política quanto na cultura. Como se não bastasse, os conflitos anticoloniais no Terceiro Mundo e as pressões contra o *apartheid* colocam a África no radar das análises geopolíticas da revista. Tamanha riqueza de eventos de impacto histórico, por si mesma, justificaria uma série de pesquisas específicas de bom tamanho. Aqui, no entanto, nosso foco será a maneira como a *NR* lidou com King e a ala mais moderada do ativismo negro do período a partir de uma amostragem representativa.

Vimos que as grandes marchas e a desobediência civil eram as bases da estratégia de King e da SCLC. A *National Review* tinha algo a dizer sobre ambas. No primeiro caso, um bom exemplo é o artigo de Buckley, não assinado, sobre a Marcha sobre Washington, realizada em 28 de agosto de 1963, na qual King proferiu o seu mais famoso discurso, *I have a dream* (“Eu tenho um sonho”).

A ideia de uma grande marcha negra sobre Washington, como já foi dito, remonta aos anos 40, quando o líder sindical A. Philip Randolph usou-a como instrumento de pressão sobre o governo de FDR para obter medidas contra a discriminação racial nas forças armadas

⁷³² V. nota 484.

e na indústria.⁷³³ Cerca de duas décadas depois, John Kennedy chegou ao poder numa eleição muito apertada, na qual o eleitorado negro, atraído por suas promessas de apoio aos direitos civis, fez a diferença. Uma vez presidente, todavia, Kennedy mostrou-se um aliado relutante. Isso acontecia porque muitas das posições mais influentes nas duas casas legislativas — a chefia de comissões — eram ocupadas por democratas sulistas, segregacionistas ferrenhos que obtinham senioridade pela reeleição contínua facilitada pela exclusão eleitoral dos negros em seus estados de origem. Diante dessa circunstância, o presidente temia que uma ação mais audaciosa de sua parte na área dos direitos civis comprometesse a viabilidade do resto de seu programa no Congresso. Do ponto de vista de JFK, o movimento dos direitos civis podia ser visto como um incômodo ao exigir dele ações firmes, decisivas e abrangentes quando a situação no Congresso exigia uma atuação mais moderada e gradualista. A produção de crises via ação direta, incorporada ao acervo estratégico do movimento, podia ser um pesadelo político para a administração, dividida entre a necessidade de intervir em casos onde havia ameaça concreta de violência, e as demandas políticas para manter algum nível de eficácia noutras áreas, inclusive na sempre delicada política externa da Guerra Fria. Dessa forma, Washington procurava estimular o máximo de moderação e favorecia linhas de ação não confrontacionais, como programas de estímulo ao registro eleitoral negro, que prescindiam de batalhas abertas com o *status quo* segregado. Partia-se do princípio de que, dando aos negros no Sul uma maior influência política, as melhorias na sua situação seriam uma consequência natural. Essa estratégia foi aceita pelas principais organizações do movimento, que, no entanto, não abriram mão da sua militância característica.

Não tardou para que essa corda bamba política se rompesse. Logo os ativistas perceberam que, ao mesmo tempo que procurava atenuar suas manifestações, o governo federal não era muito esforçado quanto a um dos deveres básicos de qualquer poder, a manutenção da ordem e a proteção à integridade física dos cidadãos. No caso, a dos manifestantes negros, pois as autoridades locais e estaduais se sentiam suficientemente à vontade para usar da violência contra eles mesmo quando se supunham protegidos pelo governo federal. “O Departamento de Justiça podia abrir um processo para impedir a discriminação eleitoral, mas se recusava a empregar o FBI ou os agentes federais para proteger os trabalhadores dos direitos civis da violência”, argumentando que a responsabilidade primária pelo cumprimento da lei cabia aos estados, e que o FBI “era apenas

⁷³³ A rigor, o movimento por uma manifestação do tipo se estendeu dos anos 1930 até pouco depois da Segunda Guerra Mundial, mas seu maior sucesso se deu em 1941, quando o governo Roosevelt, temendo a repercussão do protesto, aceitou emitir a Ordem Executiva 8802, que proibia a discriminação racial nas indústrias de defesa e no governo, e a criação da FEPC (v. seção 5.1).

um ramo investigativo, não uma agência de polícia nacional”. Consequentemente, os ativistas viam-se na desagradável posição de ter de confiar na boa-vontade e honestidade das mesmas autoridades a quem acusavam de violar seus direitos civis básicos.

Essa política de encorajar o registro eleitoral, por um lado, e falhar em proteger aqueles que o promoviam, de outro, produziu resultados mistos. Entre 1962 e 1964, aproximadamente setecentos mil negros sulistas conseguiram entrar nas listas de eleitores, e a porcentagem de negros adultos nas listagens de registro subiu de 29 para 43. Somente na Flórida, no Tennessee e no Texas, contudo, a maioria dos negros qualificados conseguiu se registrar, enquanto no Alabama, na Louisiana e no Mississippi menos de um terço tinha se qualificado para votar. Os novos eleitores geralmente vinham de vilarejos e cidades onde as restrições contra afro-americanos eram aplicadas com menor rigidez. Nas áreas rurais onde os negros eram mais isolados e sujeitos a maior repressão, a situação do direito de voto melhorou quase nada.

No Mississippi, as condições continuaram tão más que o VEP⁷³⁴ decidiu suspender suas operações. Em 1964, apenas 6,7% dos adultos negros do estado podiam votar, e as perspectivas de melhora significativa pareciam poucas enquanto os trabalhadores de direitos civis eram assediados e o governo federal não [lhes] oferecia proteção. Contra a acirrada resistência estadual, que incluía violência policial e prisões, as ações judiciais do Departamento de Justiça se mostraram inadequadas.⁷³⁵

A essas dificuldades gerais, somavam-se as dificuldades internas do próprio movimento. Durante as manifestações em Birmingham, em abril e maio de 1963, o nível de violência da repressão das autoridades locais superou qualquer coisa até então enfrentada por King. Devido a prisões em massa dos voluntários do movimento, o pastor decidiu recrutar crianças para participar dos protestos. Quando, violando uma ordem municipal de não saírem das igrejas onde se reuniam, alguns do manifestantes saíram à rua,

[o chefe de polícia] Connor e suas forças perderam a cabeça. Bombeiros acionaram suas mangueiras de alta pressão, a água das quais derrubou os manifestantes no pavimento e lançou alguns deles contra a parede dos edifícios. Alguns permaneceram caídos, sangrando e inconscientes. Os policiais avançaram sobre os manifestantes e lhes bateram com cassetetes. Outros mantiveram cães de ataque em longas coleiras, e pareciam se deliciar com a visão dos cães mordendo os manifestantes à medida que eles fugiam do massacre.⁷³⁶

O resultado foi a prisão de mais de 2.000 crianças, e muitos feridos. Vários dos manifestantes reagiram, lançando pedras e garrafas contra a polícia, pela primeira vez rompendo a postura não-violenta característica desse tipo de protesto. Nos dias seguintes,

⁷³⁴ *Voter Education Project*, ou “Projeto de Educação do Eleitor”. Era o programa federal, em aliança com as organizações de direitos civis, que procurava estimular os negros do Sul a se tornarem eleitores registrados. Atuou entre 1962 e 1964.

⁷³⁵ LAWSON & PAYNE, op. cit., p. 24-5.

⁷³⁶ PATTERSON, op. cit., p. 479.

bombas foram lançadas no motel onde King estava hospedado e numa casa de propriedade de seu irmão na cidade — atentados típicos durante os momentos mais intensos de contestação à ordem racial estabelecida. Desta vez, entretanto, o ataque da polícia e dos bombeiros foi televisionado, levando a todo o país, e ao mundo, o tipo de violência à qual aqueles que defendiam a igualdade de direitos muitas vezes eram submetidos. A visão dos manifestantes, muitos deles mulheres e crianças, sendo atacados por cães chocou a opinião pública, aumentando o número de simpatizantes da causa dos negros no Norte e forçando o governo federal a intervir, ameaçando mandar tropas federais a Birmingham. Sob a supervisão de Robert Kennedy, *Attorney-General*⁷³⁷ do governo JFK, as autoridades e comerciantes de Birmingham acabaram aceitando abrir mão de várias instâncias de segregação, o que levou Martin Luther King a declarar a campanha vitoriosa. No entanto, outros atos de violência contra negros ou ativistas dos direitos civis continuaram não só em Birmingham como em várias outras localidades do Sul, enquanto as tensões entre os próprios ativistas aumentavam. Manter o apelo da não violência ficava mais e mais difícil.

Compreende-se, portanto, os temores do governo em relação à Marcha para Washington, que foi cuidadosamente negociada e supervisionada. Com um novo projeto de lei de direitos civis em elaboração pelo governo — em resposta ao choque de Birmingham — era importante não alienar apoios parlamentares. Para os organizadores, contudo, a manifestação seria uma demonstração de força, e também uma exortação de alcance nacional contra a injustiça e a violência da discriminação racial.

Mas a *National Review* não estava empolgada. Na véspera do evento, a revista chegou às ruas com um editorial não assinado de página inteira, de autoria de Buckley. Após assinalar que a marcha, inicialmente concebida por A. Philip Randolph, começara a granjear apoios não diretamente relacionados aos direitos civis, desde grupos judeus até o clero protestante e o próprio presidente Kennedy, diz Buckley que a Marcha carecia de “um propósito definido”, visto que já havia um projeto de lei sobre os direitos civis no Congresso, e era “por natureza indisciplinada”. O projeto em si era uma medida “duvidosa em sua genealogia constitucional e efeito sociológico” como solução para a “controversa situação racial” do país, e esse era um defeito que não se resolvia com o “estampido de centenas de milhares de pessoas em Washington que anseiam por uma peça de legislação, e danem-se os argumentos contra ela”. Se os congressistas votassem a favor do projeto tão-somente por causa do clamor da multidão

⁷³⁷ O *Attorney-General* não tem um equivalente exato no Estado brasileira, pois reúne funções que cabem, aqui, ao Ministro da Justiça, ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da União. Cf. <http://www.migalhas.com.br/LawEnglish/74.MI137973.91041-Os+cargos+de+Attorney+General+US+Attorney+e+State+Attorney>. [Acesso em: 07/7/2013.]

à sua porta, então o prejuízo seria duplo: tanto à causa do progresso interracial quanto à das instituições livres. Estar-se-ia substituindo — e aqui Buckley ecoa uma crítica milenar à democracia — a reserva e a meditação necessárias à apreciação serena do projeto pela *mobocracy*.⁷³⁸

Manifestações de massa, em uma sociedade livre, devem ser reservadas para situações nas quais simplesmente inexistem dúvidas quanto ao curso moral correto. Se é verdade que não se pode confiar no Congresso para redigir uma lei manifestamente justa e de forma imperativa, então, e só então, a pressão da multidão tem lugar. Mas o emprego da multidão em circunstâncias que clamam por pensamento e discussão e meditação é um recurso perigoso. Qual sociedade, em que tempo da história, foi livre, e justa, e civilizada, e governada pela multidão?⁷³⁹

O problema negro, diz ele ainda, é do tipo que “não pode ser resolvido nem pela mais artística peça de legislação”. E explica:

O próprio Salomão não conseguiria aparecer com uma lei nacional que drenasse os ressentimentos de James Baldwin⁷⁴⁰ quando lhe recusaram uma bebida no aeroporto de Chicago ou foi insultado por um policial na Times Square.⁷⁴¹ O tipo de “progresso” projetado sob a lei de direitos civis é o tipo de progresso baseado na premissa de que se pode levar as pessoas a fazerem, sob pressão coercitiva, coisas que elas não estão dispostas a fazer. [...] Existem realmente amigos verdadeiros e sábios da raça negra que creem que uma lei federal, deduzida artificialmente da Cláusula de Comércio da Constituição e da 14ª Emenda, cujo efeito marginal será instruir pequenos comerciantes do Sul Profundo sobre como eles devem conduzir seus negócios, não é de forma alguma o caminho para promover o tipo de entendimento que é a base de uma relação progressiva e caridosa entre as raças.

O ceticismo quanto à eficácia da lei se baseia no fato de que a raiz do problema, o preconceito racial, não poderia ser extirpado com estatutos. Da mesma forma, o libertarianismo de Buckley se insurge, como no caso de *Brown*, contra a pretensão de se ditar a comerciantes individuais quem e como devem atender em seus negócios, que, afinal, são privados. Essa argumentação continuou a ser recorrente na *NR*, e frequentemente aparecia nas críticas a leis antidiscriminatórias — estaduais ou federais — cujo objetivo seria microgerenciar transações cotidianas e se impor às liberdades dos cidadãos. Seguindo por esse raciocínio, como já se viu na questão da segregação escolar, qualquer tentativa de forçar os

⁷³⁸ Derivada de *mob*, “multidão”, *mobocracy* seria literalmente o “domínio ou governo da multidão”. Na linguagem erudita da filosofia política clássica, o termo correto seria “oclocracia”.

⁷³⁹ When the plights go marching in. *NR*, 27/8/1963.

⁷⁴⁰ Escritor, poeta e crítico social americano, Baldwin (1924-1987) destacou-se como um dos mais ácidos críticos da discriminação racial nos EUA. Sua postura combativa, no entanto, por vezes beirava um certo nihilismo, e suas críticas se estendiam não só ao racismo em si, mas daí à toda a civilização americana e até à religião cristã, o que o tornou um alvo frequente da *National Review*. Entre suas obras mais conhecidas na época de que estamos tratando, contam-se *Notes of a native son* (1955) e *The fire next time* (1963).

⁷⁴¹ Alusão a dois incidentes em que Baldwin relatou ter sido vítima de discriminação.

processos orgânicos da sociedade poderia fazer mais mal do que bem, além de simplesmente não atingir os objetivos desejados.

Se a Marcha sobre Washington era um erro por tentar forçar a mão do Congresso, que dizer da atuação do movimento dos direitos civis em si? À parte o clamor pela intervenção federal — sempre um anátema à luz do libertarianismo embutido na linha conservadora da *National Review* —, haveria mérito na maneira como o movimento se conduzia nos anos 1960?

A resposta simples e curta é que a *NR* procedeu com o movimento de forma parecida com a cobertura dispensada ao antissegregacionismo em geral na década anterior. À parte alguns poucos artigos mais neutros e um colaborador particularmente simpático à causa, Garry Wills, que chegou a replicar a alguns dos ativistas negros mais contundentes, como James Baldwin e os Panteras Negras, a revista devotou maior atenção aos problemas e, a seu ver, os vícios do movimento do que a qualquer outro aspecto. Um bom exemplo se encontra na mesma edição de 27 de agosto, em reportagem de L. Brent Bozell sobre como duas cidades de Maryland, Salisbury e Cambridge, representavam as virtudes da abordagem gradualista e os riscos da imposição de uma visão ideologizada de como as relações raciais deviam ser. Salisbury era louvada porque a comunidade local, por meio de negociações iniciadas após uma ameaça de manifestações por parte de alguns estudantes negros, desenvolveu medidas graduais e pacíficas de negociação. Mas em Cambridge, ao contrário, a impaciência de militantes e sua declaração de um ultimato com prazo muito curto para concessões tinha forçado a cidade a uma onda de protestos que levaram a uma atmosfera de hostilidade, primeiro, e episódios de violência, depois, fazendo com que as autoridades solicitassem a presença da Guarda Nacional. Quando Cambridge finalmente começou a desenvolver um plano de dessegregação, os ativistas apresentaram novas exigências, o que ocasionou mais violência e a intervenção do próprio Robert Kennedy para que se negociasse uma trégua precária. “A impressionante diferença entre Salisbury e Cambridge”, comenta Bozell, “não foi a conduta dos brancos, nem a extensão da dessegregação obtida antes dos problemas, mas a *abordagem da questão pelos negros*”, ao que acrescenta:

Em Salisbury, os brancos responderam de forma inteligente, por razões de interesse próprio, às pressões e incitações negras; as pressões e incitações, por sua vez, parecem ter sido temperadas pela prudência — levando em conta as dificuldades de abandonar antigos padrões estabelecidos da vida comunitária. Como resultado, a harmonia racial foi preservada, e um substancial progresso rumo à dessegregação mantido. Em Cambridge, a desordem racial se desenvolveu, apesar de um substancial progresso rumo à dessegregação estar a caminho, quando os negros perderam a paciência com o ritmo da dessegregação,

e decidiram, aparentemente, dar aos brancos em geral uma lição sobre as consequências de se empurrar com a barriga.⁷⁴²

Os ativistas dos direitos civis, portanto, podiam ser irrazoáveis, desrespeitosos com a população branca local e serem, eles mesmos, culpados pela violência que tão frequentemente ocorria nesses casos. Um gradualismo negociado funcionaria melhor, e evitaria os danos causados por uma militância exaltada e por leis como “o novo projeto do presidente Kennedy que passa por cima dos processos orgânicos de uma comunidade”. Mas Bozell também chama a atenção no texto para um fator muito presente nas duas cidades que discute: a convicção entre os moradores de que Cambridge havia sido “escolhida” por gente de fora da cidade para servir de exemplo. Considerando que Birmingham, uma cidade de 350 mil habitantes, também havia sido escolhida por Martin Luther King como uma oportunidade de vitória simbólica, a hipótese é plausível. Na época, a *NR* já aludia, em nota não assinada, à “tripulação de profissionais que passava seu tempo se insurgindo de cidade em cidade, como num jogo de dados itinerante [*traveling crap game*]”, que deixavam atrás de si “as ruínas emocionais e materiais que usualmente acompanham especulações contras as leis de probabilidade”. A tal ponto, continua o texto, que um grupo de quatro ou cinco negros havia abordado o senador republicano conservador, Barry Goldwater, pedindo-lhe que fizesse alguma coisa contra “esses negros do Norte” que iam à região “criar antagonismos contra nós que não existiam antes”.⁷⁴³ O clichê segregacionista de que os protestos eram motivados por “agitadores de fora” que nada tinham a ver com os “pacíficos” negros nativos, e mais os prejudicavam do que beneficiavam, ganhava assim eco nas páginas da revista.

Em sua habitual linguagem dramática, Frank Meyer resumia o que estava acontecendo nos EUA: uma “revolução negra”. E acrescentava (grifos nossos):

As queixas de uma seção da população estão sendo agitadas até alturas febris por ideólogos que dirigem o impacto das forças que eles criaram de tal forma que o único resultado certo do seu “sucesso” seria a destruição da ordem constitucional. Enquanto isso, aqueles responsáveis pela ordem estão tão confundidos pela ideologia liberal que cooperam na destruição [da primeira]. Considere-se a combinação de ameaças demagógicas, atos presidenciais e decisões judiciais a que temos assistido. As ameaças vão de ultimatoss abertos emitidos por líderes negros à comunidade branca, invocando levantes e violência a menos que ela ceda a demandas ilimitadas vagamente articuladas, até os pronunciamentos solenes da Secretaria de Estado de que, a menos que cedamos a tais demandas, a nossa posição contra o comunismo será fatalmente enfraquecida. As ações presidenciais e judiciais vão desde a invasão de um estado soberano por tropas federais a fim de *aterrorizar as agências locais de proteção à lei, que têm sido muito bem-sucedidas em suprimir humanamente a*

⁷⁴² The lesson of Cambridge... and Salisbury: was violence necessary? *NR*, 27/8/1963.

⁷⁴³ *The Week. NR*, 23/4/1963.

ação da multidão, até a recusa de proteção a donos de propriedades contra a invasão e a violência, e a recusa até mesmo a ouvir o processo de um estado soberano em sua tentativa de fazer valer a separação constitucional de poderes.⁷⁴⁴

Deve-se ressaltar que Meyer escreve já depois dos incidentes em Birmingham. Não dá, porém, qualquer exemplo concreto de em que casos a violência foi *iniciada* pelos ativistas negros, ou a sua ameaça usada para chantagear a comunidade branca. Pode-se inferir que ele acredite, tal como na discussão das multidões furiosas com a integração racial nas escolas, que o próprio ato de protestar implique a responsabilidade por toda a violência retaliatória do outro lado. Seja como for, Meyer, sempre vigilante a radicalismos de esquerda, vê uma perigosa contaminação ideológica no movimento dos direitos civis, embora não o relacione diretamente ao seu objeto de interesse mais frequente, o comunismo. Todavia, ele alerta de forma clara: os EUA estavam entrando numa “situação revolucionária... devastadoramente perigosa”, com o enfraquecimento das instituições e o choque entre comunidades. E tudo isso, a seu ver, por razões desproporcionais, já que “as leis segregacionistas hoje são largamente letra morta”, ao passo que a intervenção governamental em sentido contrário — sempre um perigo às liberdades — crescia rapidamente.

Sob essa perspectiva, a crescente agitação e agressividade de setores do movimento negro deviam parecer excessivas. No entanto, do outro lado, o problema racial soava cada vez mais sério à medida que se avançava na década de 60. Mesmo com a aprovação de novas leis de abrangência histórica — a Lei de Direitos Civis, de 1964, e a Lei de Direito ao Voto, de 1965 —, a tensão parecia crescer, em vez de diminuir. Enquanto a prática da discriminação resistia a soluções rápidas, novas dificuldades apareciam. Em agosto de 1965, por exemplo, a região de Watts, em Los Angeles, viveu dias de terror e fúria quando um incidente de violência policial — uma queixa crônica dos moradores desse bairro negro — cresceu até se tornar uma verdadeira revolta urbana que durou seis dias. Saques, incêndios, tiroteios e vandalismo tiveram como saldo total 34 mortos, 1.032 feridos, 4.200 presos e 600 edifícios danificados ou destruídos. A isso somou-se a convocação de 21.000 soldados da Guarda Nacional e a imposição de um toque de recolher em Los Angeles. Mas, chocante como foi pela escala da destruição, Watts não seria nem o primeiro nem o último episódio do tipo a assustar os Estados Unidos de meados dos anos 1960: episódios semelhantes ocorreram também em Nova York (1964), na Filadélfia (1964), em Newark (1967), Detroit (1967), entre

⁷⁴⁴ The Black revolution. *NR*, 18/6/1963.

outras cidades. Durante muito tempo encarado como uma peculiaridade do Sul, o “problema negro” agora batia com toda força às portas do Norte.⁷⁴⁵

Nesse clima tenso, ao mesmo tempo que o governo federal atendia às demandas por leis antidiscriminatórias que pusessem fim a Jim Crow, acentuava-se a percepção de que era insuficiente. Reivindicações de natureza econômica rapidamente começavam a entrar na pauta dos ativistas, que deixava então o foco numa só região, o Sul, e passava a abranger problemas que se estendiam a todo o país. Além disso, as próprias organizações que compunham o movimento começavam a apresentar divergências. De um lado, no SNCC e no CORE, o objetivo de uma integração racial harmoniosa entre cidadãos de uma mesma América começava a perder terreno para uma forma de nacionalismo racial profundamente desiludida com a abordagem liberal do problema negro. Essa desilusão engendrou uma radicalização para a esquerda, que redundaria, a partir de 1966, na disseminação do conceito de “Poder Negro” [*Black Power*]: em vez de integração na sociedade maior dominada por brancos, a autonomia e o empoderamento da comunidade negra para cuidar de suas próprias necessidades. Tudo isso embalado num discurso radical, não raro agressivo e contestador, cuja tônica não era a fraternidade cristã da SCLC ou do próprio SNCC em seus primórdios, mas o orgulho e até o separatismo.⁷⁴⁶

Por sua vez, a ala “moderada” representada por King e sua SCLC tentavam se adaptar e se manter relevantes. Afinal, mesmo com as novas leis antidiscriminatórias, ainda havia muito a fazer para melhorar a situação do negro americano. A não violência continuava sendo o seu guia, mas agora ela era obrigada a concorrer, dentro da comunidade negra e seus apoiadores brancos, com um número cada vez maior de propostas revolucionárias.⁷⁴⁷ E, cada vez mais, a mesma violência racista que possibilitava o *jiu-jitsu moral* tantas vezes utilizado na luta pelos direitos civis servia de argumento aos que viam nos métodos de King uma certa ostentação suicida e irresponsável, quando não, por parte dos adeptos do nacionalismo negro, inútil.

Em *National Review*, as críticas a King se tornaram mais duras à medida que a situação racial no país se deteriorava. Quando a SCLC participou da primeira das marchas de Selma a Montgomery, no Alabama, em 7 de março de 1965, a repressão da polícia foi tão

⁷⁴⁵ Uma visão panorâmica e mais detalhada do agravamento dos conflitos raciais no país, e sua repercussão nas fileiras dos direitos civis, pode ser encontrada em SOUSA, op. cit., cap. 3, na seção “O SNCC: do Verão da Liberdade ao Poder Negro”, e no cap. 4.

⁷⁴⁶ Ibid., p. 175-8.

⁷⁴⁷ A radicalização de partes do movimento negro (“direitos civis” se tornou um termo obsoleto depois de 1965) inspirou um processo similar em grupos ativistas brancos, impulsionada, entre outros fatores, pela Guerra do Vietnã. Esse é o tema geral de nosso já citado trabalho anterior, *A Nova Esquerda americana*.

brutal que o episódio, conhecido como “Domingo Sangrento”, se tornou tão ou mais marcante que Birmingham na memória do movimento por direitos civis. King não estava presente, mas a *NR* não deixou de comentar a respeito dois dias depois:

O Rev. Martin Luther King pode ser pessoalmente um homem não violento. O que ele tem provado com seus atos públicos, entretanto, e provado de novo e de novo, é que ele é a fonte da violência nos outros. Não é o costume de um homem de paz fazer ameaças como a de King em 18 de fevereiro: “É hora de dizermos àqueles homens [empresários brancos], ‘Se vocês não fizerem algo sobre isso, nós praticaremos formas mais amplas de desobediência civil’. Nós poderemos marchar para fora desta igreja esta noite e ficar de pé no tribunal a noite toda.” Se esse é o tipo de coisa que um homem sai dizendo por aí, então a paz não é o que ele está procurando.

Não se dá o contexto da afirmação de King, que seria perfeitamente compatível com uma campanha não violenta, embora sua legalidade — “de pé no tribunal” seria “dentro” do tribunal ou uma vigília do lado de fora? — possa ser questionada.

A crítica seguinte é mais séria:

Se ele está em busca de justiça, então, e de jogo limpo, faz sentido alistar crianças em uma mobilização que tem o objetivo, não vamos esquecer, de capturar [o direito ao] voto?⁷⁴⁸ A maior parte dos que formam a vanguarda da cruzada de King não têm idade para se registrar e votar mesmo se os postos de votação fossem abertos para eles. O que poderia justificar o uso, a exploração, de menores, senão aquela força extra de intimidação contra a qual mesmo o xerife [do condado onde ficava Selma] Jim Clark é um tolo indefeso e desesperado?

Mais uma vez, quem expõe os menores ao perigo são os organizadores, os ativistas. O xerife responsável pelo ataque à manifestação não é criticado, talvez por seus atos serem dados como previsíveis e/ou inevitáveis. É a mesma estratégia argumentativa de quando se discutia os episódios violentos em torno de *Brown v. Board of Education*.

O articulista anônimo continua, observando que King é imerecidamente louvado pela imprensa (a nortista, fica subentendido), que seria responsável pela onda de levantes raciais “provocados por organizadores negros no Norte e no Sul”. Segundo ele, a imprensa

tem publicado sem ressalvas editoriais os descarados apelos [de King] por “militância” (*i.e.*, terrorismo psicológico é uma boa causa) e dado pródigo espaço aos mais escorregadiamente hipócritas de seus pronunciamentos, como este, sobre a morte de Malcolm X: “Ela revelou que nossa sociedade [note a

⁷⁴⁸ As marchas de Selma, uma cidade de 29.000 habitantes dos quais cerca da metade eram negros em idade de votar discriminados pelos responsáveis pelo registro eleitoral, era pressionar pelo reconhecimento do direito negro ao voto. De fato, a repercussão da repressão aos manifestantes ajudou na aprovação pelo Congresso da Lei de Direito de Voto de 1965.

parte culpada: não os Muçulmanos Negros,⁷⁴⁹ mas eu você, todos nós: Dallas⁷⁵⁰] ainda está doente o bastante [note, de novo, a dicção do clínico de coquetel] para expressar o dissenso por meio do assassinato.” Esta é uma bela formulação para você. O assassinato de Malcolm X, uma operação de gangue como a de Albert Anastasia,⁷⁵¹ foi uma expressão de dissenso. “Nós ainda não aprendemos”, continua o Reverendo Dr. King, “a discordar sem sermos violentamente desagradáveis. Este assassinato terrível deve fazer toda a nossa sociedade ver que a violência e o ódio são forças do mal que devem ser lançadas num limbo sem fim.” Parece, às vezes, que o mundo dos sonhos do *Establishment* não pode girar sem um homem de cor axial — Nehru,⁷⁵² U Thant,⁷⁵³ agora King — com quem se pode contar para clichês oraculares desse tipo, proferidos na hora certa. O que as ascendência de King tem feito com um apêndice da “estrutura de poder branco” como, por exemplo, o *New York Times*, é lançar em suas redações uma ruptura esquizoide de opinião, dividida com precisão segundo a linha Mason-Dixon.⁷⁵⁴ King é um herói, mas Galamison⁷⁵⁵ deve ser detido. Selma deve ser libertada, mas as autoridades da cidade de Nova York são exortadas a “pôr um fim aos levantes, à conduta desordeira, à evasão escolar e à delinquência juvenil que tem sido endossada por tempo demais meramente porque se escondem sob a camuflagem do protesto social”.

King já não é mais o militante negro, apenas, mas torna-se parte do *Establishment* liberal, merecendo, portanto, todas as críticas já direcionadas aos seus demais representantes: a afirmação do óbvio, o sentimentalismo, o padrão dúplice de valores e, vale lembrar, o tratamento deferencial por parte dos grandes veículos de imprensa, especialmente na Costa Leste, como o *New York Times*. No imaginário da *NR*, como já se viu, isso não era uma falta de pouca monta.

Finalmente, toca-se na questão da não violência propriamente dita, e no seu corolário, a desobediência civil — o segundo pilar do movimento dos direitos civis:

King, o apóstolo da não violência, o ganhador do Nobel? Em 24 de fevereiro, um homem do *Times* em Selma, Roy Reed [...], afirmou assim os objetivos de King: “O raciocínio dos negros em realizar marchas noturnas é provocar o elemento racista nas comunidades brancas a mostrar seu pior”. Não violentamente, é claro.⁷⁵⁶

⁷⁴⁹ A Nação do Islã, também conhecida como Muçulmanos Negros [*Black Muslims*], é um grupo religioso baseado numa versão própria de islamismo e defensor do nacionalismo negro. Malcolm X (1925-1965) foi um membro proeminente do grupo até 1964, quando anunciou seu rompimento e criou uma organização religiosa própria. Cerca de um ano depois, X foi assassinado a tiros durante uma palestra pública. Três homens foram condenados pelo crime, todos eles muçulmanos negros.

⁷⁵⁰ Nome de condado onde fica a cidade de Selma, conhecido à época pela maneira rígida como excluía os negros locais das listas de votação.

⁷⁵¹ Anastasia, nascido em 1902, era um famoso chefão da máfia italiana nos EUA, assassinado na barbearia de um hotel em Nova York em 1957.

⁷⁵² Jawaharlal Nehru (1889-1964) foi o primeiro premiê da Índia e um dos principais líderes do movimento pela independência do país.

⁷⁵³ U Thant (1909-1974), diplomata birmanês, foi a terceira pessoa a ocupar o cargo de Secretário-Geral da ONU, de 1961 a 1971.

⁷⁵⁴ A linha Mason-Dixon, estabelecida no século XVIII, demarca a fronteira entre o Norte e o Sul dos EUA.

⁷⁵⁵ O Rev. Milton Galamison (1923-1988) era um ativista de direitos civis em Nova York, que comandou dois boicotes estudantis às escolas da cidade em 1964 a fim de obter sua dessegregação.

⁷⁵⁶ Why they riot. *NR*, 09/3/2013.

A apreciação estratégica do *jiu-jitsu moral*, básica numa campanha não violenta, não é feita. Os ativistas são vistos como provocadores, simplesmente, sem que se considere o que eles próprios tinham a dizer a respeito. E a desobediência civil, em si, é questionada, o que aconteceria também em outros artigos da revista em diferentes momentos. Um outro artigo, de 23 de março, de tom menos agressivo, mas não exatamente amigável, aponta inconsistências na abordagem dos ativistas em Selma (que se estendem a campanhas semelhantes):

O xerife Clark e seus rapazes, os durões brancos e milicianos são motivo para náusea, é certo; e aqueles policiais estaduais do Alabama, em aparência e comportamento, não são Príncipes Encantados. Mas [...] pensar-se-ia [ser] um dever mencionar, em uma frase ou duas, que o alinhamento da disputa não é precisamente Anjos Bons v. Anjos Maus. O Dr. King, em seus discursos, fala em ajudar os oprimidos de Selma a exercer seus direitos constitucionais de votar, mas é difícil ver o que menores de 21 e gente de fora da cidade, que formam suas linhas na sede do tribunal, têm a ver com o voto em Selma; e mais de uma vez seus soldados locais se recusaram a assinar quando finalmente chegava a sua vez na mesa de registro. Todos os americanos têm o direito à assembleia e a petições, mas nenhum tribunal jamais sugeriu que esse direito abrange o bloqueio deliberado das autoestradas e pontes públicas, e dos escritórios de funcionários públicos — tudo isso sendo características normais e repetidas da atual campanha do Dr. King, como também das passadas. Muitos cidadãos ficam encantados ao ouvir o Dr. King renunciar ao uso da violência, mas alguns têm se perguntado onde está a linha de demarcação moral e legal separando o uso da violência e — de forma proposital, deliberadamente — a provocação da violência que a natureza de uma dada situação garante que ocorrerá.⁷⁵⁷

A desobediência civil é também criticada por um outro viés, particularmente caro a King e seus companheiros religiosos: o teológico. Matérias sobre religião apareciam com alguma regularidade na *NR*, especialmente cobrindo a Igreja Católica, seguida por parte considerável da equipe editorial e envolvida, na época de que tratamos, com um concílio que faria história, o Vaticano II. Embora tais temas não tivessem um editor propriamente fixo, pelo menos um dos colaboradores da revista era especializado em assuntos de teologia: Will Herberg. Judeu e veterano de um associação interdenominacional de combate ao secularismo e ao comunismo, a *Foundation for Religious Action in the Social and Civil Order* (“Fundação para a Ação Religiosa na Ordem Social e Civil”, FRASCO), Herberg ganhara projeção com seu livro *Protestant-Catholic-Jew*, de 1955, e era um consultor recorrente da *NR* nessas matérias. Assim, era natural que fosse ele a questionar a base cristã das campanhas de direitos civis promovidas pela SCLC e seus aliados.

Em *A religious ‘right’ to violate the law*, de 14 de julho de 1964, Herberg elabora uma réplica direta à concepção de King a respeito do critério para determinar se uma lei é justa ou

⁷⁵⁷ The Selma campaign. *NR*, 23/3/1965.

injusta, e portanto merecedora ou não de obediência, exposto em *Letter from a Birmingham jail*. Já que King era “um cristão, e vê o movimento que lidera como cristão, apoiado em bases cristãs”, era de interesse geral ver se suas premissas religiosas nesse campo eram sólidas. Apelando ao famoso capítulo 13 da Epístola aos Romanos, no qual Paulo de Tarso afirma que os governantes são apontados por Deus e resistir a eles é o mesmo que resistir à vontade divina, Herberg estabelece um critério diferente do de King: “Quando a lealdade a Deus entra em conflito com os governantes terrenos? Quando os governantes terrenos são insensatos o bastante (como os Estados totalitários invariavelmente são) de exigir para si o que é devido somente a Deus — adoração e lealdade suprema”. Mais adiante, citando um comentarista de Santo Agostinho, ele esclarece que, na tradição intelectual cristã, a obediência aos governantes só é desaconselhada aos cristãos nos casos em que conflita diretamente com normas presentes na Revelação, como a proibição da idolatria.

Os primeiros cristãos, sob o ensino dos apóstolos, eram aconselhados a obedecer as leis do Estado, um Estado pagão, note-se, quer elas lhes parecessem justas ou injustas — apenas até o ponto em que o Estado (o Imperador) não reivindicasse para si a adoração e a lealdade devidas apenas a Deus. Nesse ponto, eles sabiam como estabelecer o limite. Mas mesmo aí, onde eles eram forçados a desobedecer, a sua desobediência era limitada à recusa em participar das abominações pagãs. O cristão recusava-se, sob risco de vida, a tomar parte no culto pagão, ou a sacrificar ao Imperador; ele não fazia piquetes em massa nos templos, ou organizava *sit-ins* nos prédios públicos nos quais as “blasfêmias” (Tertuliano) eram realizadas. O Dr. King conseguirá para sua posição tão pouco apoio da prática cristã reconhecida quanto do ensino cristão reconhecido.⁷⁵⁸

Se a justificativa cristã para a desobediência civil não era válida, que dizer do critério de King para definir a justiça de uma lei: “Uma lei justa é um código feito pelo homem que se enquadra com a lei de Deus. Uma lei injusta é um código fora de harmonia com a lei moral. [...] Toda lei que eleva a personalidade humana é justa. Toda lei que degrada a personalidade humana é injusta”? Também aqui o acervo conservador de acusações ao liberalismo é evocado: a consequência lógica do pensamento de King é o relativismo. Se a consciência individual é o grande critério, o mesmo argumento poderia ser usado a favor dos “milhares e milhares de americanos, eminentes, respeitáveis e responsáveis”, que a nova Lei de Direitos estava “completamente errada, injusta e inconstitucional”. E nesse choque entre consciências, dos ativistas e dos seus não opositores, só restaria a “força pura” como fator de decisão. A evocação do relativismo, por fim, trazia consigo o espectro do autoritarismo, mesmo que bem intencionado — outra característica do liberal na visão da *NR*.

⁷⁵⁸ *NR*, 14/7/1964.

Em seus objetivos essenciais, o movimento de direitos civis liderado pelo Dr. King não é nem um pouco revolucionário: ele luta não para subverter e remodelar o sistema americano, mas para conquistar para o negro um lugar justo e igualitário dentro dele. Seus métodos, contudo, e a filosofia política que informa esses métodos — a criação deliberada de situações “cheias de crise” por meio da desobediência civil sistemática — não são coerentes nem com o ensino cristão nem com a responsabilidade política ordinária. O Dr. King, o líder cristão, agora um Doutor em Leis de Yale,⁷⁵⁹ faria bem em repensar as fundações teológicas de uma doutrina tão duvidosa em suas consequências sociais e políticas.⁷⁶⁰

Irresponsável, temerário, teologicamente equivocado numa luta bem-intencionada, porém mal orientada, e, ainda por cima, um ícone dos mesmos liberais que, outrora displicentes em relação ao comunismo, agora novamente o eram, mas quanto aos perigos da mobilização negra. King, para os conservadores, já era, em meados da década, objeto de críticas severas que não se estendiam com a mesma frequência aos seus oponentes racistas. Mas nisso a *NR* era coerente com sua própria linha editorial em matérias raciais: nenhum líder negro do período era visto com maiores simpatias pelos editores. King, não obstante seu Nobel da Paz e sua insistência na não violência e num discurso cristão em meio à raiva e a desconfiança mútua que se espalhava entre brancos e negros da América, não recebia qualquer deferência especial. E quando ele tentou agregar novas causas às suas campanhas — o fim da Guerra do Vietnã, a luta contra a pobreza —, sua estatura aos olhos dos conservadores de Buckley não aumentou. King foi considerado mais um liberal iludido, senão um radical a se combater. Nas turbulências crescentes dos anos 1960, quando os conservadores ansiavam por uma “ordem” que parecia cada vez mais longínqua, King era, aos seus olhos, só mais um dos muitos agitadores atuando no país, nem de longe o campeão da justiça que viria a ser considerado mais tarde. Ainda recebia sua cota de artigos críticos, é certo, mas, cada vez mais, parecia que a mobilização que ele ajudara a iniciar não dependia mais de suas decisões. Levantes urbanos e defensores da luta armada, como os Panteras Negras e o SNCC radicalizado, ou ainda os revolucionários brancos da Nova Esquerda, reivindicavam sua cota de atenção e comentário por parte da *National Review*.

Em 1968, no entanto, King mais uma vez capturou a atenção da revista, e aliás de todo o país, senão de boa parte do mundo. Na noite de 4 de abril, um atirador solitário, James Earl Ray, assassinou o líder negro a tiros em um hotel em Memphis, aonde King tinha ido para capitanear um protesto de trabalhadores públicos negros no que seria uma nova megacampanha contra a pobreza. Quando a notícia se espalhou, foi o caos. Como num levante

⁷⁵⁹ Título honorífico cedido pela universidade a King naquele mesmo ano, citado no início do artigo.

⁷⁶⁰ *NR*, 14/7/1964.

coordenado, 110 cidades explodiram com revoltas urbanas, numa modalidade intensiva e fora de época dos distúrbios raciais que nos últimos anos costumavam eclodir no verão. Por uma semana, saques e incêndios, além do vandalismo típico dessas ocasiões, levaram o medo às ruas de cidades como Boston, Nova York e até a capital americana:

Até em Washington, [o ativista da Nova Esquerda] Tom Hayden, que fora conversar com um [colega] a respeito das negociações de paz em Paris, via “as chamas e a fumaça subindo da capital da nação, enquanto caminhões de bombeiros e carros de polícia corriam por toda parte”. Em Chicago, o prefeito Richard Daley ordenou à polícia que atirasse para matar se visse saqueadores. No geral, houve 711 incêndios registrados, 46 mortos, 3.500 feridos e US\$ 67 milhões em prejuízos, além de 21.000 prisões. Cerca de 75.000 homens das tropas federais e da Guarda Nacional foram convocados para controlar os distúrbios, num espetáculo que já não era novidade há anos.⁷⁶¹

Quinzenal, *National Review* só registrou o assassinato e o tumulto na edição do dia 23. Uma matéria assinada por Philip A. McCombs analisava como e por que Washington, D.C., uma cidade agora com altos níveis de integração e uma classe média negra crescente, tinha sofrido também com um levante. Mas a posição da revista sobre a morte que motivara tudo aquilo estava num longo editorial de três páginas na seção “The Week”, simplesmente intitulado *Dr. King*.

King, não se enganem, classificava-se entre as potências de nosso tempo. Dele não era a força do intelecto, ou da proeza política, ou da habilidade organizacional. Ele era um teólogo indiferente, um inocente no exterior. Sua Southern Christian Leadership Conference contava relativamente poucos membros. Contudo, ele tinha um poder singular para comover os homens, para inspirá-los, para elevá-los. Sua morte, sob tais circunstâncias, [por isso mesmo já] teria tido um impacto temível.

Em linguagem moderada, como que estudada em cada adjetivo, os editores observam que a origem dos distúrbios que acoossaram o país se devia à dupla infelicidade de King ter morrido pelas mãos de um branco numa cidade sulista. O simbolismo disso, agravado pela imprensa liberal, levava ao turbilhão de revolta e alimentava os radicais adeptos da violência:

O *Times* de 5 de abril pôs em tipos maiúsculos de 48 pontos na primeira página: UM BRANCO É SUSPEITO. Da noite para o dia, o matador mudou de terceira pessoa do singular para terceira pessoa do plural: “Eles” o mataram, o sistema o matou, toda a massa indiferente, frustrante, impenetrável, granítica o matou. “Bobby Kennedy apertou aquele gatilho”, gritou Stokely Carmichael,⁷⁶² “assim como todo o resto do mundo.”

Na flebotomia que se seguiu, não foi King sozinho quem morrera naquela noite de quinta-feira. Julian Bond⁷⁶³ estava na Universidade Vanderbilt na sexta-feira:

⁷⁶¹ SOUSA, op. cit., p. 250-1.

⁷⁶² Líder do SNCC, a esta altura completamente convertido dos direitos civis para o nacionalismo negro.

⁷⁶³ Ativista negro (n. 1940), membro do SNCC e depois um dos primeiros negros a se elegerem para a assembleia legislativa da Geórgia após a aprovação da Lei de Direito ao Voto de 1965.

“A fraternidade foi assassinada em Memphis na noite passada. A não violência foi assassinada em Memphis na noite passada. Tudo que é bom na América foi assassinado em Memphis na noite passada.” Em Washington, o líder de direitos civis Julius Hobson ofereceu o conselho negro: “O próximo homem negro que vier à comunidade negra pregando a não violência, deve ser tratado violentamente pela gente negra que o ouve. O conceito de não violência de Martin Luther King morreu com ele.” Uma jovem estudante em Howard formulou desta forma: “Se eu for não violenta, vou morrer. Se eu for violenta, eu ainda vou morrer, mas vou levar um branquelo comigo.”

Enquanto isso, os saqueadores faziam sua festa nos distúrbios urbanos, continuava o editorial. Para eles, estava claro, a morte de King não significava nada. Pelo menos em Washington, “eles não eram motivados pela dor, vingança, fúria ou ressentimento. Simplesmente saíam para roubar, queimar e esmagar. Estavam se divertindo. Qualquer provocação, real ou imaginária, teria servido da mesma forma ao seu propósito destrutivo.” Entre os mais deprimentes aspectos dos eventos que se seguiram ao dia 4, estava o fato de que “Martin Luther King, o quem, o onde, o como não importavam”.

Esses tempos terríveis exigiam uma reação, e esta passava pelas lideranças negras. Mas quem ocuparia o posto que um dia foi de King? Ninguém na velha guarda tinha seu talento para o comando, e as lideranças mais jovens, que estavam fazendo que as qualificasse?

Esta é uma primavera de insurreição em *campi* negros — Howard, Bowie State, Virginia Union. No prestigiado Tuskegee Institute, os estudantes se acorrentam às portas de um prédio da administração enquanto os conselheiros se reúnem do lado de dentro, e são mantidos reféns por treze horas por conta de exigências imperiosas. Na Western Michigan University, militantes negros tomam um centro estudantil e exigem por escrito uma abjeta apologia do presidente como resgate; o presidente, James Miller, cede e obedece: “Nós, da América branca, somos culpados”, escreve ele; e assina o papel.

A América branca, e o grosso da América negra também, não aceitará um papel tão ignominioso. Se o ressentimento crescente no Congresso é um reflexo válido do sentimento público, nem o povo tentará comprar sua própria segurança com subornos de fundos públicos. Uma sociedade ordenada não pode se submeter ao governo pela extorsão; a taça da liberdade não cede ao coquetel Molotov.

Nessa perspectiva conflituosa, precha de possibilidades de violência, a *NR*, que nunca poupou críticas a King e a quase todos os esforços que ele envidara na busca por uma América menos racializada e menos racista, conclui quase que com um louvor póstumo, ainda com ressalvas, e ainda assim mais respeitoso do que a média com o líder assassinado.

Martin Luther King nunca procurou impor tal farsa destrutiva sobre a América. Verdade, ele acreditava em criar tensões; por meio da não violência, ele arriscava a violência; ele estimulava, provocava, antagonizava. Em seu suave desprezo pelas leis que escolhia não obedecer, ele fez da sua própria consciência o padrão senhorial de seu povo. Na tradição messiânica, ele era um homem de paixão e fúria, e de ira longamente mantida. Entretanto, à sua própria

impressionante maneira, ele era também um apóstolo da paz. Abominava a violência negra porque via que ela levava à derrota. E ele sabia que uma legião silenciosa de peticionários não violentos, dando testemunho com seus pés, podia realizar mais do que qualquer horda de saqueadores poderia conquistar pondo fogo em cidades.

A verdade segue marchando. Militantes negros, prefeitos tímidos, e membros assustados do Congresso devem ser levados igualmente a entender o que o caminho de King significava. Por seus próprios preceitos, ele morreu para tornar os homens livres. Seria uma perversão terrível de seu sonho e de sua vida se sua morte assistisse ao nascimento de uma nova tirania de terror.⁷⁶⁴

1968 era ano de eleições, Martin Luther King estava morto e, com ele, uma fase importante da mobilização negra por direitos e melhores condições de vida estava encerrada. Mas o Sul que *National Review* tanto defendera jamais voltaria ao *status quo ante*; a Lei de Direitos Civis de 1964 e a Lei de Direto ao Voto de 1965, aliadas a novas decisões da Suprema Corte, derrubaram definitivamente o que ainda sobrara de Jim Crow. A partir de agora, formalmente, a participação política dos negros sulistas aumentaria com rapidez, e, embora os problemas raciais estivessem longe de ser extintos, avanços eram inegáveis. Ao mesmo tempo, no entanto, o “problema negro” ainda podia ser capitalizado politicamente: nesse mesmo ano de 1968, o apelo aos temores e ressentimentos dos brancos sulistas, após mais de uma década de intervenções federais, marchas e todo tipo de subversão ao que até os anos 50 parecia a “ordem natural das coisas”, permitiu ao Richard Nixon o triunfo eleitoral com a sua “estratégia sulista”.⁷⁶⁵ Daí para frente, o Sul branco, tradicionalmente uma região democrata, completava o seu realinhamento eleitoral, tornando-se majoritariamente republicano. O impacto disso sobre o Partido Republicano e o movimento conservador — que passaria a ser sua principal referência ideológica — teria grande repercussão no cenário político dos Estados Unidos nas décadas seguintes. De uma ideologia de *outsiders*, o conservadorismo preconizado pela *NR* rumava para se tornar o novo *Establishment*.

Contudo, em 1968, isso ainda estava no futuro. Num *box* ao lado da última página do editorial sobre a morte de Martin Luther King, sob o título *Call to riot* (“Chamado ao levante”), uma compilação de frases selecionadas de John Kennedy, Adlai Stevenson e os

⁷⁶⁴ Dr. King. *NR*, 23/4/1968.

⁷⁶⁵ A “estratégia sulista” foi a usada pelos coordenadores da campanha de Nixon nas eleições de 1968, canalizando a esperada reação [*backlash*] contra os ataques à segregação e ao radicalismo de esquerda nos EUA em geral. Na prática, ela foi uma versão mais polida dos temas explorados pelo candidato segregacionista e populista George Wallace. Nas palavras do historiador James T. Patterson, “isso significava celebrar ‘a lei e a ordem’, denunciar os programas da Grande Sociedade, atacar as decisões liberais da Suprema Corte, e zombar dos hippies e manifestantes. [Nixon] censurou severamente o [transporte escolar de crianças para escolas distantes para a integração racial, ou *busing*] [...]. ‘Os americanos trabalhadores’, declarou ele, ‘se tornaram os americanos esquecidos. Em um tempo em que os púlpitos e fóruns nacionais são entregues a gritadores e protestantes e manifestantes, eles se tornaram os americanos silenciosos. No entanto, eles têm uma queixa legítima que deve ser retificada e uma causa justa que deve prevalecer.” PATTERSON, op. cit., p. 701-2.

agora presidenciáveis democratas Hubert Humphrey e Robert Kennedy lembrava aos leitores de um conflito maior:

Adlai Stevenson em um discurso de formatura, Colby College, junho de 1964: “Mesmo uma sentença de prisão não é mais uma desonra, mas uma orgulhosa conquista. Talvez estejamos destinados a ver, nesta terra que ama a lei, as pessoas concorrendo a cargos públicos não com base em seus históricos impecáveis, mas em seus históricos de prisão.”

John F. Kennedy, 1963: “Em partes demais deste país, malfeitos são infligidos aos cidadãos negros para os quais não existem remédios na lei. A menos que o Congresso aja, seu único remédio está na rua.”

Robert Kennedy, 1965: “Não faz sentido dizer aos negros para obedecerem a lei. Para muitos negros, a lei é o inimigo.”

Hubert Humphrey, 1964, comentando que algumas manifestações podiam ser tecnicamente ilegais: “Esse não é o ponto.”

Hubert Humphrey, julho de 1966, em Nova Orleans, dizendo que se vivesse em favelas, , “Eu acho que se teria mais encrenca do que já se tem, porque eu tenho energia suficiente em mim para liderar uma revolta das boas.”

Robert Kennedy, março de 1968: “Quanto mais levantes ocorrerem em *campi* universitários, melhor será o mundo de amanhã.”⁷⁶⁶

Em *National Review*, a guerra para salvar a América do liberalismo ainda estava longe do fim.

⁷⁶⁶ Call to riot. *NR*, 23/4/1968.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Aqueles que não conhecem a história,
estão condenados a repeti-la.*

Edmund Burke.

Em abril de 2004, numa entrevista por email à revista *Time*, o quase octogenário Buckley foi perguntado se, depois de meio século participando de todos os grandes debates na cultura e na política dos Estados Unidos, tinha algum arrependimento. Sua resposta seria tão famosa quanto surpreendente: “Sim. Outrora eu acreditei que poderíamos evoluir até superarmos Jim Crow. Eu estava errado: a intervenção federal era necessária.”⁷⁶⁷ Dois anos depois, em uma entrevista ao canal de TV Bloomberg,⁷⁶⁸ ele voltaria à questão dizendo que sua oposição à Lei de Direitos Civis em 1962 [*sic*] tinha sido um “erro”.⁷⁶⁹ E adicionou: “Eu me arrependo. Penso que o impacto daquela lei deveria ter sido bem recebido por nós. E isso meio que transcendia o que teria se tornado um formalismo constitucional.” E, finalmente, Buckley, cuja revista atacou enfaticamente a ideia de um feriado nacional em homenagem a Martin Luther King, viria a discordar de seus colegas e, segundo Sam Tanenhaus, até a admirar o líder negro.⁷⁷⁰

⁷⁶⁷ CARNEY, James. 10 questions for William F. Buckley. *Time*. 5 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,607805,00.html>. [Acesso em: 17 de julho de 2013.]

⁷⁶⁸ William F. Buckley: Bush will be judged on “failed” Iraq war. *Ear to the ground*. 21 de março de 2006. Disponível em: http://www.truthdig.com/eartotheound/item/20060401_william_f_buckley_bush_will_be_judged_on_failed_iraq_war/interview. [Acesso em: 17 de julho de 2013.]

⁷⁶⁹ Naturalmente, trata-se da Lei de Direitos Civis de 1964, à qual Barry Goldwater, então presidenciável republicano, se opôs com amplo apoio de conservadores como a equipe da *National Review*.

⁷⁷⁰ Q&A on William Buckley. *The New York Times*. 27 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://artsbeat.blogs.nytimes.com/2008/02/27/qa-with-sam-tanenhaus-on-william-f-buckley>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

Ideólogos e ideologias evoluem. Assim como os liberais, os conservadores também se adaptaram às peculiaridades de seu momento, de sua historicidade. A experiência, as circunstâncias diferentes, o distanciamento, convidam a eventuais reavaliações. Como seu biógrafo mais recente não deixa de notar, o próprio Buckley defenderia na velhice ideias que provavelmente teriam sido rejeitadas pelo seu “eu” mais jovem, como a de um programa federal (!) que recrutaria jovens voluntários em massa para um serviço gratuito junto a organizações que prestam serviço a pessoas carentes ou à comunidade em geral. E embora propusesse que a adesão fosse estritamente voluntária e baseada apenas em estímulos positivos, ele também chegou a considerar que os diplomas de ensino secundário (*high schools*) fossem condicionados a esse serviço — na prática, tornando-o obrigatório para a maioria. O objetivo seria estimular o espírito comunitário, já sugerido no próprio título do livro em que apresenta a ideia, *Gratitude*.⁷⁷¹ Para quem por tanto tempo denunciou as tentativas de engenharia social dos liberais, o Buckley idoso mostrava-se aberto a um projeto que não devia nada a seus rivais.

Mas as circunstâncias tranquilas do começo dos anos 1990, quando as pressões (reais e imaginárias) da Guerra Fria já não mais se faziam sentir, o conservadorismo havia se tornado uma força política considerável e a situação geral dos EUA no mundo inspirava uma retórica grandiosa e triunfal,⁷⁷² eram bem diferentes das enfrentadas pelo jovem estudante milionário de Yale que se aventurara a reverter o New Deal e os avanços da esquerda. Não havia mais uma ameaça existencial ao país, o keynesianismo dos liberais dava lugar ao neoliberalismo inspirado por Hayek como nova ortodoxia econômica, e a superioridade dos valores ocidentais logo encorajaria alguns entusiastas — agora *neoconservadores* — a falar no “fim” da História como outrora já se falara sobre o “fim” da ideologia. De certa maneira, os princípios ardorosamente defendidos e propagados por Buckley e seus colegas tinham sido vitoriosos. O equilíbrio de forças entre as principais ideologias americanas se invertera: se, nos tempos do New Deal, “conservador” já fora usado como termo depreciativo, agora “liberal” se tornara “a palavra com ‘L’”.⁷⁷³ Que um polemista inveterado, em sua vitória, baixasse um pouco as armas e fizesse algumas concessões, não era tão extraordinário.

⁷⁷¹ BOGUS, Carl T. *Buckley: William F. Buckley Jr. and the rise of American conservatism*. New York: Bloombury Press, 2011, p. 335.

⁷⁷² Para uma visão panorâmica do período, v. PATTERSON, James T. *Restless giant: the United States from Bush v. Gore*. New York & London: Oxford University Press, 2005. 497 p. (The Oxford History of the United States.) Sobre o impacto do fim da Guerra Fria no discurso político americano nos anos 90, uma referência útil é SHCRECKER, Ellen (ed.). *Cold War triumphalism: the misuse of history after the fall of Communism*. New York: The New Press, 2004. 359 p.

⁷⁷³ *The “L” word*, em alusão a *the “F” word*, eufemismo para o termo de baixo calão *fuck*. A piada é de Ronald Reagan.

Mas até que esse momento chegasse, o caminho fora longo. Em meados do século XX, o movimento e a ideologia que Buckley ajudou a formar e delimitar não ofereciam espaço para o tipo de iniciativa reformista — “engenharia social” seria o termo à época — proposta por ele em *Gratitude*. Aos olhos conservadores, o mundo vivia uma guerra colossal, e é provável que combatividade, coragem e apego à verdade — aos menos à verdade dos princípios, em oposição às verdades “artificiais” dos “ideólogos” — parecessem virtudes mais urgentes que a gratidão. O tempo pedia luta e autoafirmação, desafio e certa implacabilidade frente ao que se percebia como uma ordem decadente demais para sobreviver num mundo repleto de perigos tanto externos — a Guerra Fria — quanto internos. Os conservadores da *National Review* se propuseram a tarefa hercúlea de pensar não somente a grande política de Estado, mas também os mais diversos aspectos da vida americana: religião, princípios morais, cultura. Uma mesma coluna podia levar o leitor incauto das últimas tramoias atribuídas ao Partido Comunista até uma reflexão sobre a lei natural e os perigos — iminentes, concretos, nada acadêmicos — do relativismo moral que enfraquecia a sociedade perante o inimigo totalitário e sua ideologia corruptora. E se *National Review* não era a única publicação a tratar desses assuntos — como se viu, havia outras revistas e jornais de direita, de menor projeção — certamente era a que o fazia com maior verve. Como diria a *Time* ao se referir certa vez a Buckley, um dos motivos para seu sucesso (e também da *NR*) era ter mostrado que o conservadorismo podia ser *divertido*. Não por acaso, *National Review* contava, em fins dos anos 60, com uma circulação paga de 100.000 exemplares por edição, um número expressivo para uma revista do gênero, e conseguiu se manter viva até hoje apesar de uma crônica instabilidade financeira.⁷⁷⁴

Mas, se ideologias evoluem, elas também têm contradições. A *NR* sempre foi hábil em apontá-las no campo da esquerda, mas não estava isenta, ela própria e seu tipo de conservadorismo, da mesma vulnerabilidade. Afinal, a realidade costuma ser muito mais

⁷⁷⁴ É interessante notar como a *NR*, se estava sempre pronta para defender o capitalismo e foi um sucesso político e ideológico, foi também um mau negócio. Segundo o jornal *New York Sun*, em um evento com vários publicistas conservadores, “O Sr. Buckley declarou que há cerca de uma semana, em um evento celerando o 50º aniversário da *National Review*, ele havia divulgado que a *National Review* tinha perdido cerca de US\$ 25 milhões em mais de cinquenta anos, ou cerca de US\$500.000 por ano – ‘aproximadamente o custo de um terço de um torpedo’. Ele disse que as pessoas que apoiavam o empreendimento ofereciam dinheiro voluntariamente ao longo dos anos: ‘Nossos queridos doadores e amigos tinham uma espécie de gênio para estimar exatamente de quanto dinheiro nós precisávamos para sobreviver’, porque, disse o Sr. Buckley, eles nunca deram um dólar a mais do que era necessário. [Ele declarou ser] correto dizer que a existência do periódico tinha afetado o destino deste país e não teria sido possível sem a ajuda dos americanos que entenderam que ideias têm consequências.” In: SHAPIRO, Gary. An ‘Encounter’ with conservative publishing. *The New York Sun*. 9 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.nysun.com/on-the-town/encounter-with-conservative-publishing/24259>. [Acesso em: 17 de julho de 2013.]

complexa do que os esquemas intelectuais e morais binários que tantas vezes procuramos lhe impor. Não é surpresa, portanto, que os conservadores ocasionalmente se deparassem com situações em que dois ou mais de seus princípios colidissem, forçando a uma escolha. Assim, o mesmo defensor orgulhoso do modelo americano de sociedade livre podia se mostrar disposto a podar essa mesma liberdade em nome da segurança e do combate à subversão ideológica; ou, diante de uma minoria discriminada reivindicando direitos *civis* — a isonomia consagrada pelo mesmo liberalismo clássico a que tantos conservadores se consideravam fiéis — e o temor de expandir os poderes do Estado moderno intervencionista, podia priorizar este último. Visto que a visão retrospectiva é o grande privilégio do historiador, algumas ponderações são apropriadas.

A primeira, óbvia, é que não é possível relacionar os princípios conservadores endossados pela revista e os seus posicionamentos editoriais de forma absoluta. Por mais que se considere que a *NR* podia ser um espaço de elaboração de ideias, uma forma de “pensar alto” concepções ainda por amadurecer e divulgar outras dadas como certas, ela não era acadêmica, nem tinha tais pretensões. Era uma revista de opinião, sem o aparato jornalístico e investigativo que outras do gênero tinham — basta ver a profusão de intelectuais e acadêmicos na sua equipe original. Seu forte era a *análise* dos fatos da semana a partir de uma perspectiva conservadora. Porém, mesmo em seus próprios termos, ela podia soar muito mais radical do que se esperaria. Que pensar, por exemplo, ao se ver um editor de uma revista supostamente conservadora contemplar com aprovação a moralidade de um ataque nuclear preventivo, “mínimo em seus efeitos sobre a população em geral”, e concluir dizendo que “a preservação da vida humana como um fenômeno biológico” era “um objetivo muito inferior” à “defesa da liberdade e do direito e da verdade” que eram ameaçados pelo comunismo, como Frank Meyer fez em 1963?⁷⁷⁵ Chamar esse tipo de raciocínio público, numa era que ainda se recuperava do susto da crise dos mísseis e na qual o armagedom já se tornara parte da cultura popular, de *conservadorismo* soa um tanto forçado. Que Meyer, um anticomunista convertido ferrenho, tivesse escrito tal proposta, não era tão inusitado, mas que os editores — Buckley ou, na sua ausência, James Burnham — a tivessem publicado, isso era diferente. E mesmo assim, à exceção do protesto de duas cartas de leitores numa edição de quase dois meses depois, não houve maiores reações. Se a ideia de conservadorismo propagada, por exemplo, por um Russell Kirk remetia a uma apreciação serena e pragmática da vida, com apreço pelas “coisas permanentes” da vida, podia-se argumentar que um Frank Meyer, com sua ideia de

⁷⁷⁵ Just war in the nuclear age. *NR*, 12/02/1963.

better dead than red, era outra coisa — e, no entanto, ele era um dos principais colaboradores da principal revista conservadora dos Estados Unidos.

Da mesma forma, o anticomunismo macarthista tardio da *NR*, da forma como foi, não era necessariamente prescrito por nenhuma norma tradicional. Afinal, os liberais em geral também eram anticomunistas, mas nem por isso a caracterização quase demoníaca dessa ideologia era uma inferência *necessária*. Embora Buckley ressaltasse as diferenças entre comunistas e liberais, inclusive entrando em conflito com grupos mais extremados que se recusavam a tal distinção — como a John Birch Society —, a insistência dos conservadores da revista na intratabilidade dos comunistas duraria ainda décadas, estendendo-se ao período das negociações de tratados de desarmamento entre Reagan e Gorbachev no “degelo” entre as superpotências nos anos 1980.⁷⁷⁶ Na época, Reagan, normalmente louvado como um campeão do conservadorismo, foi severamente criticado pela *NR*. Até que ponto, poder-se-ia perguntar, tal reação partia de uma apreciação prática e refletida da realidade, ou era um “ato reflexo” de uma ideologia radicalizada resistente a reavaliações perante a realidade — a mesma crítica feita aos liberais desde os anos 1950?

Seguindo pelo mesmo raciocínio, qual o princípio conservador responsável pela prioridade dada a Jim Crow sobre os direitos constitucionais dos negros do Sul? Certamente não podia ser a preferência pelo *status quo* em si, uma vez que a própria existência do movimento no contexto de uma suposta supremacia liberal já deporia contra ele. E, no entanto, pelo menos no círculo da *NR*, o racismo nunca foi defendido *como tal*. Argumentos federalistas, diferenças “culturais”, cautelas para não chocar as sensibilidades sulistas com reformas apressadas... Mesmo quando Ernest van den Haag levantou a questão do QI, não se aventurou a dizer com todas as letras o que claramente insinuava. O que torna ainda mais interessante a questão de como, apesar de tais escrúpulos, certas noções ainda transpareciam. Mas seriam elas produto da visão de mundo *conservadora*? Certo, ao longo da história, os conservadores de todos os matizes sempre estiveram muito confortáveis com várias formas de hierarquia social — desde os privilégios do Antigo Regime até os grandes desníveis de renda sob o capitalismo liberal e, com ocasionais exceções, a escravidão. No caso dos Estados Unidos de meados do século XX, no entanto, a desigualdade racial começava a despontar como uma questão incontornável, a ponto de um candidato como Kennedy se vir obrigado a fazer promessas no campo dos direitos civis, coisa que seu adversário, Richard Nixon, preferiu evitar. Mas, na *National Review*, da mesma maneira como em tantas outras questões

⁷⁷⁶ V. BOGUS, op. cit., p. 340-3.

e especialmente no plano doméstico, se os liberais eram a favor de algo, era quase certo que a revista seria contra — e normalmente com uma postura ácida, autoconfiante. Mas mesmo os conservadores podiam incorrer nos mesmos deslizes de que acusavam seus oponentes. E quando se tratava de raça, talvez um episódio em particular fosse ilustrativo.

Em 1969, o autor da que é provavelmente a maior obra já escrita sobre o negro americano (em tamanho, abrangência e minúcia), a ponto de ser citada pela Suprema Corte em *Brown*,⁷⁷⁷ o sociólogo sueco Gunnar Myrdal, foi entrevistado por Buckley em seu programa de TV, *Firing Line*. Myrdal, um dos arquitetos do Estado de bem-estar social da Suécia, já havia sido mencionado ocasionalmente em *National Review* de forma pouco favorável, cheia de insinuações e argumentos *ad hominem*, mas era uma das autoridades mais citadas quando se tratava de explicar as condições desoladoras em que parte expressiva dos negros americanos vivia. Em 1969, contudo, Buckley voltou à carga, apresentando-o aos telespectadores como “o cientista social mais odiado nos círculos conservadores”, “o favorito número um das fundações americanas” (*An American Dilemma* tinha sido financiado pela Carnegie) e uma infinidade de epítetos que iam de sociólogo a psicólogo, planejador urbano a analista racial, especialista em pontes e transporte, viajante, educador, entre outros. O sarcasmo era evidente, mas agora usado na presença do próprio Myrdal, que, irritado, se mostrou à altura de seu anfitrião. Quando Buckley lhe pediu para falar sobre sua crença de que “o capitalismo causava o racismo”, “Myrdal replicou corretamente [...] em uma torrente de palavras e nos termos mais contundentes que ele nunca tivera tal crença e gritou com Buckley que ela não se achava em nenhuma parte do *Dilemma*.” Do que se podia concluir que Buckley, “como os direitistas mais radicais, não tinha lido o clássico de Myrdal com cuidado”.⁷⁷⁸ Em vez disso, Buckley projetara sobre Myrdal suas próprias concepções a respeito do que esperar de um homem de esquerda que havia escrito sobre o problema racial nos EUA — o cientista social sueco havia se tornado apenas mais um *Liberal* à americana, quando não um socialista puro e simples, com tudo que isso implicaria no cenário *americano*. Face a face com ele em seu programa, inadvertidamente Buckley não o tratou como um indivíduo real, mas antes como um arquétipo — mas um que se recusou a encarnar o papel. Deve ter sido instrutivo.

⁷⁷⁷ *An American dilemma: the Negro problem & American democracy*, de 1944.

⁷⁷⁸ SOUTHERN, David W. *Gunnar Myrdal and black-white relations: the use and abuse of An American Dilemma, 1944-1969*. Baton Rouge & London: Louisiana State University Press, 1994, p. 181.

No jargão conservador, dizer que alguém é influenciado por uma “ideologia” não é nenhum elogio, daí a insistência em que o conservadorismo não seria uma.⁷⁷⁹ Mas, no que diz respeito à *National Review*, seria necessária uma definição muito especiosa do termo para não ver como sua análise editorial dos eventos do dia era quase sempre colorida por uma forte carga ideológica. E, como sempre tinha acontecido desde os tempos de Burke, o conservadorismo moderno de Buckley e cia. era uma ideologia de combate, reativa, nascida de uma percepção de que aspectos importantes da sociedade, valores, práticas, tradições, vinham sendo erodidos por inimigos aguerridos que atuavam nas mais diversas frentes, fosse com malícia consciente — os comunistas — ou uma inépcia bem-intencionada, sentimental e perigosa — os liberais. Para combatê-los, o movimento conservador não se baseou apenas numa “disposição” ou “temperamento”, mas numa coleção nem sempre harmoniosa de princípios, ideias e argumentos, uns familiares ao conservadorismo clássico, e outros de tendências bem diferentes, mesmo radicais. Retomando as definições analisadas no primeiro capítulo, podemos dizer que o conservadorismo esposado pela *National Review* era mais que uma questão situacional; acabaria se tornando, como é até hoje, uma ideologia de proposições específicas, ideacionais, sobre como a realidade *deve* ser, e não só sobre como ela *é* — talvez até mais do primeiro caso do que do segundo. Tanto que mesmo agora, em 2013, após quase 30 anos como presença importante no poder, seja na presidência ou no Congresso, temas e imagens comuns na *National Review* dos anos 50 e 60 ainda são facilmente encontrados no discurso conservador americano: os liberais como opressores, a grande apreensão (não raro com tintas dramáticas) diante de reformas de (centro-) esquerda, a crítica incisiva ao Estado de bem-estar como grave entrave econômico e até moral, a identificação de uma certa concepção dos valores americanos com a sobrevivência da civilização ocidental (e judaico-cristã), o relativismo e o secularismo como corruptores da cultura e da moralidade pública. Mesmo sob circunstâncias diferentes daquelas da Guerra Fria, a maneira de ver e sentir ainda pode lembrar muito aquela dos primeiros tempos da *NR*.⁷⁸⁰

⁷⁷⁹ Vide seção 3.2.2. Para um tratamento mais profundo do assunto, uma obra muito recomendada é KIRK, Russell. *A política da prudência*. São Paulo: É Realizações, 2013, especialmente o capítulo 1, “Os erros da ideologia”.

⁷⁸⁰ Para uma análise acessível e sagaz de como esses *topoi* sobreviveram ao longo de décadas e se tornaram lugar-comum na linguagem conservadora da atualidade, cf. LEE, Michael James. *Creating conservatism: postwar words that made a movement*. Tese (doutorado). University of Minnesota, Minneapolis, 2008, p. 349. Disponível em: <http://books.google.com.br/books> e, para compra, disponível no site Proquest: <http://www.proquest.com/en-US/catalogs/databases/detail/pqdt.shtml>. Para esse autor, a explicação para é que o movimento conservador teria sido capaz de criar uma “cultura impressa” baseada num cânone de livros seminais, instituições e periódicos como a própria *National Review*, que cunharam uma linguagem e um conjunto comum de referências intelectuais, retóricas e emocionais.

Esse senso de “cidadela sitiada” que, por trás de toda a verve e senso de humor tão frequentes na *NR* e especialmente em Buckley, tornou-os pouco sensíveis a movimentos de reforma, tanto por parte dos liberais convencionais — com seus projetos de integração racial e proteção social, para não falar no senso do que significava a liberdade de expressão — quanto de grupos sociais minoritários em busca de isonomia e inclusão. No caso em vista, tratamos dos negros, mas o mesmo padrão se repetiria mais tarde com outros grupos com reivindicações de igualdade.⁷⁸¹ A premissa subjacente é que o sistema social americano de alguma forma *já era* igualitário, pelo menos dentro daquilo que era legítimo numa república capitalista e “livre”. A insistência em contestar isso, fosse dos ativistas que denunciavam Jim Crow ou dos liberais que defendiam “guerras à pobreza” ou a secularização das escolas, era vista com antipatia, ou até como ameaça. A denúncia de que tais reivindicações implicavam um nível maior de intervenção federal por parte de um Estado já muito grande era o núcleo da crítica, e também o mais defensável publicamente; porém, no caso do “problema negro”, a frequência e o espaço dado a outras abordagens sugere que havia mais do que apenas isso.

Na verdade, até hoje o problema racial continua a ser uma vulnerabilidade para os conservadores americanos. Em fevereiro de 2013, o jornalista Sam Tanenhaus — que em 2009 havia decretado a “morte do conservadorismo”⁷⁸² à luz da vitória eleitoral de Barack Obama — publicou na *New Republic* um ataque severo ao Partido Republicano, hoje largamente identificado com o movimento conservador.⁷⁸³ Nele, após resumir um pouco do histórico da cobertura da *NR* sobre os direitos civis que apresentamos aqui, Tanenhaus atribui ao partido e ao movimento uma influência acentuada e insalubre do pensamento de John C. Calhoun. Tais ideias de nulificação, diz ele, não apenas teriam inspirado a luta sulista contra a integração exigida pelo governo federal,⁷⁸⁴ como teriam levado o partido e o movimento a um processo de “sulificação” que condenou ambos a ignorar a crescente diversidade étnica e cultural dos EUA e a se prenderem a uma plataforma forjada para uma América branca e ressentida, hostil a minorias e demograficamente em declínio. Isso seria responsável, inclusive, pela oposição feroz que ambos têm feito ao presidente Barack Obama e pelos

⁷⁸¹ Um exemplo recente e interessante é comparar o posicionamento da *National Review* sobre a questão do casamento gay com o conservador inglês radicado nos EUA, Andrew Sullivan. Ele próprio homossexual, além de soropositivo e católico, Sullivan frequentemente defende a causa com base em argumentos burkeanos. Vide seu livro *Virtually normal: an argument about homosexuality* (Knopf, 1995) e vários artigos publicados no seu blog *The Daily Dish*: <http://dish.andrewsullivan.com>. Para os artigos da *NR*, v. <http://www.nationalreview.com/search/node/gay%20marriage>. [Acesso em: 19 de julho de 2013.]

⁷⁸² TANENHAUS, Sam. *The death of conservatism*. New York: Random House, 2009. 145 p.

⁷⁸³ Original sin: why the GOP is and will continue to be the party of white people. *The New Republic*. 10 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/112365/why-republicans-are-party-white-people>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

⁷⁸⁴ Cf. seção 2.2.1.

esforços desesperados dos republicanos de, com argumentos de nulificação, “anulem a vontade da maioria eleitoral”, isto é, inviabilizarem sistematicamente todas as medidas propostas pelo presidente democraticamente eleito. Embora esclareça que não estava dizendo que os conservadores eram racistas (mas deixando isso subentendido), Tanenhaus leva o leitor à conclusão de que eles são no mínimo antidemocráticos quando na oposição.

O ataque de Tanenhaus levou dois dos atuais editores da *National Review*, Ramesh Ponnuru e Jonah Goldberg, a uma longa réplica conjunta, em que rejeitam a tese de Tanenhaus enfaticamente. Mas antes, logo no prólogo, fazem um *mea culpa*:

Essa difamação [por parte de Tanenhaus] não consiste em nos lembrar que muitos conservadores, inclusive William F. Buckley Jr. e *National Review*, estavam dolorosamente errados a respeito do movimento dos direitos civis. Esse fato é algo sobre o qual todos os conservadores devem ponderar. Nem ela consiste em sugerir, corretamente, que certos princípios conservadores — federalismo, tradicionalismo, liberdade econômico, moderação judicial — contribuíram para este erro moral (assim como certas tendências liberais levaram *The New Republic* e *The New York Times* a fazerem suas apologias a Mussolini, Castro e Stalin).⁷⁸⁵

Coincidência ou não, esse reconhecimento oficial dos editores, um pouco mais elaborado que as concisas e secas admissões de Buckley, se dá no mesmo ano em que a questão racial voltou às manchetes americanas. No momento em que estas considerações são escritas, em julho de 2013, os Estados Unidos se veem às voltas com manifestações e tumultos causados pela revolta popular com a absolvição de George Zimmerman, réu confesso pela morte do adolescente negro Trayvon Martin, em 2012. Para muita gente dentro e fora do país, o caso evoca reminiscências dos júris brancos do Sul. Zimmerman, um vigia voluntário hispânico num condomínio em Sanford, Flórida, interceptou Martin, a quem considerou suspeito, e o matou com um tiro no peito, supostamente em legítima defesa após ser agredido pelo jovem. O problema era que Zimmerman, armado, tinha sido aconselhado pelo serviço de emergência (o 911) a não seguir o rapaz, que estava desarmado, e, após ter feito exatamente isso, foi absolvido pelo júri com base numa lei conhecida como *stand your ground*, que dá a qualquer um o direito de usar a força para se defender em situações perigosas, inclusive empregando força letal se se sentir suficientemente ameaçado. Num país em que a legítima defesa era um dos argumentos usados para absolver brancos de agressões letais a negros na era de Jim Crow, a associação foi óbvia. Diante da onda de manifestações, o

⁷⁸⁵ Sam’s smear. *National Review Online*. 25 de março de 2013. Disponível em: <https://drupal6.nationalreview.com/nrd/articles/342411/sam-s-smear?pg=1>. [Acesso em: 19 de julho de 2013.]

próprio presidente Obama fez um discurso criticando o tipo de lei que acabou inocentando Zimmerman e mencionando um pouco do que é a experiência de ser negro no EUA:

“Existem muito poucos homens afro-americanos neste país que não tenham tido a experiência de ser seguidos quando estavam fazendo compras em uma loja de departamentos [...], de atravessar uma rua e ouvir as travas sendo acionadas nas portas dos carros. Isso acontecia comigo - ao menos antes de eu me tornar senador. Há poucos afro-americanos que não tenham tido a experiência de entrar em um elevador e ver uma mulher segurando a bolsa nervosamente, mantendo a respiração suspensa até que surgisse a oportunidade de descer. Isso acontece com frequência.”⁷⁸⁶

Essa passagem do discurso de Obama evoca outro problema na atual *National Review* em torno de temas raciais. Cerca de um ano antes, em abril de 2012, o colunista da *NR*, John Derbyshire, foi demitido da revista após publicar, na *Taki's Magazine*, um texto considerado racista. Nele, Derbyshire faz uma paródia de “a conversa” — uma série de orientações que pais dão aos jovens, em famílias negras, sobre como evitar os estereótipos do “negro criminoso” que habita o imaginário principalmente dos brancos (por exemplo, uso de capuz, associado a delinquentes, ou mãos no bolso, que podem sugerir que se está armado). Na versão de Derbyshire, pessoas não negras também teriam sua “conversa”, que incluiria uma caracterização básica dos negros americanos (ancestralidade misturada) e algumas orientações de tratamento (chamá-los de *blacks* e jamais da “palavra com N”⁷⁸⁷). Mas logo o autor começa a acrescentar uma série de informações depreciativas: não há ganhadores negros da Medalha Fields,⁷⁸⁸ o comportamento de negros em relação a brancos é mais antissocial, cerca de metade dos negros concordará passivamente com a agressão de um dos seus contra um branco, e, usando um “bom senso estatístico”, seu interlocutor deveria evitar concentrações de negros que ele não conhece, manter distância de bairros com alta população negra, entre várias outras sugestões do tipo. A ideia geral é de que negros, em média, são mais perigosos e devem ser evitados. E o artigo termina dizendo:

“Você não tem de seguir minha versão da conversa ponto por ponto; mas, se você é branco ou asiático e tem filhos, você deve a eles alguma versão da

⁷⁸⁶ LEIA a íntegra do discurso de Obama sobre jovem negro morto. *Folha de S. Paulo*. 19 de julho de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1313940-leia-a-integra-do-discurso-de-obama-sobre-jovem-negro-morto.shtml>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

⁷⁸⁷ *Nigger*, que corresponde aproximadamente a “crioulo” em português, e é considerada altamente desrespeitosa, exceção feita ao uso por pessoas também negras com quem se tem intimidade.

⁷⁸⁸ Premiação prestigiosa no campo da Matemática, aproximadamente o equivalente de um Prêmio Nobel para pessoas da área.

conversa. Vai evitar que percam muito tempo e tenham muitos problemas descobrindo as coisas por si mesmos. Isso pode salvar suas vidas.”⁷⁸⁹

O caso gerou controvérsia e crítica por parte dos outros colaboradores da revista, e Derbyshire foi demitido. Mas, agora em julho de 2013, outro colunista da *NR*, Victor Davis Hanson, criticando o discurso de Obama sobre o caso de Trayvon Martin, começou uma nova polêmica. Em artigo de 23 de julho, Hanson diz que o estereótipo do negro criminoso, pelo menos no caso de adolescentes, não existiria se não tivesse um triste fundo de verdade. Após relatar o caso de seus pais, assaltados em São Francisco por um bando de jovens negros, ele reproduz suas experiências pessoais na mesma linha e diz que teve de dar para seu filho um “sermão” que nada mais era do que sua versão da “conversa” de que Derbyshire falava. E cita notícias de dois crimes violentos envolvendo jovens negros como perpetradores, e as vítimas sempre asiáticas ou brancas. Diz ele que o problema real não eram as leis *stand your ground*, o controle de armas ou os conflitos interraciais a que o governo aludia, mas “uma cultura urbana que por razões tácitas tem gerado uma epidemia de crime violento desproporcional por parte de jovens rapazes afro-americanos.”⁷⁹⁰ Em outras palavras, pode-se dizer que, para Hanson, são os negros *jovens*, e não os negros em geral, a nova classe perigosa.

Agora, em julho de 2013, as reações a Hanson ainda estão começando. Pode ser que ele se torne o novo John Derbyshire, ironicamente quase repetindo o mesmo artigo, ou que a questão, como tantos debates nascidos na Internet, submerja no esquecimento em poucos dias. Mas não deixa de ser interessante que, mais uma vez, a *National Review* esteja causando controvérsia por conta do problema racial. Quarenta e cinco anos depois do assassinato de Martin Luther King, cinquenta depois de Birmingham, e quase sessenta depois de *Brown*, as relações raciais americanas mudaram sob vários aspectos, mas ainda seguem tensas. Para citar apenas alguns dados, 38% da população carcerária dos EUA são formados por negros, contra 34% por brancos⁷⁹¹ — o que significa uma taxa de encarceramento para negros que é o triplo da sua proporção na população em geral, de 13, 1%.⁷⁹² Esse é o tipo de problema que leva autores como Michelle Alexander a falar em um “novo Jim Crow” neste século XXI. Existe

⁷⁸⁹ DERBYSHIRE, John. The talk: non black version. *Taki's Magazine*. 5 de abril de 2012. Disponível em: http://takimag.com/article/the_talk_nonblack_version_john_derbyshire/page_2#axzz2ZvfaLbYX. [Acesso em: 24 de julho de 2013.]

⁷⁹⁰ HANSON, Victor Davis. Facing facts about race. *NR*, 23/7/2013.

⁷⁹¹ GOODE, Erica. Incarceration rates for blacks have fallen sharply, report shows. *The New York Times*. 27 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/02/28/us/incarceration-rates-for-blacks-dropped-report-shows.html>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

⁷⁹² Alguns dados sobre o problema podem ser encontrados no site da NAACP: <https://donate.naacp.org/pages/criminal-justice-fact-sheet>.

ainda um sem-número de outras questões, como as discussões sobre imigração, o crescimento dos hispânicos/latinos na população americana e a discriminação contra os muçulmanos após o 11 de Setembro, sugerindo que, nos EUA de hoje, a diversidade ainda é um desafio para um país que sempre se considerou um promissor *melting pot* de raças, etnias e culturas. E isso é particularmente verdade no caso dos atuais conservadores, os mais conscienciosos dos quais finalmente começam a reconhecer seu quinhão de responsabilidade nas dificuldades americanas com questões de raça.⁷⁹³ De uma certa maneira, pode-se dizer que até hoje conservadores e liberais ainda se veem obrigados a lidar com o fantasma dos direitos civis, e as questões que ele levantou e os movimentos reivindicatórios que inspirou; mas são os conservadores que, neste momento, parecem estar pagando um preço mais alto, colecionando uma sucessão de derrotas importantes desde 2008, tanto nas eleições presidenciais quanto em questões sociais e morais como a do casamento homossexual.

Mas não é a apenas a questão racial que tem voltado à pauta. Em janeiro de 2013, poucos dias depois da segunda posse de Obama, o historiador Alan Brinkley escreveu na *New Republic* um artigo de tom otimista, sugestivamente intitulado: *The L word lives: is it safe to say “liberal” again?* (“A palavra com L vive: é seguro dizer ‘liberal’ de novo?”) Comentando a associação do termo com o discurso presidencial na posse, Brinkley diz que “o que mantinha o liberalismo vivo não era a palavra, mas as muitas questões que os americanos esperaram *décadas* para ouvir de um presidente: desigualdade, pobreza, imigração ilegal, direitos gays e muitas outras promessas liberais” (grifo nosso). Graças a isso, seria possível usar a palavra novamente no discurso político americano. Após o enfraquecimento causado por uma série de crises — o fiasco no Vietnã, a crise econômica de iniciada em fins dos anos 60 e agravada na de 70, os conflitos por direitos civis —, o liberalismo permaneceria um ideal “fraco”, mas que talvez tivesse agora a chance de uma ressurgência. E mais importante do que isso, muitos ideais liberais seriam do tipo com que “muitos conservadores, se pensarem a respeito, podem concordar”, já que seriam herdados do mesmo liberalismo clássico que também informaria boa parte do que é considerado conservadorismo no pensamento político americano.

Acima de tudo, o liberalismo em nosso tempo significa o apoio à igualdade. Por muitos anos, os liberais ignoraram a desigualdade social e econômica — certos de que seus esforços iriam fracassar. Como no século dezenove, o século vinte e

⁷⁹³ Um ótimo exemplo, além da citada réplica às acusações de Tanenhaus, é este outro artigo de Ramesh Ponnuru: *The Right’s civil wrongs*. *NR*, 21/6/2010. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/229953/rights-civil-wrongs/ramesh-ponnuru>. [Acesso em: 19 de julho de 2013.]

um produziu a maior desigualdade da história da nossa nação.⁷⁹⁴ É por isso que o discurso de Obama fez muita gente falar em liberalismo de novo — alegremente para uns, com indignação para outros.

Alguns liberais mostraram arrogância. Outros desistiram. Outros foram longe demais. Mas, em seu melhor, o liberalismo tem sido um sistema pragmático que poderia ajudar a criar uma sociedade que socorre aqueles em necessidade e trabalha contra a nossa crescente desigualdade. Quatro anos após Obama se tornar presidente, ele pode ter finalmente lançado — ao menos por agora — uma luta robusta por aquilo em que a maioria dos liberais acredita.⁷⁹⁵

Se essa é uma previsão acertada, o tempo dirá. No entanto, se o liberalismo pode estar ensaiando um retorno à respeitabilidade depois de décadas de ataques conservadores, é plausível que o faça de forma mais discreta. Nos tempos em que os conservadores eram *outsiders* políticos, de que tratamos nesta pesquisa, a ideia de erradicar a pobreza pela ação governamental parecia muito menos complicada do que é hoje. É muito difícil imaginar uma plataforma ambiciosa como foi a Grande Sociedade de Lyndon Johnson sendo lançada com a mesma pompa e confiança. Por outro lado, à luz de revelações como a do ciclópico esquema de vigilância e coleta de informações montado pelo governo americano na última década, com destaque para a *National Security Agency* (“Agência Nacional de Segurança”, NSA), denunciada em 2013 por Edward Snowden, também é difícil ignorar as advertências conservadoras sobre os riscos do crescimento do Estado — por mais que tal esquema tenha começado justamente com um governo conservador que, lembrando o fervor anticomunista dos primeiros anos da Guerra Fria, se mostrou disposto demais a sacrificar liberdades civis em nome da segurança. Que isso tenha se expandido sob um governo visto como liberal só reforça a conclusão de que, apesar de toda a rivalidade, liberais e conservadores têm uma considerável herança comum. E se seria demais alegar, com Louis Hartz,⁷⁹⁶ que os Estados

⁷⁹⁴ A concentração de renda nos Estados Unidos tem aumentado consideravelmente desde os anos 70, fenômeno que se acentuou consideravelmente sob administrações republicanas. Sob Reagan, por exemplo, o 1% mais rico da população americana, que detinha aproximadamente 8,1% da renda nacional, agora passava a ter aproximadamente 15%. “Em 1980, um típico... [executivo-chefe] recebia cerca de 40 vezes a renda de um operário de fábrica médio, e nove anos depois, o [executivo] recebia 93 vezes esse valor” (SCHALLER, 1994, p. 54). Sinal dos tempos: segundo Moss, desde a Era Dourada, no século XIX, ou desde os anos 1920 a aquisição de riqueza não era tão celebrada como agora. “Acumular riqueza representava a mais elevada moralidade”, pregavam “gurus” do capitalismo. “Só os fracassados culpavam o sistema por seus problemas. Os pobres dos anos 1980”, dizia um deles, George Gilder, “estão se recusando a trabalhar duro” (SCHALLER, 1994, p. 55). Não por acaso, um dos filmes icônicos da década seria *Wall Street*, em que Michael Douglas representa o estereótipo do financista ambicioso e implacável. Cf. MOSS, George. Reagan’s policies shape American politics; SCHALLER, Michael. The truth about the 1980s economy. In: TORR, James D. (ed.). *The 1980s*. San Diego: Greenhaven Press, 2000, p. 44-51, 52-60.

⁷⁹⁵ BRINKLEY, Alan. The L word lives: is it safe to say “liberal” again? *The New Republic*. 30 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/112271/liberal-epithet-not-after-obama-speech>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

⁷⁹⁶ V. HARTZ, Louis. *The liberal tradition in America*. Harvest Books, 1991. 346 p. O livro foi publicado originalmente em 1955 e é considerado um bom exemplo da ideia, comum à época, de que a política americana era essencialmente caracterizada por um consenso.

Unidos só têm o liberalismo lockeano como tradição política, é certo que as ideologias que prosperaram nesse país, à esquerda e à direita, tiveram de se adaptar a uma sociedade na qual o individualismo e os direitos de propriedade e de liberdade, entre outros, eram largamente difundidos e dados como pressupostos. E por mais que, no discurso conservador americano, os liberais sejam frequentemente caracterizados como “socialistas” — uma tentativa de associá-los à velha *bête noire*, o comunismo —, essa afinidade básica entre eles e os conservadores não deixa de existir. Afinal de contas, um dos componentes básicos do conservadorismo americano, mesmo o mais importante no campo político, ainda é o libertarianismo, uma leitura do liberalismo clássico.⁷⁹⁷

Finalmente, duas últimas observações que podem ser úteis a novos pesquisadores do campo. A primeira é que a narrativa do conservadorismo dos anos 1950 e 60 centrada em *National Review* não é a única, embora seja clássica e, do ponto de vista da maior parte da historiografia a respeito, tanto profissional quanto do próprio movimento conservador, faz jus à sua posição dominante. Porém, existe uma narrativa rival, muito minoritária, mas que é focada nos grupos remanescentes da Velha Direita e foca neles como a “verdadeira” renovação do conservadorismo americano. Nessa linha, o anticomunismo ferrenho que marcou o movimento capitaneado pelo círculo da *NR*, bem como a política externa dele resultante, são vistos com desaprovação. Essa narrativa é associada ao grupo conhecido como *paleoconservadores*, que reúne nomes como Justin Raimondo,⁷⁹⁸ Paul Gottfried⁷⁹⁹ e o ex-candidato à presidência, Patrick Buchanan. Embora eles sejam minoritários, são responsáveis pela que talvez seja a mais interessante revista conservadora nos Estados Unidos da atualidade, *The American Conservative*, possuidora de um nível de sofisticação intelectual que faz lembrar a *National Review* clássica.⁸⁰⁰ Ofuscados pelos conservadores “buckleyanos” e pelos neoconservadores, melhor financiados e sintonizados com as tendências políticas dos EUA como superpotência, essa é uma corrente menos estudada do que deveria. Embora não tenhamos podido explorá-los aqui, eles são uma mostra de como a conhecida dicotomia liberal-conservador (este entendido no mesmo sentido que a *National Review* estabeleceu) pode ser enganosamente simples.

⁷⁹⁷ Cf. DOHERTY, Brian. *Radicals for capitalism: a freewheeling history of the modern American libertarian movement*. Public Affairs, 2009. 756 p.

⁷⁹⁸ *Reclaiming the American Right: the lost legacy of the conservative movement*. Wilmington, Delaware: Intercollegiate Studies Institute, 2008. 375 p.

⁷⁹⁹ V. seus livros *The conservative movement*, de 1992, e *Conservatism in America: making sense of the American Right*, de 2009.

⁸⁰⁰ V. o site <http://www.theamericanconservative.com>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

Mas não são apenas os *paleocons* que têm uma visão própria da história recente americana. Os tradicionalistas, de quem Russell Kirk é o maior representante, embora sejam ainda parte minoritária do movimento conservador, ganharam mais visibilidade e mesmo audácia nas últimas décadas. Em 1980, Kirk deixou a *NR* como colunista, e de certa forma saiu atirando, indiretamente, no que se tornou o *mainstream* do conservadorismo, largamente influenciado pelo libertarianismo e por uma política externa militante. Em fins da década e no início da de 90, Kirk já havia se tornado alvo frequente de neoconservadores (entre outras razões, por causa de um chiste: “E não raro tem parecido que certos eminentes neoconservadores confundiram Tel Aviv com a capital dos Estados Unidos”⁸⁰¹) e, por sua vez, também fizera de alfinetadas neles e nos libertários um hábito recorrente.⁸⁰² Hoje, dois dos melhores repositórios dessa corrente específica, são o blog *The Imaginative Conservative*, bem como a revista *Modern Age*, fundada por Russell Kirk.⁸⁰³

Sobre Buckley e a imagem que ele construiu do conservadorismo como uma corrente de *outsiders*, uma dimensão pouco explorada é a da *estética*. Grace Elisabeth Hale trata do assunto ao lhe dedicar um capítulo do seu *A nation of outsiders*,⁸⁰⁴ discutindo como o editor da *NR* tornou-se um modelo atraente de “rebelde” para muitos de seus admiradores. Mas seria injusto centrar esse tipo análise apenas na figura de Buckley, por cativante que seja a sua trajetória em comparação com a vida geralmente mais pacata de seus colegas. Na época de que tratamos, e mesmo agora, o conservadorismo oferece um conjunto de referências, linguagens e instituições próprias, nem sempre compartilhadas pela cultura em geral e que têm, portanto, um apelo contracultural. Nas palavras de Michael James Lee, “Rótulos políticos têm poder estético”.⁸⁰⁵ Quem quer que frequente círculos conservadores, mesmo que virtuais, logo percebe esse “outro mundo” que envolve seus membros, onde frases como “Não imanentize o *eschaton*”⁸⁰⁶ são piada interna, pessoas trocam informações sobre locais onde se

⁸⁰¹ KIRK, Russell. *Neoconservatives: an endangered species*. 1988. Disponível em: <http://www.heritage.org/research/lecture/the-neoconservatives-an-endangered-species>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.] Uma versão em português estará disponível no livro *A política da prudência*, a ser lançado ainda este ano pela É Realizações.

⁸⁰² Sobre o posicionamento específico de Kirk quanto a esses grupos, v. o ensaio “Uma avaliação imparcial dos libertários” (no original, “A dispassionate assessment of libertarians”) em *A política da prudência*. Sobre os conflitos entre Kirk e as outras facções em geral, v. GOTTFRIED, *Making sense of the American Right*, passim.

⁸⁰³ Disponíveis, respectivamente, em: <http://www.theimaginativeconservative.org> e <http://www.firstprinciplesjournal.com/journal/index.aspx?journal=MA&id=4438d428-0234-4ba2-a234-156908b03490>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

⁸⁰⁴ *A nation of outsiders: how the white middle class fell in love with rebellion in postwar America*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2011. 400 p.

⁸⁰⁵ LEE, op. cit., p. 349.

⁸⁰⁶ A frase, divulgada em camisetas e broches pela *National Review* e que se tornou um lema da organização juvenil conservadora fundada por Buckley nos anos 1960, a *Young Americans for Freedom* (“Jovens Americanos pela Liberdade”, YAF), alude a uma expressão do filósofo Eric Voegelin. Resumindo muito, trata-se de tentar

reza missa em latim ou escritores normalmente considerados obscuros têm *status* de gênios e heróis. O comentário de um estudante da Universidade de Wisconsin, reproduzido por Rick Perlstein,⁸⁰⁷ de que “Você anda por aí com seu broche de Goldwater e sente a emoção da traição”, bem define como, da mesma maneira que outros movimentos políticos, culturais e até religiosos, o conservadorismo também pode ser visto como uma forma de contestação. Há a visão de mundo, mas com ela vem todo um universo simbólico sedutor não apenas por seus próprios méritos racionais, mas também por representar um dissenso, um desafio a convenções e tabus estabelecidos. Não é à toa que, no Brasil de hoje, a influência de teóricos conservadores se faça sentir especialmente entre jovens universitários: em um momento histórico em que a esquerda é governo e as expectativas populares em torno do Estado e da sociedade são essencialmente de natureza social-democrata, Hayek ou Rothbard, e até Kirk, podem soar tão subversivos quanto um Che Guevara. E, com a Internet, aqueles atraídos por esse lado do espectro ideológico encontram farta munição intelectual para justificarem suas preferências, às vezes para surpresa (ou horror) de pais, políticos e professores.

Buckley, naturalmente, sabia disso. No caso dele, pode-se mesmo perguntar se o que o tornou um conservador tão aguerrido foi o *conteúdo* da ideologia, tal como ele a entendia, ou o fato de ela estar fora do poder na época. Em 2001, ele deu uma entrevista a Corey Robin para a revista *Lingua Franca*, junto com Irving Kristol. Nela, uma confissão: “O problema com a ênfase do conservadorismo no mercado é que ela se torna muito entediante. Você a ouve uma vez, você domina a ideia. A noção de dedicar a sua vida a ela é horrível quanto mais não seja pelo fato de que é tão repetitiva. É como sexo.” Robin pediu-lhe então que imaginasse uma versão mais jovem de si mesmo, um “aspirante a *enfant terrible* graduando-se em 2000, trazendo para o mundo político de hoje o mesmo espírito insurgente que Buckley trouxe para o dele.” Que tipo de opção política esse Buckley jovem adotaria? “Eu seria um socialista. [...] Um socialista como M[ichael] Harrington.” Pausa. E então ele complementa: “Diria mesmo que um comunista.”⁸⁰⁸

realizar na Terra (o plano da *imanência*) uma condição de felicidade que só pode ser alcançada num plano transcendente — o Céu ou Paraíso (o *eschaton*). Em bom português, trata-se do utopismo avançado pelas ideologias políticas modernas, classificadas por Voegelin como *gnósticas*, em alusão a uma corrente cristã herética dos primeiros séculos de nossa era.

⁸⁰⁷ Apud: LEE, op. cit., p. 349.

⁸⁰⁸ ROBIN, Corey. *The reactionary mind: conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 128-9.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

1) *Artigos de William Buckley e da National Review.*

Buckley online (Complete writings of William F. Buckley). Disponível em: <http://cumulus.hillsdale.edu/buckley>. [Último acesso: 13 de julho de 2013.]

National Review. Edições diversas. Disponível no *EBSCO host National Review Archive*, via New York University Library: <http://library.nyu.edu> [ultimo acesso em: julho de 2012.], e na coleção de volumes encadernados do Russell Kirk Center for Cultural Renewal, de Mecosta, Michigan.

2) *Documentos eletrônicos: outros.*

BENTHAM, Jeremy. Bentham to Mr. Dundas. In: *The Works of Jeremy Bentham*. V. 10 (Memoirs, Part I and Correspondence) [1843]. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org>. (Acesso em: 11 de novembro de 2011.)

BURKE, Edmund. *The works of Edmund Burke*. V. 1. Oxford University, 2006. Disponível em: http://books.google.com.br/ebooks?id=eZOUc_XUyzoC&hl=pt-BR&source=gbs_slider_user_shelves_7_homepage. [Acesso em: 20 de dezembro de 2011.]

CALHOUN, John C. *Speeches of John C. Calhoun*. New York: Harper & Brothers, 1843. Disponível em: <http://www.archive.org/details/speechesofjohncc00calh>. [Acesso em: 5 de janeiro de 2012.]

CARNEY, James. 10 questions for William F. Buckley. *Time*. 5 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,607805,00.html>. [Acesso em: 17 de julho de 2013.]

DIXON, Mark E. The case of the gutsy librarian. *Main Line Today*. May 2008. Disponível em: <http://www.mainlinetoday.com/core/pagetools.php?pageid=6401&url=%2FMain-Line-Today%2FMay-2008%2FFRONTLINE-Retrospect%2F&mode=print>.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Constitution*. Disponível em: <http://www.law.cornell.edu/constitution>. [Acesso em: 16 de dezembro de 2012.]

_____. *Declaração de Independência*. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/teoria/declaracao_vport.html. [Acesso em: 30 de dezembro de 2011.]

_____. *A report to the National Security Council - NSC 68. April 12, 1950*. Disponível em: http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf. Também disponível em: <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>. [Acesso em: 21 de dezembro de 2012.]

FITZHUGH, George. *Sociology for the South, or the failure of free society*. Richmond: A. Morris, 1854. Disponível em: <http://docsouth.unc.edu/southlit/fitzhughsoc/fitzhugh.html>. [Acesso em: 6 de janeiro de 2012.]

FOX, John Brockenbrough. The Negro in American Civilization, by Nathaniel Weyl. *The Mankind Quarterly*. January 1961, p. 223-225. Disponível em: <http://www.unz.org/Pub/MankindQuarterly-1961jan-00223a02>. [Último acesso em: 15 de julho de 2013.]

FATHER Halton: the stormy petrel. *The Crimson*. 9 de novembro de 1956. Disponível em: <http://www.thecrimson.com/article/1956/11/9/father-halton-the-stormy-petrel-pthe>.

GOD & man at Princeton. *Time*. 7 de outubro de 1957. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,809974,00.html>.

KING JR., Martin Luther. *Letter from a Birmingham jail* (1963). Disponível em: http://www.africa.upenn.edu/Articles_Gen/Letter_Birmingham.html. [Acesso em: 1º de junho de 2013.]

KIRK, Russell. *Neoconservatives: an endangered species*. 1988. Disponível em: <http://www.heritage.org/research/lecture/the-neoconservatives-an-endangered-species>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

McCARTHY, Joseph. Truman administration as “Commiecrats”. Disponível em: <http://cdm16280.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p128701coll0/id/26/rec/2>. [Acesso em: 19 de dezembro de 2012.]

MINOGUE, Kenneth. *The liberal mind*. Indianapolis: Liberty Fund, 2001. 233 p. [Edição Kindle.]

NOCK, Albert Jay. *The dangers of literacy: millions of readers create a market for mediocrity* (1934). Disponível em: <http://www.lewrockwell.com/nock/nock16.1.html>. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

_____. *Our enemy, the State*. 1935. Disponível em: <http://mises.org/resources/4685>. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

_____. *Isaiah's job* (1936). Disponível em: <http://mises.org/daily/2892>. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

_____. *The disadvantages of being educated*. 1937. Disponível em: http://www.cooperativeindividualism.org/nock-albert-jay_on-education.html. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

_____. *Memoirs of a superfluous man*. 1943. Disponível em: <http://mises.org/resources/2998/Memoirs-of-a-Superfluous-Man>. [Acesso em: 10 de janeiro de 2012.]

O'CEALLAIGH, Sean T. Memorandum by Sean T. O'Ceallaigh to Pope Benedict XV. In: IRLANDA. *Documents in Irish Foreign Policy*. Disponível em: <http://difp.ie/viewdoc.asp?DocID=35>. [Acesso em: 11 de fevereiro de 2012.]

PLESSY v. Ferguson - 163 U.S. 537 (1896). Disponível em: <http://supreme.justia.com/cases/federal/us/163/537/case.html>. [Acesso em: 14 de maio de 2013.]

PRINCETON furor over chaplain. *Life*. 7 de outubro de 1957. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ZFYEAAMBAJ&pg=PA137&lpg=PA137&dq=father+hugh+halton+princeton&source=bl&ots=ZSWtB88aDz&sig=8osa2FNxCesQ5GF4sm4mgTOFhPo&hl=pt-BR&sa=X&ei=I47jUIfSNMj3iwLTsoGYAw&ved=0CFEQ6AEwBA#v=onepage&q=father%20hugh%20halton%20princeton&f=false>. [Acesso em: 1º de janeiro de 2013.]

REINO UNIDO. *1911 Parliament Act*. Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo5/1-2/13/contents>. [Acesso em: 31 de janeiro de 2012.]

ROOSEVELT, Frankin Delano. *Four freedoms speech*. Annual Message to Congress on the State of the Union: January 06th, 1941. Disponível em: <http://www.fdrlibrary.marist.edu/pdfs/fftext.pdf>. [Acesso em: 28 de janeiro de 2012.]

ROTHBARD, Murray N. The betrayal of the American Right. Disponível em: <http://mises.org/document/3316/The-Betrayal-of-the-American-Right>. [Acesso em 1º de janeiro de 2013.]

SHELLEY v. Kraemer, 334 U.S. 1 (1948). Disponível em: http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC_CR_0334_0001_ZO.html. [Acesso em: 19 de junho de 2013.]

SOUTHERN Manifesto on integration (March 12, 1956). Disponível em: http://www.pbs.org/wnet/supremecourt/rights/sources_document2.html. [Acesso em: 7 de junho de 2013.]

SUMNER, William Graham. *Sobre o caso de um homem em quem nunca se pensa*. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/index.php/academia/15-artigos/353-sobre-o-caso-de-um-certo-homem-em-quem-nunca-se-pensa>. [Acesso em: 11 de fevereiro de 2012.]

_____. The predicament of sociological study. In: _____. *The challenge of fact and other essays*. New Haven: Yale University Press, 1914. Disponível em: http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=1656&chapter=143516&layout=html&Itemid=27. [Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.]

The Freeman. Edições diversas. Disponível em: <http://mises.org/Literature/Source/Old%20Freeman>. [Último acesso em: 13 de julho de 2013.]

The New York Times Archive. Edições diversas. Disponível em: <http://www.nytimes.com/ref/membercenter/nytarchive.html>. [Último acesso em: 13 de julho de 2013.]

WILLIAM F. Buckley: Bush will be judged on “failed” Iraq war. *Ear to the ground*. 21 de março de 2006. Disponível em: http://www.truthdig.com/eartothe-ground/item/20060401_william_f_buckley_bush_will_be_judged_on_failed_iraq_war/interview. [Acesso em: 17 de julho de 2013.]

WITTMER, Felix. Freedom’s case against Dean Acheson. *The American Mercury*. April 1952. Disponível em: <http://www.unz.org/Pub/AmericanMercury-1952apr-00003?View=PDF>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

WOMAN jail term, fine. *The Reading Eagle*. 18 de janeiro de 1957. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=1955&dat=19570118&id=e5IhAAAIBAJ&sjid=KJgFAAAAIBAJ&pg=4380,5535>. [Acesso em: 26 de dezembro de 2012.]

3) Documentos pessoais:

Correspondência entre Russell Kirk e William F. Buckley Jr., 1955-1987. Russell Kirk Center for Cultural Renewal. Mecosta, Michigan, EUA.

4) Livros e periódicos:

BELL, Daniel (ed.). *The radical right*. Garden City, New York: Doubleday Anchor, 1962.

BOZELL JR. L. Brent; BUCKLEY JR., William F. *McCarthy and his enemies*. Chicago: Regnery, 1954. 425 p.

BUCKLEY, Priscilla L. *The joys of National Review, 1955-1980*. New York: National Review Books, 1995. 270 p.

BUCKLEY Jr., William F. *Up from Liberalism*. Introduction by Senator Barry Goldwater. Foreword by John dos Passos. New York: Hillman Books, 1959. 224 p.

_____. *Rumbles left and right: a book about troublesome people and ideas*. New York: Putnam, 1963. 251 p.

_____. *The unmaking of a mayor*. New York: Viking, 1966. 341 p.

_____. *The jeweler's eye*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1968. 378 p.

_____ (org.). *Odyssey of a friend: Whittaker Chambers' Letters to William F. Buckley, Jr.* Regnery, 1999. 352 p.

_____ (org.). *Did you ever see a dream walking? American Conservative Thought in the Twentieth Century*. Indianapolis & New York: Bobbs-Merrill, 1970. 554 p.

_____. *Four reforms: a program for the 70's*. New York: G. P. Putnam's Son, 1973. 128 p.

_____ (org.). *Keeping the tablets: modern American conservative thought*. New York: Perennial Library, 1988. 469 p.

_____. *God and Man in Yale: 50th Anniversary Edition*. Washington: Gateway Editions, 2001. 240 p.

_____. *Miles gone by: a literary autobiography*. Washington, D.C.: Regnery, 2004. 256 p.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2.ed. Brasília: UnB, 1997. 239 p.

BURNHAM, James. *Suicide of the West: the meaning and destiny of Liberalism*. New York: The John Day Company, 1964. 312 p.

CAREY, George W. (ed.). *Freedom and virtue: the conservative/libertarian debate*. Revised and updated edition. Wilmington, Delaware: Intercollegiate Studies Institute, 1998. 231 p.

CHAMBERS, Whittaker. *Witness*. Regnery Publishing, 1987. 808 p.

CROSSMAN, Richard H. (ed.). *The god that failed*. Harper & Brothers, 1949.

EVANS, M. Stanton. *The Liberal Establishment*. New York: Devin-Adair, 1965. 351 p.

GOLDWATER, Barry. *The conscience of a conservative*. New York: MacFadden Books, 1961. 128 p.

GOUZENKO, Igor. *This was My Choice*. London: Eyre & Spottiswoode, 1948.

HART, Jeffrey. *The American dissent: a decade of modern conservatism*. New York: Doubleday & Company, 1966. 262 p.

_____. *The making of the American conservative mind: National Review and its times*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2006. 425 p.

HAYEK, F. A. "Por que não sou um conservador". In: _____. *Os fundamentos da liberdade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Visão, 1983.

_____. *The road to serfdom – Text and Documents: the Definitive Edition*. Edited by Bruce Caldwell. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

KENDALL, Willmoore. *The conservative affirmation in America*. Chicago: Gateway Editions, 1985. 272 p.

_____. *Willmoore Kendall contra mundum*. Arlington House, 1971. 640 p.

KIRK, Russell. *The conservative mind: from Burke to Santayana*. 1st ed. Regnery, 1953.

_____. *Confessions of a bohemian tory*. New York: Fleeting Publishing Corporation, 1963.

_____. *The portable conservative reader*. Viking/Penguin, 1982.

_____. *Enemies of the permanent things: observations of abnormality in literature and politics*. Sherwood Sugden & Co., 1984.

_____. *Prospects for conservatives*. Regnery, 1989.

_____. *Beyond the Dreams of Avarice: Essays of a Social Critic*. Sherwood Sugden & Co., 1991.

_____. *America's British Culture*. Transaction, 1993.

_____. *The Politics of Prudence*. ISI Books, 1993.

_____. *Redeeming the Time*. ISI Books, 1996.

_____. *Rights and Duties: Reflections on Our Conservative Constitution*. Spence, 1997.

_____. *The conservative mind: from Burke to Eliot*. 7.ed. Regnery, 2001. 534 p.

_____. *The roots of American order*. Wilmington, Dalaware: ISI Books, 2004. 534 p.

_____. *A política da prudência*. Trad. Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2013. (No prelo.)

McLAURIN, Melton A. *Separate past: growing up white in the segregated South*. 2nd ed. Athens: University of Georgia Press, 2010. [Edição Kindle.]

MEYER, Frank S. *In Defense of Freedom and Related Essays*. Indianapolis: The Liberty Fund, 1996. 240 p.

NATIONAL REVIEW. *An evening with National Review: some memorable articles from the first five years*. New York: National Review Books, 2010. 112 p.

PANICHAS, George (org.); KIRK, Russell. *The Essential Russell Kirk*. ISI Books, 2007.

ROOT, E. Merrill. *Collectivism on the campus*. New York: Devin-Adair, 1956. 403 p.

SCHLESINGER JR., Arthur M. *The vital center: the politics of freedom*. Boston: Da Capo Press, 1988. 274 p.

SCHNEIDER, Gregory L. (org.). *Conservatism in America since 1930: A Reader*. New York & London: New York University Press, 2003.

SIGLER, Jay A. (ed.). *The conservative tradition in American thought*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1969. 375 p.

STELZER, Irwin (ed.). *The neocon reader*. New York: Grove Press, 2004. 328 p.

VIREECK, Peter. "But... I'm a conservative!". *The Atlantic Monthly*, 1940. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1969/12/but-i-apos-m-a-conservative/4434>. [Acesso em 18 de março de 2011.]

_____. *Conservatism revisited*. Revised and enlarged edition. New York, London: 1962.

WEAVER, Richard M. *Ideas have consequences*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1984

WILL, George. *Statecraft as soulcraft*. New York: Touchstone, 1984. 192 p.

WILLS, Garry. *Confessions of a conservative*. Penguin Books, 1980. 231 p.

X, Malcolm; HALEY, Alex. *The autobiography of Malcolm X*. Penguin Books, 1987. 460 p.

Fontes secundárias:

ABERBACH, Joel D.; PEELE, Gillian (ed.). *Crisis of conservatism?: The Republican Party, the conservative movement & American politics after Bush*. Oxford & New York: Oxford University Press, 2011. 403 p.

ALEXANDER, Elizabeth. An intimacy color line in the Jim Crow South. November 2004. Disponível em: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=9988>. [Acesso em: 16 de maio de 2013.]

ALLITT, Patrick. *Catholic intellectuals and conservative politics n America, 1950-1985*. Cornell University Press, 1985. 336 p.

_____. What is Conservatism? In: *The Conservative Tradition*. Curso em áudio. The Teaching Company, 2009.

_____. *The conservatives: ideas & personalities throughout American history*. New Haven and London: Yale University Press, 2009.

AMERICAN Heritage Dictionary of the English Language. Disponível em: <http://www.thefreedictionary.com>. [Acesso em: 16 de dezembro de 2012.]

AUERBACH, M. Morton. *The conservative illusion*. New York: Columbia University Press, 1959.

AUGHEY, Arthur; JONES, Greta; RICHES, W. T. M. *The conservative political tradition in Britain and the United States*. London: Pinter Publishers, 1992. 175 p. (Twayne's Themes in Right-Wing Politics and Ideology Series.)

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: Edusc, 2003.

BARDOLPH, Richard (ed.). *The civil rights record: Black Americans and the law, 1849-1970*. New York: Thomas Y. Crowell Co., 1970. 558 p.

BARTLEY, Numan V. *The rise of massive resistance*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1969. 390 p.

BRANCH, Taylor. *Parting the waters: America in the King years, 1954-1963*. New York: Simon & Schuster, 2007. 1123 p.

_____. *Pillar of fire: America in the King years, 1963-1965*. New York: Simon & Schuster, 2007. 768 p.

_____. *At Canaan's edge: America in the King years, 1965-1968*. New York: Simon & Schuster, 2007. 1056 p.

BENDER, Thomas. *A nation among nations: America's place in world history*. New York: Hill and Wang, 2006.

BENNETT, David H. *The Party of Fear: From Nativist Movements to the New Right in American History*. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 1988. 509 p.

BENN, Aluf. Obama and Netanyahu: the revolutionary vs. the conservative. *Haaretz*. 22 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.haaretz.com/print-edition/news/obama-and->

[netanyahu-the-revolutionary-vs-the-conservative-1.363198](#). [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

BERLIN, Isaiah. The Counter-Enlightenment. In: *The proper study of mankind: an anthology of essays*. New York: Farrar, Straus e Giroux, 1997.

BÍBLIA Online. Tradução Almeida. Disponível em: <http://www.bibliaonline.com.br/>. [Acesso em: 11 de fevereiro de 2012.]

BITTIGER, Cynthia. *The business of America is business?* Disponível em: http://www.calvin-coolidge.org/html/the_business_of_america_is_bus.html. [Acesso em: 31 de janeiro de 2012.]

BJERRE-POULSEN, Niels. *Right face: organizing the American conservative movement 1945-65*. Museum Tusulanum Press, University of Copenhagen, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BLOOM, Allan. *O declínio da cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Best-Seller, 1989. 397 p.

BRINKLEY, Alan. The problem of American conservatism. *The American Historical Review*. Vol. 99, no. 2 (Apr., 1994), pp. 409-429.

_____. The L word lives: is it safe to say “liberal” again? *The New Republic*. 30 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/112271/liberal-epithet-not-after-obama-speech>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

BROWN, Charles (ed.). *Russell Kirk: a bibliography*. Mount Pleasant, Michigan: Clarke Historical Library/Central Michigan University, 1981. 172 p.

BUCHANAN, Patrick J. *Churchill, Hitler e a guerra desnecessária*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BURNS, Jeniffer. In Retrospect: George Nash's The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945. In: *Reviews in American History*. Volume 32, Number 3, September 2004, p. 447-462.

CATHARINO, Alex. Apresentação à edição brasileira: a vida e a imaginação de Russell Kirk. In: *A era de T. S. Eliot: a imaginação moral do século XX*. Trad. de Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2011.

CAVENDISH, Richard. Stalin denounced by Nikita Khrushchev. *History Today*. February 2006. Disponível em: <http://www.historytoday.com/richard-cavendish/stalin-denounced-nikita-khrushchev>.

CHAPELL, David L. *A Stone of Hope: prophetic religion and the death of Jim Crow*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004. 344 p.

_____. Uma pedra de esperança: a fé profética, o liberalismo e a morte de Jim Crow. *Tempo*. Nº 25. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n25a04.pdf. [Acesso em: 25 de julho de 2013.]

CLOTFELTER, Charles T. *After Brown: the rise and retreat of school desegregation*. Princeton: Princeton University Press, 2004, p. 15-6. [Edição Kindle.]

CONSERVATISM: A round table. *The Journal of American History*. Vol. 98, no. 3. December 2011, p. 723-773.

CONSERVATIVE Ratzinger to lead Catholic Church. *Der Spiegel*. 19 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/0,1518,352310,00.html>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

COOKSON JR., Peter W; PERSELL, Caroline Hodges. *Preparing for power: America's elite boarding schools*, Basic Books, 1987. 272 p.

COULTER, Ann. Sarah Palin: conservative of the year. *Human Events*. 22 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.humanevents.com/article.php?id=29995>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

COWIE, Jefferson; SALVATORE, Nick. The long exception: rethinking the place of the New Deal in American history. *International Labor and Working-Class History*. No. 74, Fall 2008, p. 3-32.

BRIDGES, Linda; COYNE JR., John R. *Strictly right: William F. Buckley Jr. and the American conservative movement*. Wiley, 2007. 368 p.

CRITCHLOW, Donald T. *The conservative ascendancy: how the GOP right made political history*. Harvard University Press, 2007. 368 p.

CRUNDEN, Robert M. *The mind & art of Albert Jay Nock*. Chicago: Henry Regnery Co., 1964. 230 p.

CURTIS, Bruce. William Graham Sumner "On the Concentration of Wealth." *Journal of American History*. V. 55, no. 4, March 1969, p. 823-832.

DANIELS, Elizabeth (org.). HELEN DRUSILLA LOCKWOOD. In: VASSAR Encyclopedia. Disponível em: <http://vcencyclopedia.vassar.edu/faculty/prominent-faculty/helen-drusilla-lockwood.html>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

DAVIS, David Brion. *Inhuman bondage: the rise and fall of slavery in the New World*. Oxford University Press, 2006.

DEL COL, Laura. *The life of the industrial worker in nineteenth-century England [sic]*. Disponível em: <http://www.victorianweb.org/history/workers1.html>. [Acesso em: 11 de fevereiro de 2012.]

DERBYSHIRE, John. The talk: non black version. *Taki's Magazine*. 5 de abril de 2012. Disponível em: http://takimag.com/article/the_talk_nonblack_version_john_derbyshire/page_2#axzz2ZvfaLbYX. [Acesso em: 24 de julho de 2013.]

DEUTSCH, Kenneth L.; FISHMAN, Ethan (ed.). *The dilemmas of American conservatism*. Lexington: The University Press of Kentucky, 2010. 232 p.

DICTIONARY.COM. *Dictionary.com unabridged*. Based on the Random House Dictionary, 2013. Disponível em: <http://dictionary.reference.com/browse/meliorism>.

DIVINE, Robert et al. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992. 767 p.

DOHERTY, Brian. *Radicals for capitalism: a freewheeling history of the modern American libertarian movement*. Public Affairs, 2009. 756 p.

DOUBTS raised on US “plumber Joe”. *BBC News*. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/us_elections_2008/7675278.stm. [Acesso em: 20 de dezembro de 2012.]

DRAKE, St. Clair; CAYTON, Horace R. *Black metropolis: a study of Negro life in a northern city*. Chicago: Chicago University Press, 1993. 910 p.

DUNN, Charles W.; WOODARD, J. David. *The Conservative Tradition in America*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 1996. 199 p.

DuROCHER, Kristina. *Raising racists: the socialization of white children in the Jim Crow South*. Lexington: The University Press of Kentucky, 2011. [Edição Kindle.]

EAST, John P. *The American conservative movement: the philosophical fathers*. Chicago & Washington, DC: Regnery, 1986. 279 p.

EATWELL, Roger; O’SULLIVAN, Noël (ed.). *The nature of the right: American and European politics and political thought since 1789*. Boston: Twayne Publishers, 1990. 203 p. (Twayne’s Themes in Right-Wing Politics and Ideology Series.)

EDWARDS, Lee. *Reading the right books: a guide for the intelligent conservative*. Heritage Foundation, 2009. 163 p.

_____. *William F. Buckley Jr.: the maker of a movement*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2010. 223 p.

EH. NET Encyclopedia. Disponível em: <http://eh.net/encyclopedia>. [Acesso em: 11 de fevereiro de 2012.]

EISEMBERG, Peter. *Guerra Civil Americana*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ELLSWORTH, Ralph E.; HARRIS, Sarah M. The American Right-Wing: a report to the Fund for the Republic, Inc. *Occasional Papers* n.º 59. November 1960. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/3928/gslisoccasionalpv00000i00059.pdf>. [Acesso em: 18 de dezembro de 2012.]

ENCYCLOPÆDIA Britannica Online. Encyclopædia Britannica Inc., 2012. Disponível em: <http://www.britannica.com>.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *To secure these rights: the report of the President's Committee on Civil Rights*. 1947. Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/civilrights/srights1.htm#contents>. [Acesso em: 14 de julho de 2013.]

FARBER, David (ed.). *The Sixties: from memory to history*. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 1994. 342 p.

PHILLIPS-FEIN, Kim. *Invisible hands: the making of the conservative movement from the New Deal to Reagan*. New York & London: W.W. Norton, 2009. 356 p.

FILLER, Louis. *Dictionary of American conservatism*. New York: Philosophical Library, 1987.

FINLEY, Keith M. *Delaying the dream: southern senators and the fight against civil rights, 1938-1965*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008. [Edição Kindle.]

FRANKEL, Charles. *The case for modern man*. Boston: Beacon Press, 1962. 241 p.

FRANKLIN, John Hope. *Raça e história: ensaios selecionados (1938-1988)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (ed.). *The Rise and Fall of the New Deal Order 1930-1980*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

FREDRICKSON, George M. *Black liberation: a comparative history of black ideologies in the United States and South Africa*. New York & Oxford: Oxford University Press, 1996. 400 p.

FREEDEN, Michael. *Ideologies and political theory: a conceptual approach*. New York & Oxford: Oxford University Press, 1998. 608 p.

_____. *Ideology: a very short introduction*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2003. 160 p. [Edição Kindle.]

FROHNEN, Bruce; BEER, Jeremy; NELSON, Jeffrey O. *American conservatism: an encyclopedia*. Wilmington: ISI Books, 2006.

FRUM, David. *What's right: the new conservative majority and the remaking of America*. Basic Books, 1997. 208 p.

GALTUNG, Johan. *O caminho é a meta: Gandhi hoje*. São Paulo: Palas Athena, 2003. 200 p.

GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia: minha vida e minhas experiências com a verdade*. São Paulo: Palas Athena, 2009. 440 p.

GARRARD, Graeme. *Counter-Enlightenments: from the eighteenth century to the present*. London and New York: Routledge, 2006.

GASTON, K. Healan. The Cold War romance of religious authenticity: Will Herberg, William F. Buckley Jr., and the rise of the New Right. *The Journal of American History*. Vol. 99, no. 4 (March 2013), p. 1133-1158.

GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GENOVESE, Eugene D. *The southern tradition: the achievement and limitations of an American conservatism*. Cambridge, Massachusetts & London: Harvard University Press, 1994. 138 p.

GERSTLE, Gary. The Protean Character of American Liberalism. *The American Historical Review*. V. 99, No. 4, Oct. 1994, pp. 1043-1073.

GIRVIN, Brian. *The right in the twentieth century: conservatism and democracy*. London & New York: Pinter Publishers, 1994. 230 p. (Twayne's Themes in Right-Wing Politics and Ideology Series.)

GITLIN, Todd. *The sixties: years of hope, days of rage*. New York: Bantam Books, 1987. 513 p.

GOLDBERG, Jonah. Mortal remains: the wisdom and folly in Albert Jay Nock's anti-statism. *National Review*. May 4, 2009. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/nrd/article/?q=NTRjNzA4NDZmNTc3OTk1ZmNmNzM4ZDEwMzEwNjBkYjg=>. [Acesso em 12 de janeiro de 2012.]

_____. The Reality of Obamacare. *National Review Online*, 24/3/2010. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/229382/reality-obamacare/jonah-goldberg>. . [Acesso em: 8 de dezembro de 2012.]

GOTTFRIED, Paul Edward. *Conservatism in America. Making sense of the American Right*. Palgrave McMillan, 2007.

GREEN, Jonathon. *The cynic's lexicon: a dictionary of amoral advice*. Routledge & Kegan Paul, 1984.

GREGG, Richard B. *The power of nonviolence*. 2nd edition. 1960. Disponível em: <http://www.nonviolenceunited.org/pdf/thepowerofnonviolence0206.pdf>. [Acesso em: 15 de julho de 2013.]

GUTTMANN, Allen. *The conservative tradition in America*. New York: Oxford University Press, 1967. 214 p.

HALBERSTAM, David. *The Fifties*. New York: Fawcett Columbine, 1993. 800 p.

HALE, Grace Elizabeth. *Making whiteness: the culture of segregation in the South, 1890-1940*. New York: Pantheon Books, 1998. 427 p.

_____. *A nation of outsiders: how the white middle class fell in love with rebellion in postwar America*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2011. 400 p.

HAMBY, Alonzo L. *Liberalism and its challengers: from F.D.R. to Bush*. 2nd. ed. New York, Oxford: Oxford University Press, 1992.

HANSON, Victor Davis. Facing facts about race. *National Review Online*. 23 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/article/354122/facing-facts-about-race-victor-davis-hanson>. [Acesso em: 23 de julho de 2013.]

HARRINGTON, Michael. *A outra América: pobreza nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 226 p.

HARRIS, Ian. "Edmund Burke". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2011 Edition)*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/burke>. [Acesso em: 20 de dezembro de 2011.]

HARTZ, Louis. *The liberal tradition in America*. Harvest Books, 1991. 346 p.

HAYES, John E. *Red scare or red menace?: American Communism and Anticommunism in the Cold War Era*. Chicago: Ivan R. Dee, 1996.

HIRSCH, A. R. *Making the second ghetto: race and housing in Chicago, 1940-1960*. New York: Cambridge University Press, 1983. 377 p.

HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HODGSON, Godfrey. *The world turned right side up: a history of the conservative ascendancy in America*. Houghton Mifflin, 1996. 365 p.

HOFSTADTER, Richard. The paranoid style in American politics. *Harper's*. November 1964. Disponível em: http://karws.gso.uri.edu/jfk/conspiracy_theory/the_paranoid_mentality/the_paranoid_style.html. [Acesso em: 16 de dezembro de 2012.]

_____. *Social darwinism in American thought*. Beacon Press, 1992. 288 p.

_____. *Anti-intellectualism in American life*. New York: Vintage Books, 1996. 432 p.

HOUGH, Andrew. David Cameron becomes youngest prime-minister in almost 200 years. *The Daily Telegraph*. 11 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/politics/david-cameron/7712545/David-Cameron-becomes-youngest-Prime-Minister-in-almost-200-years.html>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

HUGHES, Langston. *The ways of white folks*. New York: Vintage, 2011. [Edição Kindle.]

HULLIUNG, Mark (org.). *The American liberal tradition reconsidered: the contested legacy of Louis Hartz*. University Press of Kansas, 2010. 296 p.

HUNTINGTON, Samuel. Conservatism as ideology. *American Political Science Review*. V. 51, No. 2, Jun. 1957, p. 454-473. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1952202>. [Acesso em: 5 de abril de 2011.]

_____. Communication. *American Political Science Review*. V. 51, No. 4, Dec. 1957, p. 1063-4.

INDIA wife dies on husband's pyre. *BBC News*. 22 de agosto de 2006. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/5273336.stm. [Acesso em: 4 de janeiro de 2013.]

JACKSON, John P. "In ways unacademical": the reception of Carleton S. Coon's *The origin of races*. *The Journal of History of Biology*. N° 34. 2001. Disponível em: <http://comm.colorado.edu/~jacksonj/research/coon.pdf> [Acesso em: 5 de julho de 2013.];

_____. *Science for segregation: race, law and the case against Brown v. Board of Education of Education*. New York: New York University Press, 2005. (Critical America.) [Edição Kindle.]

JACOBY, Russell. Dreaming of a world with no intellectuals. *The Chronicle Review*. 16 de julho de 2012. Disponível em: <http://chronicle.com/article/Dreaming-of-a-World-Without/132813>. [Acesso em: 20 de dezembro de 2012.]

JANSSON, Bruce S. *The reluctant welfare state: American social welfare policies — past, present and future*. 3rd edition. Pacific Grove, California: Brooks/Cole Publishing Company, 1997. 407 p.

JARVIS, Sharon E. *The talk of the party: political labels, symbolic capital, and American life*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2005. 304 p. (Communication, Media, and Politics)

JOSEPH, Peniel E. *Waiting 'til the midnight hour: a narrative history of Black Power in America*. New York: Henry Holt & Co., 2006. 416 p.

JUDIS, John B. *William F. Buckley, Jr.: patron saint of the conservatives*. New York: Touchstone, 1990. 528 p.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua: um projecto filosófico*. Trad. Artur Morão. Covilha: Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf. [Acesso em: 28 de janeiro de 2012.]

KARNAL, Leandro (org.). *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2007.

KELLY, Daniel. *James Burnham and the struggle for the world: a life*. Wilmington: ISI Books, 2002. 443 p.

KENNEDY, David M. *Freedom from fear: the American people in Depression and war, 1929-1945*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2005. 936 p. (The Oxford History of the United States.)

KENNETH M. COLEGROVE PAPERS. *Scope and contents note*. Disponível em: <http://www.ecommcode2.com/hover/research/historicalmaterials/other/colegrov.htm>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

KING, Richard H. *The struggle against equality: conservative intellectuals in the Civil Rights Era, 1954-1975*. In: OWNBY, Ted (ed.). *The role of ideas in the Civil Rights South*. Jackson: University Press of Mississippi, 2002. [Edição Kindle.]

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Burke: a continuidade contra a ruptura*. In: *Os Pensadores – Vários Autores*. São Paulo: Ática, 1996. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54464336/Colecao-Os-Pensadores-Burke-Kant-Hegel-Tocqueville-Mill-Marx>. [Acesso em: 26 de dezembro de 2011.]

KLARMAN, Michael J. *From Jim Crow to civil rights: the Supreme Court and the struggle for racial equality*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2004. 655 p.

KLEIN, Ezra. "11 facts about the Affordable Care Act". *The Washington Post* (edição online), 24/6/2012. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/blogs/wonkblog/wp/2012/06/24/11-facts-about-the-affordable-care-act/>. [Acesso em: 8 de dezembro de 2012.]

KLIFF, Sarah. “Everything you need to know about Obamacare and SCOTUS in one post”. *The Washington Post* (edição online), 25/6/2012. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/blogs/wonkblog/wp/2012/06/25/everything-you-need-to-know-about-obamacare-and-scotus-in-one-post>. [Acesso em: 8 de dezembro de 2012.]

KURLANSKY, Mark. *Não violência: a história de uma ideia perigosa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. 240 p.

LARKINS, A. Guy. *Race riots in the Sixties*. Houghton Mifflin, 1973. 121 p. (The Analysis of Public Issues Program.)

LAWSON, Steven F.; PAYNE, Charles. *Debating the Civil Rights Movement, 1945-1968*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 1998, p. 16-7. [Edição Kindle.]

_____. (ed.) *To secure these rights: the report of Harry S. Truman’s Committee on Civil Rights*. Boston: Bedford/St. Martin’s, 2004. 200 p.

LEE, Michael James. *Creating conservatism: postwar words that made a movement*. Tese (doutorado). University of Minnesota, Minneapolis, 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>. [Acesso em: 19 de julho de 2013.]

LEIA a íntegra do discurso de Obama sobre jovem negro morto. *Folha de S. Paulo*. 19 de julho de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1313940-leia-a-integra-do-discurso-de-obama-sobre-jovem-negro-morto.shtml>. [Acesso em: 21 de julho de 2013.]

LEVINE, Bruce. *Half slave and half free: the roots of Civil War*. Revised edition. New York: Hill and Wang, 2005.

LICHTMAN, Allan J. *White protestant nation: the rise of the American conservative movement*. New York: Atlantic Monthly Press, 2008.

LIMA, João Gabriel de. A TFP do B: Dissidentes tomam o poder na mais tradicional organização conservadora do Brasil. *VEJA*. Ed. 1851. 22 de abril de 2004. Disponível em: http://veja.abril.com.br/280404/p_094.html. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

LIMONCIC, Flávio. *A grande transformação da economia americana: o New Deal e a promoção da contratação coletiva do trabalho*. In: _____; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *A Grande Depressão: política e economia na década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LYNCHING in America: statistics ,information, images. Disponível em: <http://law2.umkc.edu/faculty/projects/frials/shipp/lynchstats.html>. [Acesso em: 28 de junho de 2013.]

LYONS, Paul. *American conservatism: thinking it, teaching it*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2009. 202 p.

LORA, Ronald. *Conservative minds in America*. Rand McNally & Co., 1971.

_____; LONGTON, William Henry (ed.). *The conservative press in twentieth-century America*. Westport & London: Greenwood Press, 1999. 729 p.

LOVEJOY, Arthur. *The great chain of being: a study on the history of an idea*. Harvard University Press, 1976.

MATTSON, Kevin. *Rebels all!: a short history of the conservative mind in postwar America*. Rutgers University Press, 2008. 176 p.

MANNHEIM, Karl. *Conservatism: a contribution to the Sociology of Knowledge*. Oxon, UK; New York, USA: Routledge, 2007.

MATHIAS, Frank F. John Randolph's Freedmen: The Thwarting of a Will. *The Journal of Southern History*. V. 39, no. 2 (May, 1973), p. 263-272. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2205617>. [Acesso em 4 de janeiro de 2012.]

MATUSOW, Allen. *The unraveling of America: a history of liberalism in the 1960s*. New York: Harper & Row Publishers, 1984. 542 p.

MAYS, David J.; SWEENEY, James R. *Race, reason and massive resistance: the diary of David J. Mays, 1954-1959*. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2008. 328 p. (Politics and Culture in the Twentieth-Century South.)

MARABLE, Manning. *Race, reform, and rebellion: the Second Reconstruction and beyond in black America, 1945-2006*. 3rd ed. Jackson: University Press of Mississippi, 2007. [Edição Kindle.]

McALLISTER, Ted V. *Revolt against modernity: Leo Strauss, Eric Voegelin & the search for a postliberal order*. University Press of Kansas, 1995. 340 p.

McDONALD, W. Wesley. *Russell Kirk and the age of ideology*. University of Missouri Press, 2004. 243 p.

McGIRR, Lisa. *Suburban warriors: the origins of the new American Right*. Princeton University Press, 2002. 416 p.

McGOWAN, John. *American liberalism: an interpretation for our time*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007. 296 p.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista. “Reflexões sobre a evolução da *New Right* nos Estados Unidos Contemporâneo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (org.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

MEEHAM III, William. *William F. Buckley Jr.: a bibliography*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2002. 316 p.

MELLÃO NETO, João. Uma nova direita, por que não? *O Estado de S. Paulo*, 24/12/2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,uma-nova-direita--por-que-nao-.839845,0.htm>. [Último acesso em: 14 de julho de 2013.]

_____. Eu sou um conservador. *O Estado de S. Paulo*, 16/11/2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,eu-sou-um--conservador-.960957,0.htm>. [Último acesso em: 14 de julho de 2013.]

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. 260 p.

MILLS, C. Wright. *The power elite*. London, Oxford & New York: Oxford University Press, 1974. 423 p.

MISES Economic Blog. Robert Andelson, RIP. 10 de novembro de 2003. Disponível em: <http://archive.mises.org/1068/robert-andelson-rip>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

MOORE, John Robert. Senator Josiah W. Bailey and the "Conservative Manifesto" of 1937. *Journal of Southern History*. V. 31. No. 1. February 1965. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2205008>. [Acesso em: 1º de fevereiro de 2012.]

MORISON, Samuel Eliot; COMMAGER, Henry Steele; LEUCHTENBURG, William E. *A concise history of the American Republic*. V. 1: to 1877. 2.ed. New York, Oxford: Oxford University Press, 1983.

MORRIS, Aldon D. *The origins of the Civil Rights Movement: black communities organizing for change*. New York: The Free Press, 1986. 354 p.

MOSES, Greg. *Revolution of Conscience: Martin Luther King, Jr., and the Philosophy of Nonviolence*. New York: The Guilford Press, 1997. 238 p.

MULLER, Jerry Z. *Conservatism: an anthology of social and political thought from David Hume to the present*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MÜLLER, Jan-Werner. Comprehending conservatism: A new framework for analysis. *Journal of Political Ideologies*. V. 11, nº 3. October 2006, p. 359–365.

MURDOCK, Deroy. Seventeen Trillion Reasons to Repeal Obamacare. *National Review Online*, 19/4/2012. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/296490/seventeen-trillion-reasons-repeal-obamacare-deroy-murdock>. [Acesso em: 8 de dezembro de 2012.]

MURPHY, Mickley. A modern day McCarthy. *Radio demagogues*. 16 de julho de 2011. Disponível em: <http://radiodemagogues.wordpress.com/2011/07/16/modern-day-joe-mccarthy>. [Acesso em: 21 de dezembro de 2012.]

MURROW, Edward R. The desegregation of Clinton, Tennessee. *See It Now*. 1957. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jX8smRRI2k0>. [Acesso em: 23 de junho de 2013.]

MYRDAL, Gunnar. *An American dilemma: the Negro problem and modern democracy*. New York: Pantheon Books, 1975. 2 vol.

NASH, George H. *The Conservative Intellectual Movement in America since 1945*. New York: Basic Books, 1979. 462 p.

_____. *The life and legacy of Russell Kirk*. June 22, 2007. Disponível em: <http://www.heritage.org/Research/Lecture/The-Life-and-Legacy-of-Russell-Kirk>. [Acesso em: 12 de março de 2011.]

_____. *Reappraising the right: the past & future of American conservatism*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2009. 400 p.

NAVASKY, Victor. *Naming names*. Revised edition. New York: Hill and Wang, 2003. 528 p.

NETTO, Leila Escorsim. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica*. São Paulo: Cortez, 2011. 160 p.

NIGHTINGALE, Carl H. *Segregation: a global history of divided cities*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012. [Edição Kindle.]

NISBET, Robert. *Conservatism: dream and reality*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986. 118 p.

OAKESHOTT, Michael. *On being conservative*. 1956. Disponível em: <http://jan.ucc.nau.edu/~jo52/POS254/oakeshott1.pdf>. [Acesso em: 28 de novembro de 2011.]

O'BRIEN, Connor Cruise. Introdução. In: BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2.ed. Brasília: UnB, 1997.

O'GORMAN, Frank. *Edmund Burke: his political philosophy*. London and New York: Routledge, 2004. (Political Thinkers, v. II.)

PACE, Eric. Owen Lattimore, Far East Scholar Accused by McCarthy, Dies at 88. *The New York Times*. 1º de junho de 1989. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1989/06/01/obituaries/owen-lattimore-far-east-scholar-accused-by-mccarthy-dies-at-88.html>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

PATTERSON, James T. *Grand Expectations: The United States, 1945-1974*. New York & Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 533-4. (Oxford History of the United States)

_____. *America's struggle against poverty, 1900-1994*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000. 328 p.

_____. *Freedom is not enough: the Moynihan Report and America's struggle over black family life--from LBJ to Obama*. New York: Basic Books, 2010. 288 p. [Edição Kindle.]

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. ed. amp. rev. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PELLS, Richard H. *The liberal mind in a conservative age: American intellectuals in the 1940s and 1950s*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1985. 468 p.

PERLSTEIN, Rick. *Before the storm: Barry Goldwater and the unmaking of the American consensus*. Nation Books, 2009. 672 p.

_____. Why conservatives are still crazy after all these years. *Rolling Stone*, 16 de março de 2012. Disponível em: <http://www.rollingstone.com/politics/blogs/national->

[affairs/why-conservatives-are-still-crazy-after-all-these-years-20120316](#). [Acesso em: 21 de dezembro de 2012.]

PERSON JR., James E. *Russell Kirk: a critical biography of a conservative mind*. Lanham, New York, Oxford: Madison Books, 1999. 280 p.

PEW FORUM ON RELIGION AND PUBLIC LIFE. *U.S. religious landscape survey*. Disponível em: <http://religions.pewforum.org/pdf/report-religious-landscape-study-key-findings.pdf>. [Acesso em: 02 de janeiro de 2013.]

PIPER, J. Richard. *Ideologies and institutions: American conservative and liberal governance prescriptions since 1933*. Lanham: Rowman and Littlefield, 1997.

POGGI, Tatiana. Os opositores conservadores do New Deal. *Revista eletrônica da Anphlac*. Nº 7, p. 46-47. Disponível em: <http://www.anphlac.org/revista/revista7/revista.html>. [Acesso em: 9 de fevereiro de 2012.]

PONNURU, Ramesh. The Right's civil wrongs. *National Review*. 21 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/articles/229953/rights-civil-wrongs/ramesh-ponnuru>. [Acesso em: 19 de julho de 2013.]

_____; GOLDBERG, Jonah. Sam's smear. *National Review Online*. 25 de março de 2013. Disponível em: <https://drupal6.nationalreview.com/nrd/articles/342411/sam-s-smear?pg=1>. [Acesso em: 19 de julho de 2013.]

POWE JR., Lucas A. *The Warren Court and American politics*. Cambridge, Massachusetts & London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001. 600 p.

POWERS, Richard Gird. *Not without honor: the history of American anticommunism*. New Haven and London: Yale University Press, 1998. 596 p.

PRICE, Richard. *A discourse on the love of our country*. 1789. Disponível em: http://www.constitution.org/price/price_8.htm. [Acesso em: 11 de fevereiro de 2012.]

PROFILE: Ayatollah Ali Khamenei. *BBC News*. 17 de junho de 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/3018932.stm>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

PSD: sem ideologia e conservador. *A Gazeta*. 15 de outubro de 2011. Disponível em: http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2011/10/noticias/a_gazeta/politica/993253-psd-sem-ideologia-e-conservador.html. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

PATTERSON, James T. *Restless giant: the United States from Bush v. Gore*. New York & London: Oxford University Press, 2005. 497 p. (The Oxford History of the United States.)

RAIMONDO, Justin et al. *Reclaiming the American Right: the lost legacy of the conservative movement*. Wilmington, Delaware: Intercollegiate Studies Institute, 2008. 375 p

_____. *The Bricker Amendment*. Disponível em:

<http://www.antiwar.com/essays/bricker.html>. [Acesso em: 17 de dezembro de 2012.]

RAFFEL, Jeffrey A. *Historical dictionary of school segregation and desegregation: the American experience*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1998, p. 132. Disponível em: <http://books.google.com>. [Acesso em: 30 de junho de 2013.]

REEVES, Thomas C. *Freedom and the foundation: the Fund for the Republic in the era of McCarthyism*. New York: Anfred A. Knopf, 1969. 368 p.

REGNERY, Alfred S. *Upstream: the ascendance of American Conservatism*. Threshold Editions, 2008. 464 p.

REINO UNIDO. *1911 Parliament Act*. Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo5/1-2/13/contents> .[Acesso em: 31 de janeiro de 2012.]

RENDALL, Steve. William Buckley, rest in praise: Glowing obits obscure an ugly record. *Fair: Fairness and Accuracy in Reporting*. 01/6/2008. Disponível em: <http://fair.org/extra-online-articles/william-f-buckley-rest-in-praise>. [Acesso em: 25 de junho de 2013.]

RITTERHOUSE, Jennifer. *Growing up Jim Crow: how black and white southern children learned race*. Chapell Hill: The University of North Carolina Press, 2006. [Edição Kindle.]

ROBERT V. Andelson, 1931-2003. *Groundswell*. S/d. Disponível em: <http://commonground-usa.net/andel1203.htm>.

ROBERTS, Gene; KLIBANOFF, Hank. *The race beat: the press, the Civil Rights struggle, and the awakening of a nation*. New York: Knopf Doubleday, 2008. [Edição Kindle.]

ROBIN, Corey. *The reactionary mind: conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford University Press, 2011. 304 p.

RODGERS, Daniel T. *Contested truths: keywords in American politics since Independence*. New York: Basic Books, 1989. 288 p.

RODRIGUEZ, Juan P. (ed.). *Slavery in the United States: a social, political and historical encyclopedia*. V. 1. ABC Clio, 2007.

ROSSITER, Clinton. *Conservatism in America: the thankless persuasion*. Random House, 1962. 307 p.

RUSSELLO, Gerald J. *The postmodern imagination of Russell Kirk*. University of Missouri Press, 2007.

ROTHBARD, Murray N. Huntington on conservatism: a comment. *The American Political Science Review*. Vol. 51, No. 3, Sep., 1957, p. 784-7.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emile*. Translated by Barbara Foxley. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/cache/epub/5427/pg5427.html>. [Acesso em: 6 de fevereiro de 2013.]

RUSSELLO, Gerald. Russell Kirk and the Critics. *The Intercollegiate Review*. Spring/Summer 2003. Disponível em: http://www.mmisi.org/ir/38_02/russello.pdf. [Acesso em 18 de março de 2011.]

RYN, Claes. Conservative revival and controversy. In: VIERECK, Peter. *Conservatism Revisited: The Revolt against Ideology*. Transaction Publishers, 2009. Disponível parcialmente em: <http://books.google.com.br>. [Acesso em 18 de março de 2011.]

_____. The decline of American intellectual conservatism. *The Imaginative Conservative*. Disponível: <http://www.theimaginativeconservative.org/decline-of-american-intellectual>. [Acesso em: 11 de julho de 2013.]

SCHNEIDER, Gregory L. (ed.). *Conservatism in America since 1930: a reader*. New York and London: New York University Press, 2003.

SCHRECKER, Ellen W. *No ivory tower: McCarthyism & the universities*. New York & Oxford: Oxford University Press, 1986. 437 p.

_____. *The Age of McCarthyism: a brief history with documents*. Boston: Bedford Books of St. Marvin's Press, 1994. 308 p.

_____. *Cold War triumphalism: the misuse of history after the fall of Communism*. New York: The New Press, 2004. 359 p.

SCHUETTINGER, Robert (ed.). *The conservative tradition in European thought*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1970. 385 p.

SCIALABBA, George. *What are intellectuals good for?* Boston: Pressed Wafer, 2009. 252 p.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SHAPIRO, Gary. An 'Encounter' with conservative publishing. *The New York Sun*. 9 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.nysun.com/on-the-town/encounter-with-conservative-publishing/24259>. [Acesso em: 17 de julho de 2013.]

SMANT, Kevin. *Principles and heresies: Frank S. Meyer and the shaping of the American conservative movement*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2002. 390 p.

SMITH, Brian. Edmund Burke, the Warren Hastings Trial and the moral dimension of corruption. *Polity*. Volume 40, number 1. January 2008. Disponível em: http://montclair.academia.edu/BrianSmith/Papers/157154/Edmund_Burke_the_Warren_Hastings_Trial_and_the_Moral_Dimension_of_Corruption. [Acesso em: 26 de fevereiro de 2012.]

SMITH, Robert C. *Conservatism and racism: and why in America they are the same*. Albany, New York: SUNY Press, 2010. [Edição Kindle.]

SOUSA, Rodrigo Farias de. *A Nova Esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen 1960-1969*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 308 p.

SOUTHERN, David W. *Gunnar Myrdal and black-white relations: the use and abuse of An American dilemma, 1944-1969*. Baton Rouge & London: Louisiana State University Press, 1994. 341 p.

STARR, Paul. *Freedom's power: the true force of Liberalism*. New York: Basic Books, 2007.

SUMNER, David E. *The magazine century: American magazines since 1900*. New York: Peter Lang, 2010. 242 p. (Mediating American History.)

TAGLIANETTI, Rob. *Finding aid for Ernest van den Haag papers, 1935-2000*. Disponível em: <http://library.albany.edu/speccoll/findaids/apap135.htm>. [Acesso em: 5 de julho de 1957.]

TANENHAUS, Sam. *The death of conservatism*. New York: Random House, 2009. 144 p.

_____. Original sin: why the GOP is and will continue to be the party of white people. *The New Republic*. 10 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/112365/why-republicans-are-party-white-people>. [Acesso em: 15 de julho de 2013.]

TENNESSEE VALLEY AUTHORITY. *TVA at a glance*. Disponível em: http://www.tva.com/abouttva/pdf/tva_glance.pdf. [Acesso em: 23 de junho de 2013.]

THE CATHOLIC Encyclopedia. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen>. [Acesso em: 21 de novembro de 2011.]

THOMPSON, Charles. *Harlan's great dissent*. Disponível em: <http://www.law.louisville.edu/library/collections/harlan/dissent>. [Acesso em: 11 de julho de 2013.]

TRILLING, Lionel. *Literatura e sociedade: ensaios sobre a significação da arte e da ideia literária*. Rio de Janeiro: Lidoador, 1965.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. *History of "In God We Trust"*. Disponível em: www.treasury.gov/about/education/Pages/in-god-we-trust.aspx. [Acesso em: 2 de janeiro de 2013.]

VASSAR COLLEGE LIBRARY. *Guide for the Fellers Incident Records 1953-1967*. Disponível em: http://specialcollections.vassar.edu/findingaids/vc_fellers_incident.html. [Acesso em: 13 de julho de 2013.]

VAUGHAN, Samuel (ed.). *Buckley: The right word*. Mariner Books, 1998. 526 p.

VELEZ, Denise Oliver. A raft for racists: the *National Review*, from Buckley through Derbyshire and beyond. *Daily Kos*. 15/4/2012. Disponível em: <http://www.dailykos.com/story/2012/04/15/1083148/-A-raft-for-racists-The-National-Review-from-Buckley-through-Derbyshire-and-beyond>. [Acesso em: 25 de junho de 2013.]

VOLKOMER, Walter E. (ed.). *The liberal tradition in American thought*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1969. 352 p.

WEBB, Clive (ed.). *Massive resistance: southern opposition to the Second Reconstruction*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2005. [Edição Kindle.]

WEISS, John. *Conservatism in Europe 1770-1945: traditionalism, reaction and counter-revolution*. Harcourt Brace Jovanovich, 1977. (History of European Civilization Library).

WEST, Caroll van. CLINTON DESEGREGATION CRISIS. In: THE TENNESSEE Encyclopedia of History and Culture. Version 2.0. Disponível em: <http://tennesseeencyclopedia.net/entry.php?rec=279>.

WHITE, John R. Burke's prejudice: the appraisals of Russell Kirk and Christopher Lasch. *The Catholic Social Science Review*. V. III, 1998. Disponível em: http://www.catholicsocialscientists.org/CSSR/Archival/vol_iii.html. [Acesso em: 27 de dezembro de 2011.]

WHITFIELD, Stephen J. *The culture of the Cold War*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1991. 261 p.

WHITNEY, Gleavis. *American Founders – John Adams I*. Disponível em: em <http://gleaveswhitney.blogspot.com/2011/06/american-founding-john-adams.html>. [Acesso em: 31 de dezembro de 2011.]

WHITSON, Brian. Q&A with Douglas: Northern segregation. Dec. 13, 2005. Disponível em: <http://web.wm.edu/news/archive/index.php?id=5438>. [Acesso em: 11 de julho de 2013.]

WIGHTMAN, Richard; KLOPPENBERG, James T. *A companion to American thought*. Blackwell, 1998. 824 p.

WOLFE, Gregory. *Right minds: a sourcebook of American conservative thought*. Foreword by William f. Buckley, Jr. Chicago & Washington: Regnery Books, 1987. 245 p.

WOMAN jumps into husband's funeral pyre. *The Times of India*. 13 de outubro de 2008. Disponível em: http://articles.timesofindia.indiatimes.com/2008-10-13/india/27900245_1_pyre-woman-jumps-cremation-ground. [Acesso em: 4 de janeiro de 2013.]

WOODWARD, C. Vann. *The strange career of Jim Crow*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2001. 272 p.

YOUNG, James P. *Reconsidering American liberalism: the troubled odyssey of the liberal idea*. Boulder: Westview Press, 1996

ZAFIROVSHI, Milan; RODEHEAVER, Daniel G. The Mannheim Hypothesis Revisited: Conservatism versus the Principle of Liberty and Liberal Modernity. *Journal of Classic Sociology*. V. 9, no. 3 (August, 2009), p. 321. Disponível em: <http://jcs.sagepub.com.ez24.periodicos.capes.gov.br/content/9/3/319.full.pdf>. [Acesso em: 11 de novembro de 2011.]

ZAMPANO, Giada; MEICHTRY, Stacy. Berlusconi party trails in Milan's race. *The Wall Street Journal*. 17 de maio de 2011. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748704281504576327520963214018.html>. [Acesso em: 29 de outubro de 2011.]

ZHANG, Junfu. Black-white relations: the American dilemma. In: *Perspectives*, Vol.1, No. 4. February 29, 2000. Disponível em: http://www.oycf.org/Perspectives2/4_022900/black_white.htm. [Acesso em: 13 de maio de 2013.]

ZUBOK, Vladislav M. *A failed empire: the Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007. 448 p.